

MOGI MIRIM

Nos Trilhos do Desenvolvimento



José Gilberto de Souza / Antônio Sérgio da Silva (Orgs)



*Análise
Socioespacial*



Mogi Mirim nos Trilhos do Desenvolvimento: Análise Socioespacial

José Gilberto de Souza / Antônio Sérgio da Silva (Orgs)

Mogi Mirim, nos seus mais de 250 anos de história, representa papel importante no cenário nacional, bem como tem em seu cerne a locomotiva para a prosperidade local. Para tanto, nortear seu desenvolvimento é fortalecer seu alicerce. Neste sentido, o projeto “Mogi Mirim nos Trilhos do Desenvolvimento”, realizado em parceria com a Universidade Estadual Paulista, vem fornecer as ferramentas, diante de um diagnóstico científico, para que seu crescimento possa se dar de forma ordenada, abrangendo as mais diversas áreas que o compõem.

Um estudo com riqueza de detalhamento, com ações projetadas a partir da análise do cenário atual da realidade do município e da região que o compreende.

Mogi Mirim nos trilhos do desenvolvimento: uma análise socioespacial / José Gilberto de Souza, Antônio Sérgio da Silva (orgs.); José Gilberto de Souza ... [et al.].
– Rio Claro: UNESP/IGCE; Mogi Mirim: ACIMM, 2021
546 p.: il.

ISBN: 978-85-89082-75-4

1. Geografia econômica. 2. Desenvolvimento socioeconômico. 3. Análise socioespacial. 4. Planejamento urbano. 5. Diagnóstico municipal. I. Souza, José Gilberto de. II. Silva, Antonio Sergio da. III. Ramos, Mariana Dias. IV. Soares, Najela Alessandra. V. Bronzatto, Rosana Júlia Megiatto. VI. Título.

CDD 910.9

Ficha catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP campus de Rio Claro/SP - Márcia Correa Bueno Degasperi / CRB 8/5694



Agradecimiento



Juntos por um futuro melhor

Na qualidade de presidente da Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim (ACIMM), agradeço a todos que, de forma direta ou indireta, tiveram participação na elaboração do Projeto “Nos Trilhos do Desenvolvimento”. Cada um daqueles que trabalharam para o desenvolvimento deste trabalho merece nosso respeito. A diretoria da ACIMM se orgulha do avanço significativo que demos, e da ajuda significante que estamos oferecendo a toda coletividade.

Temos a consciência de que tudo aquilo que está grafado letra a letra, palavra a palavra, servirá para nortear o desenvolvimento do município. Queremos agradecer ao Professor Dr. José Gilberto de Souza, da UNESP, que atuou de forma incansável sobre todos os dados aqui garimpados e os transformou em solo fértil. Tenha certeza de que um profissional do seu gabarito terá nosso eterno reconhecimento.

Quero estender nosso agradecimento a todos aqueles que acreditaram, desde as primeiras horas, no poder que esta ferramenta nos fornecerá de agora em diante. Sabemos que, uma vez balizado o desenvolvimento, o caminho ficará mais fácil e rápido. O que se busca realizar em Mogi Mirim é o crescimento de forma ordenada e eficiente. Cabe destacar que não buscamos apenas o crescimento do comércio e da indústria mogimiriana, mas de todos os segmentos existentes.

Agradecemos pelo voto de confiança que a administração municipal – parceira de primeira hora – tem dispensado ao nosso trabalho. Independentemente de qualquer bandeira partidária, a ACIMM tem a economia dos mogimirianos como prioridade. É preciso que a Educação, a Cultura, o Turismo e tantos outros segmentos caminhem de mãos dadas para o futuro.

Por isso, a diretoria da ACIMM agradece a todos os que confiaram em nosso trabalho. Isso é mérito de todos os que apostaram no trabalho de cunho científico. Ao nosso maior parceiro, o Poder Público, a certeza de estar contribuindo de forma eficaz e madura. Tudo para que as futuras gerações possam colher os frutos que as sementes lançadas ao solo germinarem, e cresçam.

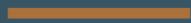
A ACIMM agradece pela oportunidade e pela confiança a nós dispensada ao longo dessa trajetória!



José Luiz Ferreira



Créditos



Coordenação Geral

Prof. Dr. José Gilberto de Souza

Equipe Técnica de Trabalho

LAPP – Laboratório de Análise Espacial de
Política Públicas

Profa. Dra. Ana Claudia Giannini Borges

Prof. Dr. Antonio Sergio da Silva

Mestrando: Jonathan Ferreira

Acad. Mariana Dias Ramos

Acad. Najela Soares

Acad. Rayssa Bazani Ferreira

Equipe ACIMM

Gerente: Vanda Aparecida Polettini

Diagramação e Editoração: Kéren Ariane

Cardoso Walczak de Souza

Capa: Marcelo Fernandes

Contracapa: Lycia Piovani

Pesquisas:

Antonio Brandão

Antonio Claudio Bulgarelli Filho

Francisco Ed Hozório Colombo Junior

Fotos

Victal Communication: Nelson Victal do Prado

Júnior e Geremias Oliveira

Silveira Jr.

Diretoria

Presidente: José Luiz Ferreira

Vice-presidente: Alexsander Sartóri Basílio

1º Tesoureiro: André Alexandre de Danielli

2º Tesoureiro: Thiago Roberto Rossatto

1ª Secretária: Ana Laura Dias

2º Secretário: Caio Mendes Prado

Conselho Consultivo

Andréia Cristina da Costa

Cleverson Rossi

Fábio José Cozer Roman

Geraldo Valentim Finoti

Kleber Luiz Pilla

Vanesca Luisa Rampazo Marquetti

Conselho Deliberativo

Antonio Carlos de Oliveira

Luiz Peres Piccolomini

Jorge Antonio Barbosa

José Antonio Scomparin

Celso Semeghini

Salvador Franco

Conselho da Mulher Empresária

Andreia Maria Dalalana Lauri

Celina do Carmo Simoso Piovesana

Cristina Ap Dovigo Guarnieri

Elsa Antonia Pavanello Lopes

Fátima Aparecida Fernandes

Maria Ap Cleusa Labigalini do Amaral

Roseli Aparecida Coser Guarnieri

Conselho Fiscal

Gabriela Buscarioli Rogatto

Shirlei Aparecida Ricci

Vinicius Antonio Gurjão Borin

Sumário

Introdução	14
José Gilberto de Souza Antônio Sergio da Silva	
Mogi Mirim, desde o início	20
Rosana Julia M. Bronzatto	
Análise regional polarizada	82
José Gilberto de Souza	
Análise Regional Integrada da ACIST	98
José Gilberto de Souza	
Agricultura	160
José Gilberto de Souza	
Setor Saúde	188
José Gilberto de Souza Antônio Sergio da Silva	
Turismo e Desenvolvimento	244
José Gilberto de Souza Antônio Sergio da Silva	
Administração e Utilidade Públicas	302
Nájela Alessandra Soares Mariana Dias Ramos José Gilberto de Souza	
Estrutura demográfica: Mogi Mirim.....	326
Antônio Sergio da Silva	
Indicadores Econômicos de Mogi Mirim.....	352
Antônio Sergio da Silva	
Indicadores Socioeconômicos	366
Antônio Sergio da Silva	
Elementos da Estrutura Urbana	388
Nájela Alessandra Soares Mariana Dias Ramos	
Consulta Pública: os municípios e a cidade	412
José Gilberto de Souza Antônio Sergio da Silva	

Introdução

Mogi Mirim nos trilhos do desenvolvimento é resultado de um plano de atividades de pesquisa para a análise socioeconômica para a proposição de intervenção no Município com vistas ao Desenvolvimento. O projeto se consubstancia em três fases: 1) Diagnóstico, 2) Consulta Pública e 3) Projeto de Intervenção. Realizada sob a Coordenação do Professor José Gilberto de Souza e seu grupo de pesquisadores do Grupo de Trabalho Técnico do Laboratório de Análise Espacial de Políticas Públicas (LAPP) no Centro de Análise e Planejamento Ambiental (CEAPLA) do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE), da Universidade Estadual Paulista (UNESP – Campus de Rio Claro).

Os trabalhos foram realizados a partir do convênio institucional celebrado entre a Unesp e a Associação Comercial de Industrial de Mogi Mirim (ACIMM), coordenada pelo Sr. José Luiz Ferreira, com a interveniência da Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão (FUNEP) da UNESP (Campus de Jaboticabal). A iniciativa de trabalho se estabeleceu pela ACIMM, objetivando ampliar as ações da Associação de forma estratégica e inovadora consolidou a busca do desenvolvimento social e econômico do município.

Pautada em metodologia estabelecida por Souza (2019) as análises de diagnóstico

Foto 01: Vista parcial da Igreja Matriz de São José. Mogi Mirim. 2021.



municipal devem reconhecer a importância de uma perspectiva espaço-temporal, considerando, de um lado a trajetória histórica das atividades econômicas e de outro a inserção do Município de Mogi Mirim em um contexto regional. Segundo Souza (2019) a análise espacial necessariamente precisa integrar três níveis escalares para compreender a forma de inserção regional de um município: a polarização, a equivalência e a influência.

A polarização resulta da identificação da posição do município em uma tessitura urbana de relações econômicas vinculadas essencialmente ao comércio e serviços. Neste processo a dinâmica industrial pode ser secundarizada, pois se sua estrutura é atomizada e ou clusterizada sua condição será expressa nas atividades de comércio e serviços. Decorre, assim, que análise polarizada revela o nível de importância que o município apresenta na tessitura, podendo colocar-se como polo central, com característica de metrópole e ou cidade média, ou do que denominamos de proto-média¹, na qual se insere Mogi Mirim,

que se posiciona intermediariamente em uma estrutura hierárquica entre cidades menores e metropolitana - o eixo “metropolitano” de Campinas. Nesse caso, em particular a cidade de Mogi Mirim tem como referência de polarização o Município de Campinas-SP e numa posição relativa o Município de Mogi Guaçu. Um segundo elemento de análise espacial se estabelece por municípios equivalentes. Trata-se de economias locais que apresentam algumas magnitudes (população, renda, tipos de serviços e comércios, exportação, posição na hierarquia urbana, entre outras), não necessariamente todas proporcionalmente ao município de análise, mas que, em certa medida, apontam diretrizes de desenvolvimento social e econômico em mesmo padrão de crescimento e importância regional. É exatamente essa posição que Município de Mogi Guaçu apresenta em relação à Mogi Mirim, com a particularidade de figurar como uma cidade e equivalente, mas ao mesmo tempo de polarização, tendo em vista que esse município está em transição na tessitura urbana regional para uma cidade-média. Trata-se de uma posição transicional e que aos poucos se demarca como tendência à forte polarização sub-regional. Por último, as áreas de influência, são os municípios menores que integram a tessitura hierárquica regional, sobre os quais o município de Mogi Mirim e Mogi Guaçu (como equivalentes) se colocam como referência de demandas. Observa-se que estas três escalas



¹ BELEINGERI, Julio Cesar, SOUZA, José Gilberto O desenvolvimento e suas representações em três municípios paulistas. In. Prêmio Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: coletânea de artigos / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro. – Brasília: PNUD: IPEA : FJP, 2015, pp. 119 – 136. Em concurso organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (órgão da ONU), em parceria com o IPEA e a Fundação João Pinheiro, este trabalho foi premiado em

espaciais de análise, em resumo, apresentam as seguintes perspectivas em termos de serviços e renda. As cidades polarizadoras (médias e eixo metropolitano) reúnem capacidade de absorver as demandas mais especializadas de Mogi Mirim, as equivalentes apresentam trocas e as cidades pequenas, demandam atividades especializadas intermediárias do município de análise.

A perspectiva ou escala temporal reúne dois momentos da trajetória econômica local-regional e nacional. Baseia-se inicialmente no ponto de inflexão positiva de crescimento da economia nacional, ano de 2010, sustentado basicamente por políticas de renda, desoneração fiscal e investimento direto no setor produtivo, bem como de expansão imobiliária, que impactaram positivamente a trajetória de crescimento regional. Destaca-se que, nesse momento, as inflexões negativas de crescimento da economia mundial (crise subprime²) ainda não atingiam o Brasil e as respostas de ampliação de crédito e redução das taxas de juros pelos bancos institucionais retardaram os efeitos da crise sobre a economia brasileira (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e o próprio BNDES).

O segundo momento de análise se refere ao ano de 2019/2020³, período de “estabilidade”, com tendência de baixa, após a crise política nacional e a crise econômica internacional (redução da demanda da China, EUA, Japão e União Europeia), mas fortemente atingida pela crise

sanitária Covid-19, decorrente da propagação do vírus Sars-Cov-2⁴. A análise intervalar (2010-2019/20, com algumas pequenas variações considerando a indisponibilidade de dados secundários para algumas variáveis de análise), permitiu consolidar um quadro mais próximo da conjuntura atual e acompanhar as variações econômicas a partir da agregação das atividades em 34 grandes grupos setoriais dos municípios permitindo inferir, portanto, sobre o padrão de crescimento, da alteração das bases produtivas e do comportamento do mercado de trabalho.

O diagnóstico que apresentamos à Sociedade de Mogi Mirim inicia-se com um Histórico do Município, realizado por Rosana Julia M. Bronzatto, seguido de uma análise regional polarizada em que compara o desempenho do município Mogi Guaçu e Campinas, no período de análise, para posteriormente, reunir um quadro da ACIST e demais atividades econômicas no contexto regional. Destaca-se neste aspecto, optou-se uma análise regional ampliada, que se estendeu em relação à Microrregião do IBGE⁵, incorporando, portanto, os municípios de Conchal, Holambra e Jaguariúna, objetivando considerar, portanto, o eixo metropolitano e a importância de Campinas no contexto, consolidando uma contiguidade espacial de análise, como poderá ser observada nos mapas de análise. Por fim, são apresentados elementos analíticos da espacialidade intramunicipal (distribuição da renda, preços da terra, áreas de empreendimentos, entre outros), por fim,

² Refere-se a crise dos bancos nos Estados Unidos em 2008, tendo referência a quebra do Lehman Brothers no dia 15 de setembro. Os investidores de todo o mundo passaram a tirar as aplicações de ações de empresas, de bancos e de títulos de governos, incluindo os do Brasil, diante da incerteza gerada quanto a veracidade dos dados econômicos e das estruturas de governança das empresas e bancos, premidos ainda pela necessidade de vender ações para honrar compromissos. A baixa liquidez refletiu na redução da disponibilidade de dinheiro para oferta de crédito para as empresas e consumidores. Esse processo foi acompanhado com alta da moeda estrangeira e prejudicou fortemente as empresas com contratos em dólar e que não encontram proteção para a oscilação da moeda.

encerrando o presente diagnóstico com uma conclusão.

As análises apresentadas indicam a importância de uma racionalização sobre desenvolvimento econômico e social. Indicando ainda como uma visão institucional integrada das forças econômicas do município são fundamentais para a consolidação de um processo mais muito amplo e que requer a participação da sociedade, sobretudo em momento do Município de Mogi Mirim que passa por uma mudança de gestão político-administrativa em que a reorganização do contexto institucional e a promoção de governabilidade, constituem um eixo de ação absolutamente vital. Destaca-se que Mogi Mirim apresenta uma história trajetória de liderança regional e que a conjuntura impõe uma necessária reflexão sobre os destinos do poder local e que deve ser mola central de impulso à construção do debate político, econômico, cultural e social, como forma de atingir o bem comum.

Os dados e análises apresentados precisam ser refletidos pela comunidade e extrair deles alternativas de desenvolvimento, de busca de soluções para os problemas do município, considerando as condições econômicas e sociais e a responsabilidade social de seus dirigentes, quer no setor público, na iniciativa privada tendo como premissas a forma democrática, a promoção da justiça social e socialmente referenciada.

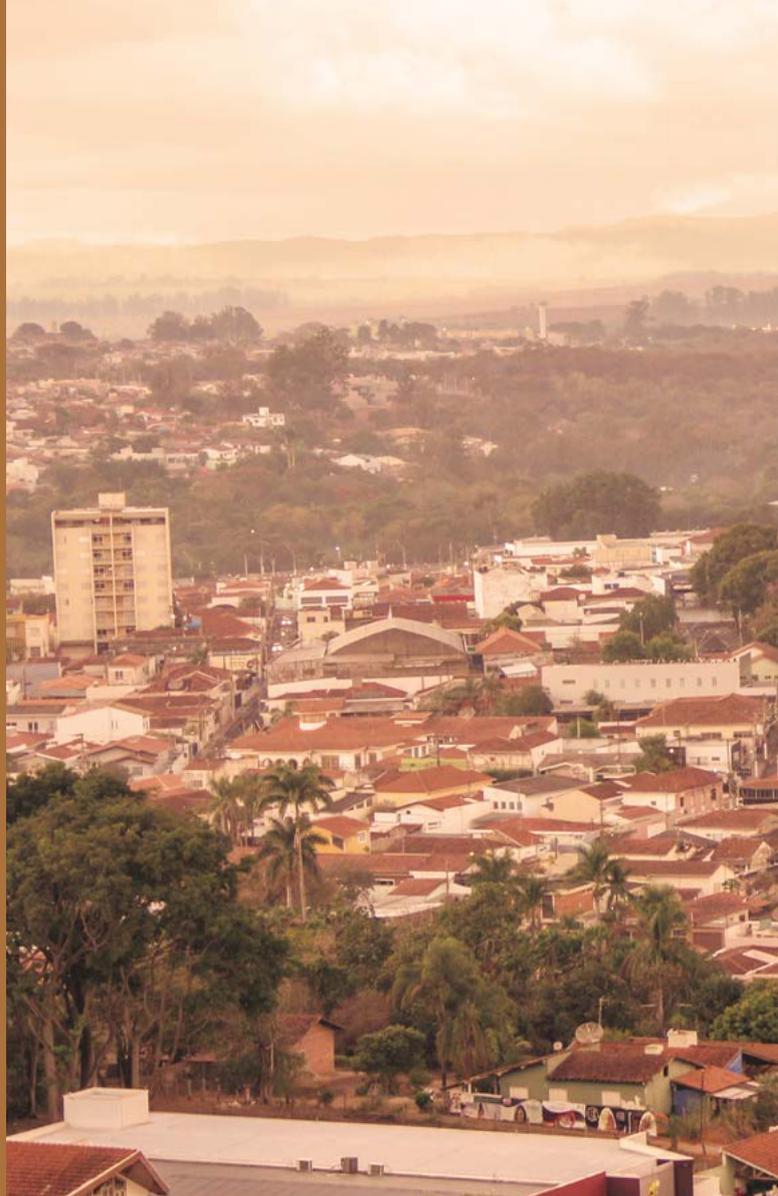


Foto 02: Vista parcial urbana. Mogi Mirim. 2021.

Prof. Dr. José Gilberto de Souza

Coordenador Técnico

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA(UNESP)

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS-IGCE

Centro de Análise e Planejamento Ambiental (CEAPLA)

Laboratório de Análise Espacial de Políticas Públicas (LAPP)

³ Dados estimados

⁴ Segundo o Ministério da Saúde o “a COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório”. <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Capturado em 20/05/2020.

⁵ Com base no IBGE a microrregião de Mogi Mirim é composta pelos municípios de Artur Nogueira, Engenheiro Coelho, Estiva Gerbi, Itapira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim e Santo Antônio de Posse.

A photograph of a park area. The foreground is filled with a dense carpet of small, bright pink flowers. In the middle ground, there are several tall, slender trees with green foliage. A few modern, spherical street lamps are visible, and in the background, there are some buildings and a paved area. The overall scene is bright and colorful, suggesting a pleasant outdoor setting.

Histórico de Mogi Mirim

Foto 03: Vista parcial da Praça Rui Barbosa. Mogi Mirim. 2021.

A abordagem ampla de assuntos do comércio e indústria está mesclada com assuntos das áreas de Educação, Cultura e Lazer, tão importantes para o bem-estar do ser humano.

Nos primórdios, Mogi Mirim assistiu ao crescimento com satisfação, fruto do trabalho bem orientado e bem desenvolvido do comércio, que cumpriu a sua verdadeira missão de servir à coletividade.

A mentalidade arejada de alguns e a coragem de investir novos capitais demonstraram a sua crença na zona que lhes serviu de trampolim para a conquista do sucesso.

No tocante à área empresarial, antes da década de 70, foi possível elencar as razões sociais e áreas de atuação das fábricas mogimirianas. Após esse período, o progresso dinamizou grandes planos para o futuro promissor que se avistava em muitas áreas de atuação, especialmente no ramo de móveis e cofres de aço. Este trabalho faz menção a algumas empresas que se firmaram como um colosso industrial, trazendo progresso e geração de emprego e renda aos mogimirianos.

Atualmente, a Cidade Simpatia não se vê mais representada pelo aço ou pela cerveja – importantes identidades de outrora – devido ao advento de novas conquistas e de planos cada vez maiores, em outras áreas de atuação, consolidando suas posições, conquistadas com muito labor e honestidade, no decorrer de longas décadas.

Espera-se que este trabalho seja divulgado à exaustão por aqueles que se interessam pela história dessa grei mais que bicentenária.

ROSANA JULIA MEGIATTO BRONZATTO

Mogi Mirim, desde o início

Nata sum e paulistarum robore **(Nascida da Bravura dos Paulistas)**

A freguesia de Mogi Mirim abrangia todo o interior de São Paulo, desde Jundiaí até as barrancas do Rio Grande, divisa com Minas Gerais.

Entre 1719 e 1721, começou o núcleo do Arraial de Mogi Mirim, nome que, na língua tupi, bastante usada pelos bandeirantes, tem como interpretação mais aceita “pequeno rio das cobras”: mogi=rio e mirim=pequeno.

Em 1º de novembro de 1751, era criada a freguesia de São José de Mogi Mirim, cuja igreja começara a ser edificada em julho de 1747. O primeiro vigário da freguesia de São José de Mogi Mirim, foi o Padre Doutor Antônio Dâmaso da Silva, que tomou posse em 9 de novembro de 1751.

Aos 27 de junho de 1769, o capitão-general D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão (Morgado de Mateus), Governador da Capitania de São Paulo, enviou ofício ao ouvidor-geral corregedor da Comarca de São Paulo, ordenando-lhe que “faça erigir a dita povoação de Mogi Guaçu em vila, levantando-se pelourinho e assinalando-lhe termo assinado pelos Vereadores das Câmaras circunvizinhas”.

Mas como o Doutor Salvador Pereira da Silva, ouvidor e corregedor da Comarca de São Paulo, não deveria ser muito afoito, apenas aos 6 de outubro de 1769 chegou à Vila de Jundiaí para efetuar correição e colocou os Vereadores a par das ordens do governador da Capitania de São Paulo, ou seja, elevar Mogi Guaçu à vila. Acontece que havia pormenores desfavoráveis a Mogi Guaçu. No dia seguinte, a Câmara Municipal de Jundiaí mandou mensageiro à cavalo, com o ofício, para entregar no palácio do Governador da Capitania. O longo arrazoado do ofício dos vereadores jundiaenses baseava-se em dois pontos principais: as condições naturais desfavoráveis de Mogi Guaçu (lamaçais, proximidade de um rio que facilmente transbordava, e febres) e apontava as condições favoráveis de Mogi Mirim.

Depois que recebeu ofício da Câmara de Jundiaí, o Governador da Capitania de São Paulo enviou correspondência para o ouvidor-geral, em que ordenava que este mandasse “examinar qual dos sobreditos dois arraiais será mais próprio e conveniente

para nele se levantar vila, e achando que o de Mogi Mirim prevalece, nas circunstâncias que se requerem, na forma de representação da Câmara, de que remeto cópia: Vossa mercê o eleja e mande erigir em vila, na forma das antecedentes ordens que lhe tenho expedido.”

No mesmo dia, 11 de outubro, o Governador da capitania de São Paulo mandou outro ofício, este para os Juizes ordinários e oficiais da Câmara da Vila de Jundiaí: “Louvo muito a Vossas Mercês o zelo, com que me expõem as circunstâncias que com correm para haver de mudar a ideia, o que pretendia levantar vila no Arraial de Mogi Guaçu, deixando este por menos idôneo e lendo o de Mogi Mirim, que o excede muito, em todos os requisitos”.

Assim ficou decidido. Finalmente se optou por elevar à freguesia de São José de Mogi Mirim à vila. Assim, aos 22 de outubro de 1769, chegava à Mogi Mirim o Juiz de Órfãos Trienal da Vila Jundiaí: Sargento-mór Antônio Jorge de Godoy, por ordem do Doutor Salvador Pereira da Silva, ouvidor-geral e corregedor desta Comarca de São Paulo, “para efeito de fundar e estabelecer esta nova Vila”.

A Vila de São José de Mogi Mirim passava a abranger um enorme território municipal, tendo por limites o rio Atibaia e o rio Grande (este na divisa de São Paulo e Minas Gerais). Hoje, está demarcada a área de 497,708 km², informação do IBGE.

Com o passar do tempo, foram se firmando arraiais e povoados no então muito extenso município de Mogi Mirim, que posteriormente foram elevados à freguesias e vilas e, conseqüentemente, se desmembrando de Mogi Mirim, tais como: Caconde, Franca, Casa Branca, Descalvado, Rio Claro, Mogi Guaçu, Itapira, São João da Boa Vista, Serra Negra,

Espírito Santo do Pinhal, etc. Desses municípios surgiram tantos outros, hoje importantes para o Estado de São Paulo.

Pela lei nº 17, de 3 de abril de 1849, o Presidente da Província de São Paulo, Padre Vicente Pires da Mota, elevou a vila de Mogi Mirim à categoria de cidade. É por essa razão que, durante décadas, o feriado municipal de emancipação político-administrativa da cidade era comemorado em 3 de abril. A elevação de uma vila à cidade era pouco mais que uma honraria, pois passava a ter dois vereadores a mais que ao tempo de vila.

Por lei provincial, em 17 de julho de 1852, Mogi Mirim passou a ser a Sede de Comarca Judiciária, ou seja, começaria a possuir Juiz de Direito e Promotor, embora continuasse a haver o juiz municipal (este era um cidadão eleito dentre a lista de candidatos propostos pela Câmara Municipal).

No tocante à criação da Comarca Judiciária de Mogi Mirim ocorrida em 17 de julho de 1852, o ilustre Desembargador Doutor Odilon da Costa Manso, em seu livro “Crônicas Mogimirianas” editado pela Academia Paulista e Letras, assim escreve:

“O projeto de organização judiciária da província, de autoria de Silveira da Mota, aumentava de 7 para 11 o total das Comarcas. Aprovado pela Assembleia, foi, contudo, vetado pela presidência da província, que propôs nova discriminação.

Aos 15 de julho, a assembleia aceitou as alterações do Executivo e, ao final, aos 17 de julho de 1852, foi promulgada a lei 437, que “eleva a 10 o número de Comarcas da província e divide-se novamente”. A Sexta era a de Mogi Mirim, abrangendo, inclusive, as cidades de Limeira, Rio Claro e Araraquara.

Note-se que a província de São Paulo compreendia, então, o hoje Estado do Paraná. A Décima Comarca era precisamente a de Curitiba, que se estendia aos demais municípios paranaenses. Restavam, pois, para todo o território paulista, apenas 9 sedes judiciárias. E Mogi Mirim era uma delas”.

No século retrasado, por três vezes Mogi Mirim recebeu a visita do Imperador D. Pedro II, em 27 de agosto de 1875, para inauguração do trecho Campinas-Mogi Mirim da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, aliás, a denominação da Companhia Mogiana e toda a dita “região da mogiana” derivam de Mogi Mirim; uma outra visita, a 14 de setembro de 1878, e, por último, em 26 de outubro de 1886.

A partir de agosto de 1886, os fazendeiros de Mogi Mirim começaram a angariar o trabalho de imigrantes estrangeiros - os colonos - para suas lavouras de café e algodão. Chegaram dezenas de famílias de origem portuguesa e espanhola. Porém foram os italianos que vieram em maior número e que hoje predominam sua descendência, no bairro da Santa Cruz.

Mogi Mirim situa-se na região leste do Estado de São Paulo, é sede de microrregião composta de nove municípios: Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Itapira, Conchal, Artur Nogueira, Santo Antonio de Posse, Holambra, Engenheiro Coelho e Jaguariúna.

Pelo Censo de 2020, a Cidade Simpatia possui 93.650 almas (era desta forma que os escritores e viajantes que por aqui passavam se referiam ao número de habitantes). Entre as principais personalidades de nossa terra, citamos com exclusividade o Dr. João Teodoro Xavier de Mattos, que foi Presidente da Província (equivalente ao cargo de Governador) de São Paulo de 1872 a 1875. Ele é o Patrono da maior

comenda da cidade, concedida aos profissionais e artistas que elevam o nome de Mogi Mirim, e também o Patrono do Museu Histórico e Pedagógico da cidade.

Mogi Mirim conta com 251 anos de emancipação político-administrativa e celebra seu aniversário em 22 de outubro.

PANORAMA I

Vamos ao nada animador primeiro registro sobre a cidade. Em 1769, o viajante Milliet de Saint Adolphe escreveu: “Mogy –Mirim. Vila medíocre da província de São Paulo, na estrada de Goiás. Apesar da fertilidade, as frequentes doenças embarçam os progressos da vila. As ruas mais povoadas são a Direita (Padre Roque) – a entrada da vila até o largo da igreja - e do Comércio (Doutor José Alves). Paralelas, de mesma largura, pouco povoadas, casas de taipas, vãos enchidos de barro. Compreende 6.150 almas de confissão”.

O primeiro documento oficial governamental é de 1º de abril de 1770 e está contido no Primeiro Livro de Atas de Mogi Mirim – Presidente da Câmara: Capitão Manoel Rodrigues de Araújo Belém. Alcaide nomeado: Salvador Pires de Camargo, que era um subordinado do juiz. A preocupação dos moradores era erguer uma igreja no centro da vila (1747). Prisão não havia.

O cenário de 1770 era de medidas contumazes por parte da polícia para organizar devassas ao contrabando de diamantes e medidas enérgicas contra os índios caiapós, pelos relatos das horríveis crueldades por eles praticadas. Inclusive, Morgado de Matheus, o Capitão-General, arregimentou negros e mulatos bastardos e carijós para ajudar oficiais contra os selvagens. Essa mesma autoridade mandou ofício à Câmara, ordenando que compelissem o



Foto 04: O artista plástico Tóride Sebastião Celegatti idealizou a cena: o largo da matriz, com a casa do Coronel Guedes, em segundo plano (livro “Mogi Mirim – Viagem ao Passado” – T.S.Celegatti)

povo a plantar mais, para garantir o futuro. As Devassas Janeirinhas eram medidas de punição para diversos crimes, e que se realizavam anualmente, em janeiro. Como ainda não havia prisão, adquiriram um tronco e algemas de ferro para castigar os delinquentes. A primeira prisão foi o terreno da casa de taipas de pilão,

com dois lances, coberta de telhas, duas portas e duas janelas com grades, construída em 12 de setembro de 1790, no local onde hoje está a Escola Estadual “Dr. Oscar Rodrigues Alves”, na rua Dr. José Alves), e funcionava junto à Câmara Municipal e ao Quartel do Destacamento Policial.



Foto 05

— 248 —			— 249 —			
Objecto que constitue a propriedade Provincial	Confrontação	Data da avaliação	Valor	Incorporação	Titulo	Observações
VILLA DO CRUZEIRO Um predio situado na villa do Cruzeiro, o qual serve de Cadêa.						Este predio serve de Cadêa na villa do Cruzeiro, e para esse fim foi comprado pelo então Delegado de Policia da cidade de Lorena, Antonio Bruno de Godoy Bueno, como informon o Collector da mesma cidade.
Município de Mogy-mirim CIDADE Um predio assobradado, situado no Largo da Cadêa, na cidade de Mogy-mirim. Este predio teve o seu começo ha 25 annos mais ou menos.	Acha-se situado n'um Largo chamado da Cadêa, tendo em frente a rua do Rosario e por traz a rua Municipal.	1881. Maio 7	20.000\$000		Construido com quotas provinciais, votadas pela Assemblêa Provincial em diversos annos.	Neste predio o pavimento terreo serve de prisões, e o pavimento superior da casa da Câmara Municipal e audiencias publicas; uma parte do pavimento terreo serve tambem de quartel do destacamento.

Fotos 05 e 06: 1902 - A Cadêa da Bastilha (e também Quartel e Câmara), local onde se acha a centenária Escola Estadual “Dr. Oscar Rodrigues Alves”; páginas 248/249 do relatório apresentado ao Barão de Guajará (Presidente da Província de SP) pelo Inspetor do Tesouro Provincial Bel. José Joaquim Cardoso de Mello, em 7 de maio de 1881. (Fotos: Acervo Pintaca & Rosana)

A figura do Juiz de Direito havia apenas em vilas e lugares onde vivessem “quatrocentos vizinhos ou d’ahi pra cima”. O imposto de 40 reis serviu para despesas de médicos, cirurgiões e engenheiros. O mestre de tear apareceu em 1813 e o senhor Thomaz Rodrigues ensinou os moradores a manipulá-los.

Nossa região produzia gado vacum, cavalari e muar, mas em pouca quantidade. Fabricava açúcar, aguardente de cana, milho, arroz, feijão, mandioca e importava aguardente do reino, vinagre, sal, vinho, azeite, fazendas de linho, baeta, bertanha, cassa, chitas, lã, chapéu, ferro, aço, pólvora e chumbo. Aqui não se extraía ouro nem outro metal, mas fabricava-se tinta de madeiras de amoreira, cambuí e outras.

Pagavam-se impostos de passagem pelas estradas e rios, impostos sobre o gado, carnes, aguardentes, armazéns e também contribuições para o reverendíssimo vigário. Observaremos os apontamentos feitos pelos viajantes.

1800 – “aqui vivem errantes, índios, mestiços, pretos e gente de bandeiras”. – escreveu Milliet. A figura do professor demorou para aparecer,

porque o julgamento do capitão-general Morgado era “pouco fructuoso será para os habitantes desta terra os professores pela sua summa pobreza”. Em 22 de abril de 1811, Francisco de Paula Andrade protocolou petição à câmara para construir a primeira escola pública para ensinar meninos da vila; em 2 de agosto de 1816, foi pedida a nomeação de Mestre-régio para o ensino. Assumiu o cargo o Padre José Joaquim de Oliveira Braseiro como primeiro professor dos meninos da vila.

1865 – “... acampamento no lugar chamado Tucura (...). A cidade é tristonha, poucos prédios, cômodos, ruas silenciosas, sem calçamento e em abandono atestam o nenhum movimento comercial. Cidade antiga, sem agricultores abastados em suas circunvizinhanças, com lavouras atrasadas, é patente a sua decadência. Entretanto, plantações de café que estão em seus arredores, prometem levantá-la da estagnação tão fatal aos centros de população”. – registou o historiador, engenheiro, militar, músico, escritor e sociólogo Alfredo Maria Adriano d’Escragnolle Taunay.

Em 1875 o comendador João Elisario de

Carvalho Montenegro ofereceu à Câmara 100 volumes encadernados para a fundação de uma Biblioteca Municipal; a Câmara limitou-se a arquivar o ofício, declarando que “era muito cedo para Mogy-mirim ter destas cousas”.

Em 1889, o historiador Sebastião Dias (Revista Geographica do Município de Mogy-Mirim, 1889, 1ª ed.; e Almanach de Mogy-Mirim, 1889), escreveu: “No município há 10 escolas públicas, uma das quais acha-se vaga por falecimento do respectivo professor. Das 10 escolas, 7 são do sexo masculino e 3 do sexo feminino. Entre elas, há um curso noturno para adultos, cadeira do sexo masculino. Dos professores públicos atuais, quatro são normalistas e cinco são habilitados em concurso. Acham-se matriculados nas 9 escolas até 31 de dezembro de 1888, 431 alunos (...) As escolas desse município, como as de quase todos os da província, estão em estado verdadeiramente desanimador: funcionam em prédios acanhados, não possuem mobília, não tem, enfim, nenhuma condição pedagógica”.

Não se pensava em algo muito importante: nenhum povo moderno prosperará sem uma completa difusão do ensino primário, e todos os males políticos de que padecemos provêm do elevado nível de ignorância e analfabetismo. A receita do progresso é, de início, a disposição para o trabalho e para adquirir conhecimento.

As divisas estavam ameaçadas pelos mineiros e os oficiais foram a Eleutério fincar um marco; Itu foi incorporado a Mogi Mirim.

O dia 12 de outubro de 1822 foi de festas, abraços, fogos e repicar de sinos, aclamando D. Pedro I imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil. Dois anos depois, os oficiais tomaram o juramento do povo para a Constituição Política do Império. O coronel José da Silva Lisboa foi nomeado para fazer cessar mortes, ferimentos,

roubos e desordens contínuas na vila.

Em 1829 chegaram os Correios (três vezes na semana, pelo lombos de burros) e as três ruas principais foram alinhadas, mas a numeração das casas só se deu em 1852, com a ordem para construir calçadas; as sarjetas de pedras em vias e praças chegaram em 1869 e Dr. João Theodoro Xavier, mogimiriano nomeado Presidente da Província, mandou para cá 64 lampiões de querosene para as ruas (da antiga iluminação da Capital). Os cemitérios foram retirados do terreno contíguo ao da Igreja central (terrenos para a Igreja do Carmo, a de São benedito e a da Santa Cruz foram destinados em 1844, 1847 e 1848, respectivamente). O rio Mogi Mirim foi desobstruído e um curral-matadouro foi construído.

O ano de 1835 chega com a nomeação do Prefeito João Gonçalves Teixeira, cargo criado em 11 de abril. Em 17 de julho de 1849, a vila se torna Cidade. Os carros de boi advindos de Campinas tinham que transitar pelo atalho do Belém, não podendo passar por dentro da cidade.

A cultura do café teve importante aumento em 1873, pelo bom preço e pela baixa produção em outros países; a cultura do fumo dava prejuízo dos lavradores e a da cana foi diminuindo, a ponto de ser insuficiente para o consumo da cidade. O custo do trabalhador passou de 1.550 reis para 2.300 reis, e os emigrantes europeus deveriam ser estimulados a virem para cá.

O Matadouro Municipal foi edificado em 1831. Muitos cemitérios existiam, nos terrenos adjacentes aos das Igrejas; o Imperador, numa de suas visitas, determinou acertadas medidas higiênicas para o centro da cidade, mandando exumar os corpos, que foram enterrados na periferia, fundando um cemitério.

MERCADO MUNICIPAL

O Mercado Municipal foi inaugurado em 1º de janeiro de 1870, na rua Coronel Guedes, e reinaugurado em 24 de outubro de 1964, com grande festa. A novidade foi que o novo Mercado Municipal teria uma tabela de preços que evitaria a disparidade nas cotações dos gêneros, que seria fiscalizada pela Prefeitura uma vez na semana. A preocupação existia: a Prefeitura não poderia perder o controle do Mercado, sob risco de ser desastroso para a economia popular. Também deveria destinar alguns boxes e bancas para o pequeno produtor, dando-lhe chance de concorrer na comercialização de seus produtos. As donas de casa vibraram com a ideia, porque poderiam fazer a feira todos os dias e adquirir os melhores produtos.

Outra inovação: a balança foi aferida pelo IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, para evitar que um quilo pesasse menos que o devido. Foi proibida a venda de verduras pelos ambulantes num raio de 500 metros do prédio.

Desde 2006, gestão Carlos Nelson Bueno, foi modificada a finalidade do prédio. As Leis 4.047/2005 e 4.108/2006 alteram a destinação daquele espaço para brinquedoteca, biblioteca e videoteca Municipais. A Lei 5.278/2012 determina o nome “Eugênio Scomparim” como patrono da Brinquedoteca Municipal, hoje desativada.

Enquanto outros Municípios fazem questão de manter ativo e pujante o Mercado Municipal, garantindo a prosperidade dos comerciantes e a satisfação da comunidade e dos turistas, Mogi Mirim caminha na contramão e a passos lentos. Um bom uso dos recursos do Orçamento Público seria a construção de um novo Mercado Municipal (ou a reinauguração no espaço onde

sempre funcionou, agora que a Brinquedoteca está desativada) em Mogi Mirim para fomentar as relações comerciais, aumentar a receita com a cobrança de preços públicos pelos boxes e, quiçá, desenvolver um interessante ponto de gourmet, como se apresenta o Mercado de São Paulo, que atrai turistas do mundo.

Certamente, a Cidade Simpatia ficará movimentada e muito mais agradável, já que, por aqui, um dos propósitos atuais é a otimização do turismo.

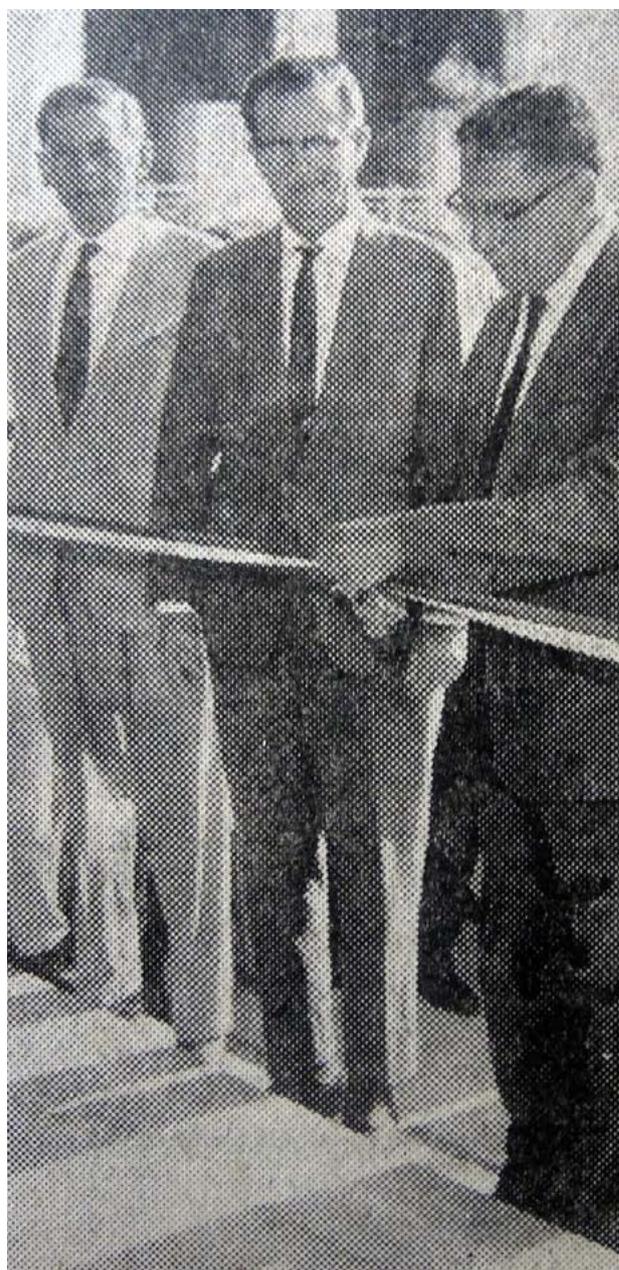


Foto 07



Fotos 07 e 08: O ex-Prefeito Luiz Franklin Silva foi convidado pelo Prefeito Luiz Gonzaga de Amoêdo Campos para inaugurar o prédio do Mercado Municipal, cujas obras tiveram início no mandato do primeiro. Mercado Municipal (projeto do Arquiteto William Hentz Gorltam), centro de compras e negócios e ponto de encontro da comunidade mogimiriana, por cerca de 140 anos. (Fotos: Acervo Pintaca & Rosana)

No ano de 1874, o comércio propiciava 13 lojas de fazendas, 10 armazéns de ferragens e de molhados, 2 armarinhos, 2 boticas e muitas tavernas. A indústria trazia 5 selarias, algumas olarias, oficinas de ferreiro, marceneiro, alfaiate e sapateiro. A lavoura mais importante era do café, seguida do algodão, cana e de gêneros alimentícios, em grande escala, para consumo e exportação. A cultura se fazia por enxadas e arado. A pesca era abundante, nas cachoeiras do rio Mogi Guaçu, substituindo o peixe que vinha do estrangeiro. As vias férreas da Companhia Mogiana estavam em construção e compreendia o trecho do rio Jaguary até aqui; deveria ficar pronta dentro de um ano, auferindo grandes vantagens pelo melhoramento. As estradas comuns compreendiam a ligação a Campinas, Mogi Guaçu, Casa Branca, Santa Rita, São Simão, Cajuru, Franca, Sul de Minas e Goiás. A esse tronco, muitas outras estravas se filiavam, até Limeira, São João da Boa Vista, Batatais, Serra Negra, pelos quatro pontos cardeais. Todos pagavam altos impostos. O primeiro registro de desenvolvimento econômico apareceu no começo do Século XIX com a instalação dos engenhos de açúcar e, na sua segunda

metade, com a expansão da cultura cafeeira, a cidade ganha novo impulso. O produto tinha o continente europeu como destino. A rua de São José (Barão e Conde de Parnaíba), por ligar o centro à estação de trem, foi alargada em 1875, e veremos esse assunto mais adiante. Em época de safra do café, permaneciam enfileirados, dos dois lados da rua, muitos carros de boi, carregados de sacas de café, aguardando o embarque pela grande via férrea paulista.

Os cartórios foram criados em 1846 e Mogi Mirim possuía o Cartório do Registro Geral de Hipotecas e Anexos, o Cartório do Contador, partidor e Distribuidor, o Cartório de Registro Civil e o Cartório Eleitoral (esse, no século XX).

A Organização Policial da cidade foi instituída em 1842, com Delegado, Subdelegado, Escrivães, Guarda Noturna e Inspetoria de Quarteirão.

A varíola chegou para a região por uma família de Limeira, fazendo 7 vítimas. A Câmara tomou providências para conter a doença, mas a epidemia foi assustadora, afetando três ou mais pessoas por dia, a ponto de a população

abandonar a cidade e correr para os bairros. O vírus foi erradicado em 1980.

O Imperador Dom Pedro II veio a Mogi Mirim em 27 de agosto de 1875 para inaugurar a Estrada de Ferro Mogiana. A Câmara ofereceu um lunch. O antigo hospital dos variolosos construído pelo comendador Antonio Joaquim de Freitas Leitão, no Garcêz, o recebeu e ele disse palavras consoladoras aos doentes, sugerindo medidas higiênicas e liberou verba para construir um hospital maior para a “beneficência dos lazaretos”, onde trabalhou gratuitamente o Doutor Antonio Pinheiro de Ulhoa Cintra, no lado poente da cidade. Visitou todos os próprios públicos e retornou a Campinas no dia seguinte. Por esse meio de transporte, a produção cafeeira aumentou, para ser enviada ao porto de Santos e, daí para o estrangeiro. Isso proporcionou progresso (e impostos altos) aos agricultores e à cidade, pelo bom emprego do dinheiro dos cofres públicos, que urbanizou ruas (com galerias pluviais, inclusive), passeios e prédios públicos, em 1882, as ruas centrais receberam a denominação que hoje conhecemos, homenageando pessoas importantes no processo de urbanização da cidade. A Santa Casa foi construída, assim como

alguns pontilhões para facilitar a locomoção.

A linha da Cia. Mogiana até Santos se expandiu em 1909. A primeira estação foi feita nas proximidades da fazenda Calunga. Os primeiros vinte quilômetros de estrada de ferro foram feitos pelo Senhor Arlindo de Mello e seu pessoal. Em 7 de março de 1887, Euler Junior e Maylasky entregam estudos de um projeto de Estrada de Ferro pelo vale do Sapucaí e prolongamento do ramal da Penha do Rio do Peixe (Itapira). Ainda em 1887, a Cia Mogiana faz fusão com a estrada de ferro Sapucaí, de MG, via ramal da Penha. Outra Companhia de estrada de ferro chegou à divisa a Estrada de Ferro Minas and Rio, e também a Cia Carris de Ferro. Os anos se passaram, deixando as velhas “marias-fumaças” e os trens para trás.

Não fizemos como os europeus e os asiáticos que modernizaram seus trens, por acreditarem no meio de transporte mais seguro e econômico que existe. O Brasil substituiu os trens por veículos motorizados como carros, caminhões e ônibus, bem mais caros e perigosos, e mais rodovias estão sendo construídas ou pavimentadas, para atender a demanda que cresce dia a dia.



Foto 09



Foto 10

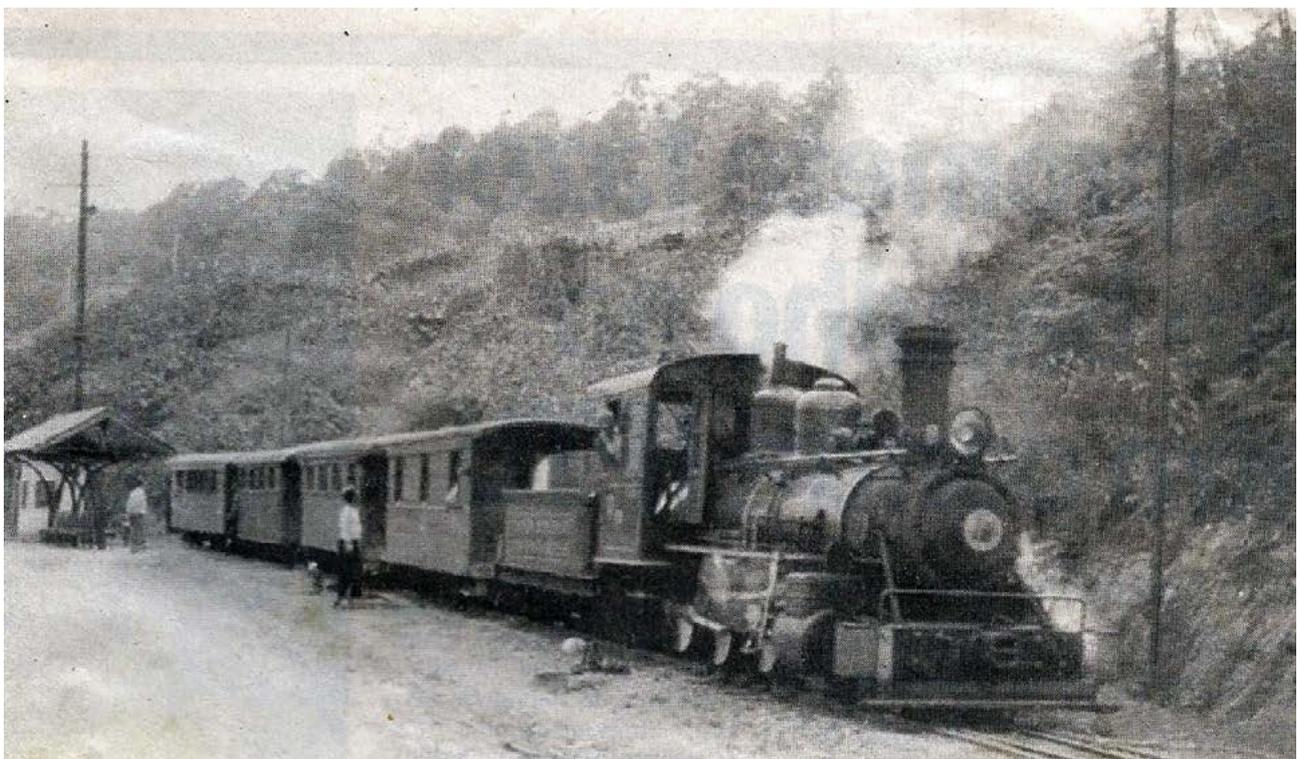


Foto 11



Fotos 09, 10, 11 e 12: Estação da Cia. Mogiana de Mogy-Mirim. Inaugurado o primeiro trecho Campinas/Mogi Mirim, pelo Imperador Dom Pedro II e a Imperatriz Tereza Cristina em 27.8.1875. (Fotos: Anuário de Mogi Mirim. Acervo Pintaca & Rosana).

O encanamento de água por tubos de ferro (e a distribuição de água potável) chegou em 1885 (falaremos sobre o serviço de água adiante), assim como o primeiro número do jornal “Gazeta de Mogy-Mirim”. Outros periódicos existiram antes disso, com vida efêmera, com exceção do jornal “O Independente”, que existia desde 1873. Aliás, foi neste mesmo ano que circulou o jornal “O Progresso”, organizado por

João Alberto Oliveira Prado.

PANORAMA II

O ano de 1887 chegou com reuniões para palestras abolicionistas por parte de Joaquim Firmino de Araújo Cunha em Mogi Mirim e Itapira. Em 13 de fevereiro, após o bárbaro assassinato do mogimiriano, os fazendeiros foram à

Coletoria para averbar a baixa na matrícula de seus escravos. Houve um grande movimento abolicionista e ficou avençado “evitar desordens que possam provir da imigração de escravizados de outros para esta cidade”. Em 13 de maio, é entusiasticamente recebida a notícia da abolição da escravidão no Império, com sessão cívica, procissão, festa e um conselho das autoridades aos ex-escravos: ordem e trabalho.

Recebida a notícia da proclamação da República em 1889, o Prefeito Doutor Manuel Neto de Araújo distribuiu boletins pela cidade convidando o povo a se reunir no largo da cadeia, a fim de proclamar a nova forma de governo. O povo compareceu à Câmara empunhando bandeira republicana e foram nomeados os membros do governo provisório. Foram escolhidos: Doutor Antônio de Araújo Cintra, João Palhares de Andrade, Doutor José Pereira Machado e José Terésio Pereira da Fonseca. Tocou a banda “7 de setembro”. Orador: Doutor Antônio Cintra. Em 19 de janeiro de 1890, houve a primeira Sessão do Conselho de Intendência, com o Presidente Coronel Venâncio Ferreira Alves Adorno. Mogi Mirim comemorou a valer a Lei Áurea.

Sérgio Romanello Campos foi um historiador mogimiriano e desenvolveu suas pesquisas ao lado do Orlando Bronzatto, o Pintaca, no Centro de Documentação Histórica “Joaquim Firmino de Araújo Cunha”. Através de suas pesquisas, podemos saber como a cidade recebeu a notícia da libertação dos escravos. Seguem trechos de seu trabalho:

“O jornal “Gazeta de Mogy-Mirim”, de quinta-feira, 17 de maio de 1888 é praticamente uma edição especial comemorativa da assinatura da Lei nº 3.353, de 13 de maio (domingo), pela qual foi extinta a escravidão no Brasil. Na primeira página, logo abaixo da manchete “O Brasil Livre!” está impresso o brasão do

Império, seguido do texto integral da referida lei e suas determinações. Na mesma página, há pequenos artigos escritos por mogimirianos ou por pessoas moradoras em Mogi Mirim, louvando a importância daquela lei. Eis alguns trechos do texto de Doutor Alexandre Coelho: “A escravidão infiltrou sempre nas fibras vitais dos povos o veneno que produz a pobreza física, a decadência intelectual e a corrupção moral. Se não fossem os três séculos de escravidão, o Brasil seria hoje a primeira Nação do mundo. A lei que extinguiu a escravidão no Império lançou as bases de uma sociedade nova, edificada sobre a independência individual. Glória aos evangelistas do progresso e da civilização, que souberam lutar pela causa da abolição e hoje colhem os louros dos sacrifícios derramados na arena do combate”.

Na página 2, entre outros, há esse artigo de autoria do Cônego Luiz José de Brito: “Viva a Pátria! Hosanas a todos os que prezam a liberdade, que é o dom mais precioso da existência humana. O Brasil que, ainda ontem, encerrava alguns de seus filhos com as algemas da escravidão, hoje constitui um povo livre, igual e irmão, realizando assim os princípios do sacrossanto lábaro do Mártir Nazareno, desfraldado nas alturas do Gólgota. Honra, pois, à memória dos grandes cidadãos que já existem, e glória a todos os vivos que concorreram para a segunda grande epopeia da nossa querida Pátria”.

No dia 13 de maio de 1888, pelo telégrafo, o povo mogimiriano recebeu com entusiasmo a notícia de que estava extinta a escravidão no Império do Brasil. No dia seguinte, ela foi comemorada expressivamente por autoridades e povo. Na página 3 do aludido jornal, aparece esta notícia: “O reverendo vigário desta paróquia, Padre Eboli, convidou o povo para assistir à missa que, em ação de graças pelo grandioso acontecimento, foi cantada na Igreja da Matriz, às 7 horas da

noite. Às 6 horas da tarde, à frente da banda de música do Clube Euterpe, grande massa de povo chegou ao nosso escritório, sendo convidado a entrar. Tocou na sala da redação da “Gazeta” a banda do Clube, escolhidas as peças do seu repertório”.

“O Doutor João Mendes, em inspirada alocução, pediu que tocasse o Hino Nacional, queria ouvi-lo, pela primeira vez, executado na Pátria Livre. Falou mais o cidadão italiano Senhor Ângelo Cassiani. Às 7 horas orou o nosso colega Doutor Alexandre Coelho, convidando o povo para assistir ao Te Deum. A igreja estava repleta do povo, notando-se muitas famílias. Antes da cerimônia religiosa, fizeram alocuções alusivas ao ato os reverendíssimos Vigário João Eboli e Cônego Luiz José de Brito. Findo o Te Deum, o povo, em massa, precedido de duas bandas de música, percorreu as principais ruas da cidade, usando da palavra durante a passeata muitos oradores”. Na mesma página 3, está impressa a seguinte seção livre: “Festa promovida pelos homens de cor, em regozijo pela abolição da escravatura no Império, domingo, 20 do corrente. Programa: Alvorada às 4 horas da madrugada; Missa das 9 às 10 horas, na Igreja São Benedito; Procissão cívica às 6 horas da noite, percorrendo as principais ruas da cidade, até o Largo. A reunião se formará no Largo da Cadeia. No trajeto se farão entregas, por uma comissão de meninas, de uma pena de ouro e alguns buquês a diversas pessoas. Convidam-se todos os clubes e todas as classes a abrilhantarem esta festa da liberdade. O Secretário da Comissão de Festas, Pedro Cândido de Almeida”.

Várias transcrições foram feitas aqui, com o objetivo principal de divulgar os conteúdos mais importantes daquele exemplar da “Gazeta de Mogy-Mirim”, do qual talvez exista apenas um em Mogi Mirim, que me pertence. (a) Sérgio Romanello Campos”.

Passados 25 anos, o Monsenhor MOYSÉS NORA (ainda Cônego em 1914) também registrou uma passagem de festa em seu livro “Perfis = Cartas e Borrascas Passadas”, editado pelo Cônego Moysés Nora, em 20 de junho de 1914, pela Editora “A Vida Moderna”, Rua Santa Ephigênia, 3-A, São Paulo. (Acervo: Monsenhor Clodoaldo de Paiva)

“1914 – lembranças do dia da abolição da escravatura: “Samba e quentão! O samba fervia na fria noite de 13 de maio, esfuziante e bulhento como num dia de loucura. Alguns bêbedos, com a baba a escorrer dos lábios grossos, dormiam junto às fogueiras, enquanto outros abeiravam-se, d’olhos morteiros e gestos cuidadosos, das barraquinhas d’onde a pinga saía e o quentão fervia nas panelas.

O dinheiro da hespanhola
Vai por trás, vai por diante
Por cima ele bota estopa.
Meus collega...
Por baixo bota barbante

Eu queria bem andar
Pela parte que já andei
Um negro como eu na Orópa
Meus collega...
Até servia pra ser Rei.

Eu saí de minha cedo
Mais pió do que um coitado
Não corro de paisano
Meus collega...
Eu tenho medo de sordado.

Vá saindo, mulatinha
Não venha mais me atentar
Sô fio do Rancho Grande
Meus collega...
Não quero-me machucar.

Esses versos, autênticos, que foram feitos à luz da fogueira, eram cantados pela turba ébria dos dançadores. Uma gorda negra tomara pra si o bumbo e o repinicava com ardor, com fúria, fazendo estrugir o rude instrumento, com uma violência louca. Os pretos de em redor, de olhos piscos e pálpebras pesadas, celebravam com frases de elogios aquele ato, que para eles era assombroso. O Bastião do Automóvel e Madame Bastião fitavam o ardor daquela festa, sem se arrisarem a cair na loucura do samba. De repente um “Etyópico filho de Therpsychore” separou-se da roda de samba. Interrogámo-lo, desejosos de taquígrafar os versos que acabara de cantar. A troco do serviço, oferecemos-lhe Cognac.

- Obrigado, não tomo álcool, prefiro um quentão...

E bebeu avidamente. A uma hora da madrugada, o Sargento veio avisar que estava terminado o samba, por ordem do Delegado. Para comovê-lo, cantaram os negros:

Ai, lê, lê ... ai, lá, rá...

Ara viva, sô Sargento

C’o seus Sordados também...

Nada comoveu o filho de Marte, o samba acabou aquela hora mesmo.”

PANORAMA III

A Cervejaria Mogiana (antiga fábrica de Cerveja e Gelo, fundada pelo Major Carlos Pinho) foi a primeira indústria da cidade, fundada em 1898. O malte e o lúpulo eram importados e um de seus produtos foi a cerveja preta Inglesinha, marca conhecida em boa parte do País. Houve um período em que a fábrica ficou fechada, mas, em 1932, foi reaberta pelos senhores Otto Simaneck, Humberto Mattioli e Antônio

Missaglia. O nome “Inglesinha” homenageava a cerveja inglesa “Guinness”, a top da época, e a produção diária era respeitável: 5 mil garrafas de cerveja clara e preta, em “quartinho”, em “meia” e o apreciado chopp engarrafado, além dos refrigerantes, transportados por cabriolets para hotéis, bares, vendas e empórios paulistas e de outros Estados. Mais tarde, Amucce Truffi adquiriu primeiramente a cota de Simaneck e depois, as cotas dos demais sócios, tornando-se o responsável pela fábrica, juntamente com seu filho e o genro, os quais ampliaram a produção de extrato de malte seco para a Kibon e para a Toddy.

A concorrência era intensa e as marcas poderosas Brahma e Antarctica já haviam desencadeado o projeto de compra das cervejarias pequenas, em todo o Brasil. As concorrentes da Inglesinha eram a Níger, a Mãe Preta e a Caracu, em tempos em que a cerveja clara começava a gozar da preferência do público, fato que desencadeou a brusca redução da produção da cerveja preta, muito consumida até os anos 60. Em 1981, a Cervejaria Mogiana foi encampada para a Coca-Cola, cuja holding de empresas fundou a Kaiser, mas, em 1997 perdemos para Jacaré a nossa unidade cervejeira, que gerava muitos empregos e renda para o Município, a primeira em arrecadação de ICMS, contribuindo com 8%. No final dos anos 90, ocupou os galpões a Cervejaria Cintra, atuando por poucos anos. Em 1999, o Brasil assistiu à união entre as marcas centenárias Cervejaria Brahma & Vileger e Companhia Antarctica, conhecida pelos brasileiros pela marca Cervejaria AmBev, a qual anunciou a compra da Cintra em 2007, e hoje ocupa parte do que já foi grandioso. O conglomerado é apenas um retrato parcial do que vemos na cidade, pois também se mostra mal conservado, com vidraças quebradas e muito mato nas calçadas, já que está ocupada apenas a parte dos escritórios e o pátio.



Foto 13



Foto 14



Foto 15



Foto 16

Fotos 13, 14, 15 e 16: O nome “Inglesinha” nas 5 mil garrafas de cerveja clara e preta por dia, em “quartinho”, em “meia” e o apreciado chopp engarrafado, além dos refrigerantes, transportados por cabriolets para hotéis, bares, vendas e empórios paulistas e de outros Estados. Cervejaria Mogiana, a primeira fábrica de Mogi Mirim, em foto da década de 30, e, nos anos 80, a potência em que se tornou, na Avenida Jorge Tibiriçá. Cerveja ou elixir? Altamente vitamínosa, além de tudo, ainda funcionava como “reconstituente estomacal”, pela propaganda da época. (Foto: A Paulistinha. Acervo: Pintaca & Rosana)

No início do Século XX, a cidade não ia bem, não se construía novas casas, as velhas já estavam desmoronando, o teatro estava fechado, não havia divertimentos, nem clubes, o jardim era cercado de arame e fechava às 8 da noite, não havia música no coreto. A Santa Casa funcionava, mas não havia água, telefone, nem esgoto. Água: o povo passava desconforto e buscava água nas fontes com baldes, latas, jarras. Na Praça da República (Rui Barbosa) era só capinzal, ali se armavam o circo de cavalinhos. Esse era o panorama da cidade no começo do século.

O Coronel Venâncio resolveu doar terras para a construção da escola Coronel Venâncio. O

primeiro diretor foi o Professor Valério Strang, em 1919, após sua inauguração.

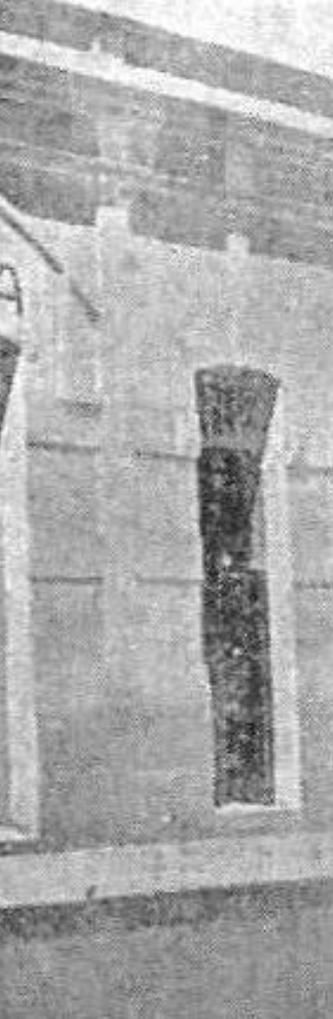
Em 5 de julho de 1900 foi fundada a Casa Cardona – oficina de papelaria, livraria, de composição tipográfica e responsável pela imprensa do jornal “A Comarca”. O artista Benedito de Matos faz a primeira exposição de pintura a óleo, cinco telas expostas no salão da Casa Cardona, intituladas “Meditação” e “Natureza Morta”, trouxe muitos assistentes. Ficou escrito: “Os quadros atestam de maneira clara e firme o talento artístico deste jovem, que não possui os meios necessários para frequentar os salões de arte onde pudesse ser aproveitada a sua inteligência”.



Foto 17: O prédio da tipografia, papelaria e livraria da Casa Cardona foi fundado em 1900, sendo a sede oficial em Campinas. Em 1926, Francisco Cardona transferiu as funções para Francisco Piccolomini (redator-chefe), Emílio José Paccini (livraria e papelaria) e Orlando Paccini (tipografia). Na porta do centro, vemos Paccini e Piccolomini. Na segunda porta, ao fundo, a sombra de um homem de chapéu: Francisco Cardona, fundador da firma, que não apreciava deixar-se fotografar. Orlando Bronzatto, o Pintaca, é o garoto do centro do trio de funcionários. A Casa Cardona encerrou as atividades, editando apenas o único jornal da cidade: A COMARCA. (Fotógrafo: OLIVEIRA, em máquina quadrada de fole de 30 centímetros, em chapas de vidro. Dentro dela ficava o revelador, a água e o fixador. Acervo: Pintaca & Rosana)

Em 1908, deu-se início às obras na Cachoeira de Cima, a fim de ser fornecida força motora e luz para Mogi Mirim e Mogi Guaçu. A obra da usina começou a se tornar realidade em 1908, por ocasião do contrato de cessão das terras de João de Deus Silveira Bueno e sua mulher, Lydia Franco Silveira Bueno, e previa um canal de captação de 380 metros, com 6 a 10 metros de profundidade e cerca de 3 metros de largura, com três comportas. Para a barragem, foi construído um paredão de 1,5 de altura e 15 metros de comprimento e, ao final do canal, a

usina, com 2 unidades e capacidade para 800 cavalos, com gerador trifásico de 200 kilowatts e 8.000 volts; a água voltava ao rio por um canal de fuga de 110 metros e as máquinas traziam a marca General Electric e foram adquiridas em Nova York, EUA. A água do rio Mogi Guaçu era captada através de um canal de adução de 380 metros de comprimento, de seção trapezoidal, com bases de 6 e 10 m e altura de água de 2,70 metros. As comportas eram três, com mecanismos de regulação e grades de ferro. Uma barragem de 1,5 m de seção e de 15 m de



comprimento elevava em meio metro o nível do rio a montante da cachoeira. O preço mensal da luz elétrica variava: lâmpada de 10 velas: 2\$; 18 velas: 3\$; 25 velas: 4\$; e 32 velas: 5\$. A iluminação do Theatro São José custava 5\$000 por noite. O consumidor de mais de 100 velas que pagasse a conta até o dia 6 de cada mês deveria se dirigir ao escritório para fazer jus ao abatimento de 15%.

Em 29 de março de 1909, os Senhores Paulo Valensin e Salvador Franco Bueno, empresários das obras da Cachoeira, mandaram construir no centro da Praça Pedro Álvares Cabral (atual Praça da Bandeira) um prédio em forma de castelo para servir de centro de distribuição da força e luz. A primeira rua iluminada foi a Rua do Comércio (atual Doutor José Alves). A cidade inteiramente ornamentada com folhagens e bandeirolas apresentava nesse dia um aspecto deslumbrante.



Foto 18: Vista do prédio da Rua Doutor Ulhoa Cintra, nº 448, esquina com a rua Voluntário Chiquito Venâncio, onde residia o advogado Tenente Doutor Pedro Paulo de Matos, nos idos de 1908. O local abrigou o escritório da Empresa de Luz e Força. Como a luz elétrica só surgiu por aqui em 1909, podemos ver os lampiões de petróleo depurado, feitos na Bélgica. (Foto: A COMARCA).



Foto 19



Fotos 19 e 20: 1909 – Paulo Valensin deixa seu registro na estação de captação - Cachoeira de Cima. Vemos o alojamento das Madres espanholas e internas do Colégio Imaculada; a Igreja do Rosário (de taipa, construída em 1.800 e demolida; e, à direita, o Castelo de Força e Luz. (Fotos: Acervo Pintaca & Rosana)

Em julho de 1909, inaugurou-se a linha telefônica. Em 1912, Monsenhor Moisés Nora inaugurou o Colégio Imaculada, a primeira escola privada da cidade. Em 1917, foi fundada a Linha de Tiro de Mogi Mirim, incorporada no Exército sob nº 435 e tendo como Presidente o Capitão Francisco Ferreira Alves. Os mogimirianos, entusiasmados, comemoram a entrada do Brasil na guerra contra a Alemanha, em consequência de navios nacionais terem sido afundados por submarinos alemães. O povo mogimiriano vai à praça em movimento de desagravo do brio nacional ofendido.

Um salto de 40 anos e, em 1965, no alto do Mirante e nos fundos do Matadouro Municipal, uma obra significativa se fundava: a sede do Tiro de Guerra, de Mogi Mirim. À época, o TG somava mais de cem atiradores em cada turma e Mogi Mirim corria o risco de perder os serviços, se não se mobilizasse na construção de uma sede própria. Não restou saída ao Prefeito Luiz Gonzaga de Amoêdo Campos que não fosse abrir o primeiro trecho da avenida perimetral e destinar área para a sede do TG, na antiga Avenida

do Contorno, Estrada dos Alves, Mirante. Os galpões foram construídos a toque de caixa e com a amplitude exigida pelo regulamento para as instruções militares e aulas de ginástica, e o Prefeito marcou a data para a sua inauguração. No dia 21 de abril de 1966, feriado em que o Brasil lembra a figura magnífica do Mártir da Inconfidência, Tiradentes, a inauguração festiva foi um sucesso. A Junta de Alistamento Militar atendia em sala da Prefeitura Municipal; mais tarde, ocupou imóvel alugado na rua Paissandu.

As agências bancárias se instalaram em 1918 – 17 de março, inaugurada a Caixa Econômica Estadual, anexada à Coletoria Estadual. A partir de 1920, vieram o Banco Comercial, Banco Moreira Salles, Nacional e do Estado. Cabe aqui as histórias de outras duas instituições muito importantes para a cidade, ocorridas na década de 60, época de prosperidade.

Em 12 de maio de 1962, foi inaugurada no centro da cidade a sede da Caixa Econômica Estadual, cujo slogan era “Nossa Caixa, Nosso Banco”. Foi adquirido o casarão, ao lado da Sorveteria

São José e da Igreja Matriz, cujos familiares procederam à venda ao Governo Estadual por Cr\$ 78 mil cruzeiros, que o demoliu e construiu a sede da Nossa Caixa. A arquitetura, das mais modernas, deu novo ar à Praça São José, ao lado da Matriz de São José. Mogi Mirim se fez representar pelo Prefeito Luiz Franklin Silva, o Presidente da Câmara, Vereador Adib Chaib e demais Vereadores, além das autoridades de estabelecimentos Estaduais aqui sediados. O Diretor da unidade local foi escolhido pela Regional e empossado: Humberto Barros Franco. A unidade mogimiriana da Caixa Econômica do Estado já podia divulgar seus primeiros contratos de empréstimo com o serviço de água local, pavimentação da cidade, compra de máquina motoniveladora, construção do novo Mercado Municipal, construção da nova piscina do Grêmio mogimiriano e empréstimo para a construção da nova sede do Clube Recreativo. Firmar tais contratos significou que o dinheiro do povo estava sendo utilizado para o próprio povo mogimiriano; a Autarquia bancária, que não visava lucros, servia apenas de intermediária para fazer valer o desenvolvimento social, propiciando benesses à comunidade. O Banco do Brasil adquiriu o prédio por mais de R\$ 5 bilhões e transferiu a segunda agência para lá. Entretanto, a crise fez com que decidissem por um plano de redução, o fechamento de centenas de agências e a economia de cerca de R\$ 750 milhões; o prédio foi a leilão, arrematado por particular, e está fechado.

Ainda fazia falta à organização bancária uma agência do banco oficial brasileiro – o Banco do Brasil S.A. – para a guarda de numerários, compensação de cheques e centralização dos malotes com contratos, faturas para cobrança e outros negócios importantes.

A cidade havia recebido o Deputado Ranieri Mazzili, que se sensibilizou ao rogo das

autoridades e, quando exerceu interinamente a Presidência da República, fez as tratativas junto ao Presidente do Banco do Brasil, Nei Galvão, o qual assinou, em 12 de julho de 1963, o ato de criação da agência na Cidade Simpatia. O cidadão César Ferreira Lima também se empenhou para conseguir a implantação da agência na cidade. A cidade havia recebido no primeiro semestre, a visita de um Inspetor do banco, para se reunir com representantes de segmentos importantes, inclusive da zona rural, para conhecer seus pedidos. Na verdade, todos assentiram que, para uma cidade crescer, deveria haver maior amplitude na linha de crédito para a lavoura, o comércio e a indústria, a fim de aprimorar a produção. O Inspetor prometeu que a agência seria aberta em 1963, deixando esperançosos os trabalhadores, os profissionais das mais diversas áreas e as autoridades.

Com efeito, o Banco do Brasil desenvolveu novo sistema de negócios para aqueles proprietários rurais que desejassem doar ou arrendar terras aos seus empregados. O projeto chamava-se “Carteira de Colonização do Banco do Brasil”, com financiamento voltado à reforma agrária, ou seja, àqueles que, sem ambição de lucros ou sem interesses egoísticos, desejassem formar sua agricultura, em terra própria, para o sustento de sua família e para a comercialização. Os ônus do financiamento cabia ao proprietário que quisesse arrendar terras, mas daria isenção àqueles que fossem doá-las aos seus empregados, fato inédito até então em toda a história das agências financeiras do País. Isso porque a responsabilidade seria transferida do doador ao donatário, paulatinamente, assim como as garantias contratuais, onde o donatário arcaria com o pagamento dos juros e a comissão cabível ao BB. As terras doadas ficavam hipotecadas no Banco do Brasil, até a liquidação final dos empréstimos concedidos.

Ficou decidido: a agência do Banco do Brasil seria na Praça Rui Barbosa, esquina com a Rua Doutor José Alves, no prédio de propriedade do Senhor José de Souza, onde funcionava a Sociedade Mogimiriana de Automóveis, e as obras de melhoramentos estavam indo de vento em popa, já que a inauguração estava prevista para agosto de 1964 (mas atrasaram, só pra variar). O primeiro gerente foi nomeado: Senhor João Nivaldo Milito, que, com a ajuda do subgerente Nege Além, que cuidou da compra dos móveis e utensílios e da nomeação de provisórios, até que se efetivassem os concursos públicos. Finalmente, a agência foi inaugurada em 17 de outubro de 1964, se constituindo num grande acontecimento social e de ampla ressonância nos meios produtores rurais, comerciais e industriais. Só mais tarde, a agência foi transferida para o local onde hoje conhecemos, do outro lado da Praça Rui Barbosa.

Em sete de setembro de 1922, festejou-se o Centenário da Independência do Brasil, com grande festa.

As fábricas elétricas de transformadores chegaram em 1926, com as famílias Marangoni e Balestro. A “Gibal” pertencia a Gino Balestro e José Marangoni e funcionava na Rua José Bonifácio, nº 51, fabricando para-raios de alta e baixa tensão, reguladores de voltagem com perfeição técnica, isolantes de papelão, redutores de corrente, chaves e cabines elétricas e consertava turbinas hidráulicas. Mais tarde, com a fim da sociedade, fundaram, respectivamente a Indústria Elétrica Marangoni Maretti, em 1940, e a Indústria Eletromecânica Balestro, em 1954.

Em 1928, 28 de outubro, lançada a pedra fundamental da nova Igreja da Matriz de São José, local fronteiro à Praça Rui Barbosa. A história registra que jamais se viu um movimento de construção como na década de 40. É o progresso da localidade que se anuncia, confiado na proteção de São José, cujo templo estava em vias de acabamento. Além disso, houve a inauguração do Jardim da Praça Rui Barbosa, radicalmente reformado com a construção de fonte luminosa, o coreto e a pavimentação.



Foto 21



Foto 22

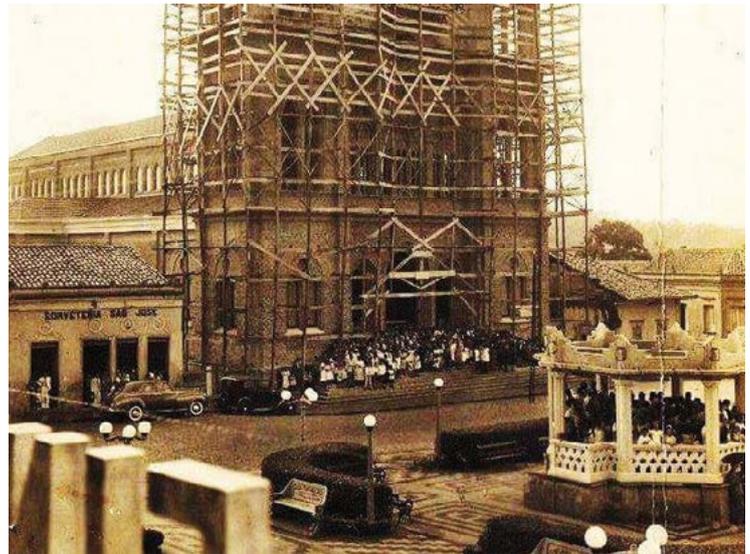


Foto 23



Foto 24

Fotos 21, 22, 23 e 24: Antiga Igreja de São José; 7 de abril de 1929, quando restava apenas a fachada da antiga Igreja, no meio da praça e a sequência de demolição; a Matriz de São José, fundada em 28 de outubro de 1928, inaugurada em 19 de março de 1943, em fotos das décadas de 40 e 80. Projeto dos Engenheiros Rogério Vieira Tucci e Paulo Vieira Tucci. O Escultor Carlos Grite e os arquitetos Francisco Batazzi e Bruno Sercelli, ambos formados pela Escola de Belas Artes de Roma, também participaram do projeto. (Fotos: Acervo Pintaca & Rosana)

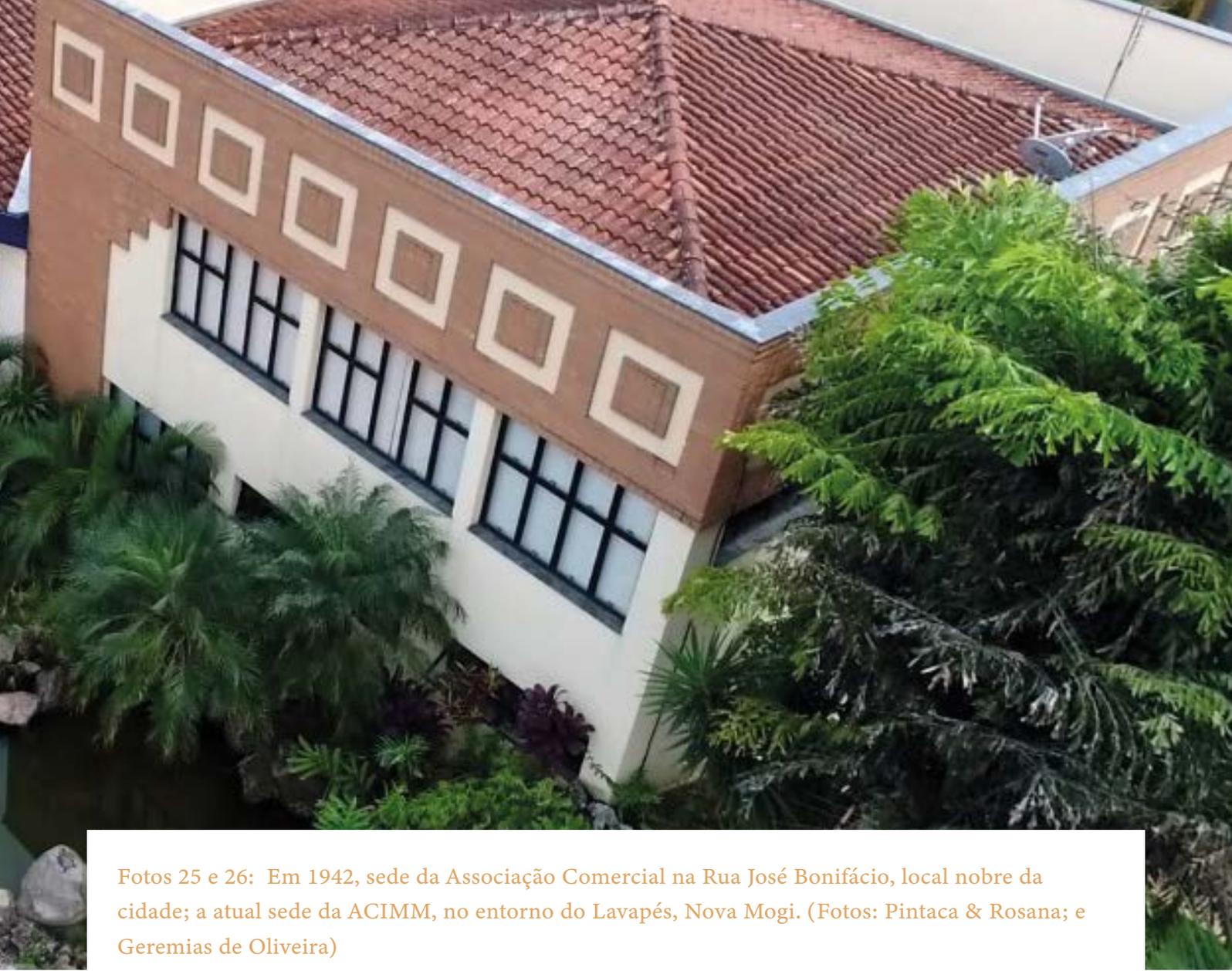


COMERCIANTES E INDUSTRIÁRIOS ASSOCIADOS

Em 23 de dezembro de 1929, Laurentino Pereira Gulart reuniu em sua residência vários comerciantes para discutir a fundação da Associação Comercial de Mogi Mirim. No encontro, foi nomeada uma comissão para contatos com a Associação Comercial de Campinas, no intuito de viabilizar a proposta de se formar um órgão de representação, orientação e defesa dos interesses da classe empresarial. O trabalho da comissão foi dinâmico e já no dia 29 de dezembro de 1929, na sede da Società Italiana de Mútuo Soccorso foi realizada uma Assembleia Geral e eleita a primeira Diretoria Executiva e o Conselho Consultivo, e aprovados

os Estatutos Sociais. Em 1960 a prestação de serviços da entidade ganhou novo dinamismo com a inclusão da área industrial e, em 27 de julho, através de Assembleia Geral, sua denominação foi modificada para Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim. Em 27 de junho de 1962, a entidade recebeu a declaração de utilidade pública, pela Lei Municipal nº 416.

Desde a década de 80, a ACIMM movimentou associados e consumidores, realizando campanhas promocionais, parcerias com outras entidades para a realização de cursos, palestras, seminários e treinamentos e patrocinando para Mogi Mirim a vinda de importantes personalidades de nível nacional.



Fotos 25 e 26: Em 1942, sede da Associação Comercial na Rua José Bonifácio, local nobre da cidade; a atual sede da ACIMM, no entorno do Lavapés, Nova Mogi. (Fotos: Pintaca & Rosana; e Geremias de Oliveira)



Foto 26

Temos que voltar ao tempo por uns anos, para mencionar um registro importante da história: a revolução Constitucionalista e seus efeitos em Mogi Mirim.

Em 5 de julho de 1924, teve início em São Paulo a revolução chefiada pelo General Isidoro Dias Lopes, de caráter puramente político. Várias colunas foram enviadas para o interior e Mogi Mirim foi tomada de assalto pelas forças legalistas – tropas mineiras. O pânico e a surpresa tomaram a cidade civilizada e pacífica. Depois de alguns dias, os revolucionários comandados pelo Tenente Cabanas entraram na cidade e a paz foi restabelecida. Mas, depois, “as tropas legalistas invadiram e houve prisões, espancamentos, humilhações aos cidadãos dignos, perseguições de que a cidade foi teatro e das quais guardará a mais triste recordação, devem contribuir para as consciências de seus autores encobertos ou ostensivos esse remorso de haverem perseguido inocentes A horda vandálica e a coluna legalista deixou um traço negro, de terror, de fiasco e de maldades”. (Redação de Sinésio Passos (Lúcio Treva) em “Meu Diário”, publicado em “O Diário do Povo”, de Campinas, em 24.6.28.

Em 1930, início do movimento armado - Aliança Liberal - contra o Governo Federal. A Câmara apresentou apoio integral ao Presidente da República, mas a revolução triunfou, com a deposição do governo. Na Câmara, o Partido Democrático se reúne e compõe uma junta governativa da cidade em 26 de outubro de 1930. Em 9 de julho de 1932, o Movimento Constitucionalista tem início em São Paulo, aclamando o Embaixador Pedro de Toledo como Governador dos paulistas. O povo de Mogi Mirim se interessou pelo movimento e pela atitude dos políticos do Estado, agitando-se pró-São Paulo, pela lei, pelo direito e pela liberdade. A cidade de Mogi Mirim tornou-se uma praça de guerra. Dia 4 de setembro, os paulistas abandonam Mogi

Mirim e foram para Jaguariúna. No dia seguinte, a cidade foi ocupada pelas forças da ditadura, que tomaram o prédio da Rua Doutor José Alves, onde funcionava o Paço Municipal, no Gabinete do Prefeito, às 22 horas e deram poderes ao Tenente Coronel Pedro Reginaldo Teixeira para nomear como Prefeito militar o Senhor Jerônimo Ferreira Romariz. Dois dias depois, em 7 de setembro, foi nomeado Prefeito de Mogi Mirim o Senhor Franklin Lima da Fonseca.

Em dois de outubro de 1932, o governo paulista foi deposto e assumiu o Ditador Coronel Herculano Carvalho. Em 3 de maio de 1933 deu-se a eleição constituinte, porque o povo paulista ainda clamava governo civil e paulista. Após resistência militar, em 21 de agosto assumiu o governo o senhor Armando Sales de Oliveira, trazendo esperança e nova iniciativa administrativa.

A nova constituição foi promulgada em 14.7.1934, com eleição indireta do Presidente da República Doutor Getúlio Vargas. A maioria paulista votou no Doutor Borges de Medeiros. O Governador Armando Sales de Oliveira é eleito governador, mantendo-se por algum tempo, mas deixa o cargo para candidatar-se à Presidência da República. Em 1935 foi assinada a Constituição do Estado. Em 10.11.1937, o Presidente Getúlio Vargas, junto com as forças armadas, deu um Golpe de Estado, fechando a Câmara e o Senado da República (porque se manifestaram contra o golpe, contra o atentado). Muitos foram presos e assassinados, surgindo o Estado Novo. Foi eleito Presidente da República por voto direto de 1951 a 24 de agosto de 1954, quando se suicidou, no Palácio do Catete, Rio de Janeiro, sede da Capital Federal.

O período era o da ditadura de Getúlio Dorneles Vargas, o “pai dos pobres”, que destituiu os Prefeitos dos Municípios e cerrou as portas

dos Legislativos no País, extinguindo os partidos políticos pelo Decreto-Lei nº 37, de 2 de dezembro de 1937, com o propósito de “reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país”, conforme pronunciou Getúlio no rádio, em 10 de novembro de 1937. Este foi o dia do golpe de Estado, onde Getúlio Vargas determinou o fechamento e outorgou a Constituição de 37, conhecida como “Polaca”.

Pela nova condição ditatorial do Estado Novo, Getúlio detinha o controle total do Executivo, passou a nomear interventores nos Estados e muitos se tornaram governadores, o que significou uma ampla vitória dos partidários de Getúlio nos Estados. Ademar Pereira de Barros foi nomeado Interventor federal e governou São Paulo de 27 de abril de 1938 a 4 de junho de 1941. Inaugurou, neste seu primeiro governo, as visitas frequentes às pequenas cidades, antes ignoradas pelos governadores. Foram 58 municípios do interior visitados por Ademar nos dois primeiros anos da interventoria.

Orlando Bronzatto, o Pintaca, deixou escrito:

“Em 1940, em sala especial e reservada, o Prefeito Ataliba da Silveira Franco fez um apelo de perdão ao Interventor Ademar de Barros sobre a dívida contraída em 1929, de um mil e oitocentos contos de réis que a Prefeitura de Mogi Mirim mantinha com o Estado, que estava mandando cobrar, e havia sido corrigida para 3.461.637.952. Após as razões e contrarrazões, assim se sucedeu: o Interventor apanhou a pasta contendo os autos contra Mogi Mirim e disse ao Prefeito: “É por isso que o senhor está nervoso, Senhor Ataliba?” Este confirmou. O interventor abriu a página final do processo, ordenou ao seu secretário que batesse um carimbo e o rubricasse. Assim feito, o Interventor disse: “É isso aí. Está bom pra você, Ataliba?” O Prefeito Ataliba da Silveira Franco leu o carimbo com os dizeres: “Liquidado”, o que lhe provocou lágrimas de alívio e de felicidade, e também um repentino mal-estar, sendo necessário chamar um enfermeiro para ministrar a providencial dose de calmante. Todos aplaudiram o Interventor do Estado pelo feito a favor da cidade de Mogi Mirim, tirando um peso dos ombros do Prefeito Ataliba”.



Foto 27: 12.4.1940 - Palácio dos Campos Elísios, SP. Em nome da Comissão, falou o Dr. Paulo Teixeira de Camargo, que outorgou ao Interventor Ademar de Barros o diploma de Presidente honorário da Associação Mogimiriana de Beneficência. Após, houve a liquidação da dívida municipal. Vemos Doutor Décio Pereira de Queiróz Telles, Vítório Cerrutti, Paulo Januzzi, Francisco Piccolomini, Pascoal Stábile, Gama e Silva, Aprígio Gonçalves da Silveira, Antônio Coppo, o Prefeito Ataliba da Silveira Franco e o Promotor Doutor Paulo Teixeira de Camargo

Em 1934, Sebastião Bordignon fundou a Serraria Santa Cruz no bairro do mesmo nome e, pouco tempo depois, com seu excelente trabalho, arrebanhou clientes de outros municípios. Vendo a necessidade de ampliar a produção, em 1941 transferiu os equipamentos da serraria para a Rua Marciliano, 697, onde operou até 1948, quando passou o estabelecimento às mãos dos filhos João e Ângelo Bordignon, que se tornaram sócios na “Serraria Santa Cruz, de J. Bordinhão & Irmão” (reparem a variante no sobrenome), propagando que seu maquinário era o mais moderno: movido à eletricidade, para produção de jogos de batentes e folhas de portas, caixilhos, veneziana, portas de almofada, tábuas próprias para assoalhos e forros e uma seção destinada à comercialização de telhas. Na década de 50, produzia 150 peças de cada especialidade por mês, para serem vendidas em Mogi Mirim e outras praças, e, neste caso, transportadas por caminhão e por estrada de ferro.

Henrique Storti, italiano de Mantova, nascido a 11 de julho de 1880, aprendeu a amar nossa terra e nossa gente e se tornou um mogimiriano de coração. Henrique chegou a Mogi Mirim em 1884 e, por volta de 1925, fez funcionar as máquinas de sua pequena fábrica de refrescos e licores, produzindo 100 dúzias por mês. Após sua morte em 1947, os filhos cumpriram a diretriz para concretizar os sonhos do pai, colocando a Fábrica de Refrescos Irmãos Storti entre as primeiras da cidade, especializando-se na fabricação de refrigerantes como Soda Limonada, Guaraná Delicioso, Extra-Cola, Maçã, Vinho Branco Storti e Vinagre Delicioso, produtos que prestigiavam uma próspera firma

mogimiriana. Além do mais, a empresa distribuía os produtos Antartica, Brahma e Castelo. A fabricação chegou a dez mil dúzias de garrafas mensais, produzidas por dez funcionários, que manipulavam a Dixie-F, moderna máquina que substituía dez funcionários na charopadeira, enchedora e sistema de fechamento automático, com rolhas metálicas, produzindo três dúzias por minuto, sem contato manual. A empresa possuía três caminhões para transportar os produtos, atendendo bares e restaurantes e atendendo em domicílio. A fábrica funcionou na Rua Marciliano, nº 560, esquina com a Travessa Maria Carolina.

Nas décadas de e 40 a 70, a cidade de Mogi Mirim prosperava. Em 30 de janeiro de 1941, Mogi Mirim emprestou do Estado Cr\$ 1.810.000,00 para solucionar o problema das finanças. As cooperativas dos Plantadores de Algodão de Posse da Ressaca e de Consumo dos Professores e Funcionários Públicos de Mogi Mirim se uniram. A elas, outras foram fundadas, com o objetivo é fazer compras em comum e dar conta das despesas.

A cidade contava com serviços federais de Correios e Telégrafos e também com a agência telegráfica da Cia Mogiana de Estradas de Ferro, bem como com a Companhia Telefônica Brasileira.

A estação rodoviária foi inaugurada em 1949, na esquina das ruas Padre Roque e Padre José, para servir a população urbana de 20.733 cidadãos, sem contar a população dos Distritos de Paz.



Foto 28: 22.12.1949- Inauguração da Estação Rodoviária, o arquiteto do prédio, William Hentz Gorham garantiu instalações completas e primorosas aos viajantes. Em 1949, a população urbana somava 20.733, sem contar a população dos Distritos de Paz, que faziam parte do Município de Mogi Mirim. (Foto: Studio Penha)

Uma década depois, ao tempo de Luiz Gonzaga de Amoêdo Campos na Prefeitura, foi elaborado o primeiro Plano Diretor da cidade e, após a abertura de vias importantes para o bairro do Mirante e no sentido do Lavapés, pensou-se em novo local para a rodoviária, para desafogar o tráfego central: o alto da rua Padre Roque. À época do Prefeito Luiz de Amoêdo Campos Netto, determinaram-se novas diretrizes para desenvolver a cidade, para os lados do antigo Campo de Aviação. Assim, o Prefeito destinou as imediações do Jardim Nossa Senhora Aparecida para a edificação da nova rodoviária, onde hoje conhecemos. A empresa Irmãos Davoli edificou o prédio e esteve à frente da administração da rodoviária. Atualmente, a Socicam Terminais de Passageiros, empresa que atua em todas as regiões do Brasil, é a responsável pelos serviços.

Os comerciantes, vislumbrando melhores oportunidades de negócios, transferiram seus

comércios para aquele local, já que o fluxo de passageiros seria intenso, justificando os mais de 400 horários de ônibus, durante 24 horas.

O Plano Diretor foi reeditado em 2007 (Lei nº 210) pelo Prefeito Arquiteto Carlos Nelson Bueno, o qual havia feito parte da comissão técnica do primeiro plano diretor, editado em 1966. A rodovia que liga Campinas a Mogi Mirim começou a ser pavimentada em 1950, no Governo Estadual do Doutor Adhemar Pereira de Barros, dinâmico político que deu continuidade à obra de difusão rodoviária iniciada pelo Washington Luiz. Com isso, os abastados compraram seus automóveis, para agilizar as viagens e não depender dos horários dos coletivos. Os técnicos em mecânica não tardaram em equipar suas oficinas de reparos. A oficina mecânica de Camargo, Zelante & Cia – Estabelecimento Chevrolet – se especializava nos consertos e trocas de peças e acessórios dos

automóveis e caminhões. A oficina se situava na rua Padre Roque, nº 38.

A Jovira S. A. Importação e Comércio representava a marca Volkswagen na rua Padre Roque. A Ford, por sua vez, estava representada em Mogi Mirim desde 1945. A casa da Praça Rui Barbosa nº 146 funcionava sob a gerência do Senhor José de Souza. Além de automóveis, caminhões e tratores novos, com pronta entrega para venda, a casa consertava rádios e geladeiras marca Philco. Os motoristas que atravessavam a cidade abasteciam os autos no Auto Posto Romanello, que funcionou até os anos 80 na esquina da Padre Roque com a Praça Rui Barbosa (hoje sorveteria McDonald's).

Em 1950, o ensino público e particular ficava a cargo dos Grupos Escolares “Coronel Venâncio”, “Dr. Oscar Rodrigues Alves” e “Monsenhora Nora”, do Colégio Imaculada Conceição, da Escola Técnica de Comércio e do Ginásio São José. Havia três Agremiações Estudantinas. Havia 14 igrejas católicas, 1 templo protestante e 5 centros espíritas. Os três cinemas – Cine Vitória (de Orlando Bronzatto, o Pintaca), Cine São José e Cine Rex (de Salim Chaib) propiciavam deleite aos cinéfilos. A única biblioteca “Pedro Paulo Januzzi” disponibilizava grande acervo aos interessados.

O açougue e a fábrica de conservas de Tesh & Lichtscheidl, “A Paulista”, ficava na Rua Padre José nº 504. A indústria fabricava os salames “Mogimiriano” e “Itamogi”, além do Presunto “Itamogi”, frios em geral, linguças e banha, para a comunidade mogimiriana e de Municípios vizinhos, consumidores que buscavam o que havia de melhor. Sem dúvida, os artigos finos da fábrica de Tesh & Lichtscheidl atendiam à exigência da clientela.

Em 1947, Mogi Mirim recebeu o Senhor José Ferreira de Brito, que instalou a Fábrica de Sabão Cacique na Avenida Dr. Jorge Tibiriçá,

nº 139. A fabricação dos sabões era feita no salão especial de 240 m² de área. O proprietário contava com a ajuda de seus funcionários de confiança, Senhores Vitório Sukadolnik e Antônio Bataglia. Em tachos especiais, eram colocados os componentes da matéria graxa: óleo babaçu, óleo de mamona, silicato de sódio, sebo e soda cáustica, fervidos em temperatura ideal para alcançar a textura e a qualidade específicas. Feito o procedimento e ainda quente, a fórmula era levada às formas de 2,50 m por 0,80 cm, até esfriar. Por fim, pronto o sabão para o consumo, era cortado em pedaços de 150 e 250 gramas, acondicionados em caixas de madeira e papelão, para vender no atacado e varejo, nesta e em outras praças. Os apreciadíssimos sabões do tipo marmorizado eram comercializados com as marcas Cacique e Pagé e eram enviados a outros Estados por caminhão e pela Estrada de Ferro Mogiana.

Em 1937 surgiu a Fábrica de Colchões “João Marques”, na rua Dr. João Teodoro, nº 231, usando crina vegetal, capim membeca e algodão como matéria-prima para almofadas, travesseiros e colchões.

Em 1942, a Fábrica de Vassouras de “B. Vieira & Irmãos” funcionou na rua 13 de maio, nº 304, utilizando palhas piaçava, bassina e guiné, importadas da Argentina, nos produtos de fina exteriorização e consistente acabamento. A Fábrica de Cabos de Madeira para qualquer ferramenta, de Júlio Longhi, funcionava na Rua Santos Dumont, nº 143, no Aterrado.

A Grande Fábrica de Polpa de Frutas “União” tinha à frente Otávio Cerrutti e Filhos, que exportavam as frutas in natura e também a sua produção, com a extração de óleos cítricos e fabricação de massas de frutas e doces em geral, funcionando na rua Marciliano, nº 539. A fábrica Produtos Alimentícios “Mogy Ltda

oferecia concorrência na rua do Aterrado, nº 84. A Fábrica de Essências Artificiais e naturais de Estanislau Krol, fundada em 1916, fazia essências para xaropes, balas, bombons, caramelos e especialidades para gasosas. Esta fábrica recebeu prêmios – medalhas de ouro e prata na Exposição Internacional do Centenário do Brasil. Funcionava na Praça Duque de Caxias, nº 24.

A maior fábrica de beneficiamento de café e de arroz ficava a cargo de Silveira & Fernandes Ltda., fundada em 1943, com sede na Avenida Jorge Tibiriçá, nº 455, e contava com debulhador de milho e de arroz e moinhos para farelos de fubá e de arroz. O Moinho de Fubá “Santo Antonio”, de José Leinatti & Filho, ficava na Rua Coronel Leitão, nº 57 e oferecia forte concorrência, assim como Guerino Davoli e sua máquina de beneficiar Arroz e Moinho de Fubá na rua Santa Cruz do Belém, nº 136. Dalermo Primo Daólio comandava a “Santa Cecília”, na rua 13 de Maio, nº 250, nesse mesmo ramo de atividades.

A torrefação e Moagem do “Café Coppo”, fundada em 1919, garantia pureza e qualidade em seus produtos e funcionava na Praça Rui Barbosa, nº 23. O “Café Sanchez”, de João Guardia Sanchez, torrava e moía cafés por eletricidade, no processo de calor indireto na moagem, permitindo a conservação do aroma e do sabor naturais. Funcionava na rua José Bonifácio, nº 37. Na mesma rua, nº 178, funcionava o “Café Imperatriz”, de Maria das Dores da Rocha Leão, que fundou em 1945 a torrefação usando o torrador Lilla e os moinhos Albion.

A Fábrica de Produtos de Mandioca de Luiz Ângelo Bronzatto & Filhos trabalhava na manipulação da mandioca para farinha de mesa, raspa e farinha de raspa, atendendo na rua Dr. José Alves, nº 77 e na Rua dos Expedicionários, nº 136.

O Congresso Eucarístico Regional realizado em 1945 trouxe para cá importantes autoridades eclesiásticas. O sentimento cívico-patriótico se afluava na mesma linha que o progresso. Em 8 de maio de 1946, comemorando o “Dia da Vitória” contra a Alemanha, Itália e Japão, lançou-se a pedra fundamental do obelisco, por iniciativa da LBA – Legião Brasileira de Assistência e Prefeitura, em homenagem ao soldado desconhecido da FEB.

A PRIMEIRA ESTAÇÃO DE RÁDIO

O serviço de alto-falantes “Vitória” foi inaugurado em 12 de novembro de 1944 por João Marques Ocari. Em 1949, adquiriu os serviços Orlando Bronzatto, o Pintaca, com sede no prédio da Società Italiana de Mutuo Soccorso, rua Padre Roque, nº 60, e estava instalado na Praça Rui Barbosa. A programação musical-jornalística embalava as noites da sociedade mogimiriana. Em 1948 se deu a concessão do dial para funcionamento da Rádio Cultura de Mogi Mirim, em caráter experimental, com a instalação de um transmissor com a potência de 25 watts.

“Você está louco, Pintaca? Imagine uma emissora de rádio em Mogi Mirim!”

Foi isso que Orlando Bronzatto, o Pintaca, ouviu dos mogimirianos em 1949. Assim mesmo, tocou avante o seu projeto, junto ao sócio, Senhor Acésio Godoy Gomes. O Jornal “A COMARCA” fez a divulgação, com o apoio dos investidores Emílio José Pacini, Francisco Piccolomini, Orlando Pacini, Gabriel Costábile e Rogério Vieira Tucci. Em agosto de 1950, a Casa Cardona possuía um grande prédio abandonado, em área do Aterrado, onde seria instalado um distribuidor de óleo para automóveis e peças (antiga Manol). Dada a autorização para

ocupá-lo, Pintaca e Acésio foram à Sociedade Técnica Paulista para adquirir a mesa de som, o transmissor, caixa para transmissão externa, microfones e pedestais.

Concedida a permissão para entrar ao ar, em caráter experimental em 7 de setembro de 1950 - frequência 1.110 quilociclos, ondas médias de 270,3 metros - às 15 horas, Mário, o montador japonês, ligou o transmissor, repassou os controles e disse:

-Pode mandar o Hino Nacional. Prega fogo, Orlando!
Preparado o disco 78 rpm no prato, Pintaca, emocionado, abriu o volume e foi ao ar o Hino

Pátrio, iniciando, assim, a primeira transmissão da emissora que se chamou ZYR-26 - Rádio Cultura de Mogi Mirim, trazendo programação variada e os melhores locutores da cidade. Eis a vinheta: “De hora em hora, programas diferentes para o agrado de toda a gente. Uma emissora a serviço de uma região em progresso, publicidade eficiente comprovada pelos próprios anunciantes. Mogi Mirim Cidade Simpatia – um centro propício para todas as atividades econômicas”.

Assim, a radiodifusão fez o seu papel, aumentando as vendas comerciais, pela propagação dos produtos locais para os municípios vizinhos.

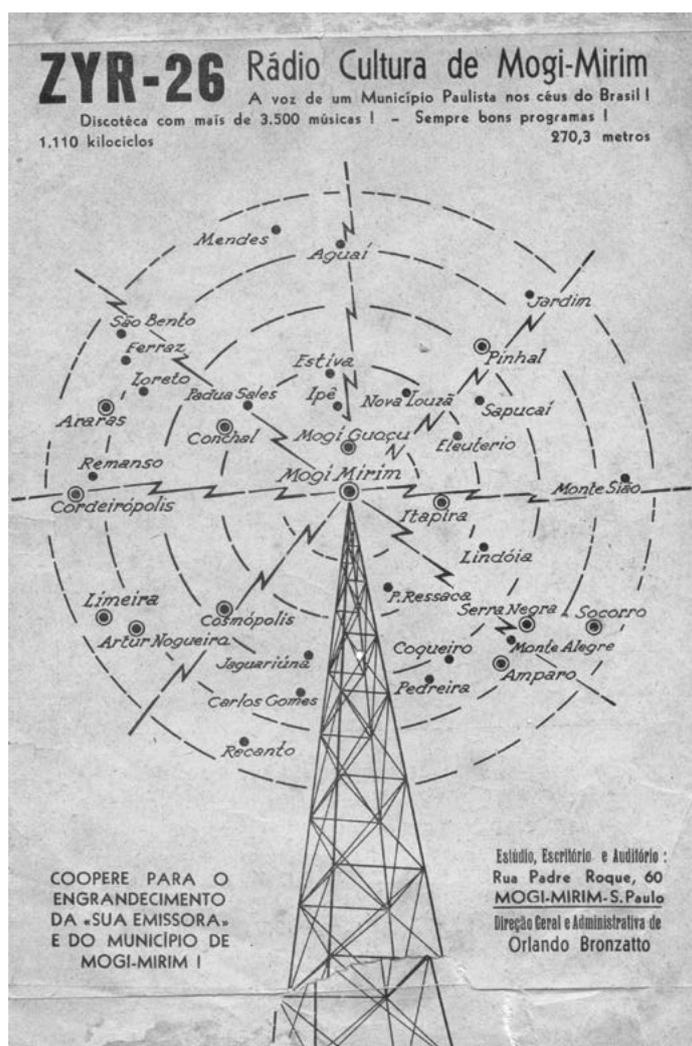


Foto 29



Foto 30

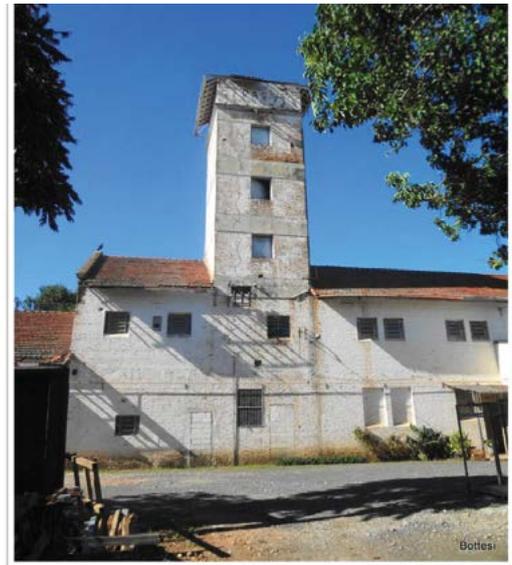


Foto 31

Fotos 29, 30 e 31: Informativo de alcance da ZYR-26 – Rádio Cultura de Mogi Mirim, dos saudosos sócios-fundadores Orlando Bronzatto (Pintaca) e Acésio Godoy Gomes, inaugurada em 7.9.1950. (Acervo: Pintaca & Rosana). A primeira estação da Rádio Cultura, instalada na última laje da torre, com acesso por escada de madeira, no endereço hoje conhecido como Rua Parísio de Almeida, nº 205 – Vila São José. A antena de transmissão foi afixada num eucalipto, à direita da foto. (Foto: Simão Horácio Bottesi)

A Fábrica de Cofres, Arquivos e Móveis de Aço “Marte”, fundada em 24 de setembro de 1947 por Valdemar Zingra, Guilherme Garlipp e Antônio Pinto, funcionava na Rua do Aterrado, nºs 83 e 93, em pequeno espaço, ampliado em meados de 1948, em resposta à onda de progresso que envolvia a área de móveis de aço na região. Tornou-se um dos expoentes da indústria mogimiriana, trazendo grande progresso para a cidade no fabrico de 90 cofres e mais de 30 móveis, com chapas de aço trazidas de Volta Redonda e outras usinas e seus produtos vendidos para todo o Brasil. A “Malta” Cofres e Móveis de Aço foi fundada em 1951, de José Costa e Luiz Vetoratto, funcionava na Rua 7 de setembro, nº 84, Aterrado, e mais tarde foi para as mãos de Ignácio J. Paulo e Cia Ltda, na rua Paissandu. Outra empresa de móveis e cofres de aço, fechaduras, copa-cozinha estilo americana se fazia representar por Indústrias PintoWunder,

de Pinto & Cia, que se situava na rua padre Roque, nº 428.

O “Pastifício Brasileiro” surgiu em Mogi Guaçu em 1916 por Sebastião Franco de Campos, que se transferiu para Mogi Mirim, na Rua Paissandu, nº 703 com o nome de Grande Pastifício “Santa Terezinha”. Suas amassadeiras produziam 150 quilos de massas/hora para macarrão de diversas espécies: talharines, cilíndricas, prensadas, parafusos, atendendo as cidades desde o sul de Minas Gerais, a Capital e muitas cidades paulistas. O Pastifício Lorenzetti firmava concorrência forte, com especialidade em massas com ovos – talharine, letria, parafusos, massas glutinadas – e funcionava na Rua Chico Venâncio, nº 83. José Guerreiro & Cia fundaram o “Pastifício Santa Therezinha”, fabricando massas finas em suas máquinas modernas, na rua Paissandu, nº 708.

A Fábrica de Arados, Carpideiras, Riscadores e Foices, de Manoel dos Santos, funcionava na Rua Ulhoa Cintra, nº 385.

A Fábrica de Tecidos Mogimiriana Ltda. funcionou na rua José Bonifácio, nº 147 (hoje Palace Hotel) pelo empenhos dos sócios Alcindo Barbosa, Antônio Cassiani, Benedito Costa, Fioravante Bertolazzo, Jerônimo Romanello, João Miguel Finhane e Romeu Albano. A grande área compreendia os fundos da rua Dr. José Alves, com 4 salões para caldeiras, teares, depósitos e engomadeiras, fabricando 1.500 metros diários de tecido para servir cidades de Minas Gerais e São Paulo. As Casas Pernambucanas vendiam tecidos de cores firmes na rua Conde de Parnaíba; Nicolau Januzzi vendia cristais finos, presentes e artigos para fantasias, além de material de construção, fogões, armas e munições na Casa Januzzi.

A Fábrica de Ladrilhos “Ângelo Zanibone” funcionava na rua Conde de Parnaíba, nº 230 desde a fundação, em 1949, e fabricava mosaicos, granolites, depósitos para água, balaústres, ornamentos e tanques para lavar roupa. Sua concorrente era a Fábrica de Mosaicos “Santa Cecília”.

A Peixe detinha a Usina Central de Açúcar de Barreiros, em Pernambuco, com sete fábricas Peixe de conservas e doces, de Pesqueira, Recife, Rio de Janeiro, Rio Bonito (RJ), Delfim Moreira (MG), São Paulo Capital e Mogi Mirim, cuja razão social era Indústrias Alimentícias Carlos de Brito S.A. adquiriu o controle acionário da empresa Produtos Alimentícios “A Sul América” S.A. Daí para a frente, arregimentou cerca de 500 funcionários para atender o crescimento da linha de produtos, que se tornaram famosos no mercado brasileiro e também no exterior, funcionando na estrada interna Mogi Mirim-Mogi Guaçu, instalada a 4 de julho de 1949. A

empresa contabilizava em seu patrimônio a Fazenda São José e outras grandes propriedades agrícolas de tomates, para a produção do extrato de tomate “Peixe”, com 4 mil hectares de pés, 40 mil pés de goiaba e 150 mil pés de marmelo. Na área empresarial, os 6.736 m² de terrenos foram ocupados com caldeirarias, armazéns, a fábrica de latas e grandes barracões com cobertura de alumínio, refletora de calor e iluminado por extensas áreas envidraçadas, sobre os módulos das coberturas. As máquinas eram importadas dos Estados Unidos e da Itália (conjunto de condensação “Tito Manzini”) e processavam as frutas, destaque para o pêssego, o tomate e o milho, com perfeita higiene. A empresa gerou algo em torno de trezentos milhões de cruzeiros em ICMS (antes se chamava ICM), dos quais, 20% ficavam para os cofres públicos, ou seja, sessenta milhões de cruzeiros. Ainda que possuísse máquinas de alta tecnologia, foram contratados algo em torno de 500 operários para trabalhar no complexo industrial da Peixe, tornando-a a maior indústria local e, no seu gênero, a maior do Estado de São Paulo.

O Sítio Bela Vista, de Teodomiro Teixeira Mendes realizava no campo da avicultura um trabalho moderno, com sua câmara de incubação e de eclosão da marca Buckeye, com capacidade para 32.640 ovos por mês e mil pintos por dia.

As entidades assistenciais surgiram por iniciativa dos coronéis, filantropos e famílias abastadas, que cediam seus palacetes ou construam edificações para abrigar crianças, idosos e doentes. Mogi Mirim contava com a Associação Mogimiriana de Beneficência (antiga Società Italiana), a Conferência de São José da Sociedade São Vicente de Paula, o Clube Recreativo, O Aeroclube, o Grêmio Mogimiriano, o Clube Columba (criação de pombo-correio), o Mogi Mirim Esporte Clube, o Instituto “Coronel João Leite”, o Instituto

Feminino de Menores (depois Masculino), o Dispensário Nossa Senhora (Casa da Criança), a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, um Centro de Saúde, uma agência modelo de Estatística Municipal, Coletorias Estadual e Federal, Posto de Fiscalização da Secretaria da Fazenda, Dispensário de Tuberculose, Inspetoria Fiscal e Caixa Econômica Estadual, além de quatro agências bancárias.

Havia um posto de policiamento e fiscalização de estradas de rodagem da Guarda Civil, cooperando com a Secretaria de Agricultura, Caça e Pesca, Municipalidade e Polícia. Havia um Posto de Monta funcionando desde 1934. O Horto Florestal do Estado foi criado em 1927 e a Casa da Lavoura surgiu em 1943.

As casas comerciais era variadas, negociavam todos os tipos de produto (inclusive importados) e muitos prestadores de serviços proviam os clientes mogimirianos e os viajantes. Até meados da década de 50, a cidade contava com variedade da prestação de serviços e muitas casas comerciais, desde bares, restaurantes hotéis e pensões até serviços de transporte particular. Inúmeros armazéns de secos e molhados, bazares e magazines com produtos importados abasteciam a cidade. Escritórios comerciais e contábeis, despachantes, farmácias, padarias e salões de beleza, bem como postos de combustível, oficinas mecânicas e inúmeras alfaiatarias para bem vestir o mogimiriano elegante. A família Portioli possuía a única empresa funerária da cidade e havia muitas concessionárias de automóveis e casas de representação de marcas mundialmente famosas. Vamos nos lembrar de José Nunes e seus caminhões da Expresso Nunes; Expresso Guerreiro fazia transportes de mercadorias, matéria-prima, adubos e sementes, fazendo cargas de qualquer peso ou volume; Expresso Rodoviário “Mogiano”, de David Ângelo Pierobon; serviços de chauffeur

para corridas e viagens longas por Lázaro do Amaral Mello, o popular Melinho, com seus carros Chevrolet; havia o “Ponto de Biribas” no Jardim Velho, oferecendo carros bons e confortáveis para qualquer viagem; a tipografia de obras e jornal, seção de linotipia, livraria, papelaria, objetos escolares e de escritório de Pacini & Piccolomini, intitulada Casa Cardona e Jornal A COMARCA; O Jornal de Mogi Mirim, de Adib Chaib, impresso por “A Normalista”, livraria, papelaria e tipografia de Missaglia & Cia; a tipografia “Artes Gráficas São José”; Luiz Franklin Silva com a L. F. Silva, papelaria, artigos para escritório e escola; Antônio José Peres Marques concorria com “A Bandeirante”, vendendo presentes, artigos escolares, artigos para escritórios e discos (o diferencial!); Francisco Zago e seu Escritório Comercial Zago; Adelino Antonio & filho à frente de seu Escritório Comercial; Orivaldo Bernardes de Oliveira fundou seu escritório comercial e serviços de despachante em 1940; o Escritório Imobiliário Bandeirante fazia corretagens de imóveis e loteamentos e estava a cargo de João batista Dédalo; os móveis de sua casa poderiam ser comprados na Mobiliadora São Bernardo; a Casa Moraes, fundada em 1914 por Eugênio Leite de Moraes; Bazar São Paulo, fundado em 1947 por Sebastião Cortez; Casa Guerreiro, fundada em 1913 por Antonio Guerreiro; Antonio Marques Rodrigues, que em 1931 fundou a Casa Marques e, após dez anos, pertenceu a Ângelo Souto Bonel; Idel Timerman com as “Casa da Sorte”, “Exposição de Móveis” e Casa do Povo”, ambas na Rua Conde de Parnaíba; para concorrer com Idel Timerman, havia a “Casa Belich”, na Rua José Bonifácio; Casa Baracat, fundada em 1913 por Rachid Jorge Baracat e, mais tarde, passou ao seu sobrinho Izzet Baracat.

Raji Ajub chegou a Mogi Mirim por volta de 1900 e instalou-se na rua do Mercado (a Coronel Guedes). Mais tarde, a Galeria Princesa foi para

a Rua XV de Novembro e, em 1949, os Irmãos Ajub José e Elias, construíram um edifício de morada na praça Rui Barbosa, trazendo para o térreo a Galeria Princesa, prosseguindo na caminhada do pai inesquecível, impondo o seu nome e a tradição de honestidade em tudo o que fazem. Jorge Ajub estava à frente da fábrica de Quadros e Espelhos “São Jorge”, emoldurando sua arte em qualquer parte da cidade; a Casa Ajub representava as marcas Clímax e Fogões Brasil com Ultragás.

No setor hoteleiro, Francisco de Brasi fundou em 2 de agosto de 1902 o Hotel Brasi, junto com sua esposa Fortunata Rondinelli Brasi; a Pensão Central ficava a cargo de Emiliano Alves da Silva e Dias; o “Municipal Hotel” pertencia a Antonio Martins Filho e ficava na Praça Rui Barbosa.

Nelson Vômero e Osvaldo Antonio fundaram por volta de 1930 o Açougue São Jorge; o Açougue Paulista ficou a cargo de Tesh & Amaral; a Leitaria São José pertencia a Avelino Pereira da Silva.

Sílvio Brunialti estava à frente do Bar Ideal, oferecendo Chopp Antártica e respondendo como agente do Expresso Cristália; José Teófilo Albejante fundou o Bar Central, o mais antigo da Praça Rui Barbosa, anexando aos produtos importados uma bem montada seção de sorveteria; o Restaurante Big-Bar, de Rossetti & Rossetti, vendia os melhores pratos na rua Conde de Parnaíba; Otávio João Formenti oferecia campos de Bocce (bocha) no bar Formenti; Antonio Gianotto estava à frente do Bar Santo Antonio e também oferecia jogo de bocha; Antonio Coan era proprietário do Bar Ao Ponto; o Bar da estação estava a cargo de Oscarlino Massucci, que oferecia bebidas importadas, alimentos variados e representava os cestos de capim da marca Record; a Sorveteria São José foi fundada por José Maria Botelho e

em 1942 passou às mãos de Genário Botelho, que a transformou na maior sorveteria do interior do Estado; Jorge de Souza fundou em 1930 o Bar e Sorveteria Souza, servindo pastéis, café e churrasco; as guloseimas ficavam a cargo de Clementino Diogo e seu Bar Ao Lanche das Normalistas; João Batista C. Melo fundou o Bar e Sorveteria Santo Antonio; o “Mirim-Bar” oferecia bebidas e aperitivos, com especialidade em pizza napolitana e frango assado; o Bazar Ferrão vendia artigos para caça e pesca, armas, cutelaria, artigos para festas e fumos das marcas Goiano, Tietê e Rio Grande, além de isqueiros, cachimbos, piteiras e artigos para criação de pássaros.

Osmundo Silva fundou em 1944 “A Radiante”, oficina radiotécnica especializada em consertos de rádios e amplificadores; Waldemar Palandi vendia rádios e material elétrico de toda ordem; o “Palácio dos Rádios” vendia desde relógios, joias, cristais e presentes até rádios Philips; A. Miranda vendia rádios, máquinas de costura Vigorelli e alumínio Rochedo em sua loja da rua Padre Roque; José Martinelli fundou em 1938 “A Elétrica”, representando com exclusividade as marcas RCA Victor e GE – General Electric; a “Eletroluz” foi fundada por Gutemberg Marangoni em 1949 e vendia produtos Phillips, Epel e Bacelli; seu concorrente foi Pedro Botelho, com a Casa Botelho, “a casa namorada da cidade”.

A venda de combustíveis ficou a cargo de Posto Romanello, de Jerônimo Romanello, desde 1926; e de Posto Texaco, de Irmãos Davoli & Cia, já funcionando também como concessionária da Brasmotor, automóveis e caminhões “De Soto” e produtos da The Texas Company South America e Mercedes-Benz; José de Souza fundou em 1945 a Sociedade Mogiana de Automóveis, oficina mecânica especializada em veículos Ford; Camargo, Zelante & Cia

fundaram o estabelecimento Chevrolet: a Bomacha S. A. A Auto-peças Comercial e Importadora vendia caminhões financiando em 24 meses e Ângelo Micheri estava à frente da Oficina Electro-Mecânica Santo Antonio, cuidando de enrolamentos de motores, dínamos e transformadores.

Gumercindo Alvarenga fundou em 1926 estabelecimento de ferragens, louças, material para construção e afins, além de presentes e artigos domésticos; a “Casa do Compadre” de Alfredo Antonio Thomaz concorria com Gumercindo e Calimério Alvarenga; Antonio Adorno vendia, além de material para construção, artigos cerâmicos e sanitários; José Gimenes Soares vendia material de qualidade para construção, representando marcas como Cimento Itaú, Eucatex, Eternit, Chapas Goyana e aparelhos Montana. Belmiro Finazzi fundou o Armazém São Pedro em 1941, representando o afamado Adubo Produtor em sua loja de alumínios, louças, ferragens, secos e molhados; Aquino Zorzetto mantinha a Casa São Bento na rua João Teodoro; Sebastião Benedito Silva concorria com o “Empório Edgard”; Pedro Caruso estabeleceu na rua Marciliano a Casa Pedro Caruso.

Benedito Balzanello fundou em 1905 um armazém de secos e molhados, passando-o para seu filho Caetano, o qual, por sua vez, legou-o para seu filho Adelino Balzanello, que manteve também um moinho de fubá e fábrica de farinha de milho. Concorria com Balzanello Natele Juliano, José Brandão e sua afamada “Casa Brandão”, especializada em artigos finos e importados. Antonio Cassiani, que fundou a “Casa Cassiani” em 1912 e Feres Antonio Thomaz, com a “Casa Nossa Senhora Aparecida”. A Casa Ceregatti foi fundada em 1907 pelo membro da colônia italiana, Etoe Ceregatti, o qual trabalhou com os filhos Herminio, Ricieri

e Hugo até 1947, quando faleceu, e seus filhos deram sequência ao trabalho grandioso; Manuel Gonçalves fundou em 1925 a Casa Lusitana; José Guerreiro representou a marca Antarctica e o sabão Tesouro em seu armazém de secos e molhados; a Sociedade Comercial Mogi representava as marcas Toddy, Crush, Caracu, Kibon e Antarctica; Alarico de Paula e Silva estabeleceu-se com o Empório São José em 1942, com venda de queijos, fumos e manteiga de Minas Gerais; Antonio Morari mantinha seu armazém na Rua do Aterrado.

Amadeu Bucci bem servia a elegância dos cidadãos com o Salão Paris, a barbearia e cabeleria melhor montada do interior do Estado desde 1944; seu concorrente era Antonio Ribeiro e o “Salão Tônico”, bem como “Salão Orlando”, de Orlando Sobotka.

A farmácia “Santo Antonio” estava a cargo de Raul Brunialti e José Bernardi; Ignácio Franco Alves fundou a Farmácia “Santa Terezinha”.

Os estúdios fotográficos estavam a cargo de José (Zizo) Peres de Freitas, desde 1945, Mauro Antunes Garcia, Natinho Canto, José Afonso Valério, que se esmerava Sinézio Guedes em ampliações, reproduções e revelações; as sapatarias mais conhecidas eram “Rio Negro”, de José Mendes dos Santos, “Loyola”, de Aparecido Loyola; e “Galeria dos Calçados”, de Antonio Bonel Guerreiro, “Yvany”, de Antonio José Cerrutti que vendiam sapatos e acessórios variados; a arte de fazer e consertar sapatos ficava a cargo de Marcelo Sasso; Luís Bianchi trabalhava em sua oficina de funileiro e encanador e tinha como concorrente Antonio Granzini, que trabalhava com cobre, zinco e ferro galvanizado; Pietro Ângelo Aló consertava motores e bicicletas na Oficina São Judas Tadeu; a Bicletaria São José” vendia bicicletas novas e usadas, além de peças de reposição; as joalherias

mais conhecidas eram “Pessini”, de Anselmo Pessini (antes “Coppo”, de Ricardo Coppo), “Scudeler”, de Augusto Scudeler; as padarias mais conhecidas eram “Santa Cecília”, de Osvaldo Posi, a “Paulista”, a “Seleta”, de Pirame Paccini, Sinézio Guedes e, depois, Velo e Valim, “Alvorada”, com o moderno forno Vulcão; Padaria “Paulista”, da rua Chico Venâncio. As alfaiatarias vestiam bem os homens e mulheres mogimirianos, pelas mãos de Pedro Bottesi, Antonio Caetano, Hilário (Laio) Bataglini (confeções femininas de casemira, brim e linho), José Filomeno, Antônio Domingos Brait e sua “Alfaiataria Elite”; Paulo Januzzi mantinha a Alfaiataria “Ao Bijou da Moda”; A. J. Gasparotto & Cia mantinha a alfaiataria “A Moderna”; Rodrigo Simões de Lima e Herculano Florence Teixeira confeccionavam roupas brancas para homens na “Camisaria Simões” desde 1945; Arlindo Menuzzo confeccionava roupas para homens e mulheres na Alfaiataria São Geraldo; Raul Finazzi vendia fazendas, chapéus, armarinhos, calçados e miudezas; José Surur, com a sua “A Vantajosa”, vendia roupas prontas e calçados para crianças e adultos na rua Conde de Parnaíba; Gonçalo Mansur vendia tecidos, armarinhos, secos e molhados na Casa Alfredo Mansur; Nair Alves Borges mantinha cursos de Corte e Costura São Paulo, formando turmas de costureiras em três meses para executar qualquer técnica de figurino.

José Christofolletti mantinha a oficina de marcenaria e carpintaria movida à eletricidade, produzindo móveis e esquadrias em geral; concorria com ele Eduíno Gonçalves, com a Carpintaria Nossa Senhora Aparecida e Francisco Pacóla e Filhos, com a Carpintaria São Caetano; Carlos Baldo representava a marca Filizola de balanças em geral, para comércio, indústria, lavoura, gado e caminhões; José Manoel da Silva & Filho mantinham a “Olaria São José”.

Motta Júnior vendia óleos e gorduras para indústrias e saboarias na rua Voluntário Chiquito Venâncio; as apostas e certames ficavam a cargo de Carlito Loterias, na Praça Rui Barbosa.

A carteira de profissionais liberais englobava médicos, cirurgiões dentistas, advogados, engenheiros, arquitetos, agrimensores bem conceituados e, em 1952, ano do Centenário da Comarca Judiciária, foram inaugurados o Posto de Puericultura e o prédio dos Correios e Telégrafos.

O SERVIÇO DE ÁGUA

A empresa Mogy-Limeira era a responsável pelo fornecimento de água à cidade e, em 1909 foi vendida para Marcílio Malta Cardoso, que modernizou o sistema de abastecimento de água na cidade. Mas os moradores reclamavam e, em 1952, Mogi Mirim sofria com a falta d'água. Um reservatório foi construído nas imediações do campo do MMEC, mas os mogimirianos viveram a calamidade, com mananciais quase secos, cujas poças de água distavam dos canos de captação e dos filtros; podia-se entrar no reservatório sem molhar os pés, tamanha a seca. Na cidade, os caminhões de água supriam a Santa Casa, os hotéis, armazéns e bares. Os funcionários da Prefeitura entregavam água de porta em porta, nas residências, assim como os aguadeiros, proprietários de minas d'água, como o Sr. Carmelo Sebastião Mantovani.

O Prefeito havia pedido empréstimo à Caixa Econômica, mas as discussões políticas da Câmara se delongavam, e a autorização para a negociação não saía. Enfim, assinaram o contrato em 16 de abril de 1953, e veio para a cidade o Doutor Paulo Paiva e Castro, determinando a construção de um serviço emergente, enquanto não se construía o prédio definitivo (onde hoje é o SAAE). Foi emprestada de Araras uma

bomba e, em poucos dias, o povo viu a água voltar a jorrar das torneiras. Paiva e Castro adquiriu equipamentos nos EUA e Alemanha: dosadores, misturadores e cloradores, os quais chegaram pelo Porto de Santos, e coordenou a construção do prédio, gerindo, ele mesmo, o desembolso financeiro do empréstimo - cerca de Cr\$ 4 milhões de cruzeiros. Paiva e Castro foi tão eficiente que conseguiu economizar Cr\$ 400 mil cruzeiros da verba, sendo aplaudido pela população e pelos políticos. As autoridades da cidade não acreditavam no milagre econômico e, em todas as oportunidades, rendiam loas ao administrador engenheiro Paiva e Castro, que explicava, incansavelmente, o mecanismo: a decantadora de concreto armado, filtrava as impurezas naturais. A água era clorada e batida pelos dosadores importados. Já limpa, passava para o prédio dos três filtros, passando, para o terceiro prédio, a caixa com água livre de germes, para abastecer a cidade. Exames para apurar o grau de limpeza de água foram feitos no reservatório de 4 milhões de litros.

Os funcionários públicos que se destacaram na construção do prédio foram Altino Cegatti e João Batista De Melo (Manduca). A construção do prédio seguiu a funcionalidade, e não a beleza arquitetônica. A preocupação foi a acomodação das bombas de sucção, o canal de captação até o rio Mogi Mirim e a pequena represa.

O câmbio da época apontava: 1 dólar = Cr\$ 18,70.

O rio Mogi Mirim, apesar de pequeno, oferecia fontes inesgotáveis no volume de água do manancial. Ele tinha a capacidade de resistir a demoradas estiagens e, nos dois anos em que funcionou a bomba provisória de 6 polegadas, o rio nem deu mostras de sentir a enorme quantidade de água sugada, suportando e repondo a perda rapidamente. Assim, supunha-

se que a nova bomba de 10 polegadas também não causaria danos ao rio Mogi Mirim.

Todo o dinheiro advindo do empréstimo Estadual havia sido consumido no serviço, mas havia sido suficiente para quitá-lo. Apostava-se que a renda dos impostos advinda da venda dos terrenos do loteamento Nova Mogi (ou Jardim Áurea) iria aliviar a Tesouraria da Prefeitura para outras obras. Para otimizar as vendas, a Enurb fez publicar os nomes dos compradores de lotes, gente de escol da cidade.

A usina hidrelétrica “Eloy Chaves” (de Eloy e Vail Chaves) deveria funcionar até dezembro de 1955, levando energia elétrica para toda a cidade, incluindo o novo loteamento, o que garantia tranquilidade aos compradores dos novos lotes e, claro, o giro no caixa público. Assim previa o Prefeito. A Central Elétrica instalou um gerador independente, a diesel, junto às bombas de sucção no Rio Mogi Mirim, que levariam as águas para o alto da rua Monsenhor Nora e, dali, desceria para a cidade, por gravidade, independente de energia elétrica.

Num dos domingos de setembro de 1955, na Praça Rui Barbosa, foi apresentado um obelisco aos mogimirianos, que assinalou a inauguração da nova adutora de água. O serviço de emergência foi completado em 46 dias, pondo a funcionar a adutora do Rio Mogi Mirim. Para inaugurar esse obelisco, vieram para cá autoridades estaduais como Dr. Nilo do Amaral, Secretário da Viação; Deputado Mário Beni, Secretário da Fazenda na época da concessão do empréstimo; Deputado Paulo Teixeira de Camargo, Dr. Pônzio Hippolito, Diretor do Departamento de Obras Sanitárias da Secretaria da Viação, além das autoridades locais.

Em 30 de novembro de 1955, para inaugurar o prédio do Serviço de Água, construído em

terreno contíguo ao campo do MMEC, foram feitos testes com a bomba e o gerador, os filtros e a aparelhagem de controle. Porém, houve problemas de grande monta e a inauguração foi remarçada para 25 de dezembro de 1955. Isso mesmo, no Dia de Natal, às 16 horas. O povo compareceu em peso, soltou rojões e reconheceu o trabalho do Prefeito José Theóphilo (Bepe)

Albejante e o apoio do Deputado Paulo Teixeira de Camargo, do Governador Doutor Lucas Nogueira Garcez e do responsável Paulo Paiva e Castro. Monsenhor José Nardim deu a bênção, falou sobre a necessidade de haver uma pacificação política na cidade e as autoridades discursaram.

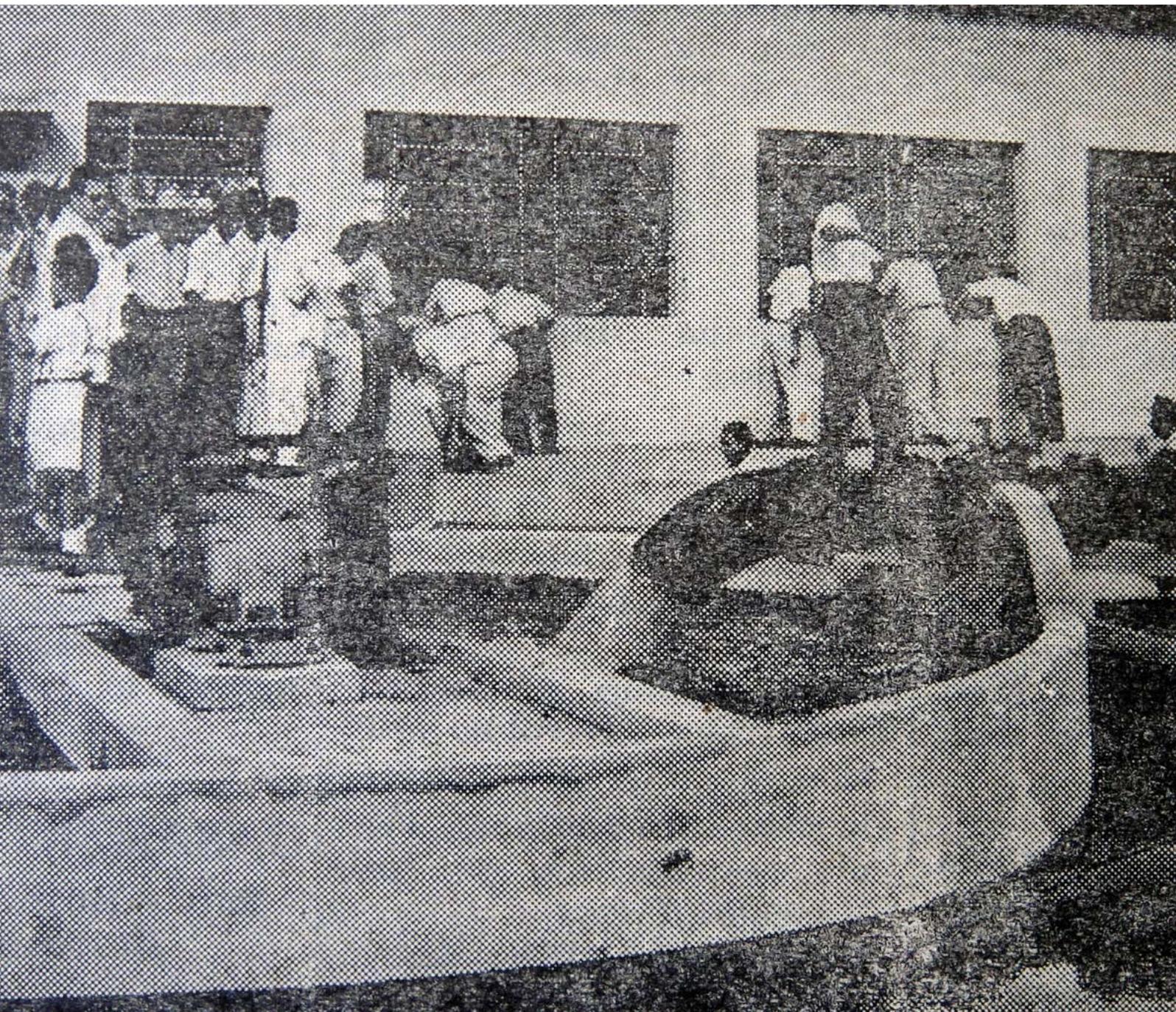


Foto 32

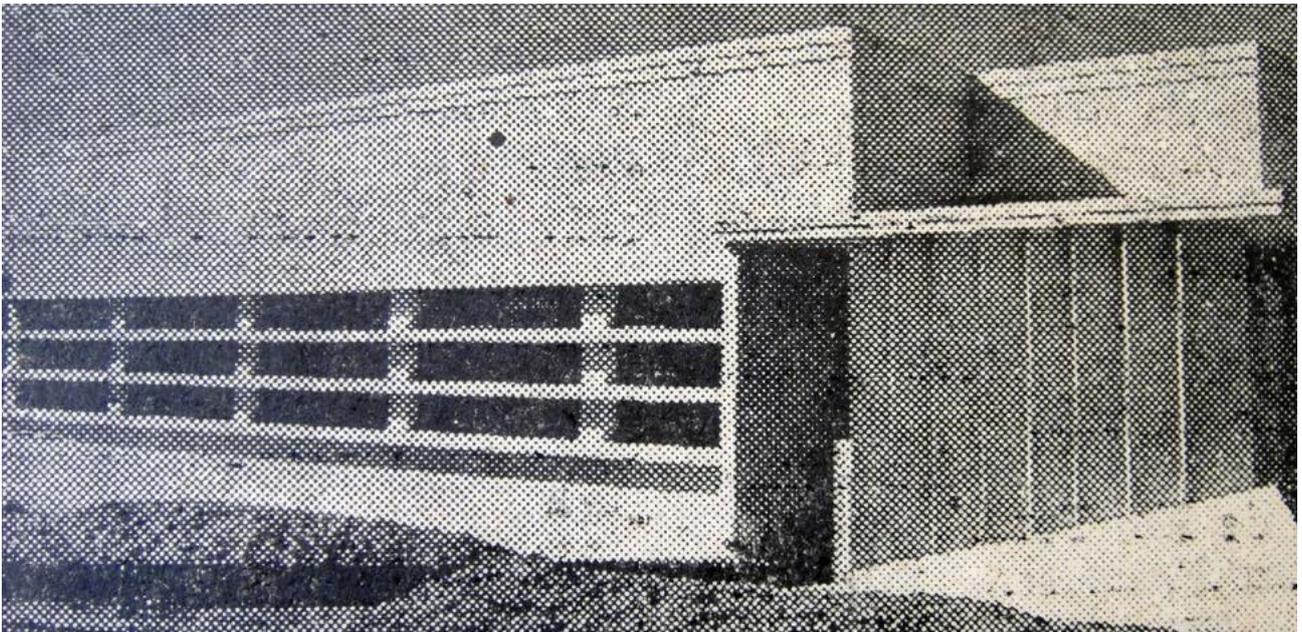


Foto 33

Fotos 32 e 33: 25.12.1955 – Inauguração pelo Prefeito José Theóphilo Albejante: decantadora de concreto e fachada do Serviço de Água

A partir de então, todos poderiam ter em suas casas água pura, limpa e tratada. O Prefeito José Theóphilo Albejante não mediu esforços para as tratativas de instalar, definitivamente, o serviço de água na cidade, e legou ao seu sucessor, Prefeito Adib Chaib (gestão 1956-1959), o trabalho bem encaminhado, faltando apenas construir uma nova torre para atender o bairro da Santa Cruz, no terreno do velho cemitério, no bairro da Saúde. Para tanto, seria usado o dinheiro advindo da venda dos terrenos do Nova Mogi, que ia de vento em popa. É certo que houve problemas posteriores no prédio do Serviço de Água, como: o chão de um dos reservatórios cedeu com as chuvas; o problema da umidade, elemento complicador na construção civil; e a falha no caimento do terreno, comprometendo o escoamento. Toda a culpa recaiu sobre o Dr. Paulo Paiva e Castro, aquele ‘herói’ de outrora, o qual respondeu pelas falhas, em inquirição movida pelo Prefeito Adib Chaib. Veio para cá o supervisor da Secretaria Estadual de Viação, Dr. Álvaro Assunção Olinto, que reconheceu a

responsabilidade, em nome da pasta. Os serviços foram refeitos, embora o fornecimento de água à população tenha sido cortado a cada etapa de serviço. Os moradores do Mirante se cotizaram com numerário para entregar ao Prefeito e pedir-lhe que o serviço de água chegasse ao bairro. O mesmo ocorreu com os moradores da rua João Soares de Camargo, que pediram a troca da tubulação e se dispuseram a pagar por ela. O Município pediu à Caixa Econômica Estadual a suplementação de verba para a conclusão do serviço, algo em torno de Cr\$ 3 milhões de cruzeiros, e o Governador Garcez assentiu ao pedido de Adib Chaib, que conseguiu atender às reivindicações da quase totalidade de Mogi Mirim. Tudo certo para a construção de 3 conjuntos motor-bombas na estação elevatória com capacidade de 3.700 milhões de litros. Em fevereiro, o Prefeito contraiu empréstimo de NCR\$ 2.250 milhões junto ao Banco Nacional de Habitação, pagos em 11 anos e 3 meses, juros a 7% ao ano, para o futuro serviço de captação a ser instalado às margens do rio Mogi Guaçu,

próximo à Cachoeira de Cima, além do cálice para condução até o Morro Vermelho e, por gravidade, à cidade de Mogi Mirim.

Foi em seu segundo mandato que o Prefeito Adib Chaib, efetivamente, concluiu o serviço de água da cidade, editando a Lei nº 719, de 9.3.1970, criando o Serviço autônomo de Água e Esgoto (SAAE), com personalidade jurídica própria, com autonomia econômica, financeira e administrativa, a primeira Autarquia da cidade, e o Decreto nº 359, de 27.5.1970, dispondo sobre

hidrômetros, ramal coletor, ramal de derivação, redes coletora e de distribuição internas e, claro, as contas mensais para os usuários.

Em 28 de janeiro de 1973, às 9h30, o Prefeito Adib Chaib finalmente entregou à população a mais importante obra administrativa de sua gestão e de todos os tempos em Mogi Mirim. O ato inaugural contou com a presença do Governador Laudo Natel, Deputado Nagib Chaib e demais autoridades do Estado e do Município.

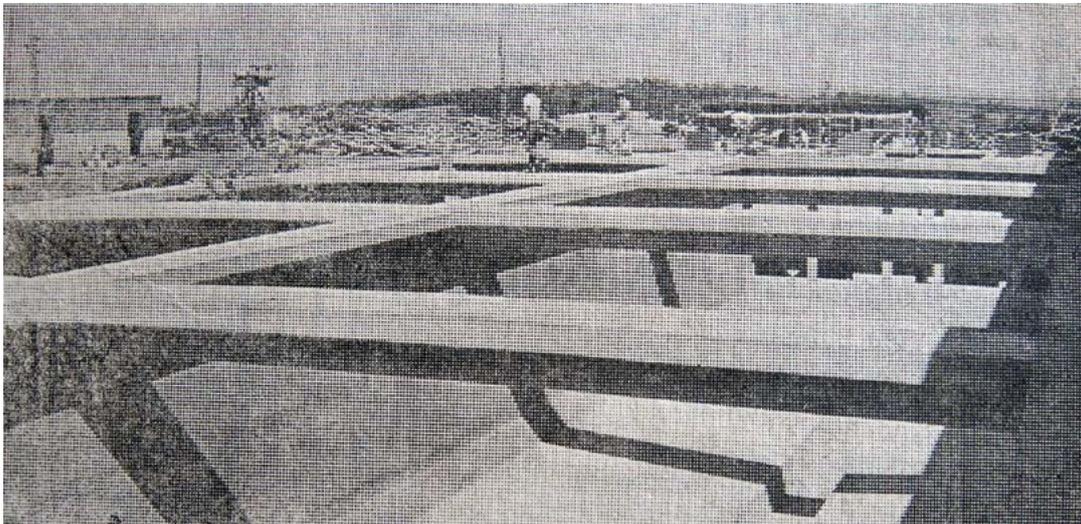


Foto 34



Foto 35

Fotos 34 e 35: 28.1.1973 – o elevado, os decantadores e o ato inaugural da estação de tratamento pelo Prefeito Adib Chaib, ao lado o Vice-Prefeito Amílcar Malvezzi e do Deputado Nagib Chaib. (Fotos: A COMARCA)

Em 14 de junho de 2012, foi inaugurada a Estação de Tratamento de Esgotos de Mogi Mirim, obra precedida de concessão pública autorizada pela Lei Municipal nº 4.448, de 5 de outubro de 2007. Informa-nos o SAAE que 50% de todo esgoto gerado no Município recebe tratamento na estação, que fica localizada na Rodovia Dr. Amador Jorge de Siqueira Franco, Km 4, gerenciada pela concessionária SESAMM – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. até 2037. Nove anos depois, continuam as obras de saneamento pelas avenidas da cidade, com o objetivo de tratar a totalidade de esgoto da cidade.

Em 1959 se deu a inauguração da Escola Normal, do Ginásio do Estado, da iluminação pública com luzes fluorescentes e da Paróquia da Santa Cruz do Belém.

Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário tiveram as suas sedes inauguradas, para orgulho da cidade.

PODER EXECUTIVO

Na noite do dia 1º de outubro de 1959, Adib Chaib inaugurou o novo Paço Municipal, na rua Doutor José Alves, nº 129. A multidão de mogimirianos assistiu ao corte da fita inaugural pelo Prefeito Adib e pelo Secretário Queiroz filho, representante do Governador Carvalho Pinto. Ângelo Souto Bonel, representando a Associação Comercial, frisou em seu discurso

que Adib Chaib transformou a fisionomia da cidade e trouxe benefícios ao comércio e indústria da cidade. O saguão, bem iluminado, abrigou a Tesouraria, Contadoria, Recebedoria de Água e o longo balcão de atendimento ao público. O gabinete do Prefeito, o salão de espera e o salão nobre foram construídos isoladamente. No andar superior, viam-se as novas dependências da Câmara Municipal, vejam adiante. Monsenhor José Nardim cumprimentou os presentes e, seguido de perto pelas autoridades, percorreu as seções Municipais, abençoando o prédio. Após a bênção, foi, então, descerrada a significativa placa de bronze, oferecida pelo povo de Mogi Mirim. Em estilo moderno e fachada clara, o edifício foi projetado pelo Arquiteto Hernani do Val Penteadado, e construído pela firma Romeiro Ferraris Ltda., de Campinas, que venceu a concorrência pública. O responsável pela obra foi o Senhor Henrico Doveri, que se dedicou ao máximo, porque Adib Chaib comparecia ao canteiro de obras todos os dias, acompanhando pari passu o andamento e fiscalizando o correto emprego da verba pública.

Dois dias depois dessa festiva inauguração houve eleição Municipal e sagraram-se vencedores José Franklin Silva e João Avancini para Prefeito e Vice-Prefeito, respectivamente. Ambos tomaram posse em 1960 e desfrutaram do novo prédio público, projetado com os olhos voltados para o futuro, para servir por dezenas de anos – e nos serve, até os dias atuais.



Foto 36: 1º.10.1959 - o momento da inauguração do novo Paço Municipal, pelo Prefeito Adib Chaib e o Professor Queiroz Filho, representante do Governador Carvalho Pinto. À esquerda, Deputado Nagib Chaib; à direita, os candidatos José Franklin Silva e João Avancini; por último, Monsenhor José Nardin. Vemos o garoto Kiko Coser, com a mão ao rosto. (Acervo: Pintaca & Rosana)

PODER LEGISLATIVO

O Presidente da Câmara, Vereador Norberto Araújo Coelho, realizou sessão especial na noite de sábado, dia 24 de outubro de 1959, para inaugurar o prédio reservado ao Legislativo – também construído a mando do Prefeito Adib Chaib, que acompanhou os trabalhos de perto – localizado no pavimento superior do edifício do Paço Municipal.

A Câmara, com entrada independente da Prefeitura, abrigou um garboso plenário para as sessões e espaço amplo reservado para a assistência. Em outra ala, destinou-se espaço para a Secretaria Administrativa, sala de reunião das Comissões, Biblioteca e outras dependências. Para acompanhar a magnitude arquitetônica projetada pelo Arquiteto Hernani

do Val Penteado, e construído pela empresa campineira Romeiro Ferraris Ltda., os móveis foram ricamente talhados pela Marcenaria Irmãos Del Guerra, da cidade de Espírito Santo do Pinhal, que venceu o processo licitatório.

A palavra foi aberta e, em seu discurso, o Vereador José Bonel Guerreiro, reconheceu o valor do Prefeito Adib Chaib, ao presentear o Legislativo com tão magnífica Casa. Afirmou que iria votar a favor do projeto de doação de área para a construção do edifício do Fórum, o que muito envaideceu o representante do Judiciário, Meritíssimo Juiz Wilson José de Mello, que havia feito tal solicitação para o Prefeito Adib Chaib e o Deputado Nagib Chaib, este último mediador da negociação entre o Estado e o Município. Para encerrar a sessão especial, o Presidente Norberto de Araújo Coelho lembrou a todos que

aquela gestão estava se findando, e desejou aos próximos Vereadores que trabalhassem sempre em prol da comuna e que soubessem agir com independência do Executivo, probidade e justiça.

O prédio inaugurado em 1959 continua intacto e serve de local para as discussões e deliberações sobre os assuntos da Cidade

Simpatia. Pela lei nº 4735, de 13.3.09, de autoria do Vereador José Fernandes Filho e aprovada por unanimidade dos Vereadores, a Câmara Municipal está resguardada como patrimônio histórico Municipal, no que tange à alvenaria e aos requintados móveis do plenário, entalhados pela marcenaria pinhalense, que torna a nossa Casa de Leis, sem sombra de dúvidas, a mais imponente da região.



Foto 37: Momento da inauguração do prédio da Câmara, em 24.10.1959. Presidente da Câmara Doutor Norberto Araújo Coelho e Prefeito Adib Chaib. Ao fundo, o Professor Dante Aligheri Vita. (Acervo: Pintaca & Rosana)

A Avenida Santo Antonio abrigou três importantes prédios públicos, trazendo progresso para aquela zona, que ficou conhecida como “A Pequena Brasília”. As leis nº 291/1959 e 306/1960, foram os instrumentos legais de doação de área de 3.400 m² ao Ipesp - Instituto de Previdência de São Paulo, para a construção de três novos imóveis Municipais. A área se situava na Avenida Santo Antônio. Então, veio para cá o Presidente do Ipesp, Francisco Morato de Oliveira com sua comitiva, e prometeu o início da construção do Fórum na várzea de Santo Antônio em março de 1960; o Juiz Dr. Wilson José de Melo disse esperar inaugurá-lo em 8 de dezembro do mesmo ano, data consagrada à Justiça. Porém, a inauguração se deu em 28 de maio de 1961. O Doutor Décio Mariotoni aproveitou a oportunidade para

discutir detalhes da construção de uma Unidade Sanitária Polivalente, enumerando os problemas do Posto de Puericultura, responsável pelo atendimento de grande demanda e, por isso, necessitava de grande espaço de terreno. No mesmo prédio seriam sediados os trabalhos do Centro de Saúde, Serviço Médico Rural, Posto de Puericultura, Dispensário de Tuberculose e Profilaxia da Lepra.

O cidadão mogimiriano Vanderlei Andrade lembra muito bem: “Na várzea de Santo Antônio, precisamente no local onde hoje é o Centro Cultural, havia um arvoredor frondoso, um cercado de arame e um curral, onde os boiadeiros e tropeiros pernoitavam com o gado. Em dias de festa religiosa, após a procissão, havia leilão de gado e a Banda “União Santa Cecília”

descia da Praça Rui Barbosa tocando sua retreta. Mais à direita, onde funcionou o Centro de Saúde, havia um campinho de gramado cheio de falhas e buracos, onde as crianças jogavam bola. Logo acima, via-se a grande chácara pertencente à família do ex-Vereador José Jorge Módena”.

Com a instalação de três grandes prédios – Fórum, Unidade Polivalente Sanitária e Casa da Lavoura, a Prefeitura resolveu agir na várzea de Santo Antônio, trabalhando na contrapartida do contrato firmado com o Ipesp: a retificação do ribeirão Santo Antônio, da Avenida da Saudade até a rua Humaitá, a urbanização do local e o nivelamento do terreno. O Prefeito construiu duas ruas laterais e executou a semicanalização das águas, construindo paredes de pedras no novo traçado do ribeirão. O serviço de terraplenagem ficou caro para os cofres públicos e não havia máquinas apropriadas para o trabalho. Local ermo, embora próximo ao centro, chamava-se a essa área “Fazenda Abandonada”.

Do outro lado do ribeirão, a menos de duzentos metros da praça central, havia chácaras cobertas de mato ou de plantações. A ideia do Executivo era justamente transformar o local em lotes desmembrados, aproveitando a rampa com curvas de níveis, em plano conjunto com os proprietários de terras, para o lançamento de um moderno loteamento, esperando que a receita do Executivo aumentasse, pelo pagamento dos devidos impostos.

A dívida ativa do Município apontava a inadimplência nos impostos: Cr\$ 3 milhões de cruzeiros. O Prefeito Adib Chaib já havia aberto a larga avenida e destinado aquela área para as construções públicas, no fim de sua gestão. Luiz Franklin Silva executou o resto, a expensas da Prefeitura, cumprindo o avençado com o Ipesp e, preocupado com a estética, idealizou o paisagismo de praças e canteiros em torno dos

três prédios públicos. O Agrônomo Luiz Serafim se encarregou de executar o projeto paisagístico para o local, dando unidade e beleza para os três blocos de construções e a área, finalmente, mostrou sinais de prosperidade.

A população aplaudiu o dinamismo e os sinais de progresso, e vislumbrou um futuro de fartura de trabalho, mais dinheiro no bolso e melhor atendimento na Saúde Pública.

No dia 3 de dezembro estiveram na cidade as mais altas autoridades do Judiciário do Estado – Desembargadores Pedro Rodvalho Chaves e Joaquim Silos Cintra, Presidente e Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, que vieram visitar as obras do Fórum, em estilo moderno e funcional e amplas acomodações para os cartórios e todo o serviço forense. O novo prédio já previa acomodações para tal e o Juiz Wilson José de Mello comentou sobre a necessidade imperiosa da instalação da 2ª Vara, porque o volume de serviços estava intenso e a Vara de Menores exigia tempo e dedicação. Em 28 de maio de 1961, o Fórum foi inaugurado, com a presença do Governador Carvalho Pinto, do Presidente do Ipesp, Francisco Morato De Oliveira (ambos receberam o título de Cidadão Mogimiriano), e os Secretários de Estado da Justiça, Saúde, Agricultura e Viação.

O Procurador Jurídico da Prefeitura, Dr. Geraldo Filomeno, falou em nome do Prefeito Luiz Franklin Silva, e comparou aquele local como uma “Pequena Brasília”. O Vigário-Geral, Cônego Thomáz Vaquero abençoou os novos prédios públicos.

PODER JUDICIÁRIO

Autoridades do Fórum definiram como patrono o nome de “Firmino Whitaker”. Na solenidade inaugural, a assistência conheceu o conteúdo

de carta de lavra do único filho vivo, Paulo Whitacker, de agradecimento em nome da

família, pela escolha do nome de seu pai.

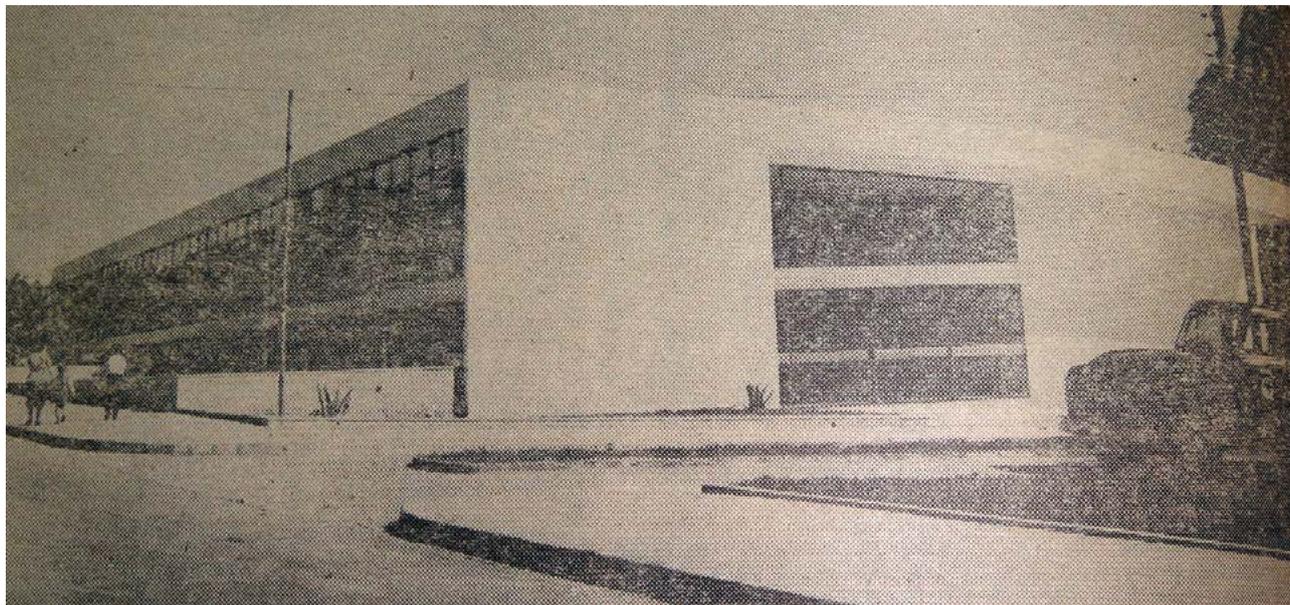


Foto 38 - Fórum “Firmino Whitaker”, na Avenida Santo Antônio, centro, inaugurado em 28 de maio de 1961, o primeiro dos três prédios da nossa “pequena Brasília”. (Foto: A COMARCA)

Mogi Mirim expunha, alvissareira e orgulhosa, todo o seu progresso na década de 60. Os atuantes Prefeitos Luiz Franklin Silva e Luiz Gonzaga de Amoêdo Campos conseguiram dar um impulso considerável em todas as áreas da Cidade Simpatia, projetando-a positivamente.

Estamos em 1963 e vamos conhecer a expansão e o progresso para a área rural da cidade. O Grêmio Mogimiriano foi o local de reunião de mais de 200 lavradores pecuaristas da cidade e da região, interessados em fundar uma cooperativa para fortalecer a economia rural. O Estado havia criado o Serviço Especial de Eletrificação Rural do DAAE e mandou a Mogi Mirim os Engenheiros Marcelo Orestes Bogaert e Aradyi Tavares, que demonstraram os pormenores para a instalação dos serviços de eletrificação rural, dando detalhes financeiros e técnicos.

A Associação Rurícola e a Casa de Lavoura, que

tinham à frente o agrônomo Saulo Ferreira, se movimentaram para a reunião que aconteceu em setembro de 1963. Foi escolhido para presidir a Diretoria dos cooperados o Senhor Manoel Alcides Antunes Fagundes. O Serviço Especial de Eletrificação Rural contou com a dedicação de Joaquim Mariano De Pontes, que aqui fixou residência em Mogi Mirim para desenvolver melhor a sua função. A divulgação do tema foi excelente e, em breve tempo, mais de 500 agricultores e pecuaristas firmaram a inscrição e se tornaram cooperados. As equipes do serviço especial de Eletrificação Rural locaram transformadores e linhas. O Presidente Fagundes abriu licitação para aquisição de postes, agilizando o processo para assegurar o conforto aos agricultores, avicultores, pecuaristas, meeiros, fazendeiros e agregados, levando ao meio rural o progresso da energia elétrica para as sedes de moradia e os motores de máquinas, dando início ao processo de

industrialização dos produtos e implementos agrários e de irrigação nas fazendas e sítios, fortalecendo a economia do trabalhador rural. Em 1963, o preço do KWA havia aumentado de Cr\$ 35 mil para R\$ 126 mil cruzeiros, algo equivalente ao preço de 20 sacas de arroz para 1 KWA. O Governo do Estado havia lançado financiamento de Cr\$ 647 milhões, a serem pagos em 10 anos, que cobriria 85% das despesas do projeto. Mogi Mirim poderia abrigar a maior Cooperativa de Eletrificação Rural da América Latina, desde que os cooperados não desistissem de suas cargas no meio do processo, sob risco de os demais não conseguirem arcar com as despesas, e tudo ruiria. O projeto contou com o apoio dos “Voluntários da Paz”, grupo norte-americano criado por John Kennedy. Duzentos voluntários vieram ao Brasil e se estabeleceram no Norte, Nordeste e Sudeste (em especial a Baixa Mogiana) para orientar os lavradores na utilização e valorização máxima da energia elétrica. Para Mogi Mirim vieram Kenneth e Beverly Kruempel, que instalaram o Clube de Economia Doméstica no bairro das Pederneiras.

A Indústria Marangoni de Aparelhos Eletromecânicos equipou a Cooperativa com 19 transformadores de espiras equivalentes para suprir as necessidades dos agrônomos cooperados e cumpriu rigorosamente os prazos contratuais da instalação e ligação dos aparelhos. Passado um ano, o caixa de maio de 1964 apontava o saldo de Cr\$ 53 milhões, mais Cr\$ 800 mil, fora os Cr\$ 310 milhões do financiamento a ser aprovado pelo Estado. Entretanto, o preço do KWA passou para R\$ 226.800.

O Governador Adhemar Pereira de Barros autorizou o financiamento para suprir 2.900 KWA e 339 cooperados, em primeira linha, da rede prevista para 12.000 KWA e 1.000 cooperados. Mais números: estavam previstos 360 quilômetros lineares e 1.000 quilômetros²

para servir 135.789 habitantes de Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Itapira, Jaguariúna, Posse, Conchal, Arthur Nogueira, Itapira e Cosmópolis. Entretanto, a revolução de abril de 1964 paralisou a tramitação de contratos em alguns departamentos e o empréstimo do Estado ainda não havia sido liberado. A Caixa Econômica do Estado cobrava taxa por volta de 34,7% por 10 anos de pagamento daqueles Cr\$ 310 milhões. Para suprir a brutal inflação, os cooperados resolveram pedir suplementação do valor do empréstimo para Cr\$ 334 milhões; o Presidente Manuel Fagundes tratou logo de protocolar o pedido de suplementação para a compra de transformadores, cabos, medidores, ferragens e isoladores.

Em dezembro de 1965, o Governador Ademar de Barros firmou contrato com a Cherp dirigida por Antenor Negrini, para encampar o projeto que abrangeu 17 Municípios. O comandante do 2º Exército General Amaury Kruehl acompanhou as tratativas junto aos Secretários de Estado. Semana que vem, detalhes sobre a Cherp, estação construída defronte a Champion (International Paper), que esparramou eletricidade para os bairros rurais e o centro urbano de Mogi Mirim. A primeira linha de energia rural tinha início na subestação da empresa Cherp, construída defronte a empresa Champion Papel e Celulose (atual International Paper), que acompanhava a linha de alta voltagem da empresa e se deslocava pela estrada interna Mogi Guaçu-Mogi Mirim, alcançando as propriedades das imediações, seguindo para o alto do Mirante, para o Bairro Brumado e para Martim Francisco, liberando o tronco para outros ramais. Em Americana e Piracicaba, estava acontecendo um Curso de Eletrificação Rural ministrado por Floy Herum, dos EUA. Saulo Ferreira e demais interessados foram conhecer as novidades do assunto – amperímetros, medições, vatímetros, voltímetros, circuitos elétricos e motores - para

disseminar os conhecimentos para os demais cooperados.

Em 8 de setembro de 1965 foi inaugurada a primeira linha, que servia parte de Mogi Guaçu, parte do Morro Vermelho, bairro do Bulgarelli, fundos do Mirante e seguia rumo a Martim Francisco. Jaguariúna e Holambra concentrariam a maior força elétrica da área rural.

Em novembro de 1966, foi criada a Associação Rural, mais conhecida como Sindicato Rural, que funcionou na Avenida Santo Antônio, nº 323, frente ao Fórum (atual Centro Cultural), e foi nomeado como Delegado o Senhor José Luiz de Amoêdo Campos, com credencial fornecida pelo Presidente da Faesp, Luiz Emmanuel Bianchi. Para a área jurídica foi contratado o Dr. Renê André. Assumiu o setor de Contabilidade o Sr. Nivaldo Semeghini Finazzi. O órgão de classe ruralista foi homologado junto ao Ministério do Trabalho, garantindo os direitos

dos agricultores e lavradores mogimirianos e da região. Alberto Kuiunjian, o Diretor da Cherp, concessionária de luz e força, adquiriu terreno na esquina da Praça Barão do Rio Branco com Voluntário Chiquito Venâncio (onde hoje vemos a Biblioteca Pública) para construir a nova subestação urbana, aperfeiçoando a entrada e saída de alta tensão antes de distribuí-la para a cidade, em maior número de circuitos, evitando interrupções prolongadas e facilitando reparos futuros. Nova linha foi encaminhada para a Vila Dias, na zona leste da cidade, e onze novos transformadores já estavam a caminho. O pedido de verbas foi feito pelo Prefeito ao Governador Laudo Natel, que colaborou. Assim foi o início de tempos progressistas para os mogimirianos. Próprios públicos foram inaugurados, as ruas foram calçadas com paralelepípedos (as do centro, com camada asfáltica), a energia elétrica estava sendo enviada aos bairros rurais pela Cooperativa de Eletrificação, que montou uma subestação no centro, para diminuir as quedas no nível da energia.



Foto 39



Foto 40

Fotos 39 e 40: O Governador Ademar de Barros assina o contrato com a Cherp. Negrini (à esquerda) e Gal. Kruel (à direita) testemunham, sob o olhar do Prefeito Amoêdo Campos (em pé, à direita); área adquirida por Alberto Kuiunjian, o Diretor da Cherp, concessionária de luz e força, para concentrar os escritórios de manutenção de energia elétrica urbana e rural da cidade. Hoje vemos a Biblioteca Pública Municipal de um lado; de outro, um barracão fechado. (Foto: José Luiz Longatto)

A transmissão da rede televisiva havia chegado e cerca de 2.000 aparelhos já haviam sido instalados por Aristides Trentin. A torre de retransmissão em UHF ficou a cargo de João Marques Ocari, com a torre de reserva de José Martinelli, para transmitir os canais 4, 7 e 9. Progresso, informação e cultura.

Então, em 1965, o Prefeito Amoêdo Campos resolveu organizar a 1ª edição da FAIBAM - Feira Agroindustrial Da Baixa Mogiana. O Vice-Prefeito, Bernardo de Campos Camargo se encarregou de montar comissão com os mais atuantes da cidade, para cuidar dos preparativos. O Delegado Rui Ferreira Gandra e o Escrivão de Trânsito José Bernardes de Oliveira foram chamados para delinear a direção da linha de trânsito e estacionamento, tendo em vista que, ao mesmo tempo, ocorreria o II Congresso Catequético na cidade. Planejamento perfeito, portanto. A Orticom Publicidade foi contratada

para divulgar o evento nas emissoras de TV, de rádio e na imprensa regional, que contou com um concurso de beleza entre as jovens. O Coral Santa Cecília, sob a direção da Professora Maria Conceição Piccolomini de Azevedo, se apresentou no Canal 7 - Record, no programa "Sábado com Você", de Sônia Ribeiro, ajudando a propagar o nome da cidade e a Feira. Na ocasião, para mostrar a categoria de seu desempenho, o Coral apresentou também o Hino Oficial do Congresso Religioso.

Rogério Mazzola e equipe administrativa do Ginásio Industrial movimentaram os alunos para apresentar seus trabalhos científicos, coordenados pelo Professor José Cação, da cadeira de Desenho Técnico e Eduardo Richter Neumann e Antônio Carlos Cirilo de Castro, de Português. Os artistas plásticos da cidade foram convidados a apresentar seus trabalhos e sua técnica artística. O comércio e a indústria

de Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Pedreira, Itapira, Campinas e de outros Municípios aproveitaram para locar espaços nos 'stands' para apresentar seus produtos no evento da Baixa Mogiana. Assim, no dia 1º de setembro de 1965, o Ginásio Industrial Estadual abriu as portas de seu estabelecimento para que a população visitasse a 1ª FAIBAM. Eram esperadas cerca de oitenta mil visitantes, comprovando o êxito da iniciativa e da organização da Prefeitura de Mogi Mirim, da Associação Comercial e Industrial e da Associação Rural (Sindicato Rural). Um sucesso de organização por Bernardo de Campos Camargo, Antônio Januzzi, Roberto Bronzatto e Agenor Faria, entre outros, no novo marco de

desenvolvimento e de progresso.

Expuseram seus produtos em stands expressivos as empresas Metalúrgica Mogi Mirim, Refinações de Milho Brasil, Transformadores Balestro, Transformadores Marangoni, Móveis de Aço Malta, Móveis de Aço Silveira, Móveis De Aço Átila, Champion Papel E Celulose, Produtos Alimentícios Carlos de Britto (Peixe), Refratex, Mineração Raul Finazzi, Rejj, Mandioca Tupi, de Luiz Ângelo Bronzatto, Syluz, de Sílvio Ambroggi, Móveis Fórmicos de Buscariolli, Jeb Peles, Flor de Porcelana de Pedreira, Cerâmica São Luiz e Novobox, entre outras.



Foto 41: 1º.9.1965 - A Cooperativa de Eletrificação Rural expôs uma réplica da região e suas subestações, com sedes rurais iluminadas para simbolizar conforto e novas possibilidades aos agricultores. A maquete foi exposta na 1ª FAIBAM – Feira Agropecuária e Industrial da Baixa Mogiana. (Acervo: Pintaca & Rosana)



Foto 42: A linda da foto é Sandra Penno Rosa, Miss São Paulo 1965 (representou o Instituto Caetano de Campos no concurso de Miss, para ajudar crianças carentes de São Paulo), ciceroneada pelo Vice-Prefeito Bernardo Camargo e pelo comerciante Paulo Januzzi. (Acervo: Pintaca & Rosana)



Foto 43: A Viação Santa Cruz montou a “parada de ônibus” em seu stand na 1ª Faibam. (Acervo: Pintaca & Rosana)



Foto 44: Stand da Marangoni, excelência em transformadores. (Acervo: Pintaca & Rosana)



Foto 45: Francisco João Marangoni, da Fábrica de Transformadores FRAMAR, apresenta seus produtos. (Acervo: Pintaca & Rosana)



Foto 46 – Cofres e Móveis de Aço Silveira, Avenida Dr. Jorge Tibiriçá, nº 313. (Acervo: Pintaca & Rosana)



Foto 47 – Cofres e Móveis de Aço Malta Ltda., Rua 7 de setembro. (Acervo: Pintaca & Rosana)



Foto 48 – Novobox Ind. e Com. Ltda., Box completo, esquadrias de alumínio e lambris, de Campinas. (Acervo: Pintaca & Rosana)

A 1ª Faibam funcionou por 12 dias, com demonstrações de experiências científicas. Os professores Mário Torezan, Maria Helena Torezan Gomes e Neuza Maria Miranda, do Ginásio “Monsenhor Nora” colaboraram com os experimentos de Física e dissecações. A experiência do sapo vivo com o eletrocardiograma causou frisson! A Faibam teve outras edições (em outros prédios), as quais alcançaram sucesso pleno na organização e no resultado, servindo para articulação de negócios e contratos, aquecendo a economia regional e motivando os jovens a cursar as disciplinas técnicas do Industrial. Há décadas este evento não mais ocorre em nossa cidade, infelizmente.

A década de 70 chegou com muito progresso e a abertura de inúmeras empresas, não sendo mais possível enumerá-las. Certamente faremos algumas citações, mas não é objetivo desse trabalho histórico elencar nomes, datas de fundação e razões sociais empresariais, mas a exatidão poderá ser conseguida após minuciosa pesquisa pelo interessado nos órgãos oficiais de Mogi Mirim. A área de móveis e cofres de aço se intensificou e podemos citar a Isma – Indústria Silveira de Móveis de Aço, criada na década de 60 já festejou o seu Jubileu de Ouro e conta com 200 colaboradores em sua ampla unidade fabril, no Bairro Santa Cruz, oferecendo móveis de aço, sistemas de armazenagem, estanteria e sistemas deslizantes.

Em 1971 a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Mogi Mirim foi autorizada a funcionar e foi em 17 de julho de 1974 que a faculdade sediou a primeira reunião sobre um Centro Cultural chamado Centro Mogimiriano de Cultura, tendo à frente o Desembargador Doutor Odilon da Costa Manso, juntamente com o Professor Sérgio Romanello Campos, Professor Alfredo Bérغامo, Jornalista Arthur de Azevedo e o Professor Norberto Marques em

conjunto com Madre Eurydina da Silveira Lobo, Professor Pedro Benedito Dal Rio e Professora Maria Tereza Del Prete, que buscaram a difusão da cultura em seu sentido mais amplo.

O Museu Histórico e Pedagógico “Doutor João Teodoro Xavier” foi instituído em 29.9.62, gestão de Luiz Franklin Silva. Funcionou em sala do Grupo Escola “Monsenhor Nora”, depois na Prefeitura. O organizador foi o Senhor Alfredo Octávio Milano Filho, em 1967, que fez campanha na cidade e nas escolas para aquisição de objetos para formar o acervo cultural e contou com a colaboração do Professor Plácido Adani, do Monsenhor Nora. Após décadas de ostracismo, o Museu foi reinaugurado em 2021 e está aberto à visitação, pelos esforços dos membros do Cedoch – Centro de Documentação Histórica “Joaquim Firmino de Araújo Cunha”, do Secretário de Cultura, Luiz Henrique Dalbo e do Prefeito Municipal Doutor Paulo de Oliveira e Silva.

Ainda na década de 70, chegou a Mogi Mirim a empresa Monroe Amortecedores (hoje Grupo Tenecco), estabelecendo-se no bairro do Tucura, em terreno de 120 mil m² e 30 mil de área construída para abrigar avançados centros tecnológicos. A Adap e a Marte Metalúrgica também iniciaram suas atividades, no ramo da metalurgia. A Cortag, fundada em 1985 na área de cortadores para pisos cerâmicos e porcelanatos, está hoje em vinte países. Outras empresas se avizinharam para firmarem endereço no novo Distrito Industrial da cidade.

Em 24 de março de 1992, o Distrito Industrial I, ou Parque da Empresa passou a se chamar “José Marangoni”. Era Prefeito o Senhor Romeu Antônio Bordignon. Em 1.993, o Prefeito Jamil Bacar criou o Gedimm – Grupo de Estudos de Desenvolvimento Industrial, cuja comissão técnica avaliava processos de desenvolvimento

industrial, no tocante à doação de área e outros incentivos fiscais. Mas foi no final da década de 90 que o panorama industrial da cidade começou a mudar ainda mais. Os viajantes que se utilizavam das rodovias SP-340 e SP-147 poderiam ver as fachadas gigantes e iluminadas das logomarcas famosas de multinacionais, que aqui se instalaram, gerando emprego e renda aos mogimirianos. Podemos citar Eaton Corporation, Sabó, LuK Fundação (que foi incorporada pela Fundação Regalli), Lindsay, Forusi Metais Sanitários, Allevard Molas (atual Sogefi), DAB Usinadora, Hayard, J. Ryal, K & F Papéis, Metal 2, K&M e Trefilaria São Gabriel. A Fercay e a Comercial Kati receberam incentivos de aluguel de barracões, mas não subsistiram, por falência.

O Prefeito Paulo de Oliveira e Silva, em 1997, criou o Parque Industrial II, nomeando-o de “Luiz Torrani”.

O trabalho não se limitou à atração de novas empresas; as já existentes receberam auxílio com doação de nova área, subsídio de aluguel ou apoio técnico e novas áreas para ampliação da Effem (depois Masterfoods; hoje, Mars Incorporated.), Sacmi do Brasil, Jobema, Affiak, Cortag, Morecap, Skina do Aço, Art Paisagismo e outras, rendendo ao Município o prêmio “Selo Empreendedor ‘Mário Covas’”, concedido pelo Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). As novas empresas se instalaram no segundo Parque Industrial da cidade; o antigo teve sua área ampliada, para estimular as novas indústrias já existentes na cidade.

Para garantir a qualidade da mão-de-obra local, os profissionais de Educação visaram aos cursos de qualificação, e os governantes repassaram verbas para os estabelecimentos de ensino. A ETE – Escola Técnica Estadual “Pedro Ferreira Alves”, (ETEC - Núcleo Paula Souza) recebeu

vultoso subsídio para compra de robô industrial e máquinas para os cursos de Mecânica e Mecatrônica. A parceria deu certo e cerca de três mil empregos foram criados, muitos deles já direcionados aos estudantes ainda em curso e aos formandos.

PANORAMA IV

O Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados apresentou aos mogimirianos a notícia de que o ano de 2011 encerrou com 1.019 empregos no mercado, perfazendo 3,40%; em 2012, apenas 611, ou 1,97%. O pior desempenho se viu na indústria de transformação, ou seja, metalurgia e de autopeças. Foram eliminados 333 postos de trabalho. O setor contratou 2.496 trabalhadores e desligou 2.829 pessoas.

Em janeiro de 2012, a Construção Civil experimentou avanço, com 356 vagas abertas, 2.176 contratações e 1.816 desligamentos. O Comércio ficou em segundo lugar, com 241 novos postos; os Serviços ficaram em terceiro, com 238; a Administração pública ficou em quarto, com 127 nomeações ou contratações. (Dados de 27.10.2012, Jornal A COMARCA).

Em 2015, a cidade aplaudiu a inauguração de um dos maiores complexos tecnológicos mundiais, com 151 mil m² de área construída e 815 mil m² de terreno, e investimento financeiro de R\$ 3,3 bilhões: Data-Center Itaú Unibanco. Conhecido como Centro Tecnológico Mogimiriano, o empreendimento envolveu expertise de renomados profissionais, propiciando emprego e renda a muitos jovens mogimirianos, pelo seu convênio com estudantes da Etec e da Fatec e trazendo progresso e nova visão empresarial para a cidade. Outros dois data centers estão previstos para construção até 2023 e mais dois até 2035.

Os dados atualizados em 2020 nos mostram o quadro de empregos junto ao Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Mogi Mirim apresenta saldo positivo de 828 postos de empregos, com uma remuneração média de R\$ 3.058,24, distribuídos em R\$ 2.295,79 para o comércio e R\$ 3.799,93 para a indústria. No meio corporativo, homens preenchem 57,46% dos postos de trabalho e a mulheres 42,54%, para profissionais com idade entre 30 a 39 anos.

Mogi Mirim se engalana ao ver uma de suas empresas figurar como destaque – pela quinta vez – dentre 45 unidades globais: a empresa Eaton, dirigida pelo senhor Ricardo Monzani. Chegada em 1997, propiciando 400 empregos e investimento de setenta milhões, para fabricar o câmbio do automóvel Corsa, da GM, a empresa se interessou pela cidade pelo esforço empreendido por Wilson Fernandes de Barros, empresário do ramo automobilístico e incentivador do time do Mogi Mirim Esporte Clube, incansável aliado do Prefeito Doutor Paulo de Oliveira e Silva e seu vice, Professor Massao Hito.

Em operação desde 1999, foi neste ano que a multinacional concedeu à unidade local o reconhecimento de planta modelo 2020, desbancando as outras duas unidades fabris: a de Valinhos e a de Pyungtek, na Coreia do Sul. Esta premiação acontece anualmente e avalia critérios como segurança, qualidade, entrega e práticas de melhoria contínua. O reconhecimento mostra o alto nível das operações brasileiras e como desempenham um papel importante para a empresa, globalmente; destacando-se em novas tecnologias da Indústria 4.0 e por entregar resultados consistentes. Ainda mais, a Eaton Mogi Mirim conquistou o prêmio Melhoria Contínua, com o melhor projeto de integração de ferramentas de lean manufacturing 4.0, que automatizou uma operação de montagem utilizando-se de robôs colaborativos de dois

braços, integrando ferramentas de simulação, impressão 3D e elementos do lean, como poka yokes (sistema à prova de erros), trabalho-padrão e setup rápido.

COMERCIANTES, EMPRESÁRIOS E AGENTES PÚBLICOS

Considerações de Rosana Bronzatto

Em breves palavras, a conclusão a que se chega é que, ainda que cada segmento tenha um rol específico de normas a seguir, apenas irmanadas é que as três classes conseguirão o objetivo maior, que é o progresso de uma cidade.

Os comerciantes, assim como os empresários, obedecem ao rígido molde administrativo, embasado em peças orçamentárias e tentam se sobrepor à concorrência da maneira como podem, a fim de otimizar seus rendimentos e lucros.

O poder público, por vezes, está engessado pela Lei de Responsabilidade Fiscal para incentivar o quadro comercial e empresarial. Assim, não costuma ser muito pródigo em inovações, pois a fiscalização o impede de executar certos atos. No dia a dia, o que se observa é a repetição de procedimentos, a burocratização e a crônica falta de produtividade; as estruturas são pesadas, sem muita agilidade. Até nossos dias, quando alguém quer projetar uma imagem de marasmo e ineficiência, diz: “-Isso aqui está parecendo uma repartição pública”.

O box a seguir está prestes a completar seu Jubileu de Prata, mas ainda serve como norte ao que deve ser combatido ou melhorado. Os dados são de 1997 e apresentam as características que melhor descrevem as empresas do governo, conforme pesquisa feito pelo Ibope, a pedido da CNI – Confederação Nacional da Indústria:

- Corrupção – 35%
- Cabide de Empregos – 27%
- Eficiência – 9%
- Outros pontos negativos – 22%
- Produtos de boa qualidade – 7%

Mas existe algo novo no plano da Administração Pública: em algumas esferas, se vê uma visível busca de inovações, uma grande preocupação com a qualidade e uma incessante procura de um relacionamento mais produtivo entre o setor público e a iniciativa privada. O cidadão passou a ser visto como cliente e, em algumas instituições, passa a ser tratado com a mesma atenção que teria em uma empresa privada.

Em aspecto alentador para o contribuinte, vê-se que o atual Governo local procura se reinventar, e um dos pontos do processo é o envolvimento da comunidade e das entidades em suas decisões de auxílio ao próximo, sobretudo com os prejuízos trazidos pela pandemia do Coronavírus.

Por outro lado, a dura realidade está presente, a mente do cidadão pouco evoluiu e, em linhas gerais, não sabe quem faz o quê. Não existe, na cabeça dos indivíduos, uma clara divisão de tarefas entre União, Estados e Municípios e preferem pensar que tudo é obrigação da Prefeitura.

Por sua vez, o Prefeito tem duas alternativas: ou resolve o problema apresentado ou será chamado de incompetente e, ainda mais, se não recebe a população em seu gabinete, é tomado por antipático. Evidentemente, o Prefeito deve estar atento para a sua popularidade, mas não pode ser um show-man, gastando a verba pública para pagar profissionais de marketing

ou publicitários para se projetar. Vale ressaltar: Prefeituras e Autarquias não têm a necessidade de fazer propagandas ou comerciais, porque não precisam vender produtos como se fossem uma empresa privada ou um comércio; devem se comunicar com os munícipes para anunciar mudanças no atendimento ou nos serviços: “faltará água na região norte no dia tal, para troca da bomba”; “a UBS da zona leste estará realizando exames gratuitos contra a AIDS, COVID, etc.”; “abertas as vagas para costureira, operador de máquinas, etc. Procurar o setor de empregos”. É para isso que serve a verba destinada à comunicação.

Todos os setores da Prefeitura tem verba para gastar, mas é o Prefeito Municipal quem faz a destinação delas e será ele quem ouvirá as críticas da população que não viu atendidas as suas necessidades. Há que se considerar que, se o Prefeito fizer uma obra desnecessária, ficará marcado pra sempre como um mau gastador do dinheiro público.

Os serviços podem melhorar e o povo deve saber a força que tem. Para mobilizar a sociedade é preciso incentivar o sentimento de cidadania; a comunidade deve ter oportunidade de falar e apresentar situações e soluções. O povo deve sentir que administrar a cidade também é sua responsabilidade. Para o bom fluir da relação povo-governo deve haver um bom trabalho na área de comunicação – do Prefeito para com os munícipes. Exemplo disso foi o sucesso do “orçamento participativo”, programa de 1997 desenvolvido por aquela gestão, concitando o cidadão a tomar decisões de aplicabilidade da verba pública e a participar da elaboração da lei orçamentária anual.

Nos três segmentos, sem dinheiro de giro não há evolução nos serviços e o combate ao desemprego deve ser prioridade. O administrador tem que

visar à estabilidade econômica, ao crescimento com recursos próprios, à geração de empregos e renda, à luta contra a fome, a pobreza e exclusão social e melhoria na distribuição de renda e, especialmente no poder público, à manutenção da democracia. Se satisfatórios esses itens, poderemos notar avanços na saúde, segurança, educação, conservação de vias, limpeza pública, abastecimento de água, rede de esgoto, menores de idade, habitação, transporte coletivo e

maiores avanços ainda no combate à corrupção e otimização das artes e cultura.

Parece difícil, mas a linha reta de conduta pública ainda é a mais viável para conseguir o imprescindível apoio da indústria e do comércio, e tornar possível qualquer empreendimento, desde que haja criatividade, honestidade e muita vontade de trabalhar, em todas as partes envolvidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPOS, Sérgio Romanello. BRIDI, Carmen Lucia. Doutor João Teodoro Xavier. Presidente da Província de São Paulo 1872-1875. Mogi Mirim, 2002.
- DIAS, Sebastião. Revista Geographica do Município de Mogy-Mirim, 1889, 1ª ed.; e Almanach de Mogy-Mirim. 1889
- GIGLIO, Celso. O Município Moderno. Brasília – MH Comunicação, 1998.
- Jornal “A Comarca” - Você conhece Mogi Mirim?, várias edições.
- Jornal “A Comarca” - coluna “Pintaca & Rosana”, várias edições.
- Jornal “O Impacto” - coluna “Pintaca & Rosana”, várias edições.
- Jornal “Folha de S. Paulo”. Edição jornalística de 22/10/91. Pág. 2 Caderno Especial.
- MANDATO. Jácomo. Joaquim Firmino, o Mártir da Abolição. Itapira: Graphical. 2001.
- MANSO, Odilon da Costa. Crônicas Mogimirianas. São Paulo: Rumo Editora. 1970.
- MENDES Jr., João. Revista Histórica do Município de Mogy-Mirim. São Paulo : Revista dos Tribunais S.A. 1971.
- PRADO, Washington. História de uma Cidade Bandeirante. Mogi Mirim : Casa Cardona. 1951
- RIBEIRO, Antenor (Monógrafo Filemon). Monografia Geográfica de Mogi-Mirim. Mogi Mirim : Casa Cardona. 1944.
- RIBEIRO, Antenor (Monógrafo Filemon). Monografia da Cidade de Mogi-Mirim. Estudo de Aspecto Geográfico. Mogi Mirim : Casa Cardona. 1949
- SILVA, Lauro Monteiro de Carvalho e. Moji-Mirim (subsídios para a sua história). Mogi Mirim : Casa Cardona. 1960.

Localização

Análise regional polarizada

O município de Mogi Mirim compõe a Região Metropolitana de Campinas (RMC), sendo considerado sede regional da Microrregião e sua subsede metropolitana. Estando em uma altitude média de 611 metros em relação ao nível do mar, apresenta uma temperatura anual que varia entre 18°C e 28°C, com uma área total de 499 quilômetros quadrados. A população estimada é de 93.650 habitantes. O Município tem três importantes vias térreas de locomoção: A Rodovia “Adhemar Pereira de Barros” (SP-340) (Campinas-Águas da Prata), que possui pista dupla e serve de ligação de Mogi Mirim com Campinas, São Paulo e o Porto de Santos. A Rodovia “José Tosello” (SP-147), em pista dupla, faz a ligação do município com Itapira e Sul de Minas Gerais. No braço inverso, faz o elo entre Mogi Mirim e Limeira, alcançando a Rodovia Anhanguera. Por último, a Rodovia “Wilson Finardi” (SP-191) permite a ligação do município com Conchal e Araras, e que se estende também para a Rodovia Anhanguera (SP 050).

A cidade de Mogi Mirim possui uma distância de 61,3 km de Campinas e aproximadamente 154 km de capital do estado. O município é formado pela sede e pelo distrito de Martim Francisco, que fica a uma distância de 17,6km, sentido Santo Antônio de Posse, por sua vez, esse conjunto de vias torna a sede em um núcleo de um rizoma viário, o que dificulta políticas de segurança pública e de controle viário e até mesmo de suas linhas de desenvolvimento. Imagem 1.



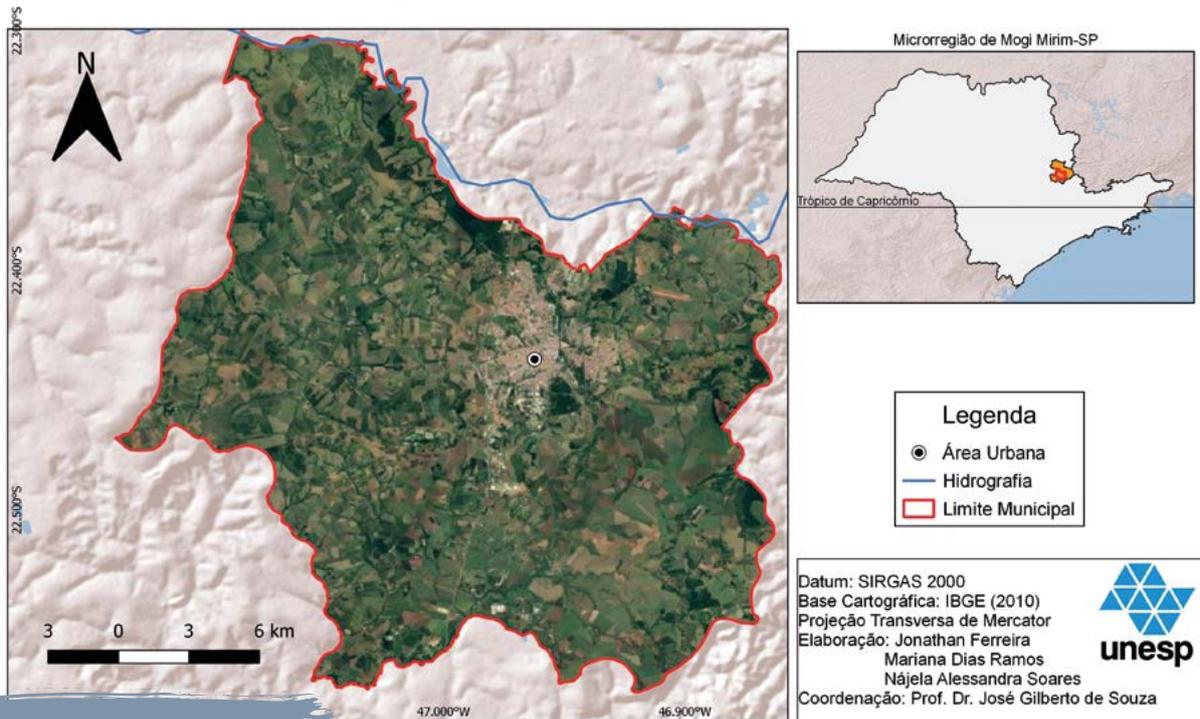
Fonte: Googles Earth.

Imagem 01: Mogi Mirim – Núcleo de um rizoma viário.

Do ponto de vista dos indicadores socioeconômicos, o município apresenta índice IDHM alto, 0,784 (IDHM entre 0,700 e 0,799), 55ª quinta posição no estado de São Paulo, fortemente influenciado pelo fator Longevidade (0,879). O indicador da renda possui índice na faixa de 0,767 e a Educação em 0,715 (Dados

2010). Apresenta ainda cerca de 30,6% da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo, o que denota sua alta concentração de renda, colocando o município na 365ª posição no estado. Do ponto de vista da empregabilidade, apresentava cerca de 33,4% da população ocupada¹.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM-SP



Fonte: Prefeitura Municipal
Mapa 1 - Localização do
Município de Mogi Mirim



Conforme estabelecido por Souza (2019) as análises de diagnóstico municipal devem reconhecer a importância de uma perspectiva espaço-temporal, considerando, de um lado a trajetória histórica das atividades econômicas e, de outro, a inserção do Município de Mogi Mirim em um contexto regional. Segundo Souza

(2019) a análise espacial necessariamente precisa integrar três níveis escalares para compreender a forma de inserção regional de um município: a polarização, a equivalência e a influência.

A polarização resulta da identificação da posição do município em uma tessitura urbana de

¹ Dados capturados em 20 de dezembro de 2019. FIRJAN. IBGE -Cidades. PNUD.(2018).

relações econômicas vinculadas essencialmente ao comércio e serviços. Neste processo a dinâmica industrial pode ser secundarizada, pois se sua estrutura é atomizada e ou clusterizada, sua condição será expressa nas atividades de comércio e serviços. Decorre, assim, que análise polarizada revela o nível de importância que o município apresenta na tessitura, podendo colocar-se como polo central, com característica de metrópole e ou cidade média, ou do que denominamos de proto-média², na qual se insere Mogi Mirim, que se posiciona intermediariamente em uma estrutura hierárquica entre cidades menores e metropolitana - o eixo “metropolitano” de Campinas. Nesse caso, em particular, a cidade de Mogi Mirim tem como referência de polarização o Município de Campinas-SP e numa posição relativa o Município de Mogi Guaçu. Um segundo elemento de análise espacial se estabelece por municípios equivalentes. Tratam-se de economias locais que apresentam algumas magnitudes (população, renda, tipos de serviços e comércios, exportação, posição na hierarquia urbana, entre outras), não necessariamente todas proporcionalmente ao município de análise, mas que, em certa medida, apontam diretrizes de desenvolvimento social e econômico em mesmo padrão de crescimento e importância regional. É exatamente essa posição que Município de Mogi Guaçu apresenta em relação à Mogi Mirim, com a particularidade de figurar como uma cidade e equivalente, mas ao mesmo tempo de polarização, tendo em vista que esse município está em transição na tessitura urbana

regional para uma cidade-média. Trata-se de uma posição transicional e que aos poucos se demarca como tendência à forte polarização sub-regional. Por último, as áreas de influência, são os municípios menores que integram a tessitura hierárquica regional, sobre os quais o município de Mogi Mirim e Mogi Guaçu (como equivalentes) se colocam como referência de demandas. Observa-se que estas três escalas espaciais de análise, em resumo, apresentam as seguintes perspectivas em termos de serviços e renda. As cidades polarizadoras (médias e eixo metropolitano) reúnem capacidade de absorver as demandas mais especializadas de Mogi Mirim, as equivalentes apresentam trocas e as cidades pequenas, demandam atividades especializadas intermediárias do município de análise.

A perspectiva ou escala temporal reúne dois momentos da trajetória econômica local-regional e nacional. Baseia-se inicialmente no ponto de inflexão positiva de crescimento da economia nacional, ano de 2010, sustentado basicamente por políticas de renda, desoneração fiscal e investimento direto no setor produtivo, bem como de expansão imobiliária, a, que impactaram positivamente a trajetória de crescimento regional. Destaca-se que, nesse momento, as inflexões negativas de crescimento da economia mundial (crise subprime³) ainda não atingiam o Brasil e as respostas de ampliação de crédito e redução das taxas de juros pelos bancos institucionais retardaram os efeitos da crise sobre a economia brasileira (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e o próprio

² BELEINGERI, Julio Cesar, SOUZA, José Gilberto O desenvolvimento e suas representações em três municípios paulistas. In. Prêmio Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: coletânea de artigos / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro. – Brasília: PNUD: IPEA : FJP, 2015, pp. 119 – 136. Em concurso organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (órgão da ONU), em parceria com o IPEA e a Fundação João Pinheiro, este trabalho foi premiado em

BNDES).

O segundo momento de análise se refere ao ano de 2019/2020⁴, período de “estabilidade”, com tendência de baixa, após a crise política nacional e a crise econômica internacional (redução da demanda da China, EUA, Japão e União Europeia), mas fortemente atingida pela crise sanitária Covid-19, decorrente da propagação do vírus Sars-Cov-2. A análise intervalar (2010-2019/20, com algumas pequenas variações considerando a indisponibilidade de dados secundários para algumas variáveis de análise), permitiu consolidar um quadro mais próximo da conjuntura atual e acompanhar as variações econômicas a partir da agregação das atividades em 34 grandes grupos setoriais dos municípios permitindo inferir, portanto, sobre o padrão de crescimento, da alteração das bases produtivas e do comportamento do mercado de trabalho.

A polarização, como salientado, se refere ao município de Campinas (Mapa 2). A designação de subsele metropolitana para Mogi Mirim, mas, principalmente, o trabalho-piloto de pesquisa, apontou para a forte relação do município com Mogi Guaçu e Campinas, principalmente no que se refere às demandas médico-hospitalares e de consumo especializado. Esse dado reforçou nossa análise de parametrizar as atividades econômicas entre estes dois municípios. Sendo Campinas pelo eixo metropolitano e Mogi Guaçu pela posição de transição, de bivalência, que apresenta entre polarização e equivalência, definindo que a trajetória deste último se

colocaria como referência de desempenho dos setores econômicos. Evidentemente considerou-se que o fator de economia de aglomeração e de liderança na hierarquia urbana de Campinas teria forte impacto no desempenho dos setores econômicos, principalmente aqueles os quais denominamos de modernos (Médico-Hospitalar e Odontológico, Turismo e Educacional). Por sua vez, em termos de trajetória recessiva e de estagnação econômica nacional, o desempenho da sede Metropolitana seria uma referência para Mogi Mirim.

No âmbito da análise de equivalência, foi considerado o município de Mogi Guaçu, como apontado. O terceiro elemento analítico espacial se refere aos municípios menores que sofrem influência de Mogi Mirim, de Mogi Guaçu e da sede metropolitana, sobretudo para esta última, dadas as condições locais, viária e de contiguidade espacial, que é o caso de Jaguariúna e Holambra.

A definição desta área de análise integra as três espacialidades que impactam a economia de Mogi Mirim, como fluxos hipotéticos de renda: uma espacialidade de transferência de renda (saída) frente a demanda de comércio e serviços em relação à Mogi Guaçu e Campinas, uma segunda espacialidade é demarcada pelo, que hipoteticamente apresenta trocas simultâneas de rendas, com maior tendência à transferência, que poderá ser comprovada se, na análise dos dados, os níveis de atividade econômica de Mogi Guaçu, como polarizador-equivalente, forem

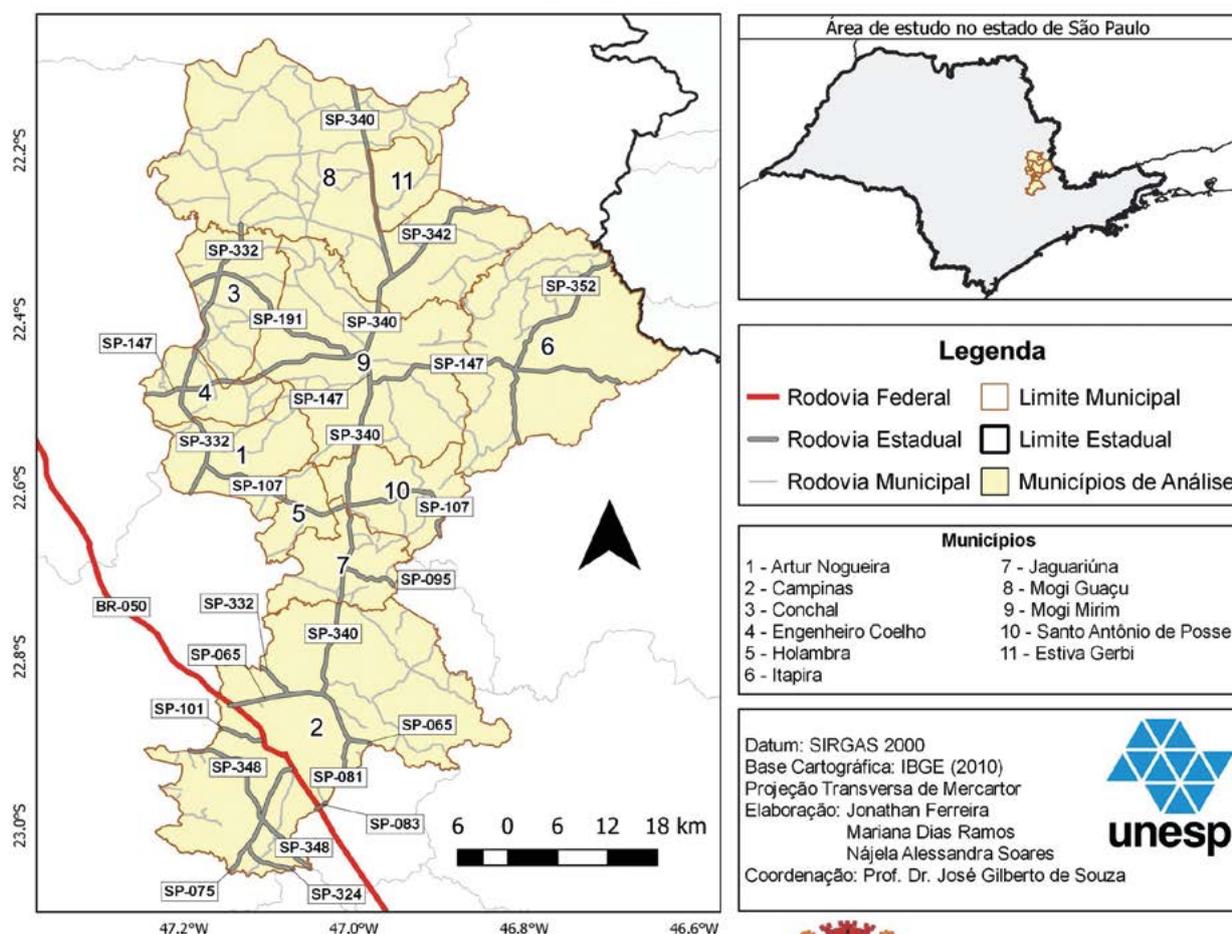
³ Refere-se a crise dos bancos nos Estados Unidos em 2008, tendo referência a quebra do Lehman Brothers no dia 15 de setembro. Os investidores de todo o mundo passaram a tirar as aplicações de ações de empresas, de bancos e de títulos de governos, incluindo os do Brasil, diante da incerteza gerada quanto a veracidade dos dados econômicos e das estruturas de governança das empresas e bancos, premidos ainda pela necessidade de vender ações para honrar compromissos. A baixa liquidez refletiu na redução da disponibilidade de dinheiro para oferta de crédito para as empresas e consumidores. Esse processo foi acompanhado com alta da moeda estrangeira e prejudicou fortemente as empresas com contratos em dólar e que não encontram proteção para a oscilação da moeda.

superiores a Mogi Mirim e, outra, a terceira, que se refere aos municípios do entorno (pequenos municípios), em que as atividades de comércio e serviços são demandadas para Mogi Mirim, incorporando nesse caso os municípios a Leste e Sudeste (Itapira e Santo Antônio de Posse, a Oeste (Artur Nogueira, Engenheiro Coelho e Conchal) e a Norte (Estiva Gerbi). Os dados desta análise foram compilados da Base de Dados CAGED (Estabelecimento e Vínculo por Atividade Econômica) - Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Por sua vez cabe considerar que o eixo rodoviário central da Rodovia Ademar de Barros (SP 340) e sua estrutura radicular pivotante (SP 147 Itapira; SP 107 Santo Antônio de Posse; SP 191-Conchal; SP 147 Engenheiro Coelho; SP 107 Artur Nogueira) na altura do paralelo 22,4° S reúne potencialidade de vinculação comercial direta destes municípios com Mogi Mirim.

(Mapa 2), para as demais posições locais de vias, torna-se um pouco mais complicado.

MAPA DA ESTRUTURA VIÁRIA DE MOGI MIRIM-SP E MUNICÍPIOS DE ANÁLISE



Fonte: Prefeitura Municipal
Mapa 2 – Estrutura Viária
de Mogi Mirim e municípios
de análise



MUNICÍPIO DE
MOGI MIRIM

Os dados dos Municípios de Mogi Mirim, Mogi Guaçu e Campinas, referem-se a dois momentos da trajetória econômica nacional e seus impactos nas economias locais/regionais. Baseia-se inicialmente no ápice de crescimento

econômico, no ano de 2010 e 2019, conforme apontado anteriormente e os 34 setores econômicos avaliados estão descritos no Quadro 1.

Quadro 01: Grupos de Atividades Econômicas

1	Produção Primária Vegetal
2	Produção Primária Animal
3	Processamento e Serviços da Produção Primária
4	Extração e Processamento Primário Mineral
5	Comércio de Alimentos e Bebidas
6	Indústria de Processamento de Alimentos
7	Indústria de Bens de Consumo Não Duráveis
8	Indústria de Bens de Consumo Duráveis
9	Metal Mecânica e Produção Industrial em Geral
10	Indústrias Químicas
11	Serviços Industriais
12	Construção e Manutenção de Obras
13	Gráficas e Editoriais
14	Informática e Tecnologias da Comunicação e Informação (TCIs)
15	Administração e Utilidade Pública
16	Serviço Automotores
17	Comércio Automotores
18	Serviços de Transporte de Passageiros
19	Logística de Mercadorias
20	Turismo e Hotelaria
21	Serviços Financeiros
22	Seguros
23	Atividades de Apoio Empresarial
24	Educação Básica
25	Ensino Tecnológico, Superior e P & D
26	Outras Atividades de Ensino
27	Odonto e Médico-hospitalares
28	Assistência Social e Qualidade de Vida
29	Imagens e Produção Cinematográfica
30	Bens de Consumo e Serviços de Luxo
31	Atividades Especializadas
32	Outros Serviços

A análise destes setores em termos dos municípios polarizados e equivalentes será realizada a partir das tabelas 1, 2 e 3 relativas aos municípios de Campinas, Mogi Guaçu e Mogi Mirim. Na Tabela 1 se observa que no município de Campinas os setores econômicos mais importantes são, em 2019/20, Alimentos e Bebidas 10,96%; Construção e Manutenção de Obras 10,75%; Administração e Utilidade Pública 7,2%; Atividades de Apoio Empresarial 6,5% e, Comércio Varejista 6,5%. A retração do número de vínculos empregatícios ocorreu em 18 dos 34 setores econômicos, porém seus impactos nos principais setores de empregabilidade são relativamente reduzidos, uma vez que Construção e Manutenção de Obras teve variação negativa de 4%, Administração

e Utilidade Pública (1%), Odonto Médico-Hospitalar de (0,4%) e Comércio Varejista em Geral (16). Dentre os mais importantes setores de empregabilidade, o único que apresentou variação positiva no período foi o setor de Alimentos e Bebidas com 16%, sendo o setor que mais emprega em Campinas. As Atividades do Ensino que juntas respondem por 10% do pessoal ocupado tiveram taxa de crescimento, puxada pela Educação Básica, que teve uma variação positiva de 108%.

Estes últimos dados reforçam a importância que as atividades econômicas modernas urbanas apresentam no processo de crescimento e atratividade econômica de cidades metropolitanas e médias.

Tabela 1 - Atividades Econômicas por Vínculo Empregatício - Município de Campinas 2010-2019/20									
(% Participação) (Base de dados - CAGED-MTE_Brasil)									
	2010	%PART		2018	%PART		2019/20*	%PART	VAR 10-19/20
1. Produção Primária Vegetal									
	1020	0,26		1078	0,27		1074	0,27	6%
2. Produção Primária Animal									
	415	0,11		398	0,1		396	0,1	-4%
3. Processamento e Serviços da Produção Primária									
	4403	1,14		4058	1		4047	1	-8%
4. Odonto e Médico-hospitalares									
	28895	7,47		28899	7,11		28786	7,11	-0,40%
5. Extração e Processamento Primário Mineral									
	339	0,09		487	0,12		485	0,12	43%
6. Comércio de Alimentos e Bebidas									
	33798	8,74		44578	10,96		44404	10,96	31%
7. Indústria e Processamento de Alimentos									
	3910	1,01		4281	1,05		4264	1,05	9%
8. Indústria de Bens de Consumo Não Duráveis									
	4160	1,08		2839	0,7		2828	0,7	32%
9. Construção e Manutenção de Obras									
	45361	11,73		47721	10,75		43550	10,75	-4%
10. Gráficas e Editoriais									
	2249	0,58		1158	0,28		1153	0,28	-49%
11. Informática e Tecnologias da Comunicação e Informação (TCIs)									
	13459	3,48		19121	4,7		19046	4,7	42%
12. Indústrias Químicas									
	2082	0,54		1285	0,32		1280	0,32	-39%

13. Metal Mecânica e Produção Industrial em Geral													
	12045		3,11		9931		2,44		9892		2,44		-18%
14. Serviços Industriais													
	2173		0,56		2753		0,68		2742		0,68		26%
15. Indústria de Bens de Consumo Duráveis													
	4762		1,23		1110		0,27		1106		0,27		-77%
16. Comércio e Serviços Automotores													
	13493		3,49		10536		2,59		10495		2,59		-22%
17. Administração e Utilidade Pública													
	29462		7,62		29290		7,2		29176		7,2		-1%
18. Comércio Automotores													
	10123		2,62		9351		2,3		9315		2,3		-8%
19. Comércio Atacadista em Geral													
	6653		1,72		7748		1,91		7718		1,91		16%
20. Comércio Varejista em Geral													
	31185		8,06		26321		6,47		26218		6,47		-16%
21. Serviços de Transporte de Passageiros													
	10324		2,67		10211		2,51		10171		2,51		-1%
22. Logística de Mercadorias													
	18975		4,91		17435		4,29		17367		4,29		-8%
23. Turismo, Hotelaria e Entretenimento													
	12650		3,27		15546		3,82		15485		3,82		22%
24. Imagens e Produção Cinematográfica													
	654		0,17		504		0,12		502		0,12		-23%
25. Serviços Financeiros													
	7347		1,9		6703		1,65		6677		1,65		-9%
26. Seguros													
	1256		0,32		1433		0,35		1427		0,35		14%
27. Atividades de Apoio Empresarial													
	20251		5,24		26414		6,5		26311		6,5		30%
28. Educação Básica													
	5073		1,31		10604		2,61		10563		2,61		108%
29. Ensino Tecnológico e Superior e P & D													
	19135		4,95		22605		5,56		22517		5,56		18%
30. Outras Atividades de Ensino													
	6839		1,77		7811		1,97		7781		1,97		14%
31. Bens de Consumo e Serviços de Luxo													
	3299		0,85		3876		0,95		3861		0,95		17%
32. Assistência Social e Qualidade de Vida													
	9738		2,52		10211		2,51		10171		2,51		4%
33. Atividades Especializadas													
	12378		3,2		8992		2,21		8957		2,21		-28%
34. Outras Atividades													
	8916		2,3		15363		3,78		15303		3,78		72%
TOTAL	4E+05		100		4E+05		100		405065		100		4,70%

Na análise de Mogi Guaçu se observa que, dos seis setores mais importantes e que reúnem mais de 50% da força de trabalho formalmente ocupada, quatro deles apresentaram variação negativa e com percentuais bem mais expressivos que Campinas, denotando que as pequenas economias municipais apresentam maior impacto na trajetória recessiva que o país atravessava, sendo agravada com a crise sanitária. No caso de Mogi Guaçu, os setores

econômicos que ampliaram sua empregabilidade foram da Produção Primária Vegetal, que responde por 9,39% da mão de obra ocupada e Comércio Varejista em Geral, que ocupa 6,78%, e que tiveram taxas de crescimento de 37,8 e 48%, respectivamente; porém são setores que apresentam reduzidos patamares de remuneração. Por último, cabe destacar que 11 foram os setores com desempenho negativo no período.

Tabela 2 - Atividades Econômicas por Vínculo Empregatício - Município de Mogi Guaçu 2010-2019/20									
(% Participação) (Base de dados - CAGED-MTE_Brasil)									
	2010	%PART	2018	%PART	2019/20*	%PART	VAR 10-19/20		
1. Produção Primária Vegetal	2651	6,82	3653	9,39	3634	9,39	37,80%		
2. Produção Primária Animal	168	0,43	225	0,58	224	0,58	33,93%		
3. Processamento e Serviços da Produção Primária	540	1,39	564	1,45	561	1,45	4%		
4. Odonto e Médico-hospitalares	3072	7,9	2630	6,76	2616	6,76	-15%		
5. Extração e Processamento Primário Mineral	106	0,27	78	0,2	78	0,2	-27%		
6. Comércio de Alimentos e Bebidas	3055	7,85	2787	7,17	2773	7,17	-9%		
7. Indústria e Processamento de Alimentos	843	2,17	1067	2,74	1061	2,74	26%		
8. Indústria de Bens de Consumo Não Duráveis	1787	4,59	2036	5,23	2025	5,23	13%		
9. Construção e Manutenção de Obras	3619	9,3	3240	8,3	3223	8,3	-11%		
10. Gráficas e Editoriais	83	0,21	105	0,27	104	0,27	26%		
11. Informática e Tecnologias da Comunicação e Informação (TCIs)	855	2,2	272	0,7	271	0,7	-68%		
12. Indústrias Químicas	187	0,48	90	0,23	90	0,23	-52%		
13. Metal Mecânica e Produção Industrial em Geral	1777	4,57	1630	4,19	1622	4,19	-9%		
14. Serviços Industriais	565	1,45	720	1,85	716	1,85	27%		
15. Indústria de Bens de Consumo Duráveis	2560	0,66	317	0,81	315	0,81	23%		
16. Comércio e Serviços Automotores	5257	13,57	3966	10,2	3945	10,2	-25%		

17. Administração e Utilidade Pública													
	4233		10,86		3797		9,76		3777		9,76		-11%
18. Comércio Automotores													
	804		2,07		646		1,66		643		1,66		-20%
19. Comércio Atacadista em Geral													
	460		1,18		489		1,26		486		1,26		6%
20. Comércio Varejista em Geral													
	1769		4,55		2639		6,78		2625		6,78		48%
21. Serviços de Transporte de Passageiros													
	795		2,04		445		1,14		443		1,14		-44%
22. Logística de Mercadorias													
	2109		5,42		2237		5,75		2253		5,75		6%
23. Turismo, Hotelaria e Entretenimento													
	406		1,04		780		2,01		776		2,01		91%
24. Imagens e Produção Cinematográfica													
	6		0,02		36		0,09		36		0,09		497%
25. Serviços Financeiros													
	439		1,13		414		1,06		412		1,06		-6%
26. Seguros													
	23		0,06		44		0,11		44		0,11		90%
27. Atividades de Apoio Empresarial													
	604		1,55		848		2,18		844		2,18		40%
28. Educação Básica													
	568		1,46		933		2,4		928		2,4		63%
29. Ensino Tecnológico e Superior e P & D													
	206		0,53		408		1,05		406		1,05		97%
30. Outras Atividades de Ensino													
	324		0,83		388		1		386		1		19%
31. Bens de Consumo e Serviços de Luxo													
	55		0,14		181		0,47		180		0,47		227%
32. Assistência Social e Qualidade de Vida													
	815		2,1		840		2,16		836		2,16		3%
33. Atividades Especializadas													
	11		0,03		19		0,05		19		0,05		72%
34. Outras Atividades													
	987		2,54		372		0,96		370		0,96		-63%
TOTAL	39425		100		38896		100		38694		100		-1,85%

Os dados de Mogi Mirim estão apresentados na Tabela 3. No conjunto de 34 setores, 16 apresentaram inflexão negativa de empregabilidade. Os setores mais importantes são: Administração e Utilidade Pública com 14,64% de participação no total de empregos do município; Comércio e Serviços Automotores 10,32%; Comércio Alimentos e Bebidas com 9,21%; Metal Mecânica e Produção Industrial com 8,15%; Construção e Manutenção de Obras

com 7,2%, e Odonto Médico-Hospitalares com 6,58%. No período, dentre estes setores mais importantes, tiveram queda no número total de empregos Construção e Manutenção de Obras com 58%, fortemente marcado pela trajetória econômica do país, mas sobretudo por uma alta significativa de oferta de imóveis, a partir de um *boom* imobiliário vivenciado pelo município nos últimos 5 anos, como poderemos analisar posteriormente; Comércio e Serviços

Automotores com 13%, e Metal Mecânica e Produção Industrial com queda de 9%. Por sua vez, os setores de Administração e Utilidade Pública; Comércio Alimentos e Bebidas e Odonto Médico Hospitalar apresentaram inflexões positivas da ordem de 17%; 7% e 5%. Para o município de maneira geral a redução no setor de Construção e Manutenção de Obras é preocupante, considerando que se trata de um perfil ocupacional de reduzida qualificação e, portanto, de menor mobilidade funcional, podendo, em algumas circunstâncias estar em

movimento para a informalidade. O mesmo se refere ao Setor de Comércio e Serviços Automotores que está fortemente influenciado pela redução da mobilidade urbana e intraurbana decorrente da crise sanitária e isolamento social. Um aspecto positivo se refere aos setores de Administração e Utilidade Pública Odonto Médico-Hospitalar com crescimento, porque em média são setores com padrões de remuneração mais elevados que o conjunto dos setores de redução da empregabilidade.

Tabela 3 - Atividades Econômicas por Vínculo Empregatício - Município de Mogi Mirim 2010-2019/20									
(% Participação) (Base de dados - CAGED-MTE_Brasil)									
	2010	%PART	2018	%PART	2019/20*	%PART	VAR 10-19/20		
1. Produção Primária Vegetal	979	3,29	1069	3,87	1070	3,87	9%		
2. Produção Primária Animal	365	1,23	313	1,13	313	1,13	-14%		
3. Processamento e Serviços da Produção Primária	1016	3,42	1146	4,15	1147	4,15	13%		
4. Odonto e Médico-hospitalares	1731	5,82	1817	6,58	1819	6,58	5%		
5. Extração e Processamento Primário Mineral	99	0,33	89	0,32	89	0,32	-10%		
6. Comércio de Alimentos e Bebidas	2386	8,02	2543	9,21	2546	9,21	7%		
7. Indústria e Processamento de Alimentos	266	0,89	147	0,53	147	0,53	-45%		
8. Indústria de Bens de Consumo Não Duráveis	531	1,79	407	1,47	407	1,47	23%		
9. Construção e Manutenção de Obras	4785	16,09	1987	7,2	1989	7,2	-58%		
10. Gráficas e Editoriais	48	0,16	44	0,16	44	0,16	-8%		
11. Informática e Tecnologias da Comunicação e Informação (TCIs)	223	0,75	201	0,73	201	0,73	-10%		
12. Indústrias Químicas	162	0,54	128	0,46	128	0,46	-21%		
13. Metal Mecânica e Produção Industrial em Geral	2464	8,28	2250	8,15	2253	8,15	-9%		
14. Serviços Industriais	277	0,93	508	1,84	509	1,84	84%		
15. Indústria de Bens de Consumo Duráveis	1382	4,65	958	3,47	959	3,47	-31%		
16. Comércio e Serviços Automotores	3296	11,08	2850	10,32	2853	10,32	-13%		

17. Administração e Utilidade Pública								
	3470	11,67	4043	14,64	4048	14,64	17%	
18. Comércio Automotores								
	707	2,38	734	2,66	735	2,66	4%	
19. Comércio Atacadista em Geral								
	313	1,05	247	0,89	247	0,89	-21%	
20. Comércio Varejista em Geral								
	1727	5,81	1505	5,45	1507	5,45	-13%	
21. Serviços de Transporte de Passageiros								
	164	0,55	50	0,18	50	0,18	-69%	
22. Logística de Mercadorias								
	484	1,63	758	2,75	759	2,75	57%	
23. Turismo, Hotelaria e Entretenimento								
	160	0,54	552	2	553	2	245%	
24. Imagens e Produção Cinematográfica								
	6	0,93	4	1,26	4	0	-25%	
25. Serviços Financeiros								
	278	0,93	348	1,26	348	1,26	25,17%	
26. Seguros								
	83	0,28	95	0,34	95	0,34	15%	
27. Atividades de Apoio Empresarial								
	544	1,83	553	2	554	2	2%	
28. Educação Básica								
	267	0,9	569	2,06	570	2,06	113%	
29. Ensino Tecnológico e Superior e P & D								
	10	0,03	158	0,57	158	0,57	1482%	
30. Outras Atividades de Ensino								
	178	0,6	194	0,7	194	0,7	9%	
31. Bens de Consumo e Serviços de Luxo								
	82	0,28	130	0,47	130	0,47	59%	
32. Assistência Social e Qualidade de Vida								
	923	3,1	791	2,86	792	2,86	-14%	
33. Atividades Especializadas								
	113	0,38	145	0,53	145	0,53	28%	
34. Outras Atividades								
	225	0,76	277	1	277	1	23%	
TOTAL	29744	100	27610	100	27643	100	-7,10%	

Por último, cabe destacar outros elementos gerais dos dados relativos aos três municípios:

- O setor de Construção e Manutenção de Obras, como apontado, passa por uma fase de estagnação depois de uma trajetória de crescimento marcada por políticas públicas de moradia e oferta de crédito imobiliário, mas cabe ainda destacar que tem sido identificada uma mudança de tipo de vínculo funcional a partir da contratação de Micro Empresa Individual (MEI), alterando a relação de empregado para prestador de serviço, e essa dinâmica não se

restringe ao setor da construção, mas vê-se claramente que este setor passa a ser impactado, diante dos número de queda apresentados nos três municípios analisados;

- O setor de Administração e Utilidade Pública precisa ser considerado em seu grau de importância na geração de emprego e renda. A participação relativa do setor na sede metropolitana é bem menor que a média regional. No caso de Campinas, ocupa a 3ª posição em importância no total de empregos, mas observa-se que para Mogi Guaçu e Mogi Mirim ocupa a

2ª e 1ª posição, respectivamente, o que denota a importância do setor na manutenção da empregabilidade e da renda média de consumo dos municípios;

- Por último, a análise da variação total da massa de empregos nos municípios indica que Campinas teve um crescimento total de

4,7%, decorrente de sua posição polarizadora na região que acaba produzindo maior sinergia de sua economia de aglomeração. Mogi Guaçu teve uma queda de -1,85% e Mogi Mirim de -7%, o que impacta fortemente a economia local considerando o perfil do trabalhador que passa a ficar desempregado no município.

Análise Regional

Análise Regional Integrada da ACIST

A análise Regional – Polo – Equivalentes e de influência

O eixo de influências do Município de Mogi Mirim é analisado neste capítulo a partir do comportamento das atividades econômicas (Quadro 01) e será apresentado considerando a polarização de Campinas, a cidade equivalente (Mogi Guaçu) e as de influência, ou seja, estas últimas que, em tese, orbitam entre as proto-médias regionais, dentre elas Mogi Mirim. O fato é que as estruturas produtivas destes municípios não se estabelecem a partir de uma dinâmica clusterizada (arranjo produtivo local ou uma filière - cadeia produtiva) e, embora se tenha por objetivo uma análise de setores econômicos de forma articulada, a estrutura produtiva tem hiatos e reduzida integração produtiva regional. Este é um aspecto importante para os processos de desenvolvimento regional, pois a ausência de uma estrutura de planejamento nesta escala dificulta políticas integradoras de crescimento urbano-regional, que permitam a consolidação de uma economia vinculada a uma matriz insumo-produto, viabilizando a competitividade dos setores produtivos. Nos últimos anos as estruturas de Consórcios Municipais (Resíduos Sólidos Urbanos e Comitês de Bacias Hidrográficas), surgem como intervenções setoriais conjuntas, e efetivamente contribuem com o desenvolvimento regional, mas atuam por especificidades. Destaca-se, que as políticas industriais destes municípios se restringem a oferta de áreas de edificação para instalação de plantas produtivas a partir de distritos, sem uma visão de complementariedade e diversidade econômico-produtiva.

Definimos como equivalente o município de Mogi Guaçu e, embora já tenhamos apontando para sua bivalência, vamos centrar nossa análise nesta categorização, diante das magnitudes sociais e econômicas próximas daquelas apresentadas por Mogi Mirim. Denominamos de municípios sob influência aqueles que demandam serviços e comércio dos municípios polo e equivalentes da região de estudo.

Como salientamos, as estruturas produtivas nestas regiões, com raríssimas exceções, são dadas a partir de investimentos pontuais de uma empresa e (ou) filial de uma rede, nem sempre consolidando uma relação orgânica com os outros agentes econômicos locais e regionais, conseqüentemente constituindo um ponto isolado de competitividade industrial, comercial e/ou de serviços, com algum padrão tecnológico.

Exceção feita ao município Polo, Campinas que, como mencionado, apresenta uma elevada economia de escala e sinergia intersetorial e interinstitucional. Os demais municípios constituem um arquipélago não interconectado, pode-se dizer assim, por não configurarem um projeto local-regional de desenvolvimento. De fato, seus empreendimentos relacionam-se com seus mercados de forma direta, com algumas pequenas variações produtivas, mas não estão pautados por um projeto de integração regional e ou setorial.

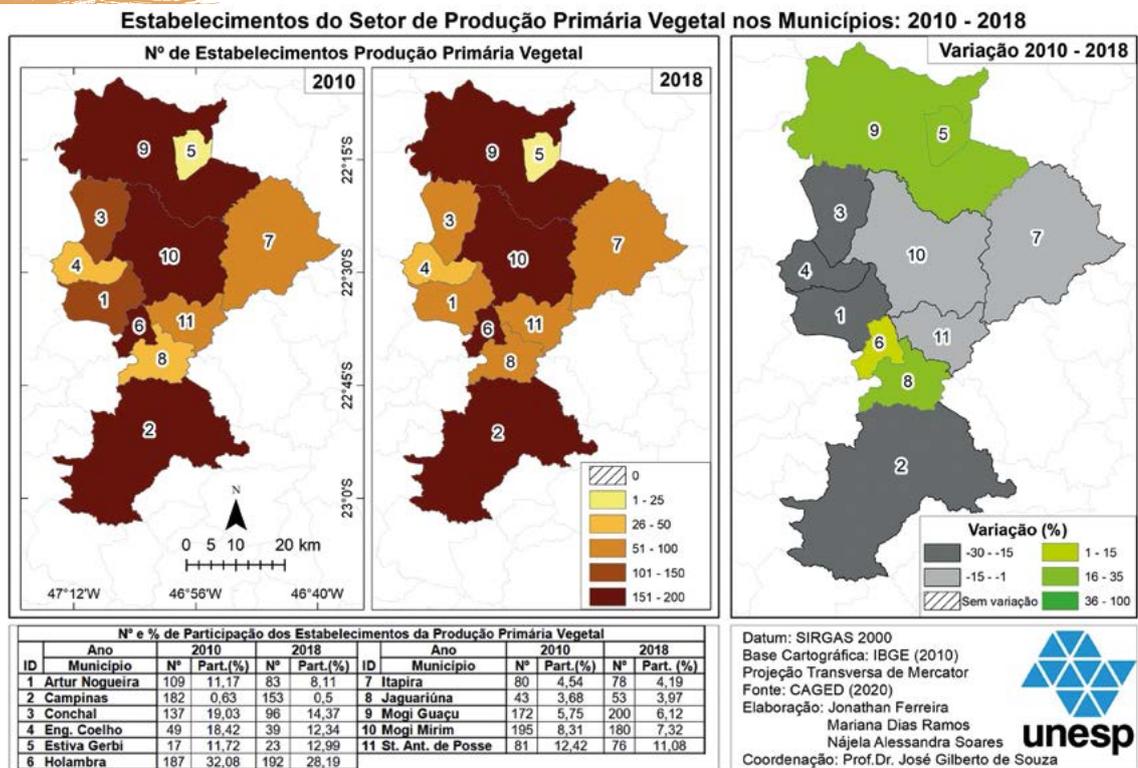
Neste sentido, pretende-se sinalizar o padrão de crescimento, a alteração das bases produtivas e o comportamento do mercado de trabalho em uma base intervalar de 2010 a 2018, a partir do conjunto de atividades denominadas de ACIST (Agricultura, Comércio Indústria, Serviços e Turismo), e seus respectivos subgrupos, apresentados em sequência.

5.1. Agricultura – Subgrupo: Produção Primária Vegetal

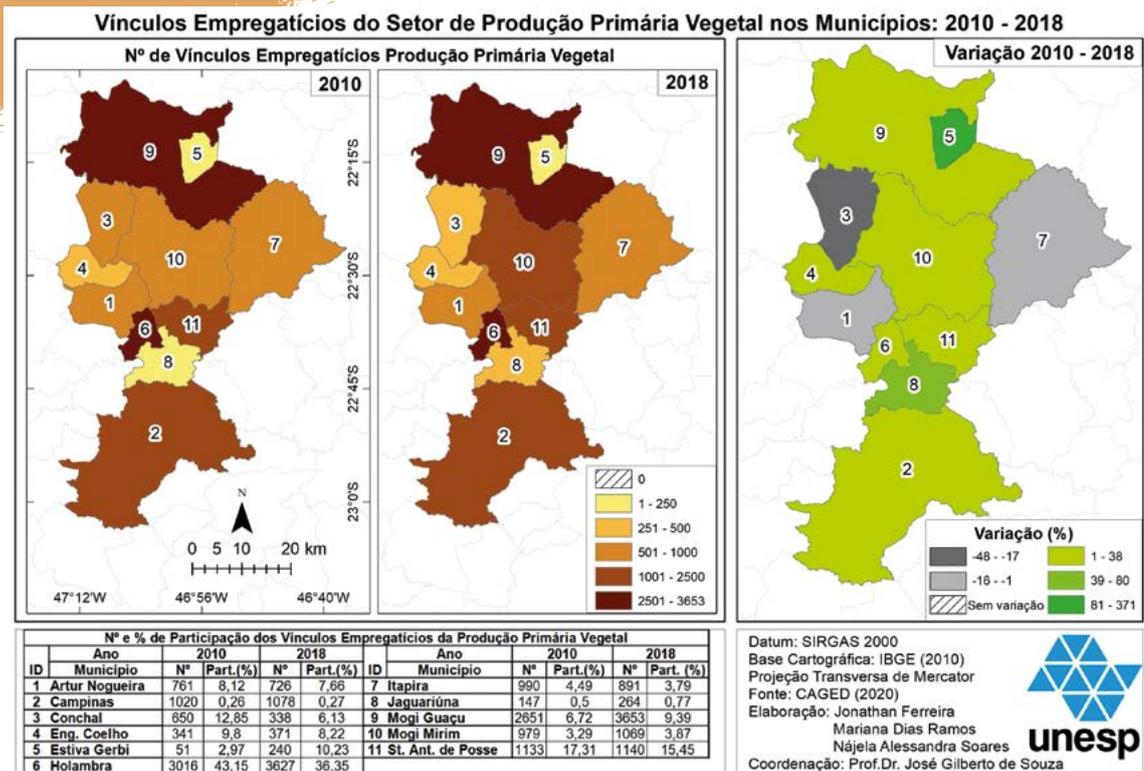
No caso da produção primária vegetal se observa que o número de estabelecimentos se reduz em praticamente toda a região, mas é possível afirmar que se trata de uma tendência no estado de São Paulo, refletindo uma trajetória de concentração fundiária. Esta redução também foi identificada na região de Mococa em que a agricultura apresenta um papel significativo na composição da força de trabalho (SOUZA, 2019). A estrutura destinada à produção tende a diminuir em decorrência da expansão do uso do solo pelas dinâmicas de crescimento urbano e a diversidade produtiva em função do avanço do setor sucroenergético na região, alterando a matriz produtiva, conduzindo a homogeneização da paisagem rural (SOUZA, CABERO DIEGUES, 2013), como apontaremos na análise setorial e, tendencialmente, alterando

o padrão de geração de empregos nas unidades rurais produtivas. Desse fato, decorre também que se trata de um setor em que a força de trabalho é pouco especializada e que os padrões salariais são reduzidos. Significa dizer que esta população tem reduzida mobilidade funcional e, em tempos de redução de oferta de trabalho em outros setores econômicos, a faixa de pobreza aumenta significativamente, diante da reduzida capacidade de inserção profissional desta parcela da população. No mapa 3 verifica-se que há um aumento da participação relativa no número de estabelecimentos em três municípios (Jaguariúna, Estiva Gerbi e Mogi Guaçu). A taxa de crescimento no número absoluto de estabelecimentos ocorreu em quatro dos onze municípios analisados. A variação positiva se estabeleceu em Holambra, Jaguariúna, Estiva Gerbi e Mogi Guaçu. A variação negativa em estabelecimentos agropecuários não se reproduziu no número de vínculos empregatícios. As quedas significativas de estabelecimentos empregadores se estabeleceram em Artur Nogueira, Itapira e Conchal, sobretudo neste último em que a participação relativa diminuiu de 19% para 14%. Observa-se, ainda, na tabela analítica do mapa 4, que o percentual de participação do setor primário na economia de Mogi Mirim atinge, aproximadamente, 3,9% da população empregada. Um indicador bem abaixo dos quase 10% de Mogi Guaçu. Do ponto de vista da estrutura da massa salarial isso é significativo, tendo em vista que este setor, tendencialmente, apresenta níveis salariais reduzidos e uma menor dependência de atividade econômica ligada a produção primária vegetal é um fator positivo para o município, considerando a reduzida especialização funcional que marca o setor. Por fim, cabe considerar que, em geral, os municípios muito pequenos, dependentes das atividades produtivas de laranja e flores, por exemplo, apresentam variações positivas no nível de emprego para este setor.

Mapa 3: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Produção Primária Vegetal nos municípios. 2010-2018.



Mapa 4: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios de Produção Primária Vegetal nos municípios. 2010-2018.



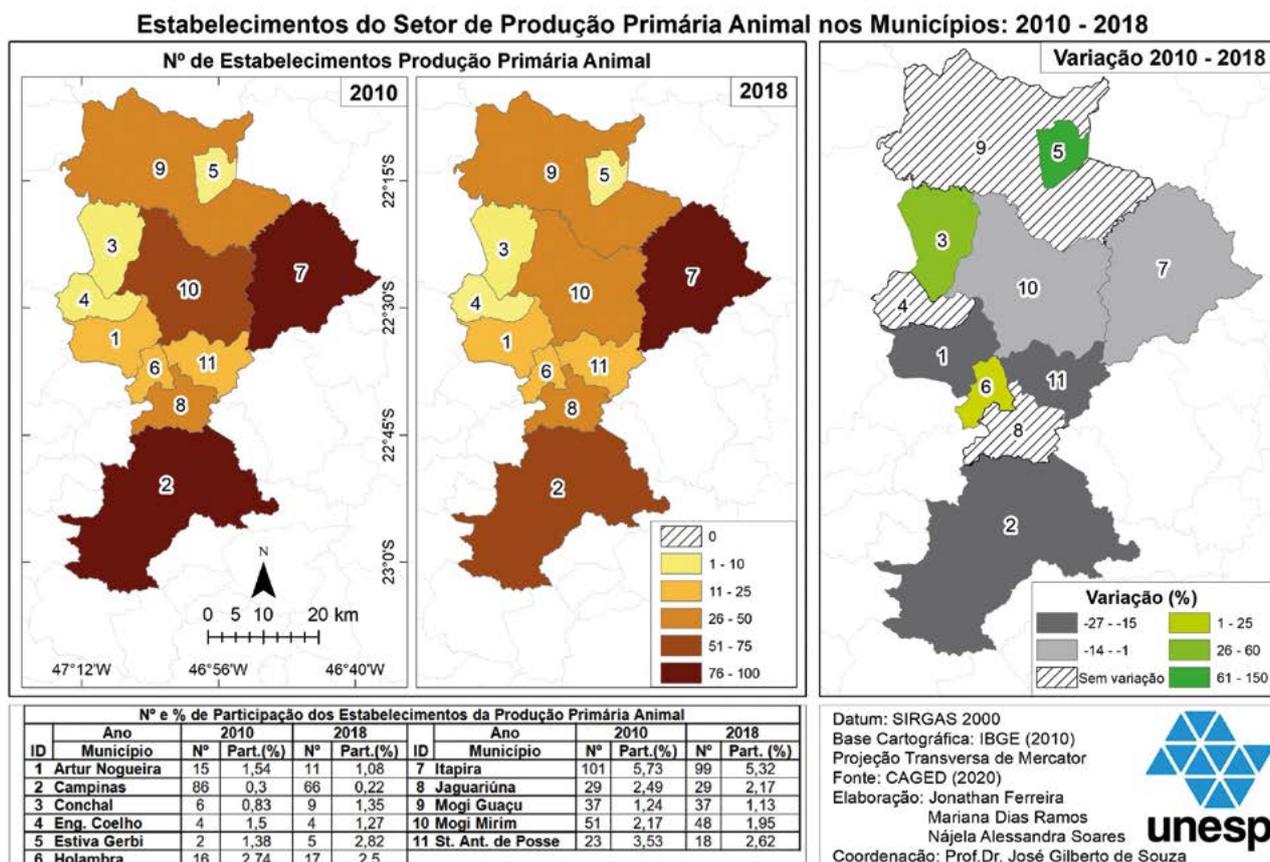
Por último, cabe considerar que a diminuição da participação relativa do setor da produção primária vegetal na empregabilidade do município é uma tendência que se revela em praticamente todos os municípios. As exceções mais significativas são Estiva Gerbi e Mogi Guaçu. Mogi Mirim também se enquadra nesta tendência, mas de forma pouco impactante.

5.2. Agricultura – Subgrupo: Produção Primária Animal

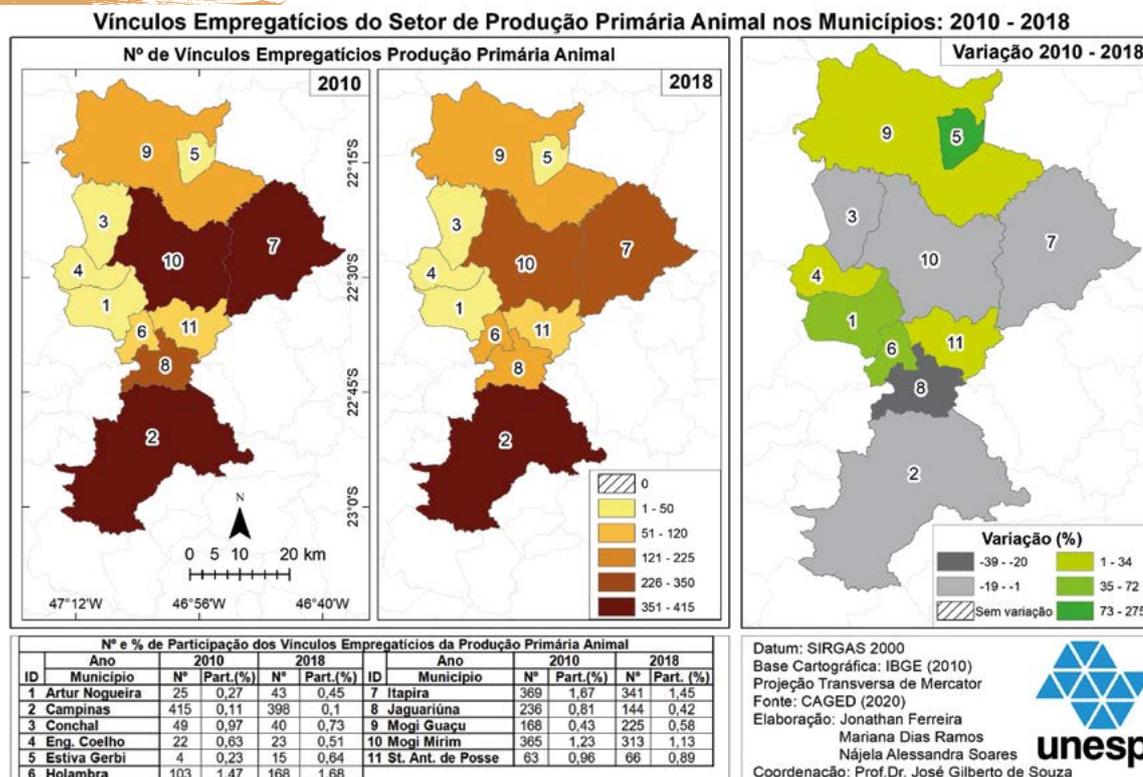
No mapa 5 se apresenta o número de

estabelecimentos empregatícios na produção primária animal e verifica-se que se trata de uma atividade pouco impactante nas atividades econômicas locais. Esta é uma atividade que apresenta tendência de queda e estagnação e os percentuais de participação estão sempre abaixo de 3%, com exceção de Itapira. (5,32%). No que diz respeito ao número de vínculos, no mapa 6 se demonstra que a participação relativa no emprego é extremamente reduzida, tendo o maior indicador o município de Holambra com 1,88 e em oito municípios não atinge 1% de participação.

Mapa 5: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Produção Primária Animal nos municípios, 2010-2018.



Mapa 6: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Produção Primária Animal nos municípios. 2010-2018.



5.3. Agricultura – Subgrupo: Processamento e Serviços da Produção Primária nos municípios 2010-2019/20

Nas análises que seguem os dados passarão a ser apresentados com algumas estimativas das tendências de inflexão positiva e ou negativa para os anos de 2019/20. Desta feita observa-se, no mapa 7, a diminuição sistemática do número de estabelecimentos de processamento e serviços de produção primária em 6 dos onze municípios analisados. Uma redução que se coaduna com a redução ou taxas de crescimento relativamente baixas dos estabelecimentos em

empregos na produção animal e vegetal (mapas 3 a 6). A tendência de redução do número estabelecimentos e empregos é condizente com a redução do nível de empresas do setor, mas não se pode naturalizar esse fenômeno, pois este dado implica em considerar o quão nociva (prejudicial) é a homogeneização e a especialização produtiva agrícola do município/região. Setores monopolizadores¹ como o sucroenergético e citrícola realizam a aquisição de máquinas e equipamentos em suas matrizes e ou em grandes centros (feiras), o que implica em uma elevada extração de renda do município e redirecionamento para outras localidades.

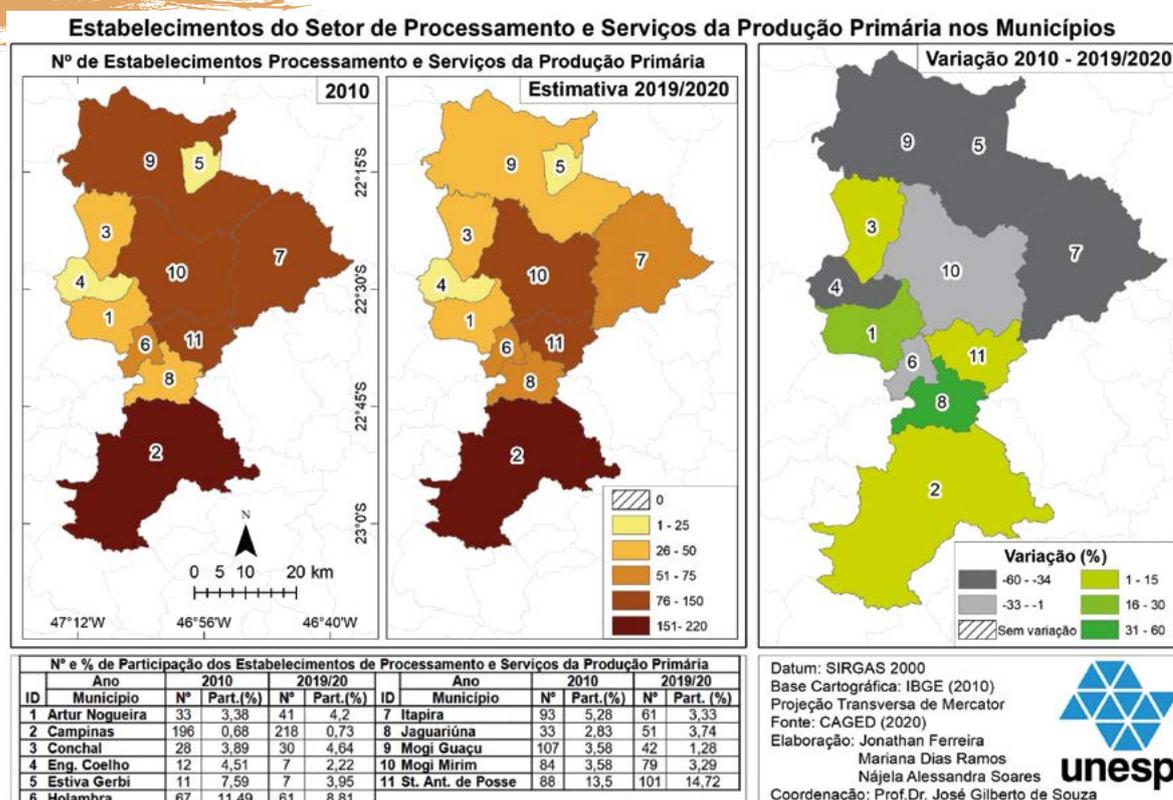
¹ Monopolizadores que dizer aqueles que dominam as atividades produtivas, de armazenamento, processamento e comercialização. As usinas sucroenergéticas tendem a manter um controle quase total sobre as terras em produção de um município.

Esse processo elimina os pequenos negócios da agricultura, exatamente estes que apresentariam um melhor nível de renda e de salários, dado o perfil de especialização da força de trabalho, tendencialmente, exigido na prestação de serviços agropecuários (técnicos agrícolas, engenheiros, veterinários, gestores, vendedores

de insumos, entre outros). Esse processo de extração de renda se espelha na centralização e na concentração dos serviços e, simultaneamente na redução dos postos de trabalho (vínculos).

No que se refere ao emprego, observa-se que alguns municípios apresentam uma variação

Mapa 7: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Processamento e Serviços da Primária Animal nos municípios. 2010-2019/20.



positiva baixa (4) e média (3); variação negativa baixa (3) e muito baixa (1). Observa-se que o percentual de participação no total de emprego é reduzido, mas são os municípios com maior grau de diversidade produtiva que conseguem manter os níveis de empregabilidade do setor. Significa dizer que quando os agricultores trabalham a

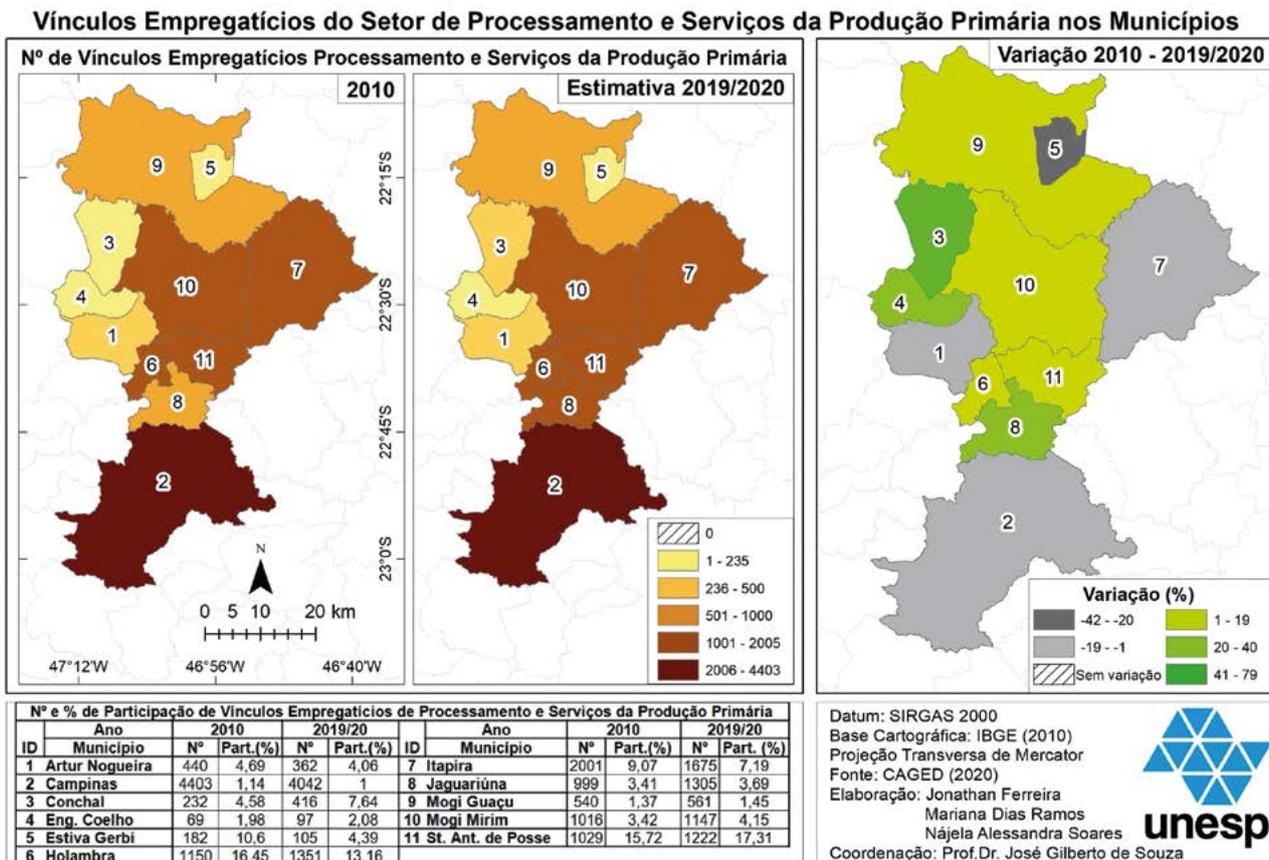
terra e não aderem ao rentismo, eles aumentam a diversidade produtiva e conseqüentemente a oferta de trabalho na agricultura; este tema é importante para que os municípios estabeleçam políticas mínimas nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural.



Foto 49: Vista parcial da área rural. Mogi Mirim. 2021.

Foto cedida por Bruna Alvarenga

Mapa 8: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Serviços da Produção Primária nos municípios. 2010-2019/20.



5.4. Setor de Processamento e extração primário mineral

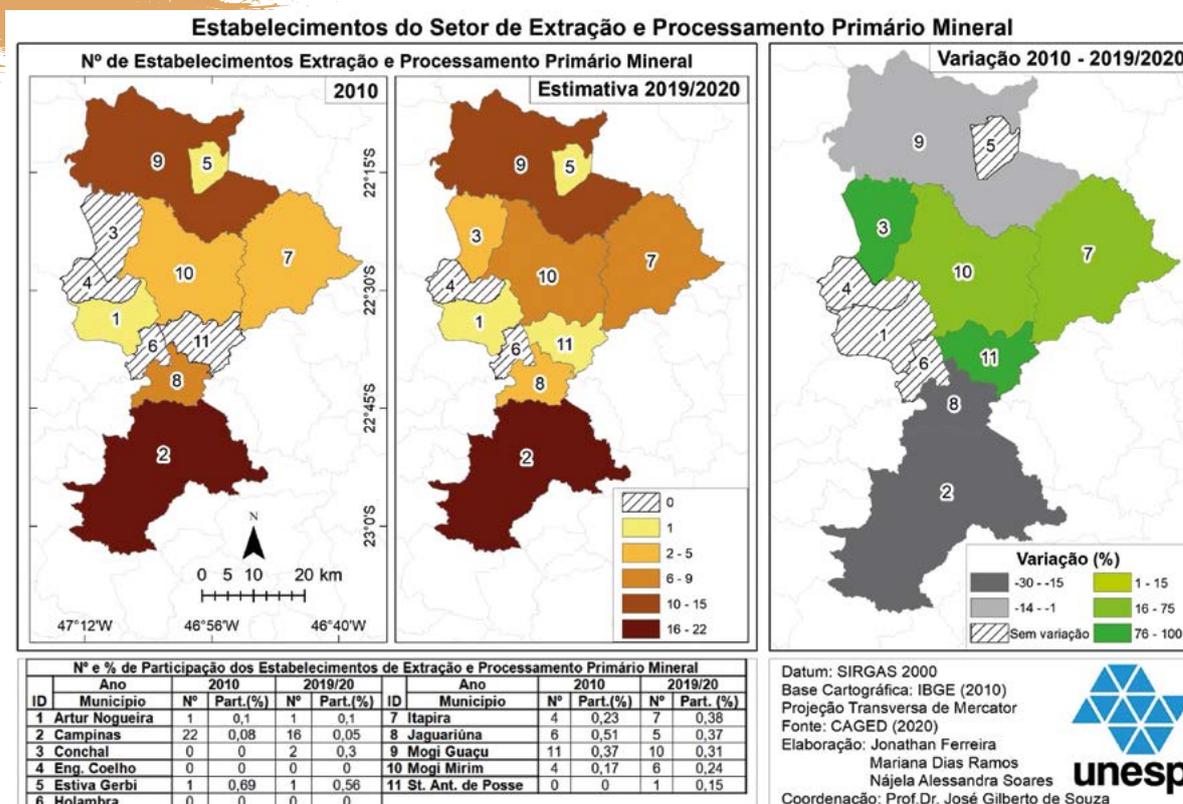
Embora se reconheça que a extração mineral em São Paulo também apresente uma redução constante de suas atividades, é preciso destacar que alguns negócios persistem ainda que seus efeitos ambientais sejam cada vez mais limitantes, sobretudo seus impactos em áreas de densidade urbano-demográfica significativa. As formas de exploração mineral na região estão ligadas a extração de área e basalto para a construção civil. Importante destacar que são frequentes as denúncias da forma clandestina

como é exercida a atividade de exploração de recursos naturais no Brasil, e cujos extratores, em sua grande maioria, não dispõem de permissão legal para o exercício dessa atividade. A imagem um tanto negativa desse tipo de extração, junto à sociedade em geral, sobretudo nas últimas décadas, deve-se aos profundos impactos causados ao meio ambiente. O basalto é uma rocha ígnea eruptiva, de granulação fina, afanítica, isto é, os cristais não são vistos à vista desarmada, podendo, ainda, conter grandes quantidades ou ser constituído integralmente de vidro (material amorfo). Essa rocha é constituída principalmente de plagioclásio

e piroxênio e, em muitos casos, de olivina². A extração de basalto concorre com mudanças na topografia do terreno e uma completa alteração na paisagem. Estas alterações da superfície precisam ser recuperadas, não apenas do ponto de vista de uma linha estética, mas sobretudo a partir da recomposição topográfica das áreas, a drenagem e recuperação das espécies nativas. Nos mapas 9 e 10 são apresentados os dados relativos a estabelecimentos e empregos desse setor na região de análise e verifica-se a reduzida importância que a atividade apresenta, praticamente não atingindo 0,5%

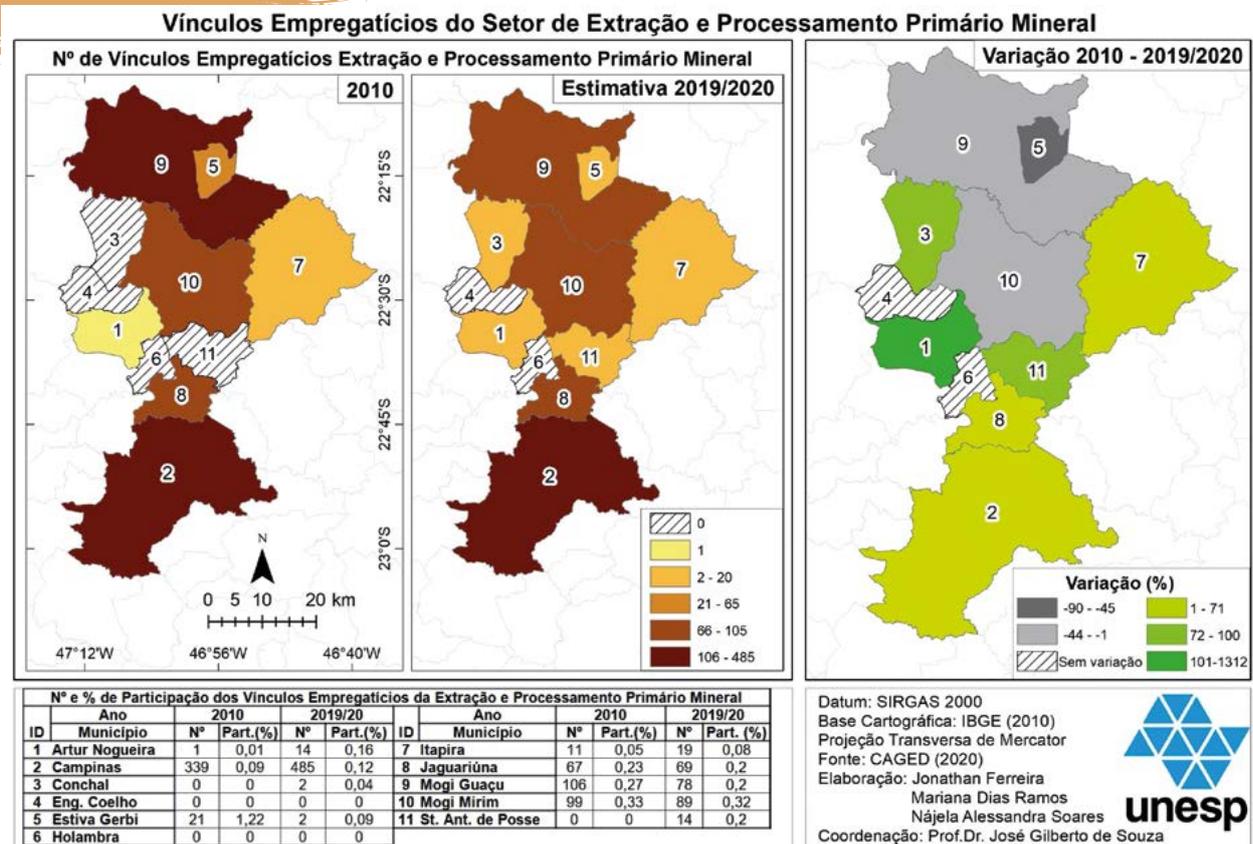
de participação no total, o que não exige o necessário acompanhamento de suas ações, desde os aspectos paisagísticos e de drenagem apontados, mas sobretudo pelos assoreamentos causados nos mananciais. A atividade apresenta um padrão de estagnação e redução em alguns municípios (7) e taxas de crescimento em outros (4), sendo que em Mogi Mirim a atividade precisa ser monitorada considerando as possibilidades de localização de acervos históricos (como o bunker da Revolução de 1932) e ambientais importantes ao desenvolvimento do turismo local e regional.

Mapa 9: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Processamento e Extração Primária Mineral nos municípios, 2010-2019/20.



² NEVES, J. L.P. Basalto da Serra Gaúcha e sua relação com o desenvolvimento regional, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Belo Horizonte – 2004.

Mapa 10: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Processamento e Extração Primária Mineral nos municípios. 2010-2019/20.

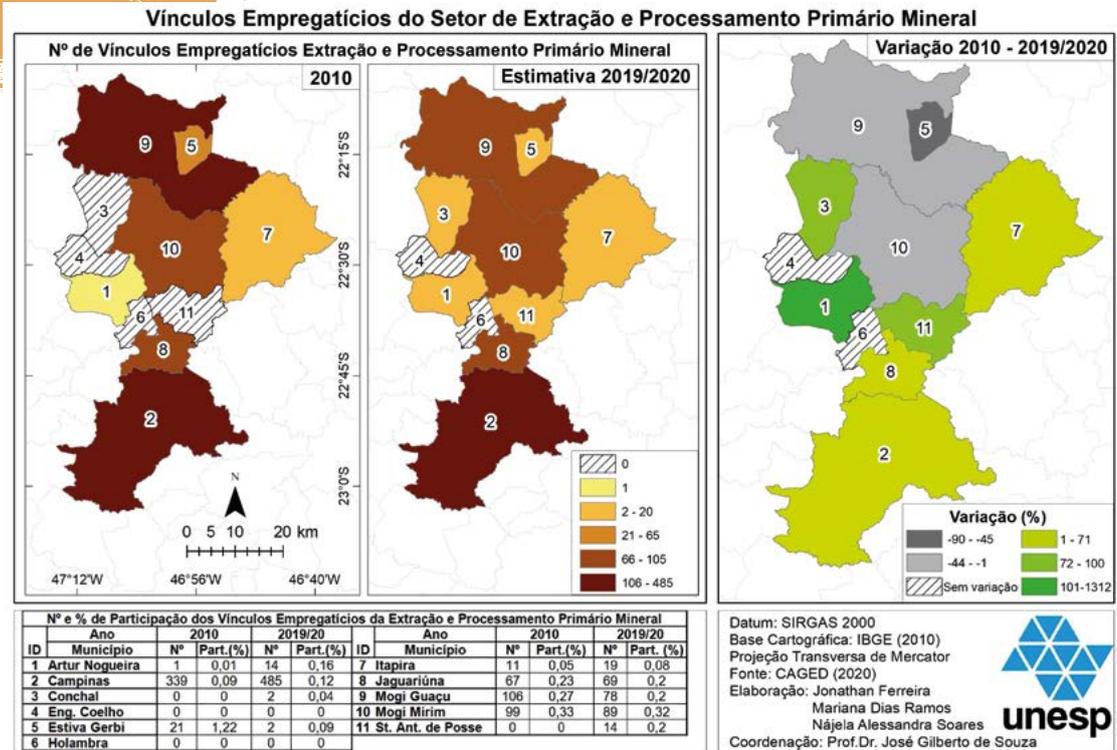


5.5. Comércio – subgrupo: Setor de Alimentos e Bebidas (Exceto as atividades que foram agregadas em setores específicos).

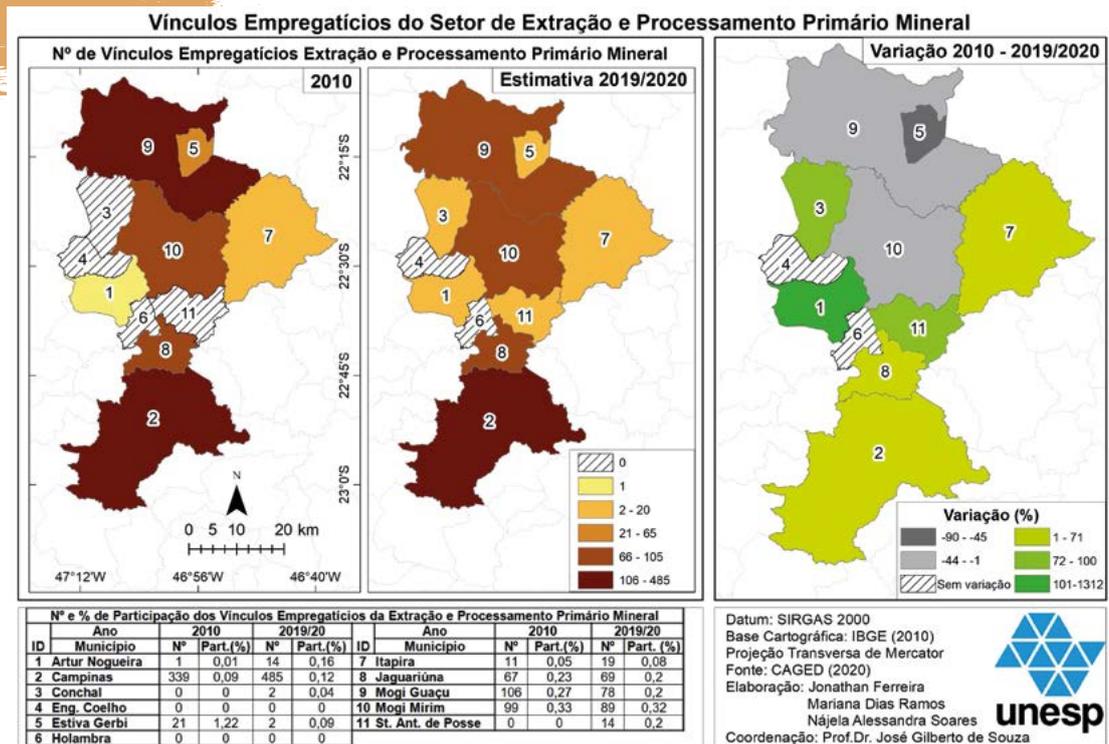
Nas atividades de comércio de alimentos e bebidas observa-se que Mogi Mirim apresenta uma queda no número de estabelecimentos comerciais desta natureza juntamente com Itapira. Por sua vez, interessa-nos, em toda a análise sobre o setor de comércio que de forma integrada responde em aproximadamente 29% da atividade econômica dos municípios. Neste caso, a variação positiva do setor implica no maior número de negócios e, portanto, de diversidade, de nível de investimento e de perspectiva do empresariado na ampliação destas atividades

no município. Assim, observa-se, no mapa 11, que em relação o município equivalente, Mogi Guaçu, Mogi Mirim apresenta variação negativa. Este dado gera alguma preocupação porque se trata este setor de consumo básico. Evidentemente que com a pandemia Covid-19, há uma mudança de comportamento de consumo local de produtos básicos e isso explica o crescimento padrão nos municípios. As análises de campo apontam para uma mudança qualitativa no comércio de alimentos e bebidas em Mogi Mirim e Itapira através da concentração de redes de supermercados de maior porte concorrendo com a redução de comércios de capitais locais e periféricos. Esse dado de certa forma é corroborado com o aumento e ou formalização do emprego no setor.

Mapa 11: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Comércio de Alimentos e Bebidas nos municípios. 2010-2019/20.



Mapa 12: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Comércio de Alimentos e Bebidas nos municípios. 2010-2019/20.

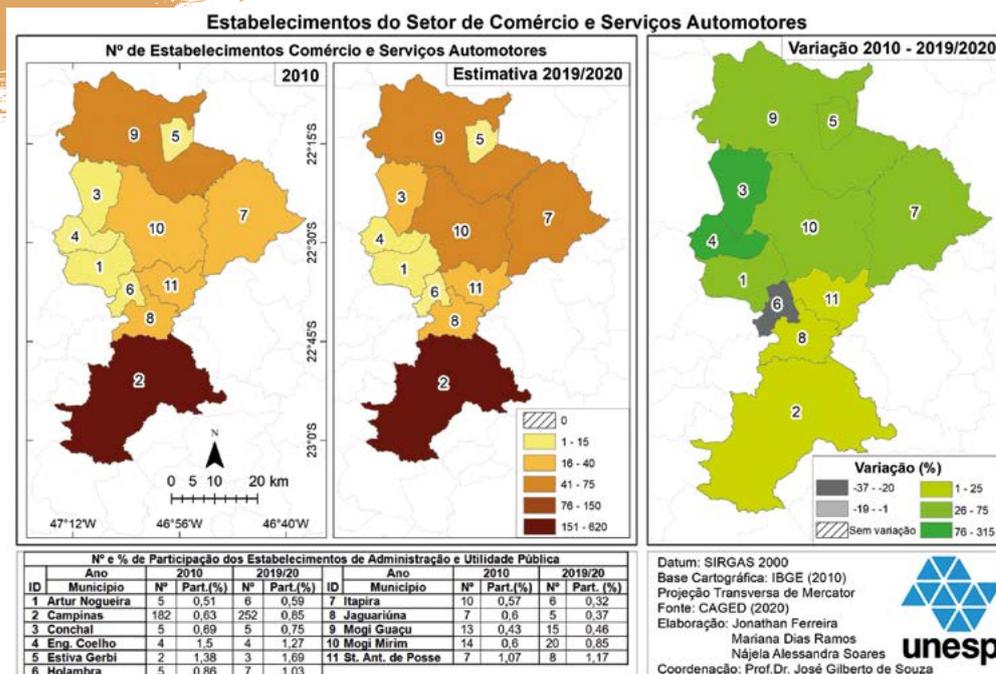


5.6. Comércio – subgrupo: Comércio e Serviços Automotores

O comércio (peças e acessórios) e serviços de automotores representa uma atividade econômica em que sua instalação ganha uma perspectiva intraurbana de consumo, sobretudo no que se refere às oficinas mecânicas e autopeças. No mapa 13 e 14 verifica-se que os municípios equivalentes (Mogi Mirim e Mogi Guaçu) apresentam uma certa simetria na atividade em termos de estabelecimentos, bem como se observa que em todos os municípios, em sua proporcionalidade, há uma variação positiva, em que pese sua reduzida importância no total. No que se refere ao emprego, ocorre uma variação negativa em 9 dos 11 municípios, excetuando-se as variações positivas de Conchal e Jaguariúna, esta última de forma mais expressiva com a

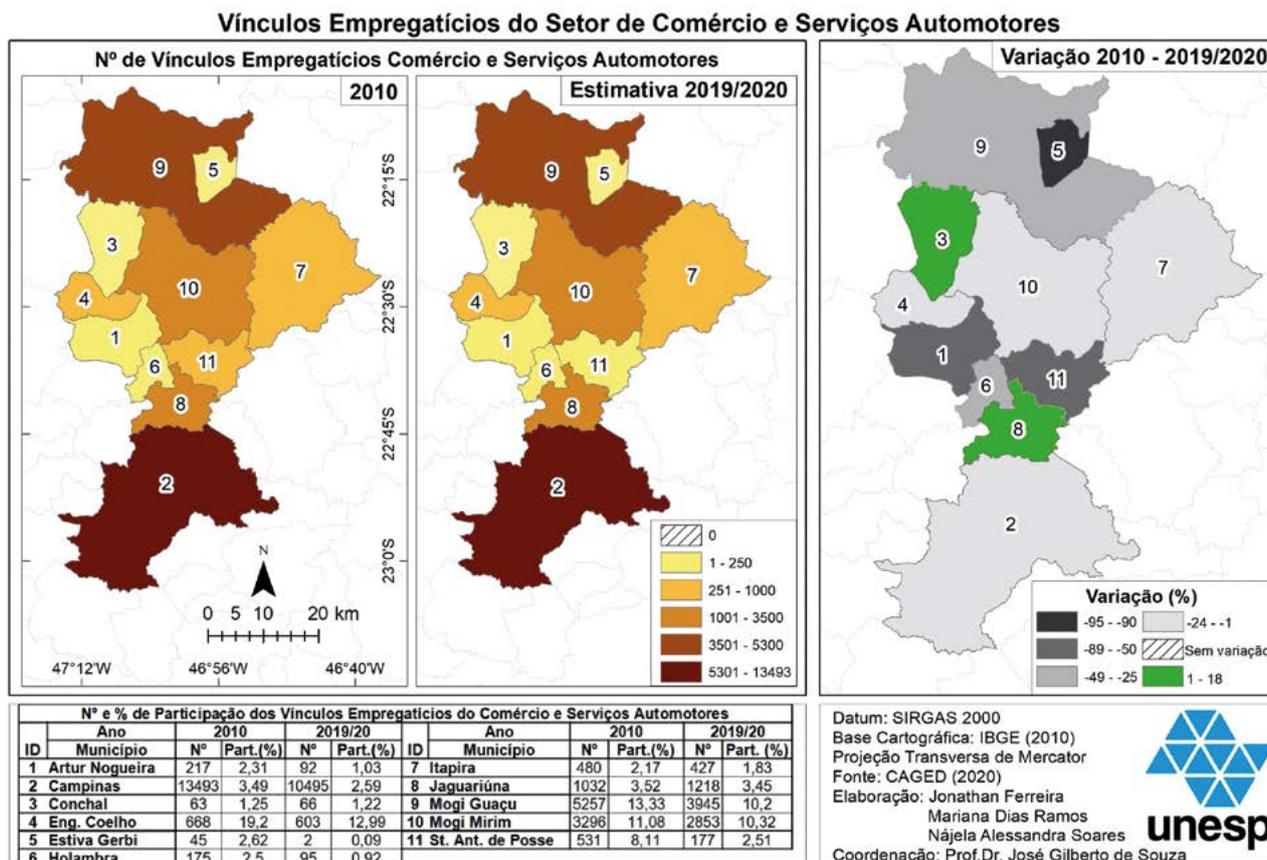
instalação de uma média empresa. A tendência de queda confirma a redução das atividades de circulação e, sobretudo, com os dados dos setores de securitários em que indicaram para o ano de 2020, uma redução significativa de sinistros, segundo a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais (CNseg) a “redução de circulação de pessoas e de negócios, nos centros urbanos, diminui alguns tipos de sinistros, como os de colisões, furtos e roubos de veículos; assaltos a propriedades; atendimentos eletivos na rede assistencial de planos e seguros de saúde privada”, o que impacta positivamente o mercado de seguros e reduz a demanda de atividades econômicas no setor de analisado, explicando, portanto, a queda de emprego, que no geral atinge patamares médios superiores a 30%, talvez sendo este o setor mais penalizado nas economias urbanas.

Mapa 13: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Comércio e Serviços Automotores nos municípios. 2010-2019/20.



³ Os impactos da Pandemia no Mercado Segurador. <https://cnseg.org.br/noticias/os-impactos-da-pandemia-no-mercado-segurador.html> 17/04/2020. Capturado em 19/11/2020.

Mapa 14: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Comércio e Serviços Automotores nos municípios 2010-2019/20.

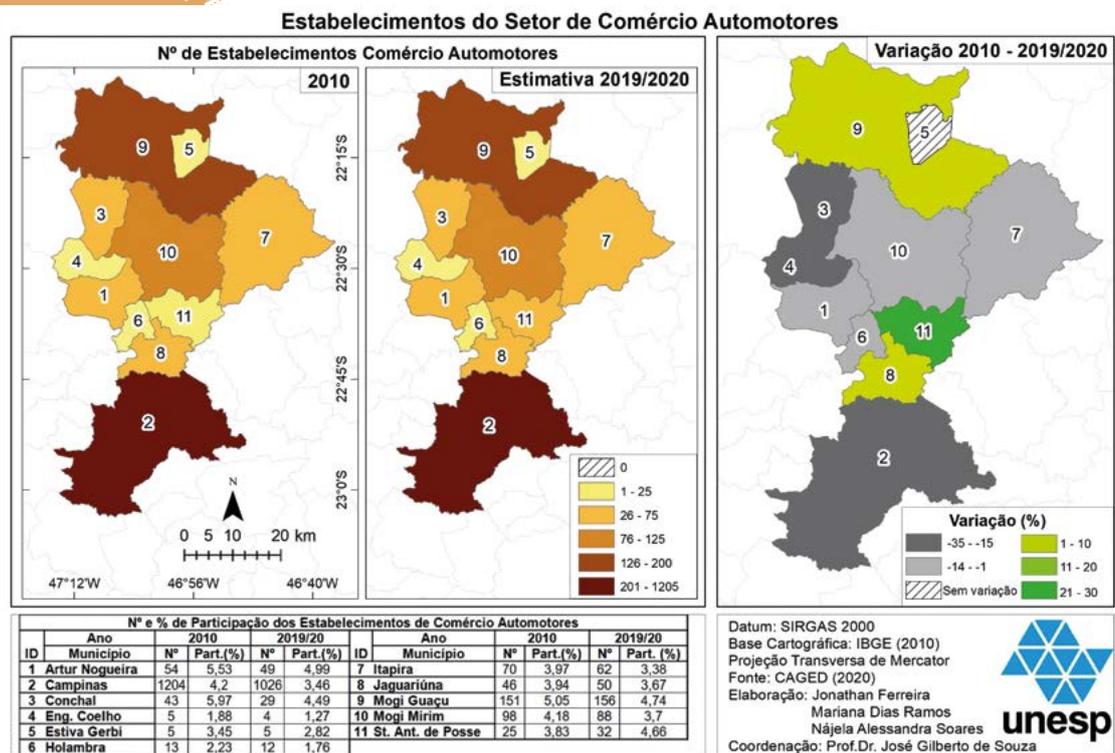


5.7. Comércio – subgrupo: Comércio de Automotores

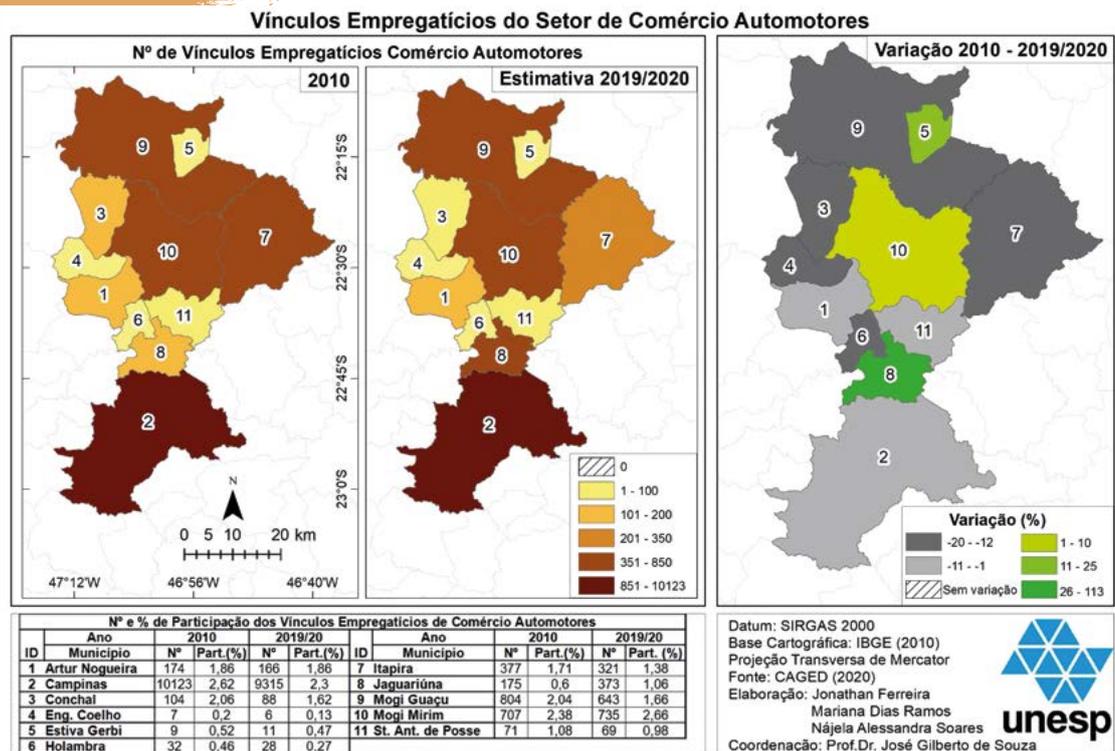
Diferentemente do subgrupo de Comércio anterior (Comércio e Serviços Automotores), este subgrupo apresenta uma dinâmica intra e interurbana. As lojas de revenda e sobretudo as concessionárias de veículos representam a capacidade de polarização de um município no oferecimento de veículos novos e serviços especializados de manutenção. Mas, pelos mesmos fatos apontados anteriormente com algumas variações positivas pouco expressivas

em números absolutos, a tendência é a mesma para o setor em geral, ou seja, de redução no número de estabelecimentos e empregos, com exceção pontual de Mogi Mirim, Jaguariúna e Estiva Gerbi. Importante destacar que, de maneira geral, a economia nacional apresenta uma estagnação desde 2016 e se mantém ao longo dos anos seguintes sendo impactada no setor de veículos automotores com as políticas de distanciamento social, o que promoveu um reflexo no mercado de automóveis ao longo dos últimos dois anos.

Mapa 15: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Comércio Automotores nos municípios. 2010-2019/20.



Mapa 16: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Comércio Automotores nos municípios. 2010-2019/20.

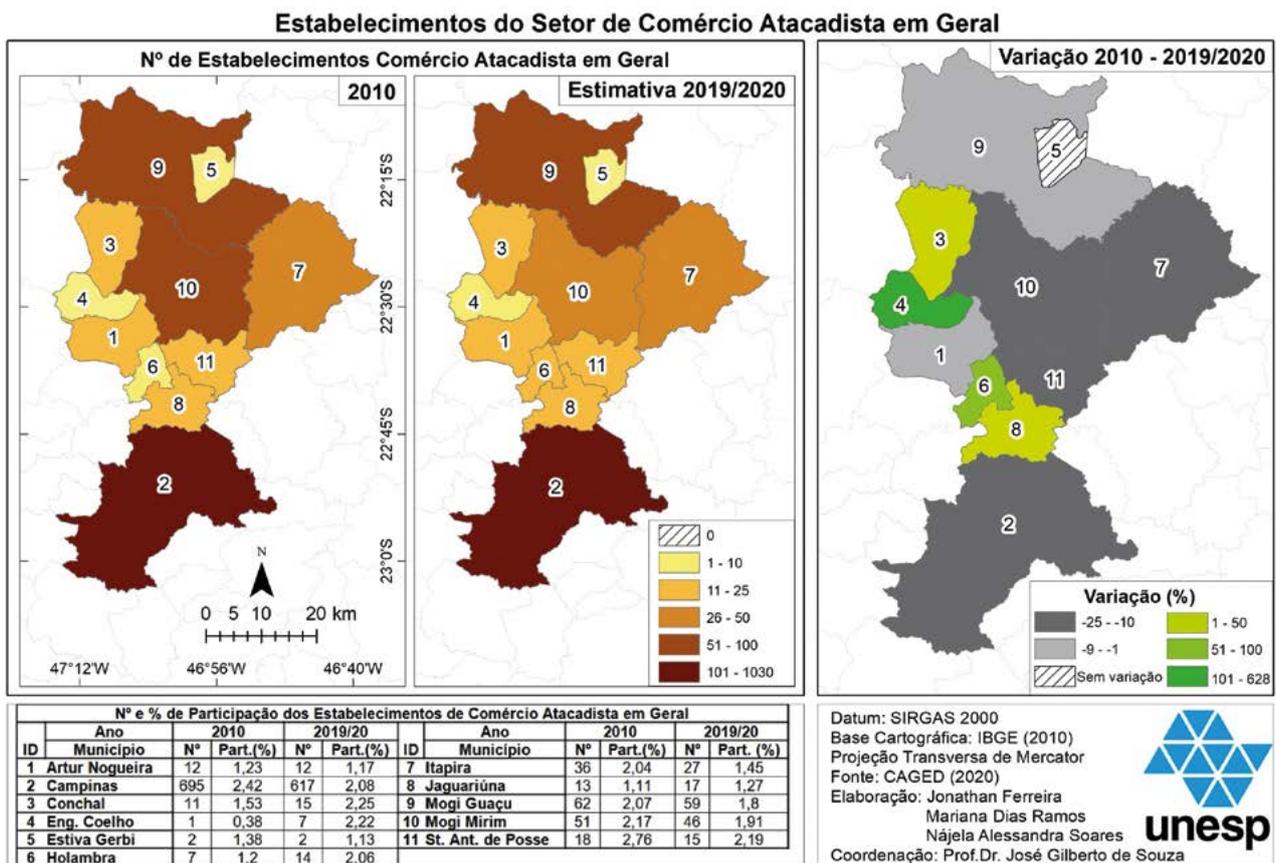


5.8. Comércio – subgrupo: Setor de Comércio Atacadista em Geral

O comércio atacadista em geral apresenta uma pequena variação positiva em número de estabelecimentos ao longo de período analisado. Observa-se que, tendencialmente, o município de Mogi Mirim e de Jaguariúna, pela evolução demográfica, passam a contar com atividades atacadistas, considerando ainda as posições estratégicas que assumem no contexto regional, o que destoa do conjunto de municípios na região. O movimento espacial deste setor é muito particular considerando que ele descentraliza e simultaneamente concentra. Concentra o

setor a partir de grandes grupos econômicos e descentraliza a atuação de suas lojas instalando-se em cidades médias e proto-médias seus estabelecimentos. No âmbito do emprego esses reflexos são diferenciados, observa-se que 4 municípios apresentaram queda no nível de emprego e esse processo se estabeleceu em várias atividades, desde comércio de sucatas a material elétrico que no caso de Mogi Mirim, por exemplo, saiu de 63 para 9, decorrente evidentemente do fechamento de empresas do subsetor no município. No conjunto, o comércio varejista apresentou padrões de crescimento regional.

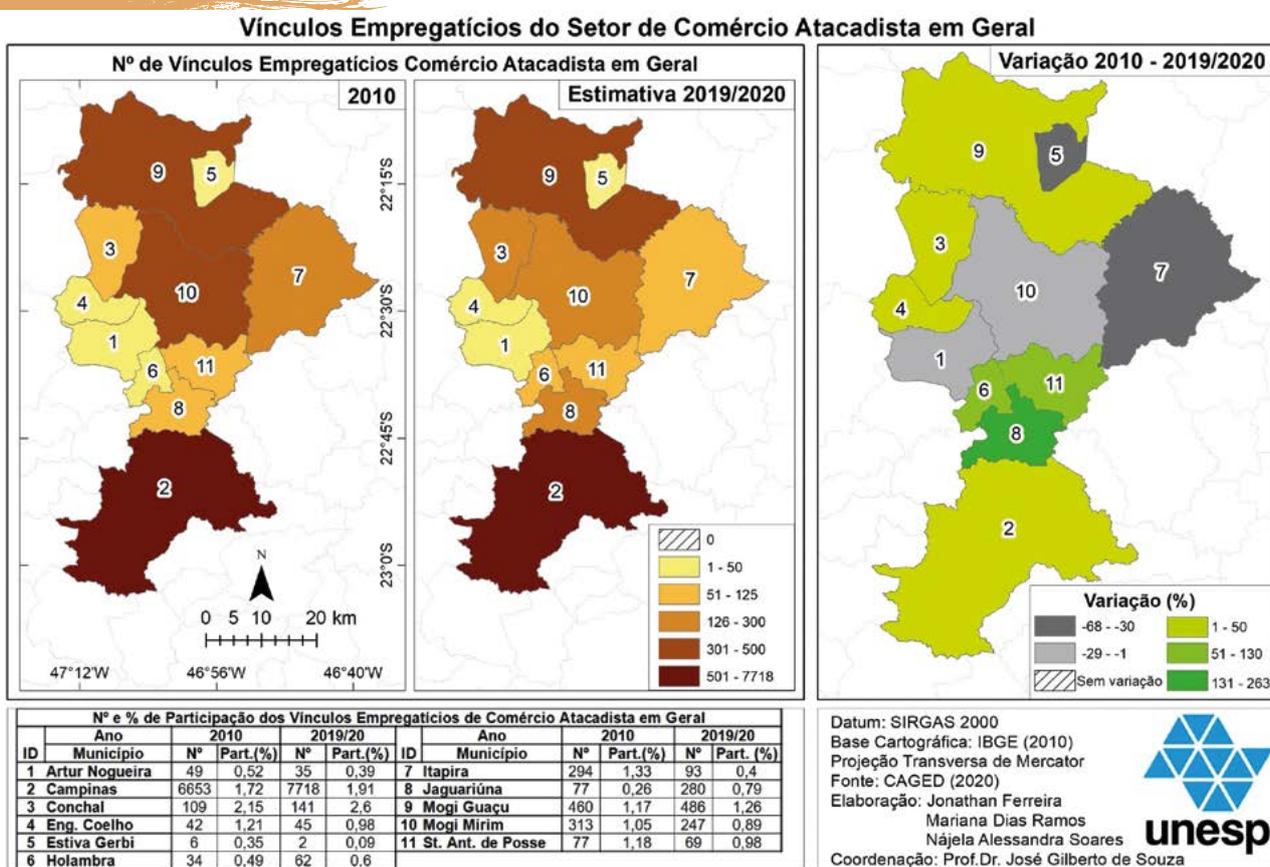
Mapa 17: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Comércio Atacadista em Geral nos municípios 2010-2019/20.



Destaca-se que este tipo de atividade se insere em uma dinâmica de distribuição logística e que a estruturação de condomínios empresariais de grande porte na região é um fator de mobilidade espacial destas empresas. Do ponto de vista das atividades comerciais, estes empreendimentos

são importantes para a manutenção do nível de emprego, diante de um perfil de especialização e, sobretudo, pela capacidade de polarização que o município pode alcançar como centro econômico de distribuição.

Mapa 18: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Comércio Atacadista em Geral nos municípios 2010-2019/20.

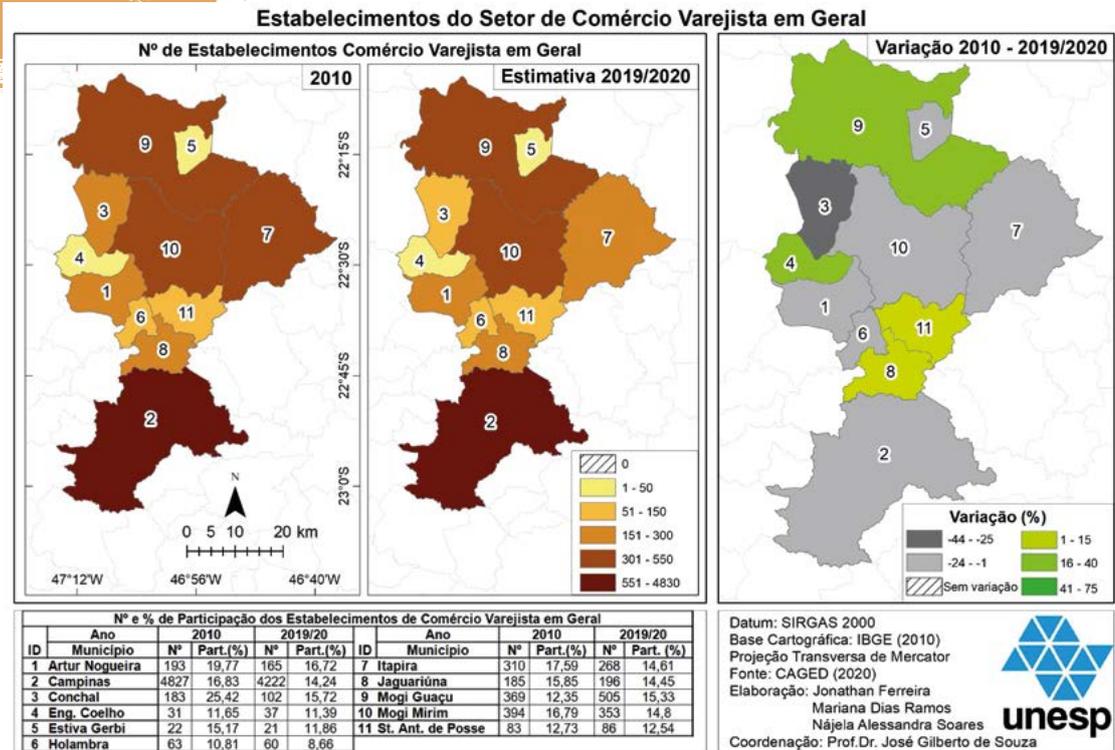


5.9. Comércio – subgrupo: Setor de Comércio Varejista em Geral

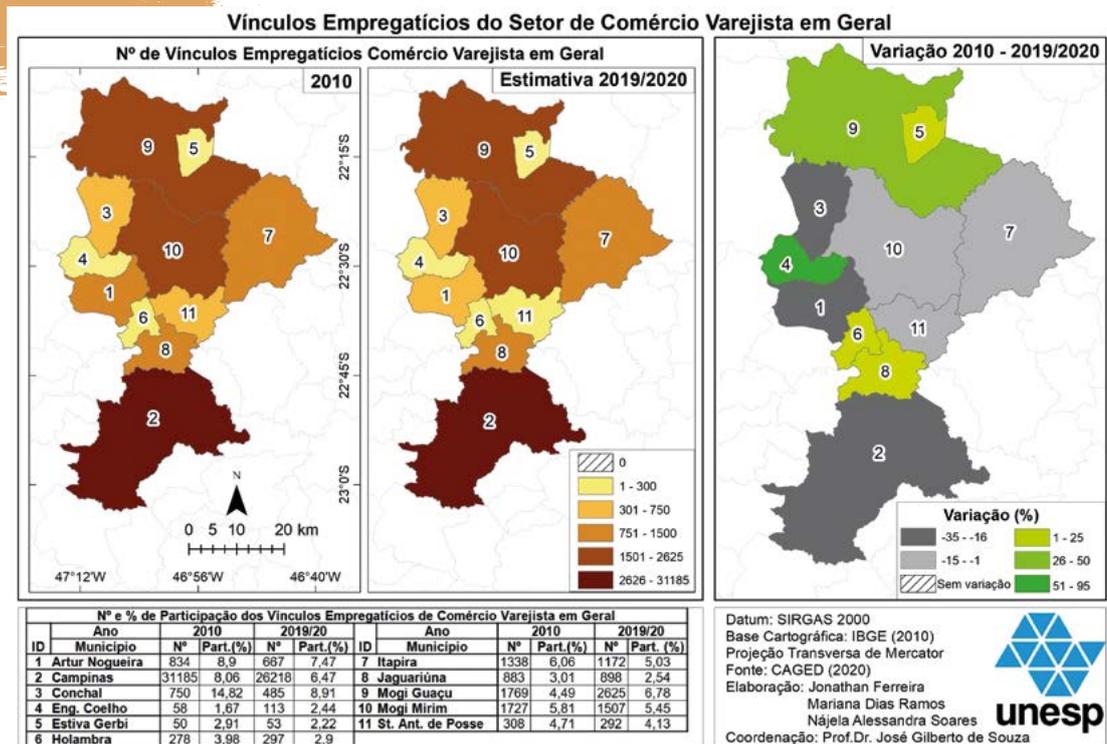
No âmbito do comércio Varejista observa-se a tendência de queda em todos os municípios e a variação positiva pouco significativa. Podemos notar que esses dados contrastam muito com setores de primeira necessidade (Alimentos

e Bebidas). O isolamento social e a queda de crescimento na economia impactam o comércio varejista de maneira geral considerando a redução da renda e a vinculação ao consumo local e aos produtos de primeira necessidade. Assim, como destacamos, as variações positivas são relativas expressivas em pequenos municípios, mas não são impactantes do ponto de vista absoluto.

Mapa 19: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Comércio Varejista em Geral nos municípios. 2010-2019/20.



Mapa 20: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Comércio Varejista em Geral nos municípios. 2010-2019/20.

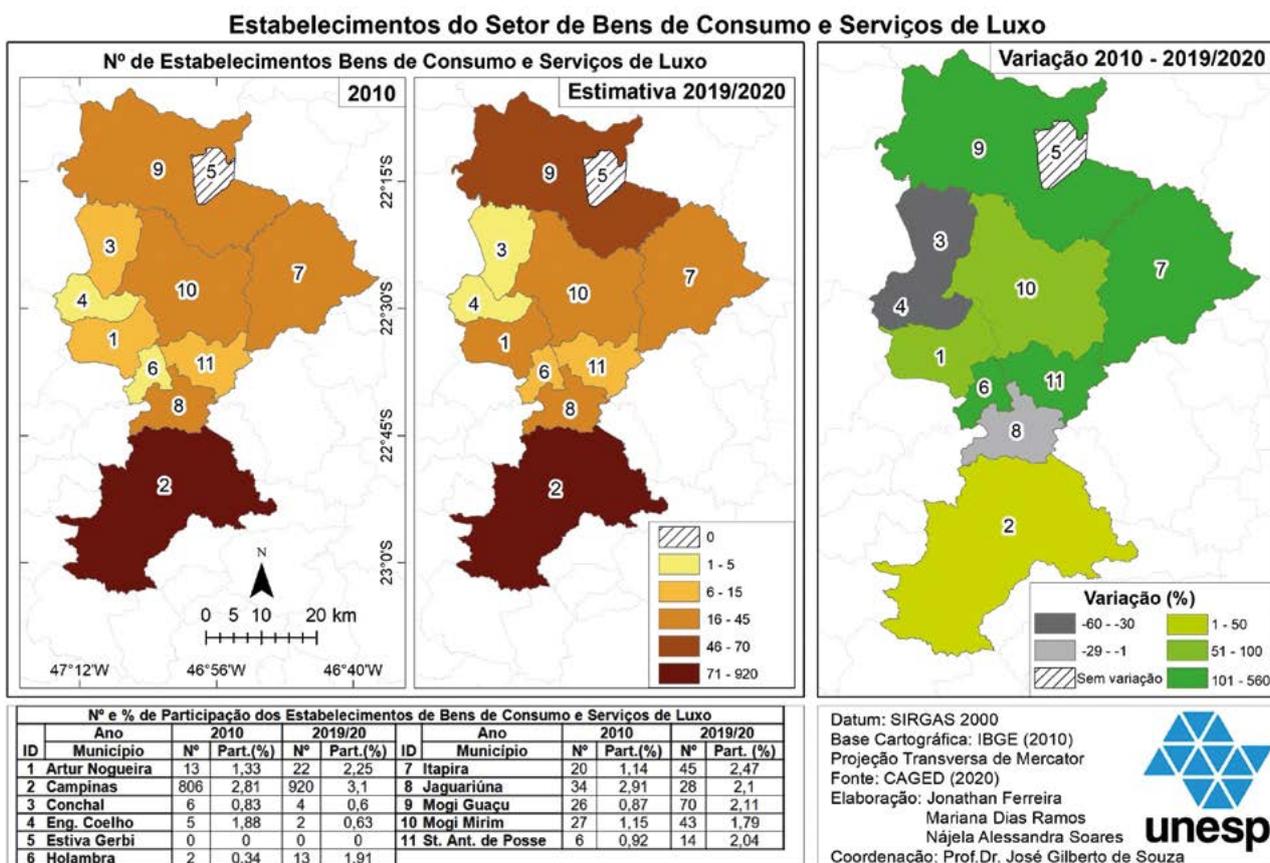


5.10. Comércio – subgrupo: Bens de Consumo e Serviços de Luxo

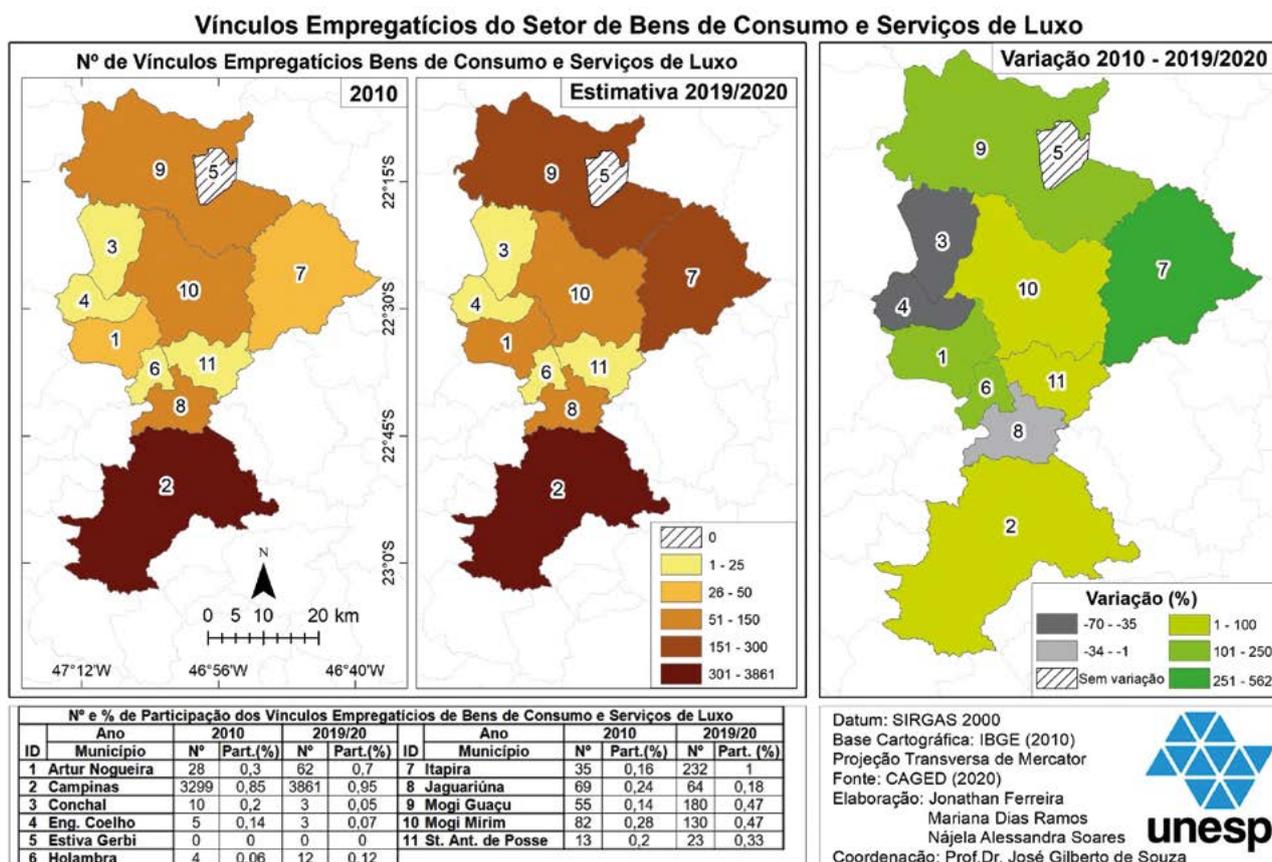
Este setor talvez demonstre uma trajetória muito comum nas economias periféricas: a concentração e o aumento da riqueza nos períodos de recessão. Os dados demonstram que estas

atividades de alto padrão de consumo e renda apresentam comportamento de crescimento geral de estabelecimentos na região, com exceção de alguns municípios. O mesmo ocorre em termos de vínculos empregatícios, ainda que seus números em termos de participação relativa sejam extremamente reduzidos.

Mapa 21: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Bens de Consumo e Serviços de Luxo nos municípios. 2010-2019/20.



Mapa 22: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Bens de Consumo e Serviços de Luxo nos municípios. 2010-2019/20.

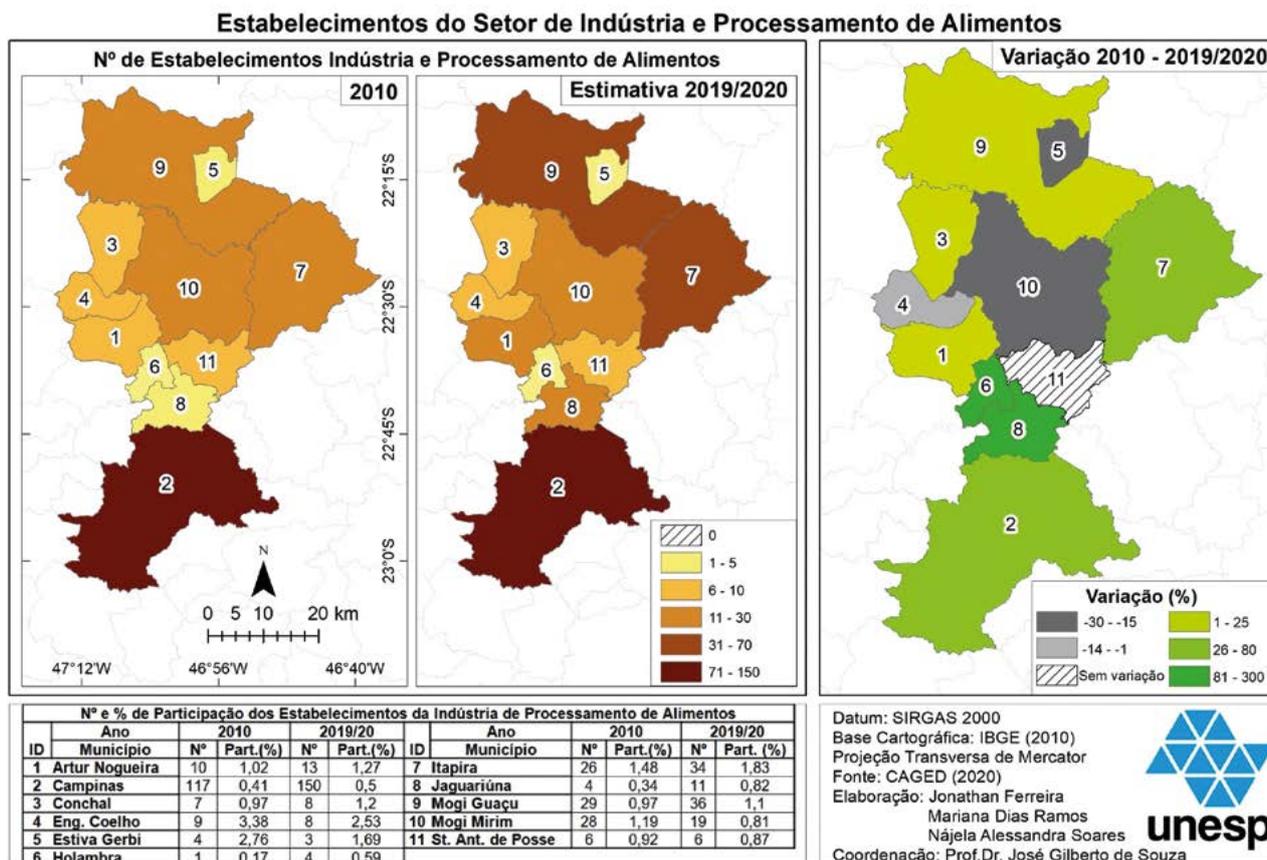


5.11. Indústria – subgrupo: Setor de Indústria de Processamento de Alimentos

A análise do setor industrial, considerado aqui como um dos setores tradicionais da economia, juntamente com produção primária e comércio, precisou ser acompanhada de um trabalho de campo mais dedicado para observar o grau de modernização/inversão tecnológica. Este dado implica em considerar que um município, ao concentrar indústria, não representa concentrar trabalho e renda de forma significativa ao desenvolvimento do município. No caso de Mogi Mirim, esta análise está mais detalhada e

revelou que o setor industrial precisa passar por processos de modernização de gestão, inversão tecnológica e comercial. Esta afirmação não quer deixar de reconhecer a existência de alguns nichos empresariais importantes, sobretudo no setor metalomecânico e químico. No entanto, estas atividades não estão integradas ao conjunto de empresas do município, reduzindo as capacidades de sinergia, como apontamos anteriormente. Observa-se, desta forma, que a variação negativa em número de estabelecimentos do município do subsetor está superior a 30%, bem inferior à média regional que é positiva e se concentra na faixa de 80%.

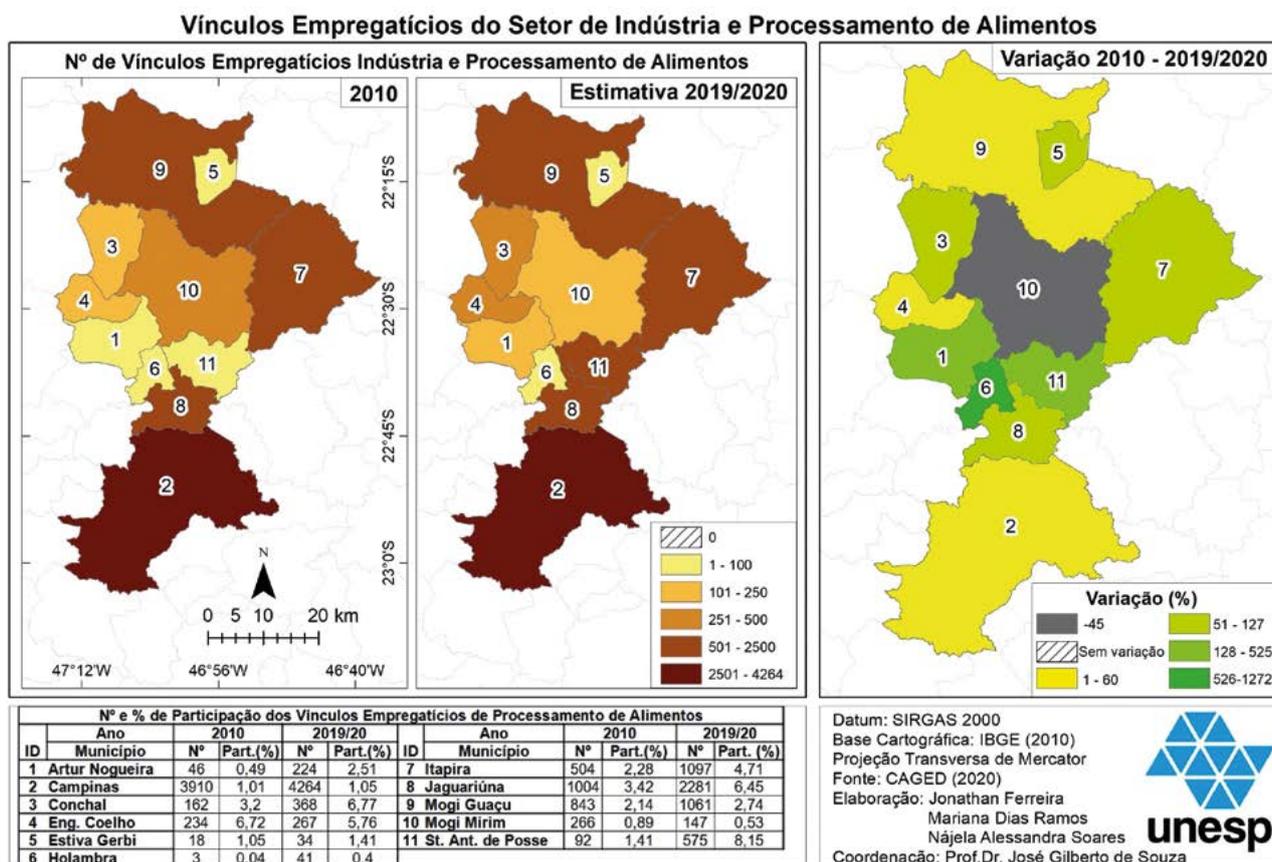
Mapa 23: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Indústria de Processamento de Alimentos nos municípios. 2010-2019/20.



Quando se compara este dado com o crescimento dos vínculos empregatícios, a necessidade de uma análise detalhada do padrão tecnológico aumenta. Ao indicarmos que Mogi Mirim apresentou um decréscimo significativo na oferta de emprego tomamos este fato como um

dado que se associa à produção primária do município, em estabelecimentos e até mesmo em vínculos. Assim, Mogi Mirim destoa significativamente da média regional, quando a maior parte dos municípios apresenta um patamar positivo.

Mapa 24: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Indústria de Processamento de Alimentos nos municípios. 2010-2019/20.



5.12. Indústria – subgrupo: Setor de Indústria de Bens de Consumo Não Duráveis

Importante destacar que este setor se apresenta com significativa taxa de inflexão negativa. De fato, o setor industrial de maneira geral não apenas reflete uma conjuntura, mas elementos estruturais mais gerais em torno da perspectiva de desenvolvimento do país, tanto

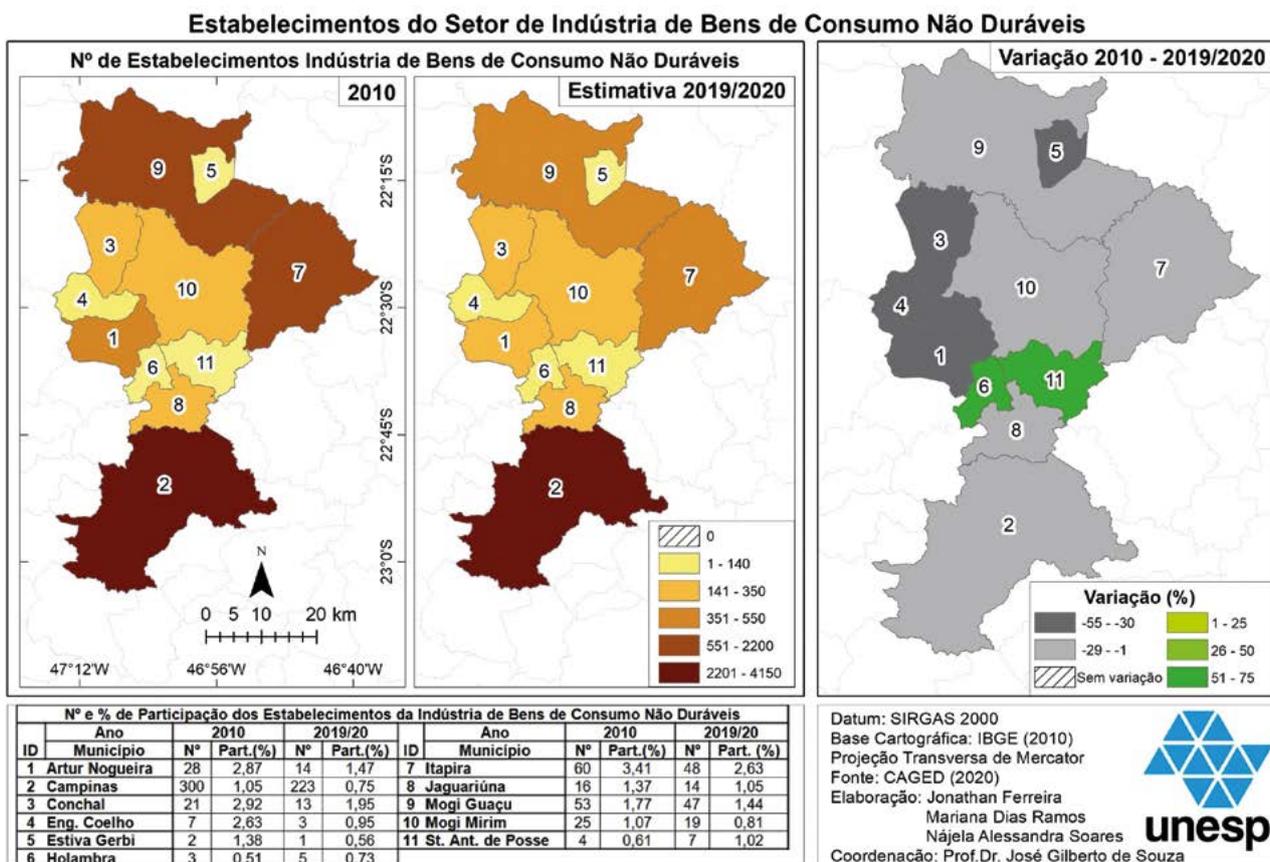
quanto o setor de Bens Duráveis. De um lado, a conjuntura contribui para explicar uma redução de consumo e uma posição mais conservadora, sobretudo no âmbito de têxteis e outros bens e consumo não duráveis domésticos, de outro, os elementos estruturais como a ausência de uma política industrial no país e uma trajetória de reprimarização econômica⁴, mas não apenas, uma abertura comercial sem controle e política

⁴ Esta é uma discussão um tanto polêmica nas análises econômicas uma vez que os patamares de exportação no Brasil sempre tiveram bens primários como referência, mesmo que tenham passado por algum grau de manufatura, mas sem que representasse algum elevado índice de inversão tecnológica.

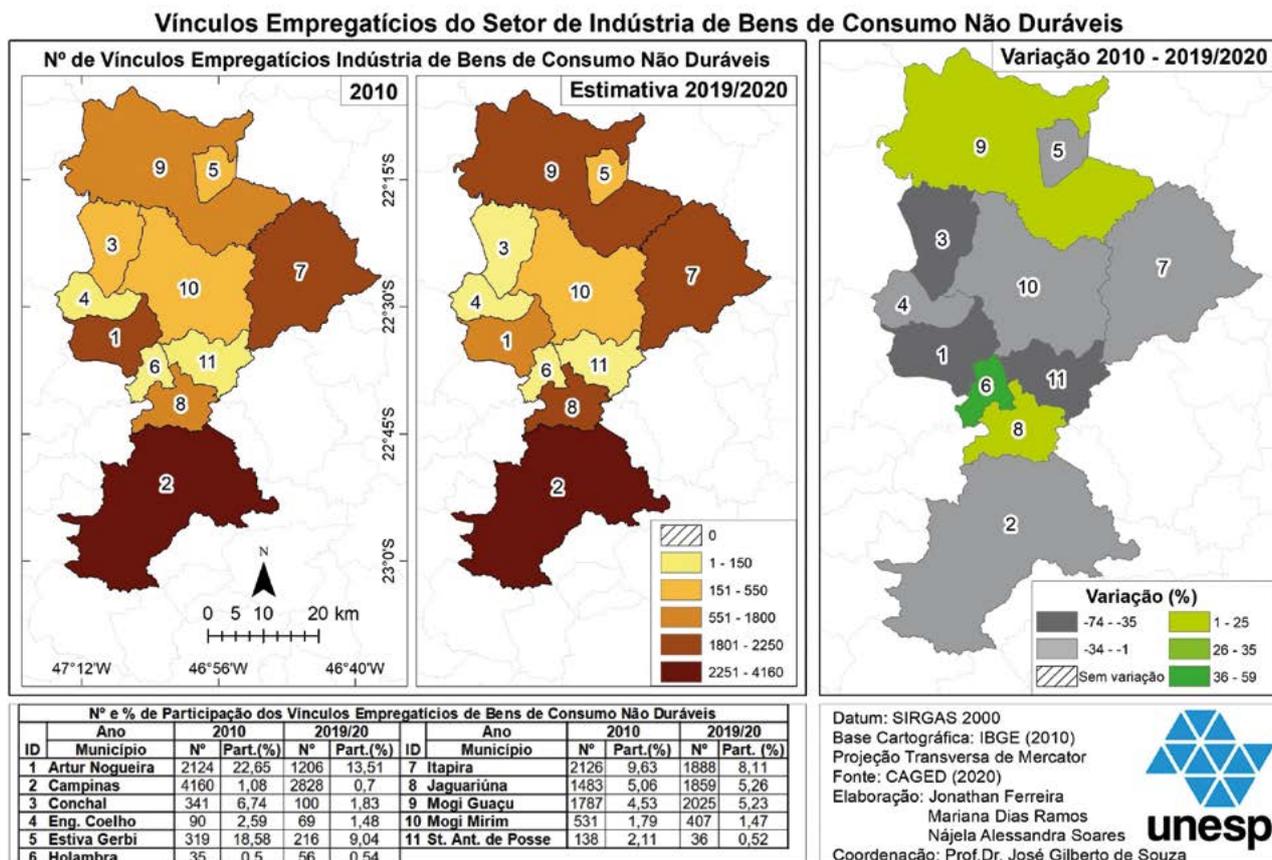
de proteção industrial, o que impacta fortemente o setor e produz sua redução em termos de participação relativa como um todo. Nos mapas 25 e 26 observa-se que, tanto em estabelecimentos como em vínculos empregatícios, a queda é significativa. Mesmo quando ocorre crescimento a participação relativa se reduz em geral e em

relação a proporcionalidade de crescimento. Por exemplo, em Mogi Guaçu, o emprego cresce na faixa de até 25%, mas a participação relativa, varia 0,20%. Mogi Mirim por exemplo, apresenta redução em estabelecimento e vínculos na ordem de -25 e - 20%, respectivamente.

Mapa 25: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Indústria de Bens de Consumo Não Duráveis nos municípios. 2010-2019/20.



Mapa 26: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Indústria de Bens de Consumo Não Duráveis nos municípios. 2010-2019/20

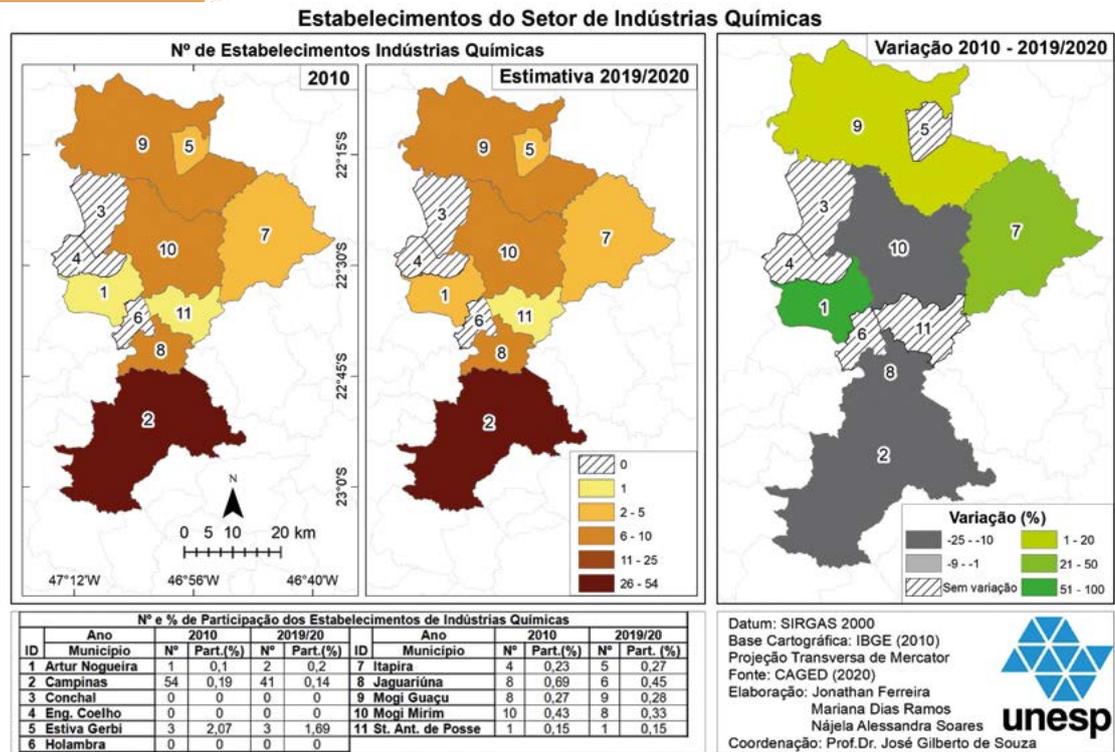


5.13. Indústria – subgrupo: Setor de Indústrias Químicas

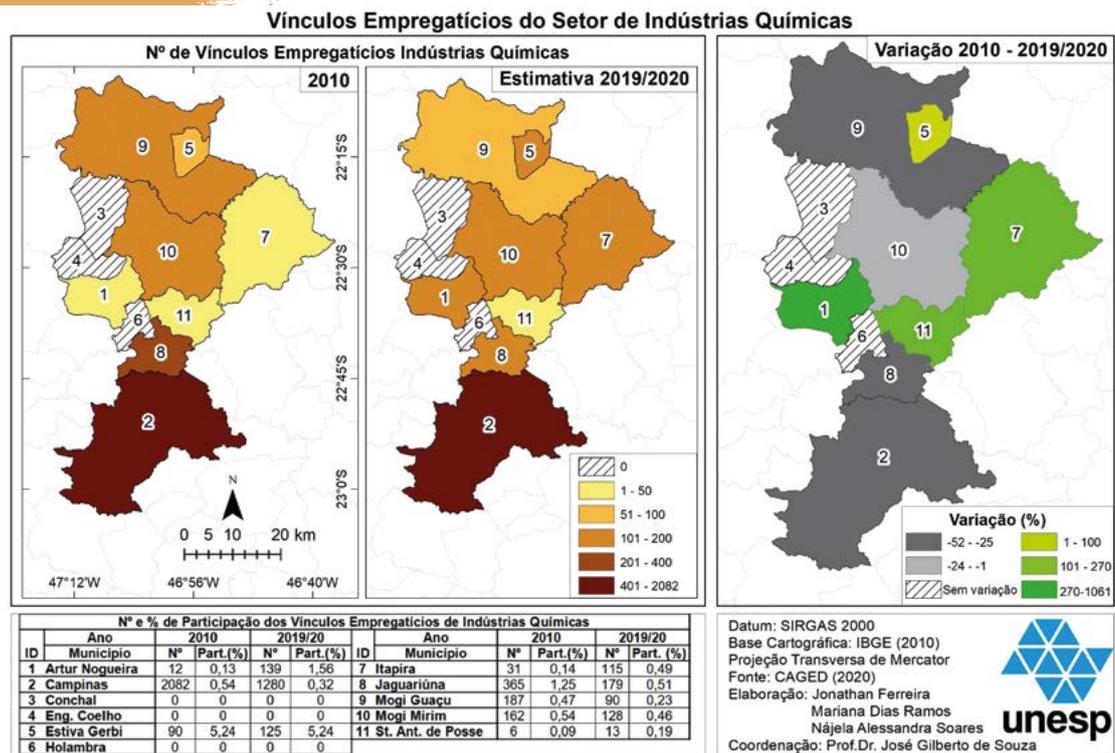
A variação negativa para as indústrias químicas em termos regionais é extremamente preocupante. Embora alguns municípios apresentem variação positiva em estabelecimentos, ela é pouco significativa, uma vez que expressa o surgimento de 1 estabelecimento em 10 anos. Mesmo no caso de empregos estas variações apresentadas para os Municípios de Artur Nogueira, Estiva Gerbi, Itapira e Santo Antônio de Posse, somadas,

não representam 10% das perdas regionais. A preocupação acerca deste setor na região se estabelece tendo em vista o que representa esse setor em termos de composição de massa salarial, considerando os padrões médios de remuneração que supera a média regional de R\$ 2,8 mil em torno de 60%, bem como o arranjo e ou a clusterização que o setor normalmente apresenta em relação às outras atividades econômicas.

Mapa 27: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Indústria Químicas nos municípios. 2010-2019/20



Mapa 28: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Indústria Químicas nos municípios. 2010-2019/20

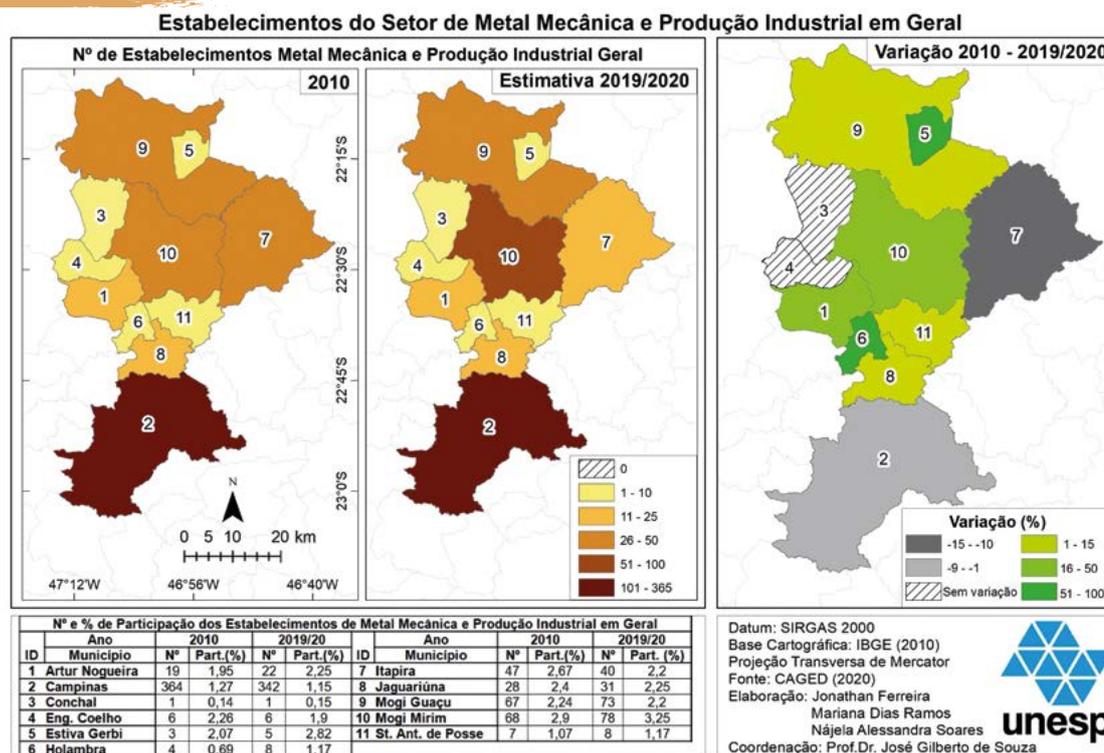


5.14. Indústria – subgrupo: Indústria Metal Mecânica e Produção Industrial

Neste subgrupo estão agregadas as indústrias Metal Mecânica de usinagem e de bens produção por considerarmos que sua matriz de insumos tem a mesma base e, sobretudo, porque suas produções se destinam ao fortalecimento da indústria de bens de consumo duráveis ou não. O que se observa na região é que tendencialmente o município metropolitano apresenta uma redução de indústrias desse porte. Este fator está ligado ao tamanho de suas plantas e, ao mesmo tempo, à própria trajetória industrial desse setor que se vincula cada vez mais ao processamento de *commodities*, fazendo com que se dirijam a centros mais próximos das plantas de processamento (usinas e indústrias de transformação de produção primária),

considerando inclusive a trajetória citrícola e sucroalcooleira do estado de São Paulo, que tem nas regiões de Ribeirão Preto (Sertãozinho), Piracicaba e Araraquara polos tecnológicos para estas produções primárias. Esta tendência de desconcentração de plantas se realiza, e por isso nossas preocupações quanto a mudança de patamares de estabelecimento e emprego no setor Químico, considerando que, sobretudo a química fina, tende a ser um ponto de avanço industrial para a sede metropolitana. Assim, o crescimento destas plantas metal mecânicas na região é significativo. Para o caso de Mogi Mirim, que viu sua participação cair nestes subsetores da indústria e apresenta uma inflexão positiva para Metal Mecânica e Produção Industrial, isso representa a capacidade de retomada de investimentos em uma conjuntura mais positiva.

Mapa 29: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Indústria Metal Mecânica e Produção Industrial nos municípios. 2010-2019/20



No entanto, na análise de emprego temos como referência que a conjuntura é um elemento importante, tanto do ponto de vista da redução de financiamentos para os setores de processamento como a produção de *commodities*, como do ponto de vista da redução da demanda do mercado externo, sobretudo de combustíveis. O que se observa é que Campinas e Jaguariúna reúnem uma perda de cerca de 4 mil postos

de trabalho no período, o que reforça nossas análises acerca da mudança de localização de plantas, acompanhadas por variação moderada a média de 10 a 30% dos outros municípios mais importantes da região (Mogi Guaçu e Mogi Mirim). A redução de empregos neste setor em padrões moderados pode ser positiva, caso revele que sua ação motriz se estabeleça por inovação tecnológica.

Mapa 30: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Indústria Metal Mecânica e Produção Industrial nos municípios. 2010-2019/20

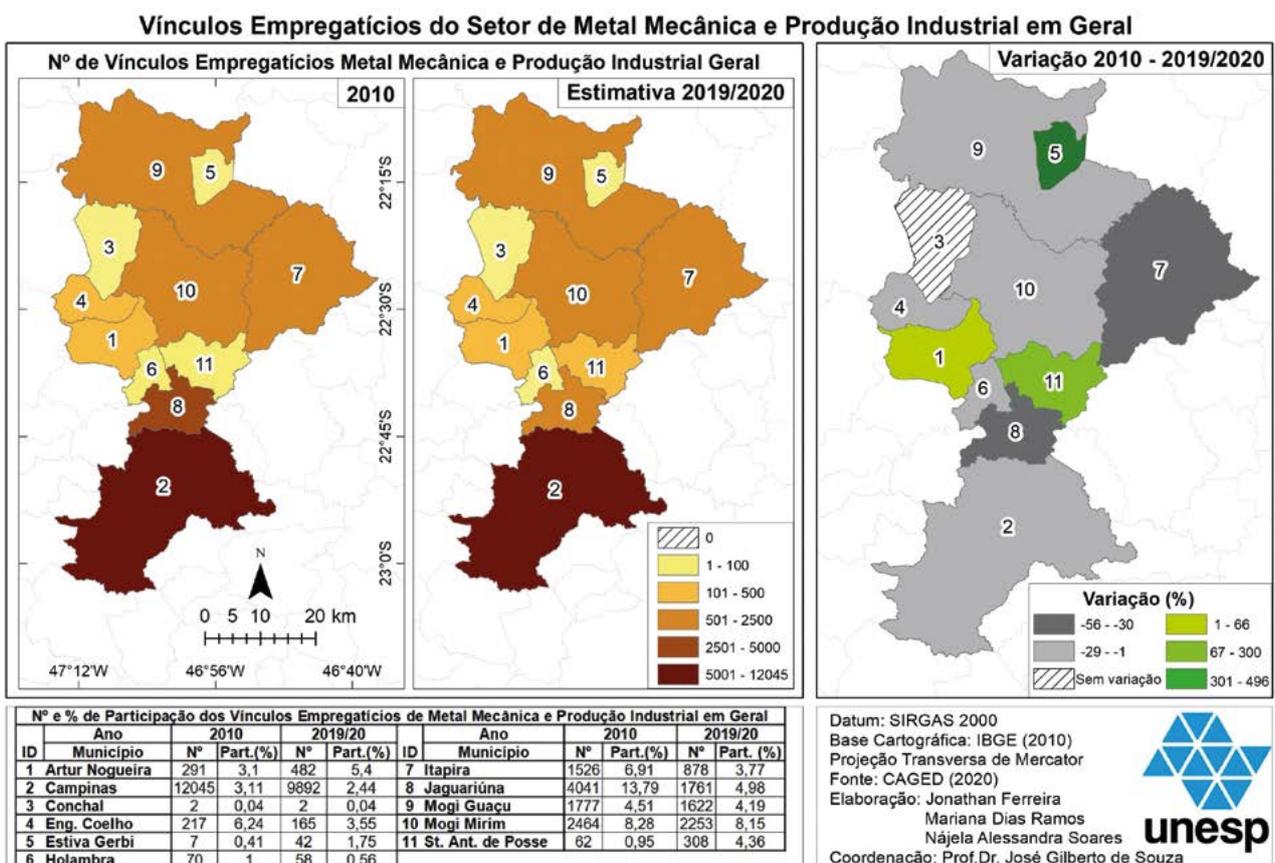




Foto 50: Sinalização de Setor Industrial no Distrito Industrial José Marangoni de Mogi Mirim-SP.

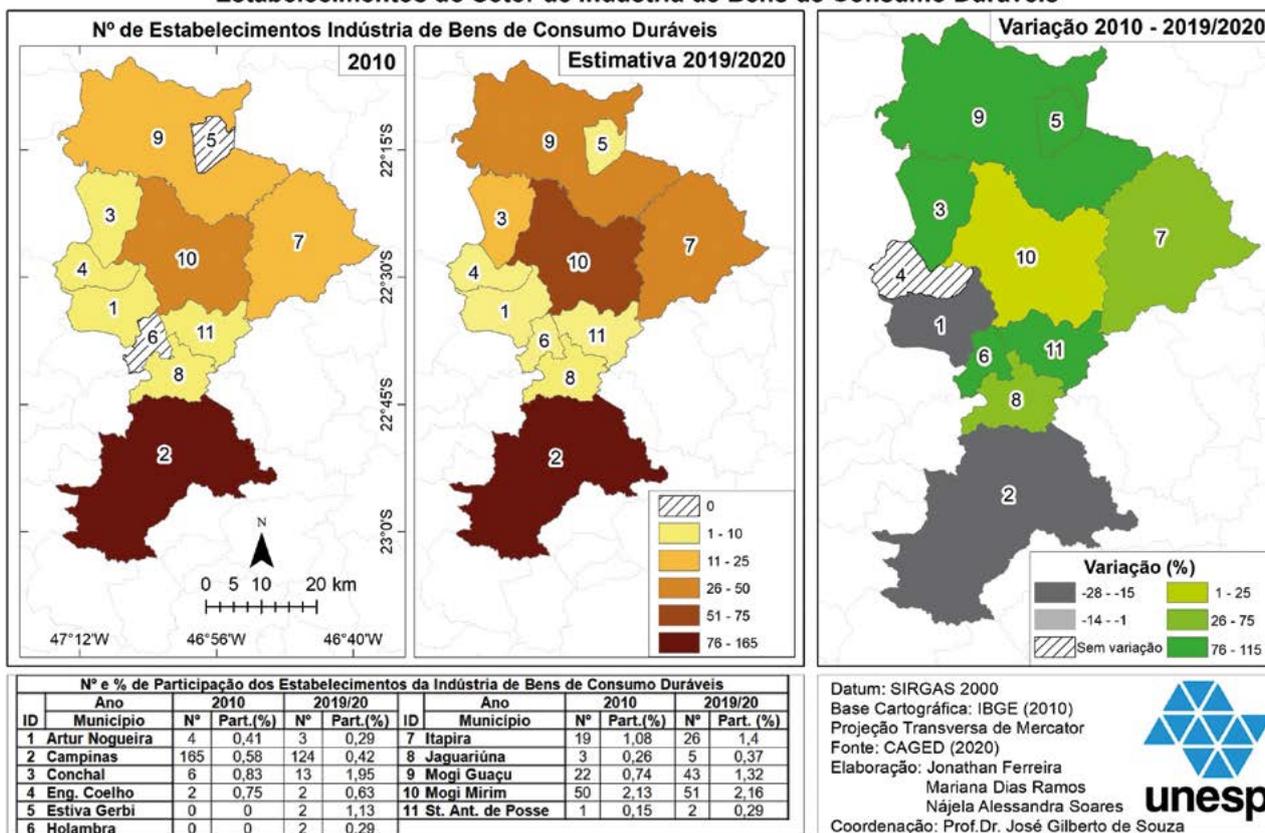
5.15. Indústria – subsetor: Indústria de Bens de Consumo Duráveis

O setor de bens de consumo duráveis no que se refere a sede metropolitana mantém a tendência redução das indústrias de plantas de grande porte, e acaba produzindo uma transferência

para o entorno, mas sem muita importância em termos absolutos, uma vez que variação em termos de estabelecimentos é reduzida e sua participação no total pouco significativa. Mogi Guaçu, por exemplo ainda que quase dobre o número absoluto, apresenta uma participação inferior a 1.5 percentual.

Mapa 31: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Indústria Bens de Consumo Duráveis nos municípios. 2010-2019/20

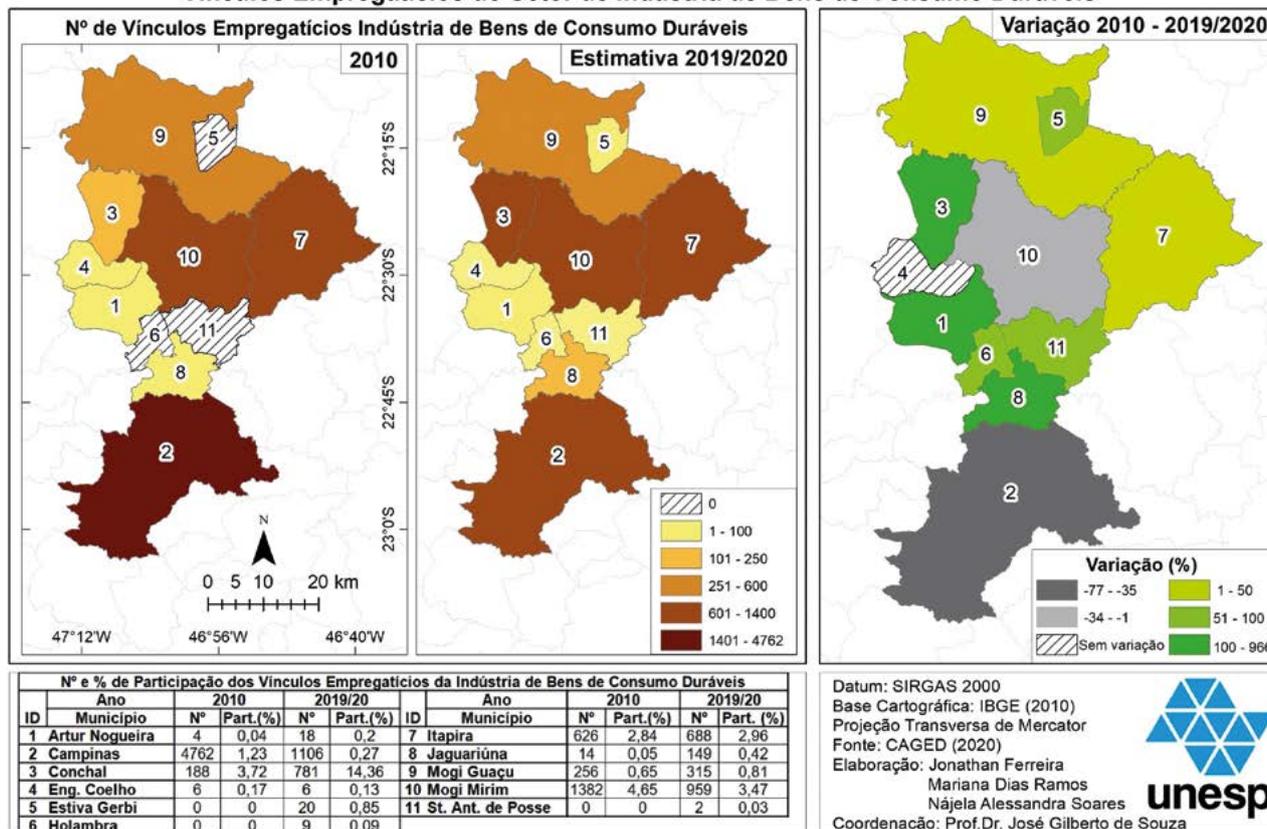
Estabelecimentos do Setor de Indústria de Bens de Consumo Duráveis



No que se refere aos vínculos empregatícios observa-se que Mogi Mirim e Campinas apresentam uma redução aproximada de 75% e 30%, respectivamente, enquanto os demais municípios apresentam uma inflexão positiva. As perdas de vínculos desses dois municípios

atingem patamares de 3 mil vagas, enquanto o aumento nos demais municípios não atinge 850 postos de trabalho (Mapa 27), o que representa uma mudança no patamar industrial regional e sobretudo a tendência de desindustrialização.

Vínculos Empregatícios do Setor de Indústria de Bens de Consumo Duráveis

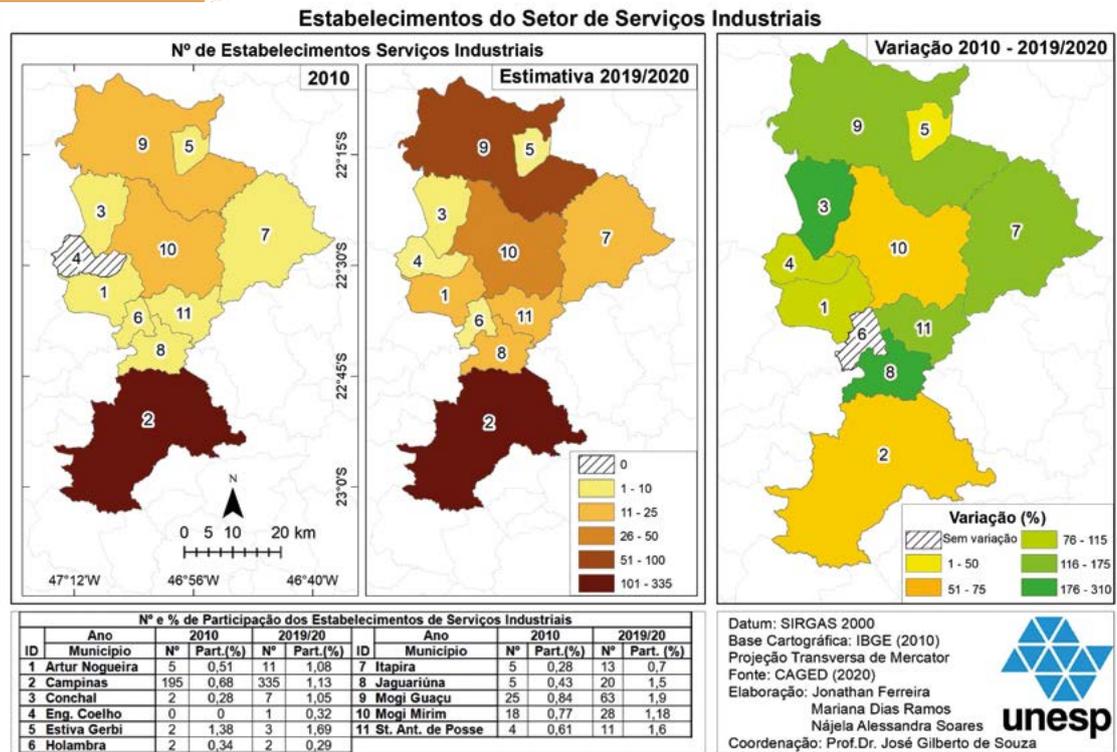


5.16. Indústria – subsetor: Serviços Industriais

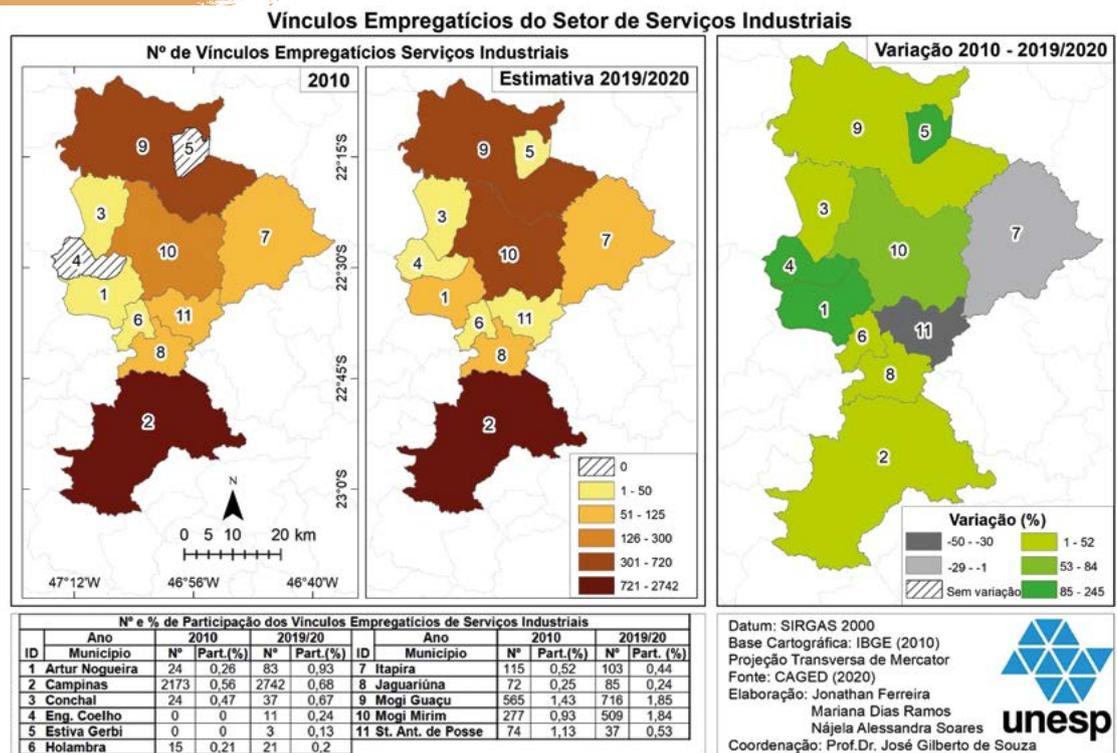
O subsetor de Serviços Industriais apresenta variações positivas no período e se refere às atividades de suporte industrial. Na região, as atividades que apresentam importância foram as pneumáticas, usinagem, papel e celulose, montagem industrial. Mogi Guaçu e Campinas apresentaram os maiores crescimentos em termos absolutos em estabelecimentos (Mapa 33). No que se refere ao emprego, são estes os setores mais importantes, sendo que Mogi Mirim e Campinas apresentam maior crescimento absoluto. Destaca-se que este setor empresarial não se constitui de elevada inversão tecnológica o que não representa maiores remunerações e ao mesmo tempo capacidade de inovação. A

presença de inúmeros estabelecimentos de manutenção com reduzida inversão tecnológica também foi detectada nos trabalhos de campo, o que denominamos de base empírica. Este dado também reforça a importância da análise qualitativa do setor industrial de Mogi Mirim. Evidentemente que se os dados de campo ratificam que, tendencialmente, as empresas do município não apresentam um padrão elevado de tecnologia, resulta considerar que a oferta de vínculos se refere também a rendimentos e salários reduzidos. Em termos quantitativos a participação do Setor de Serviços da Produção Industrial é muito reduzida, caracterizado também por muitas firmas individuais (MEIs) e com trabalho informal.

Mapa 33: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Serviços Industriais nos municípios. 2010-2019/20



Mapa 34: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Serviços Industriais nos municípios. 2010-2019/20



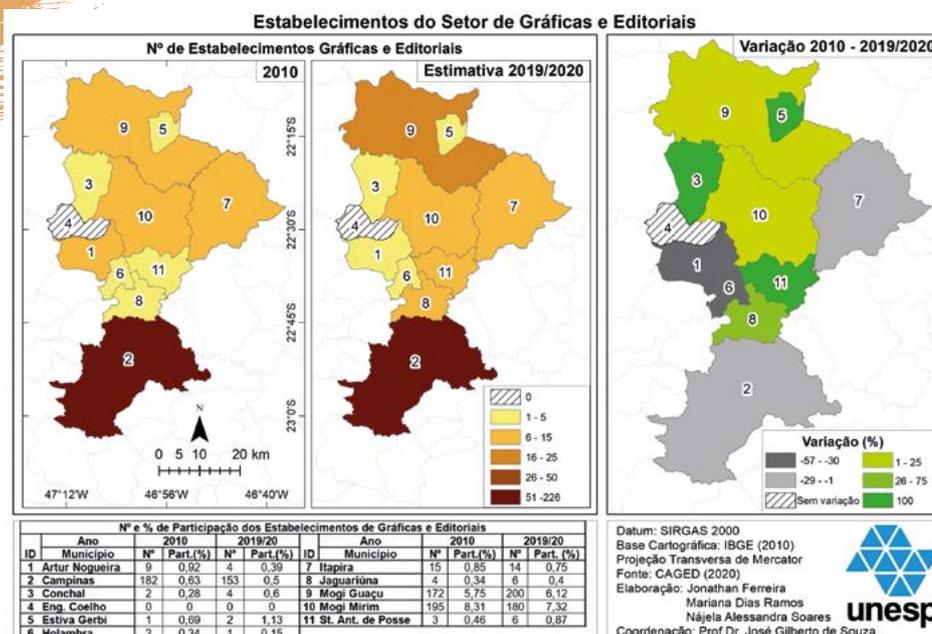
5.17. Serviços – subsetores: Gráficos, Informática e Imagem

As atividades de Serviços neste item concentram-se nas atividades Gráficas, Imobiliárias, Financeiras, Logística (Transporte, Logística e Comunicações), Informática e Desenvolvimento de Softwares, Educacionais, Médico-Hospitalares, Organizações de Apoio Empresarial e Outros Serviços. Algumas destas atividades serão objeto de análises mais específicas sobre os municípios. Destaca-se que as atividades de serviços dos setores da Produção Primária e Secundária (Industrial), foram analisados no conjunto do setor, garantindo maior integridade analítica de seu comportamento e desdobramento. Importante frisar ainda que algumas atividades comerciais, vinculadas aos serviços, também foram agregadas na análise que segue, também com o objetivo de verificar de forma integrada o volume de atividades que estes setores apresentam.

Neste item vamos agregar as análises de três

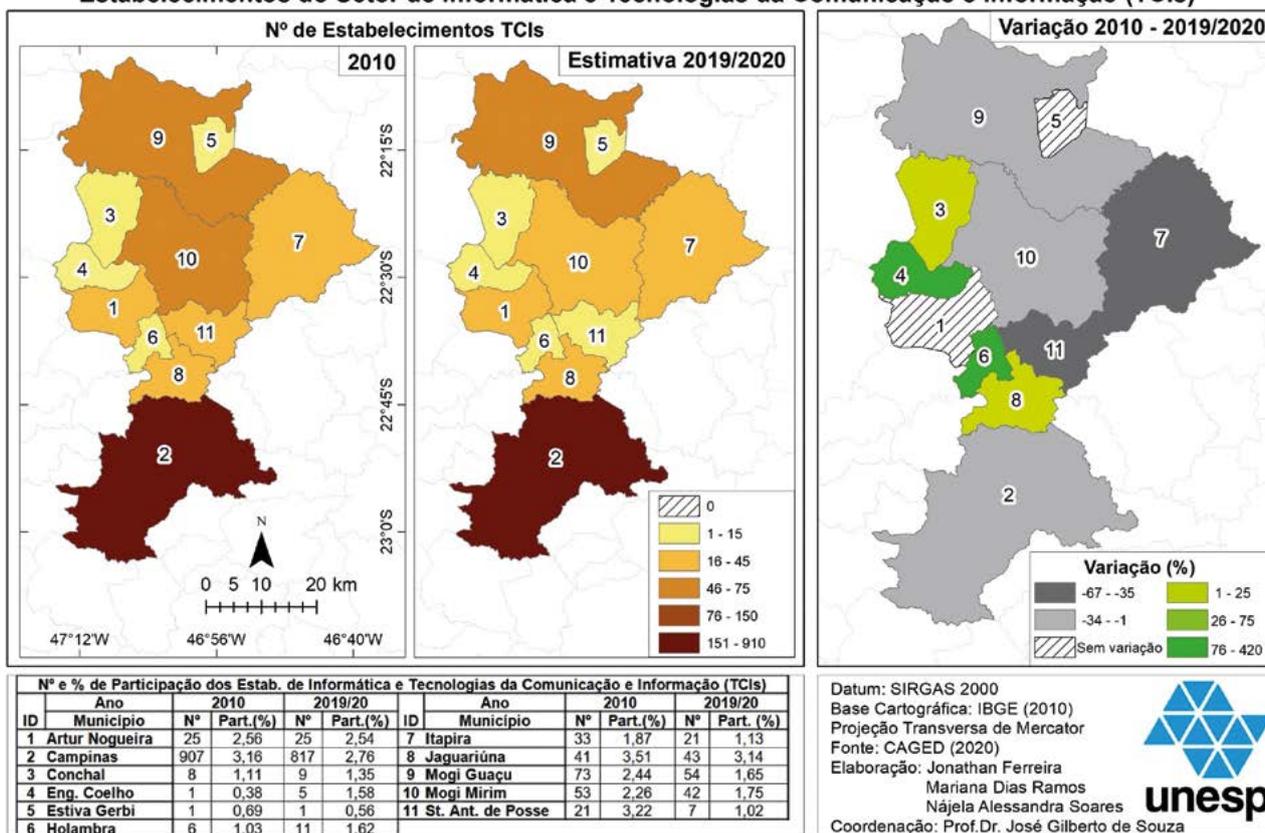
subsetores que respondem pelas atividades de Gráficas e Editoriais (Mapa 35), Informática e Tecnologias da Informação e Comunicação (Mapa 36) e Imagens e Produção Cinematográfica (Mapa 37). Observa-se que, exceto o primeiro subsetor, que apresenta uma variação positiva com maior expressão (6 dos 11 municípios analisados), os demais apresentam padrões de redução do número de estabelecimentos. Evidentemente que estas atividades apresentam dois problemas centrais de desempenho. O primeiro se refere a diminuição destas atividades enquanto serviços diante da disponibilização tecnológica e digital dos mesmos. O segundo aspecto se refere a tendência de concentração destes serviços, o que faz com que pequenos empreendimentos não tenham competitividade. Destaca-se que Jaguariúna apresenta patamares de participação no subsetor de Informática e Tecnologias de Informação e Comunicação nos mesmos níveis que a sede metropolitana, por concentrar empresas especializadas do subsetor, o que vai reverberar de forma significativa no nível de emprego do município.

Mapa 35: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Gráficas e Editoriais nos municípios. 2010-2019/20



Mapa 36: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Informática e Tecnologias da Informação e Comunicação nos municípios. 2010-2019/20

Estabelecimentos do Setor de Informática e Tecnologias da Comunicação e Informação (TCIs)

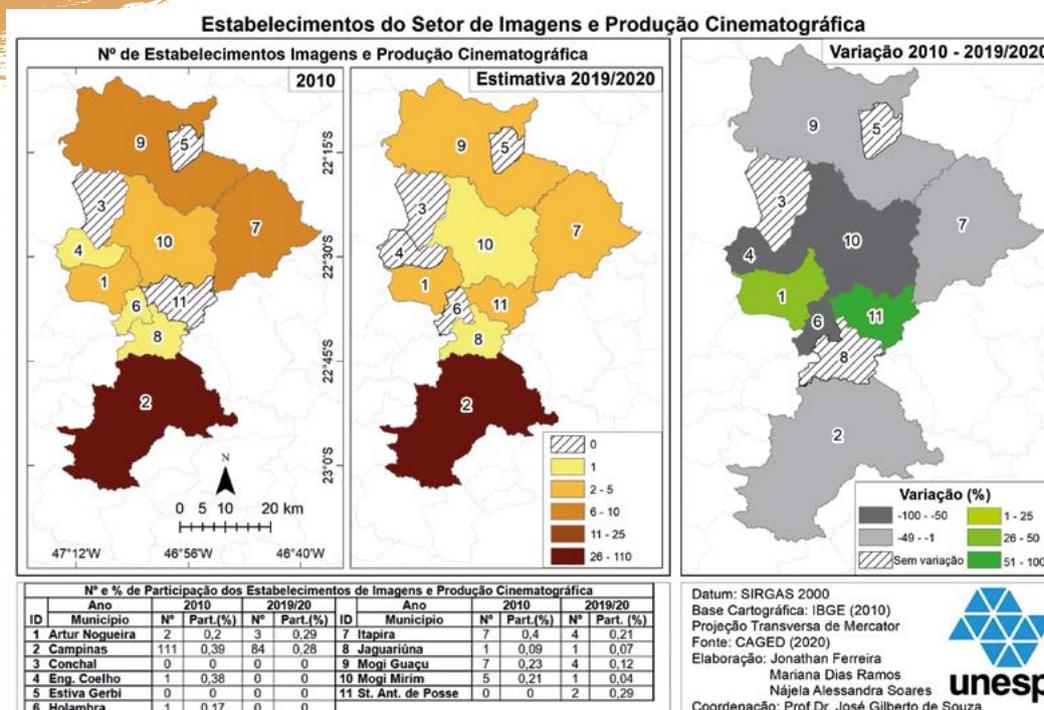


Convém ressaltar que este subsetor de informática e desenvolvimento de softwares, a exceção de Campinas e Jaguariúna, apresenta reduzida importância na atividade econômica e, portanto, de baixo impacto na empregabilidade e na geração de renda, não atingindo em média 2% de importância em estabelecimentos e empregos. Trata-se de um setor fortemente oligopolizado⁵ e o que demanda centros de formação em programação de elevado patamar de inovação. As atividades que caracterizam o

setor em Mogi Mirim, Mogi Guaçu e municípios de influência analisados são, em geral, realizadas por empresas prestadoras de serviços de manutenção de equipamentos e instalação de redes de Tecnologia da Informação. Frente a este quadro, considerando o grau de oligopolização do setor observa-se que, tendencialmente, ele se concentra em polos regionais, enquanto que nas demais cidades o subsetor não apresenta expressividade.

⁵ Setor oligopolizado de informática significa dizer que se trata de um setor da economia em que há poucas empresas ofertantes de equipamentos e serviços e muitos demandantes, a situação de poucos ofertantes diminui a concorrência e aumenta os preços, e os pequenos empreendimentos não têm poder de barganha das grandes lojas para ofertas equipamentos e serviços a preços competitivos.

Mapa 37: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Imagens e Produção Cinematográfica nos municípios. 2010-2019/20

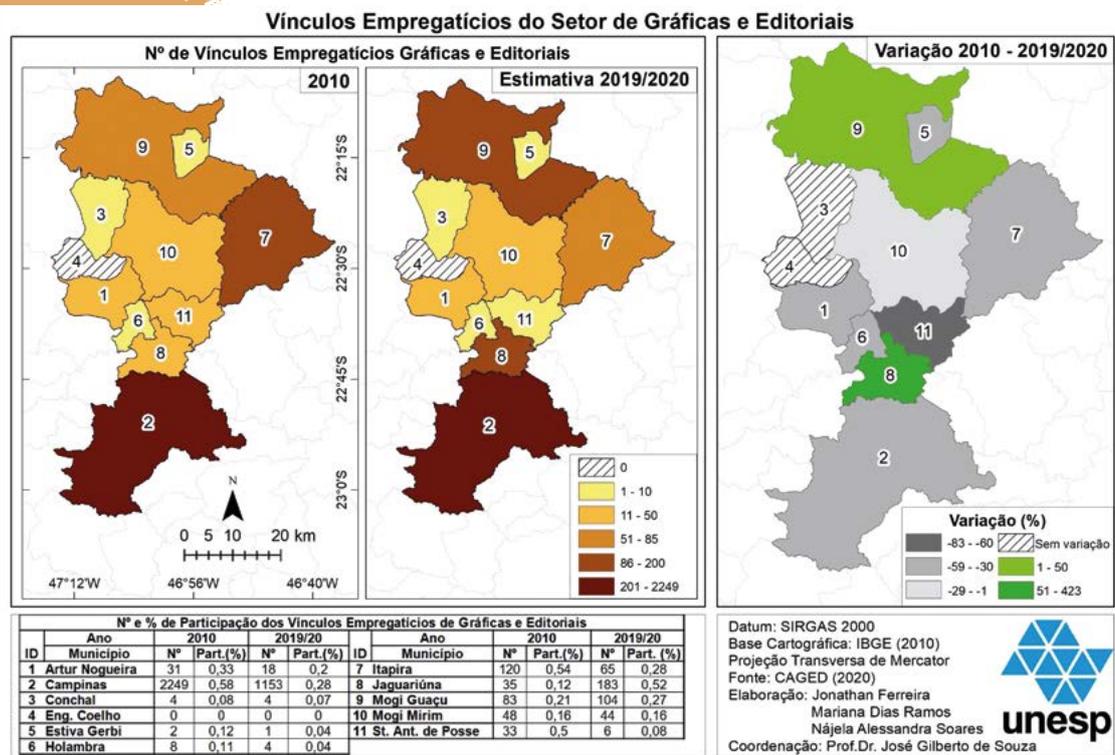


Na análise do emprego o que se observa é que estes setores não impactam na empregabilidade dos municípios com exceção de Campinas e Jaguariúna. A sede da região conforme, aponta a literatura de análise de Cidades Médias e Metropolitanas, apresentam esta capacidade de agregar serviços especializados e de elevada tecnologia por sua densidade demográfica interna e intermunicipal, o que caracteriza uma capacidade de demanda de determinados serviços que as pequenas e pro-médias, ainda que apresentem presença no subsetor não atinge patamares representativos. Jaguariúna, neste caso, é uma exceção por concentrar a instalação de empresa especializada, mas também por sua posição geográfica de município limeiro à sede

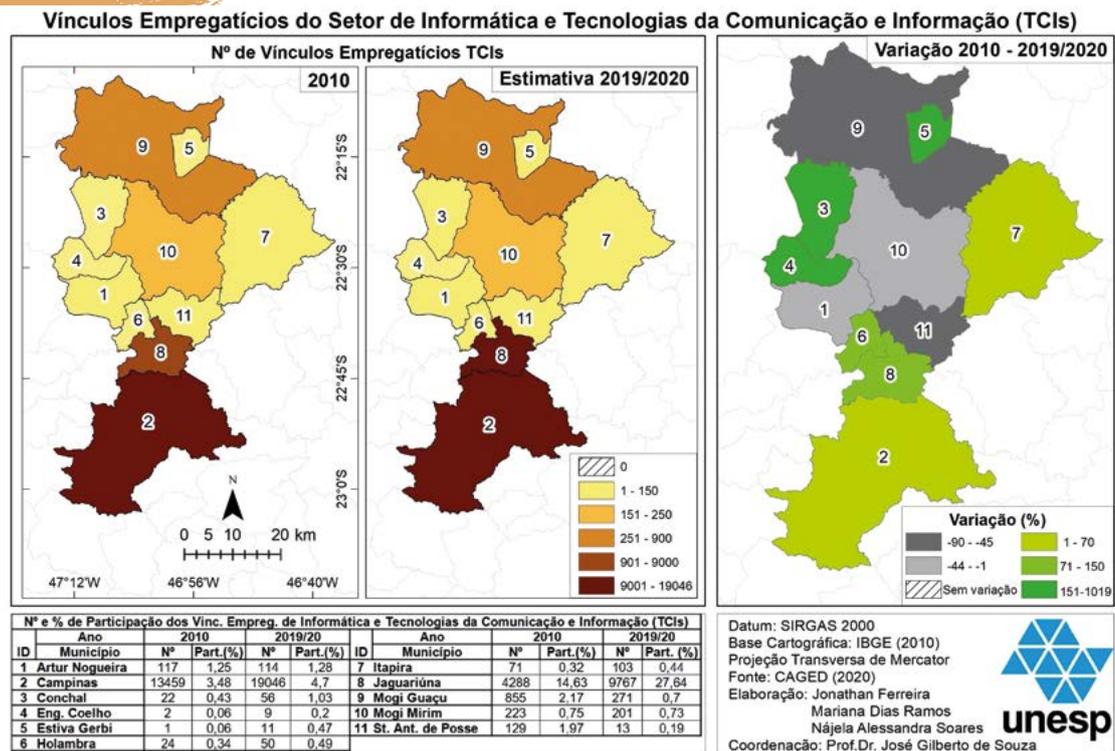
metropolitana, neste caso apenas para o subsetor de Informática e Tecnologias da Informação e de Comunicação que não apenas apresenta um crescimento significativo, em termos absolutos, cabe demonstrar a expressividade, uma vez que Campinas sai de aproximadamente 13,5 mil e atinge 19 mil, Jaguariúna mais que dobra o número de empregos no período atingindo em 2018 9,7 mil. O município apresenta ainda a maior participação relativa, com 27%, enquanto que em Campinas este setor indica 4,7%. Os demais municípios estão na faixa de 0,5, para o subsetor de Gráficas e Editoriais, -1% para Informática e Tecnologias da Informação e de Comunicação e 0,15% para Imagens e Produção Cinematográfica.

⁶ SPOSITO, M. Encarnação Beltrão; MAIA, Doralice Satyro (Org.) · Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Dourados e Chapecó. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. v. 1. 319p. · SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. Cidades médias: espaços em transição. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. v. 1. 630p.

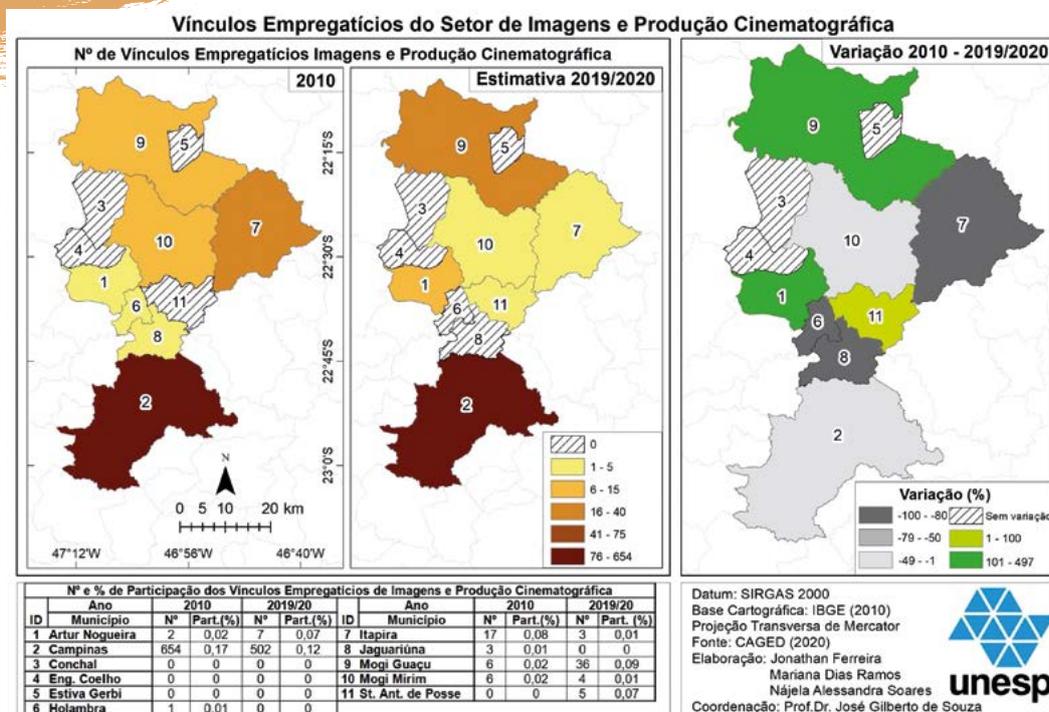
Mapa 38: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Gráficas e Editoriais nos municípios. 2010-2019/20



Mapa 39: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Informática e Tecnologias da Comunicação e Informação nos municípios. 2010-2019/20



Mapa 40: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Imagens e Produção Cinematográfica nos municípios. 2010-2019/20



5.18. Serviços – subsetores: Transporte de Passageiros e Logística de Mercadorias

Estes dois subsetores estão vinculados ao que denominamos de atividades econômicas modernas e que denotam capacidade de polarização do município em termos de demandas e ofertas de serviços. Demandas por conta da existência de fluxos consistentes de pessoas que residem no entorno, consolidando uma tessitura interurbana, a partir desses fluxos que buscam comércio e serviços mais especializados daqueles de seus municípios de origem. O segundo subgrupo se remete às estruturas empresariais de condomínios, sobretudo de estoque e distribuição de mercadorias. Estes últimos acabam sendo extremamente impactantes no uso do solo, na geração de infraestrutura de comunicações

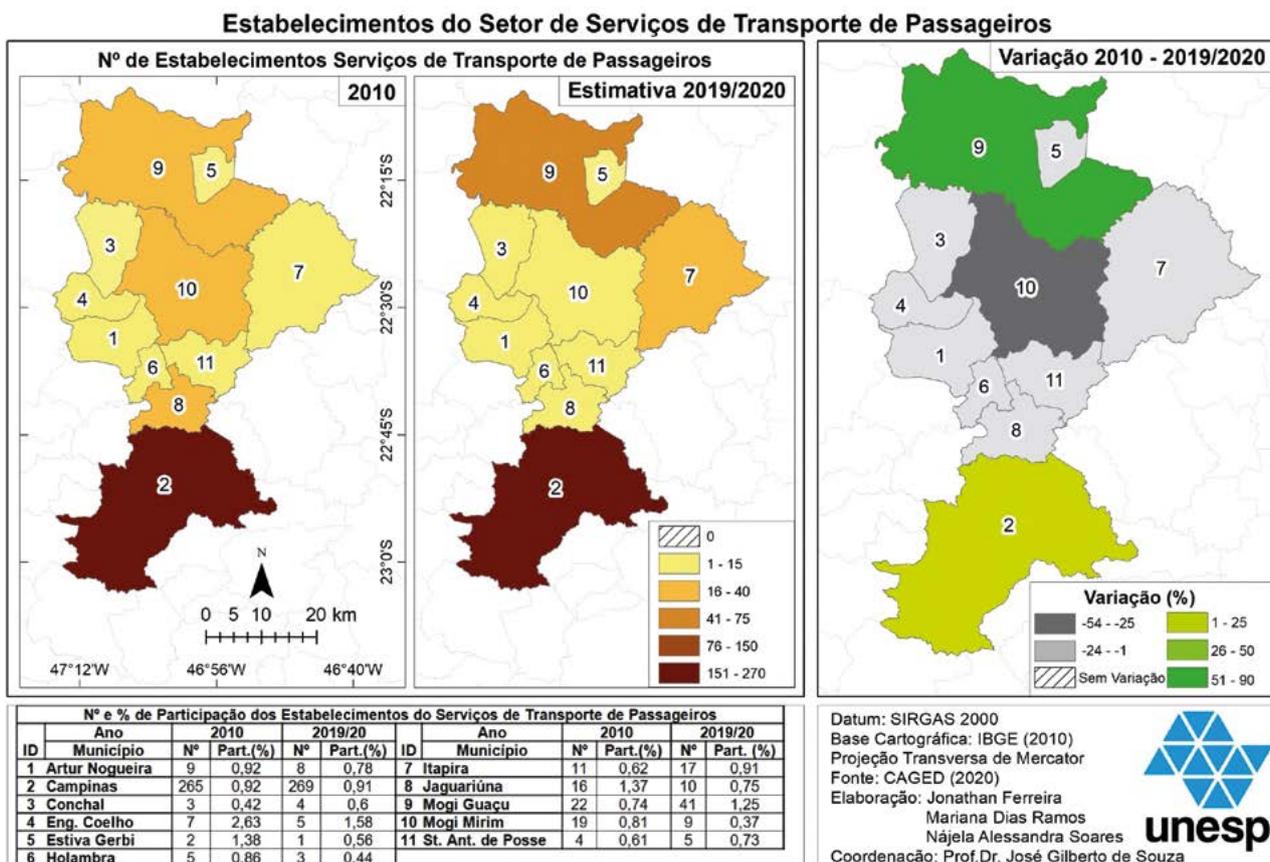
terrestres e informacionais, na demanda de serviços de pessoal e de produtos/empresas de vigilância e controle. Observa-se que este subsetor tem por característica estabelecer *linkages* com atividades com perfil de modernização e especialização de outros serviços.

Nos mapas 41 e 42 apresentam-se os comportamentos de estabelecimentos e vínculos empregatícios do subsetor de Transporte de Passageiros. Este é um dos primeiros indicadores de importância polarizada dos setores de análise. Como nossa centralidade de pesquisa é o município de Mogi Mirim, observamos que ao longo dos anos o município de Mogi Guaçu vem apresentando uma mudança de seu status regional. Neste sentido, desde o início pautamos por considerar o município de Mogi Guaçu em uma ambivalência de equivalência e polarização em relação ao município central de análise. Em

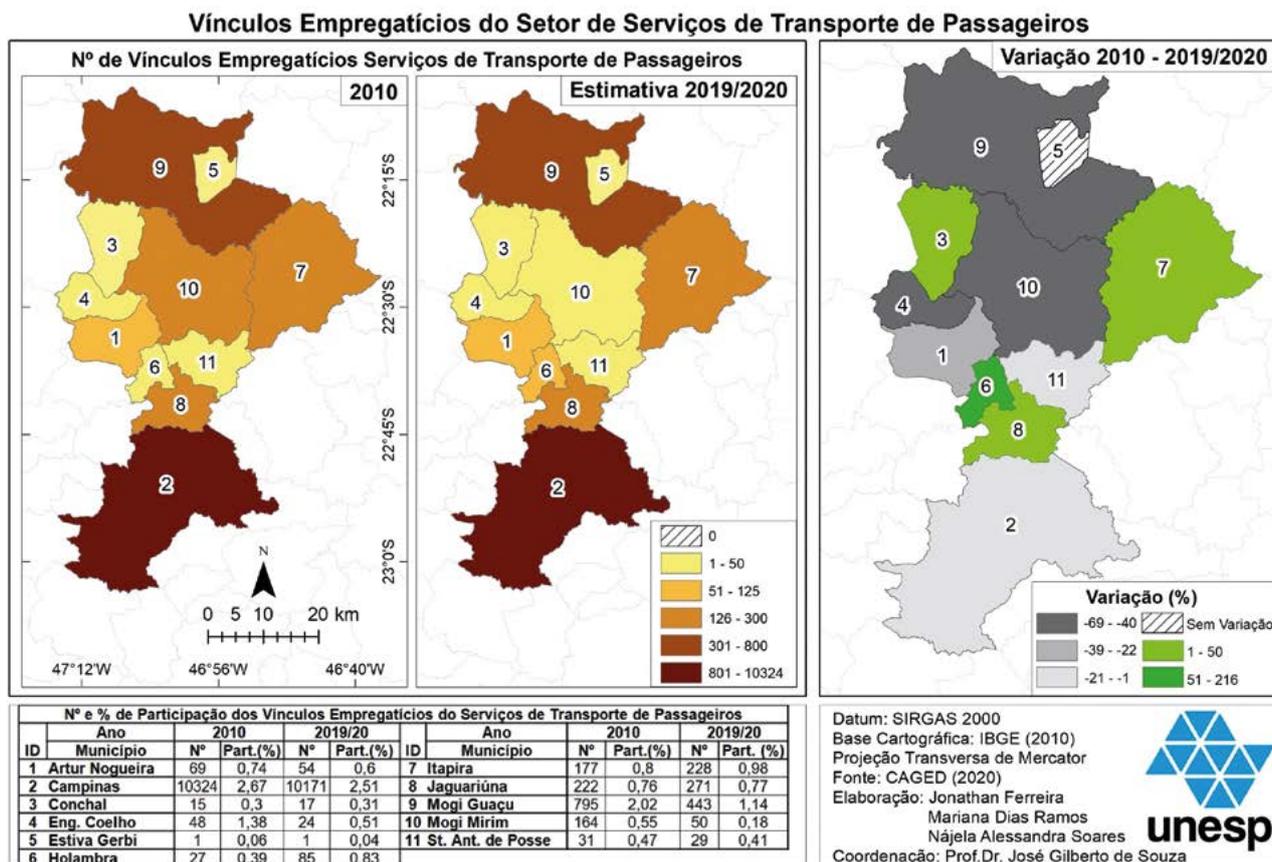
termos de planejamento regional e estratégias de desenvolvimento para geração, captação-drenagem de renda, assumimos que o fluxo de pessoas é decisivo para demarcar a posição e a tendência que assume um município no contexto regional. O que se observa no mapa 41 é como Mogi Guaçu e, evidentemente Campinas, polarizam no número de estabelecimentos, enquanto que os demais municípios perdem, tendencialmente, participação e número absoluto de estabelecimentos. No âmbito do emprego vê-se a ocorrência de outro processo,

qual seja, a redução do número de postos de trabalho. Esta dinâmica está influenciada por dois fatores: o primeiro se reflete na concentração as empresas do setor, que reduzem a concorrência e concentram as concessões, o segundo de caráter mais conjuntural se espelha na redução das atividades econômicas de deslocamento de pessoas com a crise sanitária decorrente da propagação do vírus Sars-Cov-2. Os municípios que apresentam alguma variação positiva não reúnem expressão no número de empregos em termos absolutos.

Mapa 41: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Transporte de Passageiros nos municípios. 2010-2019/20



Mapa 42: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Transporte de Passageiros nos municípios, 2010-2019/20



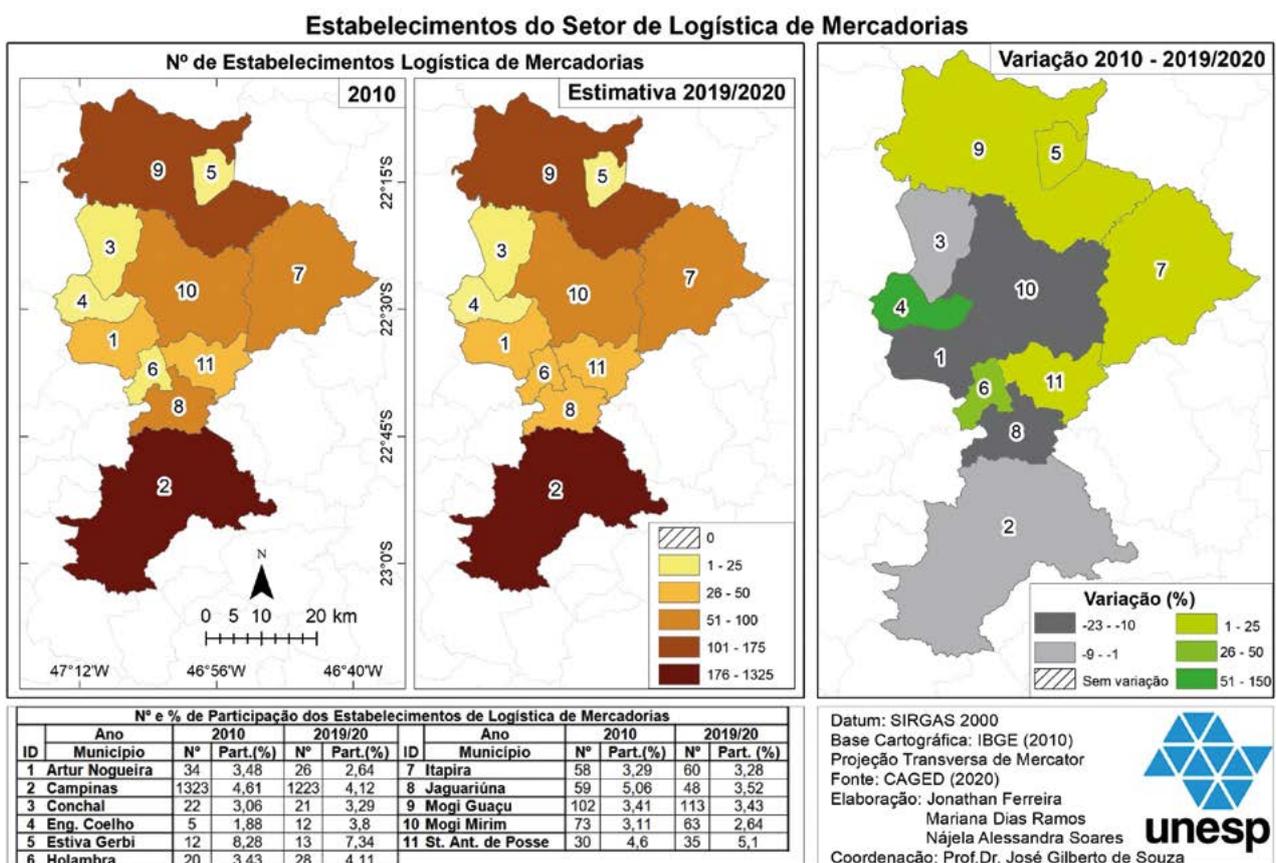
Apontamos anteriormente a importância que reveste o subsetor Logística de Mercadorias no âmbito dos serviços de distribuição de mercadorias. O crescimento do setor, neste aspecto, difere das atividades simples de entrega de produtos. Os centros logísticos de distribuição de grandes redes atacadistas e varejistas importam no crescimento das atividades econômicas como um todo, na operacionalização do uso do solo e das vias de comunicação. Neste sentido, o aspecto locacional (centralidade) ganha relevo, pois, Mogi Mirim, apresentam este posicionamento, como apontamos, pela distância diametral que

reúne em relação aos diversos municípios da região. No entanto, Mogi Mirim não apresenta centros logísticos e ou condomínios de empresas com tais características. O mapa 42 permite visualizar a localização do município frente as grandes vias expressas regionais, e apontamos que embora ocorra uma estrutura de rizoma, no eixo mais importante de circulação, o município integra uma estrutura radicular pivotante, formada a partir da Rodovia Ademar de Barros (SP 340) em relação as demais rodovias que integram regionalmente os outros municípios (SP 147 Itapira; SP 107 Santo Antônio de Posse; SP 191-Conchal; SP 147 Engenheiro Coelho;

SP 107 Artur Nogueira). Assim, observa-se que o município de Mogi Mirim apresenta redução no número de empresas e Mogi Guaçu vai consolidando uma posição de polaridade. Destaca-se que a redução de empresas desta natureza em Campinas, acompanhada gradualmente pela redução do número de emprego (Mapas 43 e 44), tem relação direta com a estrutura de planta e custo do m² de terreno na sede metropolitana e que a modernização das

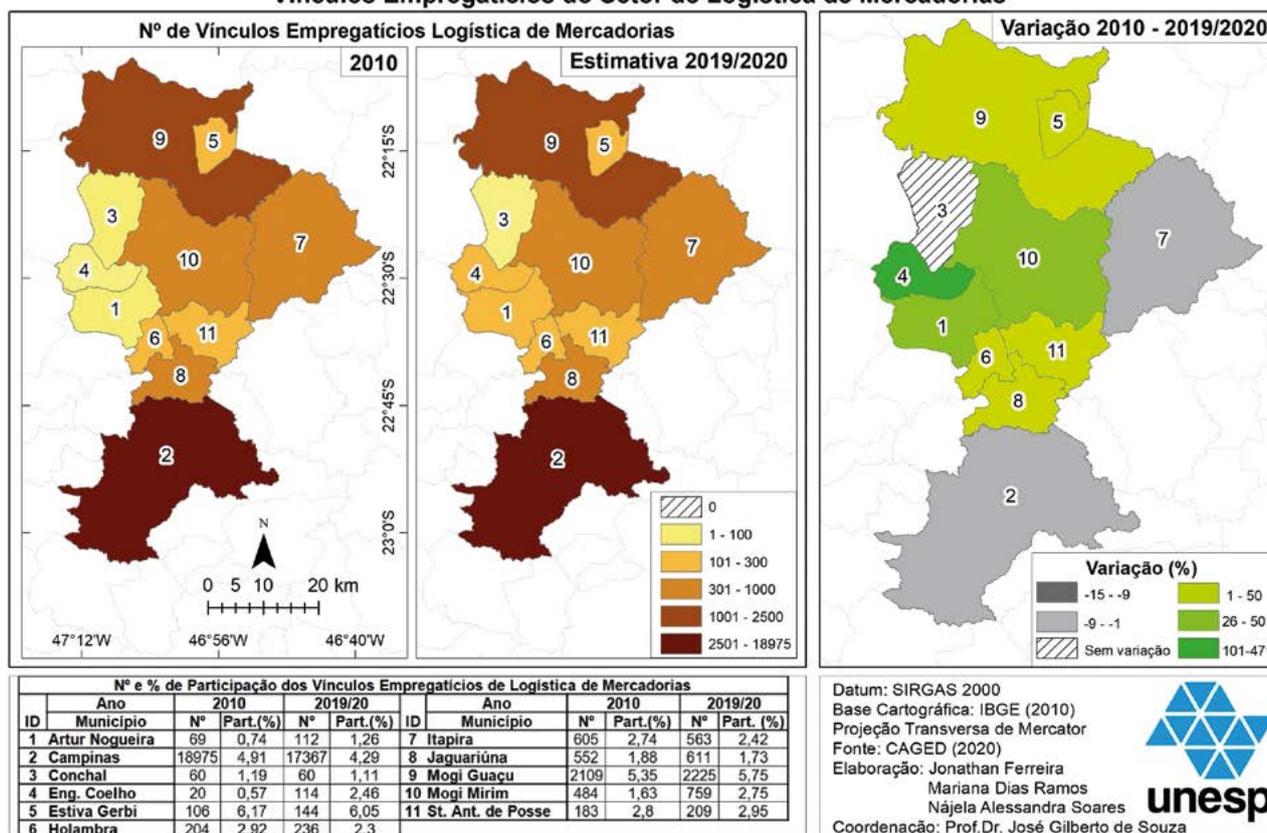
vias regionais, como é o caso da SP 340 - Rodovia Ademar de Barros, que facilita o deslocamento destas estruturas para os municípios limítrofes e do entorno. Ainda especificamente sobre Mogi Mirim, o aumento o crescimento de vínculo nas atividades de Logística de Mercadorias, qualitativamente não está direcionado ao setor de distribuição varejista e atacadista (Mapa 39), mas de transporte de entrega direta de mercadorias (empresa consumidor).

Mapa 43: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Logística de Mercadorias nos municípios. 2010-2019/20



Mapa 44: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Transporte de Passageiros nos municípios, 2010-2019/20

Vínculos Empregatícios do Setor de Logística de Mercadorias



5.19. Serviços – subsetores: Serviços Financeiros e de Seguros

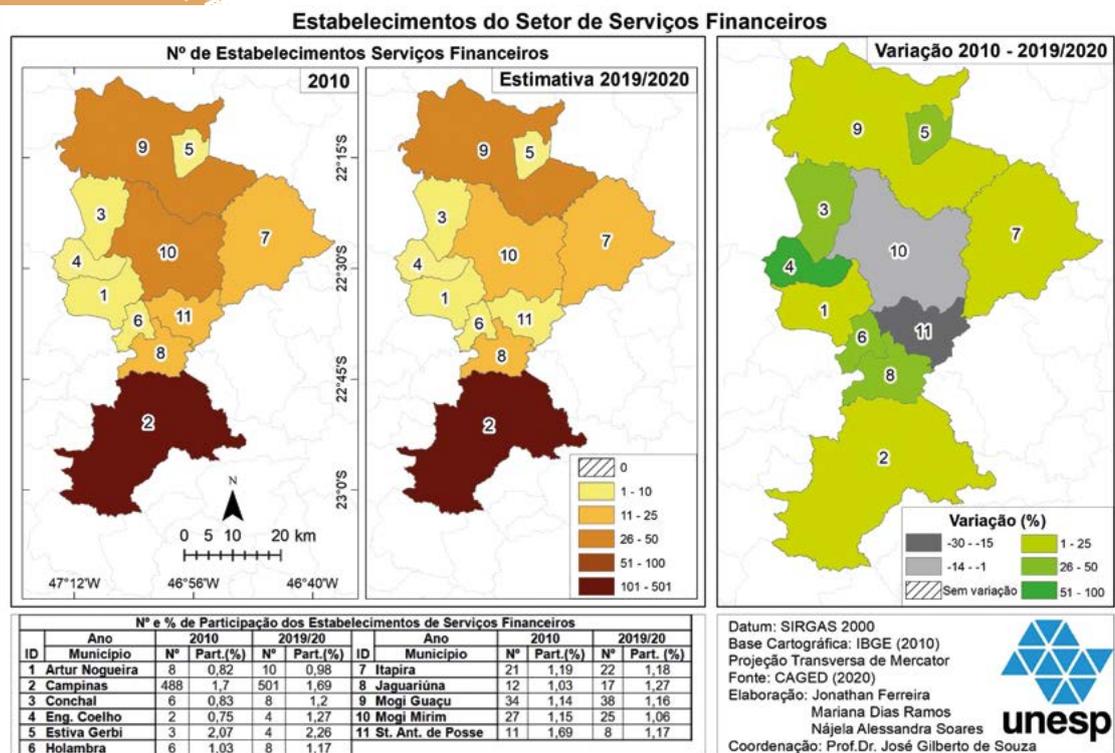
(Todas as atividades financeiras considerando seguros, previdência privada, mercado de títulos, câmbio, entre outras).

Os serviços de intermediação financeira são pouco impactantes em estabelecimentos e, tendencialmente pode ocorrer uma redução dos números de postos de trabalho, diante do alto grau de informatização do setor. A intermediação financeira realizada por outros agentes econômicos também explica esta redução de importância (Lotéricas e Agências de

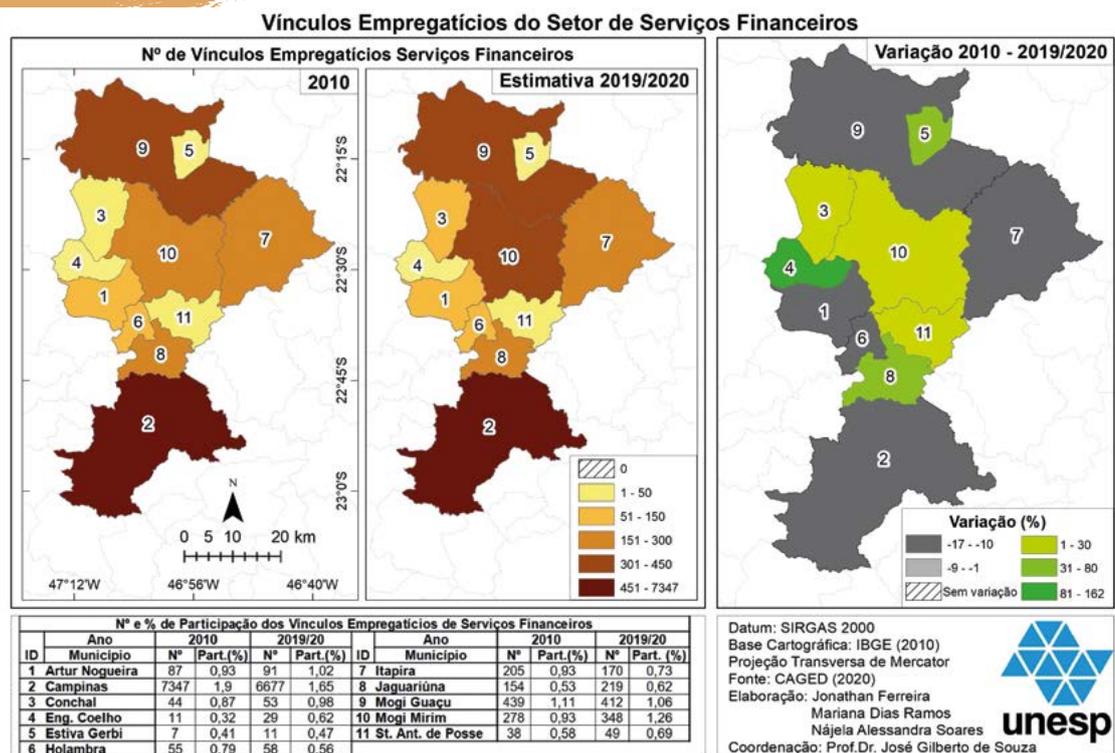
Representação de Bancos e Financeiras – Lojas de Departamentos e Correios por exemplo).

Observa-se nos mapas 45 e 46, Estabelecimentos e Vínculos Empregatícios, respectivamente, que pela pulverização de financeiras há um aumento do número de estabelecimentos, a exceção de Mogi Mirim e Santo Antônio de Posse, uma queda pouco expressiva. No que se refere aos vínculos empregatícios, há uma tendência de aumento, pouco significativa, em números absolutos, mas que se concentra no eixo central da região, lidera por Mogi Mirim em números absolutos.

Mapa 45: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Serviços Financeiros nos municípios. 2010-2019/20



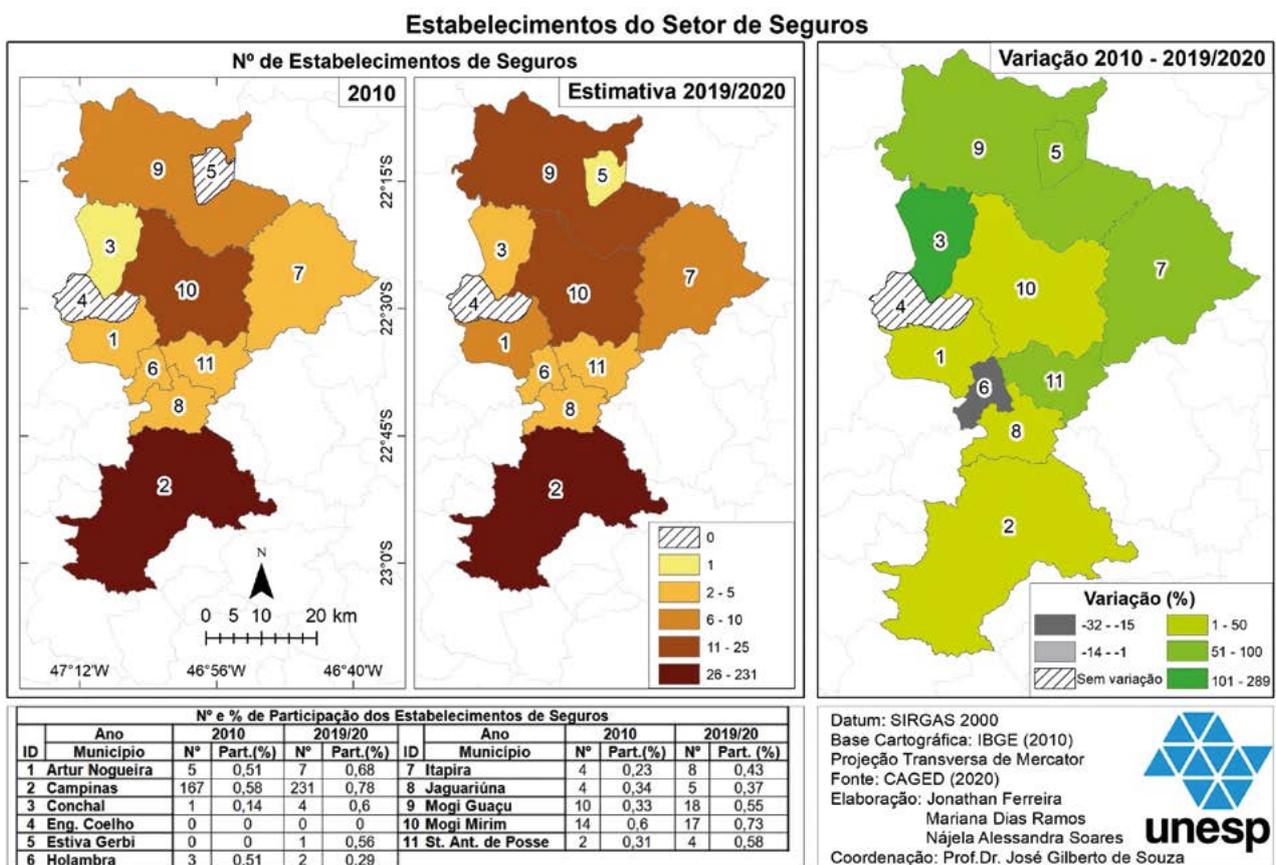
Mapa 46: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Serviços Financeiros nos municípios. 2010-2019/20.



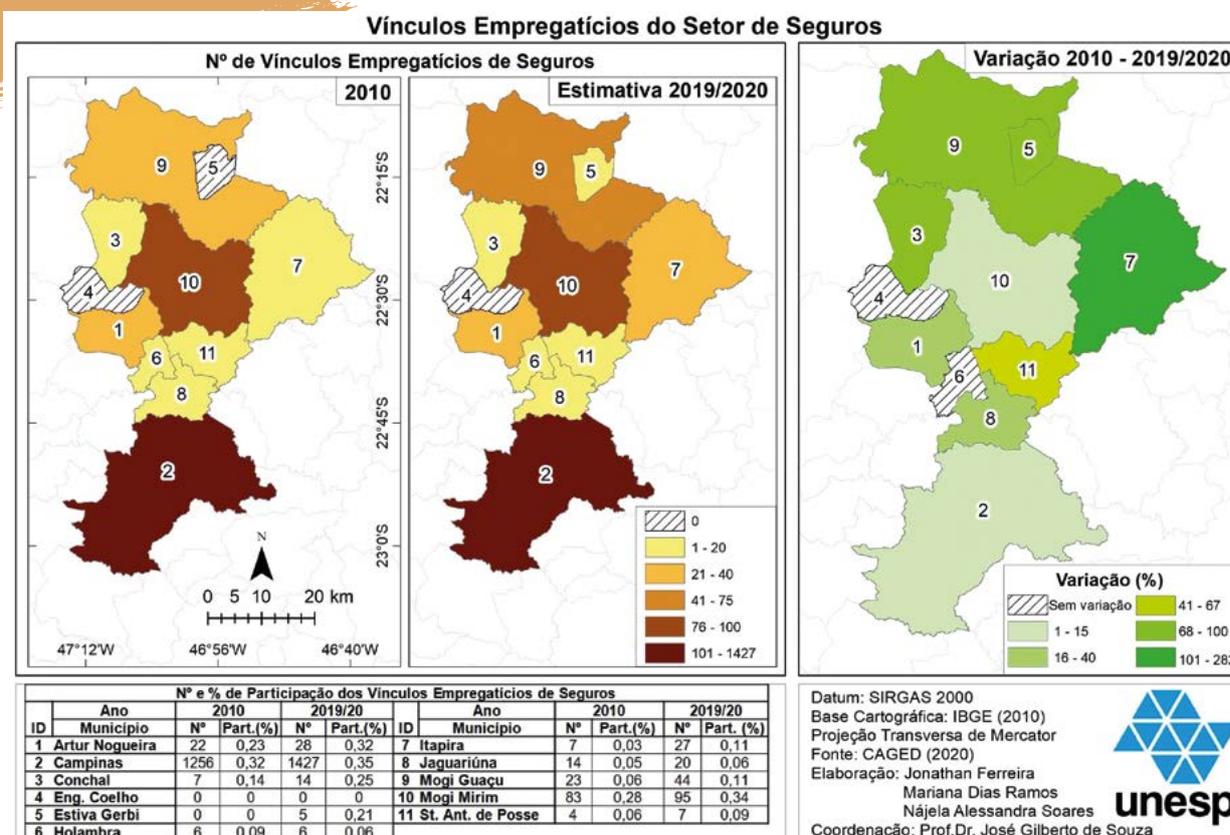
No subsetor de seguros apresentado nos mapas 47 e 48, observa-se que nas duas variáveis de análise há crescimento. Como apontamos anteriormente, este é um setor que apresentou maior nível de lucratividade com o evento da Pandemia Covid-19, decorrente do isolamento social e a redução do número de sinistros. Evidentemente que estes números não são reflexos deste processo, mas de um crescimento da atividade econômica e de um padrão de renda médio, sobretudo até meados da segunda década

que aumento o patrimônio das famílias em bens móveis e imóveis. A concorrência setorial também favoreceu o processo de crescimento, bem como a ampliação do número de serviços de seguros/produtos. De todas as formas ainda que tenha um desempenho positivo é um subsetor que apresenta uma reduzida demanda de força de trabalho, atingindo em média 0,25% do total das ocupações existentes no município. (Mapa 48).

Mapa 47: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Seguros nos municípios. 2010-2019/20



Mapa 48: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Serviços Seguros nos municípios, 2010-2019/20.



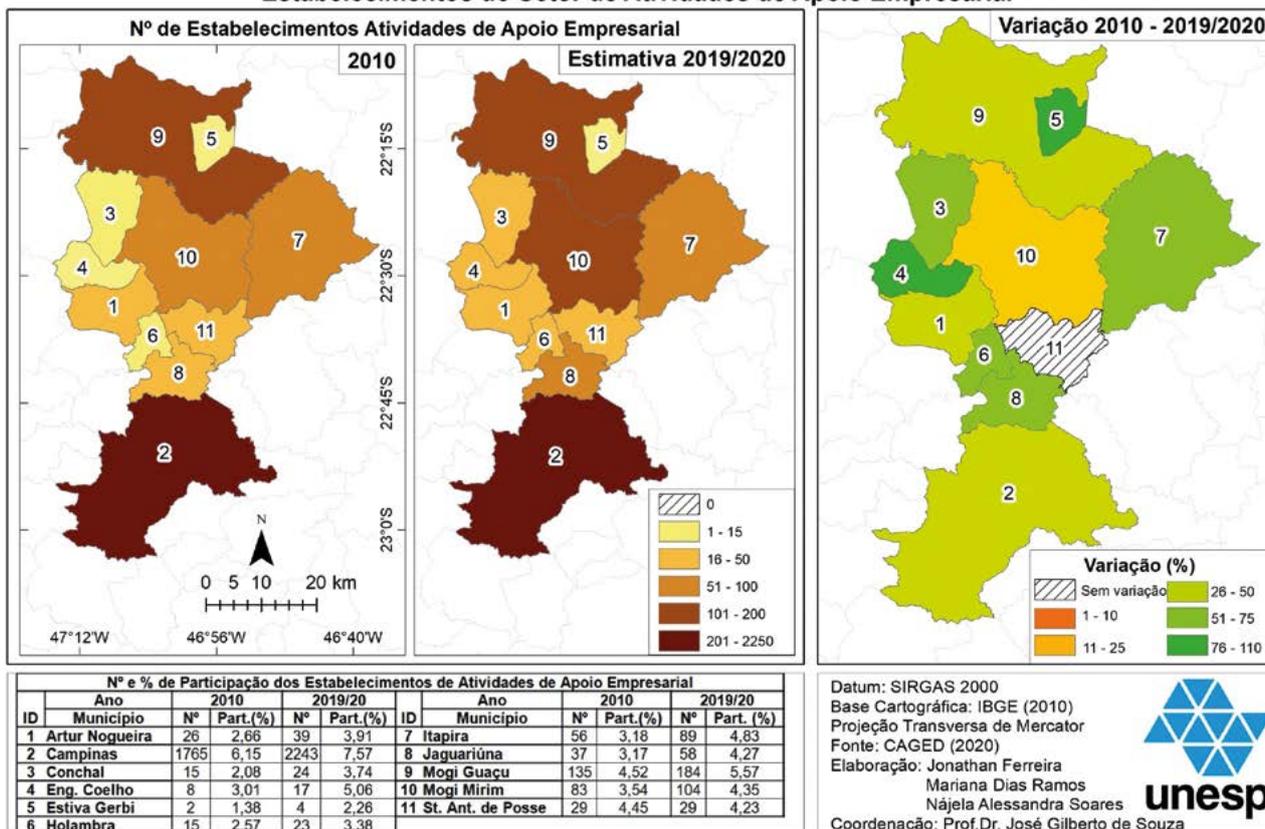
5.20. Serviços – subsetores: Atividades de Apoio Empresarial, Atividades Especializadas e Outros Serviços

Neste item agregamos as Atividades de Apoio Empresarial, que se constituem de serviços de contabilidade, consultoria, advocacia, marketing e até as associações de empresariais. Importante destacar que este subsetor apresenta uma relação direta com o tipo de desenvolvimento e de atuação das próprias empresas que demandam, ampliam e ou reduzem estas atividades considerando que empresas com inserção no comércio nacional, internacional, por exemplo, apresentam níveis de prestação de serviços diferenciados em relação àquelas que atuam em mercados locais e regionais. Assim, quanto maior a abrangência espacial de insumos e mercados,

nacionalizado e ou internacionalizado, seu grau de tecnologia e de inversão financeira do setor empresarial de um município, maior será a demanda quantitativa e qualitativa de atividades de apoio. O que se observa em relação aos Municípios de Campinas, Mogi Guaçu e Mogi Mirim é que estas atividades cresceram em 27%, 39% e 25%, respectivamente. Este tipo de atividade também se reveste em uma análise de equivalência e polarização. O crescimento destas atividades em Mogi Guaçu acaba denotando uma especialização das atividades empresariais e seu suporte para modernização, nesse aspecto é importante destacar não apenas o aspecto quantitativo, mas também qualitativo, ou seja, diversidade de serviços que atinge em Mogi Guaçu, em mais de 15% e em Campinas 64%.

Mapa 49: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Atividades de Apoio Empresarial nos municípios 2010-2019/20.

Estabelecimentos do Setor de Atividades de Apoio Empresarial

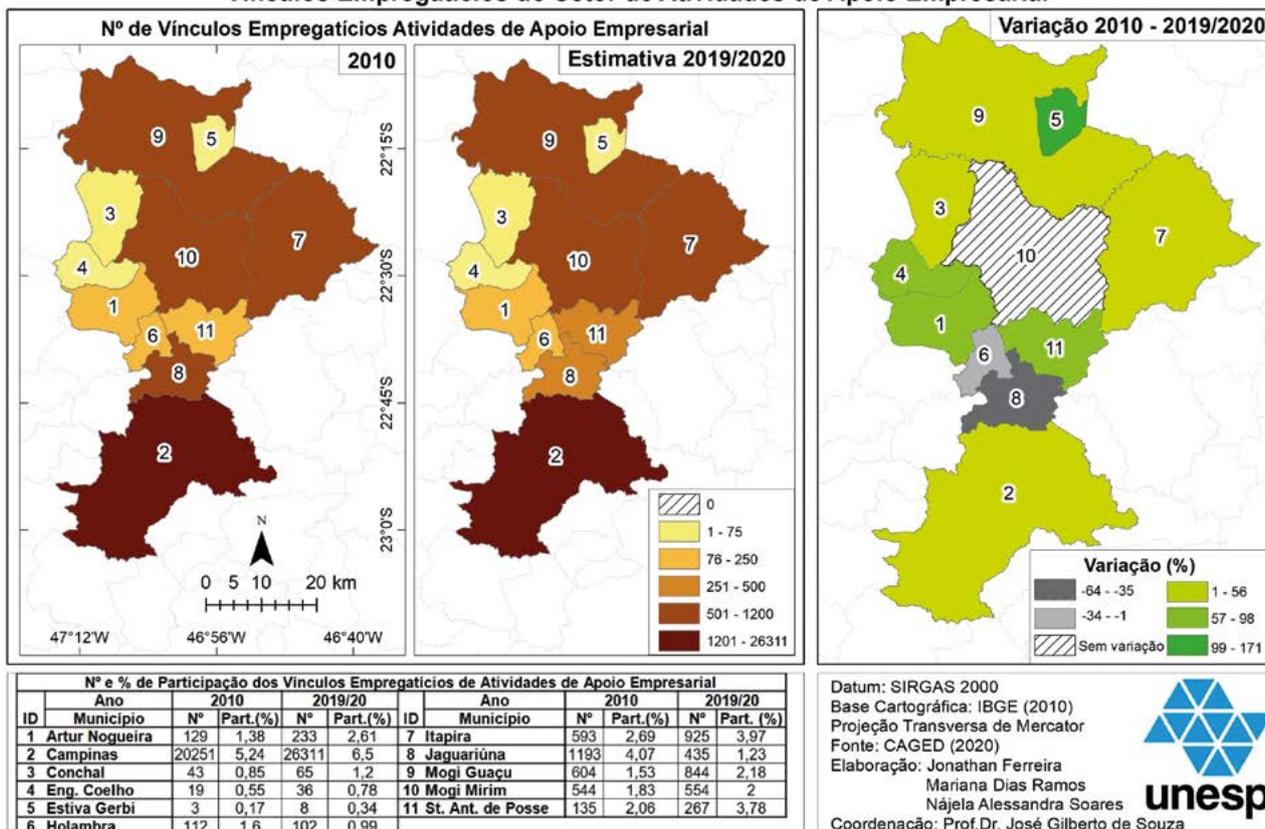


Observa-se no Mapa 50 que no nível de emprego Mogi Mirim apresenta-se estacionado enquanto Mogi Guaçu tem uma inflexão positiva de 39%. Campinas essa inflexão é da ordem de 30%, evidenciando com isso a mudança qualitativa destes serviços. Este subsetor, como salientamos,

é importante indicador de desenvolvimento e de mudança qualitativa do empresariado e se observa que seus níveis de crescimento se estendem para praticamente todos os municípios da região.

Mapa 50: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Atividades de Apoio Empresarial nos municípios, 2010 - 2019/20.

Vínculos Empregatícios do Setor de Atividades de Apoio Empresarial



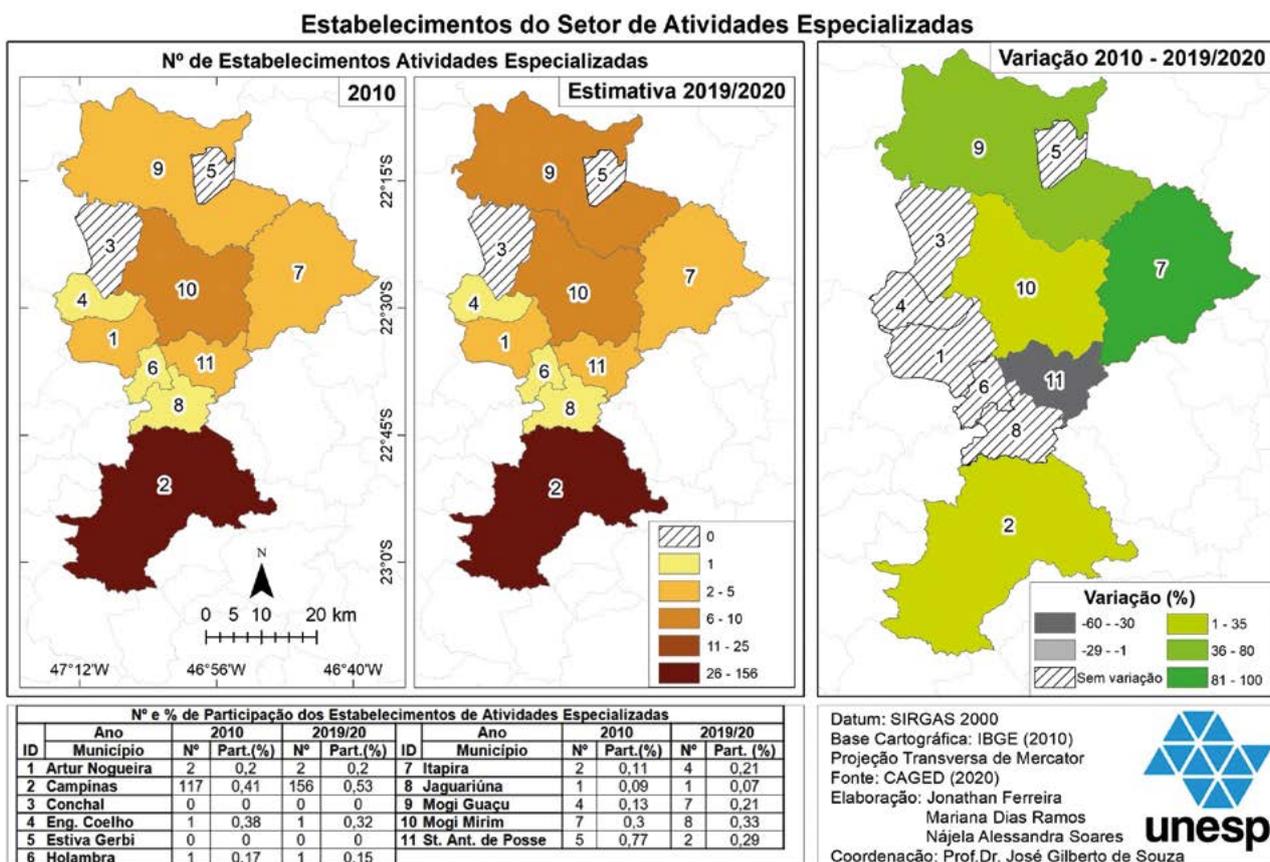
Agregamos o subsetor de atividades especializadas porque entendemos que, tanto quanto o apoio empresarial, elas representam as mudanças de serviços em uma cidade com vistas a determinar seu grau de modernização. Elas estão relacionadas às coletas de resíduos especiais, teleatendimento, despachos aduaneiros, agenciamento marítimo. Algumas destas atividades poderiam estar agregadas em apoio empresarial, mas é importante destacar tanto sua especificidade, quanto o nível de formação demandada e que acaba diferenciando o município no contexto regional (Mapas 51 e 52). Observa-se que neste caso os indicadores

de polarização não favorecem Mogi Guaçu, o que comprova esta oscilação com a posição de município equivalente. Cabe considerar que não se tratam de atividades extremamente impactantes em estabelecimento e empregos, como se pode observar nos mapas que seguem. Por último, neste subgrupo as Outros Serviços, que em verdade se configuram serviços básicos vinculados às atividades domésticas, normalmente de baixa especialização e remuneração costuras, lavanderias, manutenção de eletrodomésticos, entre outras. Nos mapas 53 e 54 estão apresentadas estas atividades e observa-se que sua participação em número de

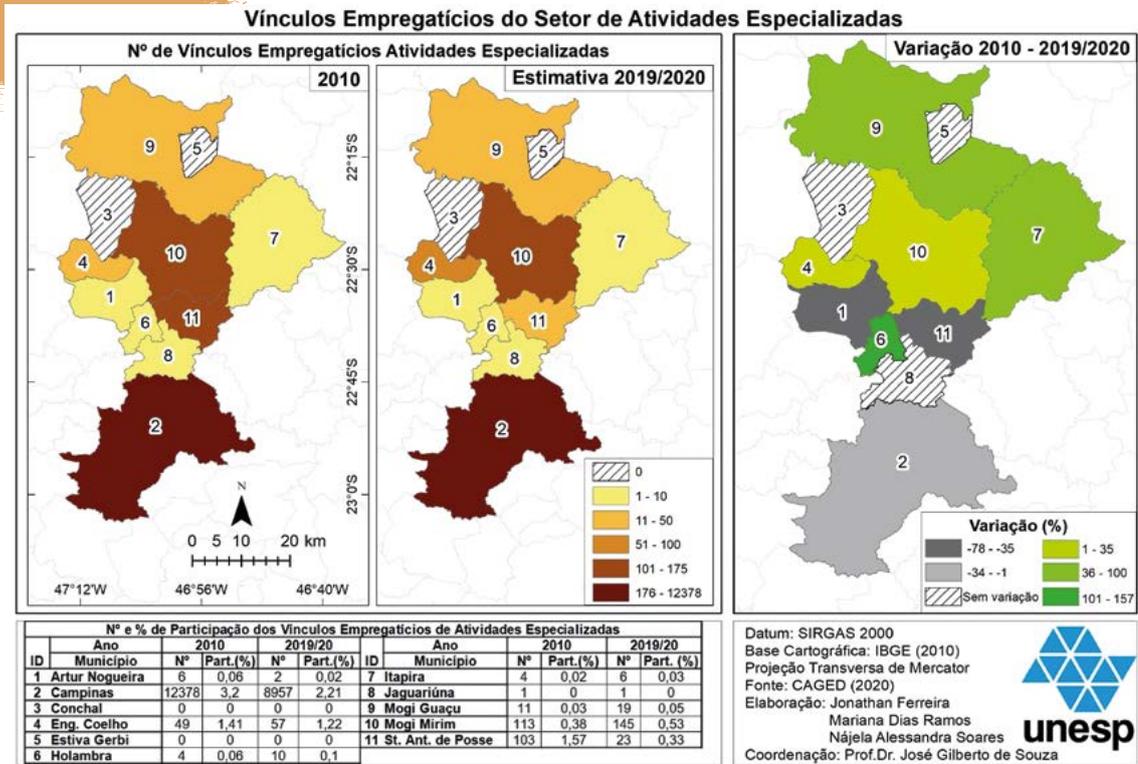
estabelecimento atinge patamares médios de 1,8%, mas no nível de emprego não é expressivo. Este setor é demarcado por um número significativo de autônomos (MEIs), mas também

tem como características a informalidade do emprego, os baixos salários e elevada mortalidade das empresas, considerando inclusive o nível de formação empresarial dos proprietários.

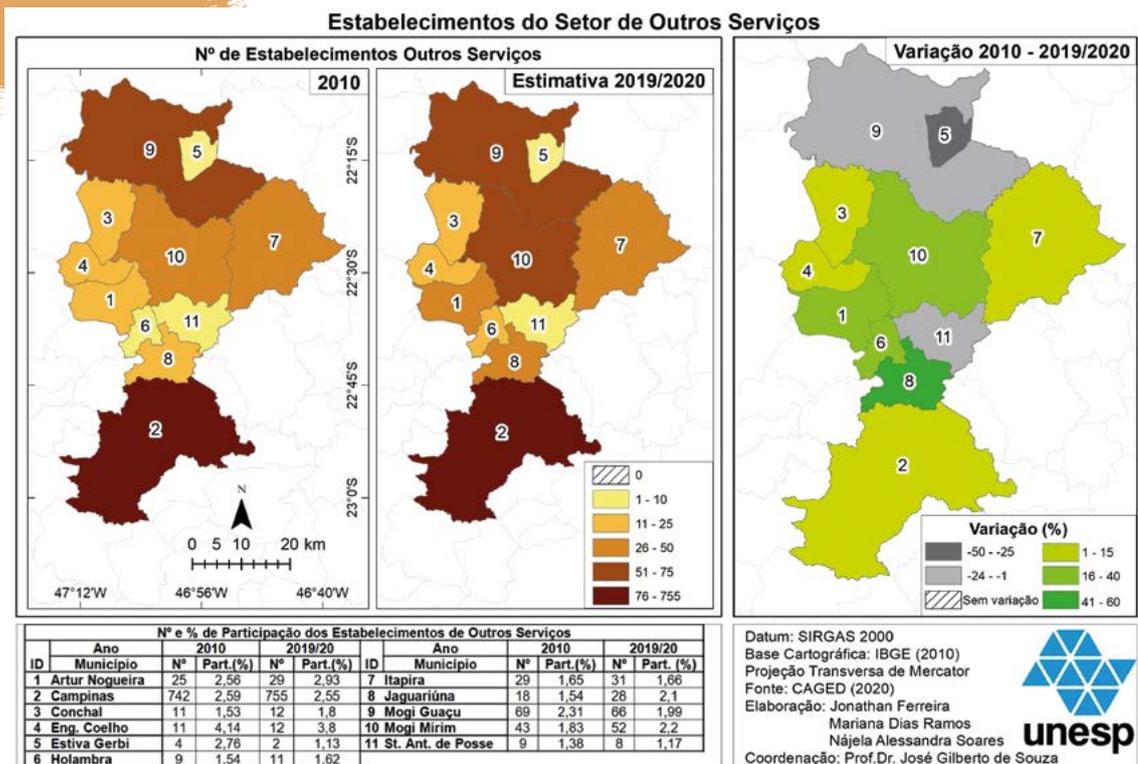
Mapa 51: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Atividades Especializadas nos municípios. 2010-2019/20.



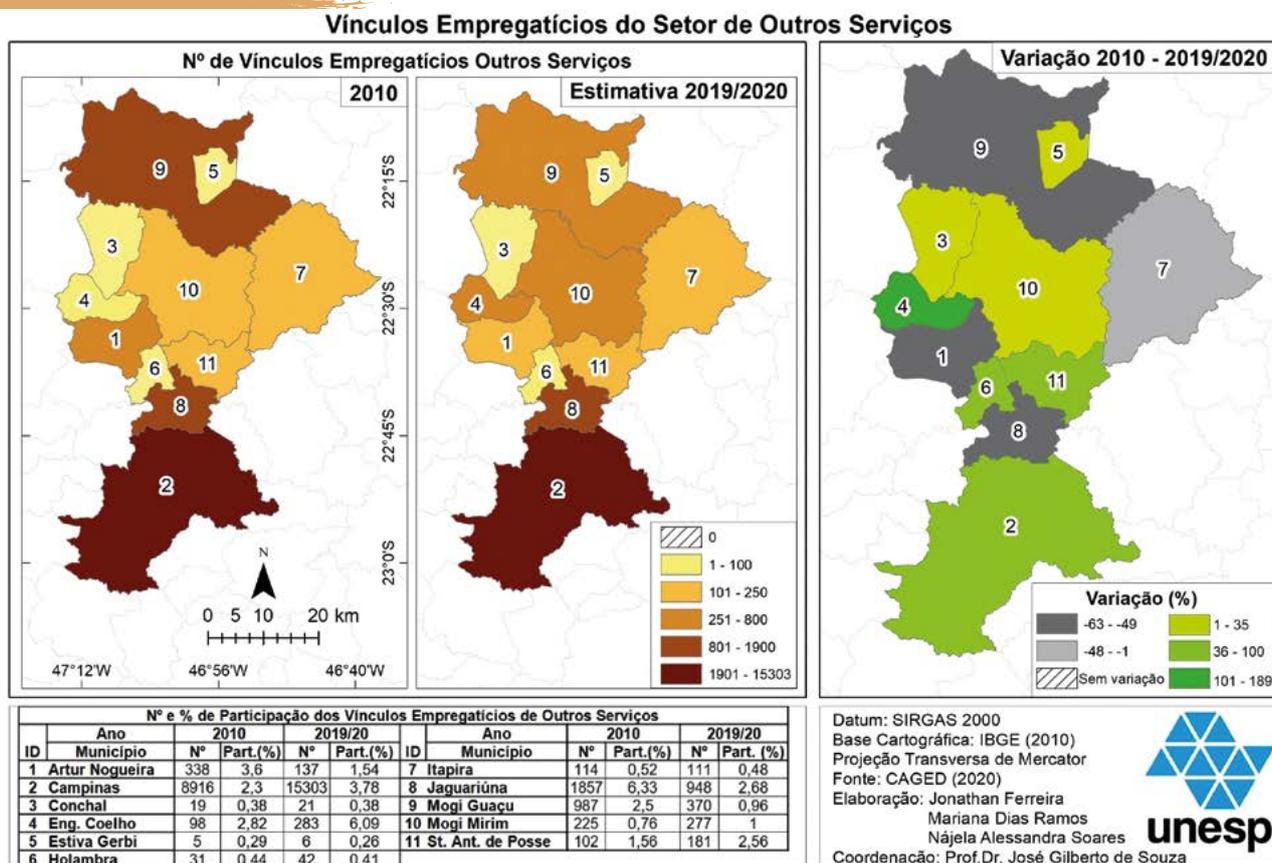
Mapa 52: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Atividades Especializadas nos municípios. 2010-2019/20.



Mapa 53: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Outros Serviços nos municípios. 2010-2019/20.



Mapa 54: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Outros Serviços nos municípios, 2010-2019/20.

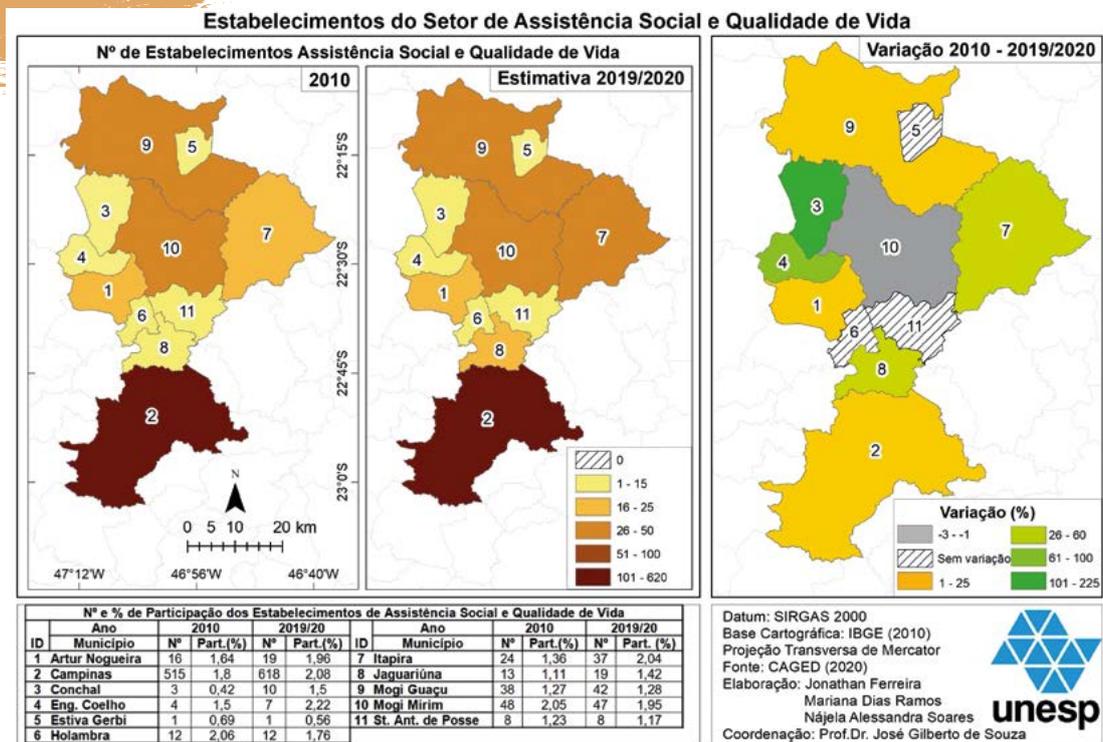


5.21. Serviços – subsetores: Assistência Social e Qualidade de Vida

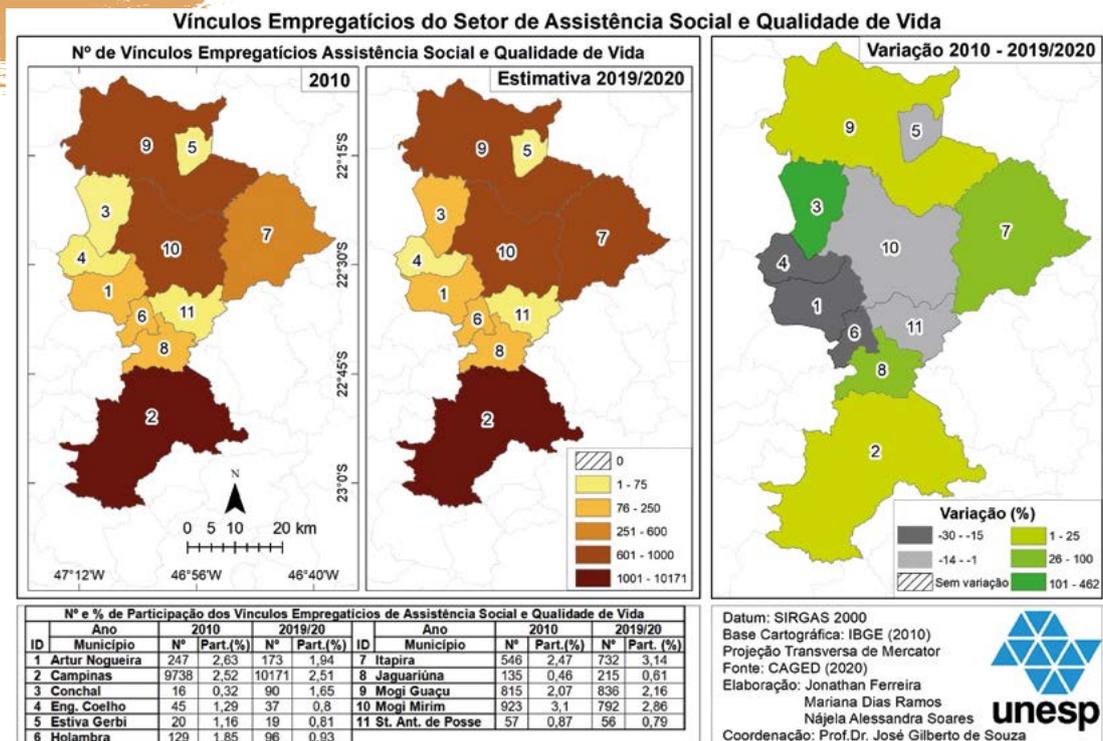
Embora muitos gestores enxerguem esta atividade meramente em seu caráter assistencial, ele apresenta expressividade muito mais significativa que outras atividades no município, em participação e número de estabelecimentos e empregos. Mas, sua importância também se reveste do caráter de proteção social que assume. Estas atividades e entidades assistenciais necessitam passar por processos de modernização para potencializarem suas ações filantrópicas e de desenvolvimento social. As atividades normalmente são vistas com um aspecto de voluntariado, mas que precisam

adquirir modelos e sistemas de gestão mais abertos e eficientes. Decorre que uma política endógena de captação de recursos (IRPF-IRPJ), controle social financeiro (aberto), inovação em gestão e análise de áreas de atuação para evitar a sobreposição (sombreamento de atividades e áreas/pessoas assistidas) em muito pode potencializar a recuperação e a proteção social dos indivíduos. Observa-se nos mapas 49 e 50 que as atividades apresentaram crescimento nesse período em estabelecimento e emprego. Tendo como variação absoluta mais significativa o Município de Mogi Mirim. Ressaltamos que tais atividades podem representar uma rede importante na formação de pessoas, na reinserção social e profissional.

Mapa 55: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Assistência Social e Qualidade de Vida nos municípios. 2010-2019/20



Mapa 56: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Assistência Social e Qualidade de Vida nos municípios. 2010-2019/20.



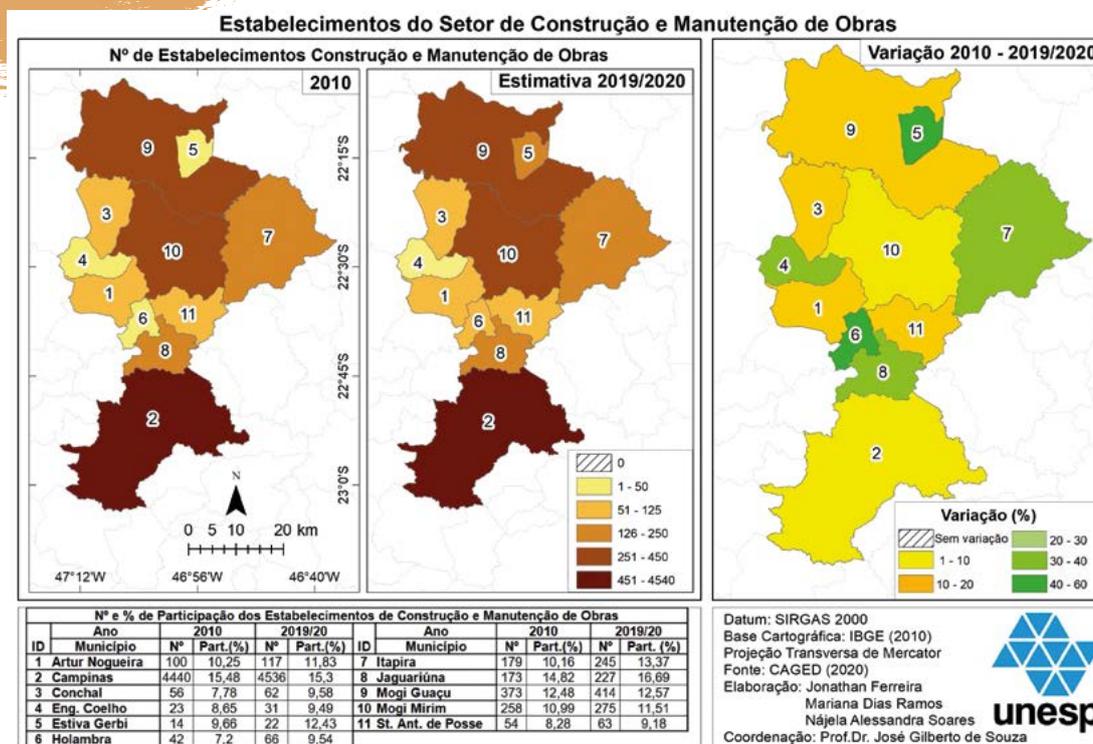
5.22. Construção e Manutenção de Obras

(Concentra todas as atividades relacionadas ao comércio e manutenção de bens imóveis (condomínios, serviços de arquitetura e engenharias).

Tratado como Indústria e ao mesmo tempo como Serviço, o setor da Construção e Manutenção de Obras (imobiliário) é considerado de elevada importância na economia urbana moderna, tendo em vista que seu desenvolvimento tem relação direta com o padrão de especulação fundiária e criação de espaços de moradia mediados pelos setores públicos e privados. Caracteriza-se por um processo de acesso imediato à habitação, mobilizando setores não especializados no mercado de trabalho, mas também em municípios, com patamares de renda em elevação tem suscitado o surgimento de atividades especializadas em de segurança patrimonial, seguros, paisagismo, entre outras. Esta capacidade de alavancar atividades especializadas de serviços (condomínios fechados, vigilância, manutenção eletrônica, comércio, entre outros) tem sido reconhecida e vem alterando o perfil da atividade econômica, que antes era vista apenas pela rapidez de empregabilidade dada a baixa qualificação de

sua mão de obra, um aspecto que tem se alterado. Esta tem sido a trajetória de cidades médias e ou municípios que apresentam padrões de qualidade de vida, condições ambientais e sociais de “bem morar”, que resultam um processo de ocupação e uso do solo em condomínios fechados e condomínios de segunda residência, sobretudo na franja das regiões metropolitanas. Mogi Mirim é efetivamente uma cidade com perfil de agradabilidade para residir e denota uma boa perspectiva de qualidade de vida. Os dados indicam um crescimento de estabelecimentos nesse setor com variação um pouco inferior à média regional, e com números absolutos bem inferiores aos municípios do entorno. Um indicador de potencialidade de crescimento, quando comparado ao total da população, embora por circunstâncias conjunturais o setor vive uma fase de estagnação. No caso particular de Mogi Mirim observa-se que o município passou por um boom imobiliário e encontra-se em uma situação de transição. Uma pequena exceção pode ser apontada, mas na análise espacial do município, será possível identificar esta oferta com o nível de baixa ocupação de algumas áreas condominiais/ loteamentos existentes.

Mapa 57: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Construção e Manutenção de Obras nos municípios 2010-2019/20



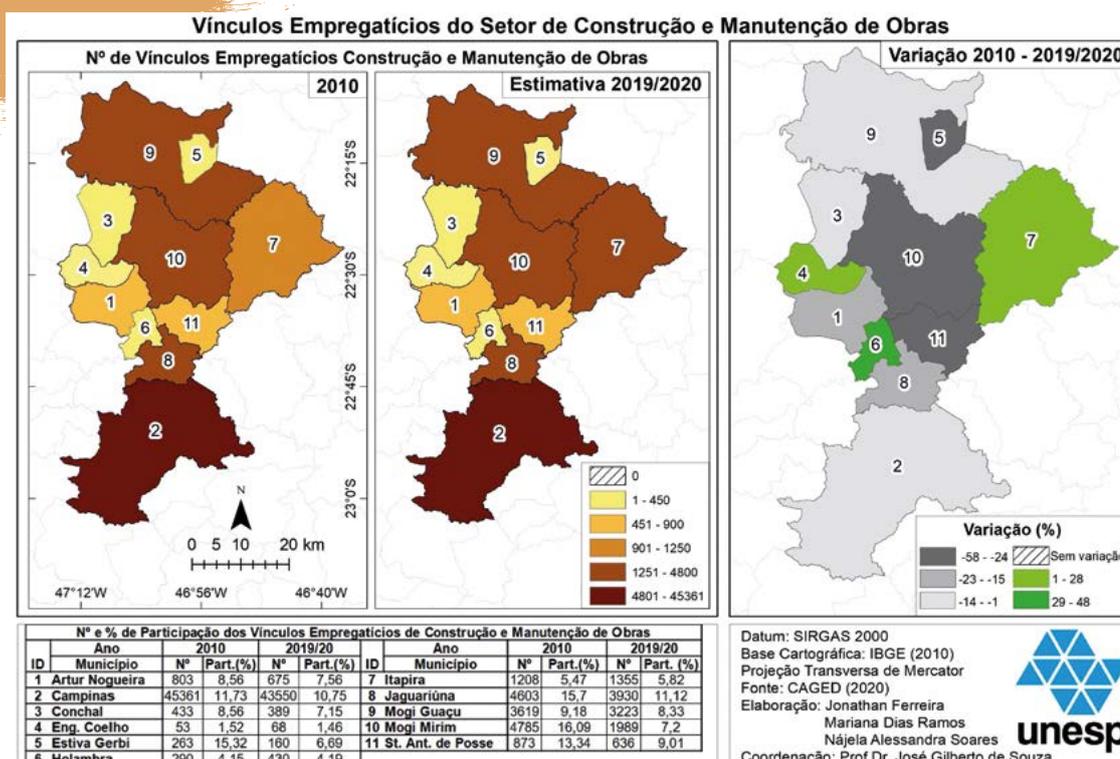
No que se refere ao número de vínculos, observa-se que Mogi Mirim apresentou uma drástica redução do número de empregos no setor. Estes dados com os trabalhos de campo apontaram para uma estratégia do setor empresarial no município e que se coaduna com a oferta excessiva, que realmente fez retrair o setor. No entanto, as reduções destes números também estão associadas ao comportamento de demissão e contratação de MEIs para pedreiros e serventes, resultando nos indicadores apresentados. Cabe destacar que se trata de uma população extremamente fragilizada economicamente, bem como no âmbito dos direitos sociais trabalhistas. Há um histórico de informalidade do setor que é acompanhado com a sazonalidade e rotatividade do emprego, o que resulta em uma vulnerabilidade social, em termos de garantia de previdência.

A importância do setor imobiliário na capacidade de absorção de força de trabalho não qualificada e qualificada, como apontamos anteriormente, sobretudo para municípios com elevada vinculação a setores tradicionais (primário e industrial de baixa tecnificação) e, simultaneamente, a inversão de investimentos de residências de médio e alto padrão coloca-se como mecanismo incorporação da força de trabalho local e de atração de serviços especializados, induzindo a qualificação para outras demandas (elétrica, acabamentos, hidráulica, automação, entre outros), mas a observância de garantia mínima de direitos se reveste em melhoria das condições de sociabilidade e de qualidade de vida para todos os munícipes. No mapa 52 observa-se a importância deste quadro frente a fortíssima redução da oferta de emprego para um grupo social que historicamente tem

dificuldades de inserção no mercado de trabalho em outras atividades econômicas. Neste sentido, traçando um paralelo com o baixo crescimento das atividades de produção primária vegetal, as quedas na produção primária animal e nos

serviços das produções primárias (Mapas 4, 6 e 8, respectivamente), verifica-se que esta população se encontra sem alternativas de empregabilidade o que decorre em inúmeros problemas de ordem social.

Mapa 58: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Construção e Manutenção de Obras nos municípios 2010-2019/20.

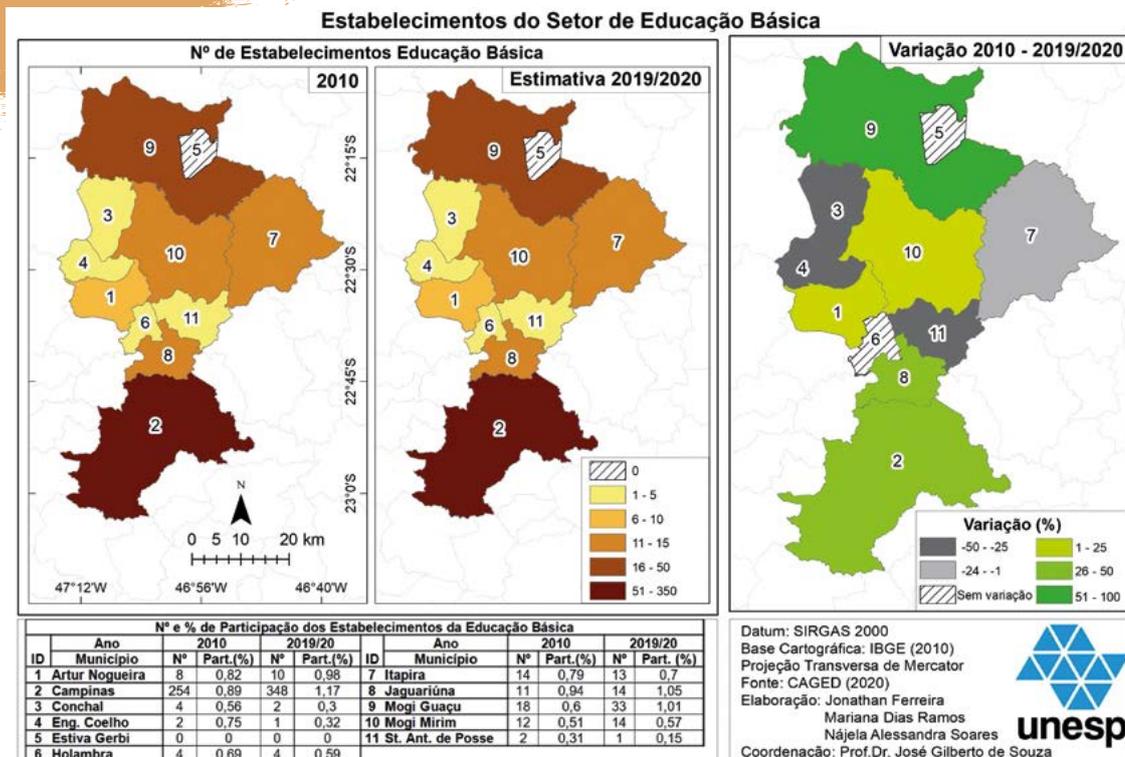


5.23. Setor Educacional – subsetores: Educação Básica; Tecnológica, Superior e P & D, e Outras Atividades (As atividades de ensino formal e complementares)

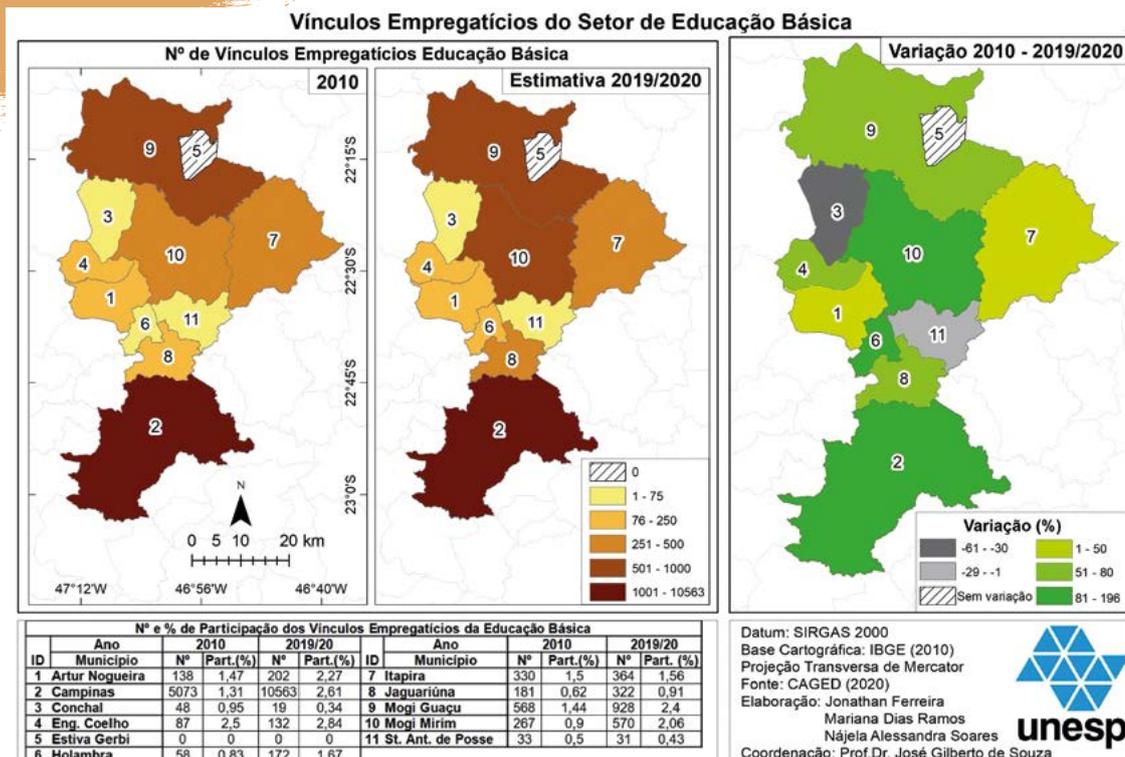
As atividades educacionais efetivamente são consideradas modernas e se configuram em patamares de transferência e atração de renda para os Municípios polarizadores e seu desenvolvimento deve se estabelecer a partir de esforços da iniciativa pública e ou privada. Para este subsetor analisaremos a Educação Básica (Infantil, Fundamental e Médio) e a Educação Tecnológica Superior e Pesquisa

e Desenvolvimento e as Outras Atividades Educacionais, estas últimas relativas aos cursos profissionalizantes, idiomas, entre outros. Observa-se que Mogi Mirim apresenta variação positiva em número de estabelecimentos, mas inferior à média regional e sobretudo em relação aos municípios equivalentes/polarizadores na educação básica. Mesmo em termos de vínculos empregatícios, o município apresenta uma variação significativa em números relativos, mas bem inferior quando comparados em números absolutos (Mapas 59 e 60). Em números absolutos, representa menos de 40% do total de vínculos de Mogi Guaçu.

Mapa 59: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Educação Básica nos municípios. 2010-2019/20.



Mapa 60: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Educação Básica nos municípios. 2010-2019/20.

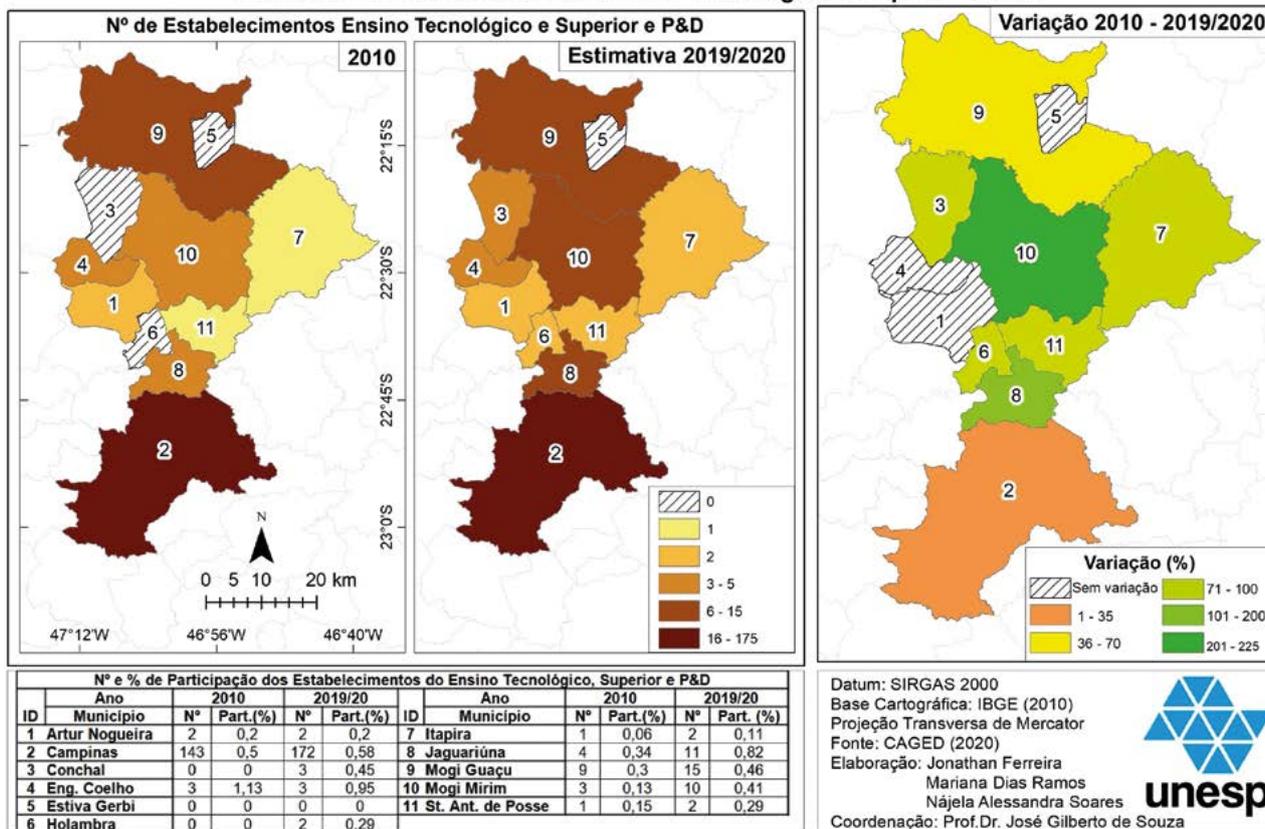


No ensino tecnológico, superior e pesquisa e desenvolvimento o município de Mogi Mirim apresenta um crescimento importante em estabelecimentos (Mapa 61) e em número de empregos, mas inferiores aos municípios de Mogi Guaçu e Jaguariúna, apresentando, nestes casos, o número de empregos representa 38% e 17% destes municípios, respectivamente (Mapa

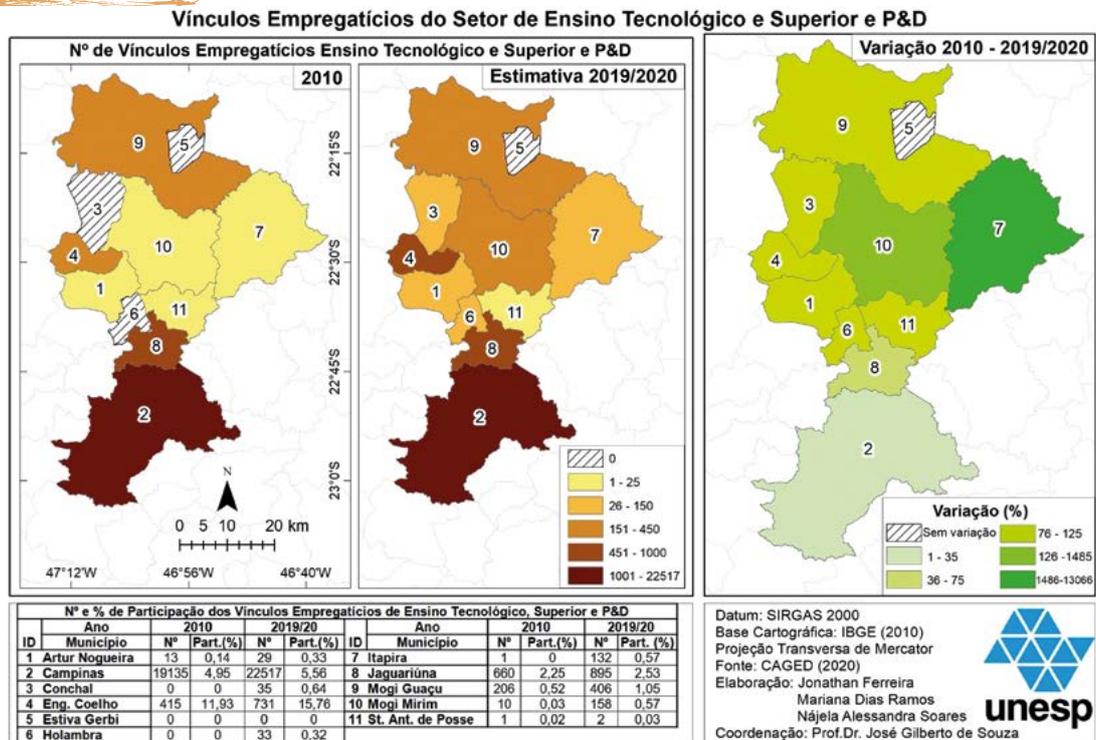
62). Na análise de outras atividades educacionais (Mapas 63 e 64), o município apresenta dados positivos em estabelecimentos e emprego. Mas, esse subsetor reúne em média 0,8 de participação no emprego, enquanto os outros dois subsetores atingem percentuais de 2,3% de participação relativa.

Mapa 61: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Ensino Tecnológico, Superior e Pesquisa e Desenvolvimento. 2010-2019/20.

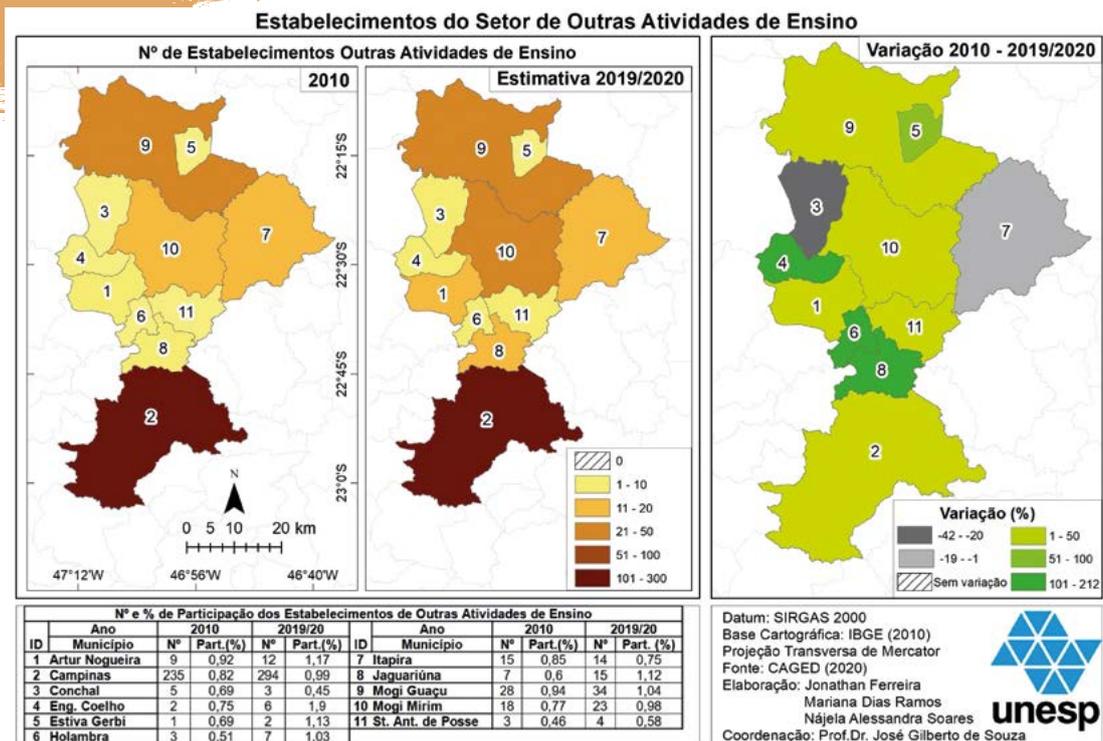
Estabelecimentos do Setor de Ensino Tecnológico e Superior e P&D



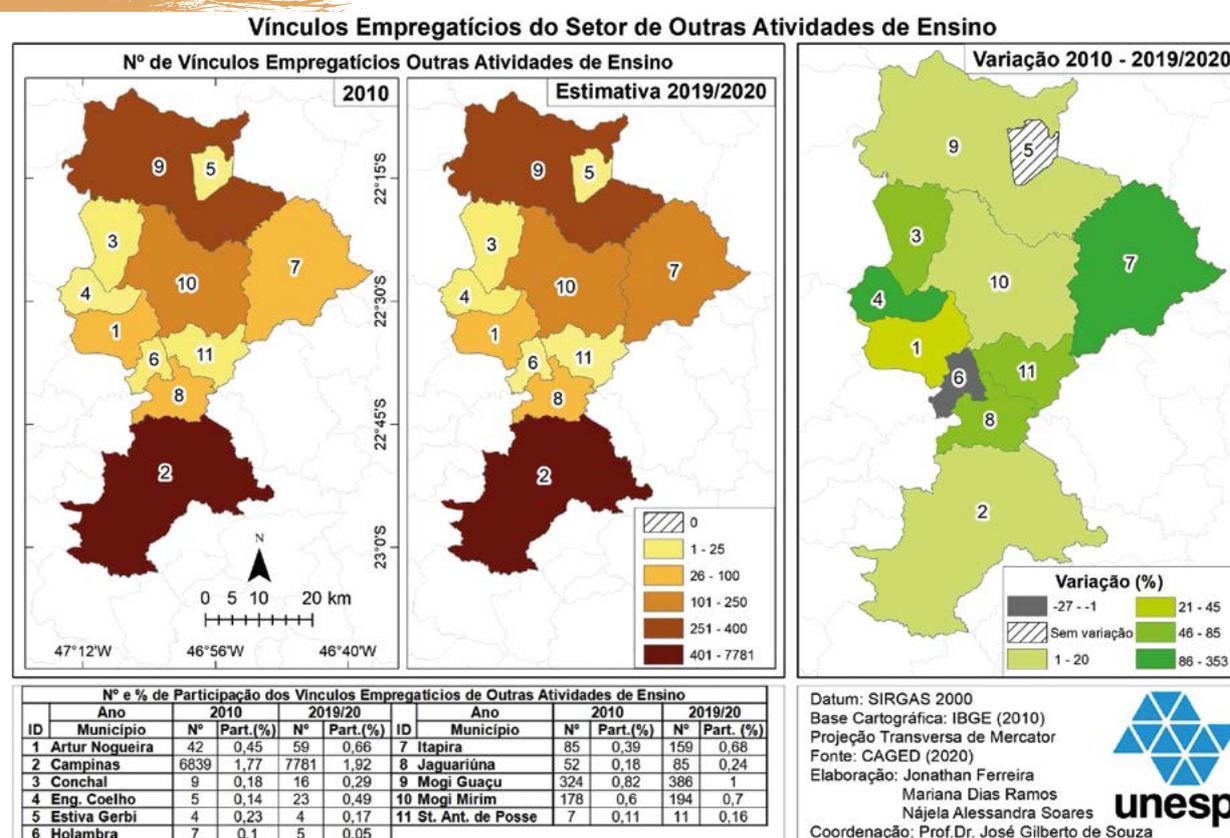
Mapa 62: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Ensino Tecnológico, Superior e Pesquisa e Desenvolvimento nos municípios. 2010-2019/20.



Mapa 63: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Outras Atividades de Ensino nos municípios. 2010-2019/20.



Mapa 64: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Outras Atividades de Ensino nos municípios 2010-2019/20.

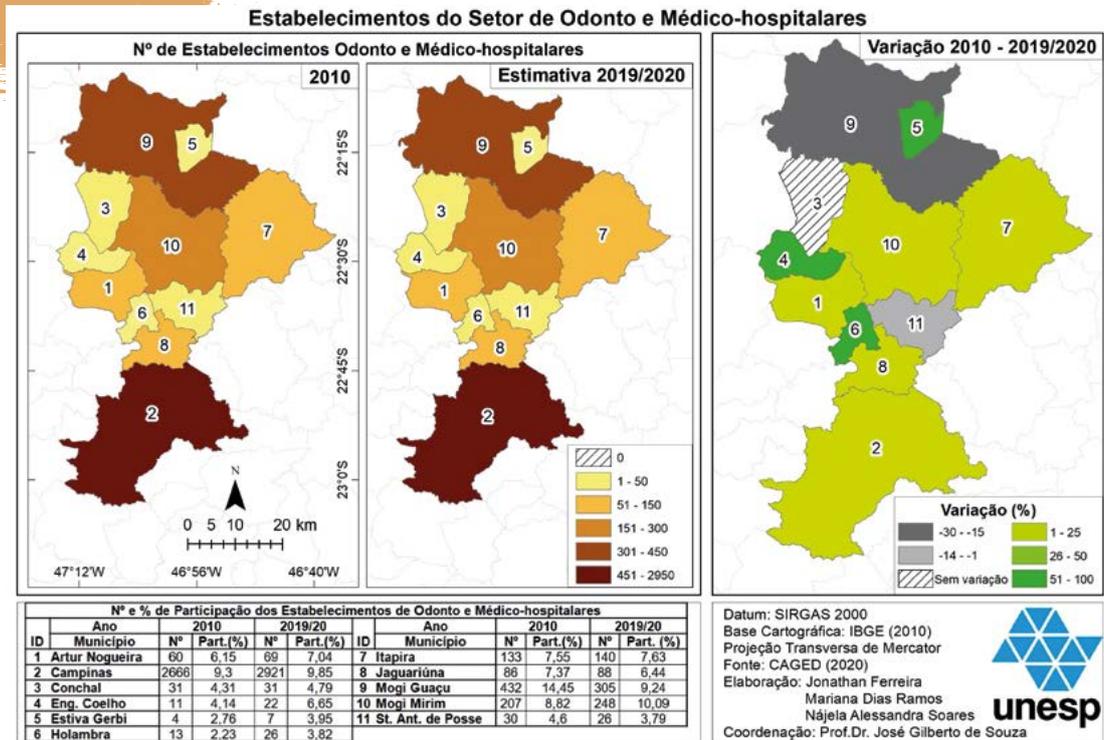


5.24. Setor Odonto e Médico-hospitalar

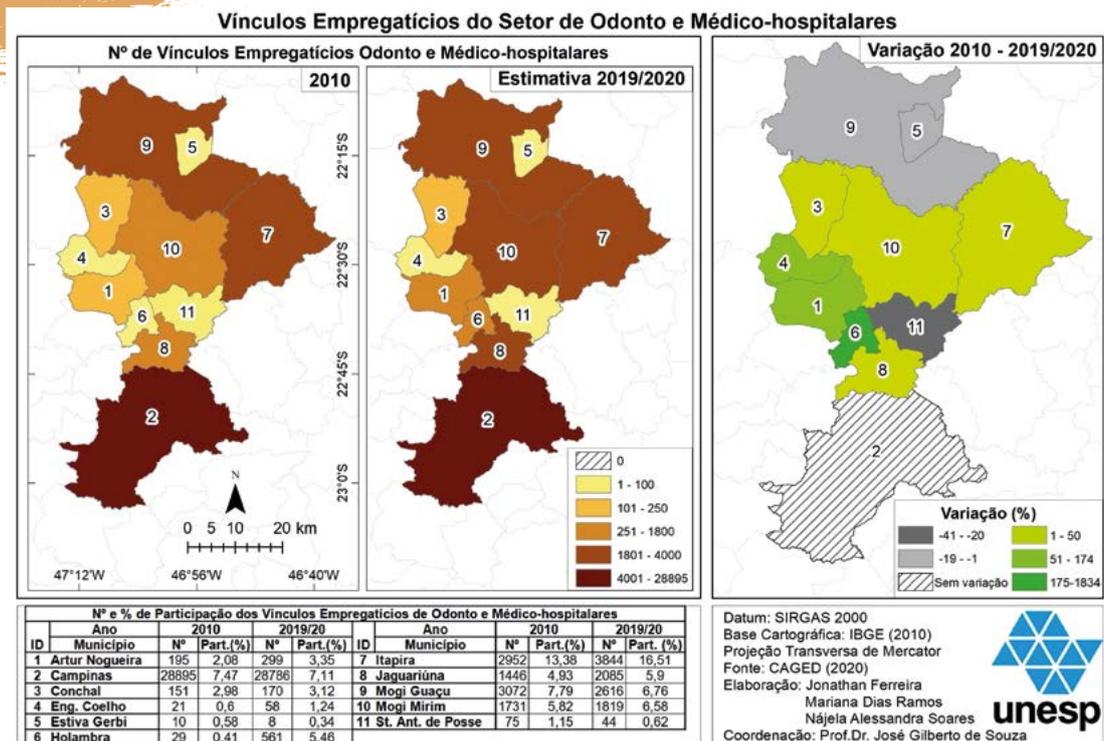
Juntamente com as atividades do ramo imobiliário (Construção e Manutenção de Obras), turismo e educação, o Setor Odonto e Médico-hospitalar se enquadra nas atividades modernas da economia urbana e sua capacidade atração e ou transferência de renda também será objeto de análise detalhada. Destaca-se que este setor tem elevada dependência da ação do setor público e das articulações internas aos serviços e especialidades médicas que têm por característica a elevada concentração e atuação corporativa. De as formas observa-se que Mogi Mirim apresenta crescimento de estabelecimentos em relação aos municípios do entorno, e em termos

absolutos seu crescimento é inferior apenas em relação à sede metropolitana. No que tange ao número de emprego Mogi Mirim mantém uma variação positiva. Este dado é de elevada significância considerando a oportunidade de desenvolvimento das atividades médicas e ampliação de serviços e especialidades, gerando rebatimentos em outras atividades econômicas mogimirianas, tais como o comércio e hotelaria, por exemplo. Em geral a taxa de crescimento de empregos é muito homogênea, o que não indica a polarização de Mogi Mirim (sub-regional), por sua vez, a análise qualitativa poderá apontar distinções mais significativas entre os municípios.

Mapa 65: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Odonto e Médico-hospitalares. 2010-2019/20.



Mapa 66: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Odonto e Médico-hospitalares nos municípios. 2010-2019/20.



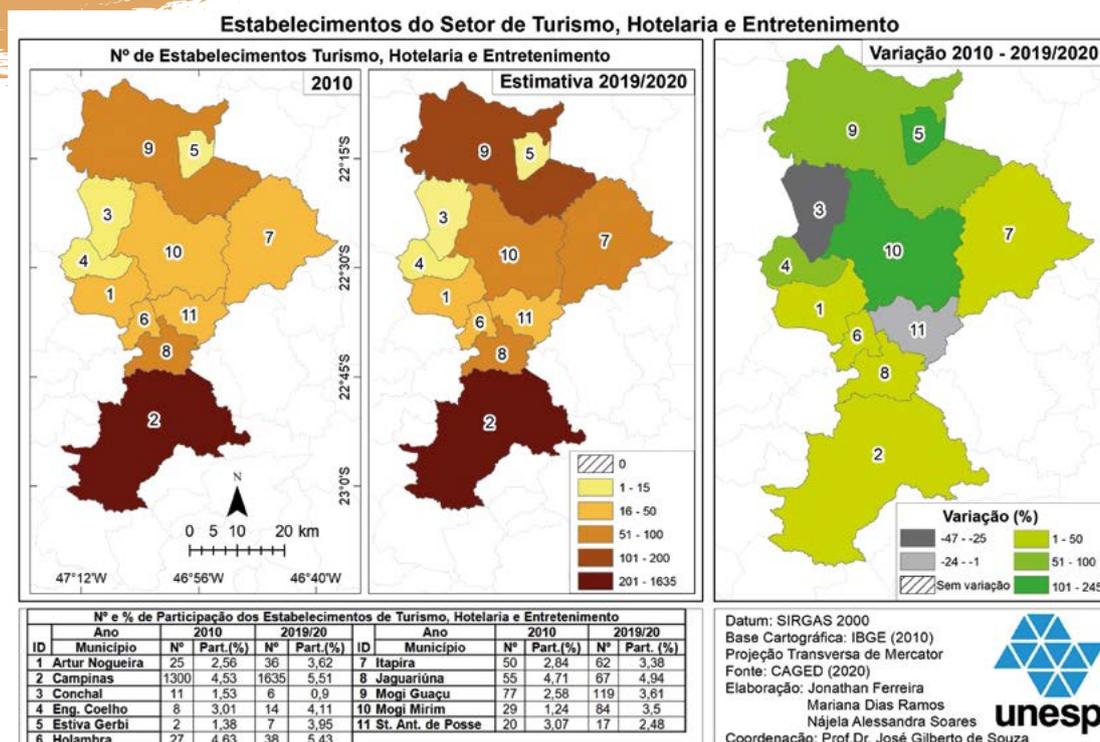
5.25. Setor Turismo, Hotelaria e Entretenimento

(Atividades receptivas, alimentos, acomodação, lazer e entretenimento)

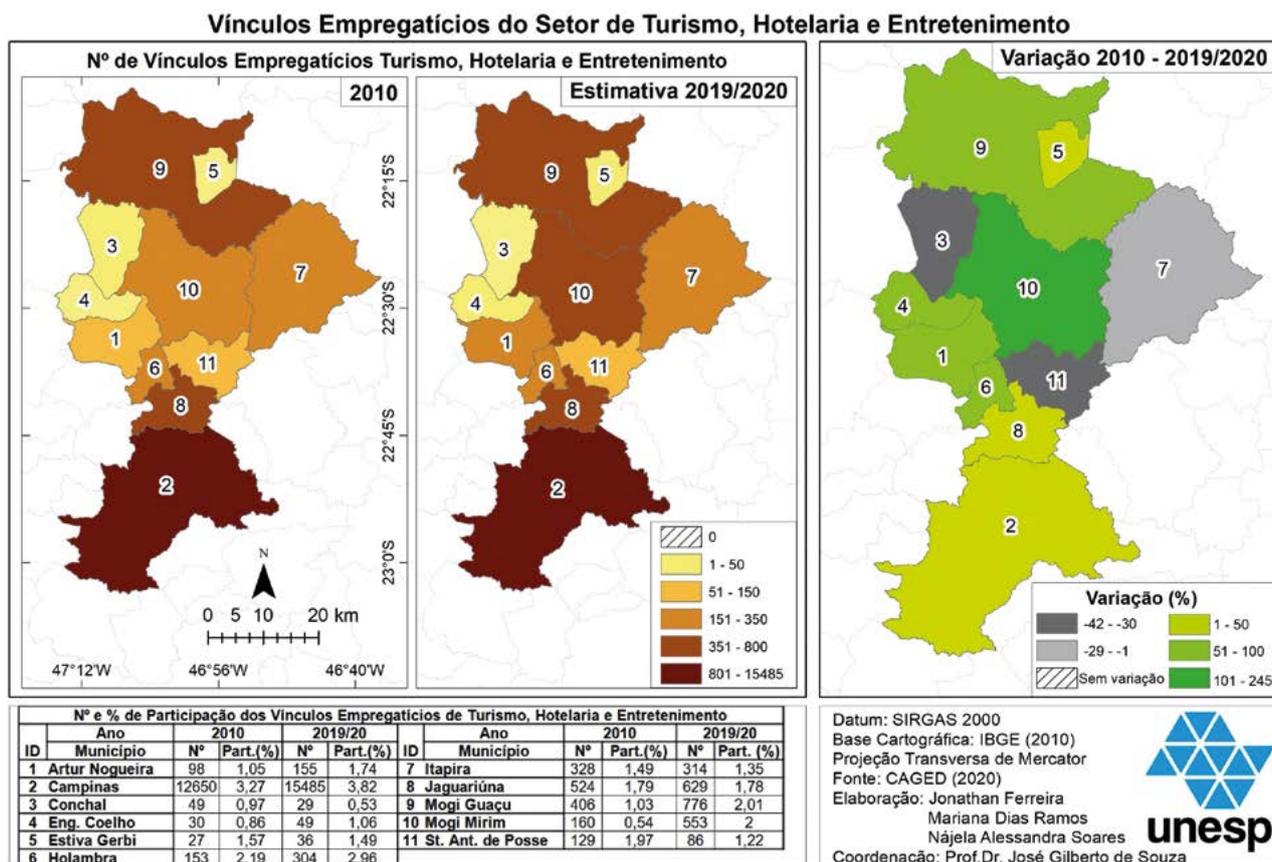
O Turismo, representado aqui juntamente com os serviços de hotelaria, lazer e entretenimentos, como destacamos, integra as atividades econômicas modernas, juntamente com Educacional, Médico Hospitalar e Serviços Imobiliários. Observa-se que o município de Mogi Mirim tem uma variação bem superior à média regional nestas atividades, ainda que em estabelecimentos, quanto em empregos, sobretudo neste último, apresenta números absolutos inferiores em relação a Mogi Guaçu e Jaguariúna, este último principalmente a proximidade à região metropolitana e as atividades de rodeios e eventos. Na proposta de

desenvolvimento econômico devemos enfatizar a grande potencialidade deste setor, mas que demanda análise específica e planejamento de ação. O município já denota uma importância em número de estabelecimentos e vínculos, mas pode alterar sua trajetória de crescimento, diante do acervo histórico, dos bens patrimoniais e naturais que apresenta. Por sua vez, verifica-se que o turismo de eventos e de negócios pode ser um ambiente econômico a ser explorado. Este é um setor que demanda análises pontuais de suas potencialidades. A expressividade regional de Campinas, por exemplo, está determinada pelo que denominamos de Turismo de Negócios. Por sua vez, o potencial de Mogi Mirim, pode ser inscrever nesse nicho, com várias potencialidades: eventos, lazer, histórico-pedagógico, gastronômico e rural.

Mapa 67: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Turismo, Hotelaria e Entretenimento nos municípios. 2010-2019/2020



Mapa 68: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Turismo, Hotelaria e Entretenimento nos municípios. 2010-2019/2020.

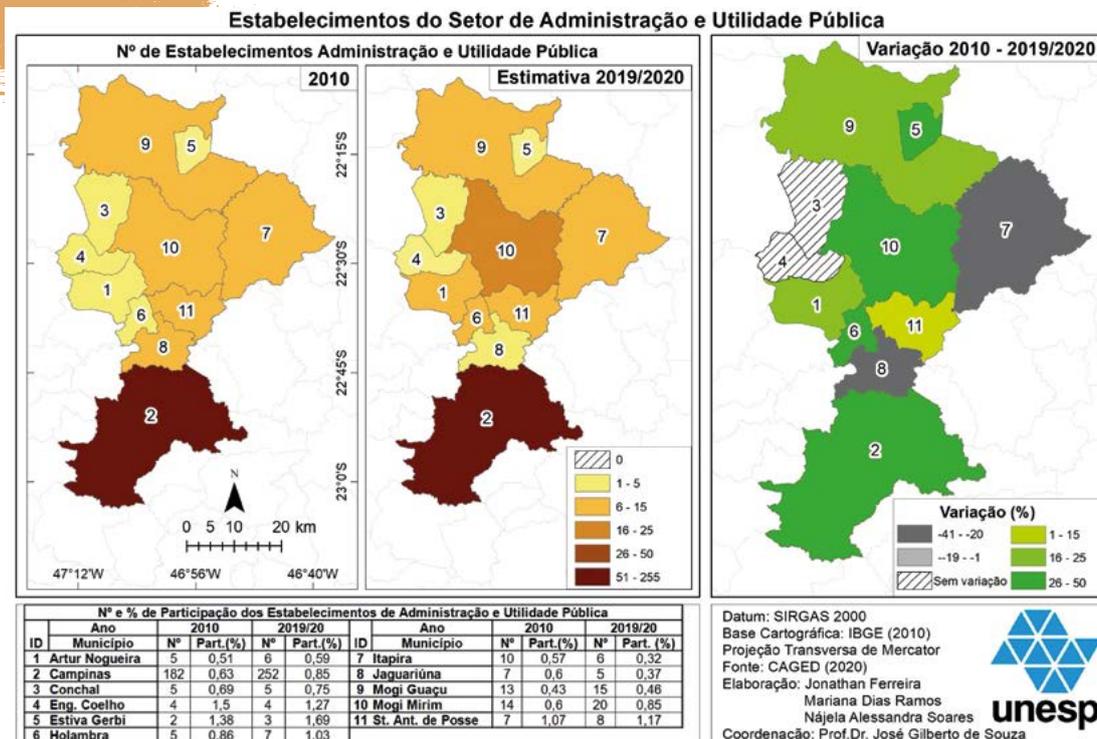


5.26. Setor Administração e Utilidade Pública

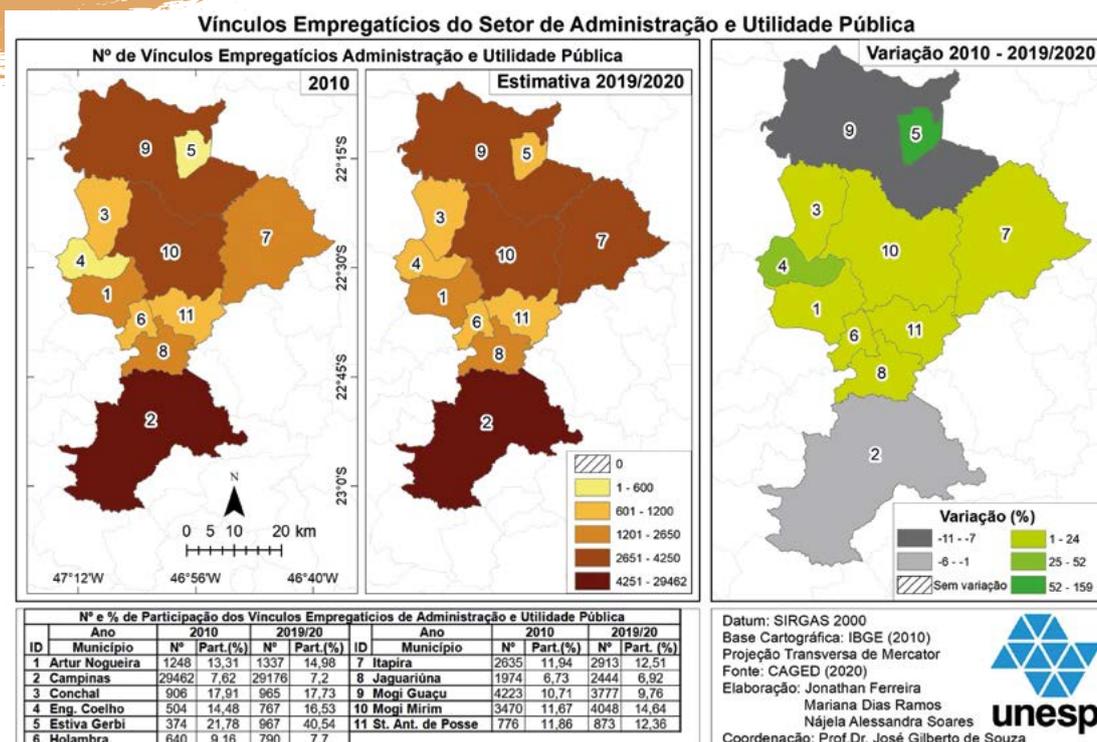
Embora seja nossa última análise setorial, as atividades de Administração e Utilidade Pública são extremamente importantes no desenvolvimento do município, sobretudo em cidades proto-médias, na qual se classifica Mogi Mirim. Quando agregamos todos os setores da economia e analisamos sua participação, observamos que este setor no município de Campinas apresenta a terceira posição em número de vínculos empregatícios, a segunda posição em Mogi-Guaçu, mas muito próxima da primeira atividade que é um dos subsetores

comerciais e no caso de Mogi Mirim, trata-se da primeira atividade. Devendo apontar que este setor representa em média os melhores padrões salariais e de maior estabilidade econômica de consumo e renda. Esses fatores são essenciais para demarcar a importância de administrações eficientes e da ampliação de atendimento da população, considerando sua capacidade de influenciar positivamente os demais setores da economia. Observa-se no mapa 69, a variação positiva que se estabelece em estabelecimentos, acompanhando os patamares do município sede metropolitano.

Mapa 69: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Administração e Utilidade Pública nos municípios. 2010-2019/20.



Mapa 70: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Administração e Utilidade Pública nos municípios. 2010-2019/20.



No que se refere ao emprego apresenta, juntamente com outros municípios do eixo central da região um desempenho positivo, mas em números absolutos se trata da variação, com o aumento de mais de 570 postos de trabalho (Jaguariúna +470). Superando em números totais os postos de Mogi Guaçu. Estes dados,

pelos motivos apresentados anteriormente (salários, estabilidade de renda/consumo) são muito satisfatórios, principalmente quando as análises pontuais de desempenho de eficiência da administração pública são também satisfatórias, como podemos observar no Gráfico 01, do Índice FIRJAM de Gestão Fiscal (IFGF).

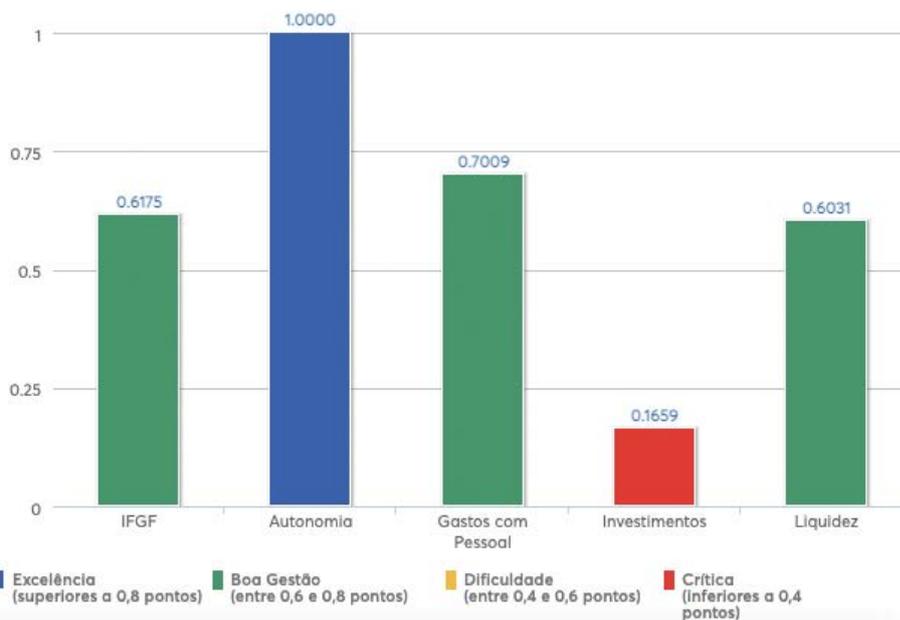
Gráfico 01: Moji Mirim (SP) - Índice FIRJAM de Gestão Fiscal (2018).

Moji Mirim - SP (Ano 2018): IFGF 0.6175

IFGF E INDICADORES

MOJI MIRIM - SP (2018)

IFGF E COMPONENTES



—

Agricultura

—

Agricultura

Prof. Dr. José Gilberto de Souza¹

Os aspectos a serem analisados sobre a agricultura são de caráter mais estrutural devendo ser pautadas estratégias específicas considerando a heterogeneidade social, tecnológica e produtiva do setor.

Esta atividade econômica sempre apresentou na trajetória histórica do Município de Mogi Mirim e que, ainda reúne elementos significativos, diante a possibilidade de seu desenvolvimento, sobretudo no que diz respeito à diversificação técnico-produtiva, frente a capacidade de consolidar-se em um cinturão verde de produção de alimentos e frutas na franja metropolitana.

Trata-se de uma atividade que no conjunto da análise de seus subsetores (produção primária vegetal, produção primária animal e serviços da produção primária), atingem o percentual de participação de 12,56 em estabelecimentos e 9,15% no emprego. O fato de se tratar de uma atividade tradicional da economia e que tenha apresentado inflexões negativas em estabelecimentos pode ter relação com processos de oligopolização setorial pelos quais passa a agricultura e que pode se coadunar, com as análises sobre a forma de uso da terra (matriz produtiva). No caso do emprego podemos afirmar que nos deparamos com uma situação de estabilidade nos três subsetores, com uma pequena tendência de alta de aproximadamente 7% no número de empregos. O que indica que esta atividade deve ser observada com atenção em termos de estratégias de desenvolvimento e de alteração de sua atuação na base econômica municipal. Considera-se que a atividade agrícola pode alavancar suas potencialidades integradoras com os setores de Turismo e Educação, como exemplos, com as políticas de abastecimento e segurança alimentar, demanda institucional, entre outros fatores importantes que a agricultura (lavouras e produção animal) possa reunir.

Nesse sentido, a análise do setor Agropecuário é um exemplo concreto do dinamismo interno que o Projeto Mogi Mirim nos Trilhos do Desenvolvimento deve produzir no interior das relações sociais, econômicas, políticas e culturais da sociedade. Uma proposta de desenvolvimento apenas se consolida como proposição de resolução de problemas, quando ocorre mudança no nível de interesse, capacidade, conhecimento e

¹ Geógrafo, Professor Associado do Departamento de Geografia. Coordenador do LAPP – Laboratório de Análise Espacial em Políticas Públicas do Centro de Análise e Planejamento Ambiental (CEAPLA) Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP – Campus de Rio Claro. jg.souza@unesp.br

visão de futuro de seus agentes em determinados setores da economia e da sociedade. Neste sentido, a análise decorre exatamente da interação de seguimentos sociais como as FATECS, ETECs e o poder público, vinculando propostas de atuação na Agropecuária, do envolvimento de empresas do setor que comercializam máquinas e implementos e que realizam assistência técnica, da mobilização dos agentes produtivos do campo, proprietários e produtores rurais, dos assentados, que passam a interagir por meio de atividades individuais e ou associativas e cooperativas.

Este último segmento, agentes produtivos do campo, o qual dividimos entre produtores e proprietários, se estabelece porque o avanço do setor sucroenergético tem alterado o que denominamos de ethos do sujeito social na agricultura. De uma forma mais didática compreende-se que aqueles agentes que arrendam a totalidade ou quase todas as suas terras a este setor, por exemplo, reduzindo a função de suas terras à condição de espaço de moradia e ou de lazer familiar, deixam de ser agricultores e passam a ser especuladores da renda, rentistas, alterando sua função e importância na agricultura e permitindo, em grande, parte a redução da diversidade econômica, da oferta de produtos agrícolas e, sobretudo, a diversidade ambiental.

Este último, a redução da diversidade ambiental, com consequências gravíssimas à produção das águas, da manutenção das áreas verdes, do equilíbrio ambiental do município e região que podem e devem ser considerados como patrimônios importantes para atividades do turismo e do setor imobiliário.

O setor agropecuário em Mogi Mirim

A agropecuária responde por uma parte do Setor

Primário da Economia, este que se designa a partir das atividades produtivas (agricultura e pecuária) e extrativas (mineral e vegetal). Particularmente, a atividade produtiva agrícola e pecuária é analisada no município a partir de duas estruturas: agrária e agrícola.

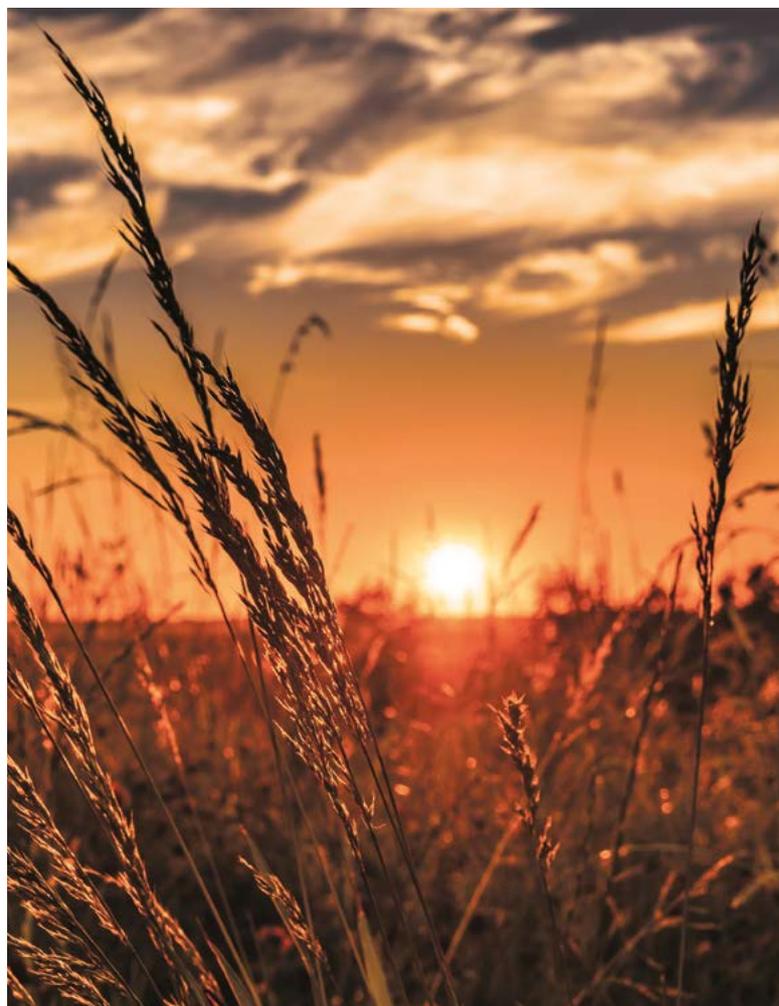


Foto 51: Vista parcial da área rural. Mogi Mirim. 2021.

A estrutura agrária

A estrutura agrária consolida a forma de distribuição da propriedade, da ocupação e acesso a terra e seus desdobramentos (sociais, econômicos, políticos, etc.). No caso de Mogi Mirim a forma de distribuição da propriedade é apresentada nas tabelas 04, 05 e 06 para os períodos de 1995/96, 2007/08 e 2016/17

Tabela 04 - Estrutura Fundiária - Município de Mogi Mirim-SP 1995/96		
Classe de Área (ha)	Nº UPAS	Área Total (ha)
< 1,2	62	80,9
1,2 / 05	127	455,6
05 / 10 ha	233	1763,6
10 / 20 ha	273	3998,6
20 / 50 ha	334	10686,3
50 / 100 ha	103	7199,3
100 / 200 ha	40	5479,8
200 / 500 ha	21	6656,8
500 / 1.000	4	2803,6
> 1.000	2	2273,6
Totais	1.199	41398,1
Fonte: IEA/LUPA:	2018	

Tabela 05 - Estrutura Fundiária - Município de Mogi Mirim-SP 2007/08		
Classe de Área (ha)	Nº UPAS	Área Total (ha)
< 1,2	23	37,7
1,2 / 05	205	748,1
05 / 10 ha	395	748,1
10 / 20 ha	323	3.038,10
20 / 50 ha	355	4.702,10
50 / 100 ha	89	10.922,70
100 / 200 ha	27	6.268,50
200 / 500 ha	24	3.732,90
500 / 1.000	4	7.110,40
> 1.000	3	2.686,00
Totais	1.448	39.994,60
Fonte: IEA/LUPA:	2018	

Tabela 06 - Estrutura Fundiária - Município de Mogi Mirim-SP 2016/17		
Classe de Área (ha)	Nº UPAS	Área Total (ha)
< 1,2	29	42,8
1,2 / 05	265	973,9
05 / 10 ha	457	3.475,80
10 / 20 ha	349	5.011,90
20 / 50 ha	349	10.562,70
50 / 100 ha	88	6.123,30
100 / 200 ha	29	4.104,60
200 / 500 ha	23	6.980,90
500 / 1.000	4	2.784,50
> 1.000	2	2.446,00
Totais	1.595	42506,3
Fonte: IEA/LUPA:	2018	

O município de Mogi Mirim, com base nos dados do Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária (LUPA), realizado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) da Secretaria de Estado da Agricultura de São Paulo, ano 2016/17 reúne 1.595 unidades de produção agropecuária. Ao longo do período de análise observa-se que a estrutura agrária do município passa por uma estrutura de fragmentação espacial. De certa forma há a permanência de um predomínio de 29 proprietários dominam 30% das terras, sendo que estes correspondem a 0,18% do número de estabelecimentos. No entanto, é preciso analisar estes dados não somente na categoria estabelecimento (UPA), pois ela não representa de fato a condição de proprietário, ou seja, um único proprietário pode ter duas ou três UPAs no município, o que agravaria ainda mais a condição de concentração da terra.

Ao realizarmos o cálculo do índice de GINI

(medida de concentração, na qual quanto mais próximo de 1, mais concentrada é a estrutura). CÂMARA (1949) classificou-a a partir da seguinte escala:

Índice de Gini Classificação

0,000 a 0,100 Concentração Nula
 0,101 a 0,250 Concentração nula a Fraca
 0,251 a 0,500 Concentração Fraca a média
 0,501 a 0,700 Concentração Média a Forte
 0,701 a 0,900 Concentração Forte a Muito Forte
 0,901 a 1,000 Concentração Muito Forte a absoluta

Observa-se, na tabela 07, que segundo a Classificação de Câmara (1949), o município apresenta um índice de 0,511, ou seja, de **Concentração Média**.

Tabela 07- Índice de Gini - Município de Mogi Mirim - SP. 2016/17

Classe de Área (ha)	Nº UPAS	Área Total (ha)	Yi	Yi + Yi	Xi(Y1-i+Yi)
< 05 ha	294	1016,7	1016,7	1016,7	1033678,9
05 / 10 ha	457	3475,8	4492,5	5509,2	2517718,1
10 / 20 ha	349	5011,9	9504,4	15013,6	5239753,4
20 / 50 ha	349	10562,7	20067,1	35080,7	12243153,8
50 / 100 ha	88	6123,3	26190,4	61271	5391849,8
100 / 200 ha	29	4104,6	30294,9	91565,9	2655412,3
200 / 500 ha	23	6980,9	37275,8	128841,8	2963360,5
500 / 1.000	4	2784,5	40060,3	168902,1	675608,3
> 1.000	2	2446	42506,3	211408,4	422816,8
	1595	42506,3			33143351,8
				GINI Can2003	
	IG=	33143351,83	67797580	0,511	
Classificação de Câmara (1949)					
CÂMARA, L. A concentração da propriedade agrária no Brasil. Boletim Geográfico, Janeiro, v. 7, n. 77, p. 37 - 58, 1949.					

Como ponderamos, esse quadro de concentração pode ainda ser maior, pois os dados efetivos podem ser recalculados a partir do Cadastro de Imóveis Rurais (INCRA) que permite identificar a condição legal das terras: **proprietários**.

Por último, destaca-se que as condições de acesso a terra, portanto, o uso agrícola, podem reunir dados mais complexos do ponto de vista da concentração, uma vez que processos de arrendamento determinam patamares de **domínio e posse** mais restritos, principalmente nas áreas de produção de cana-de-açúcar, que serão analisadas posteriormente¹.

Para além do acesso à terra e a diversidade de

produção, um fator importante na estrutura fundiária refere-se à tributação da propriedade rural. O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), normatizado pela Lei 9.393/96, nos moldes do IPTU, reúne padrão progressivo em relação ao maior tamanho do imóvel e ao menor Grau de Utilização da Terra (% GU), conforme a tabela 08.

A aplicação da Lei do ITR e seu recolhimento determina que 50% do valor seja destinado aos municípios por meio das Transferências Constitucionais (Artigo 159 da Constituição da República Federativa do Brasil).

Tabela 08 – Lei 9.393/96 – Imposto Territorial Rural

Tabela de Aliquotas para Cálculo do Imposto (%)					
Área Total do Imóvel (em hectares)	Grau de Utilização (GU) (%)				
	Até 30	Maior que 30 até 50	Maior que 50 até 65	Maior que 65 até 80	Maior que 80
Até 50	1,00	0,70	0,40	0,20	0,03
Maior que 50 até 200	2,00	1,40	0,80	0,40	0,07
Maior que 200 até 500	3,30	2,30	1,30	0,60	0,10
Maior que 500 até 1.000	4,70	3,30	1,90	0,85	0,15
Maior que 1.000 até 5.000	8,60	6,00	3,40	1,60	0,30
Acima de 5.000	20,00	12,00	6,40	3,00	0,45

No Gráfico 02, apresentamos o comportamento de arrecadação do ITR no município de Mogi Mirim para o período. Ainda no gráfico apresentamos as transferências realizadas ao no ano de 2010 R\$ 576.118,07, e 2020 R\$ 566.014,86². No período observa-se um crescimento na metade da década para posterior declínio.

O comportamento da arrecadação do ITR (suas inflexões positivas e negativas) retrata a trajetória

dos preços de terras. Por se tratar de um imposto declaratório, reflete a percepção do proprietário (subjéctiva) no que diz respeito à rentabilidade da atividade e de certa maneira, o preço e a redução de liquidez da terra no mercado. O valor do ITR pode ser analisado de diversas formas, considerando sua histórica trajetória de objetivos extrafiscais, desde ampliar o grau de utilização da terra, desconcentração, entre outros, até a possibilidade de aumento das receitas públicas

¹ SOUZA, J.G., CASTRO, C. A. . Concentração de terras e evasão fiscal no sucroalcooleiro paulista. In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos 2002, João Pessoa-PB. Anais XIII Encontro Nacional de Geógrafos - Por uma Geografia Nova na construção do Brasil. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002. v. 01.

² Descontada a parcela do FUNDEB. A Medida Provisória foi transformada na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Atualmente, a dedução do FUNDEB é de 20% do valor do imposto arrecadado, refletindo-se, em consequência, no valor do repasse do ITR ao município.

municipais a partir de sua municipalização. Conforme Instrução Normativa (IN) da Receita Federal do Brasil nº 643, de 12 de abril de 2006, os municípios brasileiros podem celebrar convênio com a Secretaria da Receita Federal (SRF), dessa forma, estes seriam beneficiados com 100% do valor de arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR) e seriam responsáveis pela fiscalização do mesmo. Fator importante é que os municípios devem: a) informar os valores de terra nua por hectare (VTN/ha) para fins

de atualização do Sistema de Preços de Terras (SIPT) da RFB; e b) cumprir as metas mínimas de fiscalização definidas pela RFB, observadas as resoluções do Comitê do Imposto Territorial Rural (CGITR). Esta estratégia poderia ser levada a termo pela Administração Municipal, aumentando os valores de transferência e permitindo que o município criasse estratégias de planejamento, elaborando até mesmo um plano diretor de forma mais integrada entre os espaços rurais e os espaços urbanos.



Fonte: Ministério da Fazenda –
Secretaria do Tesouro Nacional, 2018.
* 2018 – Valores agregados até 09/2018.

Outro fator importante do ITR, considerando a possibilidade de sua municipalização é estabelecer critérios extrafiscais, consolidando o ITR Verde, por exemplo, e ou redefinir uma política mais intensiva em benefício dos pequenos e médios proprietários, na comercialização,

na assistência técnica, no beneficiamento e no atendimento às demandas institucionais. Este último aspecto tem significativa importância no aumento da produção, na diversificação produtiva, na geração de emprego e renda, tanto do ponto de vista das iniciativas diretamente

vinculadas ao poder local (Cesta Verde³), bem como aquelas referenciadas pela União nos Mercados Institucionais⁴.

A estrutura Agrícola

A análise da estrutura produtiva se consolida inicialmente pelo padrão de uso da terra, ou seja, pela matriz produtiva do município, uma vez que ela indica a diversidade produtiva,

commoditização da agricultura, a produção familiar, a homogeneização da paisagem, a produção alimentar, entre outros fatores que identificam um padrão de crescimento econômico e ou de desenvolvimento social e econômico do município, definindo padrões de desigualdade, tecnológicos e de vulnerabilidade. Neste caso as tabela 09, 10, 11, permitem analisar a trajetória e das atividades produtivas no período de 2010 a 2019.

Tabela 09– Lei 9.393/96 – Imposto Territorial Rural

CULTURA	Nº DE UPAS	MÉDIA ¹	TOTAL
Laranja	519	16,91	8.774,50
Cana-de-açúcar	98	58,4	5.723,30
Braquiária	195	27,34	5.330,60
Milho	443	11,01	4.877,80
Eucalipto	64	24,64	1.576,70
Algodão	45	24,81	1.116,60
Painço	115	8,5	977,3
Mandioca	140	6,67	934,3
Limão	51	17,42	888,2
Abacate	55	8,45	464,7
Soja	12	34,38	412,5
Tangerina	50	3,82	191,2
Manga	30	6,05	181,6

³ Cesta Verde pode ser um Programa de composição de cestas básicas com produtos hortifrutigranjeiros do município, que podem ser direcionados aos servidores públicos municipais e aos programas da Secretaria de Assistência Social, interferindo diretamente no padrão alimentar das famílias e, sobretudo na nutrição infantil.

⁴ Os mercados institucionais do PNAE e PAA: O Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE é uma ação do governo federal que tem por objetivo oferecer alimentação saudável aos milhões de estudantes das escolas públicas de todo Brasil. O principal objetivo do recurso é a melhoria das condições de aprendizagem, ensinar práticas alimentares saudáveis aos alunos por meio de ações de educação alimentar e de alimentos que supram as necessidades nutricionais. O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA objetiva a aquisição de produtos da agricultura familiar, com a finalidade de atender a demanda de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar. Os participantes, agricultores enquadrados no PRONAF devem preferencialmente estar organizados através de grupos formais (cooperativas e associações).

Capim-napier	36	4,74	170,5
Tomate	19	8,71	165,5
Capim-colonião	10	15,89	158,9
Arroz	40	3,59	143,6
Feijão	17	8,35	141,9
Laranja-azedada	11	12,06	132,7
Sorgo	9	11,62	104,6
Colza	10	9,91	99,1
Café	14	6,52	91,3
Banana	19	4,54	86,2
Milho-silagem	4	5,5	22
Pomar domestico	27	0,8	21,4
Ervas medicinais e aromaticas	1	20	20
Alface	6	3,2	19,1
Quiabo	13	1,3	16,8
Abobora (ou jerimum)	11	1,3	14
Sorgo-vassoura	3	4,6	13,8
Cara (ou acara)	4	3,4	13,5
Palmito	4	2,3	9
Goiaba	3	2,5	7,5
Uva rustica	6	1,2	7,1
Outras frutiferas	3	2,3	7
Floricultura para vaso	11	0,6	6,2
Feijao-vagem (ou vagem, ou feijao-verde)	1	4,8	4,8
Capim-jaragua	2	2,4	4,7
Viveiro de flores e ornamentais	1	3	3
Outras olericolas	1	2,1	2,1
Pepino	2	0,9	1,7
Beterraba	1	1	1
Brocolos (ou brocolis)	1	1	1
Chicoria (ou chicoria-de-folha-crespa)	1	1	1
Couve (ou couve-crespa)	1	1	1
Couve-flor	1	1	1
Espinafre (ou espinafre-europeu)	1	1	1
Pimenta	1	1	1

Pimenta	1	1	1
Fruta-do-conde (ou pinha, ou anona)	1	0,9	0,9
Viveiro de citros	3	0,3	0,9
Abacaxi (ou ananas)	1	0,6	0,6
Coco-da-baia	2	0,3	0,6
Amendoim	1	0,5	0,5
Batata-doce	1	0,5	0,5
Melancia	1	0,5	0,5
Uva fina	1	0,4	0,4
Acerola (ou cereja-das-antilhas)	1	0,3	0,3
Caqui	1	0,3	0,3
Outros viveiros	1	0,2	0,2
Carambola	1	0,1	0,1
Cogumelo	1	0,1	0,1

TABELA 10 - Área Cultivada, Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, 2007/08.

CULTURA	N.DE UPAS	MÉDIO	TOTAL
Laranja	598	17,4	10.428,60
Cana-de-acúcar	115	69,2	7.958,50
Milho	407	12,1	4.920,70
Braquiária	249	15,4	3.838,40
Gramas	397	5,7	2.257,70
Mandioca	240	7,5	1.791,60
Limao	135	11,6	1.570,00
Eucalipto	131	11,3	1.476,90
Abacate	47	4,9	230,2
Manga	50	4,2	210,2
Laranja-azeda	29	6,3	182
Painco	15	11,4	170,6
Tangerina	51	3	150,4
Outras gramineas para pastagem	8	17	136
Coloniao	11	11,7	128,9
Lima	29	4	117,1
Tangor	39	2,9	113,6

Sorgo	6	16,9	101,6
Capim-napier (ou capim-elefante)	19	4,4	83
Cafe	34	2,3	78,4
Colza	6	10,7	64,2
Floricultura para corte	15	3,7	54,9
Milho-pipoca	11	4,6	51
Cidra	6	8,2	49
Jilo	4	12,1	48,5
Tomate envarado	3	13,6	40,9
Lichia	5	7,3	36,5
Pinus	2	16	32
Berinjela	13	2,4	31,7
Outras florestais	2	14,5	29
Maracuja	13	2,2	28,9
Outras culturas temporárias	6	4,5	27,2
Pupunha	3	8,9	26,8
Banana	23	1,1	25,9
Milho-silagem	4	5,5	22
Arroz	10	2,2	22
Pomar domestico	27	0,8	21,4
Ervas medicinais e aromaticas	1	20	20
Alface	6	3,2	19,1
Quiabo	13	1,3	16,8
Abobora (ou jerimum)	11	1,3	14
Sorgo-vassoura	3	4,6	13,8
Cara (ou acara)	4	3,4	13,5
Feijao	10	1,1	10,5
Palmito	4	2,3	9
Goiaba	3	2,5	7,5
Uva rustica	6	1,2	7,1
Outras frutiferas	3	2,3	7
Floricultura para vaso	11	0,6	6,2
Feijao-vagem (ou vagem, ou feijao-verde)	1	4,8	4,8
Capim-jaragua	2	2,4	4,7
Viveiro de flores e ornamentais	1	3	3
Outras olericolas	1	2,1	2,1

Pepino	2	0,9	1,7
Chicoria (ou chicoria-de-folha-crespa)	1	1	1
Beterraba	1	1	1
Pimenta	1	1	1
Couve-flor	1	1	1
Espinafre (ou espinafre-europeu)	1	1	1
Brocolos (ou brocolis)	1	1	1
Couve (ou couve-crespa)	1	1	1
Fruta-do-conde (ou pinha, ou anona)	1	0,9	0,9
Viveiro de citros	3	0,3	0,9
Coco-da-baia	2	0,3	0,6
Abacaxi (ou ananas)	1	0,6	0,6
Melancia	1	0,5	0,5
Amendoim	1	0,5	0,5
Batata-doce	1	0,5	0,5
Uva fina	1	0,4	0,4
Caqui	1	0,3	0,3
Acerola (ou cereja-das-antilhas)	1	0,3	0,3
Outros viveiros	1	0,2	0,2
Cogumelo	1	0,1	0,1
Carambola	1	0,1	0,1
Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS			

TABELA 11 - Área Cultivada, Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, 2016/17.

CULTURA	N.DE UPAs	MÉDIO	TOTAL
Laramja	540	15,7	8.514,70
Cana-de-acucar finalidade industria	140	57,5	8.054,90
Milho safra	389	13,9	5.387,40
Braquiaria	290	13,1	3.788,00
Limao	143	13,4	1.913,30
Gramas	336	5,3	1.774,00
Mandioca	200	7,6	1.513,60
Eucalipto	130	11,5	1.497,00

Abacate	117	4,9	570,9
Soja	8	67,9	542,8
Canola/colza/niger	14	25,1	350,8
Manga	50	3,4	171,1
Tomate envarado	19	7,4	139,9
Gramíneas para fenação (tonelada)	9	14	126,4
Banana	43	2,7	115,3
Cidra	3	37,3	111,8
Coloniao	13	7,9	103,1
Laranja-azeda	6	16,8	100,5
Lima	22	4	88,9
Outras gramíneas para pastagem	5	17	85
Outras florestais	7	9,4	66,1
Tangor	18	3,6	65,1
Sorgo	3	19,7	59,2
Painco	8	6,9	55
Lichia	9	5,9	53,1
Tangerina	21	2,4	51,3
Cana-de-acucar outras finalidades	12	4,3	51,2
Capim-napier (ou capim-elefante)	13	3,2	41,1
Feijao	8	5	40,3
Pupunha	7	5,6	39,5
Maracuja	10	3,4	34,2
Abobora (ou jerimum)	27	1,3	33,9
Milho-silagem	4	8,5	33,8
Berinjela	15	2,2	32,7
Pinus	2	15,5	31
Cafe	15	1,9	28,1
Floricultura para corte	10	2,7	27,2
Quiabo	20	1,3	26,3
Floricultura para vaso	16	1,4	23,1
Ervas medicinais e aromaticas	1	20	20
Jilo	16	1,2	19,5
Alface	13	1,3	17,1
Goiaba	22	0,8	16,5
Cara (ou acara)	6	2,7	16,2

Outras culturas temporárias	3	4,5	13,5
Pomar domestico	17	0,7	12,5
Outras olerícolas	9	1,3	12,1
Sorgo-vassoura	5	2,2	11,1
Capim-jaragua	1	10,5	10,5
Crisântemo	1	8	8
Outras frutíferas	4	1,9	7,5
Arroz	4	1,9	7,4
Milho-doce(verde)	3	2,1	6,3
Pepino	8	0,7	5,3
Setaria	2	2,6	5,1
Viveiro de frutíferas em geral	2	2,5	5
Urucum (ou urucu)	1	5	5
Trigo	1	5	5
Batata-doce	8	0,6	4,4
Girassol	2	2	4
Rosa	1	3,8	3,8
Couve (ou couve-crespa)	9	0,4	3,7
Uva rustica	3	1	3
Chicoria (ou chicoria-de-folha-crespa)	5	0,6	2,8
Pimentão	5	0,5	2,7
Uva fina	2	1,2	2,4
Cebolinha	6	0,4	2,1
Beterraba	5	0,4	2,1
Abacaxi (ou ananas)	3	0,7	2
Algodão	1	2	2
Aveia	1	2	2
Cogumelo	1	1,8	1,8
Espinafre (ou espinafre-europeu)	2	0,7	1,3
Palmito	3	0,4	1,3
Viveiro de citros	5	0,2	1,2
Pimenta	2	0,6	1,1
Brocolos (ou brocolis)	2	0,6	1,1
Couve-flor	1	1	1
Melão	1	1	1
Acafrão	1	1	1

Cenoura	3	0,2	0,7
Cebola	1	0,6	0,6
Coco-da-baia	1	0,5	0,5
Inhame	1	0,5	0,5
Feijao-vagem (ou vagem, ou feijao-verde)	1	0,5	0,5
Alho	1	0,4	0,4
Repolho	2	0,2	0,3
Viveiro de flores e ornamentais	1	0,3	0,3
Outros viveiros	1	0,2	0,2
Chuchu	1	0,1	0,1
Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto			

Do ponto de vista das principais culturas com área superior a 1.000 hectares observa-se que laranja apresenta um declínio em relação ao período 2006/07, mas mantém-se como a principal cultura. A cana de açúcar apresenta o maior crescimento no município em torno de 30%. O milho mantém-se como terceira posição e as pastagens (braquiária) também de forma estabilizada ocupa a área de aproximadamente 3.800 ha.

Nota-se que a laranja está presente em quase 50% das unidades de produção e a cana-de-açúcar amplia sua participação nas unidades produtivas, assim como as pastagens. Sendo que o milho reduz em número de unidades de produção e aumenta a área média de cultivo. O limão que apresentou um crescimento significativo, dobrando sua área de cultivo e quase triplicando o número de produtores.

Ao considerar o milho safra, as pastagens, gramíneas, observa-se que atingem um patamar de relevância e que são atividades produtivas vinculadas à suplementação alimentar animal (principalmente para terminação – confinamento) pode-se concluir

que as atividades de pecuária presentes em 1/3 das Unidades Produtivas tem importância econômica no município. Um dado a considerar é que as áreas ambientalmente protegidas no município não atingem o patamar mínimo de 15% (7,6%), o que implica em uma necessária política de recuperação de matas, sobretudo no que diz respeito a consolidar estas áreas como “protetoras e produtoras de água”, uma vez que a questão do abastecimento e a disponibilidade hídrica tem se revelado em um dos grandes problemas a ser enfrentado pela sociedade.

Este quadro deve ainda ser analisado pela estrutura da atividade, uma vez que a pecuária demanda reduzida força de trabalho e as demais atividades produtivas, reúnem maior capacidade de geração de emprego. A presença de culturas como laranja, limão, e outras frutas, que demandam tratamentos culturais, colheita e beneficiamento, são importantes neste aspecto e são representativas na área total agrícola do município.

Estes dados nos impelem a realizar uma análise das culturas hegemônicas (pastagens e cana-de-açúcar) a partir do índice de Theil (um

modelo matemático de cálculo de entropia. Neste modelo matemático, figurativamente estas atividades se comportariam como um buraco negro (termodinâmico) que incorpora as áreas das outras culturas, suprimindo-as do espaço agrícola, consolidando um índice de diversidade produtiva muito reduzido, ou de homogeneização da paisagem. Calculando as culturas existentes e suas respectivas áreas no município atinge-se os seguintes índices de 1,874, 2118 e 2186, para os três períodos de análise respectivamente.

Este modelo matemático é o inverso de Gini, neste caso, quanto mais próximo de 0, mais homogêneo, o que revela a média diversidade produtiva do município de Mococa, qualificando-a, inclusive, como “importadora” de alimentos⁵. Um aspecto positivo é que Mogi Mirim amplia sua diversidade produtiva, reduz o padrão de homogeneização e isso pode e deve ser incrementado, ampliando a capacidade de oferta de alimentos e conseqüentemente de fixação da força de trabalho e de renda no próprio município. Estes dados quando comparados a regiões de produção intensiva da cana-de-açúcar por exemplo, que apresentam, em 2012, índices um pouco superiores a 1,5, mas em declínio, como é o caso de Piracicaba

e Rio Claro⁶. Para se ter ideia do que isso representa, as áreas mais diversas no estado de São Paulo se concentram nas regiões com grande presença de agricultura familiar, como por exemplo, Jales, que apresenta indicadores superiores a 2,60. Os dados de Mogi Mirim se aproximam destes patamares e podem receber incentivos de políticas de compras institucionais e produzir reconversões produtivas, sobretudo na perspectiva agroecológica. As regiões de expansão da cana-de-açúcar, com predomínio da produção sucroenergética, tais como Andradina, Adamantina, apresentam patamares muito reduzidos de diversidade, em torno de 1,23⁷.

Uma comparação com pesquisas realizadas na Espanha⁸ destaca o quanto não valorizamos a capacidade de respostas ambientais e de diversidade produtiva que nossos domínios morfoclimáticos⁹ reúnem. A Espanha, com clima mediterrâneo, apresenta uma diversidade superior a 3,50. O que resulta em maior padrão tecnológico, diversidade produtiva, e maior capacidade relativa de absorção da força de trabalho familiar e ou assalariada no campo do que no estado de São Paulo.

A tabela 12 apresenta a quantidade de animais

⁵ Este modelo analítico tem sido aplicado por SOUZA, J. G. *Questão de Método: a homogeneização do território rural paulista*. Jaboticabal: FCAV/UNESP. 2008 (Tese de Livre Docência). SOUZA, J.G. *A Produção Brasileira de Etanol e seus Efeitos sobre o Valor da Terra, sobre a Concentração Fundiária e sobre a Homogeneização da Paisagem*. *Diversitates*, Vol. 5, Nº 1 : 29 – 58.

⁶ FIGUEIREDO, C. V. ; SOUZA, JOSÉ GILBERTO DE . *A monocultura canavieira: entropia da paisagem e elisão fiscal no município de Rio Claro, SP, Brasil*. *Campo - Território*, v. 11, p. 415-432, 2016.

BENEDITO, C. ; SOUZA, JOSÉ GILBERTO DE . *Análise do uso, da tributação e da concentração da terra em Piracicaba -SP. o setor sucroalcooleiro e a homogeneização da paisagem*. *Agrária (São Paulo. Online)*, v. 0, p. 62, 2010.

⁷ SOUZA, J. G. *Questão de Método: a homogeneização do território rural paulista*. Jaboticabal-SP:UNESP. Campus de Jaboticabal. 2008. (Tese de Livre Docência).

⁸ SOUZA, J. G. CABERO DIEGUES. *Por uma desglobalização da produção alimentar – commoditização da agricultura e diversidade produtiva: uma análise de Espanha* *Geographia*, V4. N. 28, 2012, p. 63-81.

⁹ Os domínios morfoclimáticos representam a combinação de um conjunto de elementos da natureza – relevo, clima, vegetação – que se inter-relacionam e interagem, formando uma unidade paisagística. No Brasil, o geógrafo Aziz Ab'Saber foi o responsável por fazer essa classificação.

e o número de UPAs que realizam produção animal no município. Considerando que Mogi Mirim possui 1/3 das UPAs com pastagens, ao agregar as atividades de produção animal, verifica-se que se atinge um patamar superior a 50% do total das Unidades Produtivas. Este indicador é extremamente relevante no âmbito da presença das pessoas nas unidades de produção, uma vez que estas produções

requerem cuidados e manejos cotidianos, o que reduz o absenteísmo rural, característico das regiões monocultoras de cana-de-açúcar, por exemplo. Estes dados implicam em vizinhança no campo, sociabilidade e segurança. Fatores importantes a serem preservados. Uma vez que tais padrões de ocupação refletem a manutenção de comunidades rurais e patrimônios culturais, materiais e imateriais.

TABELA 12 - Explorações Animais, Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, 2016/17.

PRODUÇÃO ANIMAL	UNIDADE	N.DE UPAs	MÉDIO	TOTAL
Apicultura	colmeias	8	20,4	163
Asininos e muares	cabecas	10	1,7	17
Avestruzes e ema (criadouro)	cabecas	2	154	308
Avicultura de corte	cabecas/ano	22	210.941,90	4.640.722,00
Avicultura para ovos	cabecas	19	27.503,00	522.556,00
Bovinocultura de corte	cabecas	242	32,6	7.892,00
Bovinocultura leiteira	cabecas	88	25	2.201,00
Bovinocultura mista	cabecas	48	28,5	1.369,00
Bubalinocultura	cabecas	1	3	3
Caprinocultura	cabecas	1	10	10
Equinocultura	cabecas	114	4,6	522
Outra exploracao animal	cabecas	2	12.000.005,00	24.000.010,00
Ovinocultura	cabecas	13	57,2	744
Piscicultura	m2 tanques	12	850.464,70	10.205.576,00
Suinocultura	cabecas	13	907,9	11.802,00

Fonte: LUPA/IEA-SEASP: 2018

A tabela 13 nos aponta para algumas questões centrais sobre o desenvolvimento rural do município a) capacidade de inversão tecnológica e agroecológica; b) ampliação da incorporação de força de trabalho, c) incremento das atividades

produtivas vegetal e animal, e) ampliar o valor agregado na produção, o que não significa que o município não apresente nichos comerciais e técnico-produtivos, mas que são pouco impactantes no conjunto geral das atividades,

e f) conter a homogeneidade da produção e da diversidade produtiva e consolidar mecanismos para aumento da área de proteção ambiental.

Ratifica-se este diagnóstico tendo em vista o moderado número de máquinas, implementos e equipamentos produtivos nas unidades.

Estes dados podem ser ainda associados ao grau de ocupação populacional rural que pode ser demarcado pelo interesse econômico em atividades urbanas; os arrendamentos rurais e o padrão de “senilidade” (envelhecimento) dos produtores e a dificuldade de fazerem suceder seus filhos nas atividades rurais, são indicadores da ausência de maior dinamismo econômico

nas atividades agrícolas do município. Um quadro marcante quando se observa o nível de escolaridade dos mesmos.

Evidentemente que este é um quadro geral para o estado de São Paulo e que irá se reproduzir em grande parte dos municípios limieiros à Mogi Mirim, no entanto, é necessário pensar estratégias que alterem esse quadro de dada a importância dessa atividade econômica no município.

Existem ainda elementos que indicam a tecnificação do setor, tais como análise do solo, assistência técnica, calagem, adubação, entre outros.

TABELA 13 - Máquinas, Implementos e Benfeitorias, Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, 2016/17.

ITEM	UNIDADE	N.DE UPAs	TOTAL
Arado comum (bacia, aiveca)	unidade	344	390
Arado escarificador	unidade	62	68
Arado subsolador	unidade	158	173
Batedeira de cereais	unidade	17	17
Camara fria	unidade	14	18
Carregadeira de cana	unidade	8	15
Carreta de trator	unidade	100	171
Colhedeira acoplada	unidade	11	15
Colhedeira automotriz	unidade	8	9
Computador	unidade	52	92
Conj.irrigacao autopropeido	unidade	13	14
Conj.irrigacao convencional	unidade	53	65
Conj.irrigacao pivot central	unidade	1	2
Conj.irrigacao/gotejamento/microaspersao	unidade	22	28
Conjunto de fenacao	unidade	8	8
Desintegrador de palha (plantio direto)	unidade	1	1
Desintegrador, picador, triturador	unidade	110	123
Distribuidor de calcario	unidade	177	208
Embarcação	unidade	2	2

Ensiladeira	unidade	48	55
Grade aradora (tipo romi)	unidade	194	215
Grade niveladora	unidade	393	493
Implementos para tracao animal	unidade	29	59
Máquina de classificar frutas	unidade	7	11
Maquina de classificar olericola	unidade	1	1
Máquina de minimamente processados	unidade	2	3
Misturador de racao	unidade	6	8
Mmicrotrator	unidade	19	19
Ordenhadeira mecanica	unidade	9	9
Pulverizador tratorizado	unidade	390	636
Resfriador de leite, tanque expansao	unidade	13	15
Retroescavadeira	unidade	3	5
Roçadeira costal	unidade	11	20
Roçadeira tratorizada	unidade	72	83
Roçadora	unidade	207	281
Semeadeira/adubadeira para plantio convencional	unidade	146	159
Semeadeira/plantadeira plantio direto	unidade	43	44
Tecnologias de gps para controle de máquinas	unidade	7	10
Terraceador	unidade	7	8
Trator de esteiras	unidade	8	20
Trator de pneus acima de 85 cv	unidade	79	147
Trator de pneus até 65 cv	unidade	220	280
Trator de pneus de 66 cv a 85 cv	unidade	381	589
Acude/represa	unidade	416	800
Adega cantina	unidade	1	1
Alambique	unidade	5	5
Almoxarifado/oficina	unidade	51	66
Armazem para graos ensacados	sacas	20	
Balanca para bovinos	unidade	6	6
Balanca para veiculos	unidade	12	12
Barracao para cultivo de cogumelo	unidade	2	10
Barracao para granja/avicultura	unidade	38	95
Barracao/galpao/garagem	unidade	630	869
Casa de moradia habitada	unidade	789	1.575,00
Casa de moradia total	unidade	972	2.164,00
Curral/mangueira	unidade	263	279
Deposito/tulha	unidade	289	339
Engenho	unidade	2	2

Estabulo	unidade	58	63
Estacao/posto meteorologico	unidade	5	7
Estufa/plasticultura	m2	41	
Fabrica de farinha	unidade	2	2
Fabrica de racao	unidade	5	5
Instalacoes para equinos	unidade	33	99
Maquina de beneficio	unidade	3	3
Packing house	unidade	14	14
Pocilga	unidade	36	72
Poco semi-artesiano	unidade	82	101
Secador de graos	unidade	1	1
Silo para graos	ton	10	
Silo para silagem	ton	19	
Terreiro	m2	57	
Usina de açucar/destilaria	unidade	3	3

TABELA 14 - Outras Estatísticas Agrícolas, Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, 2016/17.

ITEM	Número de UPAs
Faz Parte de Associação de Produtores	265
Faz Parte de Cooperativa de Produtores	610
Faz Parte do Sindicato de Produtores	464
Não utiliza assistência técnica	663
Utiliza somente assistência técnica governamental	150
Utiliza somente assistência técnica privada	594
Utiliza assistência técnica tanto governamental quanto privada	188
Utiliza Crédito Rural	521
Utiliza Seguro Rural	167
Utiliza Escrituração Agrícola	512
Acessa Internet p/ Fins na Agropecuária	237
Utiliza Computador nas Atividades Agropecuárias	254
Utiliza Energia Elétrica Para Uso na Atividade Agrícola	1.035
Utiliza Energia Alternativa	2
Realiza Análise de Solo, quando necessário	1.171
Realiza Calagem	703
Utiliza Práticas de Conservação de Solo, quando necessário	1.315
Faz Adubação Mineral, quando necessário	1.262

Faz Adubação Orgânica, quando necessário	819
Faz Adubação Verde, quando necessário	122
Utiliza Manejo Integrado de Pragas (MIP)	190
Utiliza Hidroponia	-
Utiliza Cultivo em Estufa	34
Utiliza Mudas Fiscalizadas	805
Utiliza Semente Melhorada	520
Faz Confinamento de Bovinos	19
Utiliza Pastejo Intensivo	110
Faz Inseminação Artificial	12
Faz Mineralização do Rebanho	261
Faz Vermifugação do Rebanho	268
Possui Parceiros /Arrendatários na Exploração Animal	209
Existência de trabalhadores c/ deficiência na UPA	-
Esporte e lazer	25
Extração mineral	4
Hotel Fazenda, Pousada ou SPA	-
Pesque-pague	9
Restaurante ou Lanchonete	7
Transformação artesanal	1
Turismo rural ou ecoturismo	-
Outras atividades econômicas rurais	23
Agroindústria	12
Proprietário sem instrução ou com instrução incompleta	157
Proprietário com antigo primário completo	703
Proprietário com 1º grau (ou antigo ginásial) completo	231
Proprietário com 2º grau (ou antigo colegial) completo	207
Proprietário com curso superior completo	254
Pessoa Jurídica	43
Proprietário residente na própria UPA	456

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA.

De uma forma agregada é importante analisar ainda os dados efetivos de geração de emprego no setor agrícola de Mogi Mirim, presentes na

tabela 15. Os dados apontam para a importância da participação da produção primária no total de vínculos empregatícios do município.

Tabela 15 - Número de Vínculos Empregatícios da Produção e Processamento da Produção Primária em Mogi Mirim – 2019/20

Classificação	Valor de Classe	Atividade	Nº total de estabelecimentos	Nº total de estabelecimentos p/ classe
Produção Primária Vegetal	1	Cultivo de Arroz	0	1069
		Cultivo de Milho	8	
		Cultivo de Outros Cereais não Especificados Anteriormente	95	
		Cultivo de Cana-De-Açúcar	17	
		Cultivo de Tomate Rasteiro	8	
		Cultivo de Outras Plantas de Lavoura Temporária não Especificadas Anteriormente	11	
		Horticultura, Exceto Morango	43	
		Cultivo de Flores e Plantas Ornamentais	227	
		Cultivo de Laranja	286	
		Cultivo de Banana	7	
		Cultivo de Cítricos, Exceto Laranja	309	
		Cultivo de Maracujá	0	
		Cultivo de Manga	8	
		Cultivo de Frutas de Lavoura Permanente não Especificadas Anteriormente	10	
		Cultivo de Café	21	
		Cultivo de Outras Plantas de Lavoura Permanente não Especificadas Anteriormente	4	
		Produção de Sementes Certificadas, Exceto de Forrageiras para Pasto	1	
		Cultivo de Eucalipto	3	
		Cultivo de Espécies Madeireiras, Exceto Eucalipto, Acácia-Negra, Pinus e Teca	1	
		Cultivo de Mudas em Viveiros Florestais	4	
Extração de Madeira em Florestas Plantadas	6			

Produção Primária Animal	2	Criação de Bovinos para Corte	83	313
		Criação de Bovinos para Leite	0	
		Criação de Bovinos, Exceto para Corte e Leite	1	
		Criação de Eqüinos	12	
		Criação de Suínos	30	
		Criação de Frangos para Corte	7	
		Produção de Pintos de Um Dia	146	
		Criação de Aves, Exceto Galináceos	0	
		Produção de Ovos	30	
		Criação de Outros Animais não Especificados Anteriormente	4	
		Criação de Peixes em água Doce	0	

Processamento e Serviços da Produção Primária	3	Serviço de Preparação de Terreno, Cultivo e Colheita	9	1146
		Atividades de Apoio à Agricultura não Especificadas Anteriormente	34	
		Serviço de Inseminação Artificial em Animais	5	
		Atividades de Apoio à Pecuária não Especificadas Anteriormente	0	
		Atividades de Pós-Colheita	6	
		Preservação de Peixes, Crustáceos e Moluscos	0	
		Fabricação de Adubos e Fertilizantes Organominerais	28	
		Fabricação de Adubos e Fertilizantes, Exceto Organominerais	40	
		Fabricação de Defensivos Agrícolas	2	
		Fabricação de Equipamentos para Irrigação Agrícola, Peças e Acessórios	100	
		Fabricação de Máquinas e Equipamentos para a Agricultura e Pecuária, Peças e Acessórios, Exceto para Irrigação	20	
		Manutenção e Reparação de Máquinas e Equipamentos para Agricultura e Pecuária	1	
		Representantes Comerciais e Agentes do Comércio de Matérias-Primas Agrícolas e Animais Vivos	1	
		Comércio Atacadista de Sementes, Flores, Plantas e Gramas	27	
		Comércio Atacadista de Matérias-Primas Agrícolas com Atividade de Fracionamento e Acondicionamento Associada	3	
		Comércio Atacadista de Alimentos para Animais	12	
		Comércio Atacadista de		

Alimentos para Animais	
Comércio Atacadista de Matérias-Primas Agrícolas não Especificadas Anteriormente	1
Comércio Atacadista de Medicamentos e Drogas de Uso Veterinário	23
Comércio Atacadista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos para Uso Agropecuário, Partes e Peças	39
Comércio Atacadista de Defensivos Agrícolas, Adubos, Fertilizantes e Corretivos do Solo	69
Comércio Atacadista de Mercadorias em Geral, com Predominância de Insumos Agropecuários	6
Comércio Atacadista de Mercadorias em Geral, sem Predominância de Alimentos ou de Insumos Agropecuários	3
Comércio Varejista de Medicamentos Veterinários	5
Serviços de Agronomia e de Consultoria às Atividades Agrícolas e Pecuárias	32
Atividades Veterinárias	39
Aluguel de Máquinas e Equipamentos Agrícolas sem Operador	11
Serviço de Pulverização e Controle de Pragas Agrícolas	27
Fabricação de Alimentos para Animais	603

Extração e Processamento Primária Mineral	4	Produção de Carvão Vegetal - Florestas Plantadas	13	89
		Extração de Areia, Cascalho ou Pedregulho e Beneficiamento Associado	23	
		Extração de Argila e Beneficiamento Associado	12	
		Extração de Basalto e Beneficiamento Associado	40	
		Representantes Comerciais e Agentes do Comércio de Combustíveis, Minerais, Produtos Siderúrgicos e Químicos	1	

Fonte: ME-CAGED, 2020

As atividades correlatas (Serviços Vinculados à Produção Primária) apresentam capacidade de ampliação quando se ativa o setor com estratégias de desenvolvimento. Estes serviços são relativos à Assistência Técnica, Manutenção de Máquinas e Equipamentos Agrícolas, entre outros.

Para finalizar e evidenciar a capacidade de desenvolvimento e a melhoria das atividades da agropecuária no município, seja no âmbito da produção e da circulação das mercadorias agrícolas, observamos que todos estes dados apontam a potencialidade do setor no âmbito de sua modernização e incremento produtivo:

a) Ampliação de atividades produtivas

frente às demandas institucionais, como apontado anteriormente;

b) Consolidação de um circuito turístico (urbano-rural), considerando as potencialidades ambientais, históricas, produzindo processos de sofisticação e também de massificação das atividades.

c) Demarcação de atividades produtivas (diversificação) agrícola e não agrícola.

d) Consolidação de uma marca e uma identidade agrícola/produtiva (denominação de origem para as feiras de alimentos e artesanatos), entre outros.

Setor Saúde

Setor Saúde

Prof. Dr. Antonio Sergio da Silva¹

Prof. Dr. José Gilberto de Souza²

Estrutura da saúde: Mogi Mirim.

Mogi Guaçu; Estiva Gerbi; Itapira; Conchal; Engenheiro Coelho; Artur Nogueira; Holambra; Santo Antonio de Posse e Jaguariúna.

Os dados apresentados neste texto têm como finalidade contribuir para mobilizar setores públicos administrativos e os diferentes setores da sociedade para o debate e posicionamento sobre as possibilidades de intervenções em políticas públicas, elaboração de programas voltados para a prevenção da saúde.

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2019)³, foram definidas as Funções Essenciais de Saúde Pública (FESP), sendo as três primeiras: a de promover o Monitoramento, análise e avaliação da situação de saúde do Estado; promover a Vigilância, investigação, controle de riscos e danos à saúde e, a Promoção da Saúde. Torna-se importante destacar que as abordagens realizadas neste texto vêm a contribuir para o exercício dessas funções e para a promoção da equidade do acesso à saúde para toda a população.

Ainda segundo a OPAS (2019), a Organização Mundial da Saúde (OMS) define a saúde como “um estado de completo de bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”. Bem-estar que deve ser promovido por políticas públicas dirigidas de forma equânime a toda a população, especialmente aos grupos sociais vulneráveis economicamente, os quais se apresentam como os mais necessitados do amparo à saúde física, mental e social.

A OMS, ao incluir a dimensão social ao conceito de saúde, alguns fatores são

¹ Geógrafo, Doutor pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Presidente Prudente. Pesquisador do LAPP – Laboratório de Análise Espacial em Políticas Públicas do Centro de Análise e Planejamento Ambiental (CEAPLA) Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP – Campus de Rio Claro.

² Geógrafo, Professor Associado do Departamento de Geografia. Coordenador do LAPP – Laboratório de Análise Espacial em Políticas Públicas do Centro de Análise e Planejamento Ambiental (CEAPLA) Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP – Campus de Rio Claro. jg.souza@unesp.br

³ <https://www.paho.org>

considerados pela Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (DSS), dentre os quais, Buss e Pellegrini Filho (2007, p. 78)⁴ mencionam que são “fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população”.

Portanto, os mecanismos que produzem as desigualdades sociais tornam-se responsáveis também pelas desigualdades nas condições de saúde da população, cujos mecanismos, segundo Buss e Pellegrini Filho (2007) provocam condições de iniquidade de saúde, em que para os autores,

a primeira delas privilegia os “aspectos físico-materiais” na produção da saúde e da doença, entendendo que as diferenças de renda influenciam a saúde pela escassez de recursos dos indivíduos e pela ausência de investimentos em infraestrutura comunitária (educação, transporte, saneamento, habitação, serviços de saúde etc.), decorrentes de processos econômicos e de decisões políticas (BUSS e PELLEGRINI FILHO, 2007, p. 82).

Assim, apresenta-se como necessário que o poder público tenha como premissa o planejamento com medidas articuladas entre o setor de saúde, os setores internos ao poder, assim como promover espaços de participação aos demais setores da sociedade. Pois a população deve ser conscientizada sobre sua participação na produção da saúde e da qualidade de vida, ao considerar que a Saúde Pública tem como objetivo garantir o bem-estar físico, mental e social da população e, por outro lado, o controle das doenças a fim de erradicá-las.

O Artigo 196 da Constituição Federal⁵ brasileira menciona que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.” Considerado um dos maiores e melhores sistemas de saúde públicos do mundo, o Estado cumpre o seu dever para

garantir o acesso ao serviço de saúde por meio do Sistema Único de Saúde – SUS. Segundo a Lei nº 8.080⁶, no seu Artigo 4, este sistema é definido como “o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS)”, como forma de promover ações em saúde pública.

Dentre as ações em políticas em saúde pública, a OPAS (2019) indica que deve haver investimento no desenvolvimento de pesquisas envolvendo identificação e mensurações a partir de observações para elaborar indicadores de saúde em espaços geográficos, cujas ferramentas estatísticas amparam a planificação e execução de ações em saúde pública. Devem ser incluídos indicadores mensurando a presença de profissionais, de especialidades médicas, número de estabelecimentos de saúde, aparelhos

⁴ BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A Saúde e seus Determinantes Sociais. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro. 2007. p. 77-93.

⁵ <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/.../constituicao1988.html>

⁶ <http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080.htm>. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

e instrumentos, dentre outros.

O SUS disponibiliza online as mensurações realizadas pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS. As métricas utilizadas na construção de Indicadores de Saúde se encontram com dados de acesso a serviços, qualidade da atenção, distribuição de profissionais da área de saúde, condições de vida e fatores ambientais. Assim como, existe o acesso a coleta de dados que podem ser observadas online junto à Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE)⁷, disponibilizando informações para análise das características dos serviços de saúde nos municípios paulistas.

Esses dados estatísticos, essenciais para o planejamento de prevenção à saúde são obtidos em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério da Saúde, por meio da Pesquisa Nacional de Saúde - PNS⁸, de base domiciliar e em âmbito nacional.

Dentre os dados disponibilizados, cabe destacar os dados relacionados aos fatores de Estatística Vital, como instrumento de mensuração dos níveis de saúde/qualidade de vida, servindo para planejamento, programação e avaliação dos serviços de saúde. Os dados compreendidos como Estatística Vital oferecem análises dos fatos vitais em números, relacionando dados demográficos na caracterização da situação da saúde populacional. As análises podem apontar quais as demandas de serviços de saúde, o que pode ser caracterizado pela situação da população, total, por sexo e por grupos de idade.

São vários os fatos vitais e, dentre eles, alguns são

importantes para as análises da saúde pública local, os quais se relacionam com os aspectos sociais vivenciados pela população. Dentre eles, a taxa de natalidade, a taxa de fecundidade, indicadores referentes a nascidos vivos, taxa de mortalidade infantil, óbitos e demais. Esses dados são obtidos por levantamento feito por meio de recenseamento, permitindo a obtenção dos indicadores do nível de saúde. Assim, apresentam-se os dados dos fatos vitais de Mogi Mirim.

Taxa de natalidade, taxa de fecundidade e índice de envelhecimento.

A taxa de natalidade é a porcentagem de nascimentos ocorridos em uma dada população pertencente a um recorte espacial, um município, por exemplo, em determinado período de tempo.

Esta taxa refere-se a um índice de natalidade obtido entre duas variáveis, quais sejam: a população de um município em um determinado período e a quantidade de nascimentos registrados no mesmo período. Trata-se de realizar a divisão da quantidade de nascimentos pela população do período, obtendo a taxa de natalidade.

No Brasil, segundo dados do IBGE disponibilizados no documento Brasil em Síntese (2020)⁹, com dados disponíveis de 2015, a taxa de natalidade apresentou-se em 14,16 nascidos por mil habitantes.

A Taxa de Fecundidade relaciona-se a estimativa do número médio de filhos que uma mulher tem ao longo da vida e se expressa por mil mulheres

⁷ <http://www.perfil.seade.gov.br>

⁸ <http://portalms.saude.gov.br>

⁹ <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-brutas-de-natalidade.html>

em idade de fertilidade, entre 15 e 49 anos. Ainda, segundo o IBGE, Brasil em Síntese (2020), em 2015, esta taxa de fecundidade brasileira ficou em 1,72 filhos por mulher, quando no ano de 2000 era de 2,39 filhos por mulher, diminuindo a média de filhos por mulher.

A fundação SEADE (2020)¹⁰ aponta que em um espaço de 19 anos, o número de pessoas que nasceram no estado de São Paulo caiu de 699 mil por ano para 580 mil. Uma queda de 17% na natalidade. Esta queda é analisada pelo acompanhamento da mudança no perfil das mães ocorrida nesse espaço temporal, sendo observado que a média de idade das mães paulistas passou de 25 anos e 9 meses, em 2000, para 28 anos e 7 meses em 2019, aumentando quase 3 anos.

Os dados apontam que as mulheres que foram mães com menos de 20 anos caíram praticamente pela metade, quando no ano 2000, foram quase 20% das mulheres que tinham até 19 anos. Já, em 2019, eram pouco mais de 10%. Outro dado mencionado pelo SEADE (2020) é o fato de que houve um aumento de mulheres que optaram por adiar a maternidade, quando a proporção das que tiveram filhos entre 30 a 39 anos passou de 26% para pouco mais de 39%.

Esses dados oferecem subsídios para a projeção das características da população local e prevenção das futuras ações a serem desenvolvidas para promover a atenção à saúde das mulheres em todas as faixas etárias e as suas manifestações.

Inclui-se nos dados estatísticos a taxa de fecundidade geral, que corresponde à relação

entre o número de nascidos vivos ocorridos num período de tempo, e a população feminina em idade fértil (15 a 49 anos) estimada para o mesmo do período. Essa taxa depende da proporção de mulheres em idade fértil em relação à população total e também da distribuição etária das mulheres. São dados essenciais para entender a dinâmica demográfica.

Com a queda das taxas de fecundidade, sendo observado o estreitamento da base da pirâmide populacional, as projeções demográficas têm sinalizado haver um processo de envelhecimento populacional. Com isso, o IBGE (2019)¹¹ considera que a população idosa tende a crescer no Brasil nas próximas décadas, prevendo que, em 2043, um quarto da população deverá ter mais de 60 anos, enquanto a proporção de jovens até 14 anos será de apenas 16,3%.

Para a determinação do índice de envelhecimento, segundo DATASUS (2020)¹², utiliza-se o parâmetro de pessoas com 60 e mais anos de idade, para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente, no ano considerado do censo, por exemplo, contribuindo para a observação sobre a tendência da dinâmica demográfica. Ainda, segundo DATASUS (2020), os valores elevados indicam que a transição demográfica se encontra em estágio avançado.

A Tabela 16, apresenta as informações disponibilizadas pelo SEADE (2020)¹³, oferecendo uma visão sobre as taxas de natalidade, de fecundidade e o índice de envelhecimento para Mogi Mirim.

¹⁰ Fonte: <https://www.seade.gov.br/taxa-de-natalidade-caiu-17-em-quase-20-anos-no-estado-de-sao-paulo/>

¹¹ <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/24036-idosos-indicam-caminhos-para-uma-melhor-idade.html>

¹² Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/LivroIDB/2edrev/a15.pdf>

¹³ <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>

Tabela 16: Taxa de natalidade, taxa de fecundidade, índice de envelhecimento e variação (%) Município de Mogi Mirim (2014-2019).

Período	Taxa de Natalidade (Por mil habitantes)	Taxa de Fecundidade Geral (Por mil mulheres entre 15 e 49 anos)	Índice de Envelhecimento
			(em %)
2014	12,95	48,02	81,23
2015	13,66	51,02	85,23
2016	11,95	45	89
2017	11,65	44,25	92,9
2018	11,65	44,65	96,99
2019	11,47	44,37	101,28
% Variação	-16,03	-13,03	24,68

Fonte: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>

Para o período de 2014-2019, em Mogi Mirim, a taxa de natalidade apresentou uma variação negativa, uma queda em 16,03%, considerando que em 2015 apresentou-se em 13,66 para cada mil habitantes e, em 2019, a taxa foi de 11,47 para cada mil habitantes.

Igualmente, Mogi Mirim apresentou um decréscimo na taxa de fecundidade geral entre as mulheres de 15 a 49 anos, com variação negativa em 13,03%, acompanhando as condições de declínio apresentadas como características brasileiras.

Ressalta-se que esses dados normalmente indicam a estrutura etária da população, pois a estrutura etária depende do número de mulheres em cada grupo de idade e pode afetar o nível de fecundidade, assim como o número

de nascidos vivos, independentemente do nível de mortalidade.

Aqui cabe mencionar uma questão a ser verificada referente às condições sociais e econômicas da população de mulheres entre 15 e 49 anos, assim como o nível de atendimento de saúde a esse público que se encontra entre a relação da taxa de natalidade e de fecundidade. Dentre outras coisas, quando a taxa de natalidade é elevada, o nível elevado pode ser em decorrência de problemas sociais, tais como a ausência de políticas públicas referentes ao acesso à saúde, à medicamentos e à métodos contraceptivos, assim como ausência de informações voltadas à população que possam envolver o planejamento familiar.

No caso de Mogi Mirim, com a taxa de natalidade

em queda, pode representar desde a presença de planejamento familiar, como também a ocorrência de um maior acesso de mulheres ao mercado de trabalho, como também o acesso a programas de saúde, a métodos contraceptivos, dentre outras coisas.

Contudo, considerando a taxa de natalidade em 2019 com 11,47 nascidos por mil habitantes em Mogi Mirim, esta taxa requer ações públicas para um plano de informação e para o acompanhamento à saúde desse grupo de mulheres entre 15 e 49 anos, em qualidade de atendimento para consultas de pré-natal, e não somente, pois requer o acompanhamento dos recém-nascidos.

Os dados observados, a queda da natalidade e da faixa etária de mulheres pertencentes à Taxa de Fecundidade Geral refletem no ritmo de envelhecimento da população, pois o crescimento da população de idosos está associado à redução das taxas de fecundidade e de natalidade e ao aumento da esperança de vida. O que pode ser observado no índice de envelhecimento, no caso de Mogi Mirim, no período entre 2014 e 2019, onde houve um aumento em 24,68% do envelhecimento populacional. Trata-se de um índice que indica a necessária avaliação de políticas públicas nas áreas de saúde e de previdência social.

Convém mencionar que segundo o IBGE (2020)¹⁴, no Brasil, o envelhecimento populacional deve aumentar de 43,19%, em 2018, para 173,47%, em 2060. As principais causas para essa tendência

de envelhecimento seriam o menor número de nascimentos a cada ano, ou seja, a queda da taxa de fecundidade, além do aumento da expectativa de vida do brasileiro.

Esta queda da taxa de fecundidade vem sendo observada, principalmente, a partir dos anos de 1970, com o aumento da urbanização, a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, a presença de contraceptivos e demais fatores que influenciaram a queda da taxa.

Portanto, o acompanhamento das alterações da taxa de fecundidade é essencial para entender as transformações na população e para o planejamento e decisões mediante as características que configuram as transformações da população.

Igualmente, deve-se acompanhar o cuidado em saúde na gestação, no parto e no nascimento com políticas públicas adequadas em saúde pública, pois Martin (2018, p. 13)¹⁵ observa que “as mulheres são a maioria da população brasileira e são as que mais frequentam os serviços de saúde, seja no Sistema Único de Saúde (SUS) ou no serviço privado (78% dos usuários totais).”

Considerando que a saúde da mulher deve ser tratada com prioridade, quanto às mulheres em idade fértil, Martins et al. (2014, p. 235)¹⁶ mencionam que “segundo a definição internacional, a mulher em idade fértil é aquela que se encontra na faixa etária de 15 a 49 anos, porém no Brasil, considera-se mulher em idade

¹⁴ <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/24036-idosos-indicam-caminhos-para-uma-melhor-idade.html>

¹⁵ MARTIN, J. C. Mortalidade de mulheres em idade fértil no Brasil: enfoque na evitabilidade das causas. Dissertação 99 f. (Mestrado em Ciências). Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. Fundação Oswaldo Cruz. 2018.

¹⁶ MARTINS, V. A.; COSTA, H. A.; BATISTA, R. F. L.; RODRIGUES, L. S.; COSTA, L. C.; SILVA, R. N. V.; SOUSA, A. C. V.; RÊGO, A. S. Mortalidade de mulheres em idade fértil de 2002 A 2011 em SÃO Luís, Maranhão. Rev Pesq Saúde. 2014. p. 235-239.

fértil aquela entre 10 a 49 anos.”

feminina em idade fértil em Mogi Mirim e nos municípios analisados.

A tabela 17 apresenta a evolução da população

Tabela 17: Mulheres em idade fértil, proporção da população em 2009 e estimativa para 2020. Mogi Mirim.

Mulheres em idade fértil (10-49 anos) 2009	Proporção da pop. feminina em idade fértil, 2009 (%)	Estimativa de Mulheres em idade fértil (10-49 anos) 2020	Proporção da pop. feminina em idade fértil, 2020 (%)
27.402	61,9	29.322	31,31

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/sp.htm>

Este exercício sinaliza que, embora com o aumento do número de mulheres entre 10 e 49 anos, a porcentagem da população feminina em idade fértil em 2020 se apresenta menor ao considerar a população em porcentagem em 2009.

A Organização Mundial da Saúde (OMS)¹⁷ apresentou um relatório abordando as necessidades de saúde das mulheres e seu impacto na saúde das sociedades. Segundo o relatório, a saúde das mulheres vem sendo uma preocupação da OMS dando relevância às reformas na atenção primária em saúde. O relatório menciona sobre a importância nas intervenções realizadas na infância, na adolescência, nos anos reprodutivos e mais além,

as quais afetam os anos futuros e as próximas gerações. Assim como chama atenção na relação do impacto na saúde da desigualdade de gênero, que aumenta a exposição e a vulnerabilidade ao risco, limitando o acesso à atenção em saúde e às informações (OMS, 2009).

Ainda, o relatório menciona a importância de serviços, tais como o cuidado pré-natal, para que sejam disponíveis para avaliar quais os riscos que possam ser apresentados, bem como realizar a triagem e tratamento prevendo condições anormais de saúde que possam afetar a mulher e as condições de vida do seu bebê.

Indicadores referentes a nascidos vivos em porcentagem.

¹⁷ Organização Mundial da Saúde. Mulheres e saúde: evidências de hoje, agenda de amanhã. 2009. Disponível em: https://www.who.int/eportuguese/publications/Mulheres_Saude.pdf

Dentre os dados que se referem à Estatística Vital, os indicadores referentes a nascidos vivos estão relacionados ao acompanhamento da saúde às mães que realizaram sete e mais consultas de Pré-Natal. Trata-se, segundo o Índice de Desempenho do SUS (IDSUS, 2020)¹⁸ de um percentual de nascidos vivos de mães residentes que fizeram sete ou mais consultas de pré-natal, em determinado município e período, em relação ao total de nascidos vivos de mães residentes no mesmo município e período. Permite, portanto, medir a cobertura do atendimento pré-natal de gestantes, identificando situações de desigualdades e tendências que demandam ações de saúde pública.

O indicador de consultas de pré-natal contribui para a análise das condições de acesso da assistência e a sua qualidade em associação com outros indicadores, tais como taxa de mortalidade materna e infantil, incidência de sífilis congênita, entre outros (IDSUS, 2020).

Sobre os partos cesáreos, no Brasil, segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde¹⁹, para o ano de 2017 foram realizados 2,7 milhões de partos no país, dos quais, considerando apenas partos nos serviços de saúde públicos, o número de partos normais foi maior, em 58,1% e para as cesarianas foi em 41,9%.

A proporção de nascidos vivos conforme número de consultas de pré-natal da mãe segundo IDSUS (2020), em referência aos dados disponibilizados entre os anos de 2007 a 2009, a cobertura média do Brasil foi de 45,94% em ações de atenção básica.

A assistência às gestações torna-se de importância ao observar as gestações pré-termo, também denominado de parto prematuro, o qual se trata do parto de um bebê antes das 37 semanas de idade gestacional. Decorrente de circunstâncias diversas, algumas imprevisíveis, as gestações pré-termo podem trazer complicações para a mãe e o bebê.

Quanto ao percentual de nascidos vivos com peso ao nascer inferior a 2.500 gramas, como um indicador de Estatística Vital, esse baixo peso ao nascer expressa retardo do crescimento intrauterino ou prematuridade e representa importante fator de risco para a morbimortalidade neonatal e infantil. Os dados do percentual de nascidos vivos é um preditor da sobrevivência infantil, revelando que quanto menor o peso ao nascer, maior a possibilidade de morte precoce. Segundo o DATASUS²⁰, valores abaixo de 10% são aceitáveis internacionalmente, embora a proporção encontrada nos países desenvolvidos varie em torno de 6%.

A distribuição do percentual de nascidos vivos por idade da mãe oferece subsídios de análise sobre a frequência da gravidez precoce e indica a relação das condições sociais e econômicas da população. Assim, com dados disponibilizados pelo SEADE (2020) referente ao ano de 2016, a Tabela 18 apresenta em porcentagem os indicadores de Nascidos Vivos de Mães com Menos de 18 Anos, Mães que fizeram Sete e Mais Consultas de Pré-Natal, os Partos Cesáreos, Nascimento de Baixo Peso e as Gestações Pré-Termo para Mogi Mirim e os municípios de análise.

¹⁸ <http://idsus.saude.gov.br/ficha3s.html>

¹⁹ <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/42714-ministerio-da-saude-fara-monitoramento-online-de-partos-cesareos-no-pais>

²⁰ <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2000/fqd17.htm>

Tabela 18: Indicadores de saúde selecionados e média de ocorrência. Dados disponíveis de 2016. Mogi Mirim e municípios de análise.

Município	Nascidos Vivos de Mães com Menos de 18 Anos (em %)	Mães que fizeram Sete e Mais Consultas de Pré-Natal (em %)	Partos Cesáreos (em %)	Nascimentos de Baixo Peso (menos de 2,5kg) (em %)	Gestações Pré-Termo (em %)
Mogi Mirim	5,73	81,51	63,35	10,71	14,15
Mogi Guaçu	6,03	80,43	37,79	10,8	14,24
Estiva Gerbi	4,55	68,8	65,89	9,09	21,37
Itapira	6,52	83,68	68,3	9,77	12,56
Conchal	10,3	85,24	61,21	8,54	11,05
Engenheiro Coelho	7,98	72,31	56,65	7,63	9,16
Artur Nogueira	8,55	76,83	35,38	8,46	13,59
Holambra	3,21	81,22	66,51	8,72	11,16
Santo Antonio de Posse	11,94	74,42	66,28	11,74	15,56
Jaguariúna	4,43	86,24	73,01	9,65	10,62
Média de ocorrência	6,92	79,07	59,44	9,51	13,35

Fonte: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>

As análises sobre a porcentagem de nascidos vivos de mães com menos de 18 anos referem-se às condições de risco associado à idade das mães, tais como a prematuridade e o baixo peso ao nascer, pois tendem a ser mais frequentes em nascidos de mães adolescentes, assim como em mães idosas (DATASUS, 2020).

Mogi Mirim, para a porcentagem de nascidos vivos de mães com menos de 18 anos apresentou 5,73%, estando abaixo da média dos municípios, a qual se encontrou em 6,92%, quando a média para o estado de São Paulo foi de 5,87%. Observou-se que o maior número de nascidos vivos de mães com menos de 18 anos apresentou-se para Santo Antonio de Posse, com 11,94%, seguido por Conchal com 10,3%. Os menores números apresentaram-se para Jaguariúna, com

4,43% e Estiva Gerbi com 4,55%.

Segundo DATASUS (2020)²¹, na Região Sudeste, a proporção de nascidos vivos de mães de 10-19 anos de idade, para o ano de 1998, foi em 20,7%, sendo considerado alto índice. Menciona ainda que a esterilização feminina, mais frequente acima dos 30 anos, faz decrescer o número de filhos nessa faixa etária, com consequente aumento proporcional de nascidos vivos de mães mais jovens. Assim como observa haver uma tendência de discreto aumento da proporção de nascidos vivos de mães adolescentes, cujos maiores valores se apresentam nas regiões Norte e Sudeste, o que se relaciona com a fecundidade específica desse grupo etário.

Para Mogi Mirim, a porcentagem das mães

²¹ <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2000/fqd16.htm>

que fizeram sete e mais consultas de Pré-Natal apresentou em 81,51%, uma porcentagem acima da média entre os municípios de análise, 79,07% constatando um menor número de mães que não completaram as consultas de acompanhamento em todo período gestacional. Tem-se, portanto, a relevância da assistência médica em Mogi Mirim para o pré-natal e de exames pré-natais no início da gravidez e durante todo o período gestacional.

Como de importância, as consultas de pré-natal podem detectar problemas com a saúde, tais como, as condições da gestante enquanto problemas de anemia, sendo que a falta de ferro pode provocar um parto prematuro. Assim como o diabetes gestacional que torna a gravidez de risco e pode causar problemas de saúde no feto. Jaguariúna seguida por Conchal apresentaram as melhores porcentagens de atendimento respectivamente em 86,24% e 85,24%. As menores porcentagens se apresentaram para Estiva Gerbi, em 68,8% e Engenheiro Coelho em 72,31%.

Em nossas análises, a porcentagem apresentada é influenciada por fatores socioeconômicos, assim como pela infraestrutura de prestação de serviços e por políticas públicas assistenciais e preventivas, as quais Mogi Mirim deve estar preparada para esse atendimento de forma igualitária, equânime a todas as mulheres.

Mogi Mirim, os partos cesáreos representaram em 63,35%, acima da média entre os municípios

analisados, em 59,44%. Segundo a Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS, 2020)²², a cesariana, quando não tem indicação médica, ocasiona riscos desnecessários à saúde da mulher e do bebê, pois aumenta em 120 vezes a probabilidade de problemas respiratórios para o recém-nascido e triplica o risco de morte da mãe. Jaguariúna e Itapira se apresentaram com os maiores índices, respectivamente em 73,01% e 68,3%.

Pesquisadores têm observado que o parto cesáreo no Brasil atingiu níveis de incidência extremamente elevados, superiores aos de qualquer outro país²³. Em 2016, segundo a ANS (2020)²⁴ o Brasil registrou 55,4% em partos cesáreos. Em 2018, no estado de São Paulo a taxa de cesarianas chegou a 58,6%.

Para o município de Mogi Mirim, deve-se observar a demanda de assistência de saúde ao parto cesáreo, com maiores análises, considerando que alguns possam se apresentar com possibilidade de serem desnecessários.

Quanto aos nascimentos com baixo peso, observou-se que Santo Antonio de Posse apresentou o maior número de ocorrência, em 11,74%, seguido por Mogi Guaçu em 10,8% e por Mogi Mirim com 10,71% dos nascimentos apresentando peso inferior a 2,5 kg. As menores ocorrências foram para Engenheiro Coelho em 7,63% e para Artur Nogueira em 8,46%.

As causas dos nascimentos com baixo peso são

²² <http://www.ans.gov.br/parto-e-normal>

²³ Maiores detalhes ver: FAÚNDES, A. CECATTI, J. G. A operação Cesárea no Brasil. Incidência, tendências, causas, consequências e propostas de ação. 1991.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1991000200003

²⁴ <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/786-cns-recomenda-a-revogacao-da-lei-paulista-que-permite-cesarea-opcional-no-sus>

inúmeras e dentre elas pode estar relacionado ao atraso no crescimento no ventre materno por conta de nutrição inadequada, ou ainda pode ser por falta ou deficiência de assistência pré-natal. A sua identificação antecipada pode indicar ações preventivas, diminuindo a possibilidade de complicações. Daí a importância dos exames pré-natais.

Nessas condições, a equipe médica, os estabelecimentos de saúde de Mogi Mirim devem estar preparados para melhorar o seu prognóstico, oferecer um atendimento especializado, considerando que aos nascidos com baixo peso, devido à imaturidade de seus órgãos e sistemas²⁵, pode apresentar problemas hematológicos, neurológicos, respiratórios, dentre outros, alterações do desenvolvimento motor.

Para a ocorrência de gestação pré-termo, nascimentos prematuros, ou seja, antes do tempo adequado, Estiva Gerbi apresentou uma alta porcentagem em 21,37% para o ano de 2016. Santo Antonio de Posse apresentou 15,56%. Já Mogi Mirim e Mogi Guaçu apresentaram respectivamente em 14,15% e 14,24%.

Essas ocorrências dão-se, dentre outras coisas, devido a problemas na placenta, no líquido amniótico, infecções, como exemplo, infecção urinária, certas anormalidades uterinas, hipertensão crônica. Assim como, devido a condições precárias de alimentação, falta de saneamento básico, fatores sociais, econômicos ou outros problemas sociais, os quais são

considerados como Determinantes Sociais de Saúde. Para a criança, há risco de complicações respiratórias, neuromotora e mesmo problemas ligados à visão e audição, dentre outros.

Para Mogi Mirim, as situações de risco com a ocorrência de gestações pré-termo e de nascimentos de baixo peso, essas ocorrências devem ser acompanhadas com inclusão de programas e ações de assistência preventiva, pois incide às famílias custo financeiro ao exigir medidas de recuperação da saúde com medicamentos ou gastos extras com atendimentos hospitalares.

Esta assistência preventiva pode significar como de importância porque muitas mulheres têm deficiências nutricionais no início da gravidez. A anemia por causa de deficiências de ferro e deficiências de vitamina A e iodo são comuns. Estima-se que quase metade de todas as mulheres grávidas e um terço das não grávidas no mundo tem anemia, uma deficiência que aumenta significativamente os riscos à saúde para mães e bebês.²⁶

Taxas de mortalidade infantil

A morte Infantil é considerada como aquela ocorrida no primeiro ano de vida e é medida pelo número de mortes antes de completar um ano de idade. No Brasil, a Taxa de Mortalidade Infantil, segundo dados do IBGE (2020)²⁷ referentes ao ano de 2000, foi de 29,02 por mil nascidos vivos, decrescendo essa taxa para o ano de 2015 em 13,82. Em 2018, o estado de São Paulo registrou

²⁵ Maiores detalhes ver: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0104manual_assistencia.pdf

²⁶ https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-38292007000600002&script=sci_arttext#:~:text=Estima%2Dse%20que%20quase%20a,gestantes%20no%20Brasil%20seriam%20an%C3%AAs%20Amicas.&text=Estima%2Dse%2C%20no%20Nordeste%20brasileiro,de%20anemia%20no%20ciclo%20grav%C3%ADdico.

²⁷ <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-mortalidade-infantil.html>

a taxa de mortalidade infantil de 10,7 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos.

A Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce, segundo o DATASUS²⁸, refere-se ao número de óbitos de 0 a 6 dias de vida completos, por mil nascidos vivos, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Esta taxa estima as diferentes condições adversas de saúde e o risco de um nascido vivo morrer durante a primeira semana de vida.

A Taxa de Mortalidade Neonatal trata-se do número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade, observado durante um determinado período de tempo, normalmente, 1

ano, referindo-se ao número de nascidos vivos do mesmo período.

Já, a Taxa de Mortalidade Pós Neonatal indica, trata-se do número de óbitos entre 28 a 364 dias de vida completos, por mil nascidos vivos.

A Taxa de Mortalidade Neonatal Tardia indica o número de óbitos de 7 a 27 dias de vida completos, por mil nascidos vivos, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de um nascido vivo morrer durante o período neonatal tardio.

A Tabela 19 apresenta as taxas de mortalidade para Mogi Mirim no período entre 2015 e 2019.

Tabela 19: Taxas de mortalidade infantil por mil nascidos vivos e variação (%).
Mogi Mirim. (2015-2019).

Período	Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce (Por mil nascidos vivos)	Taxa de Mortalidade Neonatal (Por mil nascidos vivos)	Taxa de Mortalidade Pós Neonatal (Por mil nascidos vivos)	Taxa de Mortalidade Neonatal Tardia (Por mil nascidos vivos)
2015	4,95	3,3	3,3	1,65	-
2016	4,7	1,88	3,76	0,94	1,88
2017	10,57	5,76	6,72	3,84	0,96
2018	1,91	1,91	1,91	-	-
2019	9,68	1,94	5,81	3,87	3,87
Variação					
%	195,55	-58,78	176,06	234,54	205,85

Fonte: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>
(-) Dados não disponíveis.

²⁸ <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2011/c0101.htm>

Mogi Mirim apresentou um aumento significativo nas Taxas de Mortalidade Infantil, Mortalidade Neonatal, Pós Neonatal e Neonatal Tardia no período analisado. Apresentou apenas diminuição na taxa de mortalidade Neonatal Precoce.

Observou-se um aumento na taxa de mortalidade infantil em Mogi Mirim ao comparar os anos de 2016-2017 e 2018-2019, podendo ser explicado, nesses casos que, segundo o SEADE (2020)²⁹, em alguns municípios, pode decorrer do número reduzido de nascidos vivos e óbitos de crianças menores de 1 ano, ocorrido em cada ano considerado. Porém, com taxa de mortalidade infantil em 9,68 por mil nascidos vivos em 2019, encontra-se abaixo da média do estado de São Paulo, em 10,93 por mil nascidos vivos.

A Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce por mil nascidos vivos, embora no ano de 2017 tenha sido alta, em 5,76, apresentou um declínio em 58,78%. Em referência aos anos de menor ocorrência, considerando os dados do ano de 2019, as taxas para Mortalidade Neonatal, Pós Neonatal e para a Mortalidade Neonatal Tardia, o aumento de ocorrência foi respectivamente em 176,06%, 234,54% e 205,85%, retratando um acréscimo da mortalidade infantil no período.

Os dados acima podem estar refletindo, de maneira geral, como mencionado, tem-se as condições socioeconômicas e de saúde da mãe, bem como a ausência de procura ou inadequada assistência pré-natal, assistência ao parto e ao recém-nascido, ao acesso e à qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materna e da população infantil. Para

a redução da mortalidade infantil, torna-se relevante considerar que as taxas elevadas estão geralmente associadas a condições insatisfatórias de assistência em saúde social. Sendo, portanto, necessárias maiores atenções introduzindo programas e ações para a redução das taxas, tais como intervenções públicas nas áreas de saúde, saneamento, assistência social e educação da mãe. Assim como, o município deve estar preparado para investimentos aos serviços hospitalares, como por exemplo, o investimento em UTIs neonatais com atendimento ao SUS. Pois, o atendimento público com qualidade reflete nas condições socioeconômicas e de saúde da mãe. Portanto, projetar políticas públicas de educação em saúde para a mudança dos índices de mortalidade infantil, analisando os reais fatores determinantes sociais que contribuem para a mortalidade.

Quanto à queda da mortalidade pós-natal precoce em Mogi Mirim, esta pode ser considerada o que a Fundação SEADE³⁰ menciona como sendo a queda atribuída, em certa medida, como a intervenções de certa forma simples e de baixo custo, porém extremamente efetivas, como o uso de terapias de reidratação oral, o incentivo ao aleitamento materno, a melhoria da cobertura vacinal e o aumento da proporção de gestantes que tiveram sete ou mais consultas de pré-natal.

Óbitos, taxas de mortalidade gerais e por grupos selecionados de idade.

Segundo dados disponibilizados pelo do IBGE (2020)³¹, referente ao ano de 2015, no Brasil, a Taxa de Mortalidade apontava para 6,08 mortos

²⁹ <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>

³⁰ <https://www.seade.gov.br/mortalidade-infantil-e-a-menor-ja-registrada-em-sao-paulo/>

³¹ <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-brutas-de-mortalidade.html>

por mil habitantes. As taxas de Óbitos Gerais são as mortes ocorridas entre os indivíduos residentes, ou seja, os habitantes de uma localidade, independentemente de onde tenha ocorrido o óbito. A taxa de Mortalidade Geral trata-se da relação entre os óbitos gerais de residentes ocorridos num determinado período de tempo (em geral, um ano) e a população.

Quanto ao município de Mogi Mirim, na Tabela 20 apresentam-se as taxas de óbitos gerais; taxa por mil habitantes, por faixa etária, por grupos selecionados de idade, incluindo os óbitos com 60 anos e mais e a relação entre os óbitos da população de 60 anos e mais por cem mil habitantes nessa faixa etária.

Tabela 20: Óbitos, taxas de mortalidade por grupos selecionados de idade, Taxa de mortalidade e Variação (%). Mogi Mirim (2015-2019).

Período	Óbitos Gerais	Taxa de Mortalidade Geral	Óbitos da População	Taxa de Mortalidade da População de 15 a 34 Anos (Por cem mil habitantes)	Óbitos da População de 60 Anos e mais	Taxa de Mortalidade da População de 60 Anos e mais (Por cem mil habitantes)
	(por local de residência)	(por local de residência) por mil habitantes	de 15 a 34 Anos	nessa faixa etária)		nessa faixa etária)
2015	673	7,59	26	92,56	503	3736,17
2016	643	7,22	35	126,43	469	3354,07
2017	663	7,42	25	91,67	496	3416,45
2018	675	7,52	20	74,47	506	3357,89
2019	767	8,51	37	139,91	544	3479,15
%	19,28	17,86	85	87,87	15,99	41,95
Var.						

Fonte: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>

Os Óbitos Gerais para o ano de 2019, em 767 óbitos em Mogi Mirim se apresentou como sendo o maior no período, sendo que em relação ao ano de 2016, o ano de menor ocorrência de óbitos, houve um aumento de 19,28%. A Taxa de Mortalidade Geral por mil habitantes para o ano de 2019 apontou em 8,51, igualmente sendo a maior no período analisado. Considerando o ano de 2016 como sendo o de menor ocorrência a Taxa de Mortalidade Geral apresentou um aumento em 17,86%.

Os óbitos da população de 15 a 34 anos e a taxa de mortalidade dessa população por cem

mil habitantes, ambas as taxas apresentaram crescimento no período. Chama a atenção para o ano de 2018, onde se apresentou como o de menores óbitos nesta faixa, portanto, as menores taxas, sendo que para o ano de 2019 houve um aumento de óbitos em 85% e a mortalidade por cem mil habitantes aumentou em 87,87% entre os dois anos. O que torna necessária maiores observações para definir se as ocorrências deram-se por causas externas, tais como agressões e acidentes de transporte ou por doenças infecciosas e parasitárias, assim como óbitos decorrentes de complicações na gravidez, no parto e no resguardo.

Os dados apresentados dos Óbitos da População de 60 Anos e mais e a Taxa de Mortalidade da População de 60 Anos e mais por cem mil habitantes nessa faixa etária, nesses dois casos houve um aumento de 15,99% e de 41,95% respectivamente, em referência ao ano de 2016, este ano como sendo o de menor ocorrência de mortalidade.

Com o processo de envelhecimento populacional, é crescente o número de óbitos entre as pessoas acima de 60 anos. Segundo o SEADE (2016, p. 4)³², “chama atenção o aumento importante da ocorrência de mortes devido às causas externas, com destaque para atropelamentos e quedas.”

Os dados indicam maiores cuidados com o idoso, com enfoque aos aspectos relacionados ao acesso aos serviços, uma vez que o idoso apresenta maiores dificuldades de locomoção para a utilização dos serviços de saúde, e dentre outros, como exemplo, o fomento à cobertura do Programa Saúde da Família, a qual, dada a proximidade ao usuário, pode intervir diretamente nos fatores que colocam a saúde do idoso em risco.

Inclui-se aqui a consideração de que a gestão da saúde pública, ao promover o acesso e utilização

de serviços de saúde com qualidade significa um fator importante para a diminuição dos óbitos da população.

Óbitos e taxas de mortalidade por causa

Como óbitos por causas externas, estes óbitos tratam-se, segundo o DATASUS³³, dos acidentes de trânsito, homicídios e suicídios, os quais respondem, por cerca de dois terços dos óbitos por causas externas no Brasil. Essas taxas, normalmente, apresentam-se mais altas na população de adultos jovens, principalmente do sexo masculino. Inclui-se também óbitos provocados por quedas, afogamentos, envenenamentos, suicídios, queimaduras, lesões por deslizamento ou enchente, e outras ocorrências.

Como metodologia para cálculo, a Taxa de Mortalidade por Causas Externas é obtida na relação do número de óbitos por causas externas (acidentes e violências) por 100 mil habitantes, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

A Tabela 21 apresenta um panorama dos óbitos e taxas de mortalidade em Mogi Mirim com dados disponíveis no período entre 2013 e 2017.

³² https://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/primeira_analise_35_2a_prova.pdf

³³ <http://tabnet.datasus.gov.br>

Tabela 21: Óbitos e taxas de mortalidade por causa selecionadas de morte e %.
Município de Mogi Mirim (2013-2017).

Período	Óbitos por Causas Externas	Taxa de Mortalidade por Causas Externas (Por cem mil habitantes)	Óbitos por Agressões	Taxa de Mortalidade por Agressões (Por cem mil habitantes)	Óbitos por Acidentes de Transportes	Taxa de Mortalidade por Acidentes de Transportes (Por cem mil habitantes)
2013	61	69,48	9	10,25	21	23,92
2014	51	57,79	9	10,2	19	21,53
2015	55	62,01	6	6,76	17	19,17
2016	51	57,28	7	7,86	15	16,85
2017	49	54,82	8	8,95	8	8,95
%	-19,67	-21,09	33,33	32,39	-61,9	-62,58
Var.						

Fonte: DATASUS <http://tabnet.datasus.gov.br>

Os Óbitos por Causas Externas e a Taxa de Mortalidade por Causas Externas por cem mil habitantes, entre os anos de 2013 e 2017, apresentaram uma queda em 19,67% e 21,09% respectivamente, quando o estado de São Paulo havia apresentado uma queda de Óbitos por Causas Externas em 8,12%.

Considerando o ano de 2015, como o de menor número de Óbitos por Agressões, observou-se um aumento em 33,33% de ocorrência para o ano de 2017. Para a Taxa de Mortalidade por Agressões (por cem mil habitantes), igualmente considerando o ano de 2015 houve um aumento em 32,39% para o ano de 2017, sugerindo um crescimento da violência social.

Convém ressaltar que, para Mogi Mirim, em observação ao aumento de ocorrências mencionadas acima, torna-se necessária a elaboração de programas sociais junto à população, de forma a analisar quais os territórios encontram-se vulneráveis, quais os fatores de risco podem ser os definidores da violência que deverão ser sanados na busca da

prevenção de óbitos por causas externas.

Ao observar que esses óbitos, são consideravelmente mais altos na população de adultos jovens, do sexo masculino, somam-se como causas as agressões em termos de violência interpessoal/autoprovocada por preconceito com raça/cor e condições sociais.

Para além das análises da distribuição espacial e socioeconômica, que normalmente são direcionadas para as áreas periféricas pertencentes a grupos menos privilegiados economicamente, deve ser incluída a consideração de que as agressões ocorrem fluidas espacialmente, por preconceitos diversos, violência doméstica/familiar, por conflitos interpessoais e demais. Torna-se necessária a adoção de políticas públicas dirigidas para a saúde social, em que possa levar assistência com programas sociais como forma de orientar as intervenções nas populações específicas.

Chama a atenção em Mogi Mirim para o declínio dos Óbitos por Acidentes de

Transportes e a Taxa de Mortalidade os quais, considerando o ano de 2013, como o ano de maiores ocorrências, para 2017 apresentaram uma diminuição respectivamente de 61,9% e 62,58%. Esses dados podem estar relacionados à engenharia de tráfego aplicada pelo governo municipal, à infraestrutura e sinalização viária, dentre outros fatores. Assim como, a diminuição de mortes por acidentes pode estar associada à qualidade da assistência médica disponível em atendimento a esses casos. Contudo, não deve ser deixado de realizar programas de educação no trânsito, o combate ao consumo de álcool e demais.

Saúde e Investimento Financeiro.

Dados do relatório da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2019)³⁴ revelam que os governos fornecem uma média de 51% dos gastos com saúde de um país e cerca de 40% dessas despesas são pagas com o próprio dinheiro das pessoas. Esses gastos pagos pelas pessoas, segundo a OPAS (2019)³⁵ leva 100 milhões de pessoas à extrema pobreza a cada ano. Ainda a Organização menciona que sobre os gastos públicos, para Tedros A. Ghebreyesus, diretor-geral da OMS, “os gastos com saúde não são um custo, são investimentos para a

redução da pobreza, empregos, produtividade, crescimento econômico inclusivo e sociedades mais saudáveis, seguras e justas”.

Considera-se que a intervenção pública no serviço de saúde, esta intervenção, o serviço prestado deve reduzir as consequências negativas ocasionadas pela doença, proporcionando a melhoria da qualidade de vida a toda população, maiores cuidados aos enfermos e a sua reabilitação, assim como abrir mecanismos equitativos, que possam inibir o empobrecimento adicional causado pela doença (BUSS e PELLEGRINI FILHO, 2007).

Observa-se que quando as situações econômicas gerais se tornam agudas em determinado território, um país, por exemplo, a trajetória de demanda por serviços de saúde, atendimento médico, demanda por equipamentos públicos e demais, também aumenta, exigindo maiores investimentos no setor.

A Tabela 22, com dados de Mogi Mirim disponibilizados pelo SEADE, apresenta o que se considera como investimentos municipais com Saúde, de 2007 a 2013, em reais de 2019, por Subfunção de serviços prestados.

³⁴https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5874:países-estao-gastando-mais-em-saude-mas-pessoas-ainda-pagam-muitos-servicos-com-dinheiro-do-proprio-bolso&Itemid=843

³⁵ <https://www.paho.org>

Tabela 22: Investimentos municipais com Saúde, em reais de 2019, por Subfunção. Taxa de variação em %. Mogi Mirim. 2007-2013.

Período	Total de Despesas Municipais – Saúde	Subfunção Atenção Básica	Subfunção Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Subfunção Suporte Profilático e Terapêutico	Subfunção Vigilância Sanitária	Subfunção Vigilância Epidemiológica	Subfunção Alimentação e Nutrição
2007	66.161.522,00	23.299.421,00	36.507.858,00	3.757.532,00	654.407,00	1.816.118,00	126.193,00
2008	68.200.450,00	21.754.478,00	42.765.276,00	962.256,00	836.608,00	1.690.821,00	191.013,00
2009	79.105.470,00	28.173.031,00	41.797.132,00	6.651.425,00	768.428,00	1.585.371,00	130.081,00
2010	88.144.446,00	25.143.098,00	58.815.069,00	1.192.434,00	1.143.198,00	1.850.647,00	-
2011	91.744.228,00	27.727.824,00	59.570.981,00	1.186.811,00	935.227,00	2.144.905,00	178.482,00
2012	86.860.561,00	27.178.889,00	56.441.861,00	843.382,00	771.604,00	1.611.679,00	8.310.905,00
2013	86.330.814,00	33.666.946,00	49.446.754,00	218.772,00	2.663.118,00	335.229,00	9.286.705,00
% var	-5,9	54,7	16,9	-932	406	-878	

Fonte <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>
 (-) dados não disponíveis.

Mogi Mirim apresentou uma oscilação no total de investimentos com a saúde no período, sendo o ano de 2011, o de maior investimento, chegando em 2013 com decréscimo de 5,9%. Notou-se que para a Subfunção Atenção Básica, uma prestação de serviço para organizar o fluxo dos serviços nas redes de saúde, dos mais simples aos mais complexos, esta Subfunção, em 2013 recebeu maior investimento dentro do período quando comparado com o ano de 2008 mostrou um aumento de 54,7%.

A Assistência Hospitalar e Ambulatorial onde se incluem casos de internação do usuário, realização de consultas e exames, para 2013 houve um decréscimo de investimento ao considerar o ano de 2011, cujo decréscimo foi de 16,9%.

A Subfunção Suporte Profilático e Terapêutico, em casos de doenças e agravos através da aquisição de medicamentos e insumos da assistência farmacêutica básica e outros programas de saúde, esta Subfunção, apresentou

uma oscilação no período analisado, sendo que o ano de 2009 se apresentou como o de maior investimento e o de 2013, o de menor, com decréscimo de aproximadamente 932%, ou seja, um baixo investimento nesta subfunção neste ano.

A Vigilância Sanitária se apresentou com um investimento no período em cerca de 406% de aumento, quando comparado ao ano de 2007, com ênfase nos anos 2010 e 2013. Já a Vigilância Epidemiológica apresentou-se em decréscimo no período sendo o ano de 2013, o de menor atenção em investimento quando comparado por 2011, sendo um decréscimo de aproximadamente 878%.

Os dados sobre Alimentação e Nutrição, com implementação das ações no âmbito da segurança alimentar e nutricional chamam a atenção sobre os valores investidos no período, apresentando um aumento no atendimento em alimentação e nutrição nos dois últimos anos disponíveis, sugerindo maiores atenções de

assistência social.

Em Mogi Mirim, os investimentos com a saúde, de uma maneira geral, apresentaram acréscimo, sendo que os investimentos estão relacionados à frequência da procura por atendimentos, aos problemas de saúde, condições demográficas, como também a estrutura de rede e qualidade dos serviços.

Muito embora se considere de importância o equilíbrio entre receitas e despesas no município, o financiamento da Saúde não pode ser considerado uma equação contábil. Com os dados apresentados nesse documento, tem-se a possibilidade de analisar quais as prioridades em políticas de saúde pública para dirigir os

investimentos.

Disponibilidade de profissionais da área de saúde.

Segundo a OPAS (2019)³⁶, a Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza como parâmetro ideal de atenção à saúde da população, a relação de 1 médico e 2 enfermeiros por mil habitantes. No Brasil, em 2018, haviam 2,18 médicos por mil habitantes, segundo dados da Demografia Médica³⁷.

Assim, a Tabela 23 apresenta o número de profissionais em Saúde e a taxa de variação em porcentagem no período 2013 e 2019 em Mogi Mirim.

³⁶ <https://www.paho.org>

³⁷ <https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/DemografiaMedica2018.pdf>

Tabela 23: Número de Profissionais da Área da Saúde Registrados nos Conselhos Regionais. Taxa de variação em %. Mogi Mirim. 2013-2019.

Profissionais / Período	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	%
								Variação 2013
Auxiliares de Enfermagem	224	225	214	206	203	209	202	-9,82
Auxiliares de Enfermagem (Coeficiente por mil habitantes) 2,0	2,55	2,55	2,41	2,31	2,27	2,33	2,24	
Dentistas	191	194	200	193	202	209	230	20,41
Dentistas (Coeficiente por dois mil habitantes)	4,35	4,4	4,51	4,34	4,52	4,66	5,11	
Enfermeiros	164	170	179	176	192	196	201	22,56
Enfermeiros (Coeficiente por mil habitantes)	1,87	1,93	2,02	1,98	2,15	2,18	2,23	
Fonoaudiólogos	32	36	38	39	37	41	40	25
Fonoaudiólogos (Coeficiente por mil habitantes)	0,36	0,41	0,43	0,44	0,41	0,46	0,44	
Médicos	207	221	234	239	249	259	267	28,98
Médicos (Coeficiente por mil habitantes)	2,36	2,5	2,64	2,68	2,79	2,89	2,96	
Psicólogos	145	163	169	177	193	-	-	33,1
Psicólogos (Coeficiente por mil habitantes)	1,65	1,85	1,91	1,99	2,16	-	-	
Técnicos de Enfermagem	324	353	386	398	413	431	459	41,66
Técnicos de Enfermagem (Coeficiente por mil habitantes)	3,69	4	4,35	4,47	4,62	4,8	5,09	
Técnicos de Prótese Dental	18	18	18	17	17	18	17	-5,55
Técnicos de Prótese Dental (Coeficiente por dois mil habitantes)	0,41	0,41	0,41	0,38	0,38	0,41	0,38	
Total de profissionais período 2013-2019	1305	1380	1438	1445	1506	1363	1416	

<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>

(-) Dados não disponíveis

Mogi Mirim apresentou, em 2019, uma disponibilidade de médicos em 2,96 profissionais por mil habitantes. Portanto, uma média superior ao preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em um médico para cada mil habitantes e superior à média brasileira a qual foi em 2,18 médicos por mil habitantes para o ano de 2018. Assim como apresentou no mesmo ano de 2019, 2,23 enfermeiros por mil habitantes, mostrando um município com condições favoráveis de atendimento à população. No período de 2013 a 2019, o acréscimo de médicos e de enfermeiro foi respectivamente em 28,98% e 22,56%.

Já, para profissionais auxiliares de enfermagem, observou-se ter havido uma diminuição do número em 9,82%. Sendo, contudo, observado que houve um aumento de profissionais Técnicos de Enfermagem em 41,66% no período analisado.

Para os demais profissionais da saúde observou-se ter havido um aumento em número, portanto, igualmente em seus coeficientes por mil habitantes. Chama a atenção para os profissionais técnicos em prótese dental que embora em menor número, apresentou uma queda de 5,55%.

O aumento dos profissionais de saúde em Mogi Mirim, de modo geral fora em 8,5% durante o período de 2013-2019, totalizando 1416 profissionais no ano de 2019, estando próximo a 15,1 profissionais da saúde para cada mil habitantes.

Essas condições de profissionais apresentadas podem indicar a qualidade do atendimento,

os quais, com especialidades médicas e de profissionais de enfermagens com conhecimentos específicos, conduz o município para a excelência em serviços de saúde.

Estabelecimentos de saúde e estabelecimentos por especialidade médica. Mogi Mirim e região de análise.

Segundo a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM)³⁸, para a Organização Mundial de Saúde (OMS) o hospital tem um caráter médico-social, que deve garantir assistência médica, tanto curativa como preventiva para a população. Para o SPDM (2020), a importância social do hospital vai muito além do atendimento médico, pois o hospital “é também o local que concentra a maior quantidade de tecnologia, de especialistas e de capacitação técnica, o que não significa que seja o centro do sistema de saúde”, assume fundamental importância em dar assistência e cuidados aos pacientes, para que possam recuperar sua saúde.

O Sistema Único de Saúde (SUS)³⁹ determina o atendimento médico-hospitalar a partir de três níveis de complexidade:

- Complexidade Baixa: onde as Unidades Básicas de Saúde (UBS) recebem o paciente, avaliam, diagnosticam e eventualmente encaminham o paciente para o atendimento específico.
- Complexidade Média: caracterizada por hospitais secundários e Ambulatórios Médicos de Especialidades (AME).
- Complexidade Alta: onde pacientes que

³⁸ <https://www.spdm.org.br>

³⁹ <http://portalms.saude.gov.br>

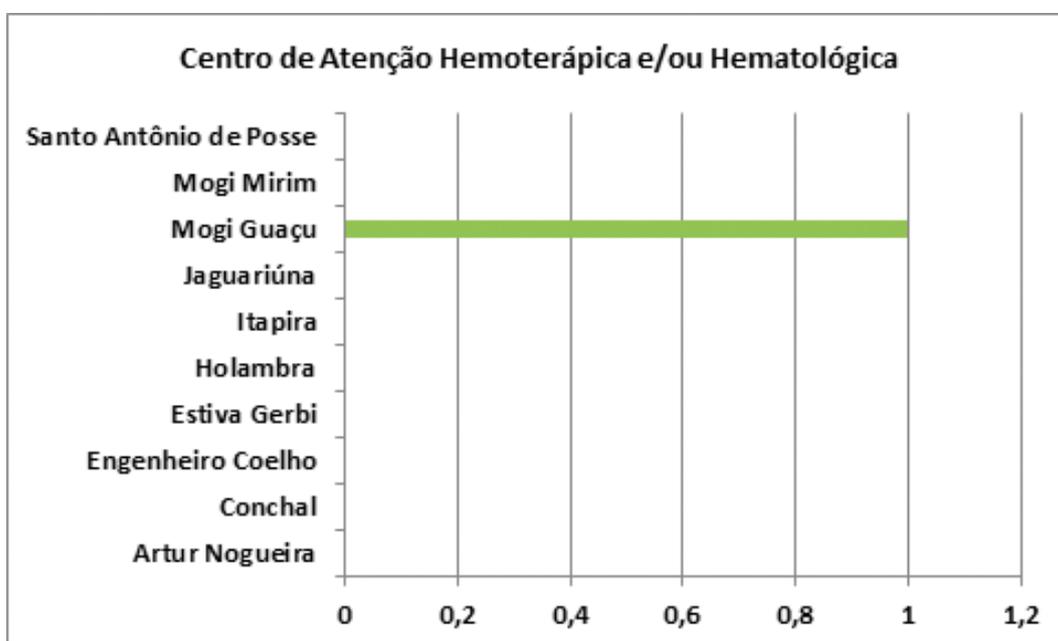
apresentam quadro clínico muito complexo são atendidos em hospitais referência.

Nessa hierarquia apresentada, o paciente ao ser atendido em unidades de saúde, conforme a sua necessidade e a complexidade de seu quadro clínico, é encaminhado para a unidade específica à sua enfermidade. Após o seu atendimento e seu quadro clínico estabilizado, conforme o caso

pode ser reencaminhado para uma unidade de menor complexidade, para dar seguimento ao tratamento.

Os gráficos de 03 a 12 apresentam os estabelecimentos por tipos selecionados para Mogi Mirim e municípios analisados, segundo dados do DATASUS (2020)⁴⁰ para novembro de 2020.

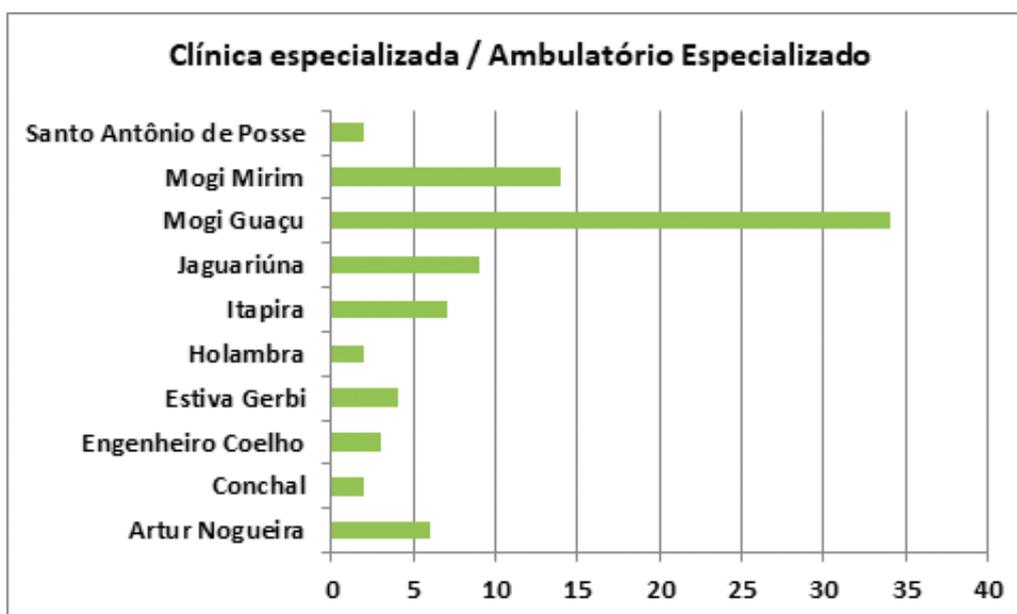
Gráfico 03: Distribuição de estabelecimento por tipo Centro de Atenção Hemoterápica e/ou hematológica. Mogi Mirim e municípios analisados. 2020.



Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?cnes/cnv/estabbr.def>

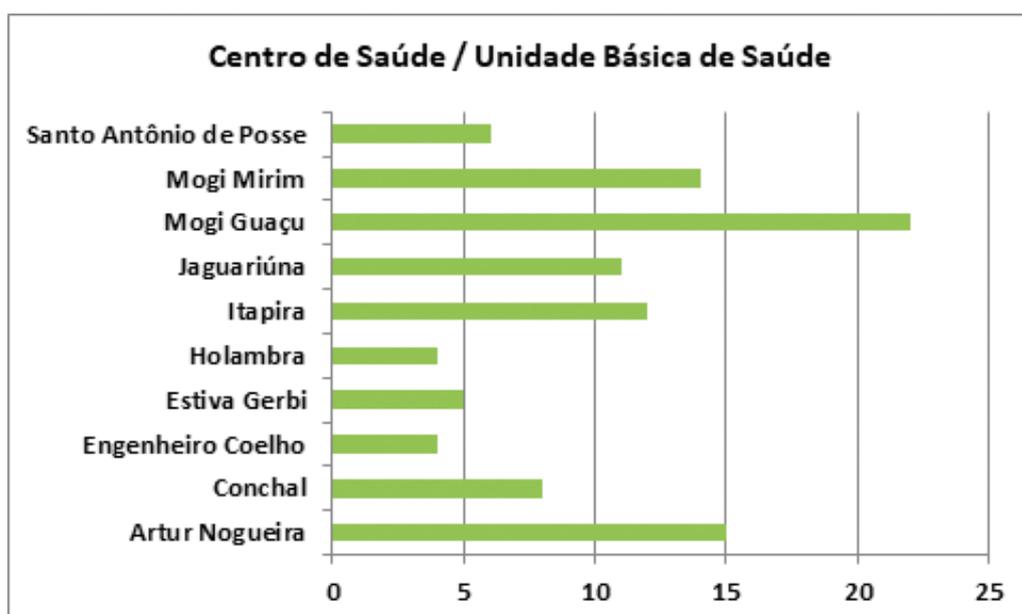
⁴⁰ <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?cnes/cnv/estabbr.def>

Gráfico 04: Distribuição de estabelecimentos por tipo Clínica Especializada / Ambulatório Especializado. Mogi Mirim e municípios analisados. 2020.



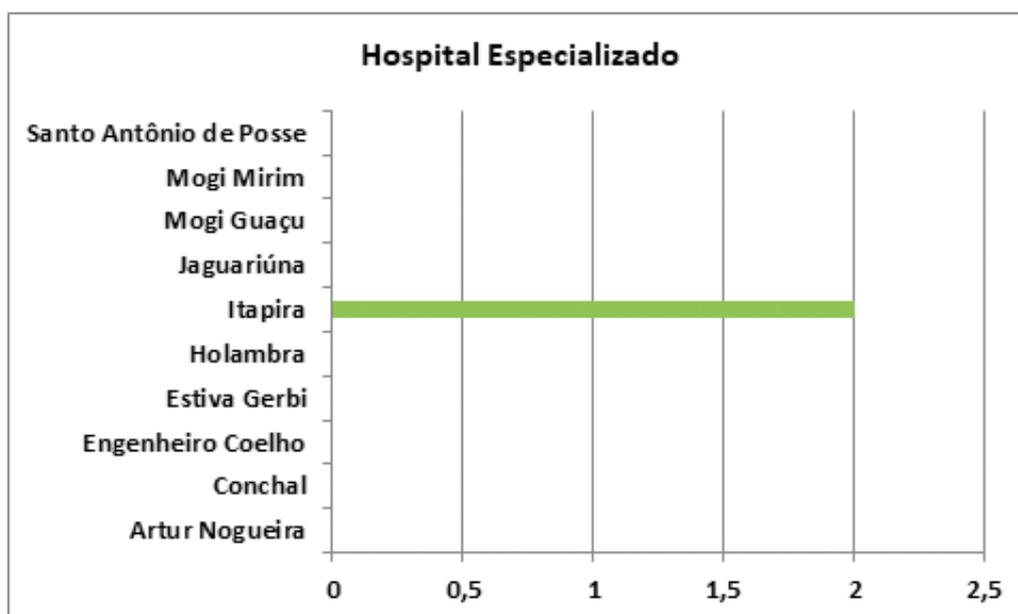
Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?cnes/cnv/estabbr.def>

Gráfico 05: Distribuição de estabelecimentos por tipo Centro de Saúde / Unidade Básica de Saúde. Mogi Mirim e municípios analisados. 2020.



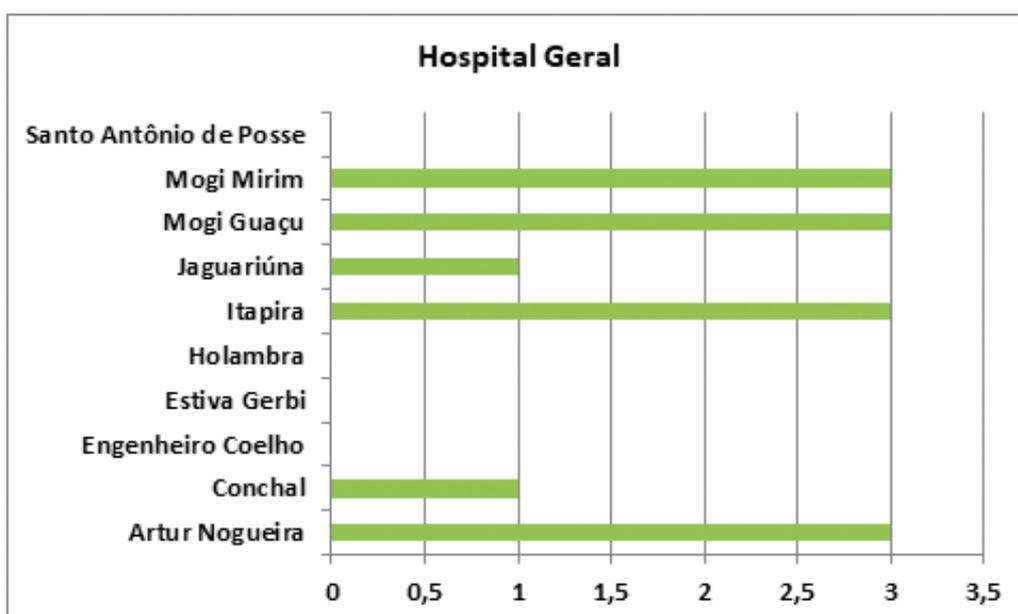
Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?cnes/cnv/estabbr.def>

Gráfico 06: Distribuição de estabelecimentos por tipo Hospital Especializado. Mogi Mirim e municípios analisados. 2020.



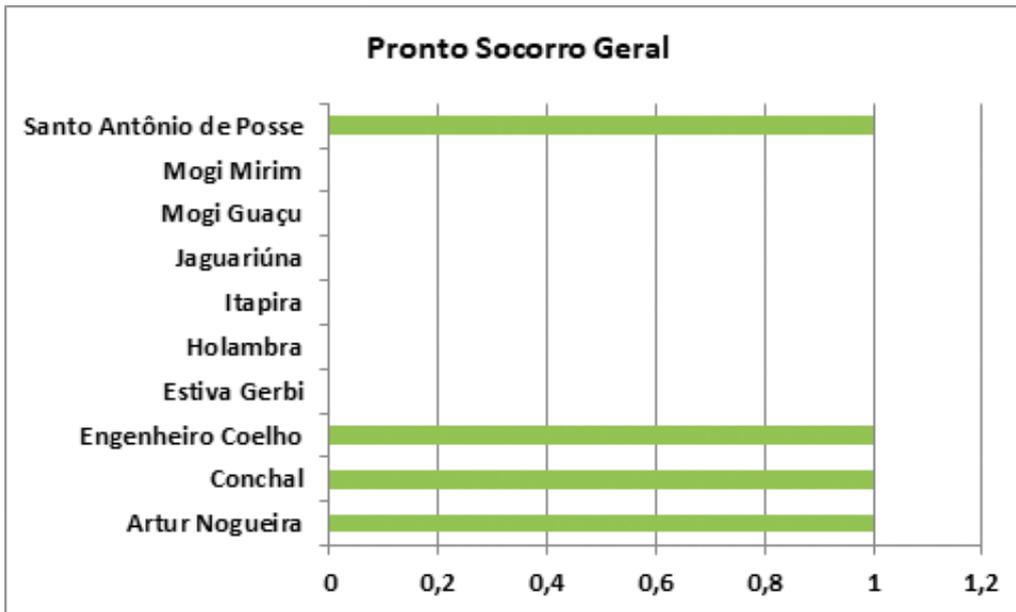
Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?cnes/cnv/estabbr.def>

Gráfico 07: Distribuição de estabelecimentos por tipo Hospital Geral. Mogi Mirim e municípios analisados. 2020.



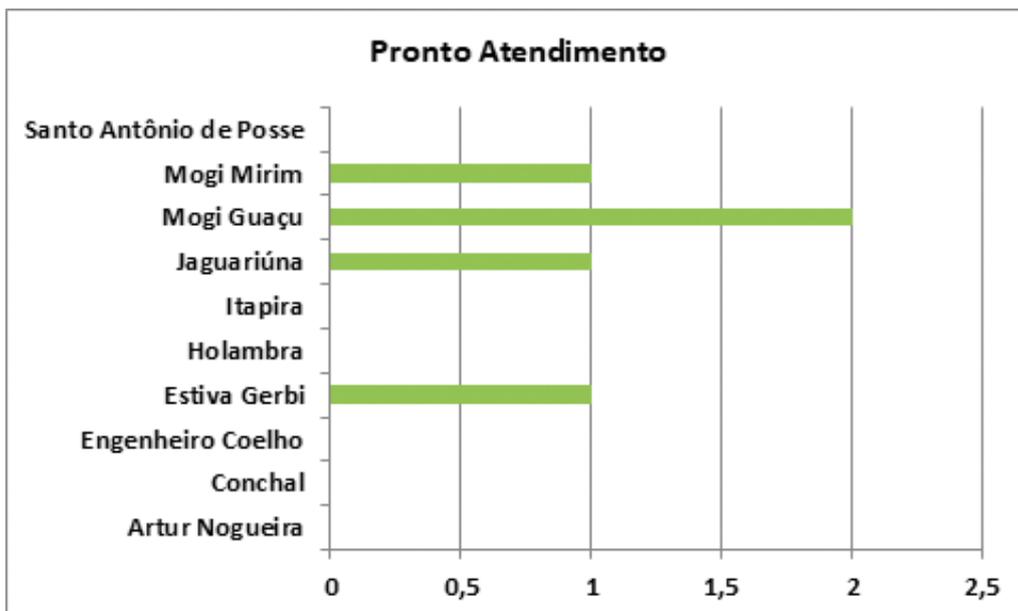
Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?cnes/cnv/estabbr.def>

Gráfico 08: Distribuição de estabelecimentos por tipo Pronto Socorro Geral.
Mogi Mirim e municípios analisados. 2020.



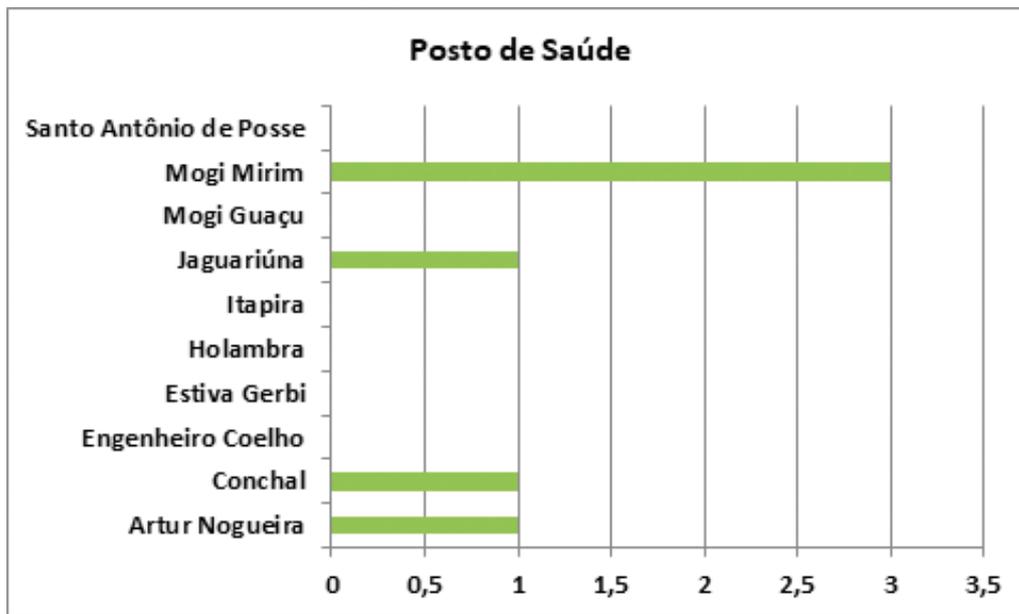
Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?cnes/cnv/estabbr.def>

Gráfico 09: Distribuição de estabelecimentos por tipo Pronto Atendimento.
Mogi Mirim e municípios analisados. 2020.



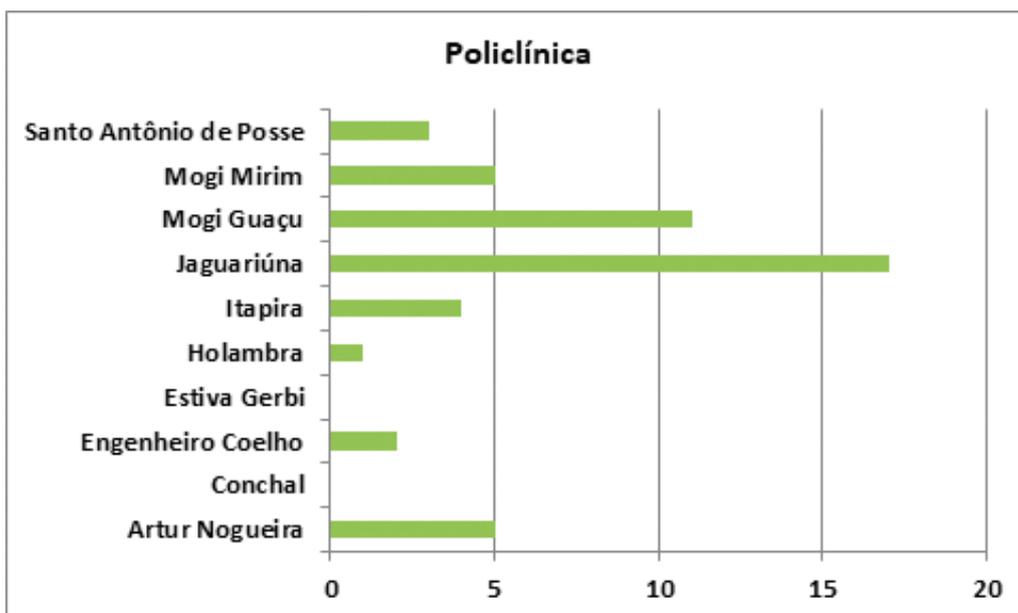
Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?cnes/cnv/estabbr.def>

Gráfico 10: Distribuição de estabelecimentos por tipo Posto de Saúde. Mogi Mirim e municípios analisados. 2020.



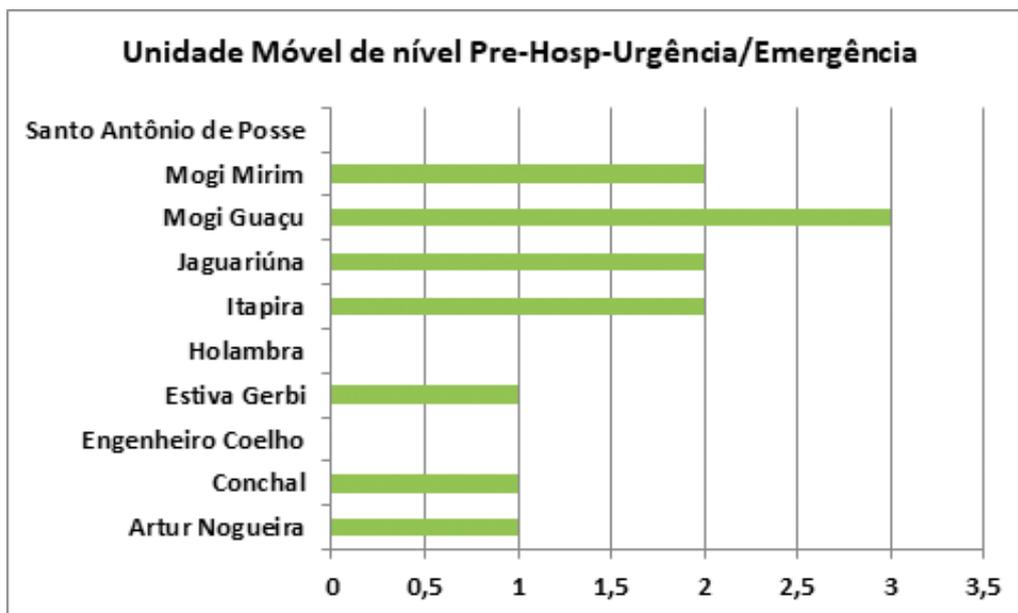
Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?cnes/cnv/estabbr.def>

Gráfico 11: Distribuição de estabelecimentos por tipo Policlínica. Mogi Mirim e municípios analisados. 2020.



Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?cnes/cnv/estabbr.def>

Gráfico 12: Distribuição de estabelecimentos por tipo Unidade Móvel de Nível Pre-Hosp-Urgência/Emergência. Mogi Mirim e municípios analisados. 2020.



Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?cnes/cnv/estabbr.def>

A Tabela 24 a seguir apresenta os números de estabelecimentos hospitalares selecionados

e estabelecimentos por mil habitantes. Mogi Mirim e municípios analisados.

Tabela 24: Número de estabelecimentos hospitalares selecionados. Estabelecimentos por mil habitantes. Mogi Mirim e municípios analisados. 2020.

Município	Centro de atenção hemoterápica e/ou hematológica	Clínica especializada		Centro de saúde/unidade básica de saúde	Hospital especializado	Hospital geral	Pronto socorro geral	Pronto atendimento	Posto de saúde	Policlínica	Unidade móvel de nível pre-hospitalar/urgência/emergência	População		Estab. / mil habitantes
		ambulatório	especializado									2020	Total	
Artur Nogueira	-	6		15	-	3	1	-	1	5	1	32	55.340	0,58
Conchal	-	2		8	-	1	1	-	1		1	14	28.273	0,5
Engenheiro Coelho	-	3		4	-	-	1	-	-	2	-	10	21.249	0,47
Estiva Gerbi	-	4		5	-	-	-	1	-	-	1	11	11.407	0,96
Holambra	-	2		4	-	-	-	-	-	1	-	7	15.272	0,46
Itapira	-	7		12	2	3	-	-	-	4	2	30	75.234	0,4
Jaguariúna	-	9		11	-	1	-	1	1	17	2	42	58.722	0,72
Mogi Guaçu	1	34		22	-	3	-	2	-	11	3	76	153.033	0,5
Mogi Mirim	-	14		14	-	3	-	1	3	5	2	42	93.650	0,45
Santo Antônio de Posse	-	2		6	-	-	1	-	-	3	-	12	23.529	0,51
Total	1	83		101	2	14	4	5	6	48	12	276	535.709	0,52

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/sp.htm>

Observou-se na região analisada que Mogi Guaçu mantém um Centro de Atenção Hemoterápica e/ou Hematológica, um estabelecimento que realiza o ciclo do sangue, desde a captação do doador, processamento, testes sorológicos, testes imunohematológicos, distribuição e transfusão de sangue de maneira total ou parcial.

Quanto à Clínica Especializada/Ambulatório Especializado, Mogi Guaçu apresentou o maior número de estabelecimentos entre os municípios analisados. Assim como, de uma maneira geral, dada a população a ser atendida nesta cidade, Mogi Guaçu apresentou o maior número de estabelecimentos.

Mogi Mirim comparece após Mogi Guaçu em número de estabelecimentos selecionados na região analisada, igualando em número com Jaguariúna, cuja cidade chama a atenção por ter o maior número de Policlínicas. Já Holambra se apresentou como o município de menor número de estabelecimentos de saúde. Itapira se apresentou como o único município com Hospital Especializado na região analisada, sendo duas unidades de estabelecimento.

Ainda, Mogi Mirim com a oferta de 42 estabelecimentos para uma população de 93.650 atinge uma taxa de 0,45 estabelecimentos por mil habitantes, se posicionando próximo a Mogi Guaçu, embora uma cidade com população maior, estimada em 153.033 habitantes, atingiu 0,5 estabelecimentos por mil habitantes.

Já Estiva Gerbi, com 11 estabelecimentos de saúde para uma população de 11.407 habitantes, atingiu o melhor coeficiente em 0,96 estabelecimentos por mil habitantes, seguido por Jaguariúna com 0,72 estabelecimentos selecionados por mil habitantes.

Quanto aos estabelecimentos de atendimentos especializados, estes se tratam da oferta de serviços, os quais se dirigem aos problemas de saúde que, dada a complexidade não podem ser plenamente diagnosticados ou orientados na rede básica. Dessa forma, os estabelecimentos especializados mantêm profissionais especialistas proporcionando um melhor atendimento à população.

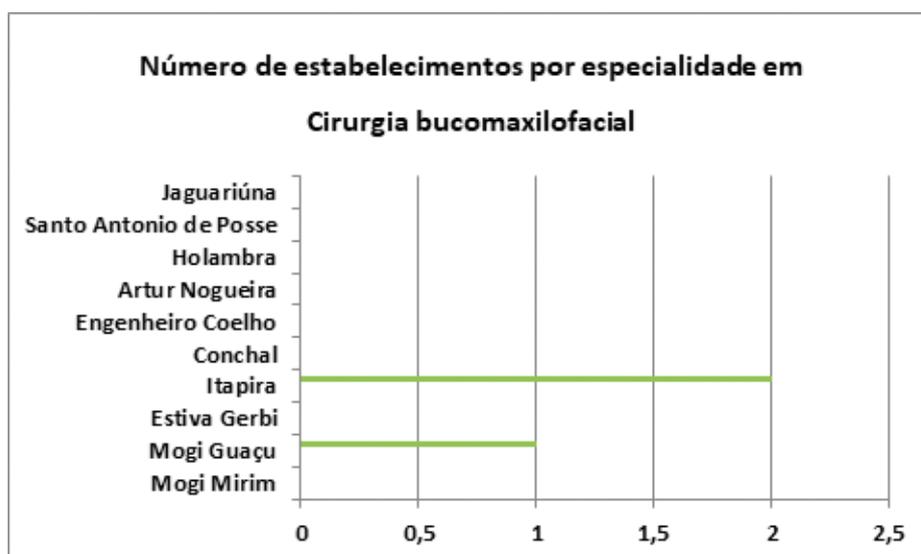
Sobre o atendimento à saúde em estabelecimentos por especialidade médica, Mogi Mirim, com 6 estabelecimentos, se posicionou dentro da média dos municípios, sendo ela em 6,6, seguido pelo município de Itapira com 5 estabelecimentos por especialidade médica.

Mogi Guaçu apresentou-se como o município de maior oferta aos serviços médicos especializados, seguido por Itapira e Artur Nogueira.

Com dados disponibilizados no site IBGE cidades⁴¹, referente ao ano de 2009, nos Gráficos de 13 a 21 são expostos os números de estabelecimentos com especialidade médica a cada município analisado.

⁴¹ <https://cidades.ibge.gov.br>

Gráfico 13: Distribuição de estabelecimentos na especialidade de Cirurgia Bucomaxilofacial. Mogi Mirim. Municípios analisados. Dados disponíveis de 2009.



Fonte: IBGE Cidades

Para a especialidade de cirurgia bucomaxilofacial, Itapira apresenta atendimento especializado com dois estabelecimentos, seguido por Mogi Guaçu com um estabelecimento nessa especialidade. Considerando o tipo de especialização de

atendimento médico, significa haver uma polarização nesse tipo de atendimento, portanto, uma necessidade de que os enfermos migrem para as cidades que ofertam este serviço.

Gráfico 14: Distribuição de estabelecimentos na especialidade em Clínica Médica. Mogi Mirim. Municípios analisados. Dados disponíveis de 2009.

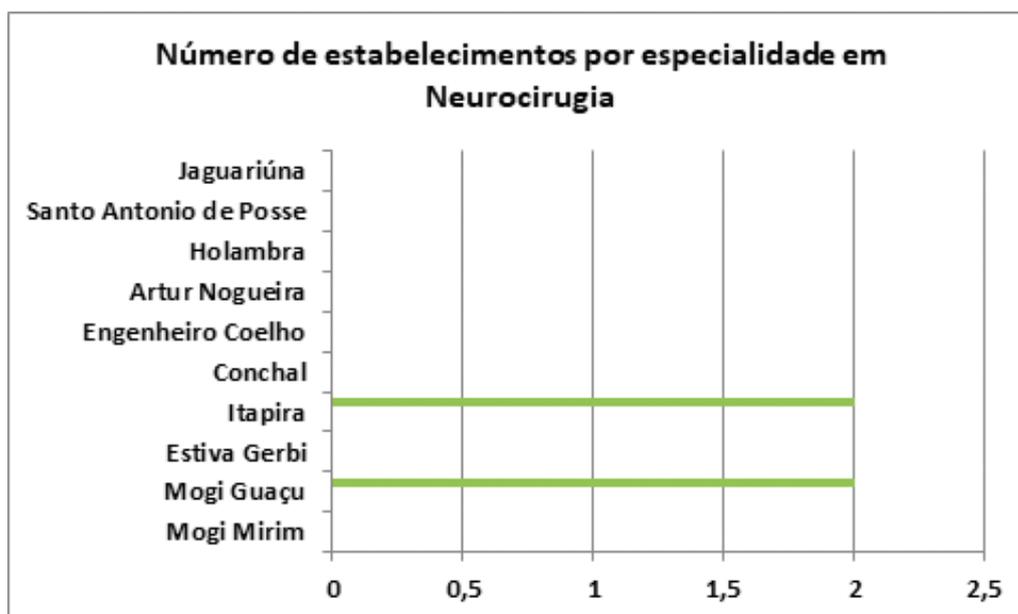


Fonte: IBGE Cidades

Com exceção de Estiva Gerbi que não apresentou estabelecimento em Clínica Média, todos os municípios apresentaram estabelecimentos nessa especialidade, sendo que Mogi Mirim

apresentou um estabelecimento. Mogi Guaçu, considerando o número populacional apresentou um número de quatro estabelecimentos de Clínicas Médicas especializadas.

Gráfico 15: Distribuição de estabelecimentos na especialidade em Neurocirurgia. Mogi Mirim. Municípios analisados. Dados disponíveis de 2009.



Fonte: IBGE Cidades

Mogi Mirim, com dados disponíveis pelo IBGE de 2009, não apresentou estabelecimento com equipe médica especializada em Neurocirurgia, sendo que, dentre os municípios, Itapira e Mogi Guaçu apresentaram atendimento médico especializado, com duas unidades em cada município.

Considerando o recorte espacial analisado, esta condição faz com que esses dois municípios, Itapira e Mogi Guaçu possam receber pacientes vindos de outros municípios tanto para atendimento de neurocirurgia como para cirurgia bucomaxilofacial.

Gráfico 16: Distribuição de estabelecimentos na especialidade em Obstetrícia. Mogi Mirim. Municípios analisados. Dados disponíveis de 2009.



Fonte: IBGE Cidades

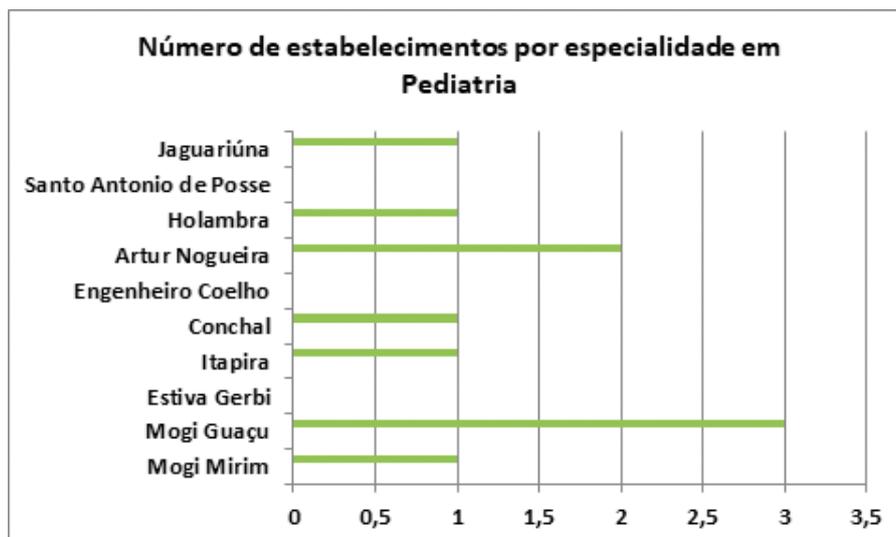
Mogi Mirim apresentou oferecer um estabelecimento nesta especialidade, sendo que Mogi Guaçu, Itapira e Artur Nogueira apresentaram dois estabelecimentos.

Para a especialidade em Obstetrícia, Santo Antonio de Posse, Engenheiro Coelho e Estiva Gerbi, com os dados disponíveis, não apresentaram estabelecimentos com esta especialidade. No entanto, não significa considerar-se não haver médicos especialistas nessa área da medicina, a qual, dentre outras coisas, tem-se o acompanhamento de todo o processo gestacional, desde o pré-natal até o pós-parto.

Dentre os municípios com registro de estabelecimento nessa especialidade, Mogi Guaçu apresentou-se com certa preponderância, assim como Itapira, sinalizando certa polarização entre os municípios ao evidenciar dois estabelecimentos cada município.

Quanto aos demais municípios observou-se que 70,0% deles apresentaram estabelecimentos com esta especialidade. Regionalmente, Mogi Mirim apresentou um estabelecimento consolidando o atendimento nessa especialidade à sua população local.

Gráfico 17: Distribuição de estabelecimentos na especialidade em Pediatria. Mogi Mirim. Municípios analisados. Dados disponíveis de 2009.

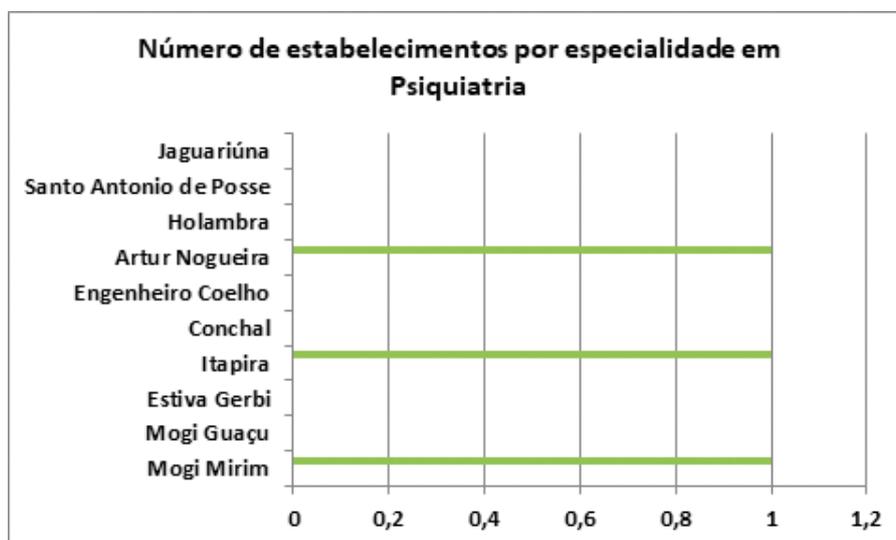


Fonte: IBGE cidades.

Igualmente, Santo Antonio de Posse, Engenheiro Coelho e Estiva Gerbi não apresentaram haver estabelecimentos com especialidades em Pediatria, porém não significa que não há médicos especialistas nessa área da saúde.

No recorte regional de municípios analisados, Mogi Guaçu apresentou o maior número de estabelecimentos, onde Mogi Mirim apontou apenas um estabelecimento nesta especialidade.

Gráfico 18: Distribuição de estabelecimentos na especialidade em Psiquiatria. Mogi Mirim. Municípios analisados. Dados disponíveis de 2009.

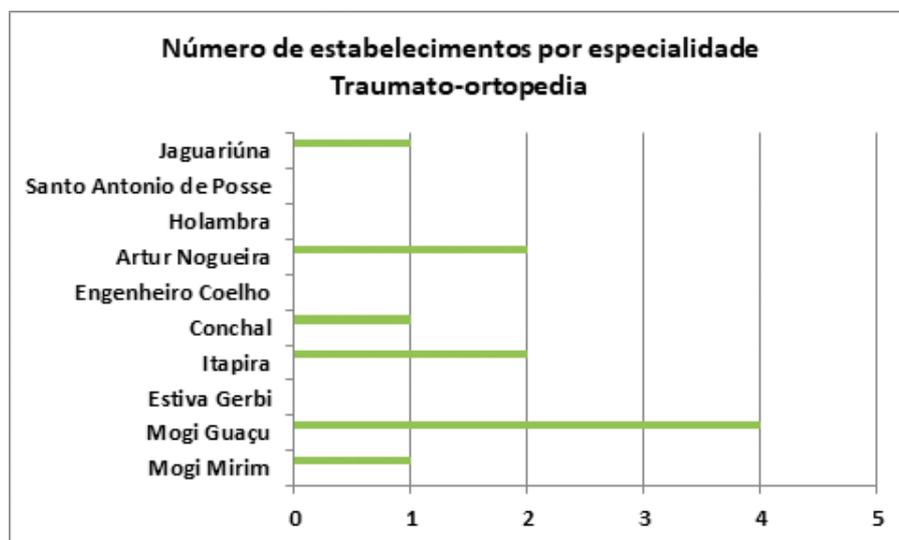


Fonte: IBGE cidades.

Dentre os municípios de análise, os municípios com estabelecimentos na especialidade em Psiquiatria se apresentaram para Mogi Mirim,

Itapira e Artur Nogueira. Os demais não registraram estabelecimentos especializados.

Gráfico 19: Distribuição de estabelecimentos na especialidade em Traumatologia ortopedia. Mogi Mirim. Municípios analisados. Dados disponíveis de 2009.

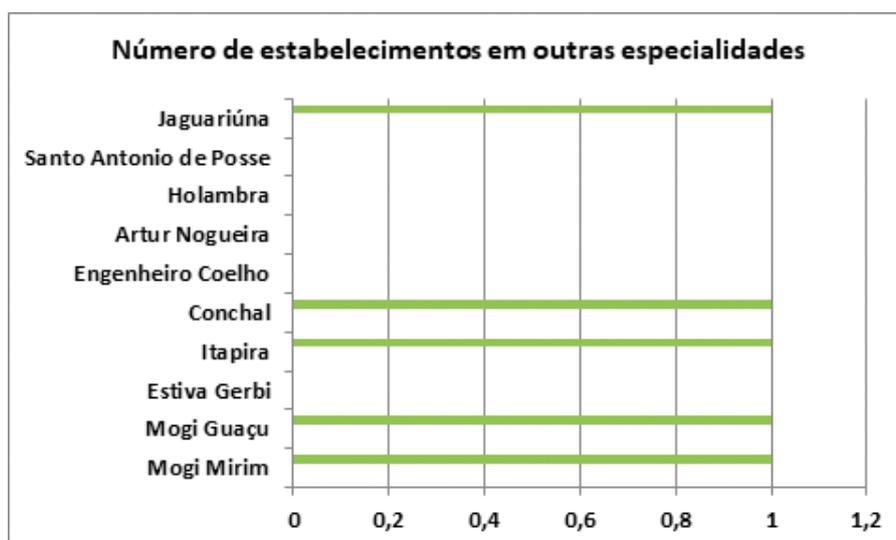


Fonte: IBGE cidades.

Observou-se que em apenas 6 municípios foi registrada a presença de estabelecimento especializado em Traumatologia ortopedia, sendo que Mogi Mirim participa com um estabelecimento e Mogi Guaçu apresentou quatro estabelecimentos. A presença de estabelecimentos dentre os municípios tem-

se Itapira e Artur Nogueira apresentando dois estabelecimentos, sendo Jaguariúna e Conchal, os municípios que apresentaram um estabelecimento. Os municípios de Santo Antonio de Posse, Holambra, Engenheiro Coelho e Estiva Gerbi não apresentaram a presença desse tipo de serviço médico especializado.

Gráfico 20: Distribuição de estabelecimentos na especialidade em outras especialidades cirúrgicas. Mogi Mirim. Municípios analisados. Dados disponíveis de 2009.



Fonte: IBGE cidades.

Para a categoria de outras especialidades cirúrgicas, 50,0% dos municípios apontaram a presença de estabelecimentos. Embora sendo um único estabelecimento a cada município, sendo eles Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Itapira, Conchal e

Jaguariúna, totalizando cinco estabelecimentos, estes podem apresentar especialidades como em cirurgia pediátrica, cirurgia neonatal, cirurgia oncológica, cirurgia urológica, dentre outras.

Gráfico 21: Total de estabelecimentos com especialidades médicas. Mogi Mirim. Municípios analisados. Dados disponíveis de 2009.



Fonte: IBGE cidades.

Como anteriormente observado, Mogi Guaçu se apresentou como sendo o município de maior oferta de estabelecimentos com atendimento especializado, seguido de Itapira, Artur Nogueira e Mogi Mirim.

A Tabela 25 apresenta a quantidade numérica de estabelecimentos com especialização para cada município analisado.

Tabela 25: Município, número de estabelecimentos por especialidade. Municípios analisados. Dados de 2009.

Cidade	Bucomaxilofacial	Clínica médica	Neurocirurgia	Obstetrícia	Pediatria	Psiquiatria	Traumatologia ortopedia	Outras especialidades	Total
Mogi Mirim	0	1	0	1	1	1	1	1	6
Mogi Guaçu	1	4	2	2	3	0	4	1	17
Estiva Gerbi	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itapira	2	2	2	2	1	1	2	1	13
Conchal	0	1	0	1	1	0	1	1	5
Engenheiro Coelho	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Artur Nogueira	0	2	0	2	2	1	2	0	9
Holambra	0	1	0	1	1	0	0	0	3
Sto. Antonio de Posse	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Jaguariúna	0	1	0	1	1	0	1	1	5
Totais	3	14	4	10	10	3	11	5	60

Fonte: IBGE cidades.

Os serviços de saúde especializados, segundo DATASUS (2020)⁴², são estabelecimentos hospitalares destinados à prestação de assistência à saúde em uma única especialidade/área. Pode dispor de serviço de Urgência/Emergência e Serviço de Apoio ao Diagnóstico Terapêutico. Podendo ter ou não de alta complexidade. Geralmente se apresentam como de referência regional, macrorregional ou estadual.

Dessa forma, entende-se como estabelecimentos com profissionais especializados em atendimentos a enfermidades específicas,

apresentando complexidade elevada. São excelentes em termos de tecnologia em instrumentos e aparelhos médicos, o que faz desses estabelecimentos apresentarem condições diferenciadas ao atendimento hospitalar.

Mogi Mirim não registrou estabelecimentos com especialidades médicas em Cirurgia Bucomaxilofacial e em Neurocirurgia, no período da coleta dos dados pelo IBGE (2009). A média para os municípios apontou para 6 estabelecimentos, estando Mogi Mirim dentro desta média. Mogi Guaçu, com 17

⁴² http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/cnes/tipo_estabelecimento.htm

estabelecimentos especializados assume uma polarização de atendimento aos demais municípios.

Chama a atenção para o município de Estiva Gerbi, o qual não apresentou nenhum estabelecimento. Assim como Engenheiro Coelho e Santo Antonio de Posse, os quais apresentaram apenas um estabelecimento, ambos na especialidade de Clínica Médica.

Regionalmente, o número de estabelecimentos com especialidades médicas situou-se em 60 unidades, sendo a Clínica Médica a de maior participação na totalidade de estabelecimentos, com 14 unidades, seguida pelas especialidades Traumatologia Ortopedia, com 11 unidades e as especialidades em Pediatria e em Obstetrícia, ambos os serviços com 10 estabelecimentos respectivamente para o atendimento dos municípios analisados.

Considerando a proximidade geográfica entre os municípios e um total de 60 estabelecimentos distribuídos entre eles, apresentando Mogi Guaçu e Itapira como os de maior número de atendimento com especialidade, somando 30 estabelecimentos no total, os dois municípios detêm 50,0% de estabelecimentos na região analisada. Este fato pode proporcionar uma convergência de atendimentos especializados para esses municípios.

Os estabelecimentos de saúde classificados como Outras Especialidades, para atendimento a pacientes com especialidades tanto clínicas, quanto cirúrgicas, assim como com atendimento a pacientes com alguma patologia específica, estes somaram cinco unidades.

Considerando Mogi Mirim, as análises sobre as características de oferta de estabelecimentos em serviços com especialidades médicas,

estas características apresentam-se como de importância, em termos da sua prestação de serviços perante a demanda local, o que dá ao município maiores condições e atendimento à saúde com qualidade. Inclui-se a consideração de que com o aumento dos serviços de atendimentos médicos com especialidades, os gastos municipais podem apresentar diminuição ao observar a necessidade, em certos casos, os gastos com transportes realizados com pessoas que necessitam atendimento em outros municípios, assim como o tempo de deslocamento e a necessidade de procedimentos médicos para o transporte.

Nesse caso, Mogi Mirim com a presença dos estabelecimentos com diferentes especialidades médicas, pressupõe a sua capacidade de atendimento de enfermidades específicas. Como também, pode-se pressupor que, como decorrente, há aumento de atividades de outros setores conectados aos serviços de saúde resultando em impacto positivo tanto no atendimento à saúde, como também na economia local.

Convém mencionar os dados disponibilizados de 2009 pelo IBGE cidades, os quais se direcionam para o atendimento do Serviço Único de Saúde (SUS), Mogi Mirim, contava com 19 estabelecimentos com serviço ambulatorial. Estabelecimentos para SUS Emergência, para SUS Internação e para SUS UTI/CTI, apresentavam-se em um estabelecimento para cada tipo de atendimento.

Com dados disponibilizados pelo Sistema DATASUS, considerando o ano de 2020, o número de estabelecimentos de saúde, de maneira geral (incluindo consultórios, farmácias e demais), a cada município da região de análise e a sua relação por mil habitantes pode ser observado na Tabela 26.

Tabela 26: Município, número de estabelecimentos de saúde, população, estabelecimentos por 1.000 habitantes. Região de análise. Ano de 2020.

Município	Número de estabelecimentos	População	Estabelecimentos por 1.000 habitantes
		2020	
Artur Nogueira	89	55.340	1,6
Conchal	41	28.273	1,45
Engenheiro Coelho	22	21.249	1,03
Estiva Gerbi	13	11.407	1,13
Holambra	24	15.272	1,57
Itapira	151	75.234	2
Jaguariúna	104	58.722	1,77
Mogi Guaçu	379	153.033	2,47
Mogi Mirim	251	93.650	2,6
Santo Antônio de Posse	29	23.529	1,23
Total	1103	535.709	2,05

Fonte: DATASUS (2020)⁴³

Como relevância, Mogi Mirim mostrou-se como o município de melhor proporção, com 2,6 estabelecimentos por mil habitantes, sinalizando melhores condições de atendimento, superando a média na região de análise, em 2,05 estabelecimentos por mil habitantes. Engenheiro Coelho, com 1,03 comparece como o de menor relação entre estabelecimentos de saúde e a sua população.

Dentre os demais municípios, os que se apresentaram abaixo da média, foram Artur Nogueira, Conchal, Estivo Gerbi, Holambra e Santo Antônio de Posse.

Estabelecimentos por tipo de equipamentos.

Mogi Mirim e região de análise.

Como de extrema importância, os equipamentos médicos hospitalares são os aparelhos utilizados para fins laboratoriais, assim como para diagnóstico, reabilitação, terapia, monitorização, fisioterápicos e demais. São os equipamentos de diagnóstico, de apoio médico-hospitalar que devem estar disponíveis para a eficiência dos serviços. São diferentes tipos de aparelhos que oferecem funções diferentes para garantir que os pacientes sejam tratados adequadamente.

A distribuição por tipo desses equipamentos em Mogi Mirim e entre os municípios de análise pode ser observada na Tabela 27.

⁴³ <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/estabsp.def>

Tabela 27: Município, número de estabelecimentos de saúde, população, estabelecimentos por 1.000 habitantes. Região de análise. Ano de 2020.

Município	Equipamento			Mamógrafo	Raio X							Total / município
	Eletrocar dígrafo	Eletroence falógrafo	Equipamento de hemodiálise		Com comando simples e ou com estéreo-taxia	De até 100mA a Mais de 500mA	Raio X para densitometria óssea	Ressonância magnética	Tomógrafo	Ultrassom doppler colorido		
Mogi Mirim	10	2	28	2	2	1	1	1	1	3	50	
Mogi Guaçu	17	0	0	4	10	1	0	1	1	5	38	
Estiva Gerbi	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	
Itapira	10	1	0	3	9	1	0	2	6	6	32	
Conchal	2	1	0	1	2	0	0	0	0	0	6	
Engenheiro Coelho	3	0	0	0	2	0	0	0	0	0	5	
Artur Nogueira	9	1	0	1	3	0	0	1	2	2	17	
Holambra	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	
Santo Antonio de Posse	7	1	0	0	1	0	0	0	1	1	10	
Jaguarüna	11	0	0	3	6	0	0	1	1	1	22	
Total	71	6	28	14	37	3	1	6	18	184		

FONTE: IBGE cidades (2020) ⁴⁴

⁴⁴ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/mogi-mirim/pesquisa/32/28163>

Mogi Mirim se destacou em termos de equipamentos, os quais se apresentaram com um total de 50 unidades de equipamentos. Um detalhe importante se revela quanto à presença de Equipamento de Hemodiálise, o qual se apresentou em 28 unidades, segundo expõe o IBGE cidades, com dados de 2009. Contudo, dados de 2020, visto anteriormente, Mogi Guaçu mantém um Centro de Atenção Hemoterápica e/ou hematológica.

Um segundo detalhe de importância se apresenta em relação ao serviço de Ressonância magnética, em que Mogi Mirim se posiciona como o único município a ofertar esse tipo de atendimento.

Embora Mogi Guaçu e Itapira tenham se apresentado como municípios de maiores números de estabelecimentos por especialidade, Mogi Mirim supera em quantidade esses e os demais municípios, enquanto equipamentos elencados.

Observando a média em 33,4 de equipamentos dentre os municípios analisados, Mogi Guaçu se apresentou com 38 unidades. Os demais municípios de análise se posicionam abaixo da média, chamando a atenção para Estiva Gerbi e Holambra, cujos municípios apresentaram igualmente um equipamento de Eletrocardiógrafo e um equipamento de Raios-X. O município de Conchal oferecia Eletrocardiógrafo, Eletroencefalógrafo, Mamógrafo e Raios-X. O município de Engenheiro Coelho oferecia apenas Eletrocardiógrafo e Raios-X.

Mogi Mirim se posicionou com certa emancipação enquanto equipamentos hospitalares, como Raios-X, Eletrocardiógrafo, Eletroencefalógrafo, Equipamento de Hemodiálise, Mamógrafos,

ressonância magnética e outros, os quais são equipamentos de especialidades médicas de tecnologia mais avançada. Fator que sugere a sua polaridade em atendimento médico na região, cuja polaridade pode ser dividida entre Mogi Guaçu e Itapira, ambos os municípios com maior número de estabelecimentos com especialidades médicas.

Dentre os equipamentos médico-hospitalares investigados, o destaque foi para equipamentos para hemodiálise. Segundo o IBGE⁴⁵, o censo de 2010, a região Sudeste apontou que o indicador era de 12 aparelhos de hemodiálise por cem mil habitantes. Desses equipamentos, apenas 10,3% eram pertencem ao setor público, cabendo ao setor privado, financiado pelo SUS, 83% das máquinas. Os estabelecimentos com internação reuniam 32,8% desses equipamentos e a oferta desses estabelecimentos no setor privado foi três vezes maior que no público.

Considerando que os equipamentos para hemodiálise tenham se apresentado por mil habitantes em 0,12 equipamentos, para Mogi Mirim, esse equipamento encontrou-se em 0,29 por mil habitantes, superior ao índice encontrado no Sudeste pelo IBGE. Se considerarmos a população da região de análise, este equipamento encontrou-se em 0,05 por mil habitantes.

Entendendo que a hemodiálise se trata de um procedimento em que o paciente, quando perde parte da função do rim, este equipamento filtra artificialmente o sangue, assim como para outros tratamentos de purificação do sangue. Convém mencionar que este tratamento pode ser realizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), mesmo em instituições privadas, pois o

⁴⁵ <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/23122002ams.shtm>

SUS, mediante contrato de direito público ou convênio as instituições recebem investimentos, tendo preferência às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos. Permite, portanto, que o SUS possua equipamentos médico-hospitalares instalados na rede privada financiados com recursos públicos⁴⁶.

Estabelecimentos em prestação de serviço ao SUS. Mogi Mirim e região de análise.

Quanto às modalidades de serviços prestados ao SUS, estas podem ser as internações hospitalares,

atendimento ambulatorial, serviços auxiliares de diagnose e terapia (SADT), urgências, entre outros. Cada serviço está classificado de acordo com a complexidade ou outra especificação que identifique mais precisamente o que é ofertado no serviço.

A Tabela 28 oferece o cenário dos estabelecimentos de saúde por modalidade de prestação de serviços ao SUS, com dados do IBGE Assistência Médica Sanitária relativos ao ano de 2009.

Tabela 28: Número de Estabelecimentos por modalidade de prestação de serviço ao SUS. Dados disponíveis para 2009.

Município	Estabelecimentos por modalidade de prestação de serviço ao SUS					Total
	SUS Ambulatorial	SUS	SUS	SUS	SUS	
		Diálise	Emergência	Internação	UTI/CTI	
Mogi Mirim	19	1	1	1	1	23
Mogi Guaçu	23	1	3	2	1	30
Estiva Gerbi	2	0	0	0	0	2
Itapira	18	0	2	4	2	26
Conchal	8	0	1	1	0	10
Engenheiro Coelho	4	0	1	0	0	5
Artur Nogueira	10	0	1	0	0	11
Holambra	3	0	1	0	0	4
Santo Antonio de Posse	8	0	1	0	0	9
Jaguariúna	10	0	1	1	0	12
Total reg.	105	2	12	9	4	132

Fonte: IBGE cidades (2020)⁴⁷

⁴⁶ Detalhes ver: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v39n105/0103-1104-sdeb-39-105-00350.pdf>

⁴⁷ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/mogi-mirim/pesquisa/32/28163>

Torna-se importante mencionar a existência de convênios entre o SUS e os estabelecimentos de saúde, podendo ser municipal, estadual, privado, filantrópico e demais, envolvendo a realização de atividade de prestação de serviço de saúde, ou mesmo aquisição de bens para o atendimento público. Assim, o atendimento pelo SUS deve receber especial atenção, uma vez que a sua função social envolve principalmente o atendimento a uma parcela da sociedade menos privilegiada economicamente.

Dentre os serviços, podem ser consultas, internações e serviços de apoio à diagnose e terapia, como também instalações, leitos e equipamentos disponíveis ao SUS.

A média do número de estabelecimentos com atendimento ao SUS, na região de análise foi de 13,2 estabelecimentos. Mogi Mirim superou esta média se apresentando com 23 estabelecimentos oferecendo todas as modalidades de serviços pelo SUS.

Para atendimento com Unidade de Terapia Intensiva - UTI e Centro de Terapia Intensiva – CTI, apenas Mogi Mirim, Mogi Guaçu e Itapira apresentaram com estabelecimentos para esse serviço hospitalar. Os demais municípios, segundo dados do IBGE cidades, não apresentaram tais atendimentos.

Destacam-se os municípios de Mogi Guaçu e Itapira com respectivamente 30 e 26 estabelecimentos, sendo que para Itapira, a modalidade Diálise se encontrou ausente.

Os municípios de Estiva Gerbi, Holambra e Engenheiro Coelho se apresentaram com os menores números de estabelecimentos com oferta de prestação de serviço ao SUS, onde Estiva Gerbi se apresentou com dois estabelecimentos com o serviço Ambulatorial.

Holambra e Engenheiro Coelho, além do serviço Ambulatorial, conta com serviços de Emergências.

Chama atenção para o serviço de Internação, onde apenas 50% dos municípios contam com esse atendimento, sendo que os municípios de Estiva Gerbi, Engenheiro Coelho, Artur Nogueira, Holambra e Santo Antonio de Posse, segundo os dados disponíveis, seus habitantes estarão em dependência dos municípios vizinhos que ofereçam este serviço.

Como anteriormente observado em nossas análises, há necessidade de detalhes sobre as demandas de equipamentos médico-hospitalares que envolvam especialidades, ao observar ausência de estrutura e equipamentos específicos para as unidades de atendimento com UTI/CTI, o que inclui a previsão de aumento de leitos para internações, melhorando significativamente o atendimento à saúde.

Quando aos leitos disponibilizados para o atendimento SUS, a Tabela 29 apresenta a distribuição com dados disponibilizados pelo DATASUS referente ao ano de 2020, assim como leitos públicos SUS por mil habitantes e leitos totais por mil habitantes.

Tabela 29: Distribuição do número de leitos públicos SUS, leitos totais por município, leitos públicos SUS por mil habitantes e leitos totais por mil habitantes.

Município	Leitos públicos SUS	Leitos totais	População	Leitos públicos SUS / 1000	Leitos totais / 1000
Artur Nogueira	-	36	55.340	-	0,65
Conchal	42	52	28.273	1,49	1,84
Engenheiro Coelho	-	-	21.249	-	-
Estiva Gerbi	-	-	11.407	-	-
Holambra	-	-	15.272	-	-
Itapira	592	1093	75.234	7,87	14,53
Jaguariúna	92	94	58.722	1,57	1,6
Mogi Guaçu	180	372	153.033	1,18	2,43
Mogi Mirim	131	196	93.650	1,4	2,09
Santo Antônio de Posse	-	-	23.529	-	-
Totais	1037	1843	535.709	1,94	3,44

Fonte: DATASUS (2020)⁴⁸

(-) Dados não disponíveis

O DATASUS (2019)⁴⁹ menciona que não existem padrões nacionais ou mesmo internacionais como indicadores de leitos para análises comparativas, considerando que o número de leitos expressa uma relação de fatores próprios às realidades regionais ou locais, as quais são distintas. Como exemplo, as condições econômicas e sociais da população, assim como as questões de ambientais de saneamento, dentre outros determinantes que possam influenciar a saúde da população.

Contudo, a Portaria N° 1.101, de 12 de junho de 2002, do Ministério da Saúde⁵⁰ indica a

necessidade de leitos em 2,5 a 3 leitos para cada 1.000 habitantes.

Mogi Mirim com 131 leitos SUS se apresentou com 1,4 leitos SUS por mil habitantes no município e 2,09 leitos totais, abaixo da indicação da portaria acima mencionada. Embora sendo o segundo município em população total, superou Mogi Guaçu em leitos SUS por mil habitantes, mas não se apresentou superando em leitos totais.

Detalhe relevante se apresenta para o município de Itapira, o qual se apresentou com 592 leitos

⁴⁸ <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/leintbr.def>

⁴⁹ <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/LivroIDB/2edrev/e03.pdf>

⁵⁰ http://sna.saude.gov.br/legisla/legisla/informes/GM_P1.101_02informes.doc

SUS sinalizando um índice de 7,87 leitos SUS por mil habitantes. Ainda, Itapira apresentou um total de 1093 leitos para uma população de 75.234 apontando de 14,53 leitos por mil habitantes.

De uma maneira geral, os municípios, cujos dados foram disponíveis, estes apresentaram a média de 1,94 leitos SUS por mil habitantes e um total de 3,44 leitos por mil habitantes, índices próximos ao indicado pela Portaria Nº 1.101 de 2002.

No entanto, em um exercício de exclusão dos leitos de Itapira, a média entre os municípios se apresentaria em 1,41 leitos SUS e uma média de leitos gerais em 1,72. O que deixa os municípios abaixo de desejado.

Compreende-se que o serviço médico de Mogi Mirim deve analisar as variações temporais na oferta de leitos hospitalares públicos e de privados conveniados com o SUS para subsidiar o planejamento da gestão dos estabelecimentos de saúde para a prevenção de situações anormais de internações. O serviço de saúde de Mogi Mirim deve incluir a previsibilidade de demanda de leitos por parte da população não residente, ao considerar a procura por estabelecimentos com as especialidades que são ofertadas no município, alterando a relação de proporcionalidade dos leitos disponíveis.

Deve-se também levar em consideração as recomendações contidas no documento intitulado “Parâmetros para Programação das Ações Básicas de Saúde”⁵¹, publicado pelo Ministério da Saúde, em que menciona o

percentual de leitos de UTI (SUS) por habitante, o qual deve estar em uma proporção de 4% a 10% do total de leitos hospitalares⁵². Nesse caso, Mogi Mirim com 196 leitos totais e um estabelecimento oferecendo UTI (SUS), deverá avaliar a disponibilidade desse serviço para prover melhor atendimento ao prover a disponibilidade entre 2 e 19 leitos UTI (SUS), quando o município apresentou apenas um leito UTI (SUS).

Convém mencionar que Mogi Mirim conta com um Centro de Especialidades Médicas sob a administração da Secretaria Municipal de Saúde, assim como a Vigilância Epidemiológica e a Vigilância Sanitária. Também conta com a unidade de saúde denominada de Estratégia Saúde da Família com atendimentos médicos e odontológicos, serviços de atendimento domiciliar terapêutico destinados a diversos tipos de pacientes.

Inclui-se a Unidade de Avaliação e Controle como responsável pelo processamento organizacional dos estabelecimentos de saúde próprios e conveniados, disponibilizando dados e subsidiando as ações de planejamento e gerenciamento sobre os estabelecimentos.

O município oferece o serviço de Assistência Social, que tem como objetivos exercer políticas, programas, convênios e desenvolver indicadores de políticas sociais, monitoramento e avaliação de programas, projetos, serviços e demais benefícios. Entendendo que a assistência social, se destina no fortalecimento da família, em garantir a proteção social aos cidadãos o apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no

51 https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=atencao-primaria-em-saude-944&alias=556-parametros-para-programacao-das-acoes-basicas-saude-6&Itemid=965

52 Veja também: http://sna.saude.gov.br/legisla/legisla/informes/GM_P1.101_02informes.doc

enfrentamento de suas dificuldades.

Como considerações a serem inclusas, é importante mencionar que Mogi Mirim conta com o serviço de atenção a portadores de distúrbios mentais e dependentes químicos, que tem como objetivo a oferta de tratamento, apoio e ajuda no processo de recuperação das pessoas.

O Centro de Vigilância Sanitária também atua com atenção especial sobre a população idosa considerando a incidência da infecção, com medidas orientativas com o objetivo de minimizar possíveis agravos à saúde dos idosos, em atenção a atual pandemia causada pelo Novo Coronavírus. Inclui-se nas ações de atenção à família, o fortalecimento de estratégias, mecanismos e práticas de cuidado em saúde.

Ressalta-se a importante contribuição que o serviço da Assistência Social oferece ao planejar o atendimento, identificar, acompanhar as famílias vulneráveis e, principalmente, por implantar políticas públicas de assistência social. Os profissionais podem realizar o cadastramento de famílias vulneráveis, a avaliação socioeconômica dos grupos sociais, e demais ações, cujas informações dão apoio às avaliações das políticas públicas locais. Dentre outras coisas, identificam questões que envolvem desemprego, violência, acesso à educação, saneamento básico, condições de moradia, as quais são determinantes sociais da saúde da população. Em casos de doenças, podem encaminhar as pessoas para o serviço de tratamento ao enfermo. Para os demais casos, como os acima citados, que são determinantes sociais para a saúde, os profissionais podem encaminhar as pessoas para outros órgãos do poder municipal para o atendimento necessário.

Portanto, trata-se de uma ação que permite a realização de um mapeamento sobre as condições de saúde da população. Para além do encaminhamento médico a assistência social atua com a prevenção de possíveis enfermidades ou condições que podem trazer prejuízo à saúde de grupos humanos. Assim, oferece uma visão dos determinantes sociais da saúde, de forma a prever ações em todos os aspectos da vida social.

Serviços de abastecimento, esgotamento sanitário e gestão de resíduos sólidos.

Como parâmetro ambiental de bem-estar da população, o saneamento básico se apresenta pelo atendimento e eficiência dos serviços de abastecimento e distribuição de água potável, o esgotamento sanitário e a gestão de resíduos sólidos, os quais estão associados à saúde pública. Portanto, a garantia desses serviços torna-se essencial para a saúde da população e para o meio ambiente.

A relação saúde pública e saneamento pode ser observada junto ao Ministério da Saúde, o qual oferece algumas informações sobre doenças relacionadas à água, pondo em riscos a saúde pública. O Sistema de Avaliação da Qualidade da Água, Saúde e Saneamento, em seu programa ÁguaBrasil⁵³, menciona que Febre Tifoide, Cólera, Diarreias, Hepatite A, dentre outras, são as doenças que estão associadas ao abastecimento insuficiente de água, pois a falta de água e a higiene pessoal insuficiente criam condições favoráveis para disseminação dessas doenças, acarretando perdas de saúde e também perdas econômicas familiares com gastos.

⁵³ <https://www.aguabrasil.icict.fiocruz.br/index.php?pag=sane>

A coleta de resíduos sólidos, igualmente, apresenta-se imprescindível à saúde da população, pois esta coleta apresenta-se como necessária e efetivamente deve haver o destino final correto, complementando o saneamento do município.

Mogi Mirim, segundo dados do SEADE (2020)⁵⁴ para 2018, o abastecimento de água tratada pelo Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Mogi Mirim se apresentava em 100% de índice de atendimento urbano com rede de abastecimento.

É importante mencionar que igualmente para 2018, o índice de perdas na distribuição de água, expresso em termos percentuais, a qual é apresentada em relação entre volume produzido e volume consumido, a perda de água no município foi de 50,6%, segundo dados do SEADE. O indicador médio calculado pelo Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS)⁵⁵, apresentado na amostra realizada com 100 municípios, a média foi de 39,07%, indicando necessidades de atenção às perdas.

O Índice de Perdas por Ligação, também é

calculado pelo SNIS em perdas por litro/dia/ligação. Dos 100 municípios analisados, 20% possuíam níveis de perdas inferiores a 250 l/dia/lig, cujos valores foram considerados como ótimos. Ainda sobre os municípios analisados, 40% apresentaram perdas superiores a 500 l/dia/lig. Para Mogi Mirim, esta perda atingiu, em 2018, 446,13 l/dia/ligação, apresentando grande potencial de perdas de água por ligação.

O consumo médio de água por economia, em uma relação entre a quantidade de economias ativas de água (domicílio ou empresa e demais tipos de estabelecimentos para o consumo), o volume de água consumido e o volume de água tratada exportado, para Mogi Mirim, apresentou-se em 12,37 mil m³/ano, o que permite a análise do comportamento da população e perfil dos usuários.

A Tabela 30 apresenta para Mogi Mirim, as condições de saneamento oferecidas com abastecimento de água tratada, perdas de água, consumo e coleta e tratamento de esgoto sanitário.

⁵⁴ <https://painel.seade.gov.br/repositorio-de-dados/>

⁵⁵ <http://snis.gov.br/painel-informacoes-saneamento-brasil/web/>

Tabela 30: Índices de atendimento de água, índice de perdas de água por distribuição e por ligação, consumo médio, esgotamento sanitário e tratamento de esgoto. Variação em %. Mogi Mirim. 2016-2018.

Período	Atendimento	Índice de	Índice de	Cons.	Atend.	Tratam.
	urbano	Perdas na	Perdas	Médio	Urb. rede	esgoto
	com água	distrib.	ligação	de água	coleta	da água
	%	%	l/dia	1.000	esgoto	consumida
				m ³ /ano	%	%
2016	100	45,79	388,71	13,05	99,52	86,27
2017	100	46,88	394,26	12,68	99,05	87,96
2018	100	50,6	446,13	12,37	99,07	88,33
% Var.	-	10,5	14,7	-5,2	-0,4	2,3

Fonte: SEADE (2020) ⁵⁶

O índice de perdas na distribuição, no período analisado mostrou um aumento em 10,5%. Trata-se de um indicador que informa o percentual do volume de água que é perdido até a apuração do volume consumido pelos usuários. As perdas podem ocorrer por questões técnicas (vazamentos) ou comerciais (fraudes, hidrometração deficiente etc.). Quanto menor o valor deste indicador, menor o índice de perdas de água e mais precisa a medição do volume consumido, sendo, contudo, apresentando alto como mencionado anteriormente. No caso de Mogi Mirim o índice apresentado para 2018 pode ser considerado como insatisfatório.

O índice de perdas de água por ligação apresentou um aumento em 14,7% representando um alto coeficiente de perdas. O indicador mede o volume de água perdida em termos unitários, por ligação ativa (litros/dia/ligação), portanto pode ser considerado como insatisfatório ao apresentar para 2018, perdas diárias em 446,13 litros.

O consumo médio de água apresentou um declínio no período em 5,2%, o que merece atenção em relação à economia ao considerar os períodos de ausência de precipitação e de reserva de água, pois a unidade de medida é em

⁵⁶ <https://painel.seade.gov.br/repositorio-de-dados/>

1.000 m³/ano. Este indicador mede a média de consumo de água por economia nos municípios. Uma relação entre o volume anual de água consumido por todos os usuários, o volume anual de água potável, previamente tratada e a quantidade de economias ativas de água.

O índice atendimento urbano da rede de coleta de esgoto em relação ao atendimento com abastecimento de água, monitora o percentual da população urbana que é atendida por esta prestação de serviço de esgotamento sanitário. Embora tenha atingido 99,07% em 2018, um índice satisfatório para este serviço público, mostrou uma queda de 0,4% no período analisado. Esse fato deve ser observado, pois, possivelmente pode estar representando novas áreas residenciais ainda não oficializadas, ou mesmo não atendidas pelo órgão responsável.

Para o índice de tratamento de esgoto da água consumida, este apresenta o percentual de esgoto coletado que é tratado antes da disposição final. Mogi Mirim com 88,33% de coleta tratada é considerada como insatisfatória, quando o ideal se apresenta em 100%. Contudo, apresentou um aumento de 2,3% no período analisado.

Convém mencionar a necessidade das análises de coliformes totais como indicador que avalia a qualidade da água distribuída para consumo humano com relação à presença de coliformes fecais.

Torna-se importante mencionar a necessidade de estar sendo analisado o Plano Municipal de Saneamento Básico, dentre outras coisas, às observações sobre os mananciais e a relação entre a vazão, a coleta, a disponibilidade de água

e a demanda de consumo médio per capita, como previsibilidade de reservatórios, assim como a capacidade efetiva da estação de tratamento de esgoto e do aterro sanitário.

Quanto aos resíduos sólidos, a coleta de lixo, Mogi Mirim apresentou, segundo SEADE (2020)⁵⁷, com dados de 2010, um nível de atendimento em 99,71%, considerado como satisfatório. O município mantém a Unidade de Reciclagem de Resíduos (URR) para coleta de recicláveis, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, com apoio da Cooperativa de Trabalho Vida Nova de Mogi Mirim (Coopervida).

Segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico de Mogi Mirim⁵⁸, os resíduos sólidos do serviço de saúde dos grupos A (com a presença de agentes biológicos), B (de natureza química) e E (materiais perfuro-cortantes ou escarificantes) são coletados e gerenciados por empresa especializada contratada pela prefeitura.

Mogi Mirim, dentro dos padrões do estado de São Paulo deve promover políticas públicas de governo que possam construir indicadores sociais que sinalizem o estado da saúde da população, sendo o saneamento apresentando-se como essencial.

Índice de Futuridade.

A Secretaria de Desenvolvimento Social do estado de São Paulo, em relação às condições de vida da pessoa idosa, desenvolveu indicadores que se relacionam à saúde do idoso em referência à futuridade, ao prolongamento da vida desta população, complementando as políticas assistenciais.

⁵⁷ <https://perfil.seade.gov.br/>

⁵⁸ <http://saaemogimirim.sp.gov.br/files/PMSBMogiMirimCOMPLETOR1.pdf>

Como mais um instrumento que permite mensurar a qualidade dos serviços públicos prestados, os programas e a gestão pública municipal de assistência à pessoa idosa, tem-se a elaboração de indicadores de Futuridade para avaliar o atendimento à pessoa idosa, cuja qualidade do atendimento se revela como mais um dos determinantes sociais da saúde.

Este índice de Futuridade se apresenta como uma ferramenta que mede a assistência prestada, tendo como prioridade as pessoas idosas, além de permitir análise sobre a dinâmica demográfica, dentre outras coisas, permite observar o cenário do envelhecimento da população. O Índice identifica o comportamento do atendimento público sobre as demandas dessas pessoas e como estão sendo atendidas em termos de serviços, programas e iniciativas locais. Portanto, um indicador de qualidade de vida e a promoção do bem-estar da população idosa.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social do estado de São Paulo (SDS-SP, 2019)⁵⁹, o índice está baseado no conceito de envelhecimento ativo da Organização Mundial de Saúde – OMS, cujo conceito implica na composição de Índice de Futuridade formada por três dimensões:

Proteção: mensura ações de proteção social básica e especial realizadas pelos municípios em benefício de idosos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Ou seja,

se são oferecidos serviços que estimulem o convívio familiar e comunitário, o acesso à renda, o atendimento a idosos com direitos violados e a proteção integral em casos perda total com vínculo familiar.

Participação: trata da participação de pessoas com mais de 60 anos em atividades de lazer, esporte e cultura e da existência ou não de um Conselho Municipal do Idoso.

Saúde: analisa as condições de saúde do idoso, baseado na taxa de mortalidade de pessoas entre 60 e 69 anos, considerada como precoce, e sua proporção de óbitos no total daqueles com 60 anos ou mais.

Como pontuação, o Índice de Futuridade varia de 0 a 100, em que a nota máxima representa a situação onde as políticas públicas de atendimento estariam garantindo à sua população idosa melhores condições de atenção. O Índice maior que 60,1 pontos é considerado como presença de alto atendimento ao idoso. Pontuação de 60 a 48 são classificados como médio-alto. Pontuação de 47,9 a 35, a classificação é considerada como médio. Índices menores que 35 são avaliadas como de baixo atendimento.

A Tabela 31 apresenta o Índice de Futuridade de Mogi Mirim e demais municípios de análise.

⁵⁹ <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br>

Tabela 31: Índice de Futuridade e Índices por Dimensões. Mogi Mirim e municípios de análise. Base de dados disponíveis de 2008.

Município	Índice	Condições de atenção	Dimensão Proteção Social	Dimensão Participação	Dimensão Saúde
	Futuridade				
Mogi Mirim	53,4	Médio-alto	40,8	83,3	59,4
Mogi Guaçu	34,7	Baixo	6,4	83,3	52,1
Estiva Gerbi	37,2	Médio	40,9	33,3	34,4
Itapira	48,7	Médio-alto	36,5	83,3	53,3
Conchal	44,7	Médio	43	50	45,2
Engenheiro Coelho	52,8	Médio-alto	49,7	50	56,6
Artur Nogueira	31,9	Baixo	5,5	50	54,2
Holambra	51,3	Médio-alto	50	50	52,9
Santo Antônio de Posse	61,1	Alto	61,5	83,3	55,8
Jaguariúna	52,5	Médio-alto	49	83,3	49,2

Fonte: SEADE (2020) ⁶⁰

O Índice de Futuridade apresentado por Mogi Mirim, em Médio-alto, apresenta-se como a segunda melhor pontuação entre os municípios de análise, revelando estar caminhando para obter as condições necessárias para atendimento de qualidade ao idoso, anteriormente mencionado nas análises demográficas, em que foi observado que o município apontou a sua população de idosos referente à faixa etária de 60 anos ou mais, em 12.260 habitantes, 13,0% da sua população total.

Mogi Mirim, apresentando um Índice de Futuridade Dimensão Proteção Social em 40,8, terceira maior nota, revelou uma pontuação considerada como média, sinalizando, portanto, necessidade de maiores acompanhamentos a essa população e maiores eficiências às políticas

públicas locais. Já, a sua pontuação 83,3 em Dimensão Participação, esta revela a presença de alto atendimento ao idoso.

Em Dimensão Saúde com índice em 59,4, classificado como médio-alto Mogi Mirim se apresentou como a de melhor classificação entre os municípios analisados.

Esses dados apresentados por Mogi Mirim remetem às nossas observações realizadas anteriormente, em relação às análises referentes ao período de 2015 e 2019, quando os óbitos da população de 60 anos e mais, mesmo que a taxa tenha apresentado um crescimento em 15,99%, a Taxa de Mortalidade da População de 60 Anos e mais por cem mil habitantes nessa faixa etária, mostrou uma queda de 6,87%. Esses dados

⁶⁰ <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>

indicam que Mogi Mirim tem se apresentado como um município que segue em direção à saúde social, mas apresenta necessidade de maior assistência à proteção da população idosa.

Os dados indicam a necessidade urgente de implementação de programas e iniciativas que envolvam ações de proteção social aos idosos. As ações podem ser dirigidas em acompanhamento domiciliar, assim como em programas educativos nas escolas para que possam desenvolver a valorização do idoso, pelo já feito e os cuidados que se deve ter com o idoso. Devem ser implantados programas de atividades de lazer, de esporte, programas culturais. Assim como o atendimento especializado de assistência social sobre as condições de relacionamento familiar, considerando questões de agressões e principalmente a educação preventiva contra acidentes domésticos. Portanto, prover a qualidade de saúde do idoso, com acesso equânime a todos.

Mogi Guaçu com índice em 34,7, classificado como Baixo índice de Futuridade, apresentou o índice de Proteção Social em 6,4, considerado baixo. Artur Nogueira apresentou o menor índice dentre os municípios, em 31,9, classificado como Baixo e com índice de Proteção Social em 5,5, o menor dentre os municípios analisados. Já, Santo Antônio de Posse apresentou a melhor condição de Futuridade, com um índice de 61,1,

classificado como alto, mas com Dimensão Saúde em 55,8 como médio-alto. Os demais municípios se posicionaram entre médio e médio-alto.

As análises apresentadas buscam compreender e explicar, por meio de dados mensurados, as condições de vida societária. Trata-se de sinalizar o grau de comprometimento, a responsabilidade do poder público local com a realidade social e mobilizar setores da sociedade para o debate sobre as possibilidades de intervenções de políticas, elaboração de programas voltados para a prevenção em saúde pública. Cujo grau de comprometimento pode levar melhores condições de vida à população.

Ainda sobre a saúde da população, embora no momento da elaboração dessas análises a Fundação SEADE mostrasse a curva ascendente para o contágio do Coronavírus, no dia 18 de dezembro de 2020, o Brasil apontava 7.110.433 casos registrados, com 184.836 óbitos. O estado de São Paulo apresentava 1.371.653 casos e 44.878 óbitos.

Com dados disponibilizados pelo SEADE (2020), a situação oficial apresentada pelo governo estadual, pode ser observada na Tabela 32 as condições dos municípios analisados enquanto total de casos, de óbitos e porcentagem da letalidade com dados referentes ao dia 18 de dezembro de 2020.

Tabela 32: Contágio pelo Coronavírus: total de casos, total de óbitos e letalidade em %. Mogi Mirim. Municípios analisados. Dados referente a 18/12/2020.

Município	Total de casos	Total de óbitos	Letalidade em %
Mogi Mirim	2515	65	2,6
Mogi Guaçu	4004	101	2,5
Estiva Gerbi	186	6	3,2
Itapira	2167	52	2,4
Conchal	759	19	2,5
Engenheiro Coelho	924	21	2,3
Artur Nogueira	1388	39	2,8
Holambra	500	3	0,6
Santo Antonio de Posse	819	12	1,5
Jaguariúna	819	32	2,2
Total regional	14.081	350	Média 2,2

<https://www.seade.gov.br/coronavirus/>

Mogi Mirim apresentou o segundo município com o maior número de casos representando 2,6% da população total e com 2,6% de letalidade. Mogi Guaçu com o maior número populacional apresentou o maior número de casos representando, igualmente 2,6% da sua população total e 2,5% de letalidade.

Estiva Gerbi apresentou o menor número de casos representando também um baixo percentual em relação à população total do município, em 1,6%, porém com 3,2% de letalidade, sendo o maior percentual em letalidade.

Engenheiro Coelho com 924 casos, estes representaram 4,3% da sua população total,

o maior percentual entre os municípios. Jaguariúna apresentou o menor percentual entre a população, tendo representado 1,3% do total populacional. Holambra apresentou o menor percentual em letalidade, 0,6%, porém com casos em 3,2% da sua população.

Os dados do SEADE, considerando a Diretoria Regional de Saúde - DRS 14 - São João da Boa Vista, onde fazem parte os municípios de Mogi Mirim, Estiva Gerbi, Itapira e Mogi Guaçu e demais municípios, nesta regional de saúde, a média móvel para 7 dias de pacientes internados em leitos de UTI destinados para COVID-19 era de 55,43 pacientes. Para a DRS 10 - Piracicaba, onde fazem parte Engenheiro Coelho e Conchal

⁶¹ <https://www.seade.gov.br/coronavirus/>

e demais municípios, esta média era de 87,71 pacientes. Para a DRS 7 – Campinas, onde fazem parte Santo Antonio de Posse, Holambra, Artur Nogueira, Jaguariúna e demais municípios, a média móvel para 7 dias do Pacientes Internados em Leitos de UTI foi de 267,57 pacientes, sendo portanto uma diretoria regional de ampla população para atendimento.

Evidentemente, nesse momento, o aguardo pela vacina imunizante requer que todos tomem precauções, como o distanciamento e demais ações para evitar o contágio.

Não finalizando, o estado de bem-estar da população preconizado pela OMS, inicialmente mencionado, refere-se à saúde física, mental e social, sendo essas dimensões não as únicas capazes de promover a ausência de doença ou de enfermidade. Pois a saúde humana envolve demais necessidades que são relativas à saúde ambiental, como também a saúde intelectual, ocupacional e mesmo a financeira.

Entendemos a saúde física como a mais básica do bem-estar humano, a qual necessita de bons hábitos alimentares e de atividades físicas, dentre outras recomendações. A saúde mental irá sugerir o equilíbrio emocional perante os sentimentos ao enfrentar os desafios ou conflitos que por ventura possam surgir. A depressão, caracterizada por tristeza, perda de interesse ou mesmo a ansiedade perante determinadas situações, levando ao sentimento de angústia, são transtornos da saúde mental que causam limitações na vida da pessoa. Já, a convivência saudável com a família, com amigos, os colegas de trabalho e demais levam a pessoa à saúde social.

A saúde ambiental compreende a interação entre a saúde humana e os fatores do meio ambiente natural e antrópico que a determinam,

condicionam e influenciam para melhorar a qualidade de vida.

A saúde intelectual pode ser compreendida quando a pessoa constrói novos conhecimentos, quando obtém informações sobre algo que possa dar prazer, como a leitura sobre um tema de interesse.

Também entendemos que grande parte das necessidades das pessoas hoje é atendida com dinheiro. Os recursos financeiros quando escassos são determinantes para restringir o acesso a uma vida mais saudável, podendo causar depressão ou ansiedade e acarretar demais problemas de saúde, o que se relaciona com políticas públicas de geração de emprego e renda. A saúde ocupacional é conquistada quando a pessoa tem o sentimento de utilidade e se encontra satisfeita com a sua atividade laboral, trazendo a garantia de bem-estar.

Ainda sobre o trabalho, deve-se promover políticas públicas que visem a relação da saúde com o ambiente e os processos de trabalho na redução acidentes ou da morbimortalidade da população trabalhadora, independentemente da localização do seu trabalho - urbana ou rural, na rua, nas empresas, nos domicílios, como autônomo ou não.

Esse quadro de bem-estar da população só se torna possível com políticas que assegurem a redução das desigualdades sociais. Tornam-se necessárias políticas econômicas que promovam a garantia de renda, políticas de mercado de trabalho, políticas que gerem a cultura da paz, a cultura da solidariedade. Políticas públicas que apresentem uma relação direta com os conceitos de equidade e de justiça para que possa reduzir as desigualdades sociais e econômicas, garantindo o bem-estar da sociedade.

Observamos em nossas análises os dados da estrutura da saúde percorrendo inicialmente com os dados compreendidos como Estatística Vital, os quais oferecem análises dos fatos vitais em números, caracterização da situação da saúde em Mogi Mirim. São fatos vitais em relação às taxas de natalidade, fecundidade, a população feminina em idade fértil, os indicadores referentes a nascidos vivos, taxas de mortalidade e demais dados vitais. A presença de profissionais da área médica, a distribuição de estabelecimentos de saúde e estabelecimentos por especialidade médica em Mogi Mirim e região de análise, os estabelecimentos por tipo de atendimento, equipamentos hospitalares, saneamento básico em Mogi Mirim e demais observações oferecidas, as quais se apresentam como instrumentos de mensuração dos

níveis de saúde, servindo para planejamento, programação e avaliação dos serviços de saúde em Mogi Mirim e a região de análise.

Para a Fiocruz, a saúde é resultante das condições de habitação, alimentação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer e do direito a terra, além do acesso aos serviços de saúde.

Portanto, este texto se dirige para que a população, os setores da sociedade civil e os setores de administração pública possam ter a consciência sobre a importância das relações entre saúde e condições de vida e sobre as possibilidades de ações para diminuição das desigualdades e o aumento da atenção à saúde.

—

Turismo

—

Turismo e Desenvolvimento

Prof. Dr. Antonio Sergio da Silva

Prof. Dr. José Gilberto de Souza

O turismo tem se colocado como uma das atividades mais importantes para se pensar o desenvolvimento municipal, regional e nacional. Muitos países apresentam o turismo como atividade significativa na composição de seu balanço de pagamentos e consideram a necessidade de seu incremento e tratamento como uma atividade econômica nos mesmos padrões, por exemplo, de uma indústria.

Leiper (1990)¹ considera que a origem etimológica do termo “turismo” provém do grego, significando 'ferramenta que faz um círculo' ou 'movimento circular', sendo inicialmente uma expressão usada ainda no francês e adaptada pelos nômades normandos para expressar uma volta às muralhas do castelo para ver a paisagem. No século XVII a palavra passou também a denominar as incursões realizadas pelos ingleses na Europa, denominada de “Gran Tour”, quando deriva a palavra “tourists” para identificar os seus participantes, e por desdobramento “tourism” para definir a atividade.

Segundo Cunha (2010)² uma das primeiras definições do conceito foi apresentada pelo economista austríaco Herman Von Schullard, em 1910, já com uma perspectiva de natureza econômica, considerando como a soma das operações relacionadas à entrada, à permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região. Cita ainda, o autor, que os primeiros dados sobre o turismo como uma atividade que se populariza e ganha análises mais específicas de sua importância se estabelece na Suíça, datando em 1848, definindo que no século XIX, tal atividade já era compreendida como fenômeno socioeconômico a ser estudado de forma multidisciplinar.

O turismo emerge como um serviço à disposição dos grupos humanos a partir da estruturação de uma sociedade industrial moderna, pois passa a integrar a vida das pessoas como uma forma de mudança de uma padronização social de comportamento

¹ Leiper, Neil. Partial industrialization of tourism systems. *Annals of Tourism Research*. V. 17, Issue 4, 1990, p. 600-605.

² CUNHA, Licínio. A Definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário. *ReCiL - Repositório Científico Lusófona*. 2010.

e modo de vida, que tal ruptura passou a colocar o turismo não apenas como uma atividade de entretenimento, mas também responsável ao bem-estar social. Esse processo se coaduna com a emergência de uma sociedade urbana industrial, que se realiza a partir de um conjunto populacional significativo que dá impulso ao turismo de massa³.

A consolidação deste fenômeno produziu a necessidade de definições conceituais, controles estatísticos, técnicos e inicia-se sobre o sujeito que realiza a atividade, o turista, e tendo sua primeira definição, conforme Cunha (2010), reconhecida oficialmente em 1937 no âmbito da Sociedade das Nações (SDN), onde o termo turista se aplicava a todas as pessoas que viajavam para um país diferente daquele de sua residência, durante pelo menos vinte e quatro horas. Cabendo, portanto, separar o viajante excursionista a lazer e mesmo a trabalho (visitantes), daqueles que se colocavam em outras situações, por exemplo, passageiros em trânsito, refugiados, diplomatas, estudantes, etc.

Ainda que o termo passe ao longo dos anos por várias readaptações conceituais, em 1983, a Organização Mundial do Trabalho passou a incluir na definição de turista, os visitantes domésticos, denominando-os de visitantes nacionais. Finalmente, foi a Comissão de Estatística da ONU que, dez anos mais tarde, estabelece uma definição institucional oficial, e ainda utilizada, para os termos: “visitante”, “turista” e “visitante do dia”. O visitante é aquele que se desloca para um local não habitual por um período de menos de doze meses e por motivos que não englobem uma atividade remunerada. O turista é, por seu turno, um visitante que durante pelo menos uma noite usufrui de um

alojamento coletivo ou privado no local visitado, e por fim, o visitante do dia é aquele que não chega a pernoitar no local visitado (tal como o excursionista). Esta tentativa de definição pode ser, no entanto, criticada por vários prismas. Isso, por que ideia de ambiente habitual é arbitrária e “(...) introduz falta de rigor na determinação dos fluxos turísticos, na sua avaliação e na investigação dos efeitos econômicos e sociais que provocam” (CUNHA, 2010, p. 7).

De todas as formas, o turismo extrapola seu viés econômico, estabelecendo contornos sociais específicos e importantes no campo das relações humanas, produzindo sociabilidades e alterando o comportamento das pessoas de maneira geral, e isso se representa no campo das ações, das iniciativas, das trocas de conhecimento e de informações, assim como nos processos de inovação e desenvolvimento.

Sendo assim, no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento municipal, o turismo precisa ser considerado na amplitude das transformações que são produzidas e a primeira delas é o reconhecimento de sua identidade. Significa dizer que analisar o turismo implica em um olhar para si, enquanto localidade, em suas particularidades e suas potencialidades. Assim, a análise segmentada do turismo requer uma estratégia de identificação das características do Município no que concerne ao que existe e ao que pode ser criado e ou desenvolvido.

As tipologias centrais das atividades turísticas podem ser definidas da seguinte forma: Rural (ecológico), Patrimonial cultural (material e imaterial), Lazer, Gastronômico, Pedagógico e de Negócios. Estes elementos precisam ser visualizados, encontrados e classificados

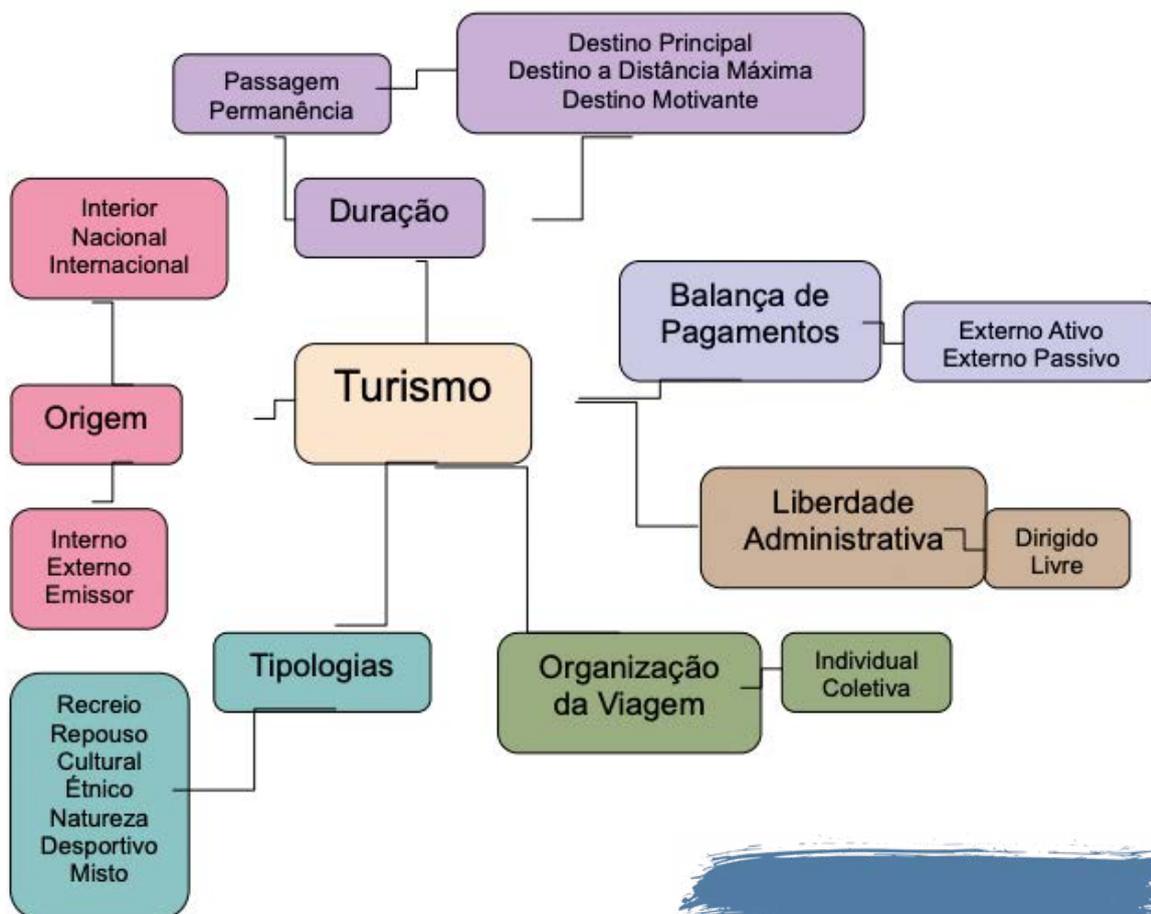
³ CUNHA, Licínio. A Definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário. ReCiL - Repositório Científico Lusófona. 2010.

dentro das suas características, embora estas classificações não representam fronteiras entre elas, mas formas específicas de “explorar” como potencialidades. Um evento, uma paisagem, uma construção, ou seja, um atrativo turístico pode ter imbricações, potencialidades, tanto no turismo Rural como Gastronômico, o que implica a forma de como se dá a sua apresentação, estrutura e conhecimento. Este processo define inclusive que o turismo não é um elemento (atrativo) dado, mas sim um elemento atrativo construído e desenvolvido, porque o turismo é uma construção social.

Neste processo os seus constructos e desenvolvimento se realizam a partir de uma efetiva articulação entre **atrativo**, **infraestrutura**, **comunidade receptora** (instruída), **superestrutura** (informação, orientação, comunicação), **demanda** (perfil do turista) e **equipamentos/instalações** (apoio).

A integração econômica e social do Turismo, de acordo com Cunha (2010) é apresentada no organograma, Quadro 02 abaixo.

Quadro 02: Organograma de integração econômica e social do Turismo.



Fonte: Adaptado de Cunha (2010).

Convém mencionar que o desenvolvimento de Mogi Mirim com a atividade turística, esta atividade se configura como importante, pois é capaz de atrair investimentos e fluxos financeiros, cuja atividade torna-se também protagonista como vetor de desenvolvimento local.

1 - O Turismo em Mogi Mirim.

Neste quadro não vamos nos deter nos elementos históricos e conceituais das potencialidades turísticas do município, destacando sua trajetória de formação, as atividades econômicas como a cafeicultura, os processos migratórios e ou sua demarcação como local em fatos importantes históricos importantes (desde o Império até mesmo o Movimento de 1932). Este processo decorre de uma estratégia que implica uma inventariação e, para a qual, deverão ser observados os aspectos abaixo citados e que devem compor uma política claramente expressa no Plano Municipal do Turismo. É importante destacar que estes elementos devem ser realizados não apenas para o que denominamos de centralidade turística (os atrativos), mas também a toda infraestrutura de apoio e instâncias institucionalizadas (Conselho Municipal do Turismo - COMTUR, Secretaria ou Departamento Municipal de Turismo, por exemplo), que também precisam ser inventariadas, classificadas, sistematizadas no âmbito de suas capacidades de atuação e gestão:

- a) Ficha de inventário, consolidando um perfil do tipo de atrativo a partir de sua classificação, potencialidade, nível de informação (conhecimento), demanda, infraestrutura, integração, coordenação (entre outros);
- b) Serviços de suporte tais como hotelaria, agências, serviços de deslocamentos – taxis, aplicativos, locadoras, transportes intermunicipais, restaurantes, entre outros,

consolidando categorização e classificação;

- c) Normatizações e protocolos de apoio (Conselho Municipal do Turismo - COMTUR, Associações, Serviços de Informação, Orientação e Comunicação Turísticas).

2 - Potencialidades Turísticas do Município.

Importante demarcar que as potencialidades turísticas em Mogi Mirim não são efetivamente muitas, o que implica em significativo esforço de recuperação histórica, de construção e de desenvolvimento, no sentido de que os aspectos existentes precisam ser valorizados e integrados para que se possa constituir um conjunto de atrativos que permitam colocar a atividade como destaque. Esse processo implica ainda em ter capacidade de articulação com os elementos regionais, ou seja, o município pode ser base para as atividades turísticas desenvolvidas no entorno, integrando sua infraestrutura às potencialidades regionais (Mogi Guaçu, Águas de Lindóia, Serra Negra).

De todas as formas, existem potencialidades a serem trabalhadas e desenvolvidas e, neste processo, destacam-se ainda três modalidades que podem ser elaboradas, construídas e desenvolvidas no município e que serão detalhadas abaixo, tais como turismo de negócio, turismo de eventos e o gastronômico, este último já reúne algumas iniciativas históricas no município.

2.1 Turismo Histórico.

O município de Mogi Mirim apresenta alguns elementos importantes em seu acervo histórico, desde as visitas do Imperador ao seu apogeu como centro produtor de café e de sua logística: **A Mogiana.**

Uma grande parte da história de Mogi Mirim está na ferrovia, que teve a sua inauguração (ainda sem trilhos) na data de 27 de agosto de 1875, por Dom Pedro II e foi terminada em 1886, na altura da estação de Entroncamento. Desde então, foram feitas várias reformas, tornando o leito da linha atual muito diferente do original em praticamente toda a sua extensão. Suas modificações mais significativas foram feitas nos anos de 1926, 1929, 1951, 1969, 1964, 1972, 1973 e 1979, sendo que colocaram-se novas versões nos trechos reformados. A partir de 1971, a linha integrou-se à Ferrovia Paulista S/A – FEPASA.

Atualmente, a ferrovia existente no município está sob concessão da Rede Ferroviária Federal. A estação de Mogi Mirim foi uma das primeiras da extinta Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Fica próxima à área central da cidade e foi desativada em 1979, quando as companhias paulistas já haviam sido reunidas na FEPASA. (PLANO MUNICIPAL DE TURISMO, 2017). A antiga estação de trem da Mogiana e a atual Estação Educação Centro Municipal de Aperfeiçoamento “Antonio de Souza Franco” são representadas nas Fotos 52, 53 e 54.

Foto 52: Antiga estação de trem da Mogiana – Mogi Mirim.
Fonte: Museu Histórico-Pedagógico João Teodoro Xavier. Mogi Mirim.

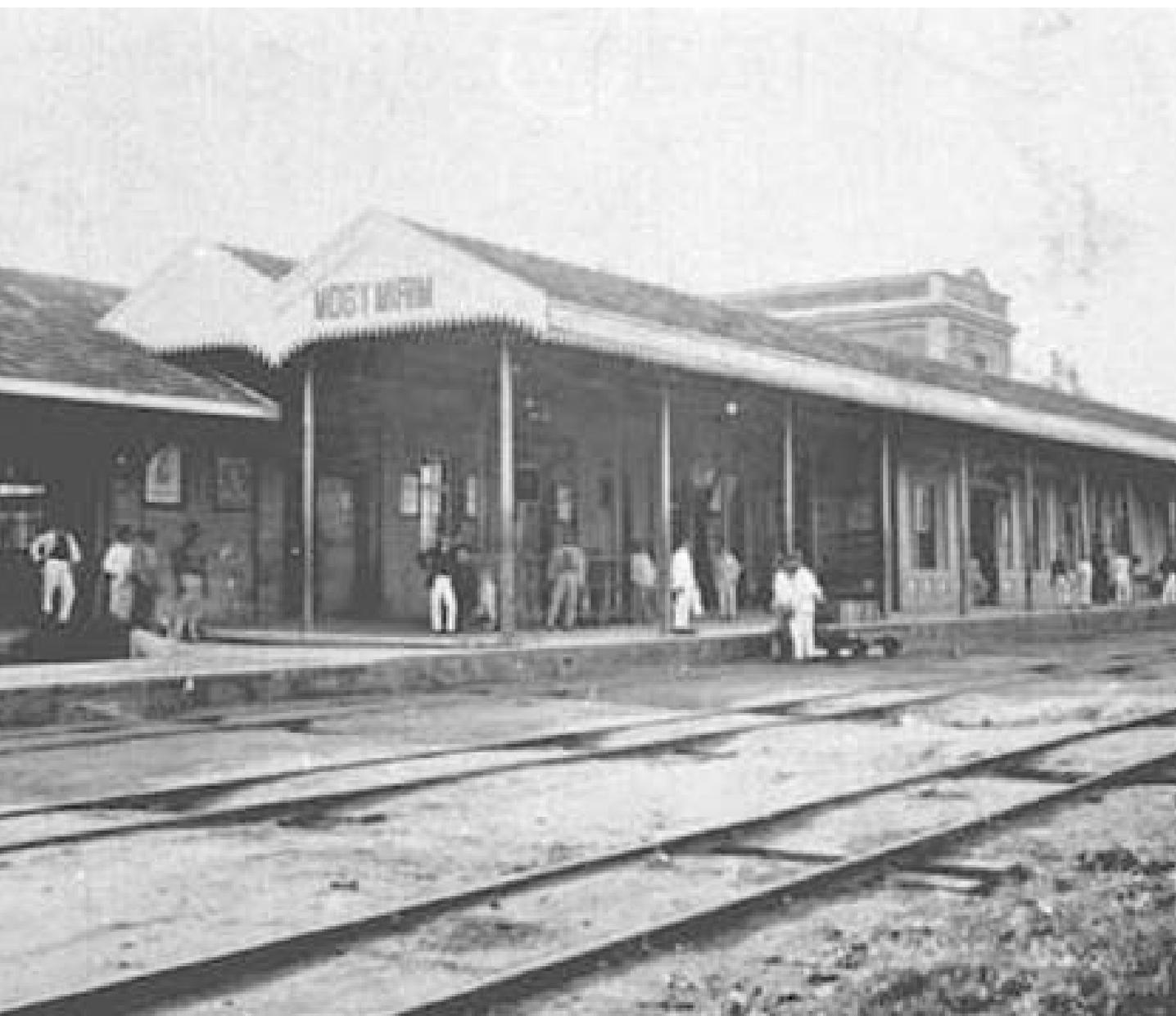
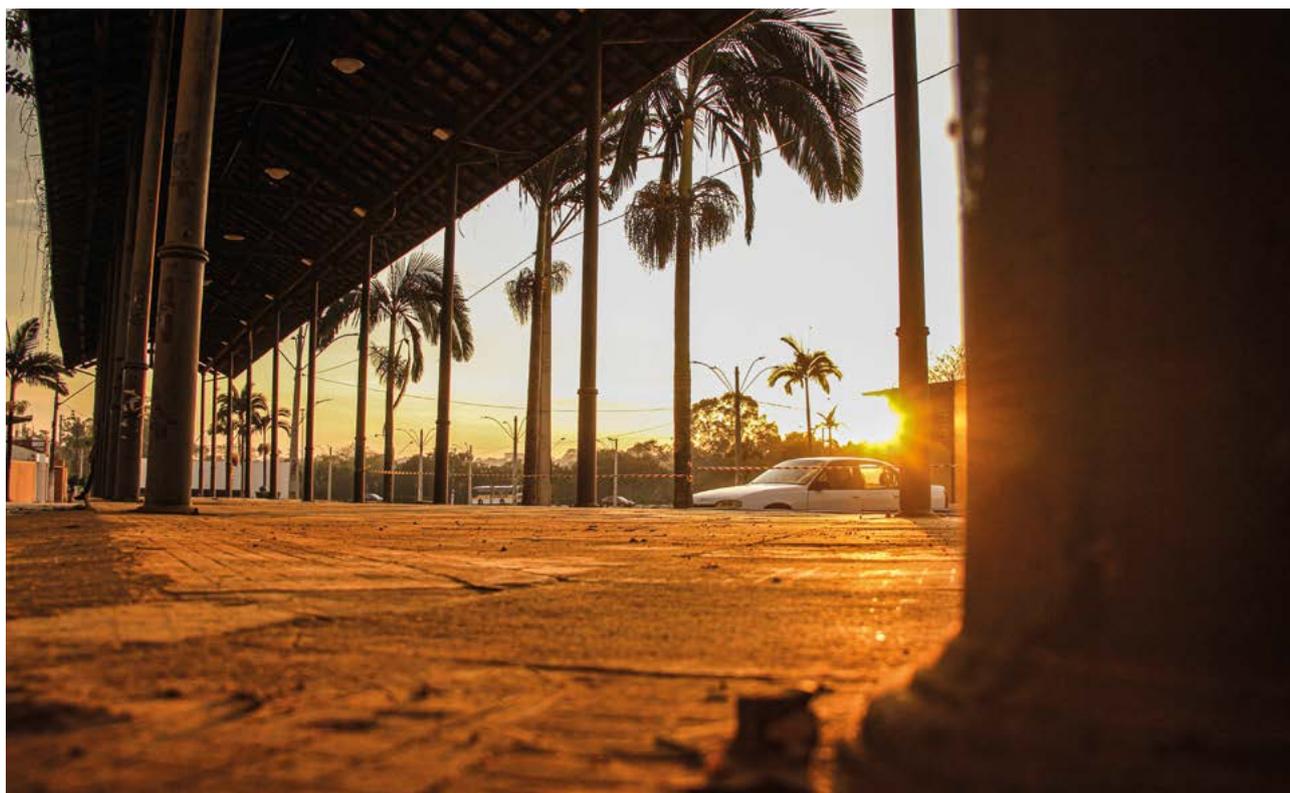


Foto 53: Vista parcial da Estação Educação – Centro Municipal de Aperfeiçoamento Antonio de Souza Franco – Mogi Mirim.



Foto 54: Vista parcial da Estação Educação. Mogi Mirim.



2.1.1 História da Revolução de 1932 no município.

No ano de 1932, um levante feito pelos paulistas tomou conta do cenário nacional, tendo como principal objetivo o fim da “ditadura” Vargasista e a promulgação de uma nova constituição. Tal movimento durou por cerca de três meses e serviu, embora na derrota, para fortalecer a imagem de desbravador e corajoso que os

paulistas tanto ostentam. Mogi Mirim pertencia ao 7º Distrito, que era responsável pela região. No dia 14 de julho dá-se início a formação do batalhão de Mogi Mirim e também as manifestações sociais e políticas. A cidade foi alvo das forças ditatoriais e ocupada por estas no início de setembro, ocorrendo a evasão de muitas pessoas. (PLANO MUNICIPAL DE TURISMO, 2017). A Foto 55 abaixo sinaliza a participação de Mogi Mirim nesse levante.

Foto 55: Aeronave destruída durante o ataque em 1932.

Fonte: Museu Histórico-Pedagógico João Teodoro Xavier. Mogi Mirim.



Outro espaço com potencial ao turismo dentro da historicidade do levante de 1932 trata-se do

aeroclube de Mogi Mirim que se encontra a cerca de 8 km do centro da cidade.

Foto 56: Hangar do aeroclube de Mogi Mirim em 1943.
Fonte: Museu Histórico-Pedagógico João Teodoro Xavier. Mogi Mirim.



Igualmente, o Morro do Gravi, localizado na estrada velha Itapira-Mogi Mirim, é um ponto histórico que foi palco de violenta batalha. Possui um monumento onde homenagens são

prestadas anualmente, no mês de julho, aos combatentes. A Revolução Constitucionalista de 1932 foi o maior movimento armado em solo paulista e brasileiro no século XX.

Foto 57: Monumento "Morro do Gravi". Mogi Mirim.



2.1.2 Centro de Documentação Histórica – CEDOCH.

O Centro de Documentação Histórica Joaquim Firmino de Araújo Cunha foi criado em janeiro de 1995 por Portaria Municipal número 30/95, que constituiu comissão para levantamento e preservação do acervo Histórico Cultural de Mogi Mirim. Em maio de 1997 com a denominação de Centro de Memória “Joaquim Firmino”, com sede no Centro Cultural “Lauro Monteiro de Carvalho e Silva”, recebeu importante doação do Fórum local, de inúmeros processos dos séculos

XVIII a XX. Instalado em prédio originalmente construído para abrigar o Fórum Judiciário da Comarca, o Centro Cultural “Lauro Monteiro de Carvalho e Silva” se localiza na Avenida Santo Antônio, n. 430, centro. Possui um teatro para 300 espectadores, com toda infraestrutura, e abriga o Museu Histórico e Pedagógico “Dr. João Theodoro Xavier”.

O local também possui o salão nobre que recebe exposições de artes durante o ano todo. (PLANO MUNICIPAL DE TURISMO, 2017).

Foto 58: Vista parcial do prédio do Centro de Documentação Histórica.



2.1.3 Prédio da Santa Casa.

Ainda em atividade, a Santa Casa do Município é um prédio com requinte arquitetônico e representa uma das poucas referências

históricas, em termos prediais, uma vez que Mogi Mirim passou por um processo de reduzida preservação de seus casarões históricos do período cafeicultor, cujos casarões eram denominados de Palácios dos Barões.

Foto 59: Vista parcial do prédio da Santa Casa. Mogi Mirim.



2.1.4 Instituto Coronel João Leite (Asilo).

Com sede própria, na Rua Marciliano, nº 610,

funciona como instituição de asilo, desde 16 de abril de 1928, data da inauguração do prédio. (PLANO MUNICIPAL DE TURISMO, 2017).

Foto 60: Vista parcial do Instituto Coronel João Leite. Mogi Mirim.



2.1.5 Antigo Fórum e Cadeia – Atual Delegacia de Polícia.

Construído durante o governo paulista de Washington Luís Pereira de Sousa, inaugurado

em 1924, é localizado na Avenida Jorge Tibiriçá, onde hoje, o local abriga a Delegacia Central de Polícia e conserva as características originais. (PLANO MUNICIPAL DE TURISMO, 2017).

Foto 61: Atual Delegacia de Polícia. Mogi Mirim.

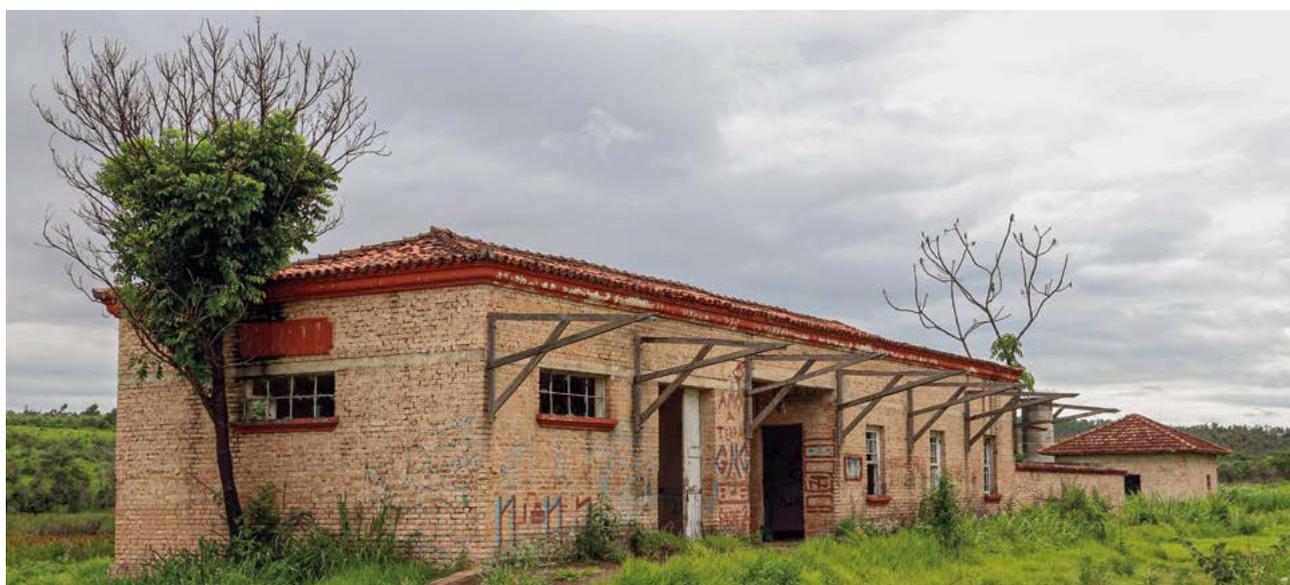


2.1.6 Prédio da Estação Vergel.

A Estação Vergel foi construída em 1932, no horto do mesmo nome, em Mogi Mirim, e ainda existe localizada próximo à estrada sentido

a Mogi Mirim-Itapira. O ramal de Itapira, desativado em 1990, ainda mantém nos últimos anos, o movimento até Vergel apenas, justamente por causa da existência do horto. (PLANO MUNICIPAL DE TURISMO, 2017).

Foto 62: Prédio da Estação Vergel. Mogi Mirim.



2.1.7 Prédio da Casa de Máquinas – Atual sede da Lyra Mojimiriana.

de Mogi Mirim, inaugurado em 01 de setembro de 1889, atualmente abriga a sede da Lyra Mojimiriana.

O antigo prédio de serviço de captação de água

Foto 63: Prédio Casa das Máquinas. Antiga captação de água. Mogi Mirim.



2.1.8 Estação Martim Francisco – Atual subprefeitura de Martim Francisco.

dezembro de 1892. Atualmente, o prédio abriga a subprefeitura do distrito de Martim Francisco e também possui duas salas para as realizações de manifestações culturais.

Prédio da antiga estação de trem Conselheiro Martim Francisco, inaugurado em 06 de

Foto 64: Prédio da Antiga Estação de Trem de Martim Francisco. Mogi Mirim.



2.1.9 Escola Coronel Venâncio.

O primeiro Grupo Escolar público de Mogi Mirim foi criado em 13 de janeiro de 1900 e instalado em 10 de fevereiro. A arquitetura

misturou dois padrões arquitetônicos: o estilo medieval e o francês. O prédio foi tombado pelo CONDEPHAAT, em 2002, restaurado posteriormente nos anos de 1995 e 2011.

Foto 65: Escola Estadual Coronel Venâncio. Mogi Mirim.



2.1.10 Escola Dr. Oscar Rodrigues Alves.

A escola foi construída em 1919 a partir de

projeto de Cesar Marchiso que faz revisão do esquema de circulação central característico de prédios do século XIX.

Foto 66: Escola Estadual Dr. Rodrigues Alves. Tombado pelo CONDEPHAAT em 2002.



2.1.11 Seminário da Terceira Ordem Regular de São Francisco.

Mirante. A entidade, instalada em 10 de agosto de 1952, está filiada à Terceira Ordem Regular de São Francisco, que tem sua origem na França.

O Seminário tem sua sede própria no bairro do

Foto 67: Seminário da Terceira Ordem Regular de São Francisco. Mogi Mirim.



2.1.12 Fragmento do Muro de Berlim.

A Lyra Mogimiriana, que possui mais de 30 anos de experiência no ensino de música para a comunidade local, recebeu a doação de parte do Muro de Berlim por meio de uma parceria

internacional pelo Blue Hearts, projeto de intercâmbio cultural entre crianças alemãs e os alunos da Lyra. O fragmento do Muro de Berlim mede 3,60 metros de altura por 1,50 de largura e pesa cerca de quatro toneladas.

Foto 68: Fragmento do Muro de Berlim.

Fonte: Lyra Mojimiriana. Mogi Mirim.



2.1.13 Biblioteca Pública de Mogi Mirim.

Instalada em prédio moderno e atraente na Praça Barão de Rio Branco, n. 5, centro, a Biblioteca Pública oferece aproximadamente 29 mil itens

num vasto e variado acervo literário, capaz de atender à necessidade de consultas para as mais diferentes finalidades. (PLANO MUNICIPAL DE TURISMO, 2017).

Foto 69: Vista parcial da Biblioteca Pública. Mogi Mirim.



Destaca-se que o Município de Mogi Mirim dispõe ainda de um conjunto de bens históricos tombados e que podem compor este circuito histórico de turismo.

Em nossas análises foram observadas demais tipologias turísticas com potencialidade de geração de desenvolvimento local. Dentre elas, o segmento do Turismo Ecológico, caracterizado pelo contato com ambientes naturais e para o lazer.

O Turismo Religioso, com grande potencial, ocorre pelo deslocamento de pessoas pela fé, assim como para participarem de eventos e demais atividades religiosas. Quanto ao Turismo de Negócios, este ocorre por feiras, convenções e demais, as quais permitem o contato econômico. Assim como, tem-se o Turismo de Eventos, por festivais, apresentações, festas dentre outros. Integrado tem-se Turismo Gastronômico, os

pratos variados que podem ser apresentados ao turista em restaurantes, bares e botecos.

Têm-se o Turismo em Pesqueiros, na busca de lazer e o Turismo em Alambique e Cervejaria de produção artesanal dada a historicidade e a cultura presentes, os quais podem fazer parte dos Circuitos turísticos.

Dessa forma, serão explorados os segmentos turísticos de Mogi Mirim, em análise ao seu potencial de desenvolvimento econômico para a cidade.

2.2 Turismo Ecológico e de Lazer em contato com a natureza.

2.2.1 A hidrografia.

Os principais cursos d'água são os rios Mogi Guaçu e Mogi Mirim e seus afluentes,

pertencentes à bacia hidrográfica (BH) do Rio Mogi Guaçu. Já, cursos d'água pertencentes à Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba tem-se o Rio Pirapitingui e seus afluentes. A grande maioria dos rios do município não apresenta a vegetação de proteção em seus limites legais, embora muitos tenham parte dela. O sistema de captação de água para utilização urbana retira água do Rio Mogi Guaçu para posterior tratamento.

Em relação às Unidades Hidrográficas de

Gerenciamento dos Recursos Hídricos (UGRHI), em termos de Bacia Hidrográfica, o município encontra-se como divisor de águas de duas bacias. A porção norte do território, cerca de 24.000 ha é pertence à Bacia Hidrográfica do rio Mogi Guaçu, enquanto que a porção sul, à Bacia do rio Piracicaba, sendo drenada pelo rio Pirapitingui. A sede do município é atravessada pelo rio Mogi Mirim, afluente da margem esquerda do rio Mogi Guaçu.

Foto 70: Rio Mogi Mirim. Mogi Mirim



2.2.2 A Voçoroca de Mogi Mirim.

Os processos erosivos constituem-se numa forma natural de modelagem do relevo e atuam de modo conjugado aos processos pedogenéticos. Sob condições naturais, estes dois processos atuam equilibradamente. A Voçoroca em Mogi Mirim é localizada entre o bairro do Parque da Imprensa, na zona Oeste, e do Jardim Paulista, na zona Norte, a dois quilômetros do centro.

Um espetáculo deslumbrante de beleza que se estende por três ou mais hectares, numa profundidade variável de até 15 metros. Ali está o abismo, capaz de provocar calafrios aos olhos dos visitantes. Em suas profundezas há contornos indecifráveis caracterizados por autênticos labirintos e cavernas misteriosas, descritas por lendas incorporadas à credence popular. Há uma vegetação diversificada e rasteira, densa e, por vezes, impenetrável.

Foto 71: Voçoroca. Mogi Mirim.

Fonte: foto realizada e cedida por Nelson Theodoro Junior



2.2.3 Horto Florestal.

Instituída em 1929, com área de aproximadamente 146,8 hectares, parte dela no perímetro urbano, também denominada de Estação Experimental, é ponto de lazer da população. Existe um estudo

para transformar a área em Estação Ecológica. Já foi classificada como área de preservação permanente pela Lei Orgânica do município. A medida visa preservar os recursos naturais, da fauna e flora, além de pesquisas científicas.

Foto 72: Horto Florestal. Mogi Mirim.



2.2.4 Pedreira Degrava.

A antiga Pedreira denominada como Pedreira Degrava foi desativada após o afloramento do lençol freático. A Pedreira está localizada no

bairro Morro Vermelho entre Mogi Mirim e Mogi Guaçu, cujo local atrai praticantes de tirolesa e de rapel. (PLANO MUNICIPAL DE TURISMO, 2017).

Foto 73: Pedreira Degrava. Mogi Mirim.

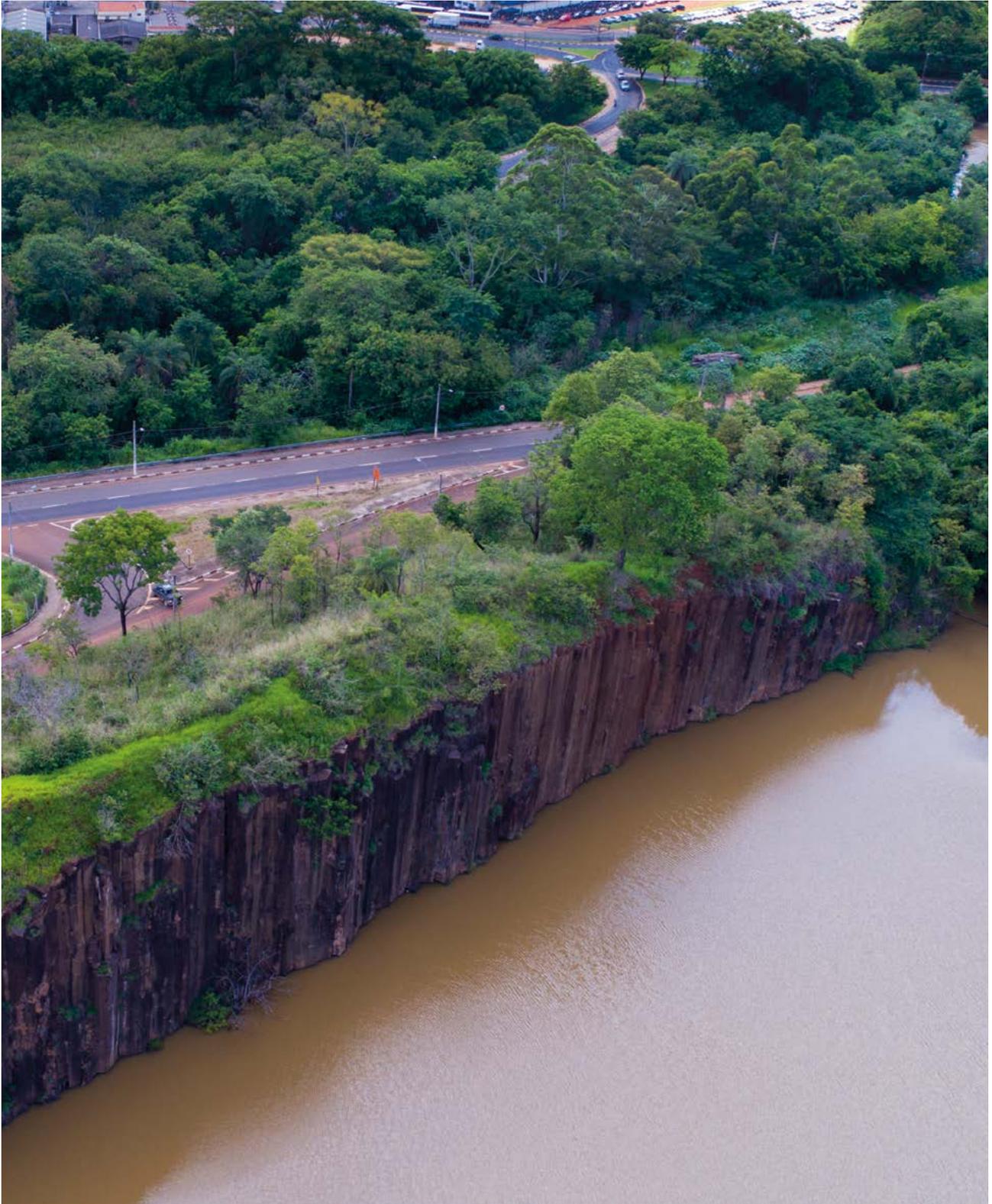




Foto 74: Cachoeira de Cima. Mogi Mirim.

2.2.5 Cachoeira de Cima.

Está localizada no extremo da Rodovia Vicinal “Luiz Gonzaga de Amoedo Campos”. Fica

no leito do rio Mogi Guaçu, onde a construção de uma Pequena Central Hidrelétrica formou um amplo lago e no local existem restaurantes.





2.2.6 Complexo de Lazer “José Geraldo Franco Ortiz” - Complexo Lavapés.

O Complexo de Lazer “José Geraldo Franco Ortiz”, mais conhecido por Complexo Lavapés,

inaugurado em 1988, é um espaço amplamente utilizado pela população por diversos objetivos, sendo eles, esportivos, culturais e cívicos, entre outros. Possui um amplo lago e está localizado à Av. Luiz Gonzaga Amoedo, Bairro Nova Mogi.

Foto 75: Complexo Lavapés. Mogi Mirim.

2.2.7 Zoológico Municipal.

O Zoológico Municipal está instalado nas dependências do Horto Florestal, defronte para a Rua 7 de Setembro, no bairro do Aterrado. O zoológico possui diversas espécies da fauna e flora brasileira e abriga também importante

projeto de educação ambiental. É considerado um dos atrativos mais procurados pelas cidades vizinhas e região da Baixada Mogiana. Atende público turista, estudantes e grupos da melhor idade em datas e horários programados com guias e monitores.

Foto 76: Vista parcial do Zoológico Municipal. Mogi Mirim.





Foto 77



Foto 78



Foto 79

Fotos 77, 78 e 79: Detalhes do Zoológico Municipal. Mogi Mirim.





Foto 80: Vista parcial do interior da Igreja Matriz de São José. Mogi Mirim.



2.3 Turismo Religioso.

Esta atividade apresenta uma significativa interface com turismo de eventos. O município reúne um conjunto expressivo de Igrejas que podem demarcar uma potencialidade turística a

partir de atividades coordenadas com os “Dias Santos, Dias de Padroeiros”. O Levantamento de Igrejas apresentados foram compilados do Plano Municipal de Turismo produzido no ano de 2017.



Foto 81: Igreja Matriz de São José. Mogi Mirim.

2.3.1 Igreja Matriz de São José.

Reconhecida como um dos cartões-postais de Mogi Mirim, a Igreja Matriz está situada no centro da cidade e é considerada um marco histórico mogimiriano, completando, em 2021,

270 anos. Porém, a Igreja Matriz de São José, situada no local e da forma que conhecemos hoje foi construída em 1928, tendo sido inaugurada em 1942, ainda incompleta. Sua arquitetura tem estilo gótico romano, sendo semelhante à Catedral de Notre Dame, de Paris.

2.3.2 Igreja Nossa Senhora do Carmo.

A igreja Nossa Senhora do Carmo, inaugurada em 1849, é o prédio mais antigo que Mogi Mirim

preserva. A beleza singela da Igreja do Carmo pode ser apreciada na arquitetura externa, estilo barroco, no altar-mor de madeira entalhada, originalmente era folheado a ouro.

Foto 82: Igreja Nossa Senhora do Carmo. Mogi Mirim



2.3.3 Igreja São Benedito.

A construção da primitiva Capela de São Benedito foi iniciada em 15 de fevereiro de 1847,

com a doação do terreno pela Câmara Municipal atendendo as expectativas dos devotos. Está localizada na Praça Duque de Caxias.

Foto 83: Igreja São Benedito. Mogi Mirim.



2.3.4 Seminário da Terceira Ordem Regular de São Francisco

Mirante. A entidade, instalada em 10 de agosto de 1952, está filiada à Terceira Ordem Regular de São Francisco, com a sua origem na França.

O Seminário tem a sua sede própria no bairro do

Foto 84: Seminário da Terceira Ordem Regular de São Francisco. Mogi Mirim.



2.3.5 Igreja Presbiteriana.

O Templo da Igreja Presbiteriana Independente foi inaugurado em 13 de maio de 1928.

Foto 85: Igreja Presbiteriana Independente. Mogi Mirim.



2.3.6 Sociedade São Vicente de Paulo – Vila Vicentina.

O prédio sede da entidade beneficente de São Vicente de Paulo foi construído em 1912.

Foto 86: Vila Vicentina. Mogi Mirim.



2.3.7 Monumento Nossa Senhora das Graças.

Aguiar, a “Estrada da Cloroetil”, possui 6 metros de altura e recebe diariamente devotos em atos de fé.

O monumento fica junto da Rodovia Amador

Foto 87: Monumento de Nossa Senhora das Graças. Mogi Mirim.





Foto 88: Nossa Senhora das Graças presente na gruta da Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim. Mogi Mirim.

2.3.8 Paróquias e Capelas

A hierarquia da Igreja Católica se apresenta pela presença da Igreja Matriz, seguida pelas demais igrejas distribuídas no município, cujos padres exercem influências sobre as Paróquias, significando uma abrangência territorial. As Capelas, consideradas por uma estrutura modesta, pertencentes a determinadas Paróquias, é onde o padre exerce suas funções com menor frequência, tais como Capelas situadas em hospitais, aldeias indígenas, em algumas escolas ou universidades, em áreas rurais, como em fazendas e demais.

Assim, apresenta-se uma relação das Paróquias com suas jurisdições hierárquicas, seguidas pelas suas Capelas, identificadas por bairros (locais) e as datas comemorativas, representando um circuito religioso.

2.3.9 Paróquias e Capelas que se encontram no município:

a) Paróquia Imaculada Conceição Aparecida

Matriz: Imaculada Conceição Aparecida (12 de outubro).

• Capelas urbanas:

Santo Expedito (19 de abril) - Parque Laranjeiras
Divino Espírito Santo (31 de maio) - Bairro Linda Chaib.

• Capela Rural:

São Pedro (29 de junho) - Horto do Vergel

b) Paróquia Santa Cruz

Matriz: Santa Cruz (1º domingo de maio).

• Capelas Urbanas:

Nossa Senhora da Saúde (1º domingo de maio)
- Jardim Saúde
Sagrado Coração de Jesus (03 de junho) - Parque da Imprensa.

• Capelas Rurais:

Senhor Bom Jesus (06 de agosto) - Bairro Gabrielzinho.
Nossa Senhora das Graças (27 de novembro) - Sítio da Chuva
Nossa Senhora do Montserrat (08 de setembro) - Pederneiras
Santa Cruz (1º domingo de maio) - Capão da Tenda.
Santa Cruz (1º domingo de maio) - Boa Vista
Nossa Senhora de Fátima (13 de maio) - Pederneiras .
Sagrada Família (30 de dezembro) - Bocaina de

Cima

Santo Antonio (13 de junho) – Piteiras.

Santo Antonio (13 de junho) - Bocaina de baixo

Santo Antonio (13 de junho) - Dos Borges

Santo Antonio (13 de junho) - Malvezzi

Santo Antonio (13 de junho) - Dos Francos

Santo Antonio (13 de junho) - Morro Vermelho

Santo Antonio (13 de junho) – Fundinho.

Santo Antonio (13 de junho) - Ponte Alta de

Cima

Santa Cecília (22 de novembro) - São João da

Glória

São Sebastião (20 de janeiro) – Sobradinha.

Nossa Senhora do Rosário (07 de outubro) -

Casa de Pedra Nossa

Senhora do Rosário (07 de outubro) – Vatinga.

São João Batista (24 de junho) - São João da

Glória.

São Judas Tadeu (28 de outubro) - Capão Grosso.

c) Paróquia São Benedito.

Matriz: São Benedito (05 de outubro)

• Capelas Urbanas:

Nossa Senhora Aparecida (12 de outubro) - Jd.

N. Sra. Aparecida Nossa Senhora das Dores (15

de setembro) - Aterrado

Nossa Senhora do Montserrat (08 de setembro)

- Vila Bianchi Santa Rita de Cássia (22 de maio)

- Vila Pichateli

Santa Isabel da Hungria (17 de novembro) -

Santa Casa de Misericórdia.

• Capelas Rurais

Sagrado Coração de Jesus (03 de junho) -

Chácara das Uvas

d) Paróquia São Joaquim e Sant'Ana

Matriz: São Joaquim e Sant'Ana (26 de julho).

• Capelas Urbanas

São Francisco de Assis (04 de outubro) - Jardim

Paulista Santa Luzia (13 de dezembro) - Jardim

Santa Luzia.

São Judas Tadeu (28 de outubro) - Jardim

Bicentenário Providência de Maria (12 de julho)

- Jardim Flamboyant São Miguel Arcanjo (29 de

setembro) - Cemitério Municipal.

• Capelas Rurais

São Marcelo (16 de janeiro)- Chácara São Marcelo.

Nossa Senhora das Graças (27 de novembro) -

Bairro Soares.

e) Paróquia São José.

Matriz: São José (19 de março).

• Capelas urbanas:

Nossa Senhora do Carmo (16 de julho) - Centro

São Lázaro (17 de dezembro) – Tucura.

f) Paróquia São Pedro Apóstolo

Matriz: São Pedro Apóstolo (29 de junho)

• Capelas Urbanas:

Menino Jesus de Praga (25 de junho) - Jardim

Planalto Nossa Senhora Aparecida (12 de

outubro).

• Capelas Rurais:

São João Batista (24 de junho)

Santa Filomena (10 de agosto) - Usina Esmeralda

Nossa Senhora Aparecida (12 de outubro) Sítio

dos Cavenaghi.

g) Paróquia Senhor Bom Jesus do Mirante

Matriz: Senhor Bom Jesus do Mirante (06 de

agosto)

• Capelas Urbanas

Santo Antonio (13 de junho) - Jardim Mirim

Guaçu

Sagrado Coração de Jesus (03 de junho) - Parque

do Estado II Nossa Senhora de Fátima (13 de

maio) - Seminário Franciscano

3 Turismo de Negócios.

Neste item destacamos a potencialidade do município na construção e desenvolvimento do Turismo de Negócios. A posição de Mogi Mirim deve-se mencionar que o município tem capacidade de gerar atividades de turismo de negócios ao criar táticas competitivas e atrativas para eventos envolvendo mercados e negócios. Nesse sentido, um trabalho importante é a divulgação da rede hoteleira, de serviços gastronômicos e de entretenimento. Mogi Mirim dispõe de uma rede de fast food, e apresenta sua gastronomia com serviços variados e temáticos (comida italiana, mexicana, japonesa e demais), além de bares com serviços diversificados em bebidas e alimentos.

A construção de atividades integradas em

hotelaria, alimentação, cervejarias e bares, pode ser uma forma de vincular e fidelizar autônomos e empresas para realização de atividades no município.

Considerando a importância de um planejamento, divulgação e promoção de eventos para o turismo de negócios, alguns serviços de hotelaria podem ser encontrados em Mogi Mirim, conforme exemplos abaixo.

3.1 Hotelaria.

Bristol Zaniboni Hotel

Avenida Prefeito Luiz Gonzaga de Amoedo Campos, 400 - Vila Morani, Mogi Mirim - SP -
Telefone: (19) 3805-2828.

Foto 89: Hotel Bristol. Mogi Mirim.



Portal Hotel Mogi Mirim

Rua Antonio Rossi, 380 – Jardim Pissinatti -

Mogi Mirim – SP - Telefone: (19) 3806-5009.

Foto 90: Portal Hotel. Mogi Mirim.

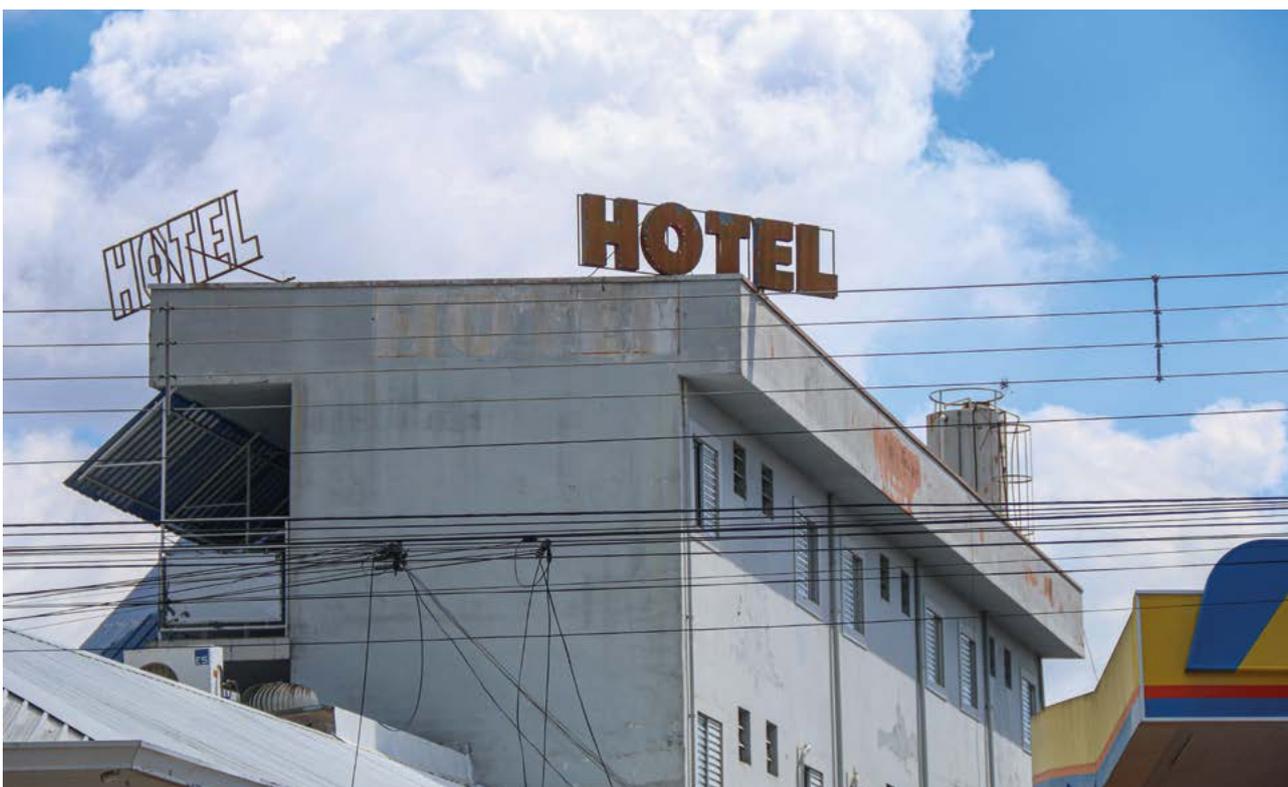


Hotel 2600

Avenida Pedro Botesi, 2600– Santa Clara- Mogi

Mirim – SP - Total Uhs 26 - Telefone: (19) 3806-5267.

Foto 91: Hotel 2600. Mogi Mirim.



Hotel Cidade
Avenida Pedro Botesi, 1466 - Santa Clara, Mogi

Mirim – SP - Total Uhs 30 - Telefone: (19) 3862-4317.

Foto 92: Hotel Cidade. Mogi Mirim.



4 Turismo de Eventos.

Esta modalidade de turismo pode apresentar diversas estratégias de inserção e desenvolvimento, desde aquelas vinculadas às feiras e encontros (carros, motos, artesanatos e shows), até mesmo aquelas que integrem motivações religiosas, bem como eventos que se desdobram em atividades temáticas, por exemplo, festival gastronômico, semana italiana, semana caipira, entre outras. Atividades que podem envolver não apenas as empresas de Hotelaria, Gastronomia, mas também

organizações não governamentais, entidades sociais e assistenciais do município. Neste aspecto, o município apresenta recursos como atrativos e espaços para sua realização.

4.1 Lyra Mojimiriana.

Com sede na casa de máquinas do antigo serviço de captação de água de Mogi Mirim, dentro do complexo Lavapés, a Lyra Mojimiriana, há trinta e cinco anos, promove o ensino gratuito de música para crianças, jovens e adultos, o que possibilita atrair eventos.

Foto 93: Lyra Mojimiriana. Mogi Mirim.



4.2 Teatro de Arena.

O Teatro de Arena Dr. Odilon da Costa Manso, localizado na Av. Luiz Gonzaga de Amoedo Campos, n. 01 - Jardim Nossa Sra. Aparecida

é um espaço destinado para as realizações de recreação, lazer e cultura para os munícipes e visitantes. Este espaço cultural foi inaugurado em 22 do outubro de 1979.

Foto 94: Teatro de Arena. Mogi Mirim.



4.3 Espaço Cidadão – Praça de Eventos.

Inaugurado em 21 de abril de 2008, o espaço está localizado na Avenida Adib Chaib, s/n e

ajudou a revitalizar todo o entorno. Este espaço possibilita receber diversos tipos de eventos, festas, ações culturais, educacionais, peças de teatros, festas beneficentes e feiras.

Foto 95: Espaço Cidadão. Mogi Mirim.



4.4 Feira Noturna.

O projeto com a realização de Feiras Noturnas começou em 20 de fevereiro de 2013 e conta com barracas que vendem artesanato, bolsas, doces, apresentações culturais, dentre outras.

A Feira Noturna virou um ponto de encontro para as famílias mogimirianas. São 2,5 mil consumidores passando pela feira semanalmente, entre munícipes e visitantes de cidades da região.

Foto 96: Feira Noturna. Mogi Mirim.



4.5 Orquestra Mojimiriana de Viola Caipira (OMVC)

A Orquestra Mojimiriana de Viola Caipira foi criada em agosto de 2004, após um curso ministrado por Rui Torneze, Maestro da Orquestra Paulistana de Viola Caipira

(OPVC) no Centro Cultural de Mogi Mirim. É constituída por violeiros (solo e base), cantores e percussionista. Além dos que atuam nas apresentações da orquestra, ela recebe novos integrantes que aprendem as técnicas para terem também sua participação.

Foto 97: Orquestra Mojimiriana de Viola Caipira. Mogi Mirim. Fonte: OMCV.



4.6 Calçada da Rua XV de Novembro.

Localizado na região central, o calçada atrai grande público para os estabelecimentos comerciais ali instalados. A pavimentação das

calçadas é de piso intertravado, que favorece a acessibilidade, a drenagem e a manutenção. O local possui vagas para carga descarga, bancos e lixeiras, além de rampa de acessibilidade.

Foto 98: Calçada e Rua XV de Novembro. Mogi Mirim.



4.7 Festa Italiana Della Mamma (Maio).

A festa italiana Della Mamma, uma das mais tradicionais de Mogi Mirim é realizada desde 1999, pela Correspondência Consular da Itália

e pela Società Italiana, nas Praças Rui Barbosa e São José. Desde o ano de 2001 faz parte do Calendário Turístico do Estado de São Paulo e tem seu nome registrado junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Foto 99: Festa Italiana Della Mamma. Mogi Mirim.



4.8 Festival de Inverno de Mogi Mirim (Julho).

O Festival de Inverno de Mogi Mirim (FESTIMM) é o maior evento cultural da cidade

que envolve concertos, ópera, apresentações, oficinas e um Bar-Café cultural. O evento existe desde 2012, atrai muitos visitantes de toda região, tem histórico de muita qualidade musical e de entretenimento garantido ao público.

Foto 100: FESTIMM 2017. Mogi Mirim.



4.9 Festa de São José (Março).

A tradicional Festa de São José, em homenagem ao Santo Padroeiro de Mogi Mirim, ocorre no mês de março com missas, almoços e

leilões. O evento religioso atrai muitas pessoas que prestigiam a quermesse em alusão ao padroeiro realizada em um espaço montado no estacionamento da Igreja Matriz de São José.

Foto 101: Festa de São José. Mogi Mirim.

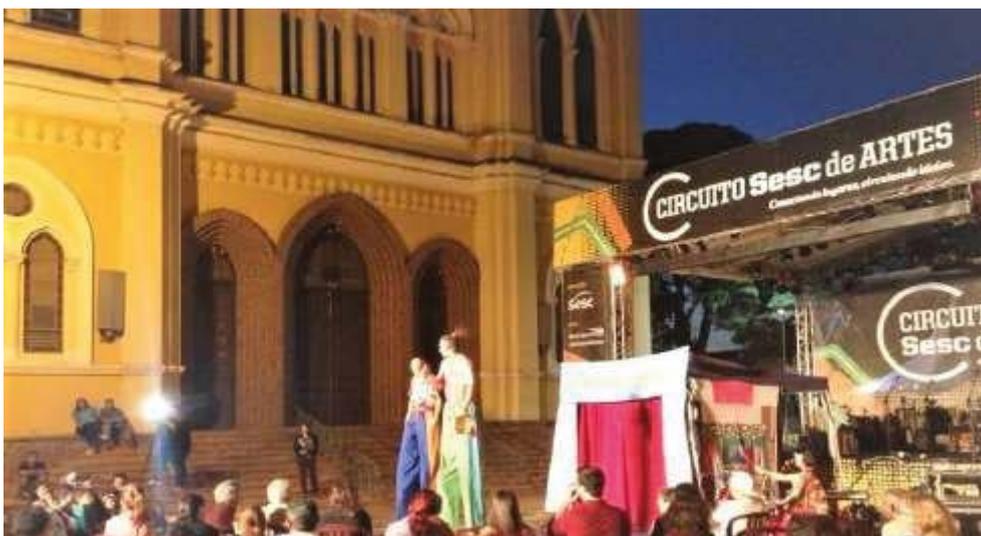


4.10 Circuito SESC de Artes (Maio).

O Circuito SESC de Artes é um programa desenvolvido pelo Serviço Social do Comércio em parceria com os Sindicatos do Comércio e com as Prefeituras das cidades participantes

e tem por objetivo interferir no cotidiano das pessoas, ocupando espaços públicos, geralmente praças, com muita arte e cultura. O evento acontece em Mogi Mirim desde 2013, tendo atraído muitas pessoas da região.

Foto 102: Circuito SESC de Artes. Mogi Mirim.



4.11 Semana Municipal do Turismo (Setembro).

Instituída pela Lei 098/2013 a Semana Municipal de Turismo faz alusão às comemorações do dia 27 de Setembro, data em que se comemora o dia Internacional do Turismo. Desde 2013 são

realizadas ações de sensibilização ao turismo no Centro Cultural “Prof. Lauro Monteiro de Carvalho e Silva”, através de feiras, exposições e palestras aplicadas aos estudantes do quinto ao nono ano da rede de ensino, estimulando assim a prática da atividade turística no município e sua importância para a comunidade local.

Foto 103: Semana Municipal de Turismo. Mogi Mirim.



Foto 104: Estudantes em visita à Semana Municipal do Turismo. Mogi Mirim.



4.11.1 Passeio Turístico de 32 (9 de Julho)

Desde 2013 a Secretaria de Cultura e Turismo de Mogi Mirim e o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) realizam o Passeio de Turismo em comemoração ao feriado “9 de Julho”, data em que se comemora a Revolução Constitucionalista de 1932 no Estado de São Paulo. O evento tem como objetivo fomentar e sensibilizar a sociedade local a respeito dos recursos turísticos potencialmente existentes que fazem alusão à Revolução Constitucionalista.

O passeio se tornou uma grande atração turística do município despertando interesses de empresários e visitantes das cidades vizinhas. Nas últimas edições estiveram presentes autoridades políticas ligadas ao desenvolvimento turístico, como também técnicos da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo.

O roteiro é formado pelos principais pontos de grandes atuações das tropas durante a Revolução de 1932 no município de Mogi Mirim.

Foto 105: Estudantes em visita à Semana Municipal do Turismo. Mogi Mirim.



Foto 106: Passeio Turístico desde 2013. Mogi Mirim.



O Roteiro de 1932.

A – Antigo Aeroclube

O local foi marcado pelo maior ataque aéreo já

registrado pela aeronáutica brasileira. Aos 20 de Agosto de 1932 cinco aeronaves, do então governo federalista de Getúlio Vargas, foram destruídos no campo aéreo local. Fato este registrado por jornais da época.

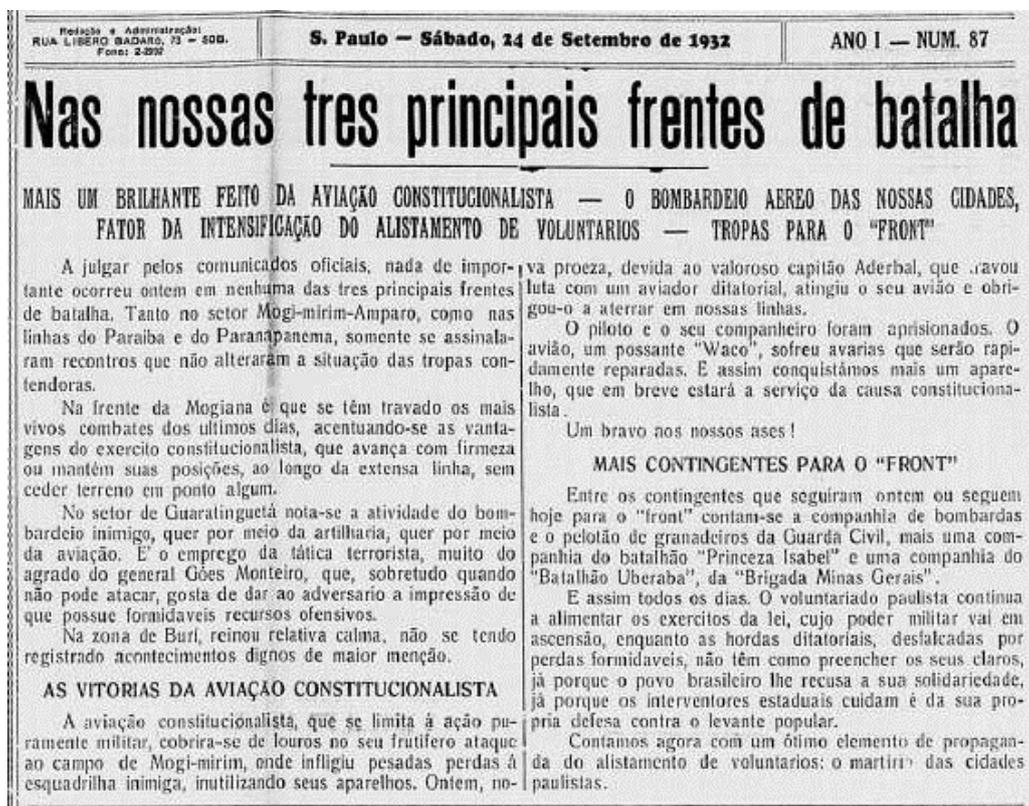
Foto 107: Foto de avião de 1932 explodido.

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo. Mogi Mirim.



Foto 108: Manchete sobre o ataque aéreo.

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo. Mogi Mirim.

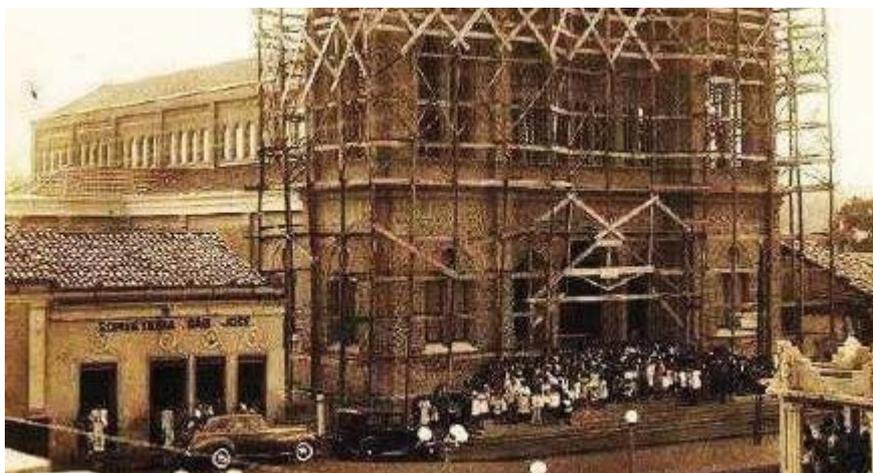


B – Praça Rui Barbosa.

A praça serviu de ponto de encontro da população e também para as autoridades fazerem seus comícios de convocações dos voluntários para

a guerra. A sociedade manifestava sua euforia através de passeatas, além da marcha da banda de música do Instituto Disciplinar de Mogi Mirim em torno da Matriz São José, na fase de sua construção.

Foto 109: Construção da Matriz São José na década de 1930. Mogi Mirim.



C – Estação de Trem da Mogiana.

Inaugurada em 1875, pelo então Imperador Dom Pedro II em sua primeira visita ao município.

Ela foi alvo preferencial das tropas federalistas e revolucionárias para o transporte de tanques e soldados durante o período da Revolução de 1932.

Foto 110: Prédio da Antiga Estação de Trem da Mogiana. Mogi Mirim.



D – Bunker – Abrigo subterrâneo de 32.

Sua construção é atípica com características que lembram um abrigo subterrâneo, com paredes de tijolos assentados na forma de arcos

e em posição estratégica próxima a ferrovia da Mogiana. Historiadores e estudiosos apontam que, apesar de não haver registros, o local tenha sido utilizado pelas tropas revolucionárias para esconder armas e alimentos durante o fronte.

Foto 111: Bunker de 1932. Mogi Mirim

Fonte: foto realizada e cedida por Nelson Theodoro Junior



4.12 Semana do Produtor Rural – Dia do Agricultor (Julho).

Evento realizado há 30 anos no mês de Julho pelo Sindicato Rural em parceria com a Prefeitura Municipal, Paróquia de Santa Cruz e CATI. Tradicionalmente é realizada a Missa caracterizada pela abertura do ano agrícola com Bênção e distribuição de sementes,

amostras, mudas de árvores nativas e Bênção aos motoristas. No Centro Comunitário é realizado o ciclo de palestras com temas que abordam o cenário atual na agricultura, sempre trazendo informações pertinentes ao agricultor. Esse evento atualmente reúne cerca de 400 produtores de Mogi Mirim e Região e encerra-se com confraternização entre os participantes.

Foto 112: Palestra na Semana do Produtor Rural. Mogi Mirim.



4.13 Domingo do Samba (1º domingo de cada mês)

Sempre realizado no primeiro domingo de cada mês, o evento atrai muitos visitantes até mesmo de outros municípios. Com objetivos consolidados

na valorização da cultura e arte local, o encontro também fomenta a concentração de jovens e adultos na área verde localizada ao lado do Teatro de Arena, no Complexo Esportivo “José Geraldo Franco Ortiz”, o Zerão.

Foto 113: Domingo do Samba. Mogi Mirim.



4.14 Marcha para Jesus (Julho)

Este evento acontece desde 2009 e tornou-se lei (Lei 4.862/2009). A cada ano atrai muitos

participantes de várias denominações religiosas e visitantes da Baixada Mogiana. A concentração ocorre no Espaço Cidadão com apresentações de bandas e intervenções culturais.

Foto 114: Marcha para Jesus. Mogi Mirim.



4.15 Festa de Aniversário da Cidade (Outubro)

Data comemorativa municipal que oferece diversos atrativos para a população, tais como

apresentações artísticas, ações sociais, shows e desfile cívico. Apesar de ser um evento municipal, as atividades atraem muitos visitantes das cidades vizinhas.

Foto 115: Festa de Aniversário da Cidade. Mogi Mirim.



4.16 Parada do Orgulho LGBT (Agosto)

O evento tem atraído muitos participantes de diversas regiões do estado. A concentração acontece no Espaço Cidadão – Local destinado

exclusivamente para eventos de público de massa. As apresentações contam com trio elétrico, intervenções artísticas, D’Js e shows de bandas musicais. Ocorre sempre no mês de Agosto.

Foto 116: Parada do Orgulho LGBT. Mogi Mirim.



4.17 Festival de Dança (Maio).

Evento que atrai muitos dançarinos e companhias de danças de várias cidades do estado de São Paulo. As apresentações são realizadas sempre

no mês de Maio no teatro do Centro Cultural com premiações para as coreografias e grupos vencedores. É um atrativo tradicional que movimentava o “trade” local (hotéis, restaurantes e o comércio).

Foto 117: Festival de Dança. Mogi Mirim.



4.18 Festival de Teatro (Setembro).

Evento que atrai muitos artistas e grupos de teatros de várias cidades do estado de São Paulo. As apresentações são realizadas normalmente no

mês de setembro no teatro do Centro Cultural com premiações para os artistas e grupos vencedores. É um atrativo tradicional que movimentava o “trade” local (hotéis, restaurantes e o comércio).

Foto 118: Festival de Teatro. Mogi Mirim.



4.19 Salão de Artes (Outubro)

Evento tem como objetivo valorizar os trabalhos dos artistas do município e ocorre sempre o mês de outubro, período em que se comemora o aniversário da cidade. A exposição dos trabalhos

fica disponível nas dependências do Centro Cultural no Salão Nobre “Luiz Guardia Neto”. É um atrativo tradicional que movimentava o “trade” local (hotéis, restaurantes e o comércio) com inscrições de artistas de varias regiões.

Foto 119: Salão do Centro Cultural. Mogi Mirim.



4.20 Principais Festas Juninas (Junho e Julho).

Durante o período das festas juninas e julinas existe uma grande mobilização por parte das entidades assistenciais que promovem festas para atrair público e também fomentar a arrecadação de recursos para o desenvolvimento assistencial. O evento chama a atenção pela grande adesão

por parte da população e também por visitantes de cidades vizinhas. As principais entidades responsáveis pelos eventos são: Vila Vicentina de Mogi Mirim, Lar Infantil Aninha, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Instituto Coronel João Leite, Lar Espírita Maria de Nazaré, Sociedade Santo Antônio de Mogi Mirim e demais.

Foto 120: Festa em comemoração aos Santos. Mogi Mirim.



5 Turismo Gastronômico.

Como apontado anteriormente, esta atividade se integra ao Turismo de Eventos e ao conjunto de elementos que se colocam como infraestrutura turística. Esta posição dupla que este setor apresenta requer atenção e construção de uma imagem positiva e articulada. A gastronomia é em si um atrativo, mas é sobremaneira uma infraestrutura para as demais atividades e que se torna um ponto nevrálgico sua qualidade e diversidade.

Neste campo, embora reconheçamos trajetórias de tradição no âmbito da organização e sistematização destas atividades elas necessitam passar de um campo voluntarioso e de ações individuais, nas formas coordenadas de realização, considerando o papel estratégico. As questões sanitárias, de receptividade, fluidez, de acessibilidade são fundamentais e elas demandam ação concreta do poder público e do setor empresarial para seu constructo e desenvolvimento.



5.1 Gastronomia

5.1.1 Polo Gastronômico.

O Polo Gastronômico de Mogi Mirim nasceu efetivamente no final de 2007, quando entidades se mobilizaram para somar esforços e desenvolver um projeto específico para o

setor gastronômico de Mogi Mirim. O projeto contempla diversas ações com foco na qualidade, tanto no atendimento, quanto na manipulação de alimentos. Unindo o que é de melhor da tradição mogimiriana, tem a oferecer o desenvolvimento de novas técnicas que visam à melhoria contínua da gastronomia no município.

Foto 121: Representativa da Gastronomia em Mogi Mirim.



8 Os Circuitos turísticos.

O município de Mogi Mirim apresenta, como foi possível descrever, um conjunto de atividades consolidadas em termos de eventos, que estão descritas no Plano Municipal de Turismo. Destaca-se por último, os circuitos turísticos, nos quais o município encontra-se inserido e respondem aos aspectos de dinamização e de articulação regional.

8.1 Circuito das Águas Paulistas

O município de Mogi Mirim está há 35 quilômetros do Circuito das Águas Paulistas que está localizado na Serra da Mantiqueira e é constituído por nove municípios: Aguas de Lindoia, Amparo, Holambra, Jaguariúna, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Serra Negra e Socorro. Todos são repletos de recursos naturais e culturais que se complementam, tendo como característica comum, água em abundância.

Mapa 71: Mapa Circuito das Águas Paulistas



8.2 Circuito das Malhas – Sul de Minas Gerais.

O circuito é formado por Albertina (MG), Borda da Mata (MG), Inconfidentes (MG), Jacutinga (MG), Monte Sião (MG) e Ouro Fino (MG). Dados da Secretaria de Turismo de Minas Gerais

(Setur) apontam que, por final de semana, 100 mil pessoas passam por essa região durante os meses das estações de outono e inverno. As rodovias estaduais MG-290 e SP-340 são as principais portas de acesso para essa região. No circuito, há opções de turismo ecológico, rotas de trilhas.

Figura 01: Circuito das Malhas – Sul de Minas Gerais.



9 Diretrizes de Políticas:

Conselho Municipal de Turismo – COMTUR.

No âmbito do COMTUR é necessária sua atuação e reconhecimento institucional, mas, sobretudo, maior interconexão com o setor público. Este processo deve se estabelecer a partir de uma Secretaria e ou Departamento específico no Município que possa atuar sem dissolução de continuidade no Planejamento e na Promoção das atividades turísticas, fiscalização e consolidação de infraestrutura por investimentos diretos do poder público e ou a partir de parcerias com setores privados.

Atuações:

- a) Mapeamento de cadastro (Cadastrur) de todas as potencialidades, desde os atrativos, aos serviços e infraestrutura;
- b) Consolidação de uma agenda e um protocolo de atuações legais, tais como em segurança, sanitárias, infraestrutura, coordenação, entre outras, nas atividades (feiras, festas, eventos, etc...);
- c) Estabelecimento de programas de apoio e desenvolvimento para cada atividade, com metas e estratégias de consecução;

d) Articulação das atividades com as programações regionais (Circuitos) e com as atividades que podem envolver demais Secretarias/Diretorias de Governo Municipal (Educação, Esporte, Desenvolvimento Econômico);

e) Articulação das atividades com as programações do Governo do Estado de São Paulo e Federal, e ou entidades que apresentam este caráter (SESI, SESC, por exemplo), vinculando demandas orçamentárias, sobretudo das esferas estatais;

f) Consolidar um cadastro de artistas e artesãos (atividades, produtos e estruturas);

g) Criar tarifa de contribuição turística para formação de fundos para incentivos, desenvolvimento e investimentos em atrativos e programas;

h) Estabelecer programas de premiações e reconhecimento de produtos, atividades e agentes sociais que promovam o desenvolvimento do turismo no município (Rede Qualidade – Rede Sustentável – Prêmio Inovação, etc..).

Como visto, o turismo se apresenta como um setor heterogêneo em sua atividade, ao observar o seu envolvimento em aspectos econômicos, em aspectos das práticas sociais de usos espaciais, como também em aspectos políticos decisórios

e culturais. Assim, trata-se da necessidade de um planejamento que possa ser dirigido para a noção de qualidade, enquanto prestação de serviço, ao prover a satisfação das pessoas, dos turistas, dados os desejos ou necessidades que possam ser apresentados por esses turistas.

Convém destacar que em nossas análises dos resultados obtidos perante a Consulta Pública realizada com 704 entrevistados, os aspectos considerados como bons em Mogi Mirim, o turismo aparece com 2,6% dos declarantes. As indicações para as ações de melhoria na cidade, o lazer, atividades esportivas, entretenimento, cultura, eventos e o turismo participaram em 16,6% dos entrevistados.

Observou-se que são dados que revelam a necessidade que as pessoas apresentaram por espaços para recreação, entretenimento, turismo, espaços culturais, assim como por espaços gastronômicos, onde permitem a descontração, o contato humano, a sociabilidade.

Ainda, como fora mencionado na Consulta

Pública, as quermesses realizadas em comemoração ao santo padroeiro da cidade ou da igreja, tornam-se eventos não somente religiosos, pois atraem o turismo e movimentam o setor hoteleiro e gastronômico. Os entrevistados compreendem que os atrativos turísticos desempenham funções importantes para o lazer, funções culturais, dada a historicidade da cidade, como também a função econômica movimentando o comércio, serviços e gerando emprego e renda.

Assim, o turismo para Mogi Mirim, significa um potencial de atividade econômica, geração de trabalho e renda de forma direta e indireta dentro dos mais variados setores da economia, contribuindo ao processo de desenvolvimento do município. Nesse caso, trata-se de aperfeiçoar as políticas públicas locais junto aos gestores públicos e da iniciativa privada pertencente aos setores vinculados à atividade turística para um maior investimento na área, o que se inclui a capacitação profissional, como também a oferta de novos produtos turísticos.

Administração Pública

Administração e Utilidade Públicas

Nájela Alessandra Soares¹

Mariana Dias Ramos²

Prof. Dr. José Gilberto de Souza³

Embora seja nossa última análise setorial, as reflexões sobre o Setor de Administração e Utilidade Públicas representam papel fundamental para a compressão dos setores econômicos de um município, uma vez que, sendo responsável pela ordenação da cidade, pelo bem-estar e qualidade de vida de quem ali reside e ou convive, se consolida como o epicentro radial do planejamento. Em outras palavras, podemos dizer que o setor de administração e utilidade pública responde por uma relação fundamental com os demais setores, sendo necessária sua presença por meio de sua capacidade de intervenção e de propiciar condições de reprodução e manutenção da vida social de um município. Sem este setor, impossibilitam-se condições básicas a dinâmica da cidade, como: comunicação, saneamento, disponibilidade de energia, abastecimento de água, coleta e tratamento de resíduos, viabilização de vias de circulação, entre outros; todos estes necessários para o desenvolvimento de qualquer atividade econômica.

Nas grandes cidades polarizadoras de regiões metropolitanas, observa-se que os elementos de infraestrutura urbana estão mais consolidados. Estes elementos, que são variáveis e consequências do planejamento e desenvolvimento municipal, se distribuem de forma orgânica pela extensão das cidades, a depender da sucessão de conjunturas que envolvem demandas locais e/ou tomadas de decisões dos agentes municipais. Este quadro, porém, se difere de cidades menores, como as cidades proto-médias, na qual se classifica Mogi Mirim, que se encontram em um período de desenvolvimento econômico e expansão urbana em que o setor [Administração e Utilidade Pública] quantidades representativas de postos de trabalho e na capacidade

² mariana.d.ramos@unesp.br - Graduanda em Geografia - Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP – Campus de Rio Claro.

³ Geógrafo, Professor Associado do Departamento de Geografia. Coordenador do LAPP – Laboratório de Análise Espacial em Políticas Públicas do Centro de Análise e Planejamento Ambiental (CEAPLA), Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP – Campus de Rio Claro. jg.souza@unesp.br

de gerir o dinamismo urbano.

Neste sentido, mesmo que todos os demais setores também estejam integrados na economia das cidades (e por isso também interfiram entre si), só é possível esmiuçar o contexto socioeconômico do município em questão se esta análise acompanhar, de maneira profunda, o comportamento do setor de administração e utilidade pública. Além disso, cabe destacar que este setor responde de maneira plena a todas as camadas sociais da sociedade, abrangendo, sem exceção, os indivíduos e as instituições; no caso do primeiro assiste, principalmente, os mais vulneráveis.

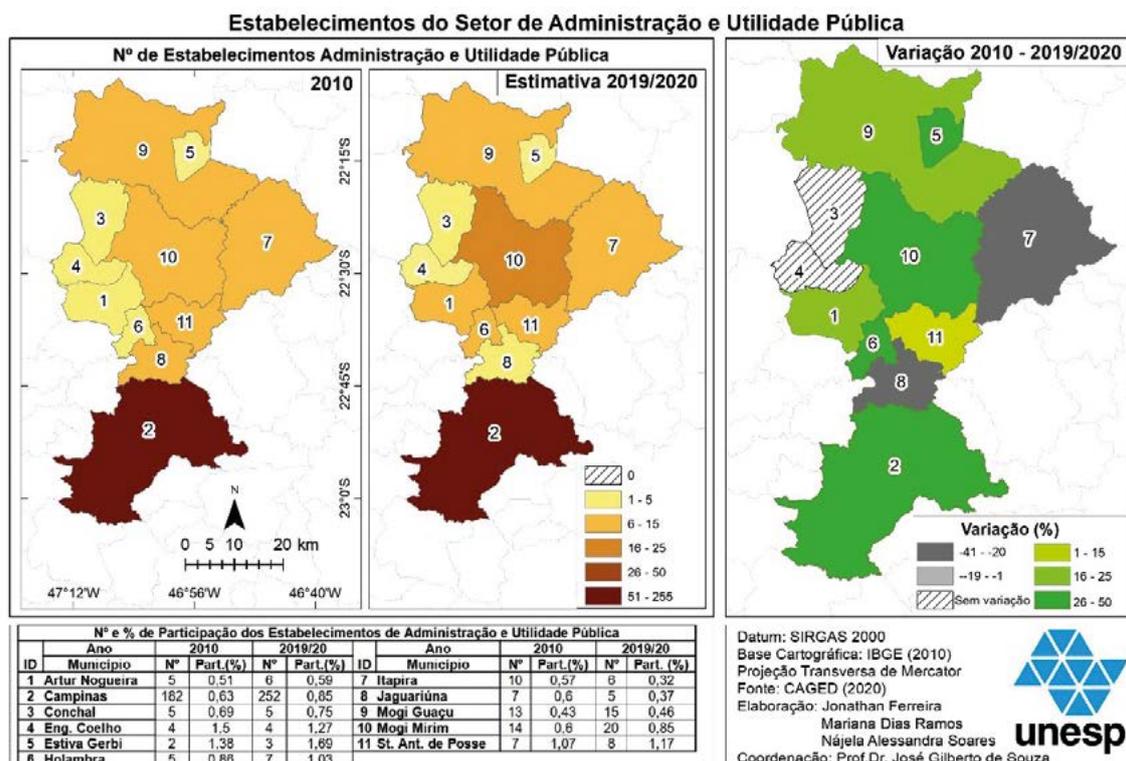
Compreendendo a multidimensionalidade que o setor de Administração e Utilidade Pública assume, incluiremos nesta análise quatro diferentes indicadores: Número, variação e porcentagem de participação de

Estabelecimentos e Vínculos Empregatícios; Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF); Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) e o Total de Receitas e Despesas gerados nos municípios no ano de 2019. Estes outros índices são incluídos como forma de fornecer não apenas um contexto aprofundado deste setor, mas também aperfeiçoar a análise integrada dos setores da economia, assim como seu comportamento de interação e interdependência.

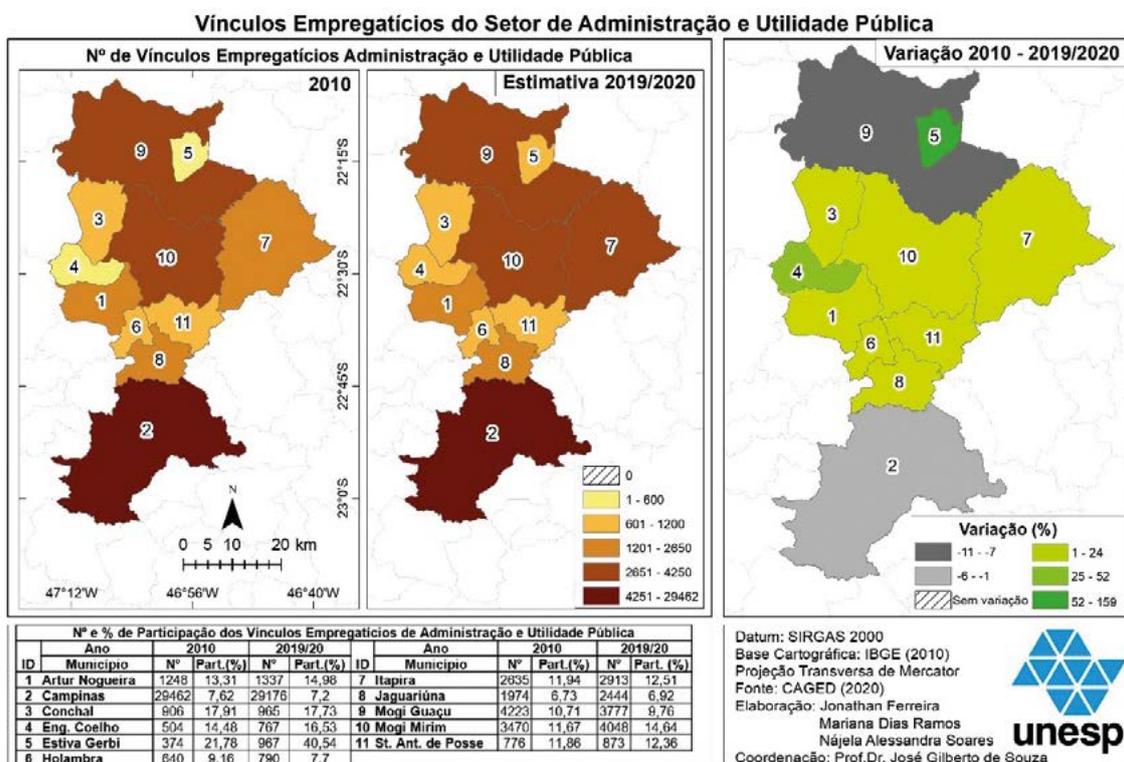
Indicador de número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos e Vínculos Empregatícios

Os mapas 72 e 73 apresentam dados relativos ao número, a variação e a porcentagem de participação de estabelecimentos e vínculos empregatícios do Setor de Administração e Utilidade Pública nos municípios da região, respectivamente.

Mapa 72: Número, variação e porcentagem de participação de Estabelecimentos do Setor de Administração e Utilidade Pública nos municípios. 2010-2019/20.



Mapa 73: Número, variação e porcentagem de participação de Vínculos Empregatícios do Setor de Administração e Utilidade Pública nos municípios. 2010-2019/20.



Observa-se no mapa 73 que, das 11 cidades analisadas, apenas Itapira e Jaguariúna apresentam queda no número dos estabelecimentos e da participação do setor no período estudado, enquanto outros 7 apresentam variação positiva (Campinas, Estiva Gerbi, Holambra, Mogi Guaçu, Mogi Mirim e Santo Antônio de Posse) e 2 (Conchal e Engenheiro Coelho) não apresentaram nenhuma variação. Em específico, o município de Mogi Mirim demonstra variação positiva em estabelecimentos, se destacando em relação as demais cidades proto-médias e satélites com o maior aumento no número de estabelecimentos, acompanhando os patamares de crescimento do município sede metropolitano.

No que se refere ao emprego apresenta, juntamente com outros municípios do eixo central da região, um desempenho positivo. Em números absolutos a variação positiva de Mogi

Mirim representa o aumento de mais de 570 postos de trabalho, Jaguariúna se destaca em seguida com o aumento de mais de 470 postos, superando em números totais os postos de Mogi Guaçu. Desta forma, podemos compreender que há uma maior demanda e, portanto, uma crescente ampliação dos elementos de infraestrutura urbanas que são necessários ao planejamento econômico em nível municipal.

Em uma análise integrada, agregamos todos os setores da economia e analisamos os valores relativos. Assim, observamos que, nos municípios observados, o setor referente a administração e utilidade pública sempre se destaca com relação a expressiva participação nos valores de vínculos empregatícios. Em Campinas, é o terceiro setor que mais emprega (representa 7,2% do total de vínculos empregatícios do município), em Mogi Guaçu, trata-se da segunda categoria (9,76%), ao passo

que Mogi Mirim tem no funcionalismo público o maior contingente de empregos dos seus municípios (setor com 14,64% de participação no total dos vínculos empregatícios).

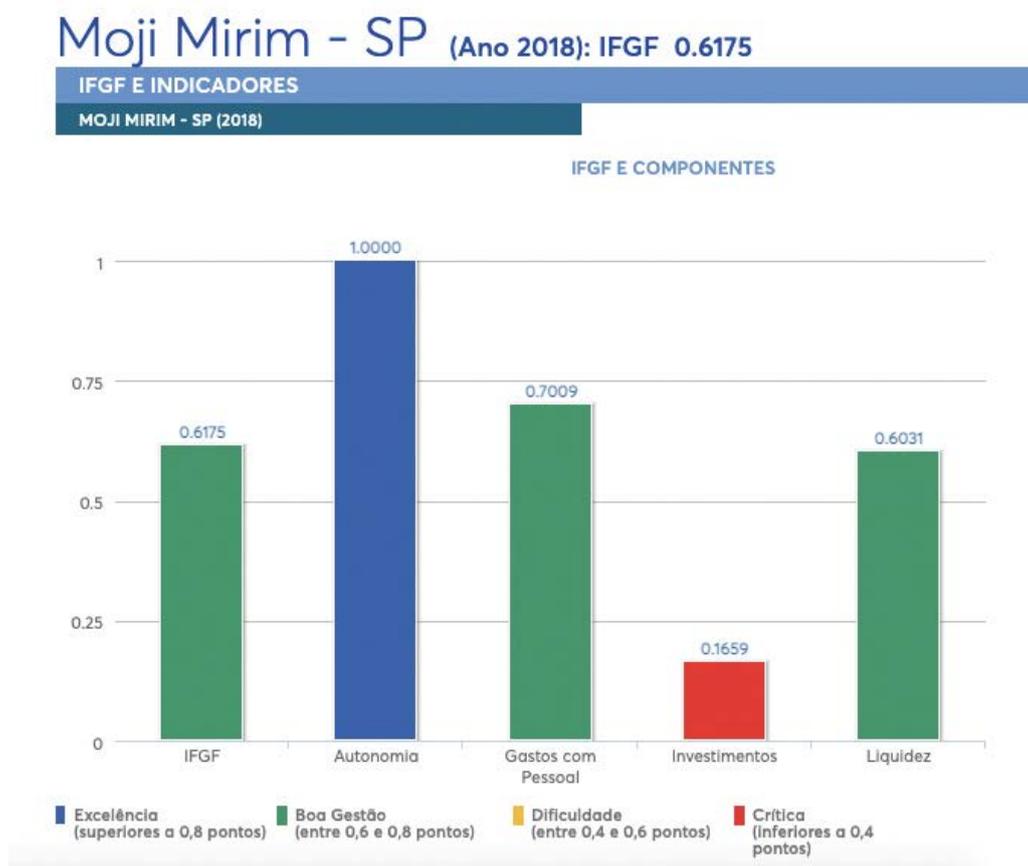
Vale ressaltar que, este setor representa, em média, altos padrões salariais, assim como maior estabilidade econômica de consumo e de renda. Esses fatores são essenciais para demarcar a importância de administrações eficientes e eficazes e da ampliação de atendimento à população, de forma a sempre garantir o interesse público, considerando também sua capacidade de influenciar positivamente nos demais setores da economia.

Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF)

O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) é o resultado de estudos construídos a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Ele

apresenta indicadores que refletem a eficiência da administração pública a nível municipal com a finalidade de identificar e controlar possíveis gargalos estruturais. Para isso, quatro categorias são estudadas: “Autonomia (refere-se à capacidade do município de financiar a sua própria estrutura administrativa); Gastos com Pessoal (apresenta a austeridade do orçamento); Liquidez (trata-se do cumprimento das obrigações financeiras das prefeituras) e Investimentos (é a capacidade de gerar bem-estar e competitividade). Dados os resultados de cada indicador, os mesmos são equitativamente analisados (pesos de 25%) para a composição do IFGF. Para tal, utiliza-se uma escala quantitativa de quatro intervalos: de 0 a 0,4 (Resultado Crítico), de 0,4 a 0,6 (Dificuldade), 0,6 a 0,8 (Boa Gestão) e acima de 0,8 (Excelência). Observa-se o IFGF de Mogi Mirim, para o ano de 2018, no gráfico 22:

Gráfico 22: Moji Mirim (SP) – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (2018)



Segundo o gráfico, o indicador de Autonomia atinge a pontuação máxima (1,0), classificada como um componente de excelência no município de Mogi Mirim. Os indicadores de Gastos com Pessoal e Liquidez são classificados como Boa Gestão (com 0,7009 e 0,6031 pontos, respectivamente). Investimentos, por sua vez, evidencia uma situação Crítica (0,1659). A partir dos indicadores obtêm-se o Índice Firjan de Gestão Fiscal, o qual atinge a classificação de Boa Gestão (0,6175).

Estes dados, pelos motivos apresentados anteriormente (salários, estabilidade de renda/consumo) são muito satisfatórios, principalmente quando as análises pontuais de desempenho de eficiência da administração pública são também satisfatórias e servem como resposta positiva as atividades ligadas ao setor e a gestão pública no município.

Índice de Eficiência da Gestão Municipal (IEG-M)

O Índice de Eficiência da Gestão Municipal (IEG-M) foi criado e é mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP). Este índice tem por objetivo, a partir de sete setores da administração, avaliar a eficiência das políticas públicas. A partir dele, é possível compreender quais e de que forma os setores referentes à administração pública são conduzidos a partir do orçamento planejado e sua aplicação, levando em consideração quesitos como transparência, análise setoriais, programas de ação e sua consecução, entre outros. Desta forma, é possível traçar um paralelo entre as projeções aspiradas pela gestão (o que foi planejado) e sua consolidação real (o que foi efetivamente executado), revelando, deste modo, as demandas projetadas e alcançadas pelas gestões desde 2014.

Além de ser um importante avaliador da

sinergia entre interesses sociais, planejamento, orçamento e ação estratégica da ação pública dos municípios, o índice também exprime indicadores pariformes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), relativas as metas deliberadas pelos países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU), através da agenda 2030. Em síntese, compreende-se que esta agenda busca promover novas ações nas esferas social, ambiental, econômica e institucional que promovam a transformação social com o desenvolvimento sustentável.

Por consequência, o estudo do IEG-M congrega dados e análises que podem ser apropriadas por diferentes estudos, de maneira individual ou isolada, por setores ou através de um único setor. Com isso, torna-se instrumento para “correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento dos municípios”. (TCESP, 2021).

Os sete indicadores que compõe o IEG-M, segundo o TCESP (2021), são: i-Educação: focado na infraestrutura escolar relacionada a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental; i-Saúde, mede ações da gestão com ênfase nos processos de diversas ações coordenadas pelo SUS; i-Planejamento, analisa a coerência entre as metas e os resultados considerando os recursos empregados; i-Fiscal: focado na gestão fiscal, sobretudo a aplicação de recursos, execução financeira e orçamentária, transparência da administração e conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); i-Ambiental: relacionado a ações que impactam diretamente o meio ambiente e consequentemente a qualidade de vida e de serviços; i-Cidade: diz respeito, principalmente, a proteção dos cidadãos, a segurança urbana e ao escopo da Defesa Civil; i-Governança de Tecnologia: indicador relacionado ao direcionamento de tecnologia da informação para atendimento da população,

seja com serviços, acesso ou informações.

Figura 02 – Indicadores que compõe o IEG-M



Fonte: TCESP, 2021.

As notas obtidas nos indicadores são apresentadas de acordo com cinco faixas de resultados:

Quadro 03: Nota, faixa de resultado e critério atribuídos aos indicadores

Nota	Faixa	Critério
A	Altamente efetiva	IEG-M com pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices com nota A
B+	Muito efetiva	IEG-M entre 75,0% e 89,9% da nota máxima
B	Efetiva	IEG-M entre 60,0% e 74,9% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEG-M entre 50,0% e 59,9% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEG-M menor ou igual a 49,9%

Fonte: TCESP, 2021.

Os valores históricos do IEG-M, bem como dos indicadores para o município de Mogi Mirim podem ser acessados no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. De forma individualizada, os indicadores representam os anos e as gestões

dos quais tiveram maior atenção e processos eficientes. O Quadro 04 apresenta as notas obtidas pelo i-Educação de Mogi Mirim para o período de 2014 a 2019.

Quadro 04: i-Educação de Mogi Mirim para o período de 2014 a 2019

i-Educação						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
A						
B+						
B						
C+						
C						

Fonte: TCESP, 2021.

O ano com a melhor nota da educação pública do município foi 2014, sendo classificada como altamente efetiva (A). Nos três anos seguintes, houve uma tendência negativa de diminuição das notas alcançadas pelo índice, chegando a ser classificada como em fase de adequação (C+) no

ano de 2017. No dado mais recente, referente ao ano de 2019, a educação foi classificada como efetiva (B).

Os resultados obtidos pelo indicador i-Saúde são apresentados no Quadro 05

Quadro 05: i-Saúde de Mogi Mirim para o período de 2014 a 2019

i-Saúde						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
A						
B+						
B						
C+						
C						

Fonte: TCESP, 2021.

Observa-se que 2014 e 2015 foram os anos melhores classificados, com a gestão da saúde sendo muito efetiva (B+). Os anos são seguidos por variação negativa, chegando a fase de adequação (C+) em 2018. Contudo, o dado mais recente, 2019, indica uma melhora na classificação para efetiva (B). Vale ressaltar a importância desse indicador se manter em classificações, no

mínimo, efetivas, principalmente se considerado o contexto atual de pandemia pois notas abaixo de efetivo significam em falta de atendimento a demanda da população.

O Quadro 06 sintetiza os resultados do i-Planejamento.

Quadro 06: i-Planejamento de Mogi Mirim para o período de 2014 a 2019

i-Planejamento						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
A						
B+						
B						
C+						
C						

Fonte: TCESP, 2021.

Em relação ao planejamento, a gestão municipal tem tido apenas classificações mais baixas, apresentando uma estabilidade, desde 2017, com notas de baixos níveis de adequação (C). Esses resultados indicam que tem sido negativa a relação das variáveis do que foi planejado e do que foi, de fato, executado pelas gestões municipais, com atenção também para os recursos utilizados. Isso pode indicar uma

necessidade de estabelecimento de metas mais coerentes com a alçada da gestão, para garantir a eficácia, ou um melhor gerenciamento dos recursos envolvidos no processo da administração pública, garantindo maior eficiência.

O Quadro 07 apresenta os resultados do i-Fiscal.

Quadro 07: i-Fiscal de Mogi Mirim para o período de 2014 a 2019

i-Fiscal						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
A						
B+						
B						
C+						
C						

Fonte: TCESP, 2021.

A gestão municipal, segundo o índice fiscal, tem sido, no mínimo, efetiva (B) durante todo o período observado. O dado mais antigo, referente a 2014, assim como 2019, possuem resultados muito efetivos (B+), o que indicam conjunto de ações acertadas, como a aplicação de recursos, transparência e concordância com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Tendo em vista que o índice anterior, de Planejamento,

também é impactado pela gestão fiscal e que ao mesmo tempo têm resultados inferiores, pode-se pontuar que as variáveis mais negativas do i-Planejamento estão mais relacionadas a metas e resultados do que aos recursos empregados.

Os resultados obtidos pelo indicador i-Ambiental são apresentados no Quadro 08.

Quadro 08: i-Ambiental de Mogi Mirim para o período de 2014 a 2019

i-Ambiental						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
A						
B+						
B						
C+						
C						

Fonte: TCESP, 2021.

Observa-se que a melhor nota da gestão em relação a condução de questões ambientais foi no ano de 2014, classificada como muito efetiva

(B+) e seguida por variação negativa. O ano de 2019 foi classificado como em baixo nível de adequação da gestão com as pautas ambientais

(C), representando uma variação negativa em relação ao ano anterior. Vale alertar, como explicado pelo próprio Tribunal de Contas, que esse índice também diz respeito a qualidade de vida das pessoas, sendo por esta razão merecedor de constante atenção, sobretudo por se tratar de

recursos finitos e pelo contexto das mudanças climáticas.

O Quadro 09 apresenta os resultados do i-Cidade.

Quadro 09: i-Cidade de Mogi Mirim para o período de 2014 a 2019

i-Cidade						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
A						
B+						
B						
C+						
C						

Fonte: TCESP, 2021.

O primeiro ano observado, 2014, inaugurou a classificação da proteção aos cidadãos como efetiva (B); em seguida, houve uma estabilidade de 4 anos do indicador com a classificação muito efetiva (B+). O ano de 2019, porém, representa uma variação negativa do índice, atingindo um

estado de fase de adequação (C+), o mais baixo da série histórica.

O Quadro 10 apresenta os resultados do último indicador, o i-Gov TI.

Quadro 10: i-Governança de TI de Mogi Mirim para o período de 2014 a 2019

i-Governança de TI						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
A						
B+						
B						
C+						
C						

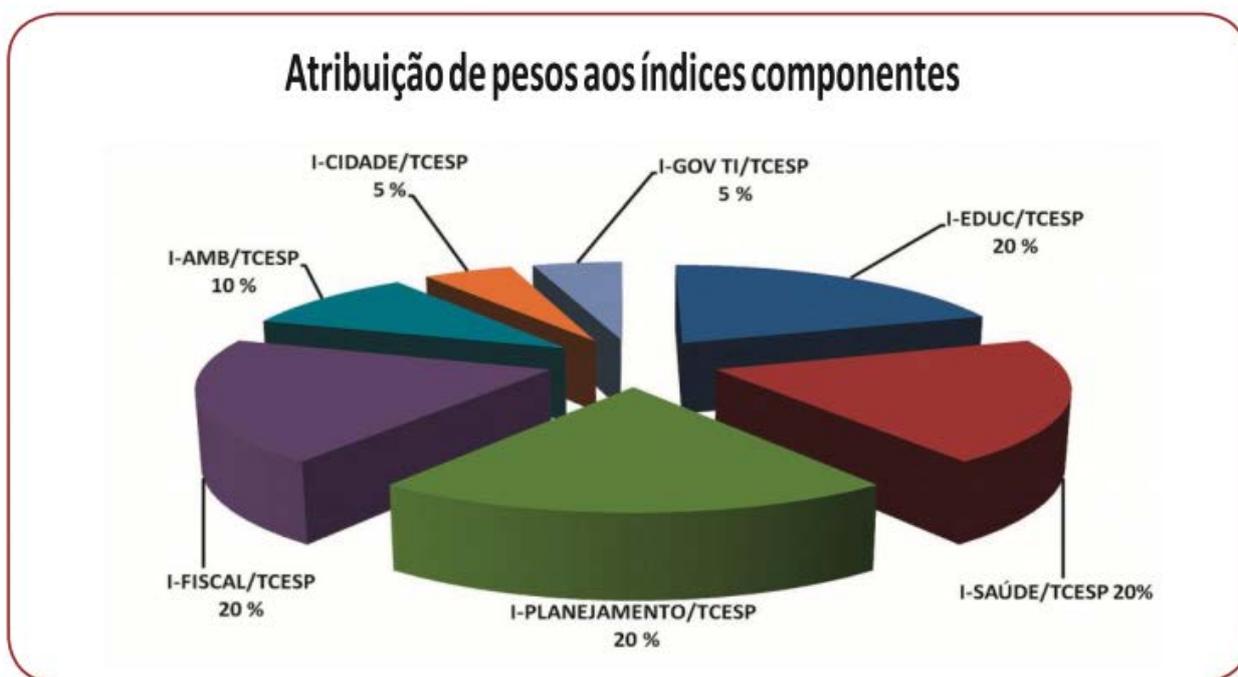
Fonte: TCESP, 2021.

Observa-se que, no período de estudo, há uma tendência de variação positiva nas classificações da gestão municipal de governança de tecnologia da informação, saindo da fase de adequação (C+) em 2014 para muito efetiva (B+) em 2019. Dessa forma, indicando uma boa adaptação do sistema público de Mogi Mirim às inovações e novas ferramentas computacionais de suporte à gestão.

Através da agregação dos sete indicadores, compõe-se o IEG-M/TCESP, índice final que representa, em forma sintética, o comportamento da gestão municipal e sua eficiência perante ao planejamento e execução

de ações. Para tal, utilizam-se diferentes pesos para os indicadores; esta diferenciação advém do volume das despesas realizadas que, como apurado em três anos seguidos (2011, 2012 e 2013), diferem-se maior ou menor quantidade. Este volume é regulamentado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº101/2000), decretada com o objetivo de administrar as contas públicas em todas as esferas, em especial, ao poder executivo, em virtude de sua responsabilidade em administrar os recursos tributários repassados. Deste modo, utiliza-se os seguintes pesos para cada indicador na composição do IEG-M/TCESP:

Gráfico 23: Atribuição de pesos aos índices componentes



Fonte: TCESP, 2021.

Para o melhor entendimento da análise, observa-se o gráfico acima e, levando em consideração os diferentes pesos e a relação que é estabelecida entre os indicadores em virtude

da natureza de sua atividade, destacam-se dois indicadores: i-Planejamento e i-Fiscal. Ambos os indicadores, além de possuírem o maior peso atribuído (em conjunto com os índices de

educação e saúde), também são destacados em seu caráter estratégico, uma vez que é a partir destes dois que a administração pública organiza e direciona as condições para que os objetivos e metas de outros indicadores sejam alcançados; são, ao mesmo tempo, parte das atividades da administração pública no início (orientado pelo planejamento e a trajetória traçada para sua consecução) e parte das atividades-meio (a partir do emprego dos recursos, realizados dentro de um orçamento e fiscalizado a partir

dele, o indicador fiscal).

Pelo caráter central que a capilaridade destas atividades exerce, ambos são codependentes e respondem diretamente à eficiência a partir do controle positivo das receitas e despesas municipais. Para isso, o Portal de Transparência do TCESP disponibiliza o total das receitas e despesas municipais de Mogi Mirim no período 2014-2019, conforme a Tabela 33.

TABELA 33: Total de receitas e despesas. Mogi Mirim, 2014-2019 (R\$)

ANO	RECEITA	DESPESA
2014	296.248.728,82	305.241.778,88
2015	328.663.582,79	325.004.739,80
2016	323.481.421,26	325.851.515,02
2017	334.113.724,48	333.425.325,70
2018	386.885.864,58	367.591.427,20
2019	432.447.175,32	421.063.335,77

Fonte: TCESP, 2021¹.

Quadro 11: IEG-M de Mogi Mirim para o período de 2014 a 2019

IEG-M: Índice de Efetividade da Gestão Municipal (Mogi Mirim)						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
A						
B+						
B						
C+						
C						

Fonte: TCESP, 2021.

¹ <https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/mogimirim>

Os dados demonstram que, embora a melhor nota de efetividade da gestão municipal ocorra no ano de 2014, os indicadores de planejamento e governança foram avaliados “em fase de adequação” (C+), resultado que reflete o desequilíbrio do saldo entre receitas e despesas. Em 2015, o município alcançou a classificação considerada como muito efetiva (B+) e, nos anos seguintes, o índice teve apenas variações negativas. O dado mais recente, referente ao ano de 2019, foi classificado como uma gestão em fase de adequação (C+). Vale ressaltar

que a análise das variáveis, ou os indicadores, permitem identificar as razões da classificação final do IEG-M. Para o dado referente a 2019, por exemplo, pode-se dizer que a nota C+ reflete o conjunto de classificações muito efetivas (B+) na gestão de governança de TI e fiscal, somadas as gestões efetivas (B) em educação e saúde, o indicador de segurança ainda em fase de adequação (C+) e, ainda, as gestões de meio ambiente e de planejamento deixando a desejar como baixos níveis de adequação (C).

Quadro 12: IEG-Municipal. IEG dos 7 indicadores. Mogi Mirim. 2019

IEG-M: Índice de Efetividade da Gestão Municipal								
	IEG-M	i-Plan	i-Fiscal	i-Educ	i-Saúde	i-Amb	i-Cidade	i-Gov
A								
B+								
B								
C+								
C								

Fonte: TCESP, 2021.

Quadro 13: Nota, faixa de resultado e critério atribuídos aos indicadores

Nota	Faixa	Critério
A	Altamente efetiva	IEG-M com pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices com nota A
B+	Muito efetiva	IEG-M entre 75,0% e 89,9% da nota máxima
B	Efetiva	IEG-M entre 60,0% e 74,9% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEG-M entre 50,0% e 59,9% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEG-M menor ou igual a 49,9%

Fonte: TCESP, 2021.

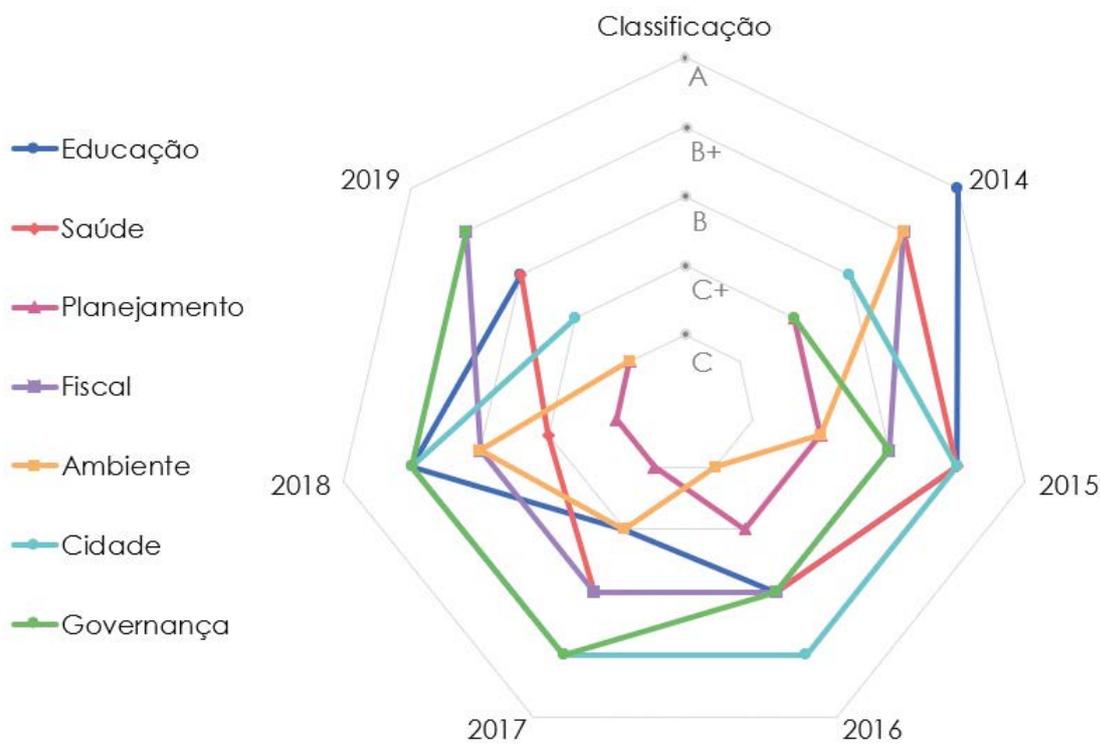
O município de Mogi Mirim apresenta o IEG-Municipal em Fase de Adequação (C+), mesma nota alcançada no indicador da Cidade. Apresenta a nota mais baixa (Baixo Nível de Adequação – C) para os índices de Planejamento e Ambiental, notas na faixa Efetiva (B) para os índices de Educação e Saúde e notas muito

Efetivas (B+) para os índices Fiscal e de Governança.

Em síntese, o gráfico 24 ilustra o comportamento dos sete indicadores ao longo do período de estudo.

Gráfico 24: Síntese dos indicadores do IEG-Municipal de Mogi Mirim

Índice de Efetividade da Gestão Municipal de Mogi Mirim



Fonte: TCESP, 2021.

Ainda, considerando o município polo, os municípios equivalentes e satélites que compõe a região estudada, enquanto Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M). Para Campinas, Itapira, Jaguariúna, Mogi Guaçu,

Artur Nogueira, Conchal, Engenheiro Coelho, Estiva Gerbi, Holambra e Santo Antônio de Posse, os Quadros de 14 a 24 apresentam os resultados referentes ao ano de 2019 permitindo uma análise comparativa.

Quadro 14: IEG-Municipal. IEG dos 7 indicadores. Campinas. 2019

IEG-M: Índice de Efetividade da Gestão Municipal: Campinas								
	IEG-M	i-Plan	i-Fiscal	i-Educ	i-Saúde	i-Amb	i-Cidade	i-Gov
A								
B+								
B								
C+								
C								

Fonte: TCESP, 2021.

Quadro 15: Nota, faixa de resultado e critério atribuídos aos indicadores

Nota	Faixa	Critério
A	Altamente efetiva	IEG-M com pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices com nota A
B+	Muito efetiva	IEG-M entre 75,0% e 89,9% da nota máxima
B	Efetiva	IEG-M entre 60,0% e 74,9% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEG-M entre 50,0% e 59,9% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEG-M menor ou igual a 49,9%

Fonte: TCESP, 2021.

Campinas, município polo em nossas análises apresentou, em 2019, um IEG-Municipal efetivo (B) e um índice de planejamento em Baixo nível

de adequação (C), alcançando a maior faixa apenas para o índice de Cidade (A).

Quadro 16: IEG-Municipal. IEG dos 7 indicadores. Itapira. 2019

IEG-M: Índice de Efetividade da Gestão Municipal: Itapira								
	IEG-M	i-Plan	i-Fiscal	i-Educ	i-Saúde	i-Amb	i-Cidade	i-Gov
A								
B+								
B								
C+								
C								

Fonte: TCESP, 2021.

Abaixo do município Polo, Itapira (enquadrada no grupo dos municípios satélite de Mogi Mirim) apresentou O IEG-Municipal Em Fase de Adequação (C+), assim como os indicadores de Educação, Cidade e Governança. Os índices de Saúde e Planejamento foram considerados

em Baixo Nível de Adequação (C), enquanto os indicadores Ambiental e Fiscal foram enquadrados em faixas mais altas, sendo Muito Efetiva (B+) para o indicador Ambiental e Efetiva (B) para o indicador Fiscal.

Quadro 17: IEG-Municipal. IEG dos 7 indicadores. Jaguariúna. 2019

IEG-M: Índice de Efetividade da Gestão Municipal: Jaguariúna								
	IEG-M	i-Plan	i-Fiscal	i-Educ	i-Saúde	i-Amb	i-Cidade	i-Gov
A								
B+								
B								
C+								
C								

Fonte: TCESP, 2021.

O município de Jaguariúna apresenta IEG-Municipal Em Fase de Adequação (C+), considerado na mesma faixa os índices Fiscal, Educação e Governança. O índice de

Planejamento foi considerado na faixa mais baixa, com Baixo Nível de Adequação (C), enquanto os demais índices (Saúde, Ambiental e Cidade) se apresentaram na faixa Efetiva (B).

Quadro 18: IEG-Municipal. IEG dos 7 indicadores. Mogi Guaçu. 2019

IEG-M: Índice de Efetividade da Gestão Municipal: Mogi Guaçu								
	IEG-M	i-Plan	i-Fiscal	i-Educ	i-Saúde	i-Amb	i-Cidade	i-Gov
A								
B+								
B								
C+								
C								

Fonte: TCESP, 2021.

O município de Mogi Guaçu apresenta o pior do grupo dos municípios considerados equivalentes, alcançando a nota em fase de adequação (C+) para o IEG-Municipal e o índice de governança e a nota referente ao Baixo nível de adequação

(C) para os índices de Planejamento, Educação e Ambiental. Entretanto, apresenta resultados na faixa de Muito Efetivo (B+) para os índices Fiscal, Saúde e Cidade.

O município de Artur Nogueira, considerado

Quadro 19: IEG-Municipal. IEG dos 7 indicadores. Artur Nogueira. 2019

IEG-M: Índice de Efetividade da Gestão Municipal: Artur Nogueira								
	IEG-M	i-Plan	i-Fiscal	i-Educ	i-Saúde	i-Amb	i-Cidade	i-Gov
A								
B+								
B								
C+								
C								

Fonte: TCESP, 2021.

como município satélite dentro da hierarquia urbana das cidades, apresenta um IEG-Municipal na faixa Em fase de Adequação (C+), reflexo das notas de baixo nível de adequação (C) nos índices de Planejamento e Ambiental e dos índices que se encontram em Fase de adequação

(C+), nos índices de Cidade e Governança. Há no município, o destaque para o índice de Saúde, avaliado como Muito Efetivo (B+), e nos índices fiscal e educação, considerados como Efetivos (B).

O município de Conchal apresenta, assim

Quadro 20: IEG-Municipal. IEG dos 7 indicadores. Conchal. 2019

IEG-M: Índice de Efetividade da Gestão Municipal: Conchal								
	IEG-M	i-Plan	i-Fiscal	i-Educ	i-Saúde	i-Amb	i-Cidade	i-Gov
A								
B+								
B								
C+								
C								

Fonte: TCESP, 2021.

como o município anterior, O IEG-Municipal avaliado Em fase de Adequação (C+), também reflexo dos indicadores de planejamento e cidade (considerados na faixa de Baixo Nível de Adequação – C) e dos indicadores de Saúde

e Governança (considerados na faixa Em Fase de Adequação – C+). Nos demais indicadores (Fiscal, Saúde e Ambiental), foi avaliado na faixa Muito Efetiva (B).

O município Engenheiro Coelho foi avaliado

Quadro 21: IEG-Municipal. IEG dos 7 indicadores. Engenheiro Coelho. 2019

IEG-M: Índice de Efetividade da Gestão Municipal: Engenheiro Coelho								
	IEG-M	i-Plan	i-Fiscal	i-Educ	i-Saúde	i-Amb	i-Cidade	i-Gov
A								
B+								
B								
C+								
C								

Fonte: TCESP, 2021.

com Baixo Nível de Adequação (C) no IEG-Municipal, assim como em três indicadores que o compõe (Planejamento, Educação e Governança). Os índices mais bem avaliados

são os índices fiscal e ambiental, na faixa Efetiva (B). Os índices de saúde e cidade alcançaram a faixa Em Fase de Adequação (C+).

Estiva Gerbi apresentou um IEG-Municipal em

Quadro 22: IEG-Municipal. IEG dos 7 indicadores. Estiva Gerbi. 2019

IEG-M: Índice de Efetividade da Gestão Municipal: Estiva Gerbi								
	IEG-M	i-Plan	i-Fiscal	i-Educ	i-Saúde	i-Amb	i-Cidade	i-Gov
A								
B+								
B								
C+								
C								

Fonte: TCESP, 2021.

baixo nível de adequação (C), considerando que a maioria dos seus indicadores também se enquadraram nesta faixa (Planejamento, Educação, Ambiental, Cidade e Governança). Apenas os indicadores Fiscal e Saúde

apresentaram avaliações melhores, ocupando as faixas Em Fase de Adequação (C+) e Efetiva (B) para os respectivos indicadores.

Holambra apresenta o IEG-Municipal em

Quadro 23: IEG-Municipal. IEG dos 7 indicadores. Holambra. 2019

IEG-M: Índice de Efetividade da Gestão Municipal: Holambra								
	IEG-M	i-Plan	i-Fiscal	i-Educ	i-Saúde	i-Amb	i-Cidade	i-Gov
A								
B+								
B								
C+								
C								

Fonte: TCESP, 2021.

fase de adequação (C+), possuindo a mesma avaliação para os indicadores fiscal e educação. Os indicadores de Planejamento e Cidade são avaliados com Baixo Nível de Adequação (C). Os indicadores mais bem avaliados são os

indicadores Ambiental e Governança (na faixa Efetiva – B) e o indicador de Saúde, na faixa Muito Efetiva (B+).

Por fim, Santo Antônio de Posse apresenta um

Quadro 24: IEG-Municipal. IEG dos 7 indicadores. Santo Antônio de Posse. 2019

IEG-M: Índice de Efetividade da Gestão Municipal: Sto Antonio de Posse								
	IEG-M	i-Plan	i-Fiscal	i-Educ	i-Saúde	i-Amb	i-Cidade	i-Gov
A								
B+								
B								
C+								
C								

Fonte: TCESP, 2021.

IEG-Municipal em Baixo Nível de Adequação (C), reflexo dos indicadores de Planejamento, Educação, Ambiental, Cidade e Governança, que foram avaliados na mesma faixa. Com exceção destes, os indicadores Fiscal e Saúde apresentaram as faixas Efetiva (B) e Em fase de

Adequação (C+), respectivamente.

A Tabela 34 apresenta as Receitas e Despesas dos municípios analisados no ano de 2019.

Para os municípios analisados, observou-se que

TABELA 34: Total de receitas e despesas. Em reais. Municípios da Região.2019.

MUNICÍPIO	RECEITA	DESPESA
Artur Nogueira	161.265.467,20	164.342.675,21
Campinas	5.818.181.237,00	5.524.987.501,35
Conchal	118.287.312,37	101.795.777,05
Engenheiro Coelho	68.227.573,70	63.690.064,56
Estiva Gerbi	40.251.779,05	40.278.532,20
Holambra	84.802.423,84	79.787.766,53
Itapira	317.169.528,74	309.891.402,05
Jaguariúna	404.573.254,09	392.655.050,51
Mogi Guaçu	540.419.250,00	535.566.222,70
Santo Antônio de Posse	100.010.706,98	93.249.871,01

Fonte: TCESP, 2021²

apenas Campinas e Estiva Gerbi apresentaram déficits em seus orçamentos, embora todos os municípios tenham apresentado o índice de planejamento em Baixo Nível de Adequação. O indicador de saúde é o indicador mais bem avaliado entre todos, alcançando a nota mínima apenas no município de Itapira. O indicador de cidade em Campinas é o único que alcançara a nota máxima, sendo considerado como Altamente Efetivo.

Em uma análise integrada e visando o desenvolvimento econômico-urbano de Mogi Mirim em relação aos municípios da região

estudada, foi observado que Mogi Mirim apresenta índices de Efetividade de Gestão semelhante ao município equivalente (Mogi Guaçu), apresentando índices superiores para o indicador de Saúde e Governança, além de equiparar-se com o município Polo (Campinas), nos índices de saúde e governança e superá-lo no índice de educação. Perante aos municípios satélites (Artur Nogueira, Conchal, Engenheiro Coelho, Estiva Gerbi, Holambra e Santo Antônio de Posse), apresenta-se com índices superiores na maioria dos indicadores, com destaque diferencial aos indicadores ambientais de Engenheiro Coelho e Holambra

² <https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/mogimirim>

(em faixas superiores), ao indicador de saúde de Estiva Gerbi, (também em faixa superior) e ao indicador de saúde de Holambra (superior ao indicador de saúde de Mogi Mirim).

Os resultados de Mogi Mirim apontam para o bom desempenho realizado na área de Educação; entretanto, revela a necessidade de melhorar os indicadores ambiental e fiscal, atentando-se ao caráter estratégico que a dimensão do Planejamento carrega em capilarizar o seu desempenho à outras esferas. Por esta razão, o planejamento deve ser priorizado para que outras áreas (como o índice da Cidade e o próprio IEG-Municipal) possam desenvolver-se com a máxima qualidade de serviços prestados.

Os Índices de Efetividade da Gestão são, por essência, um indicador à avaliação de potencialidades e deficiências que a gestão pública apresenta, podendo assim ser apropriado como um mecanismo de acompanhamento e avaliação dos componentes que compõe a esfera. Assim, buscar o Planejamento integrado as demais esferas usufruindo do controle orçamentário condizente com a realidade municipal implica em orientar as políticas públicas as necessidades sociais dos munícipes e daqueles que ali convivem. Ainda, vale destacar que muitas das demandas dos setores de administração e utilidade pública precisam ampliar sua análise escalar para a dimensão regional, favorecendo as intervenções consorciadas, como é o caso dos Comitê de Bacias Hidrográficas, e bem como sua escala, a ser realizada a nível intermunicipal, como depósito de resíduos sólidos, políticas de controle de áreas industriais e recuperação ambiental. Para tal, faz-se necessário a busca pelo processo participativo junto a população e suas entidades representativas para que assim a qualidade dos serviços públicos oriente-se para sua ascensão.

Estrutura Demográfica

Estrutura demográfica: Mogi Mirim

Prof. Dr. Antonio Sergio da Silva¹

Prof. Dr. José Gilberto de Souza²

Mogi Guaçu; Estiva Gerbi; Itapira; Conchal; Engenheiro Coelho; Artur Nogueira; Holambra; Santo Antonio de Posse e Jaguariúna.

As análises demográficas têm como função a interpretação dos dados coletados, enquanto observação sobre as mudanças que possam ter ocorrido na população em um determinado tempo, em relação ao tamanho da população, à sua distribuição, à sua estrutura em um determinado recorte geográfico, no caso, em escala de município. Os dados dos aspectos demográficos, ao serem analisados, apresentam-se como subsídios para o planejamento de políticas públicas, dentre outras coisas, para a previsibilidade de ações ao serviço de saúde, educação, ao planejamento urbano, assim como para prevenção da vulnerabilidade da população a riscos diversos, considerando a estrutura (população jovem e idosa) e a sua distribuição espacial.

Ao observar as características demográficas, tal como a oscilação populacional em um município, por um recorte de tempo, por exemplo, tem-se a determinação da taxa geométrica de crescimento, o comportamento da variação populacional, o número de indivíduos no município. Segundo o IBGE³, a taxa geométrica de crescimento trata-se de um percentual do incremento médio anual da população residente em determinado espaço geográfico, normalmente, considerando o período de anos entre dois censos demográficos, ou entre o censo demográfico mais recente e a projeção populacional realizada para um determinado ano.

Quanto ao método de cálculo geométrico, subtrai-se 1 da raiz enésima da população final, dividida pela população no começo do período considerado, multiplicando-se

¹ Geógrafo, Doutor pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Presidente Prudente. Pesquisador do LAPP – Laboratório de Análise Espacial em Políticas Públicas do Centro de Análise e Planejamento Ambiental (CEAPLA), Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP – Campus de Rio Claro.

² Geógrafo, Professor Associado do Departamento de Geografia. Coordenador do LAPP – Laboratório de Análise Espacial em Políticas Públicas do Centro de Análise e Planejamento Ambiental (CEAPLA), Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP – Campus de Rio Claro. jg.souza@unesp.br

³ <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>

o resultado por 100.

Torna-se importante mencionar que o Sistema Único de Saúde, com a base de dados da taxa de crescimento, o departamento de informática (DATASUS) analisa a intensidade de crescimento anual da população residente, cuja taxa é observada pela influência da dinâmica da natalidade, da mortalidade e das migrações. Portanto, tem-se a possibilidade de quantificar as variações anuais da população e subsidiar políticas públicas específicas, tais como o dimensionamento da rede física de atendimento à saúde, previsão de recursos, atualização de metas e demais ações que possam prover a saúde pública com qualidade (DATASUS, 2020)⁴.

Taxa geométrica de crescimento de Mogi Mirim.

Segundo o IBGE (2020)⁵, a taxa geométrica de crescimento populacional no Brasil, com previsibilidade para o período de 2010-2020, com 195,7 milhões em 2010, estima-se que a população brasileira tenha chegado a 211,8 milhões de habitantes em 1º de julho de 2020, com uma taxa de crescimento em aproximadamente 0,108% ao ano.

Nesse período, considerando Mogi Mirim com 86.505 habitantes em 2010, a estimativa para 2020 a população deve chegar a 93.650 habitantes residentes, apresentando uma taxa de crescimento em 0,108, igualando à média brasileira.

A Tabela 35 apresenta as taxas geométricas de crescimento populacional observado pelos censos de 1980/1991/2000/2010 e a previsibilidade para 2020.

Tabela 35: Taxa geométrica de crescimento da população em % ao ano. Mogi Mirim 1991-2020.

Períodos	1980/1991	1991/2000	2000/2010	2010/2020
	% a.a.	% a.a.	% a.a.	% a.a.
1991	0,127			
2000		0,126		
2010			0,106	
2020				0,108

FONTE: SEADE (2020)⁶

⁴ <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2000/fqao3.htm>

⁵ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/>

⁶ <https://produtos-seade.gov.br/produtos/projpop/index.php>

Observa-se que embora Mogi Mirim tenha apresentado um aumento populacional, nesse período apresentado, a taxa sinalizou uma diminuição desse crescimento para 2000-2010, e um leve crescimento na perspectiva para 2020. Notou-se que entre os anos 1980-1991, a taxa de 0,127% ao ano foi reduzida para os censos seguintes, chegando a uma taxa de 0,106% ao ano para 2010 e com previsão de 0,108% para 2020.

Convém mencionar que neste período, a diminuição do crescimento da população residente apresentada por Mogi Mirim indica o envelhecimento populacional, pois as faixas etárias mais populosas se encontram entre 19 e 59 anos, significando 67,3% da população total em perspectiva para 2020. Esta faixa etária mencionada, significativa no total dos habitantes sinaliza o aumento do envelhecimento da população, e pode contribuir para as análises sobre o aumento da longevidade, o que indica precauções às demandas quanto às políticas públicas de saúde ao idoso, de responsabilidade social, principalmente a partir dos 60 anos e mais.

Observamos que taxa geométrica permite realizar estimativas e projeções da população em suas características. As análises estatísticas sinalizam as características históricas

populacionais permitindo planejamento prévio em políticas de ações sociais. Alguns municípios podem apresentar taxas elevadas de crescimento da população, dadas as suas particularidades temporais que envolvem desde o aspecto cultural, às estruturas internas oferecidas por esses municípios, enquanto qualidade de vida em dimensões sociais, econômicas, políticas e demais.

Estimativa de variabilidade de taxa de crescimento demográfico para os municípios de análise - 2010-2020.

Para as análises do crescimento da população em um determinado recorte geográfico, um município ou uma microrregião, segundo o IBGE (2019)⁷, utiliza-se estimadores para determinar a projeção da expansão do número de habitantes, considerando a evolução populacional, incluindo dados hipotéticos de crescimento associados às taxas de fecundidade, mortalidade e de migração ocorrida entre os censos.

Com dados do IBGE dos censos de 2010 referentes aos municípios analisados, a Tabela 36 apresenta uma estimativa de variabilidade de taxa demográfica em porcentagem na região de análise.

⁷ https://seriesestatisticas-ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&DE=35&NO=10

Tabela 36: Estimativa de variabilidade de taxa de crescimento demográfico em porcentagem. Período 2010 com perspectiva para 2020. Municípios pesquisados.

MUNICÍPIO	% de variabilidade 2010-2020
Município	
Mogi Mirim	1,082596
Municípios pesquisados	
Mogi Guaçu	1,115035
Estiva Gerbi	1,135702
Itapira	1,097713
Conchal	1,120654
Engenheiro Coelho	1,351631
Artur Nogueira	1,252688
Holambra	1,351624
Santo Antonio de Posse	1,139418
Jaguariúna	1,325223
Variabilidade média regional	1,209965

FONTE: Adaptado de
IBGE (2020).⁸

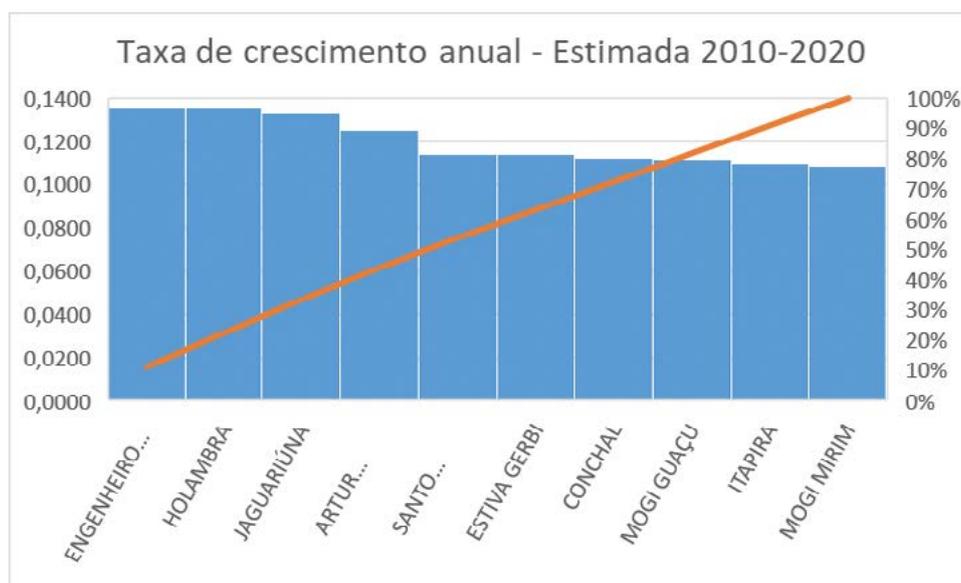
Considerando as estimativas de variações demográficas apresentando uma média entre os municípios em 1,209%, os municípios de Engenheiro Coelho e Holambra, apresentaram a maior perspectiva de crescimento, em 1,351%, distanciando de Mogi Mirim, com 1,082% de variabilidade ao crescimento no período,

apresentando a menor taxa de crescimento estimada dentre os municípios.

Com o crescimento entre 2010 em perspectiva de 2020, o Gráfico 25 apresenta o comportamento dos municípios analisados de maneira mais didática.

⁸ Fonte: <[HTTPS://SIDRA-IBGE-GOV-BR/TABELA/205](https://sidra.ibge.gov.br/tabela/205)>

Gráfico 25: Estimativa de variabilidade de taxa de crescimento demográfico em porcentagem. Período 2010 com perspectiva para 2020. Municípios pesquisados.



Fonte: Elaboração dos autores.

Pode-se considerar que o Gráfico apresenta os municípios de Engenheiro Coelho, Holambra e Jaguariúna, praticamente em semelhantes taxas de crescimentos, embora com os números populacionais diferenciados. O município de Artur Nogueira, com 1,252% representa o crescimento médio anual entre os municípios analisados. E, Santo Antonio de Posse; Estiva Gerbi; Conchal; Mogi Guaçu e Itapira encontram-se como os de menores crescimentos médios no período 2010-2020. Destaca-se Mogi Mirim com a menor taxa anual.

Convém mencionar que, não raro, há casos em que municípios apresentam taxa nula de crescimento, em 0,0%, sinalizando a estagnação populacional ou apresentam uma variabilidade negativa em porcentagem sugerindo um decréscimo na perspectiva da população residente.

A estagnação ou decréscimo populacional resultam de fenômenos ou fatores que podem ser em decorrência da diminuição das taxas

de fecundidade, de natalidade, o aumento das taxas de mortalidade, assim como às taxas de migração. Em alguns municípios a ausência de políticas públicas locais ou o baixo movimento econômico, dentre outras coisas, faz com que as taxas de migração se apresentem com maior ênfase na emigração, a saída de pessoas na busca de outros municípios que ofereçam melhores acessos ao atendimento, por exemplo, à saúde, aos estudos, assim como para melhores condições de emprego e renda. Portanto, são dados que se fazem necessários ser acompanhados e analisados para a tomada de decisão e intervenção pública local.

Estrutura da população por sexo e situação do domicílio em Mogi Mirim.

Como reflexo das taxas de natalidade, taxas de mortalidade e de migração, as análises demográficas sobre a estrutura da população, sobre a composição que se refere ao número de pessoas, enquanto população residente por sexo (masculino, feminino) em uma

relação por grupo etário, grupo de idade. Estas características resultam em permitir a análise sobre a porcentagem de jovens, de adultos e idosos, sendo que a estrutura por sexo sinaliza a distribuição da população de homens e mulheres em porcentagem.

Torna-se relevante a análise envolvendo o local de moradia das pessoas residentes, se urbano ou rural, cuja função da mensuração subsidia o planejamento do processo do crescimento urbano ou do planejamento da atividade rural. Assim como a análise da relação quantitativa entre os sexos, a razão de sexo, que tem como função a avaliação da gestão pública que possa estar relacionada às áreas da saúde, da educação, segurança, emprego, dentre outras ações locais.

A razão de sexo, segundo DATASUS (2020)⁹, trata-se de uma relação que é influenciada por

migrações diferenciadas, por idade e sexo, e por concentrações específicas de mortalidade. Assim como para auxiliar a compreensão de fenômenos sociais relacionados a essa distribuição tais como a frequência de famílias monoparentais, as quais são famílias que apenas um dos pais se responsabiliza pela criança, tal como mãe e criança ou pai e criança. Também se pode observar a morbimortalidade por causas, que se refere ao índice de pessoas falecidas em decorrência de uma doença específica dentro de determinado grupo populacional.

Para análise de Mogi Mirim, a Tabela 37 apresenta-se com a população total, população por sexo, a razão de sexo, a situação, o local de moradia e o grau de urbanização. Nessa análise, apontamos a variação ocorrida entre os censos de 1991-2000-2010 e previsibilidade para 2020.

Tabela 37: População estimada, por sexo e situação do domicílio. Variação em % no período. Mogi Mirim. 1991-2000-2010 e previsibilidade para 2020.

Período	População	População Masculina	População Feminina	Razão de Sexo	População Urbana	População Rural	Grau de Urbanização
							%
1991	64.753	31.305	31.281	100,07	58.666	5.084	90,59
2000	81.372	40.670	40.702	99,92	73.025	8.347	89,74
2010	86.505	42.597	43.908	97,01	80.945	5.560	93,57
2020	93.650	46.115	47.535	97,01	87.631	6.019	93,57
%	0,69	0,67	0,65	-0,96	0,66	0,84	0,96
Variação							

FONTE: Adaptado de IBGE (2020)¹⁰ – dados de 2010 e 2020 / IBGE (1991)¹¹ dados de 1991 / IBGE (2000)¹² – dados de 2000.

⁹ <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb1997/demog/fqa02.htm>

¹⁰ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/mogi-mirim/pesquisa/23/27652?detalhes=true>

¹¹ https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/309/cd_1991_v6_n19_sp.pdf

¹² <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv7096.pdf>

Observa-se que a variação da população total de Mogi Mirim em porcentagem no período 1991-2020 fora de 0,69%, considerando a previsibilidade de crescimento 2010-2020. A população urbana no período apresentou uma variação positiva em 0,66%, que, dentre os fatores, inclui-se a possível migração de população oriunda de outros municípios, como também da área rural. Observou-se que Mogi Mirim apresentou um significativo aumento populacional total entre os censos 1991 e 2000, de 64.753 para 81.372 habitantes, representando 16.619 habitantes, 25,6% de aumento populacional nos 10 anos. Entre os anos 2000 e 2010 esse aumento significou 6,3% e entre 2010 e 2020 o aumento previsível é de 8,2%.

Observou-se que, embora haja uma previsibilidade de aumento da concentração populacional em área urbana entre os anos de 2010 e 2020, a taxa de urbanização mantém a mesma, em 93,57%, dado o aumento previsível da população rural.

Um apontamento importante refere-se à oscilação da população rural. Esta população, a qual em 1991 era de 5.084 habitantes, cresceu para 8.347 habitantes no censo 2000, havendo um decréscimo no censo de 2010 para 5.560 habitantes. Por fim, uma previsibilidade de 6.019 habitantes em 2020, representando cerca de 6,4% da população total no município e uma perspectiva de aumento para cerca de 458 habitantes em ambiente rural.

Essa oscilação de dados na perspectiva da estrutura rural deve ser melhor detalhada, melhor analisada, enquanto presença de investimentos econômicos na área agrícola e as condições de emprego e renda, ou esta população possa estar sendo direcionada para políticas de fixação do homem ao campo. Essas hipóteses devem ser investigadas em consideração de que o trabalho

assalariado em ambiente rural oferece menores rendas aos trabalhadores, quando comparadas a outros segmentos econômicos em ambiente urbano, induzindo a migração da população para a cidade, não necessariamente por sua vontade.

A razão de sexo apresentou-se, para 2020, em 97,01, com predominância de mulheres, mas indicando uma menor diferença populacional entre os sexos. A razão de sexo no censo de 1991, a predominância fora de homens, havendo inversão nesses 30 anos.

Distribuição populacional nos municípios analisados. Densidade demográfica.

Nos estudos sobre a dinâmica da distribuição populacional, a densidade demográfica se apresenta como um conceito permitindo observar as áreas mais povoadas e as de menor povoamento. Trata-se de quantificar os habitantes que vivem por quilômetro quadrado em um determinado recorte espacial, podendo ser o município, um recorte desse município, uma microrregião ou a totalidade do território do país.

Permite, portanto, entender a proporção entre o número de habitantes e a área territorial, identificando se o recorte espacial é muito ou é pouco povoado.

A determinação da densidade demográfica dá-se em quantificar a totalidade de habitantes residentes na área territorial por quilômetro quadrado (hab/km²), cujos dados são obtidos em órgãos oficiais, como o IBGE, pela população total, no caso, do município, e a amplitude territorial em quilômetros desse município. Têm-se, assim, os valores da densidade demográfica.

A Tabela 38 apresenta a densidade demográfica

relativa ao censo de 2010 e a previsibilidade dessa densidade considerando a estimativa

divulgada pelo IBGE cidades (2020) sobre a população para 2020 nos municípios de análise.

Tabela 38: Área, População, densidade demográfica 2010, previsibilidade populacional e densidade demográfica para 2020. Municípios pesquisados.

MUNICÍPIO	Área em km ²	População	Hab./km ²	População	Hab./km ²
		2010	2010	Estimada	2020
				2020	
Mogi Mirim	497,708	86.505	173,77	93.650	188,16
Mogi Guaçu	812,753	137.245	168,99	153.033	188,29
Estiva Gerbi	74,144	10.044	135,35	11.407	153,85
Itapira	518,416	68.537	132,21	75.234	145,12
Conchal	182,793	25.229	138,02	28.273	154,67
Engenheiro Coelho	109,941	15.721	142,99	21.249	193,28
Artur Nogueira	178,026	44.177	248,15	55.340	310,85
Holambra	65,577	11.299	172,3	15.272	232,89
Santo Antonio de Posse	154,133	20.650	134,09	23.529	152,65
Jaguariúna	141,391	44.311	313,37	58.722	415,32
Totais	2.734,88	463.718	169,56	535.709	Média 195,88

FONTE: IBGE cidades (2020)¹⁴

A área considerada como de abrangência aos 10 municípios de análise soma-se em um total de 2.734,882 km², apresentando uma população regional estimada para 2020 em 535.709 pessoas residentes. A densidade demográfica nesse recorte de pesquisa apresentou-se em uma média de 195,88 habitantes por km².

Observou-se que o município de Jaguariúna, apresentou a maior densidade demográfica no censo de 2010 e igualmente para a estimativa de 2020, com 415,32 habitantes por km², seguido por

Artur Nogueira, com 310,85 habitantes por km² em 2020. Itapira apresentou a menor densidade demográfica, em 145,12 habitantes por km² em previsibilidade para 2020. Mogi Mirim, com previsibilidade em 188,16 habitantes por km² apresentou-se abaixo da média populacional por km².

Destaca-se que a distribuição populacional entre os municípios deve ser levada em consideração a taxa de migração, considerando que, dentre os municípios da microrregião analisada, pode

¹⁴ <https://cidades.ibge.gov.br>

haver município que esteja exercendo atração para trabalho e renda ou de outras condições sociais, como tratamento de saúde e acesso a educação.

Na microrregião analisada, Mogi Guaçu e Mogi Mirim apresentaram-se como os municípios de maior número de habitantes, 153.033 e 93.650 respectivamente. Embora a área territorial de Mogi Mirim seja menor que a de Mogi Guaçu, a densidade demográfica desses municípios encontrou-se no mesmo patamar, em 188 habitantes por km². Sinaliza que Mogi Mirim se apresenta mais populoso, com elevada população ao comparar com Mogi Guaçu.

Mogi Mirim apresentando uma taxa de previsibilidade de crescimento demográfico entre o decênio de 2010 e 2020, em 0,1083%, com 93.650 habitantes, torna-se regionalmente o segundo maior município em população. No entanto, deve-se observar que os dados referentes à taxa de crescimento anual estimada para os municípios analisados, Mogi Mirim apresentou-se como a de menor perspectiva de crescimento, estando próxima a Itapira, com 0,1098% e de Mogi Guaçu com 0,1115% de taxa de crescimento.

Dentre os municípios de menor população, Estiva Gerbi e Holambra com 11.407 habitantes e 15.272 habitantes respectivamente, se destaca o município de Holambra apresentando uma densidade demográfica em 232,89 habitantes por km², acima da média dos municípios pesquisados.

Dessa forma, tem-se a importância das análises, as quais subsidiam decisões para o planejamento de distribuição de instrumentos e aparelhos públicos em saúde, educação, segurança, transporte e demais programas e projetos dirigidos para a qualidade de vida da população.

População em sua estrutura por sexo e faixa etária nos municípios de análise.

Observamos anteriormente a oscilação da caracterização da população dos municípios em seu crescimento, na distribuição por sexo, por situação de moradia e demais. As alterações populacionais em termos de estrutura de faixa etária analisadas são decorrentes de diferentes fatores, dentre eles, o comportamento cultural, a mudança no comportamento econômico das famílias, as oscilações nas taxas de mortalidade, de natalidade, a taxa de migração. Inclui-se o aumento na expectativa de vida que pode significar o aumento no crescimento natural da população, assim como o envelhecimento da população.

A análise da estrutura da população trata-se de classificar a população por grupos etários em diferentes faixas de idade, identificando a presença de crianças, jovens, adultos e idosos, todos distribuídos em números de mulheres e homens.

A relevância das análises demográficas sobre a estrutura da população, dentre outras coisas, como exemplo, se apresenta por subsidiar dados com informações ao Sistema de Único de Saúde para analisar as diferenças na composição etária sobre a previsão dos gastos com internação, prevenção de leitos e aquisição de aparelhos e instrumentos médicos.

Assim como as análises sobre a tendência de redução ou aumento dos níveis de fecundidade e mortalidade, as quais contribuem para com as transformações no padrão etário da população.

Nas Tabelas de 39 a 48 são apresentadas, a cada município analisado, a sua estrutura da população por sexo e idade, relativo ao censo de 2010 (IBGE)¹⁵ e a estrutura populacional

estimada para 2020. Os dados populacionais são expostos para homens e para mulheres, por faixa etária em fração de quatro anos. As tabelas são acompanhadas pelos Gráficos etários de 26

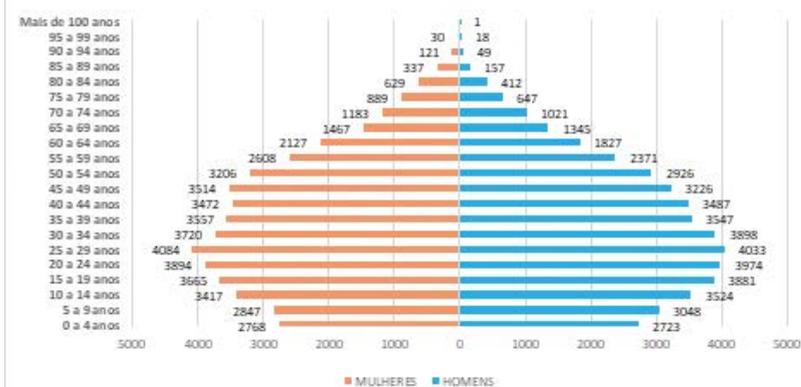
a 35 a cada município, igualmente em frações de quatro anos e relacionados à população estimada para 2020.

Tabela 39: População por sexo em fração de faixa etária. Censo 2010. Estimativa 2020. Mogi Mirim-SP.

MOGI MIRIM				
Faixa etária	Censo 2010		Estimativa 2020	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Mais de 100 anos	1		1	
95 a 99 anos	17	28	18	30
90 a 94 anos	45	112	49	121
85 a 89 anos	145	311	157	337
80 a 84 anos	381	581	412	629
75 a 79 anos	598	821	647	889
70 a 74 anos	943	1093	1021	1183
65 a 69 anos	1242	1355	1345	1467
60 a 64 anos	1688	1965	1827	2127
55 a 59 anos	2190	2409	2371	2608
50 a 54 anos	2703	2961	2926	3206
45 a 49 anos	2980	3246	3226	3514
40 a 44 anos	3221	3207	3487	3472
35 a 39 anos	3276	3286	3547	3557
30 a 34 anos	3601	3436	3898	3720
25 a 29 anos	3725	3772	4033	4084
20 a 24 anos	3671	3597	3974	3894
15 a 19 anos	3585	3385	3881	3665
10 a 14 anos	3255	3156	3524	3417
5 a 9 anos	2815	2630	3048	2847
0 a 4 anos	2515	2557	2723	2768
Totais	42597	43908	46115	47535
	86.505		93.650	

FONTE: Adaptado de IBGE censo 2010.

Gráfico 26: Pirâmide etária - Mogi Mirim. 2020.



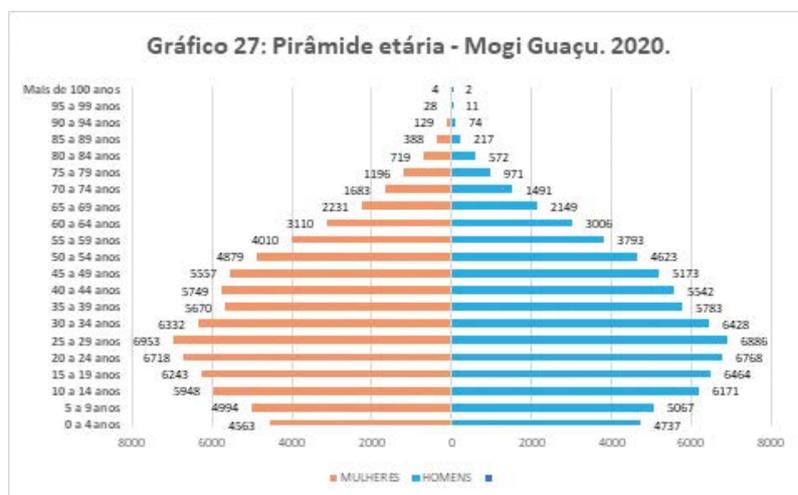
FONTE: Elaboração dos autores.

¹⁵ <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=35&dados=12>

Tabela 40: População por sexo em fração de faixa etária.
Censo 2010. Estimativa 2020. Mogi Guaçu-SP.

MOGI GUAÇU				
	Censo 2010		Estimativa 2020	
Faixa etária	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Mais de 100 anos	2	4	2	4
95 a 99 anos	10	25	11	28
90 a 94 anos	66	116	74	129
85 a 89 anos	195	348	217	388
80 a 84 anos	513	645	572	719
75 a 79 anos	871	1073	971	1196
70 a 74 anos	1337	1509	1491	1683
65 a 69 anos	1927	2001	2149	2231
60 a 64 anos	2696	2789	3006	3110
55 a 59 anos	3402	3596	3793	4010
50 a 54 anos	4146	4376	4623	4879
45 a 49 anos	4639	4984	5173	5557
40 a 44 anos	4970	5156	5542	5749
35 a 39 anos	5186	5085	5783	5670
30 a 34 anos	5765	5679	6428	6332
25 a 29 anos	6176	6236	6886	6953
20 a 24 anos	6070	6025	6768	6718
15 a 19 anos	5797	5599	6464	6243
10 a 14 anos	5534	5334	6171	5948
5 a 9 anos	4544	4479	5067	4994
0 a 4 anos	4248	4092	4737	4563
Totais	68094	69151	75927	77106
	137.245		153.033	

FONTE: Adaptado de
IBGE censo 2010.



FONTE: Elaboração
dos autores.

Tabela 41: População por sexo em fração de faixa etária.
Censo 2010. Estimativa 2020. Estiva Gerbi-SP.

ESTIVA GERBI				
Faixa etária	Censo 2010		Estimativa 2020	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Mais de 100 anos				
95 a 99 anos				
90 a 94 anos	3	4	3	5
85 a 89 anos	20	13	23	15
80 a 84 anos	28	50	32	57
75 a 79 anos	58	65	66	74
70 a 74 anos	98	105	111	119
65 a 69 anos	116	115	132	131
60 a 64 anos	172	168	195	191
55 a 59 anos	247	231	281	262
50 a 54 anos	321	273	365	310
45 a 49 anos	348	368	395	418
40 a 44 anos	364	365	413	415
35 a 39 anos	408	389	463	442
30 a 34 anos	422	372	479	422
25 a 29 anos	482	429	547	487
20 a 24 anos	478	443	543	503
15 a 19 anos	431	448	489	509
10 a 14 anos	407	443	462	503
5 a 9 anos	331	364	376	413
0 a 4 anos	340	325	386	369
Totais	5074	4970	5763	5644
	10.044		11.407	

FONTE: Adaptado de
IBGE censo 2010.



FONTE: Elaboração
dos autores.

Tabela 42: População por sexo em fração de faixa etária.
Censo 2010. Estimativa 2020. Itapira-SP.

ITAPIRA				
	Censo 2010		Estimativa 2020	
Faixa etária	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Mais de 100 anos	7	2	8	2
95 a 99 anos	7	29	8	32
90 a 94 anos	50	87	55	96
85 a 89 anos	127	273	139	300
80 a 84 anos	373	527	409	578
75 a 79 anos	540	773	593	849
70 a 74 anos	825	958	906	1052
65 a 69 anos	1079	1177	1184	1292
60 a 64 anos	1462	1503	1605	1650
55 a 59 anos	1916	1907	2103	2093
50 a 54 anos	2244	2320	2463	2547
45 a 49 anos	2381	2477	2614	2719
40 a 44 anos	2538	2585	2786	2838
35 a 39 anos	2519	2538	2765	2786
30 a 34 anos	2669	2701	2930	2965
25 a 29 anos	3012	2889	3306	3171
20 a 24 anos	2996	2799	3289	3073
15 a 19 anos	2790	2781	3063	3053
10 a 14 anos	2543	2544	2791	2793
5 a 9 anos	2075	1958	2278	2149
0 a 4 anos	1797	1759	1973	1931
Totais	33950	34587	37267	37967
	68.537		75.234	

FONTE: Adaptado de
IBGE censo 2010.

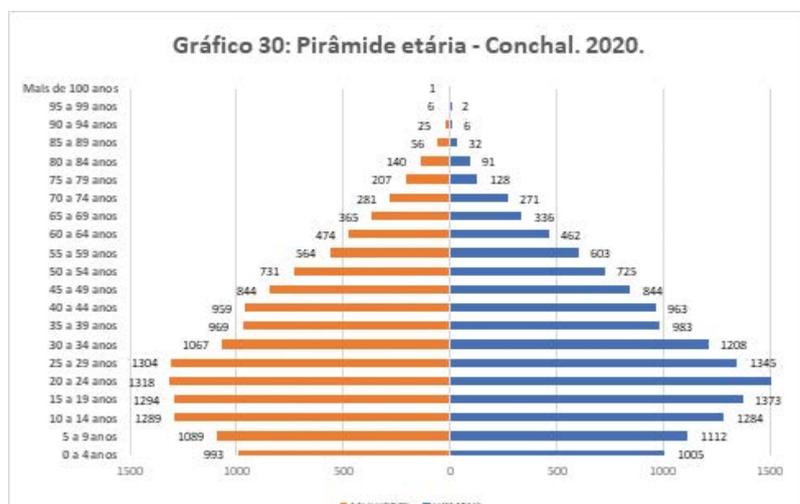


FONTE: Elaboração
dos autores.

Tabela 43: População por sexo em fração de faixa etária.
Censo 2010. Estimativa 2020. Conchal-SP.

CONCHAL				
Faixa etária	Censo 2010		Estimativa 2020	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Mais de 100 anos		1		1
95 a 99 anos	2	5	2	6
90 a 94 anos	5	22	6	25
85 a 89 anos	29	50	32	56
80 a 84 anos	81	125	91	140
75 a 79 anos	114	185	128	207
70 a 74 anos	242	251	271	281
65 a 69 anos	300	326	336	365
60 a 64 anos	412	423	462	474
55 a 59 anos	538	503	603	564
50 a 54 anos	647	652	725	731
45 a 49 anos	753	753	844	844
40 a 44 anos	859	856	963	959
35 a 39 anos	877	865	983	969
30 a 34 anos	1078	952	1208	1067
25 a 29 anos	1200	1164	1345	1304
20 a 24 anos	1360	1176	1524	1318
15 a 19 anos	1225	1155	1373	1294
10 a 14 anos	1146	1150	1284	1289
5 a 9 anos	992	972	1112	1089
0 a 4 anos	897	886	1005	993
Totais	12757	12472	14296	13977
	25.229		28.273	

FONTE: Adaptado de
IBGE censo 2010.



FONTE: Elaboração
dos autores.

Tabela 44: População por sexo em fração de faixa etária.
Censo 2010. Estimativa 2020. Engenheiro Coelho-SP.

ENGENHEIRO COELHO				
	Censo 2010		Estimativa 2020	
Faixa etária	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Mais de 100 anos		1		1
95 a 99 anos	1	1	1	1
90 a 94 anos	6	9	8	12
85 a 89 anos	15	13	20	18
80 a 84 anos	50	43	68	58
75 a 79 anos	75	75	101	101
70 a 74 anos	113	119	153	161
65 a 69 anos	141	151	191	204
60 a 64 anos	195	196	264	265
55 a 59 anos	243	247	328	334
50 a 54 anos	311	298	420	403
45 a 49 anos	476	416	643	562
40 a 44 anos	537	494	726	668
35 a 39 anos	577	522	780	706
30 a 34 anos	736	663	995	896
25 a 29 anos	1000	810	1352	1095
20 a 24 anos	942	844	1273	1141
15 a 19 anos	728	672	984	908
10 a 14 anos	748	680	1011	919
5 a 9 anos	693	612	937	827
0 a 4 anos	646	622	873	841
Totais	8233	7488	11128	10121
	15.721		21.249	

FONTE: Adaptado de
IBGE censo 2010.



FONTE: Elaboração
dos autores.

Tabela 45: População por sexo em fração de faixa etária.
Censo 2010. Estimativa 2020. Artur Nogueira-SP.

ARTUR NOGUEIRA				
	Censo 2010		Estimativa 2020	
Faixa etária	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Mais de 100 anos		2		3
95 a 99 anos	3	10	4	13
90 a 94 anos	21	34	26	43
85 a 89 anos	45	84	56	105
80 a 84 anos	160	204	200	256
75 a 79 anos	263	287	329	360
70 a 74 anos	349	407	437	510
65 a 69 anos	529	540	663	676
60 a 64 anos	723	727	906	911
55 a 59 anos	916	951	1147	1191
50 a 54 anos	1138	1182	1426	1481
45 a 49 anos	1424	1417	1784	1775
40 a 44 anos	1565	1611	1960	2018
35 a 39 anos	1750	1742	2192	2182
30 a 34 anos	1860	1925	2330	2411
25 a 29 anos	2158	2153	2703	2697
20 a 24 anos	2132	2017	2671	2527
15 a 19 anos	1921	1782	2406	2232
10 a 14 anos	1902	1874	2383	2348
5 a 9 anos	1673	1631	2096	2043
0 a 4 anos	1543	1522	1933	1907
Totais	22075	22102	27653	27687
	44.177		55.340	

FONTE: Adaptado de
IBGE censo 2010.

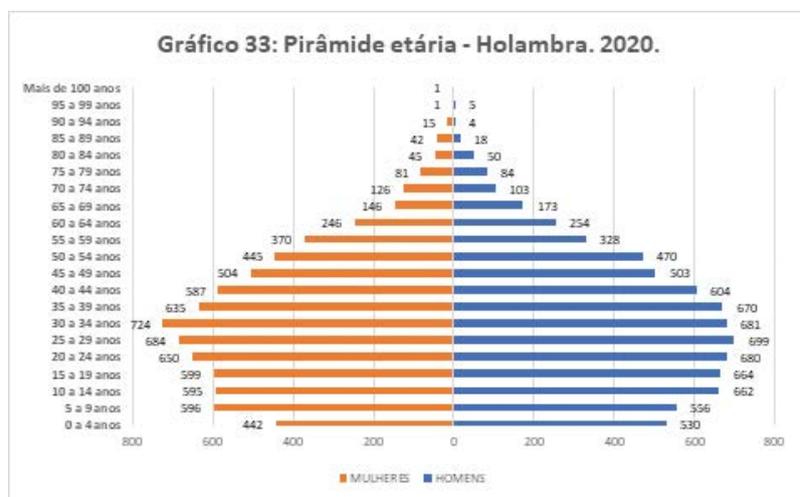


FONTE: Elaboração
dos autores.

Tabela 46: População por sexo em fração de faixa etária.
Censo 2010. Estimativa 2020. Holambra-SP.

HOLAMBRA				
Faixa etária	Censo 2010		Estimativa 2020	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Mais de 100 anos		1		1
95 a 99 anos	4	1	5	1
90 a 94 anos	3	11	4	15
85 a 89 anos	13	31	18	42
80 a 84 anos	37	33	50	45
75 a 79 anos	62	60	84	81
70 a 74 anos	76	93	103	126
65 a 69 anos	128	108	173	146
60 a 64 anos	188	182	254	246
55 a 59 anos	243	274	328	370
50 a 54 anos	348	329	470	445
45 a 49 anos	372	373	503	504
40 a 44 anos	447	434	604	587
35 a 39 anos	496	470	670	635
30 a 34 anos	504	536	681	724
25 a 29 anos	517	506	699	684
20 a 24 anos	503	481	680	650
15 a 19 anos	491	443	664	599
10 a 14 anos	490	440	662	595
5 a 9 anos	411	441	556	596
0 a 4 anos	392	327	530	442
Totais	5725	5574	7738	7534
	11.299		15.272	

FONTE: Adaptado de
IBGE censo 2010.



FONTE: Elaboração
dos autores.

Tabela 47: População por sexo em fração de faixa etária.
Censo 2010. Estimativa 2020. Santo Antonio de Posse-SP.

SANTO ANTONIO DE POSSE				
	Censo 2010		Estimativa 2020	
Faixa etária	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Mais de 100 anos				
95 a 99 anos	3	3	3	3
90 a 94 anos	15	22	17	25
85 a 89 anos	31	38	35	43
80 a 84 anos	87	112	99	128
75 a 79 anos	150	148	171	169
70 a 74 anos	220	208	251	237
65 a 69 anos	227	290	259	330
60 a 64 anos	330	333	376	379
55 a 59 anos	484	451	551	514
50 a 54 anos	553	580	630	661
45 a 49 anos	674	652	768	743
40 a 44 anos	748	731	852	833
35 a 39 anos	759	780	865	889
30 a 34 anos	860	877	980	999
25 a 29 anos	969	908	1104	1035
20 a 24 anos	965	922	1100	1051
15 a 19 anos	870	854	991	973
10 a 14 anos	959	860	1093	980
5 a 9 anos	816	729	930	831
0 a 4 anos	692	740	788	843
Totais	10412	10238	11864	11665
	20.650		11.864	

FONTE: Adaptado de
IBGE censo 2010.



FONTE: Elaboração
dos autores.

Tabela 48: População por sexo em fração de faixa etária.
Censo 2010. Estimativa 2020. Jaguariúna-SP.

JAGUARIÚNA				
Faixa etária	Censo 2010		Estimativa 2020	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Mais de 100 anos	1	3	1	4
95 a 99 anos	5	9	7	12
90 a 94 anos	16	42	21	56
85 a 89 anos	67	110	89	146
80 a 84 anos	153	190	203	252
75 a 79 anos	291	327	386	433
70 a 74 anos	359	471	476	624
65 a 69 anos	570	579	755	767
60 a 64 anos	731	790	969	1047
55 a 59 anos	933	1001	1236	1327
50 a 54 anos	1182	1289	1566	1708
45 a 49 anos	1384	1470	1834	1948
40 a 44 anos	1580	1620	2094	2147
35 a 39 anos	1821	1824	2413	2417
30 a 34 anos	2000	2032	2650	2693
25 a 29 anos	2214	2144	2934	2841
20 a 24 anos	2111	2030	2798	2690
15 a 19 anos	1786	1766	2367	2340
10 a 14 anos	1779	1740	2358	2306
5 a 9 anos	1523	1453	2018	1926
0 a 4 anos	1498	1417	1985	1878
Totais	22004	22307	29160	29562
	44.311		58.722	

FONTE: Adaptado de
IBGE censo 2010.



FONTE: Elaboração
dos autores.

De uma maneira geral, para todos os municípios, os resultados das primeiras análises, recomendam atenção especial dirigida às frações da população idosa. Os municípios de Mogi Guaçu, Itapira, Santo Antonio de Posse, Artur Nogueira e Jaguariúna apresentaram a presença de população com habitantes acima de cem anos. Não somente esses municípios, como todos os analisados devem empreender prioridade de ações sociais à população com acima de 60 anos. Torna-se necessário a prática preventiva de atendimento, cujo desafio se encontra em assegurar os direitos da pessoa idosa e envolver o poder público como principal gestor dos programas e políticas de atendimento ao idoso.

Deve ser destacado que o envelhecimento, a pessoa idosa quando em meio às condições sociais, quando em meio às condições de vida menos privilegiadas, em termos de atendimentos aos cuidados pessoais, aos cuidados psicológicos, à saúde, à mobilidade, dentre outros, pode acarretar menor longevidade dadas às condições desfavoráveis.

Observando a população referente à faixa etária de 60 anos ou mais dos três municípios mais populosos, Mogi Guaçu com 17.981 habitantes nessa faixa etária representaram 11,7% da população do município. Mogi Mirim apresentou 12.260 habitantes, 13,0% da sua população total. Itapira com 10.758 idosos representaram 14,3% da sua população.

Destaca-se que, para Mogi Mirim, a população entre 80 anos e 100 ou mais, esta população atingiu 1.754 habitantes nessa faixa de idade. Mogi Mirim é seguido pelo município de Itapira com sua população entre os 80 anos e 100 ou mais, em 1.627 habitantes.

Nessa mesma faixa, entre 80 anos e 100 ou mais,

Jaguariúna apresentou 791 habitantes, Artur Nogueira com 706 habitantes e Santo Antonio de Posse apresentou 353 idosos.

Os dados populacionais da região de análise apresentam uma previsibilidade para um total de 524.044 habitantes, pessoas residentes. Dessa totalidade, 62.328 habitantes encontram-se na faixa de 60 anos ou mais, representando 11,9% da totalidade populacional da região analisada. O que significa dizer que essa população necessita de atenção com dignidade, cuidado e zelo.

Essas características indicam o aumento de expectativa de vida e diminuição na taxa de mortalidade entre essa população. São considerações que se tornam relevantes dando importância para a elaboração de um planejamento adequado para o necessário atendimento aos idosos de 60 anos ou mais, com a dignidade merecedora.

Convém destacar que para Mogi Mirim, a população adulta, dos 30 a 59 anos, esta população representou 42,2% da totalidade populacional. Os considerados jovens, dos 15 aos 29 anos, estes atingiram 25,1%. Já a população considerada como crianças, do 0 aos 14 anos, esta encontrou-se em 19,5% do total da população.

Destaca-se que a faixa de transição entre jovens e adultos, no caso, onde as frações de análise fora de quatro anos, para as frações entre 15 e 59 anos, esta faixa apresentaram-se como as mais expandidas, tanto para os municípios mais populosos como para os menos populosos.

Constatando que os dados estatísticos mostram a predominância populacional nessa faixa analisada, indica a tendência de progressão ao envelhecimento populacional em todos os municípios. Mogi Mirim, como exemplo, ao

apresentar uma taxa geométrica de crescimento relativo ao censo de 1991, o qual foi de 0,127%, cai para 2010 em 0,106% e tem uma leve retomada na perspectiva para 2020 em 0,108%. Indica que a taxa de natalidade esteve decaindo em relação a esse período exemplificado.

Outro destaque deve ser dado à faixa etária entre 15 e 59 anos, trata-se das iniciativas de geração de emprego e renda. Tem-se, portanto a atenção para estratégias econômicas para ocupação formal do trabalhador onde o poder local deve criar as possibilidades de ocupação de homens e mulheres nessa faixa etária. Assim como o poder local deve incentivar a escolarização criando condições para toda a população.

Esse destaque mencionado refere-se também à consideração sobre os três municípios mais populosos, Mogi Guaçu, Mogi Mirim e Itapira, em observação aos jovens e adultos, cujos municípios apresentaram as suas faixas mais largas, ou seja, as maiores populações em faixa etária predominando entre 15 e 44 anos, em uma média de idade de 35,6 anos. Portanto, uma população adulta. Considerando a participação dessa população em porcentagem sobre a totalidade populacional de cada município mencionado, para Mogi Guaçu, com predominância entre 15 a 44 anos, esta faixa etária representa 34,4% da totalidade. Para Itapira, com sua faixa predominante entre 15 e 44, esta faixa encontra-se em 47,8%. Esses dados revelam uma população transitória de jovem para adulto, faixa esta de plena atividade como força de trabalho.

O destaque para Mogi Mirim se apresenta por uma maior predominância para a faixa etária de 20 a 34 anos, uma faixa mais adulta representando 25,2% da população, portanto, uma faixa de maior significância para essa idade. Em relação aos municípios menos populosos,

considerando igualmente três municípios, Engenheiro Coelho, Holambra e Estiva Gerbi, a média predominante de idade desses municípios apresentou-se para as frações que compreendem de 15 a 39, uma média de 24,5 anos, uma população mais jovem em relação aos municípios mais populosos. Para o município de Engenheiro Coelho, com predominância entre 20 a 29 anos, esta faixa etária representa 10,5% da população. Estiva Gerbi, apresentando a predominância entre 15 e 34 anos, representa 34,8%. Já, Holambra se destaca apresentando como faixa etária predominante a de entre 15 e 39 anos, cuja população representa 43,8%.

A análise permite considerar que os municípios pesquisados apresentam, de uma maneira geral, o comportamento de uma transição, embora lenta, de jovem para adulto. Destacam-se os municípios de menores números populacionais, os quais se apresentaram sensivelmente mais jovens, ao comparar com os de maiores populações.

Considerando a faixa etária de 0 a 14, igualmente como os idosos, trata-se de uma faixa de maiores atenções, para os mesmos municípios. Os de maiores números populacionais, como Mogi Guaçu, este apresentou 20,5% da população total nessa faixa etária. Mogi Mirim apresentou 19,5% da sua população e Itapira com a menor população, em 18,5% nessa faixa. Para os municípios menos populosos, Engenheiro Coelho apresentou uma população entre 0 a 14 anos em 25,4% da sua população total. Holambra apresentou sua população em 22,1% e Estiva Gerbi em 22,0%, confirmando uma população mais jovem.

Como observado anteriormente, há a tendência ao envelhecimento dos municípios de maiores populações e uma sensível manutenção de uma categoria mais jovem para os municípios de

menores números populacionais.

Portanto, tem-se a importância de análises sobre as taxas de natalidade e, conseqüentemente, analisar com maiores critérios as relações econômicas e sociais e da relação emigração-imigração.

Foi observado em todos os municípios que o ápice populacional se apresentou entre as frações de faixas etárias de 25 a 29 anos, onde a partir dessa faixa dá-se o decréscimo populacional nas faixas seguintes. Contudo, ao analisar as faixas consideradas como faixa etária de idade adulta, essa prevalece em todos os municípios, o que corresponde a uma perspectiva de crescimento do número de idosos.

Razão de Sexos

A relevância das análises sobre a razão de sexo em um determinado recorte geográfico, em uma cidade, por exemplo, dá-se, dentre outras coisas, para identificar as variações temporais na distribuição da população por sexo, visando subsidiar, igualmente, o planejamento, a gestão das ações de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, segurança e emprego e a avaliação dessas ações.

Os dados tornam-se componentes nas análises sobre a compreensão dos fenômenos sociais que podem estar relacionados com a distribuição dos habitantes enquanto as migrações, o mercado de trabalho e demais fatores, incluindo a morbimortalidade por determinadas causas.

A Razão de Sexos, também denominada

de coeficiente de masculinidade trata-se de determinar o número de homens para cada grupo de 100 mulheres, em determinado espaço geográfico. Para essa observação, segundo o DATASUS (2019)¹⁶, o método de cálculo dá-se pela obtenção do número de pessoas residentes do sexo masculino, dividir pelo número de pessoas residentes do sexo feminino e multiplicar por 100. As análises se dão quando o resultado da razão apresenta em 100, indica igual número de homens e mulheres. Acima de 100, predominância de homens, e, abaixo de 100, tem-se a predominância de mulheres.

Considerando os municípios analisados, em uma previsibilidade populacional para 2020, a média encontrou-se em 49,8% de pessoas do sexo masculino e 50,1% de pessoas do sexo feminino, um maior número de mulheres na região analisada, sendo observada a razão de sexo em 99,3.

Convém mencionar que em municípios com predominância de pessoas do sexo feminino, observados nos dados numéricos e nas pirâmides etárias, observa-se também um maior número de mulheres idosas, dada a maior expectativa de vida entre as mulheres, sinalizando que as pessoas do sexo feminino, não raro, têm longevidade maior em relação às pessoas do sexo masculino.

A caracterização dos municípios enquanto razão de sexo é apresentada na Tabela 49 apresentando haver prevalência da população ora masculina e ora feminina entre as duas populações.

¹⁶ <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2000/fqa02.htm>

Tabela 49: Razão de Sexo por Municípios e prevalência.
Municípios analisados. 2020.

Municípios	Razão de sexo	Prevalência
Mogi Mirim	97,01	Feminina
Mogi Guaçu	98,47	
Itapira	98,16	
Artur Nogueira	99,88	
Jaguariúna	98,64	
Estiva Gerbi	102,09	Masculina
Conchal	102,29	
Engenheiro Coelho	109,95	
Holambra	102,71	
Sto. Antonio de Posse	101,7	

FONTE: Adaptado de
IBGE cidade (2020)¹⁷

Os dados acima revelaram que 50,0% dos municípios a razão foi em prevalência feminina, e a população masculina em igualmente em 50,0% dos municípios, sendo, contudo, na totalidade dos municípios analisados houve a prevalência feminina. A razão de sexo em equilíbrio não foi observada por nenhum município.

Os dados indicam que a região analisada acompanha, segundo IBGE, a tendência histórica de predominância feminina na população do Brasil.

Mogi Mirim, com prevalência da população feminina, apresentou uma relação de razão de sexo em 97,01, sendo considerado o município de maior predominância feminina.

Dentre os municípios, Engenheiro Coelho, como exemplo, apresentou-se inversamente a essa tendência, onde o número de homens sobressai ao de mulheres apresentando 52,3% e 47,7% respectivamente para homens em mulheres, portanto a maior taxa de razão de sexo para prevalência masculina, em 109,95.

Destaca-se que esses dados sinalizam que na região de análise, os municípios mais populosos, Mogi Mirim (93.650 hab.), Mogi Guaçu (153.033 hab.), Itapira (75.234 hab.), Artur Nogueira (55.340 hab.) e Jaguariúna (58.722 hab.) apresentaram-se com as maiores populações feminina. Essa tendência decaiu na proporção em que diminui o número de habitantes no município, indicando que os

¹⁷ <https://cidades.ibge.gov.br>

municípios de menor número populacional apresentaram maiores densidades de pessoas do sexo masculino.

Portanto, esses dados podem contribuir em identificar as necessidades de estudos de gênero sobre os fatores condicionantes das variações encontradas.

Cabe mencionar que as análises sobre a dinâmica demográfica, a estrutura etária, a razão de sexo, dentre outros componentes levam às análises sobre a taxa de fecundidade a qual permite observar as oscilações na estrutura etária em uma previsibilidade futura. Como exemplo, com aumento da taxa de fecundidade, a previsibilidade temporal próxima se dá pelas alterações na base da pirâmide etária, nos grupos etários mais jovens havendo maior participação na população.

Por fim, ao considerar as variações geográficas

e temporais na distribuição da população, estas análises tornam-se essenciais para compreender a população como o principal elemento político para direcionar as ações públicas emergenciais. Tornam-se subsídios para a identificação das demandas e o planejamento em políticas públicas, assim como analisar a demanda e a vigilância sobre o desempenho da provisão de serviços do sistema público de saúde enquanto ações sanitárias.

No período dessas análises, os dados do ano de 2020, um ano caracterizado pela pandemia do vírus Covid-19, a importância da análise demográfica se revela quando a emergência recai sobre as faixas de idade de 60 anos ou mais como prioridade à imunidade pela necessária vacinação. Temos, portanto, os dados para a elaboração de planos e estratégias para tal compromisso com a saúde populacional.

Indicadores Econômicos

Indicadores Econômicos de Mogi Mirim

Prof. Dr. Antonio Sergio da Silva¹

Prof. Dr. José Gilberto de Souza²

Economia: Produto Interno Bruto, PIB per capita. Exportações e importações. Movimentação financeira. Frota de veículos. Energia elétrica.

A cidade, o meio urbano, como um espaço de integração de atividades, de práticas econômicas, sociais, culturais e políticas torna-se o espaço de concentração também de pessoas, cujo meio urbano vai sendo transformado em seu uso e ocupação, dada a densidade humana e as atividades nele desenvolvidas. O crescimento da cidade, dentre outras coisas, está relacionado com a sua especialização produtiva, com a diversidade econômica e a sua localização perante os demais municípios.

Com a concentração das atividades produtivas, observa-se haver uma geração de economia de aglomeração, com ganhos econômicos advindos dessa concentração, onde a diversidade econômica gera vantagens para as empresas e para a população em sua reprodução social em uma determinada escala geográfica, no caso, podendo ser um município como objeto de análise econômica.

Como um indicador econômico, o total de valores contabilizados a partir dos bens e serviços que foram produzidos pela diversidade das atividades econômicas de um município, região ou país, em um determinado período, se caracteriza como sendo o Produto Interno Bruto – PIB. Os bens e serviços finais que compõem o PIB são medidos enquanto o seu preço em que chegam ao consumidor. O PIB, portanto, trata-se de um indicador de fluxo de bens e serviços finais produzidos durante um período, normalmente em um ano.

¹ Geógrafo, Doutor pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Presidente Prudente. Pesquisador do LAPP – Laboratório de Análise Espacial em Políticas Públicas do Centro de Análise e Planejamento Ambiental (CEAPLA) Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP – Campus de Rio Claro.

² Geógrafo, Professor Associado do Departamento de Geografia. Coordenador do LAPP – Laboratório de Análise Espacial em Políticas Públicas do Centro de Análise e Planejamento Ambiental (CEAPLA) Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP – Campus de Rio Claro. jg.souza@unesp.br

O Produto Interno Bruto em reais correntes significa os valores trabalhados no ano em que o produto foi produzido e comercializado. Ainda, pode-se calcular o PIB per capita em uma divisão dos valores pelo número de habitantes, que mede quanto do PIB caberia a cada indivíduo se todos recebessem partes iguais (IBGE, 2021)³.

No caso de Mogi Mirim, o Produto Interno Bruto

e o Produto Interno Bruto per Capita (em mil reais correntes), assim como a participação do PIB no estado são apresentados na Tabela 50 com dados disponibilizados pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos, conhecida como Fundação SEADE, com dados disponibilizados no período de 2013-2017, acompanhados pela variação em porcentagem nesse período.

Tabela 50: Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto per Capita. Variação em % no período. Mogi Mirim. 2013-2017.

Período	PIB (em mil reais correntes)	PIB per Capita (em reais correntes)	Participação no PIB do Estado (em %)
2013	3.632.285,85	41.371,88	0,211766
2014	3.772.127,87	42.746,56	0,202999
2015	4.071.107,52	45.900,08	0,209862
2016	4.276.304,64	48.025,70	0,209751
2017	4.456.895,18	49.858,99	0,210245
%	22,7	20,51	-0,71
Variação			

Fonte: SEADE (2021)⁴

Observou-se uma variação positiva no Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto per Capita, representando um crescimento quando comparado os anos 2013 e 2017, elevando o PIB em 22,7% e o PIB per capita em 20,51% nesse período. No caso, aponta um crescimento dos valores contabilizados a partir dos bens e serviços que foram produzidos pela diversidade das atividades econômicas de Mogi Mirim.

Embora tenha ocorrido uma variação positiva no PIB de Mogi Mirim, observou-se que a sua participação no PIB do estado decaiu em 0,71%.

Valor adicionado por setor de atividade econômica / impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

O Valor Adicionado como um conceito na Economia trata-se de uma noção que permite medir o valor criado por um agente econômico, uma empresa ou grupos de empresas. Por exemplo, o valor adicionado do setor agropecuário é o valor que a atividade agropecuária agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. No setor industrial é o valor que a atividade das indústrias agrega aos bens e

³ <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>

⁴ www.seade.gov.br/

serviços consumidos no seu processo produtivo.

Implica no valor adicional que se destina para a aquisição dos bens e serviços ao serem transformados durante o processo produtivo. Esse valor é calculado pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Permite acompanhar as variações de bens adquiridos e a realização de uma projeção de cenários futuros em todas as atividades econômicas, em todos os setores produtivos. Portanto, é uma medida que possibilita a avaliação sobre as decisões a serem tomadas pelos gestores das empresas.

Com as análises do valor adicionado, segundo Kroetz (2000) comentado por Cunha, Ribeiro e Santos (2005, p. 9)⁵, “é possível perceber a contribuição econômica da entidade para

cada segmento com o qual ela se relaciona, constituindo-se no Produto Interno Bruto (PIB) produzido pela organização”.

O valor adicionado se apresenta como um componente de informação sobre a riqueza gerada pelos setores e indica a forma de como essa riqueza é distribuída através dos impostos, remuneração aos trabalhadores e demais.

Os impostos e subsídios sobre produtos são os montantes cujo pagamento é devido apenas quando sejam comprovados por liquidações de impostos, declarações, etc.

Com dados disponibilizados pelo SEADE no período 2013-2017, a Tabela 51, apresenta o comportamento econômico por setor econômico em Mogi Mirim.

Tabela 51: Valor Adicionado por Setor de Atividade Econômica e Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios em mil reais correntes. Variação em % no período. Mogi Mirim. 2013-2017.

Período	Administração Pública	Indústria	Serviços	Agropecuária	Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios
2013	333.418,92	955.450,13	1.972.315,72	78.815,63	625.704,40
2014	349.462,18	999.546,64	2.086.259,22	113.079,58	573.242,40
2015	381.603,02	1.056.009,50	2.296.248,99	125.895,99	592.953,00
2016	381.880,51	1.016.508,51	2.444.020,05	184.677,74	631.098,30
2017	416.098,05	1.042.717,51	2.538.220,84	183.590,51	692.366,30
%					
Variação	24,7	9,1	28,6	132,9	10,6

Fonte: SEADE (2021)⁶

⁵ Fonte: <https://www.scielo.br/pdf/rcf/v16n37/v16n37a01.pdf>

⁶ www.seade.gov.br/

Mogi Mirim apresentou o setor de Serviços como o de maior movimento em reais correntes e um crescimento quando comparado os anos 2013 e 2017, em 28,6%. Este setor é seguido pelo setor de Indústria em valor adicionado, sendo que o setor de Indústria, embora tenha apresentado aumento em 9,1%, foi o setor de menor crescimento.

Chama a atenção o setor de Indústria por ter apresentado uma queda entre os anos 2015 e 2016, retomando em 2017. Assim como, nesse mesmo período o setor Administração Pública se apresentou praticamente estacionado entre 2015 e 2016, mesmo que tenha apresentado um aumento em 24,7% em relação aos anos de 2013 e 2017.

O destaque se apresenta para o setor Agropecuária, dado o aumento apresentado em 132,9% entre os anos de 2013 e 2017. Contudo, apresentou uma pequena queda na relação entre os anos 2016 e 2017.

Para os valores dos Impostos sobre Produtos Líquidos e de Subsídios, embora tenha ocorrido um crescimento no período, os valores dos impostos apresentaram uma queda ao observar o ano de 2013 e os dois subsequentes anos de 2014 e 2015. Contudo, a variação se apresentou como positiva em 10,6%, sugerindo um aumento econômico dos setores de atividade.

A Tabela 52, apresenta a participação por setor econômica enquanto valor adicionado.

Tabela 52: Participação por Setores de Atividade Econômica no Total do Valor Adicionado em %. Variação em % no período. Mogi Mirim. 2013-2017.

Período	Administração Pública	Indústria	Serviços	Agropecuária
2013	11,09	31,78	65,6	2,62
2014	10,92	31,25	65,22	3,53
2015	10,97	30,36	66,02	3,62
2016	10,48	27,89	67,05	5,07
2017	11,05	27,7	67,42	4,88
%				
Variação	-0,3	-12,8	2,7	86,2

Fonte: SEADE (2021)⁷

A participação em valor adicionado no total do município de Mogi Mirim apresentou a Administração Pública como sendo a de menor participação e tendo apresentado uma queda em

0,3% no período. Igualmente o setor da Indústria apresentou uma queda na participação de 12,8% quando comparado aos anos 2013 e 2017, sinalizando uma diminuição na produtividade,

⁷ www.seade.gov.br/

na economia e na geração de empregos formais. Inversamente, o setor de Agropecuária, o de menor participação no total, apresentou um aumento em 86,2% no período.

Como detalhe, se apresenta para o setor de Serviços, o qual apresentou a maior participação no total do município, apresentando 2,7% de aumento nessa participação, sinalizando a importância econômica desse setor.

A demonstração de valor adicionado da riqueza gerada, para Mogi Mirim, apresenta o Setor de Serviços como de maior contribuição, indicando crescimento econômico que envolve toda a atividade serviços, os quais podem estar sendo representados pelos serviços voltados para a produção primária ou para a produção industrial. Pode estar sendo representados pelo comércio varejista, comércio atacadista, pelo setor imobiliário, nas atividades educacionais privadas, setor médico hospitalar privados, transporte e armazenagem e outros. Portanto,

um setor que sinaliza crescimento econômico para o município.

Exportações e Importações em Mogi Mirim - Valor em US\$ FOB

O SEADE disponibiliza dados da evolução das atividades produtivas e de comércio exterior, cujos valores referentes às exportações são expressos em US\$ FOB. FOB são as iniciais da expressão inglesa Free On Board, e quer dizer que o exportador é responsável pela mercadoria até ela estar dentro do navio, no porto indicado pelo comprador em condições de Free, pois a mercadoria deve estar desembaraçada na alfândega de partida e livre para ser levada ao porto do país comprador (IPEA, 2006)⁸.

A Tabela 53 apresenta os valores das exportações, a participação dessas exportações junto ao estado, os valores das importações e a variação desses valores no período 2015 a 2019, trabalhados por Mogi Mirim.

Tabela 53: Valores das Exportações em US\$ FOB, participação das exportações no estado em % e valor das Importações em US\$ FOB. Variação em % no período. Mogi Mirim. 2015-2019.

Período	Exportações	Participação da exportação no estado em %	Importações
2015	71.156.210,00	0,137634	90.377.696,00
2016	73.172.175,00	0,139044	56.850.081,00
2017	72.348.341,00	0,123546	61.908.241,00
2018	69.727.172,00	0,107491	78.842.923,00
2019	60.671.090,00	0,117305	81.049.595,00
%	-14,7	-14,7	-10,3
Variação			

Fonte: SEADE (2021)⁹
283.034.399

⁸http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&id=2115:catid=28#:~:text=Quer%20dizer%20que%20o%20exportador,estar%20livre%20para%20ser%20levada.

⁹ www.seade.gov.br/

As exportações para o município de Mogi Mirim, o ano de 2016 apresentou-se como o ápice em valores. Embora tenha ocorrido um aumento no valor das exportações entre 2015 e 2016, os anos seguintes apresentaram queda resultando em uma diminuição em 14,7% no período analisado, mostrando o ano de 2019 como o de menor valor. Igualmente apresentou uma queda na sua participação de exportação no estado no mesmo patamar percentual.

Quanto às importações os dados de 2015 e 2019 mostram uma queda de 10,3%, sendo que o ano de maior valor de importações foi o de 2015 ocorrendo uma diminuição de valor para 2016. Contudo, os anos de 2017 a 2019 mostraram ter havido um crescimento nos valores de importações.

Mogi Mirim, apresentando um movimento sinalizando queda nas exportações e importações no período, os valores de importação foram superiores aos valores de exportação. Esses dados podem indicar a necessidade de políticas para exportação de produtos, estudos sobre a estrutura e dinâmica da produção, análises e políticas de inserção dos setores econômicos

em âmbito internacional. Assim como o aperfeiçoamento de técnicas produtivas, dos processos produtivos, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, melhores salários, melhores condições para as competições internas e externas.

Depósitos totais e operações de crédito

O volume total dos depósitos a vista e as operações de crédito apresentam-se como características da movimentação econômica do município e se tornam indicadores, fontes de análises sobre o movimento financeiro.

Nas operações de crédito podem ser incluídas as aquisições financiadas de bens, o compromisso financeiro assumido enquanto aberturas de créditos, dentre outros, como movimentação econômica.

Com dados de 2011 a 2015, em reais de 2019, disponíveis pelo SEADE, a Tabela 54 apresenta o número de agências bancárias e o panorama dos valores em depósitos e operações de crédito, apresentando a movimentação financeira no município.

Tabela 54: Número de agências bancárias. Depósitos Totais e Operações de Crédito (em reais de 2019). Variação em % no período. Mogi Mirim. 2011-2015.

Período	Agências bancárias	Depósitos Totais	Operações de Crédito
2011	12	11.649.272,70	7.641.323,30
2012	13	11.072.424,39	8.080.559,55
2013	13	11.732.038,00	8.892.090,30
2014	13	11.105.093,87	8.613.159,61
2015	13	9.755.760,40	7.616.200,10
%	8,3	-16,2	-14,3
Variação			

Fonte: SEADE (2021)¹⁰

¹⁰ www.seade.gov.br/

O número de agências bancárias mostrou aumento de uma unidade, 8,3%. Os depósitos totais como um indicador de movimento financeiro, as movimentações de reservas monetárias no município, sinalizaram uma estabilidade entre 2011 e 2014, apresentando um decréscimo no ano de 2015. No período entre 2011 e 2015, a queda dos valores ocorreu em 16,2%, sendo que o ano de 2013 mostrou-se o de maior valor em movimento financeiro com depósitos totais, e o de 2015, o de menor valor.

As operações de crédito, que são os contratos de financiamentos e empréstimos, igualmente, observou-se o ano de 2013, o de maior volume em valor, e, ao comparar com o ano de 2015, houve um decréscimo em 14,3%.

As origens dessa queda devem ser melhor analisadas considerando que aos financiamentos e empréstimos, quando não são os pessoais, tratam-se de financiamentos para o investimento em insumos para os setores produtivos.

Mogi Mirim e a sua frota de veículos.

A identificação das características da frota de veículo contribui para gerir com maior eficiência o planejamento do sistema viário, otimizar rotas, fornecer melhores insights para tomada de decisões sobre a sinalização e segurança viária, determinando o limite da velocidade, evitando acidentes e despesas públicas com atendimento hospitalar.

Assim como, determinar rotas necessárias para a oferta com qualidade e quantidade do transporte coletivo como incentivo junto à população ao uso dessa modalidade. Inclui-se a qualidade do capeamento asfáltico, a execução de um pavimento com sinalização para segurança de toda a população.

A Tabela 55 expõe a frota total de veículos e frota de automóveis e ônibus em Mogi Mirim, habitantes por categoria de veículos e a sua evolução no período de 2014 a 2018.

Tabela 55: Frota de Veículos, frota por Categoria Automóveis e Ônibus. Número de habitantes por frota. Variação em % no período. Mogi Mirim. 2014-2018.

Período	Frota Total de Veículos	Habitantes por Total de Veículos	Frota de Automóveis	Habitantes por Automóvel	Frota de Ônibus	Habitantes por Ônibus
2014	65.601	1,35	36.768	2,4	471	187,35
2015	67.004	1,32	37.603	2,36	433	204,94
2016	68.235	1,3	38.404	2,32	368	242,11
2017	69.738	1,28	39.088	2,29	347	257,95
2018	71.883	1,25	40.319	2,23	283	317,7
%	9,5	-7,4	9,6	-7	-39,9	69,5
Variação						

Fonte: SEADE (2021)¹¹

¹¹ www.seade.gov.br/

O aumento da frota total de veículos no período analisado deu-se em 9,5%, o que significa o crescimento econômico acompanhando o crescimento demográfico, quando o número de habitantes por veículo, em 2014, era de um veículo para cada 1,35 habitantes e em 2018 apresentou haver um veículo para cada 1,25 habitantes, sinalizando um aumento de veículos por habitantes no município.

A frota de veículos na categoria Automóveis aumentou em 9,6% sinalizando que mesmo tendo havido certo crescimento populacional, houve um aumento da frota de automóveis apresentando um automóvel para cada 2,23 habitantes por automóvel, em 2018, quando em 2014 era de 2,4 hab./automóvel. Esta frota de automóveis representou 56,0% dos veículos do município em 2018.

Para a frota de Ônibus, o transporte coletivo, o número de unidades apresentou uma redução de 39,9% no período. Os dados apontam uma queda de unidades para essa modalidade, onde a população dependente do transporte coletivo,

normalmente trabalhadores e estudantes que fazem uso desse transporte para locomoção, o número de habitantes por ônibus apresentou um aumento em 69,5%. Em Mogi Mirim, com os dados do SEADE, para 2018, havia um ônibus para 317,7 pessoas dependente desse transporte, quando em 2014 era de um ônibus para cada 187,35 habitantes.

Com esses dados de transporte, a mobilidade urbana de Mogi Mirim deve ser revisada, em termos de quantidade e qualidade de ônibus para o usuário, para que haja maior adesão a essa modalidade. Dados do IPEA¹² mostram que em São Paulo, o gasto com transporte público cresceu, praticamente igualando a despesa com alimentação, quando em 2000, o gasto com transporte público representava 18,7% das despesas do cidadão, em média, em 2010, chegou a 20,1%.

A Tabela 56 apresenta a frota de veículos por categoria, em número de caminhões, de reboques, motocicletas, micro-ônibus e outros.

Tabela 56: Frota de Veículos por Categoria. Variação em % no período. Mogi Mirim. 2014-2018.

Período	Frota de Caminhões	Frota de Reboques	Frota de Motocicletas e Assemelhados	Frota de Micro-ônibus e Camionetas	Frota de Veículos de Outro Tipo
2014	2.140	1.070	17.591	7.535	26
2015	2.169	1.154	17.781	7.839	25
2016	2.220	1.239	17.889	8.089	26
2017	2.269	1.310	18.251	8.446	27
2018	2.292	1.379	18.697	8.882	31
%					
Variação	7,1	28,8	6,2	17,8	19,2

Fonte: SEADE (2021)¹³

¹²https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&ordering=3&limitstart=5140&limit=20#:~:text=Atualmente%2C%20h%C3%A1%20um%20%C3%B4nibus%20para,anos%20era%20de%208%2C5.

¹³ www.seade.gov.br/

Em todas as categorias de veículo as frotas apresentaram um aumento de unidades, sendo a categoria Reboques a que se apresentou com aumento mais significativo de veículos, em 28,8%. Esta frota é servida por veículos ligados diretamente à movimentação de cargas em volumes maiores, evidenciando aumento de veículos de serviços de transporte no município.

O segundo maior crescimento foi a frota de Micro-ônibus, em 17,8%, cuja frota está ligada para prestação de serviço de transporte de escolares, de grupos de trabalhadores. Nessa mesma categoria encontra-se a Caminhoneta, como veículos utilitários empregados em todas as atividades econômicas.

Observou-se que a frota de caminhões apresentou um aumento em 7,1%, os quais são utilizados no transporte da produção no campo, da indústria e, de maneira geral, na distribuição de mercadorias municipais e regionais.

O destaque se dá pela frota de motocicletas e assemelhados, onde o aumento, embora tenha se apresentado o menor em porcentagem, em 6,2%, se considerarmos o número total de veículos no município de Mogi Mirim, esta frota representou 26,0% do total de veículos no município.

Já a frota de veículos de outro tipo, veículos distintos para diferentes usos, podendo ser caminhão-trator, quadriciclo, triciclo e demais, esta frota apresentou um aumento de

19,2%.

São dados que participam do crescimento econômico do município permitindo a compreensão sobre o tipo de veículo na mobilidade espacial da população, assim como os usos de transportes de carga que estão sendo necessários no município.

Consumo de energia elétrica

Os dados de eletricidade referentes ao consumo em Megawatt hora (MWh), tem como um de seus objetivos, entender o desenvolvimento da cidade e seu histórico da demanda de energia elétrica no município, enquanto uso dos setores econômicos, uso público social e uso doméstico.

Com a energia elétrica é possível a iluminação, a manutenção dos alimentos, assim como a produção na indústria, na agricultura, no setor de serviços, comércio, lazer, pois todos são igualmente dependentes da eletricidade. Para essa geração tem-se os reservatórios e quedas d'água (usinas hidrelétricas) ou a geração por meio dos alternativos como ventos (eólica), raios solares (solar) ou combustíveis, como carvão mineral ou gás natural (termelétrica). Portanto, uma energia que se torna determinante ao desenvolvimento da sociedade.

Tabela 57 se apresenta como indicativa do consumo de energia elétrica em Mogi Mirim por setores em MWh.

Tabela 57: Consumo de energia elétrica por Setores em MWh.

Varição em % no período. Mogi Mirim. 2015-2019.

Período	Consumo total municipal	Industrial	Comércio e Serviços	Rural	Residencial	Iluminação, Serviços Públicos e Outros
2015	432.705	185.639	124.297	28.811	70.517	23.442
2016	420.909	169.625	120.618	37.212	70.107	23.346
2017	437.413	178.501	118.738	40.514	73.617	26.042
2018	452.366	191.756	119.719	40.501	74.642	25.748
2019	442.293	185.630	120.921	33.797	75.685	26.260
%	2,2	0	-2,7	17,3	7,3	12
Varição						

Fonte: SEADE (2021)¹⁴.

Enquanto consumo total do município, este apresentou 2,2% de aumento do consumo de energia elétrica em MWh no período analisado, mostrando uma queda no ano de 2016, após uma retomada nos anos seguintes até 2018 e novamente em queda para 2019.

Observou-se que praticamente, o setor Industrial mostrou pouca evolução quando em 2019 o setor retorna aos patamares em consumo de energia de 2015, após ter tido uma queda em 2016 e certa evolução em 2017 e 2018, o que pode sinalizar condições de estabilidade caminhando para o crescimento na produtividade industrial.

O setor de Comércio e Serviços, como observado anteriormente, o de maior participação em valor adicionado no total do município, apresentou uma queda de 2,7% no consumo energético, apresentando os anos de 2017 e 2018, os de menores consumo.

O destaque encontrou-se para o setor Rural, com variação positiva de consumo elétrico em 17,3%, podendo significar ter havido maior investimento, ao considerar o uso de máquinas e equipamentos. Embora tenha se apresentado com aumento para os anos 2016 e 2017, para 2018 mostrou-se estagnado e com uma diminuição em 2019 para os patamares não longe ao de 2016.

O consumo residencial apresentou um aumento em 7,3%, o que pode sugerir, além do aumento populacional e residencial no período, a aquisição de aparelhos elétricos e demais outros usos de energia elétrica.

Para o consumo em Iluminação, Serviços Públicos e Outros, este consumo apresentou um crescimento de 12,0%, sugerindo o aumento do atendimento à população em iluminação urbana e demais serviços.

¹⁴ www.seade.gov.br/

Em uma breve análise, considerando o ano de 2019 e a totalidade de consumo no município, a Indústria participou em 41,9% do total do consumo. Para o Comércio e Serviços a participação deu-se em 27,3%. O meio Rural participou com 7,6%, Residencial em 17,1% e Iluminação e Serviços públicos em 5,9% do consumo total do município.

A Empresa de Pesquisa Energética – EPE¹⁵ menciona que o consumo de energia elétrica no Brasil em novembro de 2020 apresentou retração de 1,8% em relação ao mesmo mês de 2019, cuja retração foi puxada pelas classes comercial e outras classes, em especial nas regiões Sudeste e Nordeste. Entre 2017 e 2018, no Brasil, a demanda por energia teve destaque para a indústria, a qual fechou o ano de 2018 com o maior aumento de consumo, em 1,3%. Como pode ser notado, em 2018, a indústria em Mogi Mirim mostrou o seu maior consumo.

As informações estatísticas apresentadas permitem a interpretação dos dados que conferem significados aos indicadores estimados, ao evidenciar os padrões de desenvolvimento de Mogi Mirim.

Observamos o desenvolvimento econômico do município, o crescimento do PIB e o PIB per capita em quatro anos, os valores adicionados dos três grandes setores de atividade econômica, a Indústria, Serviços e Agropecuária, bem como os impostos, líquidos de subsídios, onde todos apresentaram crescimento. Destaca-se também o valor adicionado da Administração Pública com crescimento no período.

As oscilações nas exportações e importações apresentaram queda no final de 2019, porém considera-se que está relacionado com a redução da demanda internacional, a qual se apresenta em queda no Brasil, como foi apontado por Nakabashi, Teixeira e Rover (2020)¹⁶ em que entre março de 2019 e fevereiro de 2020, houve queda das exportações para China, Estados Unidos e Argentina, de 6,7%, 4,2% e 31,9%, respectivamente.

É evidente que, quando há alterações nas políticas de planejamento econômico interno brasileiro, tais alterações apresentam possibilidades de afetar a economia de maneira geral, quando foram observadas as quedas nos depósitos totais e das operações de créditos, sendo, contudo, observado no Brasil, segundo o Banco Central¹⁷, que as instituições financeiras observaram essa queda nas operações de crédito e dos depósitos bancários entre os anos de 2017 e 2018, assim como foi observado em Mogi Mirim.

Quanto à frota de veículos em Mogi Mirim houve um aumento de automóveis por habitante e indicou estar também direcionada para gerar vantagens no mercado ao observar o crescimento de caminhões e de reboques.

Já o consumo de energia elétrica, após tendo apresentando o setor de Serviço como liderança enquanto valor adicionado por setores de atividade econômica foi observado uma variação negativa no consumo, onde se encontra o comércio.

No entanto, o PIB de Mogi Mirim se apresentou

¹⁵ www.epe.gov.br/pt

¹⁶ https://www.fundace.org.br/assets/uploads/_up_ceper_boletim/ceper_202003_00497.pdf

¹⁷ <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>

em crescimento, assim como os valores adicionados sugerindo que o município se apresentou em certa estabilidade econômica.



Indicadores Socioeconômicos



Indicadores Socioeconômicos

Prof. Dr. Antonio Sergio da Silva¹

Prof. Dr. José Gilberto de Souza²

Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, Índice Paulista de Responsabilidade Social, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Índice FIRJAN de Desenvolvimento.

As análises estatísticas sobre os dados fornecidos pelos indicadores socioeconômicos permitem o entendimento, dentre outras coisas, da relação entre os fatores determinantes do desenvolvimento social em diferentes escalas no território nacional. As características demográficas em um município e a sua condição de atendimento à saúde, à educação, a geração de emprego e renda, assim como as políticas públicas de desenvolvimento podem ser analisadas a partir das demandas apresentadas pelos indicadores sociais.

Portanto, para formular políticas públicas, implementar programas, projetos e ações de junto à população torna-se relevante as análises dos indicadores e índices, pois contribuem para com a identificação das situações apresentadas em diferentes dimensões. Abrem-se possibilidades de compreensão sobre quais ações são prioritárias para o enfrentamento de problemas, podendo ser referente à educação, às taxas de mortalidade, aos índices de desemprego, a desigualdade, injustiça social e demais, em um determinado recorte espacial, podendo ser o município.

Os indicadores sociais e econômicos são compostos por fatores determinantes e se apresentam como medidas, mensurações que se relacionam às análises estatística, que permitem leituras para avaliar os progressos ocorridos ou quais os fatores dos retrocessos nas condições de vida da população em diferentes dimensões em sua reprodução social.

O uso e interpretação desses indicadores socioeconômicos, igualmente permitem a

¹ Geógrafo, Doutor pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Presidente Prudente. Pesquisador do LAPP – Laboratório de Análise Espacial em Políticas Públicas do Centro de Análise e Planejamento Ambiental (CEAPLA) Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP – Campus de Rio Claro.

² Geógrafo, Professor Associado do Departamento de Geografia. Coordenador do LAPP – Laboratório de Análise Espacial em Políticas Públicas do Centro de Análise e Planejamento Ambiental (CEAPLA) Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP – Campus de Rio Claro. jg.souza@unesp.br

identificação da demanda de recursos pessoal ou financeiro para um planejamento efetivo a partir de dados, os quais, mensurados estarão expressando as condições de vida societária.

Assim, os indicadores sinalizam as condições de reprodução social dos sujeitos permitindo a elaboração de um diagnóstico socioeconômico, com informações acerca das tendências que possam estar caminhando os determinantes que compõem os fatores da possível exposição ao maior ou menor grau de vulnerabilidade dos grupos sociais.

Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS

A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE disponibiliza o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, que permite analisar as condições de vida de acordo com a vulnerabilidade à pobreza apresentada. Com a identificação e localização espacial dos setores censitários dos grupos vulneráveis, permite ao poder público identificar as prioridades em planejamentos de atendimento.

Dentre os diferentes determinantes que revelam

a qualidade de vida da população, o IPVS considera que, não apenas a informação sobre a renda pode ser observada, mas também sobre a escolaridade, a saúde, as condições de inserção no mercado de trabalho, acesso aos serviços públicos prestados e as oportunidades de mobilidade social.

Os dados permitem a leitura das desigualdades e a situação das áreas de concentração de pobreza, de maneira que as áreas geográficas recebem a sua classificação por meio do indicador, segundo os recursos que a população residente possui, que são traduzidos em índices.

As características de exposição à vulnerabilidade social do IPVS são apresentadas em sete grupos de vulnerabilidade: Baixíssima, Muito Baixa, Baixa, Média (ambiente urbano), Alta (ambiente urbano), Muito Alta (Aglomerados Subnormais Urbanos) e Alta (Rurais).

A Tabela 58 apresenta as condições de Mogi Mirim com a classificação por grupos, a característica da exposição à vulnerabilidade social e a porcentagem da população exposta para o ano de 2010.

Tabela 58: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social por Grupo de Vulnerabilidade em % da população exposta. Mogi Mirim. 2010.

Grupos	Característica da exposição de Vulnerabilidade Social	%
		população exposta
1	Baixíssima Vulnerabilidade	2,5
2	Vulnerabilidade Muito Baixa	56,6
3	Vulnerabilidade Baixa	9,6
4	Vulnerabilidade Média (Urbanos)	25,7
5	Vulnerabilidade Alta (Urbanos)	5,6
6	Vulnerabilidade Muito Alta (Aglomerados Subnormais Urbanos)	-
7	Vulnerabilidade Alta (Rurais)	-

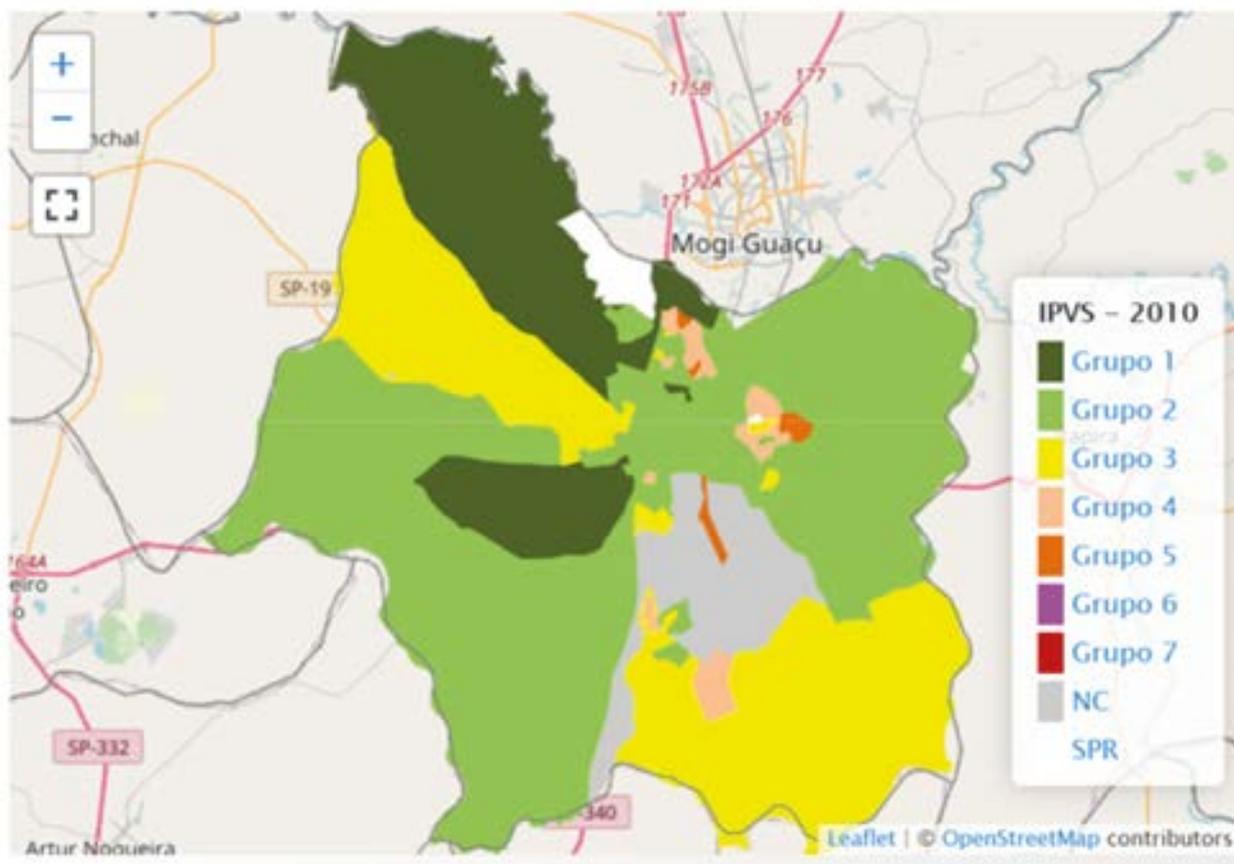
Fonte: SEADE³

(-) Dados não observados

³ www.seade.gov.br/

O Mapa 74 apresenta localização espacial dos territórios caracterizados por grupo de exposição à Vulnerabilidade Social.

Mapa 74: Distribuição espacial por grupo de exposição à Vulnerabilidade Social. Mogi Mirim. 2010.



Fonte: SEADE⁴

O mapa da localização dos grupos em exposição à vulnerabilidade permite a delimitação geográfica das áreas para ações de planejamento, ações do serviço social e de políticas públicas locais.

Segundo o IBGE, em 2010, Mogi Mirim apresentava um total de 86.505 habitantes, sendo

a população urbana em 80.945 e a rural em 5.560 habitantes. Os sete grupos do IPVS apresentam as situações de maior ou menor vulnerabilidade às quais a população se encontra exposta.

No município não foram observados grupos sociais em Vulnerabilidade Muito Alta pertencentes a Aglomerados Subnormais

⁴ <http://ipvs.seade.gov.br/view/index.php>

Urbanos, Grupo 6. Assim como não foram observados grupos sociais em ambiente rural em Vulnerabilidade Alta (Rurais), Grupo 7.

Em ambiente urbano, o IPVS por grupo de vulnerabilidade apresentou 5,6% da população exposta em Vulnerabilidade Alta, Grupo 5, significando cerca de 4.533 habitantes nessa condição de vulnerabilidade. Portanto, grupos sociais em espaços territoriais que apresentaram desigualdades, insegurança socioeconômica e demais determinantes dessa exposição. São espaços territoriais que necessitam maiores atenções em políticas públicas locais para a minimização das condições vulnerabilidade dessa população.

Ainda em ambiente urbano, 25,7% da população, aproximadamente 20.803 pessoas encontraram-se em situação de exposição para Vulnerabilidade Média, Grupo 4. O resultado pode ser considerado como uma porcentagem alta quando comparado com a média do estado de São Paulo, em 19,2% da população nessa característica de vulnerabilidade.

Em situação caracterizada como Grupo 3, de Baixa Vulnerabilidade Social, em 9,6% da população em exposição, esta característica se apresentou para aproximadamente 7.770 habitantes. Para a situação de Vulnerabilidade Muito Baixa, Grupo 2, esta faixa da população é a maior, em 56,6%, atingindo cerca de 45.814 habitantes. Em Baixíssima Vulnerabilidade, Grupo 1, apresentou-se para 2,5% da população, sendo representada em aproximadamente 2.023 pessoas.

As desigualdades socioeconômicas podem ser observadas por meio dos números

populacionais em que se encontraram expostas os grupos, os quais, em exposição a Média e Alta Vulnerabilidade Social somaram um total de aproximadamente 25.336 pessoas.

As políticas de geração de emprego e renda, as políticas de atenção social devem ser dirigidas aos grupos enquanto nulidade dessas desigualdades, considerando que os grupos de maior exposição em vulnerabilidade podem ser encontrados não somente em situação de pobreza e sim, incluir a questão de injustiça social enquanto acesso à qualidade de vida em todas as dimensões, cujo acesso deve ser de forma equânime a todos.

Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS

O Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS, com dados fornecidos pelo SEADE, como mais uma ferramenta de orientação às políticas públicas municipais foi criada para servir como parâmetro de mensuração do grau de desenvolvimento humano dos municípios.

Nesse índice consideram-se indicadores em dimensões caracterizadas pela Riqueza, Longevidade e Escolaridade, de forma a identificar a posição de determinada unidade territorial (município) de acordo com sua situação em cada dimensão dentro de uma tipologia elaborada a partir da combinação dessas dimensões.

Torna-se importante mencionar que segundo o SEADE (2021)⁵, a edição 2019 do IPRS passou por inovações que envolvem a inclusão de novos indicadores nas dimensões riqueza e escolaridade, deixaram de ser classificados de 1 a 5 e passaram a receber denominações que

⁵ http://www.iprs.seade.gov.br/downloads/pdf/iprs_release_site.pdf

descrevem melhor sua situação.

Como dimensão Riqueza, o IPRS analisa o PIB per capita, a Remuneração dos empregados formais e benefícios previdenciários, o consumo residencial de energia elétrica e dos demais setores produtivos. Na dimensão Longevidade, são analisados os dados de Mortalidade perinatal, Mortalidade infantil, Mortalidade de pessoas de 15 a 39 anos e de 60 a 69 anos. Para a dimensão Escolaridade, a proporção de alunos

da rede pública com nível adequado nas provas de Língua Portuguesa e Matemática, assim como a taxa de atendimento escolar na faixa de 0 a 3 anos e a taxa de distorção idade -série no ensino médio.

Com os resultados nas três dimensões analisadas, os grupos de municípios recebem as denominações que descrevem melhor sua situação, as quais são apresentadas no Quadro 25.

Quadro 25: Denominação da classificação dos grupos de municípios e a sua relação em dimensões riqueza, longevidade e escolaridade.

Grupos	Riqueza	longevidade Escolaridade
Dinâmicos	Alta	Média ou Alta
Desiguais	Alta	Baixa Longevidade e Média / Alta Escolaridade ou Baixa Escolaridade e Média / Alta Longevidade
Equitativos	Baixa	Média ou Alta
Em transição	Baixa	Baixa Longevidade e Média / Alta Escolaridade ou Baixa Escolaridade e Média / Alta Longevidade
Vulneráveis	Baixa	Baixa longevidade e Baixa Escolaridade

Fonte: SEADE (2021)⁶

A Tabela 59 apresenta o Índice Paulista de Responsabilidade Social para Mogi Mirim, divulgado pela Fundação SEADE, entre os anos

de 2014 e 2018, em que se pode observar o grupo de classificação do município e a pontuação das dimensões no período.

⁶ http://www.iprs.seade.gov.br/downloads/pdf/iprs_release_site.pdf

Tabela 59: Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - por Grupo de Classificação e pontuação por Dimensão Riqueza, Longevidade e Escolaridade. Variação em % no período. Mogi Mirim. 2014-2016-2018.

Período	Grupo classificado	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
2014	Dinâmicos	45	68	48
2016	Dinâmicos	44	76	50
2018	Dinâmicos	45	78	62
%	Dinâmicos	0	6,8	6,7
Variação				

Fonte: SEADE (2021)⁷

Como classificação dentre os grupos de municípios, Mogi Mirim se apresentou no grupo de municípios Dinâmicos, com riqueza classificada como Alta, onde a pontuação em dimensão Riqueza mostrou uma queda para o ano de 2016 sendo retomada para 2018 ao mesmo patamar de pontuação referente ao ano de 2014, portanto, estabilizada.

Notou-se em Mogi Mirim, segundo o SEADE (2021)⁸, que no ano de 2014 a soma do rendimento do trabalho formal e aposentadorias dividido pela população de 15 anos e mais (em R\$ dez. 2018) foi em R\$ 1.488,79. Para o ano de 2016 houve uma queda para R\$ 1.407,00 e, para 2018, uma retomada para um rendimento em R\$ 1.449,00. Embora tenha ocorrido a queda na renda da população, o município manteve-se no grupo classificado como Dinâmicos.

Enquanto um dos determinantes da saúde

pública, o município apresentou um aumento nas características de Longevidade da população, em 6,8% entre os anos de 2014 e 2018.

Igualmente, houve aumento da pontuação nas características em dimensão Escolaridade apresentando uma evolução em 6,7% no período analisado.

Em observação à Campinas, município-sede da região administrativa, Mogi Mirim apresentou pontuações superiores a Campinas nos índices Longevidade e Escolaridade, para o ano de 2018, quando Campinas apresentou os índices de Longevidade e Escolaridade, respectivamente em 76 e 56. Para o indicador Riqueza, Campinas com 48, a pontuação maior que o atribuído para Mogi Mirim.

A Tabela 60 apresenta a classificação dos municípios de análise para o ano de 2018.

⁷ <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>

⁸ http://www.iprs.seade.gov.br/downloads/pdf/iprs_release_site.pdf

Tabela 60: Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - por Grupo de Classificação e pontuação por Dimensão Riqueza, Longevidade e Escolaridade. Municípios de análise. 2018.

Município	Grupo classificado	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
Mogi Guaçu	Dinâmicos	39	72	64
Estiva Gerbi	Equitativos	34	78	53
Itapira	Desiguais	41	64	62
Conchal	Em Transição	32	62	62
Engenheiro Coelho	Equitativos	36	73	53
Artur Nogueira	Equitativos	32	74	59
Holambra	Dinâmicos	51	85	61
Santo Antonio de Posse	Dinâmicos	43	74	57
Jaguariúna	Dinâmicos	53	80	77

Fonte: SEADE (2021)⁹

Para além de Mogi Mirim, a região de análise, em 2018, os municípios que se encontraram dentro dos municípios Dinâmicos (com Alta Riqueza e Longevidade e Escolaridade entre alta e média) foram Mogi Guaçu, Holambra, Santo Antonio de Posse e Jaguariúna.

Classificados como Equitativos, municípios que apresentaram níveis de riqueza baixos, mas indicadores de escolaridade e de longevidade altos e médios, nesta classificação encontraram-se Estiva Gerbi, Artur Nogueira e Engenheiro Coelho.

Como município classificado no grupo de Desiguais, apresentando Alta riqueza, porém com baixa longevidade e média / alta

escolaridade, esta classificação deu-se para Itapira.

Classificado como Em Transição, apresentando baixa riqueza, baixa longevidade e média / alta escolaridade ou baixa escolaridade e média / alta longevidade encontrou-se o município de Conchal.

É importante mencionar que na média do estado de São Paulo, para o ano de 2018, a pontuação para Riqueza apresentou-se em 44, uma média inferior a de Mogi Mirim em 45. Para a Longevidade, a média da pontuação do estado de São Paulo apresentou 72, abaixo do apresentado pelo município, em 78. Assim como para a Escolaridade, a média paulista encontrou-se em

⁹ <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>

53, quando Mogi Mirim apresentou 62. Daí, a classificação do município como pertencente ao grupo de municípios Dinâmicos.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

Com análises de dados sobre a Longevidade, a Educação e a Renda, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM utiliza as mesmas três dimensões do IDH Global. No entanto, embora os dados mensurados se apresentem pelas mesmas três dimensões, ou seja, os mesmos fenômenos, a metodologia do IDHM se apresenta adequada às características brasileiras, dada a disponibilidade de indicadores nacionais.

As dimensões Longevidade, Educação e Renda, consideradas como as três mais importantes dimensões do desenvolvimento humano, as quais caracterizam a qualidade de vida da população, os resultados contribuem para medir o grau de comprometimento do poder público com a realidade de grupos sociais. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD Brasil¹⁰, o cálculo para o IDHM leva em consideração:

- Vida longa e saudável é medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE.

- Ter acesso ao conhecimento, levando em

consideração o nível da população a esse acesso em alfabetização e taxa de matrícula.

- Padrão de vida é medido pela renda municipal per capita, ou seja, a renda média de cada residente de determinado município.

Para ler o IDHM, os resultados são analisados através de uma pontuação que varia de 0 a 1, sendo que quanto maior o índice, ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento. A sua classificação apresenta-se considerando como de Baixo Desenvolvimento os municípios que atingem menos de 0,499 pontos, De Médio Desenvolvimento, os que possuem notas de 0,500 até 0,799. Para Alto Desenvolvimento, os municípios que atingem pontuação superior a 0,800. Contudo, houve inovações nessa classificação a partir de 2013¹¹.

Segundo o PNUD Brasil (2021)¹², no território brasileiro, a dimensão que apresentou o maior crescimento absoluto entre 1991 e 2010 foi o IDHM Educação, com crescimento em 0,358. Para o período de 1991 a 2000, o IDHM Educação se destacou com um crescimento de 0,177, e, para o período de 2000 a 2010, apresentou uma evolução de 0,181.

A Tabela 61 apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal referente ao ano de 2010 para a Mogi Mirim e região de análise, incluindo o ranking dentre os municípios e o ranking no estado de São Paulo.

¹⁰ <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html#:~:text=O%20%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Humano,1%2C%20maior%20O%20desenvolvimento%20humano>.

¹¹ A partir de 2013, os resultados do IDHM são analisados com pontuações identificando municípios de desenvolvimento Muito Baixo, Baixo, Médio, Alto e de Muito Alto desenvolvimento.

¹² <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/atlas-do-desenvolvimento-humano/entenda-o-atlas.html>

Tabela 61: Município, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Ranking na região de análise. Ranking no estado. Mogi Mirim e municípios analisados. 2010.

Municípios	IDHM	Ranking dentre os municípios de análise.	Ranking no estado
Mogi Mirim	0,784	2	55
Municípios analisados			
Mogi Guaçu	0,774	3	92
Estiva Gerbi	0,74	5	306
Itapira	0,762	4	151
Conchal	0,708	7	546
Engenheiro Coelho	0,732	6	370
Artur Nogueira	0,749	5	236
Holambra	0,793	1	32
Santo Antonio de Posse	0,702	8	574
Jaguariúna	0,784	2	55
Média regional	0,752		

Fonte: SEADE (2021)¹³

Observou-se que Mogi Mirim se apresentou com IDHM em 0,784, de Médio Desenvolvimento, caminhando para Alto, superior à média entre os municípios, em 0,752, se posicionando na região de análise em 2ª posição e no ranking estadual em 55ª posição, junto à Jaguariúna. Ambos os municípios, considerando o ranking dentre os municípios analisados, se posicionaram apenas após o município de Holambra, com o melhor IDHM regional, em 0,793, posicionando-se em primeiro lugar no Ranking regional.

Holambra chama a atenção pelo posicionamento em 32º lugar no ranking estadual, estando não

muito distante de Mogi Mirim, assim como de Jaguariúna.

Mogi Guaçu, município de maior número populacional se apresentou com IDHM em 0,774, acima da média dentre os municípios e, em 3º lugar no ranking da região de análise, seguido por Itapira, com 0,762.

Os demais municípios se apresentaram abaixo da média regional, sendo que o município de menor IDHM se apresentou para Santo Antonio de Posse.

O detalhe se apresenta ao considerar a

¹³ <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>

metodologia do PNUD-Brasil, todos os municípios se apresentaram como municípios de Médio Desenvolvimento (de 0,500 até 0,799), mas próximos à Alto Desenvolvimento (0,800).

Considerando que o IDHM se trata de uma mensuração de dados que são obtidos por indicadores em dimensão de Longevidade, de Educação e de Renda, os índices individuais são apresentados por dimensão para a região de

análise.

IDHM Longevidade

A Tabela 62 apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para Longevidade no período de 1991-2000-2010 e, uma perspectiva de índice considerando a evolução nos 20 anos, para o ano de 2020.

Tabela 62: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para Longevidade. 1991-2000-2010 e perspectiva 2020. Mogi Mirim e municípios analisados.

Municípios	IDHM Longev. 1991	IDHM Longev. 2000	IDHM Longev. 2010	Perspectiva 2020
Mogi Mirim	0,755	0,81	0,879	0,885
Municípios analisados				
Mogi Guaçu	0,74	0,814	0,852	0,858
Estiva Gerbi	0,711	0,786	0,815	0,82
Itapira	0,717	0,808	0,852	0,859
Conchal	0,712	0,794	0,827	0,833
Engenheiro Coelho	0,711	0,791	0,815	0,82
Artur Nogueira	0,709	0,802	0,827	0,833
Holambra	0,742	0,831	0,878	0,885
Santo Antonio de Posse	0,721	0,801	0,838	0,844
Jaguariúna	0,742	0,834	0,862	0,868

Fonte: SEADE (2021)¹⁴

Na metodologia utilizada até 2010 pelo PNUD-Brasil, para o ano de 2000, Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Itapira, Artur Nogueira, Holambra, Santo Antonio de Posse e Jaguariúna

apresentaram-se, na dimensão Longevidade, em Alto Desenvolvimento. Já, para o ano de 2010, todos os municípios de análise se apresentaram nesta classificação de Alto Desenvolvimento.

¹⁴ <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>

Assim como estariam na mesma classificação na perspectiva para 2020.

Dentre os municípios Mogi Mirim, para o ano de 2010, deteve o melhor índice para a dimensão Longevidade, 0,879, seguido por Holambra, com baixa diferença, em 0,878 e Jaguariúna em 0,862. Em uma perspectiva para 2020, os mesmos municípios estariam se comportando na mesma sequência de ranking.

Os municípios de menores índices em dimensão Longevidade para 2010 foram Engenheiro Coelho 0,815, Estiva Gerbi, igualmente com 0,815 e Conchal com 0,827, embora todos estejam com índices em Alto Desenvolvimento.

Já, os municípios que se destacaram com o aumento da pontuação em Longevidade no período foram Holambra, com um aumento na pontuação em 0,136, seguido por Itapira, com aumento em 0,135 e Mogi Mirim com aumento em 0,124.

IDHM Educação

A Tabela 63 apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para a Educação em um período de 1991-2000-2010 e, em uma análise estatística, a perspectiva considerando a evolução em 20 anos para o ano de 2020.

Tabela 63: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para Educação. 1991-2000-2010. Perspectiva 2020. Mogi Mirim e municípios analisados.

Municípios	IDHM	IDHM	IDHM	Perspectiva 2020
	Educação	Educação	Educação	
	1991	2000	2010	
Mogi Mirim	0,356	0,614	0,715	0,733
Municípios analisados				
Mogi Guaçu	0,354	0,588	0,736	0,755
Estiva Gerbi	0,254	0,501	0,695	0,717
Itapira	0,324	0,556	0,692	0,71
Conchal	0,224	0,415	0,614	0,633
Engenheiro Coelho	0,225	0,495	0,668	0,69
Artur Nogueira	0,288	0,505	0,681	0,7
Holambra	0,293	0,512	0,698	0,718
Santo Antonio de Posse	0,231	0,422	0,576	0,593
Jaguariúna	0,285	0,594	0,715	0,736

Fonte: SEADE (2021)¹⁵

¹⁵ <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>

Para o ano de 2010, todos os municípios analisados atingiram o patamar de Médio Desenvolvimento na dimensão Educação, sendo que o melhor índice se apresentou para Mogi Guaçu, 0,736, seguido por Mogi Mirim e Jaguariúna igualmente em 0,715.

Dentro da metodologia utilizada até 2010, pelo PNUD-Brasil, de 1991 para 2000, apenas Conchal, Engenheiro Coelho e Santo Antonio de Posse mantiveram-se na dimensão Educação em Baixo Desenvolvimento atingindo menos de 0,499 pontos, quando os demais atingiram pontos para classificação em Médio Desenvolvimento. Nesta mesma dimensão, para o ano de 2010, Santo Antonio de Posse obteve a menor pontuação, em 0,576, seguido por Conchal, em 0,614 e Engenheiro Coelho com 0,668, todos em Médio Desenvolvimento.

No período entre 1991 e 2010, os municípios que se apresentaram como os melhores rendimentos na dimensão Educação, ou seja, maiores investimentos nessa dimensão foram Engenheiro Coelho, quando sai da menor

pontuação em 1991 em 0,225 e chega em 2010 com 0,668, apresentando um aumento de pontuação em 0,443. Estiva Gerbi, também mostrou um aumento de pontuação no período em 0,441 e Jaguariúna com aumento em 0,430. Mogi Mirim apresentou um aumento no período de 0,379.

IDHM Renda per capita

Na dimensão Renda per capita, Mogi Mirim se posicionou, para o ano de 2010, com um IDHM per capita em 0,767, Médio Desenvolvimento, acima da média entre os municípios analisados, a qual foi em 0,741. Posicionou-se também acima da média nacional, em 0,739 para o ano de 2010, porém abaixo da média do estado de São Paulo, em 0,805.

A Tabela 64 apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para Renda per capita no período de 1991-2000-2010. Optou-se em não realizar uma perspectiva para o ano de 2020 dada a complexidade externa de política econômica.

Tabela 64: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Renda per capita. 1991-2000-2010. Mogi Mirim e municípios analisados.

Municípios	IDHM	IDHM	IDHM
	Renda per capita	Renda per capita	Renda per capita
	1991	2000	2010
Mogi Mirim	0,705	0,745	0,767
Municípios analisados			
Mogi Guaçu	0,682	0,719	0,74
Estiva Gerbi	0,632	0,659	0,716
Itapira	0,679	0,722	0,75
Conchal	0,643	0,663	0,699
Engenheiro Coelho	0,659	0,689	0,72
Artur Nogueira	0,686	0,703	0,745
Holambra	0,694	0,764	0,815
Santo Antonio de Posse	0,681	0,702	0,718
Jaguariúna	0,717	0,782	0,738
Média	0,678	0,715	0,741

Fonte: SEADE (2021)¹⁶

¹⁶ <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>

Para o indicador Renda per capita, considerando o ano de 2010, Holambra apresentou o maior índice, em 0,815, de Alto Desenvolvimento, seguido por Mogi Mirim em 0,767 e Itapira com 0,750, ambos de Médio Desenvolvimento.

Os municípios analisados, além de Holambra, Mogi Mirim e Itapira, o que se posicionou acima da média para 2010, foi Artur Nogueira. Os demais municípios se posicionaram abaixo da média regional.

Os menores índices na dimensão Renda per capita, se apresentaram para Conchal, em 0,699, Estiva Gerbi com 0,716 e Santo Antonio de Posse em 0,718. Todos de Médio Desenvolvimento.

Dentre os municípios analisados, os que mostraram os maiores aumentos nos índices em dimensão Renda per capita no período, foram Holambra, com um aumento em 0,121 de pontuação em índice, Estiva Gerbi com um aumento de 0,084 e Itapira com um aumento de pontuação em 0,071. Mogi Mirim apresentou um aumento em 0,062.

Índice FIRJAN de Desenvolvimento para Mogi Mirim e municípios analisados.

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), desenvolvido pelo Sistema FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro trata-se de um índice que sistematiza dados dos indicadores de Emprego & Renda, de Educação e de Saúde, com base em estatísticas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, da Educação e da Saúde.

Sua metodologia permite analisar se o

desenvolvimento do município foi decorrente de políticas públicas locais ou se o resultado apresentado foi um reflexo, por exemplo, da queda dos demais municípios.

A pontuação varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo). Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Para classificar o nível de cada localidade, foram estabelecidas quatro categorias: Baixo Desenvolvimento, quando a pontuação se encontra de 0 a 0,4, Desenvolvimento Regular, com pontuação de 0,4 a 0,6, Desenvolvimento Moderado de 0,6 a 0,8 e Alto Desenvolvimento de 0,8 a 1.

Segundo dados do Sistema FIRJAN, contidos no documento IFDM 2018 - índice FIRJAN Desenvolvimento Municipal - Ano-Base 2016¹⁷, da série histórica iniciada em 2005 e com análises para o ano de 2016, os dados revelam as disparidades regionais existentes no país. A Região Sudeste e a Região Sul, como as mais desenvolvidas, 98,8% dos municípios foram classificados com Desenvolvimento Moderado ou Alto, e nenhum município classificado em baixo desenvolvimento. O Centro-Oeste alcançou o padrão Sul-Sudeste, com 92,4% dos municípios com Desenvolvimento Moderado ou Alto e nenhum município com Baixo Desenvolvimento. As Regiões Norte e Nordeste apresentaram, respectivamente, 60,2% e 50,1% dos seus municípios classificados com Desenvolvimento Regular ou Baixo e juntas respondem por 87,2% do total de municípios nessas classificações.

Mogi Mirim, para o ano de 2016, com uma pontuação consolidada do IFDM¹⁸ em 0,8440, em Alto Desenvolvimento a sua posição no

¹⁷ <https://www.firjan.com.br/ifdm/>

¹⁸ <https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>

Ranking do estado de São Paulo encontrava-se na 64ª posição e, dentro do território brasileiro, na 111ª posição. Uma pontuação superior à média dos municípios paulistas que se apresentou em 0,7619 e também superior à média do IFDM do Brasil em 0,6678.

Com a pontuação consolidada em 0,8440, Mogi Mirim superou a média dentre os municípios analisados, sendo esta em 0,8012, assim como o município de Mogi Guaçu, em 0,8433, maior município em território e em população, mas não superando Campinas, município-sede, com 0,8501.

A pontuação obtida para Emprego & Renda foi em 0,6809, se apresentando como de Desenvolvimento Moderado, superou a média dentre os municípios, a qual foi em 0,6069. Para Educação, com a pontuação em 0,9191,

indicando Alto Desenvolvimento, não superou a média dentre os municípios em 0,9251. Para a dimensão Saúde, Mogi Mirim apresentou o seu maior índice, em 0,9320, igualmente em Alto Desenvolvimento, superando a média dentre os municípios analisados em 0,8717.

Mogi Mirim, em termos de IFDM Consolidado, se apresentou, considerando o ano de 2010, na 260ª posição nacional, com índice em 0,8244, sendo que em 2016, estava no 111º lugar no ranking nacional, com pontuação em 0,8440, mantendo-se como cidade em Alto Desenvolvimento.

As Tabelas 65 a 68 respectivamente apontam os índices IFDM Consolidado, o IFDM para a Saúde, IFDM para a Educação e o IFDM Emprego & Renda para Mogi Mirim e municípios analisados.

Tabela 65: IFDM Consolidado. 2005-2016. Variação em porcentagem.
Mogi Mirim e municípios analisados.

Municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	% Variação
Mogi Mirim	0,7982	0,8001	0,77	0,8297	0,8166	0,8244	0,8541	0,8532	0,8792	0,8583	0,8453	0,844	5,74
Municípios analisados													
Mogi Guaçu	0,7945	0,797	0,7884	0,8123	0,8388	0,8654	0,8695	0,8485	0,8591	0,835	0,8045	0,8433	6,15
Estiva Gerbi	*	*	0,7	0,7432	0,7299	0,7402	0,7361	0,6973	0,6962	0,7354	0,7246	0,7053	0,75
Itapira	0,8385	0,8327	0,8116	0,8292	0,8477	0,8661	0,8693	0,8856	0,8766	0,8742	0,8474	0,8562	2,12
Conchal	0,7113	0,7349	0,7461	0,7742	0,799	0,7799	0,8386	0,8359	0,8315	0,7975	0,7551	0,7419	4,31
Engenheiro Coelho	*	0,6892	0,7821	0,7501	0,7178	0,7397	0,7752	0,7671	0,7529	0,7432	0,7187	0,7512	8,99
Artur Nogueira	0,8225	0,7671	0,7465	0,7554	0,7728	0,7818	0,7588	0,7847	0,7977	0,7835	0,7672	0,7352	-10,61
Holambra	0,7598	0,7917	0,8077	0,8334	0,847	0,8494	0,851	0,8467	0,8208	0,8628	0,8308	0,8597	13,15
Santo Antonio de Posse	0,7912	0,8047	0,7857	0,7813	0,7674	0,8119	0,7779	0,8119	0,8266	0,8319	0,7773	0,7988	0,97
Jaguariúna	0,8722	0,8593	0,8575	0,8704	0,8229	0,8522	0,8712	0,8963	0,8777	0,879	0,8541	0,8765	0,5
Média	0,7985	0,7863	0,7795	0,7979	0,7959	0,8111	0,8201	0,8227	0,8218	0,82	0,7925	0,8012	3,2

Fonte: IFDM (2021)¹⁹

(* dados não disponíveis.

¹⁹ <https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>

Tabela 66: IFDM Saúde. 2005-2016. Variação em porcentagem. Mogi Mirim e municípios analisados.

Municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	% Variação
Mogi Mirim	0,7813	0,7609	0,7782	0,8034	0,8284	0,8243	0,8171	0,8344	0,866	0,8994	0,9098	0,932	19,29
Municípios analisados													
Mogi Guaçu	0,766	0,7918	0,8164	0,8494	0,8547	0,8707	0,876	0,8839	0,8742	0,855	0,8618	0,8637	12,76
Estiva Gerbi	0,7734	0,8053	0,8423	0,8476	0,8146	0,8099	0,7428	0,7285	0,6877	0,7714	0,8064	0,8085	4,53
Itapira	0,7914	0,809	0,829	0,8485	0,8505	0,8604	0,8768	0,907	0,9045	0,8996	0,9018	0,8958	13,2
Conchal	0,706	0,7268	0,7516	0,732	0,7515	0,775	0,8213	0,8629	0,8631	0,8263	0,8095	0,7986	13,13
Engenheiro Coelho	0,7627	0,7569	0,8026	0,7889	0,7852	0,7508	0,7797	0,8049	0,8091	0,8162	0,852	0,8708	14,17
Artur Nogueira	0,8175	0,78	0,7524	0,7517	0,7544	0,7497	0,7425	0,7617	0,7754	0,7962	0,7799	0,8166	-0,1
Holambra	0,9009	0,8915	0,8445	0,8696	0,8642	0,8808	0,8037	0,8147	0,8247	0,9001	0,9096	0,922	2,34
Santo Antonio de Posse	0,7682	0,7702	0,7694	0,7845	0,7933	0,8132	0,7964	0,8086	0,8357	0,862	0,9012	0,8869	15,44
Jaguariúna	0,9144	0,9029	0,9059	0,913	0,9192	0,925	0,9303	0,9355	0,9402	0,9355	0,9334	0,9225	0,88
Média	0,7982	0,7995	0,8092	0,8189	0,8216	0,826	0,8187	0,8342	0,8381	0,8562	0,8665	0,8717	9,564

Fonte: IFDM (2021)²⁰

Tabela 67: IFDM Educação. 2005-2016. Variação em porcentagem. Mogi Mirim e municípios analisados.

Municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	% Variação
Mogi Mirim	0,869	0,8339	0,8111	0,8495	0,8579	0,8721	0,8792	0,8854	0,9171	0,9154	0,9247	0,9191	5,77
Municípios analisados													
Mogi Guaçu	0,8331	0,8161	0,8474	0,8754	0,8886	0,9004	0,9175	0,9203	0,926	0,9162	0,9357	0,9417	13,04
Estiva Gerbi	*	*	0,8414	0,8562	0,8379	0,848	0,8735	0,865	0,8654	0,8581	0,8764	0,8746	3,94
Itapira	0,865	0,8193	0,821	0,8399	0,8547	0,8899	0,8988	0,9082	0,922	0,9291	0,9354	0,9368	8,3
Conchal	0,8567	0,8339	0,8698	0,9231	0,8757	0,9031	0,9402	0,9493	0,9535	0,9449	0,9648	0,9557	11,55
Engenheiro Coelho	0,8339	0,7629	0,7744	0,8032	0,7837	0,7953	0,8079	0,8094	0,864	0,8564	0,8679	0,8759	5,03
Artur Nogueira	0,8729	0,8015	0,8132	0,8406	0,8512	0,8813	0,8962	0,907	0,9244	0,9359	0,9414	0,9275	6,25
Holambra	0,7769	0,7773	0,8878	0,8847	0,9244	0,9603	0,987	0,9908	0,9552	0,9582	0,9962	0,9972	28,34
Santo Antonio de Posse	0,776	0,779	0,79	0,8252	0,8415	0,8688	0,8595	0,8642	0,8691	0,8609	0,8576	0,8527	9,89
Jaguariúna	0,9289	0,8953	0,9319	0,9351	0,8872	0,9161	0,9626	0,9613	0,9558	0,9664	0,966	0,9696	4,38
Média	0,8458	0,8132	0,8388	0,8633	0,8603	0,8835	0,9022	0,9061	0,9153	0,9142	0,9266	0,9251	9,64

Fonte: IFDM (2021)²¹

(*) dados não disponíveis.

²⁰ <https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>

²¹ <https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>

Tabela 68: IFDM Emprego & Renda. 2005-2016. Variação em porcentagem. Mogi Mirim e municípios analisados.

Municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	% Variação
Mogi Mirim	0,7442	0,8056	0,7206	0,8363	0,7635	0,7768	0,866	0,8398	0,8544	0,76	0,7015	0,6809	-8,5
Municípios analisados													
Mogi Guaçu	0,7844	0,7829	0,7012	0,712	0,7732	0,825	0,8151	0,7413	0,777	0,7337	0,6161	0,7246	-7,62
Estiva Gerbi	0,3914	0,4477	0,4164	0,5259	0,537	0,5627	0,5921	0,4984	0,5355	0,5766	0,491	0,4329	10,61
Itapira	0,8589	0,8699	0,7848	0,7992	0,8381	0,848	0,8323	0,8415	0,8032	0,794	0,7049	0,7361	-14,3
Conchal	0,5713	0,644	0,617	0,6674	0,7699	0,6614	0,7543	0,6956	0,6777	0,6214	0,4911	0,4715	-17,47
Engenheiro Coelho	*	0,5477	0,7693	0,6584	0,5844	0,673	0,7379	0,6871	0,5856	0,5571	0,4361	0,5069	-7,46
Artur Nogueira	0,777	0,7198	0,6739	0,6739	0,7129	0,7146	0,6376	0,6856	0,6933	0,6182	0,5802	0,4615	-40,6
Holambra	0,6017	0,7064	0,6909	0,7461	0,7523	0,7072	0,7624	0,7345	0,6825	0,7302	0,5865	0,66	9,69
Santo Antonio de Posse	0,8293	0,8649	0,7976	0,7342	0,6675	0,7538	0,6778	0,7627	0,7749	0,7729	0,5731	0,657	-20,78
Jaguariúna	0,7732	0,7796	0,7346	0,763	0,6621	0,7155	0,7207	0,7922	0,7372	0,7351	0,663	0,7375	-4,61
Média	0,7035	0,7169	0,6906	0,7116	0,7061	0,7238	0,7396	0,7279	0,7121	0,6899	0,5844	0,6069	-10,1

Fonte: IFDM (2021)²²

(*) dados não disponíveis.

O resumo executivo IFDM 2018²³ com ano base 2016, menciona ter havido impacto da crise econômica sobre o desenvolvimento dos municípios, a partir de 2013, sendo que nas dimensões Saúde, Educação não houve impacto significativo.

Para o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal Consolidado em 2016, dentre os municípios analisados, Jaguariúna se apresentou como o município de maior índice, em 0,8765, seguido por Holambra, com 0,8597, Itapira em 0,8562 e Mogi Mirim com 0,8440. Todos em Alto Desenvolvimento.

Destaque para Holambra e Engenheiro Coelho, cujos municípios apresentaram a maior porcentagem em crescimento entre o período 2005 e 2016 em respectivamente 13,15% e 8,99%. Mogi Mirim, neste período apresentou um crescimento em 5,74%.

Como índice Consolidado os municípios que se

apresentaram de menores índices foram Estiva Gerbi em 0,7053, Artur Nogueira em 0,7352, o qual apresentou uma queda entre 2005 e 2016 em 10,61% no seu índice. Conchal se apresentou com 0,7419. Este grupo de município foi classificado como de Desenvolvimento Moderado.

O IFDM Saúde, para o ano de 2016, Mogi Mirim se apresentou na liderança com 0,9320, a maior pontuação, seguido de Jaguariúna em 0,9255 e de Holambra com 0,9220, todos com pontuações de Alto Desenvolvimento. Já os municípios de menores índices se apresentaram para Conchal, com 0,7986, classificado como de Desenvolvimento Moderado, seguido por Estiva Gerbi, em 0,8085 e Artur Nogueira com 0,8166, ambos em Alto Desenvolvimento. Tem-se o detalhe de que Artur Nogueira apresentou uma queda no período de 0,10% no seu índice em dimensão Saúde.

Os municípios que mais se destacaram no índice Saúde com aumento em porcentagem no

²² <https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>

²³ <https://www.firjan.com.br/ifdm/>

índice entre 2005 e 2016 foram Mogi Mirim, em 19,29%, Santo Antonio de Posse com 15,44% de aumento em seu índice e Engenheiro Coelho com 14,17%. O que significa ter havido maiores investimento nos serviços de saúde.

Para o IFDM Educação, Holambra assumiu a liderança para o ano de 2016, com pontuação em 0,9972, seguido por Jaguariúna com 0,9696 e por Conchal em 0,9557. Os de menores índices se apresentaram para Santo Antonio de Posse em 0,8527, Estiva Gerbi com 0,8746 e Engenheiro Coelho em 0,8759.

Em índice de Educação, os municípios que obtiveram as maiores porcentagens em crescimento foram Holambra com 28,34%, Mogi Guaçu em 13,04% e Conchal com aumento em 11,55% no período 2005 e 2016.

O IFDM Educação apresentou crescimento desde o início da série histórica para todos os municípios. Com isso, Mogi Mirim alcançou o seu nível em 2016, em 0,9191 de índice, no entanto, se posicionou em 7ª posição e abaixo da média entre os municípios e com um crescimento em 5,77%, quando a média de investimento foi em 9,64%. O que significa maior atenção nessa dimensão social.

Quanto ao IFDM Emprego & Renda referente ao ano de 2016, Mogi Mirim com um índice de 0,6809 posicionou-se em 40 lugar dentre os municípios analisados. Jaguariúna obteve o maior índice, em 0,7375. Itapira se posicionou como o segundo município para esse indicador, com 0,7361, seguido por Mogi Guaçu em 0,7246. Todos os municípios foram classificados como de Desenvolvimento Moderado.

Os municípios de menores índices do IFDM Emprego & Renda foram Estiva Gerbi, com 0,4329, Artur Nogueira em 0,4615 e Conchal

com índice em 0,4715, todos classificados como Desenvolvimento Regular, porém próximos ao Baixo Desenvolvimento.

Destaca-se que na metodologia do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, quase que na totalidade dos municípios apresentaram, no período 2005 e 2016, quedas em seus índices em Emprego & Renda. Observou-se que nesse período, Artur Nogueira apresentou uma queda em seu índice em 40,6%, Santo Antonio de Posse apresentou uma queda em 20,78%, assim como Conchal apresentou uma queda em 17,47%.

Os municípios que apresentaram crescimento em seus índices foram Estiva Gerbi em 10,61% e Holambra com 9,69%.

Mogi Mirim apresentou uma queda em seu índice de Emprego & Renda no período em 8,5%. Essa queda pode ser observada principalmente após o ano de 2013 com os índices sendo reduzidos, um fenômeno observado para todos os municípios de análise.

Segundo o resumo executivo IFDM 2018 com ano base 2016, o IFDM Emprego & Renda sempre foi a vertente com menor quantidade de cidades com Desenvolvimento Alto e Moderado, sendo que esse grupo de município tem sido reduzido perante o cenário de recessão dos últimos anos.

Evidenciamos que Mogi Mirim, ao considerar os indicadores e seus índices, embora o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social tenha apresentado, para 2010, 5,6% da população em Vulnerabilidade Alta no ambiente urbano, o município mostrou-se promissor, principalmente ao observar o Índice Paulista de Responsabilidade Social classificando o município no grupo dos municípios Dinâmicos. O Índice de Desenvolvimento Humano

Municipal, para 2010, se apresentou como um município de Médio Desenvolvimento, com índices próximos à classificação aos patamares de Alto Desenvolvimento, se posicionando em segunda posição no Ranking dentre os municípios de análise.

Os dados revelados enquanto indicadores de Longevidade, Educação e Renda em seus índices, esses sinalizaram as possibilidades de leitura dirigida para as prioridades em programas sociais e de geração de emprego e renda ao ser destacada uma visão das condições sociais pela longevidade, escolaridade e de riqueza da população.

O indicador IDHM Longevidade, ao mensurar o nível de saúde, a esperança de vida ao nascer, Mogi Mirim, em 2010 apresentou-se classificado como em Alto Desenvolvimento enquanto às condições de atendimentos sociais, às condições oferecimento de serviços de saúde para a sua população. O município se posicionou com o melhor IDHM dentre os municípios da região de análise.

Assim como, ao observar o indicador IFDM Saúde para o ano 2016, classificado como em Alto Desenvolvimento Mogi Mirim mostrou manter-se na liderança dentre os municípios analisados. Observou-se também que o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS Longevidade, em 2018, o município com 78 pontos, superou a média estadual, a qual fora em 72 pontos.

No entanto, o município deve estar com as atenções voltadas para esse indicador, com as suas políticas públicas dirigidas para promover a oportunidade de acesso de forma equânime à assistência para saúde, privilegiar a participação do idoso em atividades sociais, assegurando o bem-estar físico, social e mental da população. Para o indicador IDHM Educação, o acesso

ao conhecimento, levando em consideração o nível da população a esse acesso, Mogi Mirim posicionado em 2ª colocação no ranking entre os municípios, apresentou uma diferença de 0,021 ponto após o primeiro colocado, município de Mogi Guaçu. Contudo, ambos classificados como Médio Desenvolvimento municipal em Educação.

Para a metodologia do IFDM Educação, considerando o ano de 2016, os dados apontam Mogi Mirim em Alto Desenvolvimento, estando todos os municípios analisados nesta mesma classificação. Para o IPRS Escolaridade, o município, em 2018, obteve uma pontuação em 62, tendo superado a média do estado de São Paulo, o qual foi em 53 pontos.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM Renda per capita, para o ano de 2010, Mogi Mirim estando na segunda colocação entre os municípios analisados, o IDHM classificou o município como de Médio Desenvolvimento, porém, com índice próximo à classificação como de Alto Desenvolvimento.

O IFDM Emprego & Renda classificou Mogi Mirim como Desenvolvimento Moderado com dados para o ano de 2016, estando em quarta posição dentre os municípios. Para o indicador do IPRS Riqueza, Mogi Mirim, em 45 pontos foi considerado como Alta Riqueza, superando a média do grupo de municípios paulistas nessa classificação, cujo grupo obteve a pontuação média em 44 pontos.

Torna-se relevante mencionar que as características apresentadas por Mogi Mirim em dimensão Renda per capita, Emprego & Renda e Riqueza, a realidade desta distribuição deve ser observada com maiores detalhes, como foi apresentada pelo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social. No IPVS, destacou-se

em ambiente urbano, como visto anteriormente, grupos sociais totalizando 5,6% da população exposta em Vulnerabilidade Alta. Encontraram-se nesta situação 1.354 domicílios particulares permanentes, com uma média de 3 pessoas por domicílio e uma renda domiciliar nominal média (em reais de agosto de 2010) em R\$ 1.350,00. Como também, 25,7% da população estavam em exposição para Vulnerabilidade Média.

Nesse aspecto, os setores públicos administrativos de Mogi Mirim devem buscar o envolvimento dos diferentes setores sociais e setores econômicos, para providenciar, conjuntamente, junto à população, políticas públicas emergenciais para geração de emprego e renda e de atenção aos grupos humanos menos privilegiados.

Prover uma melhor distribuição da riqueza produzida no município, dentre outras coisas, requer de o poder público acompanhar a população em diferentes dimensões, as quais se dão em investimento na área social, o acesso igualitário ao serviço de saúde pública, ao acesso à educação, assim como diminuir as distâncias entre as faixas de renda da população. Promover programas de justiça social para que grupos da população possam não ficar a mercê de uma

minorias que detêm determinados recursos, o que gera as desigualdades, pois o que se procura é uma medida de bem-estar para todos os grupos da sociedade.

Os dados numéricos apresentados pelos diferentes instrumentos, as diferentes metodologias para identificar, dimensionar, avaliar, monitorar os fenômenos sociais e econômicos, tornam-se documentos para subsidiar as decisões dos setores administrativos, sociais e econômicos, identificando e evidenciando as tendências de tais fenômenos. Esses instrumentos de mensuração transformam as informações em conhecimentos para a explicação dos parâmetros apresentados para melhor formulação de políticas públicas, planejamento e avaliação dos programas e projetos.

Portanto, as informações sobre determinados aspectos da realidade, possibilitam ações que contribuam para o desenvolvimento social, para o crescimento econômico tendo a solidariedade e a justiça social como direcionamento para as resoluções dos problemas, nas várias dimensões que afetam a melhoria da vida societária, as quais devem ser plenas e equânimes à toda população.

Estrutura Urbana

Elementos da Estrutura Urbana

Mariana Dias Ramos¹

Nájela Alessandra Simões²

O município de Mogi Mirim se localiza na porção leste do estado de São Paulo, a menos de 40 km da divisa com o estado de Minas Gerais, marcada pelo rio Eleutério (Mapa 75). Consideramos que a estruturação urbana é reflexo dos processos de crescimento, expansão e intensificação do uso do espaço. Neste sentido, destacar os elementos analíticos que são essenciais na conformação da dinâmica urbana possibilitam o entendimento dos processos no tempo e no espaço que resultaram na sua configuração atual.

Mapa 75: Localização do Município de Mogi Mirim (SP)



¹ mariana.d.ramos@unesp.br - Graduada em Geografia - Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP – Campus de Rio Claro.

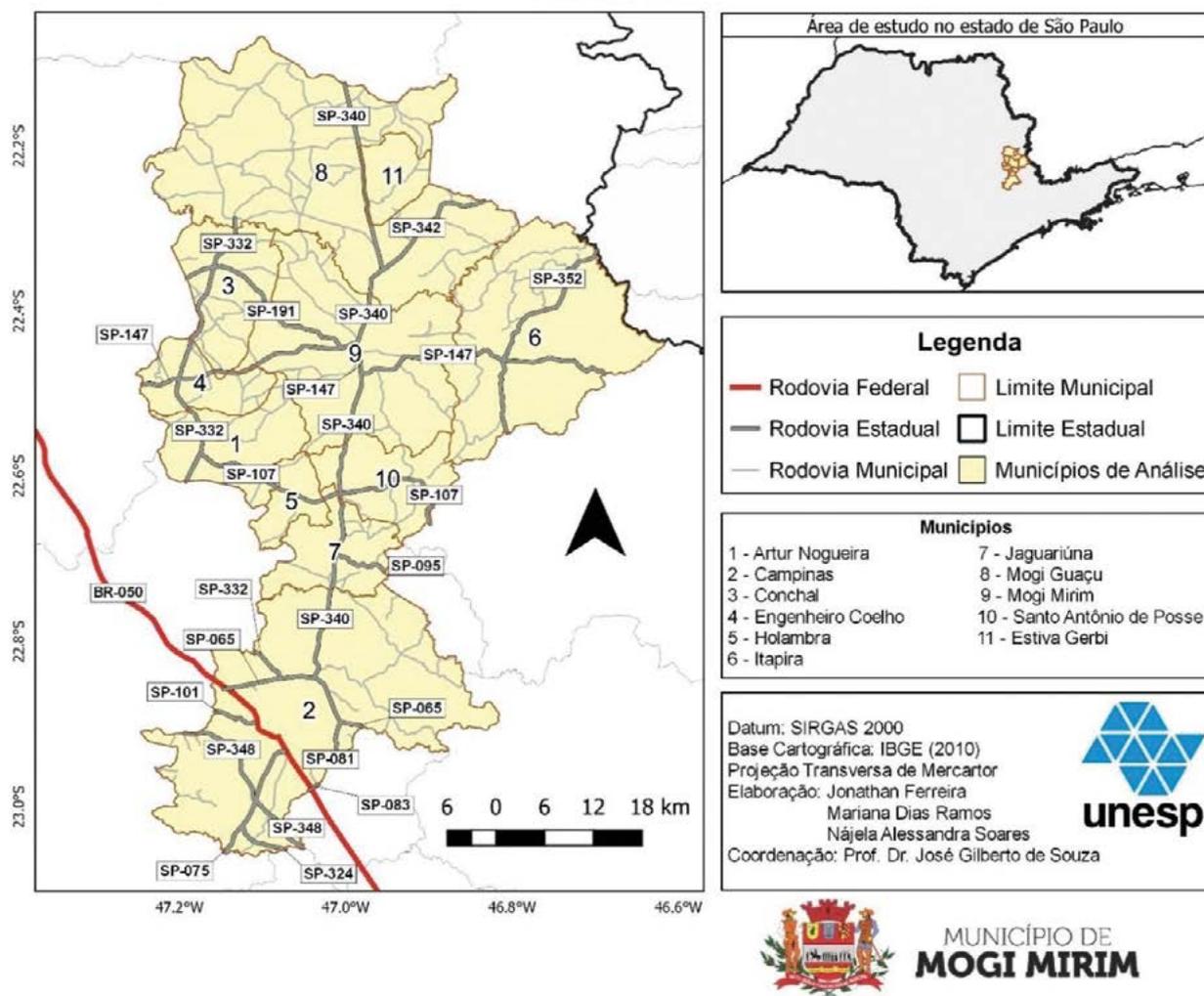
²

Com aproximadamente 499km² de área total, possui uma área urbana concentrada na porção central do município, principalmente nas margens leste da rodovia estadual Adhemar de Barros (SP-340), da qual atravessa a cidade na orientação norte-sul. Mogi Mirim está a 150 km da capital paulista e a 74km do seu município polarizador, Campinas. A estrutura rodoviária da região conta com uma ampla rede de rodovias

estaduais e municipais que se interseccionam e garantem uma fácil circulação de pessoas e de mercadorias entre Mogi Mirim e seus municípios limítrofes (Mogi Guaçu, Itapira, Santo Antônio de Posse, Artur Nogueira, Holambra, Engenheiro Coelho e Conchal), assim como entre Campinas e, inclusive, ao acesso a vias federais como a BR-050 (rod. Anhanguera) (Mapa 76).

Mapa 76: Mapa da Estrutura Viária de Mogi Mirim e Municípios de Análise

MAPA DA ESTRUTURA VIÁRIA DE MOGI MIRIM-SP E MUNICÍPIOS DE ANÁLISE

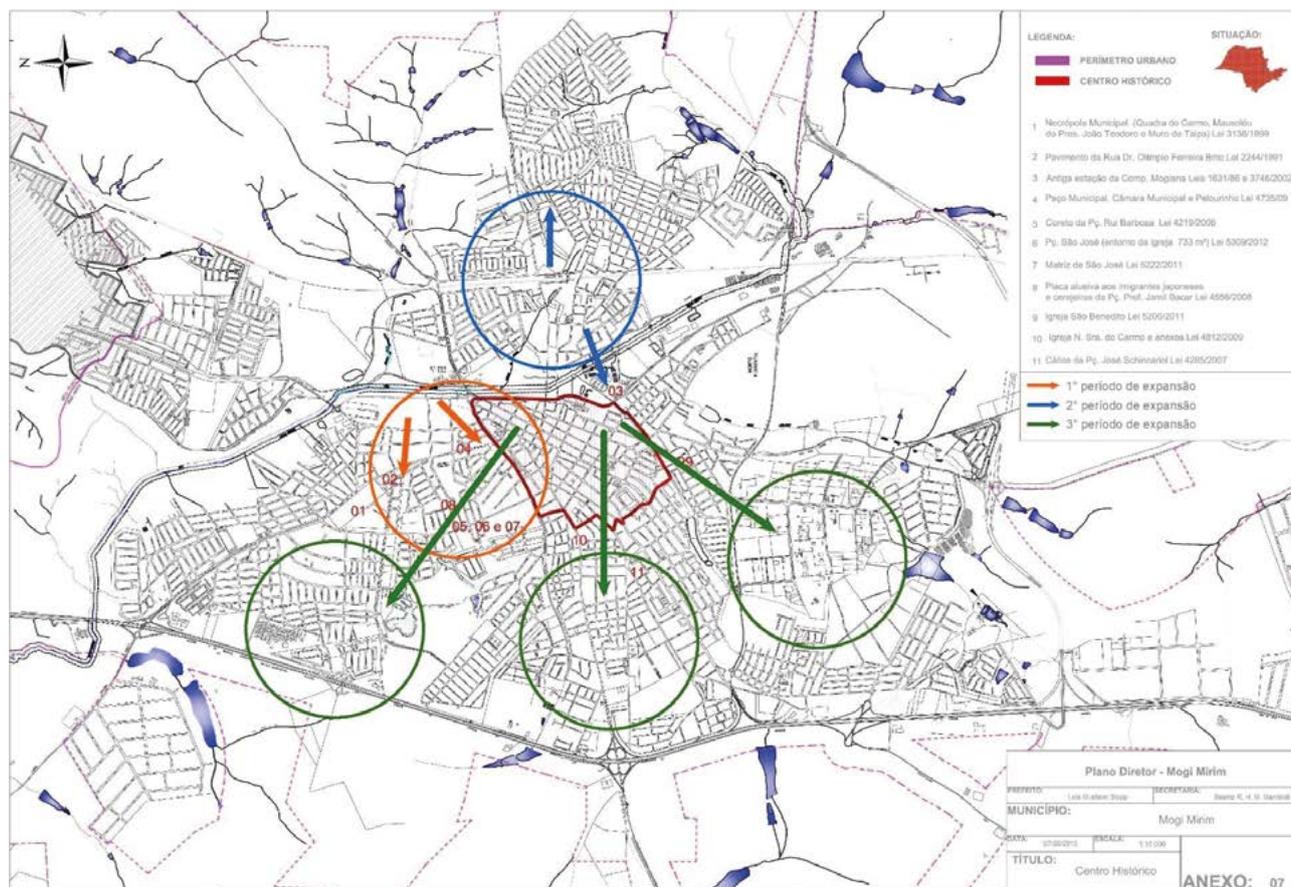


O processo de consolidação e expansão urbana do município de Mogi Mirim teve como orientação inicial a ocupação da bacia do Rio Mogi Guaçu, determinando como local o ponto de confluência entre o ribeirão Santo Antônio e do córrego Lavapés com o rio Moji Mirim, onde tornou-se ponto intermédio dos bandeirantes que repousavam neste espaço. Após a independência da colônia e da consolidação de Mogi Mirim a vila e depois cidade, o município expandiu-se a partir das sucessões de eventos ocasionados pelo desenvolvimento e políticas econômicas, bem como os investimentos em infraestrutura urbana pelas gestões públicas que orientaram a direção do crescimento urbano. Assim, os empreendimentos imobiliários instalados acompanharam a consolidação das vias de circulação e as políticas de desenvolvimento econômico, como aponta a literatura. Deste modo, o crescimento da cidade *a priori* foi conduzido a partir da economia cafeeira, possibilitada na cidade por meio da construção do trecho Campinas- Mogi Mirim, da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro em 1886 e com a construção da hidrelétrica, em 1909. Assim, o povoamento foi direcionado a partir da consolidação do centro histórico e suas proximidades, alcançando áreas próximas ao córrego Lavapés e, posteriormente, expandindo-se para locais mais altos (indicações em laranja, Mapa 77), onde encontram-se a praça Rui

Barbosa (05), a praça São José (06) e a Igreja Matriz de São José (07). Este cenário se mantém durante a primeira metade do século XX, concentrando a população nesta localidade. A partir de 1949, a expansão urbana do município de Mogi Mirim toma outra orientação; esta, por sua vez, teve como estímulo o início do processo de industrialização do município, estendendo-se para o norte e para o leste, próximos ao rio Mogi Mirim e a ferrovia, orientando-se para a cidade de Mogi Guaçu, além ao sul e ao Oeste, com proximidade dos córregos Lavapés e Santo Antônio (indicações em azul, Mapa 77). Posterior ao período, o processo de interiorização da indústria paulista contribuiu de maneira direta para a evolução da mancha urbana na cidade, através da regulamentação de bairros clandestinos e sua consequente facilitação do acesso a infraestrutura urbana, iniciado de maneira tímida entre as décadas de 1960 e 1970. A ampliação da área de cidade permitiu que, logo em seguida, a evolução urbana da cidade realizasse um salto expansionista, este orientado para o oeste do município (indicações em verde, Mapa 77), construindo caminhos para as evoluções urbanas do município que viriam a ser orientadas a partir das dinâmicas entre municípios limítrofes e a capital estadual. (MARANGONI FILHO, 2002; FRAISOLI, 2005)¹.

¹ MARANGONI FILHO, Mario. Contribuição dos recursos minerais para o planejamento urbano de Mogi Mirim: revisão do plano diretor. 2002. 107p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287377>>. FRAISOLI, Camila. Valorização do espaço e fragilidade ambiental: o caso da construção do meio ambiente urbano da Bacia do Córrego Santo Antonio, Mogi Mirim (SP). 2005. 231p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287355>>.

Mapa 77: Centro Históricos e Períodos de Expansão Urbana de Mogi Mirim



Desta forma, compreendendo como estes períodos demarcam o processo de ocupação do espaço e estruturação urbana do município, é possível demarcar em sequência o contexto de inserção regional no processo de interiorização e desconcentração da indústria paulistana. No caso de Mogi Mirim, inicia-se com a construção de um pequeno distrito industrial próximo à rodovia SP- 147 (Laerte Corte), em 1980, exatamente nessa perspectiva de mobilidade que se define pelas rodovias, que abrigou as principais indústrias da cidade, com destaque para metalúrgicos, calçados e processamento de produtos alimentícios, além de possuir proximidade com alguns bairros residenciais. Décadas depois, visando estimular a instalação de novas indústrias, o governo municipal consolidou um novo parque industrial e, a partir da construção de uma nova estrada, aproximou as estradas Estaduais SP-340

(Adernar de Barros) e SP- 147 (Laerte Corte). Esta construção facilitou a circulação de mercadorias e seu escoamento, uma vez que retirava a necessidade de atravessar o centro urbano para alcançar as rodovias. Assim, a expansão econômica conseguiu subsídios para sua otimização, o que também tornou a cidade atrativa para novas instalações. Desta forma, a instalação destes distritos colaborou para redefinição do desenvolvimento do espaço urbano, marcadamente pela atração de capital industrial (que gera aumento de arrecadação e o consequente aumento na capacidade de investimento de infraestrutura urbana) que passa a atuar na dinamização do território mogimiriano (FRAISOLI, 2005).

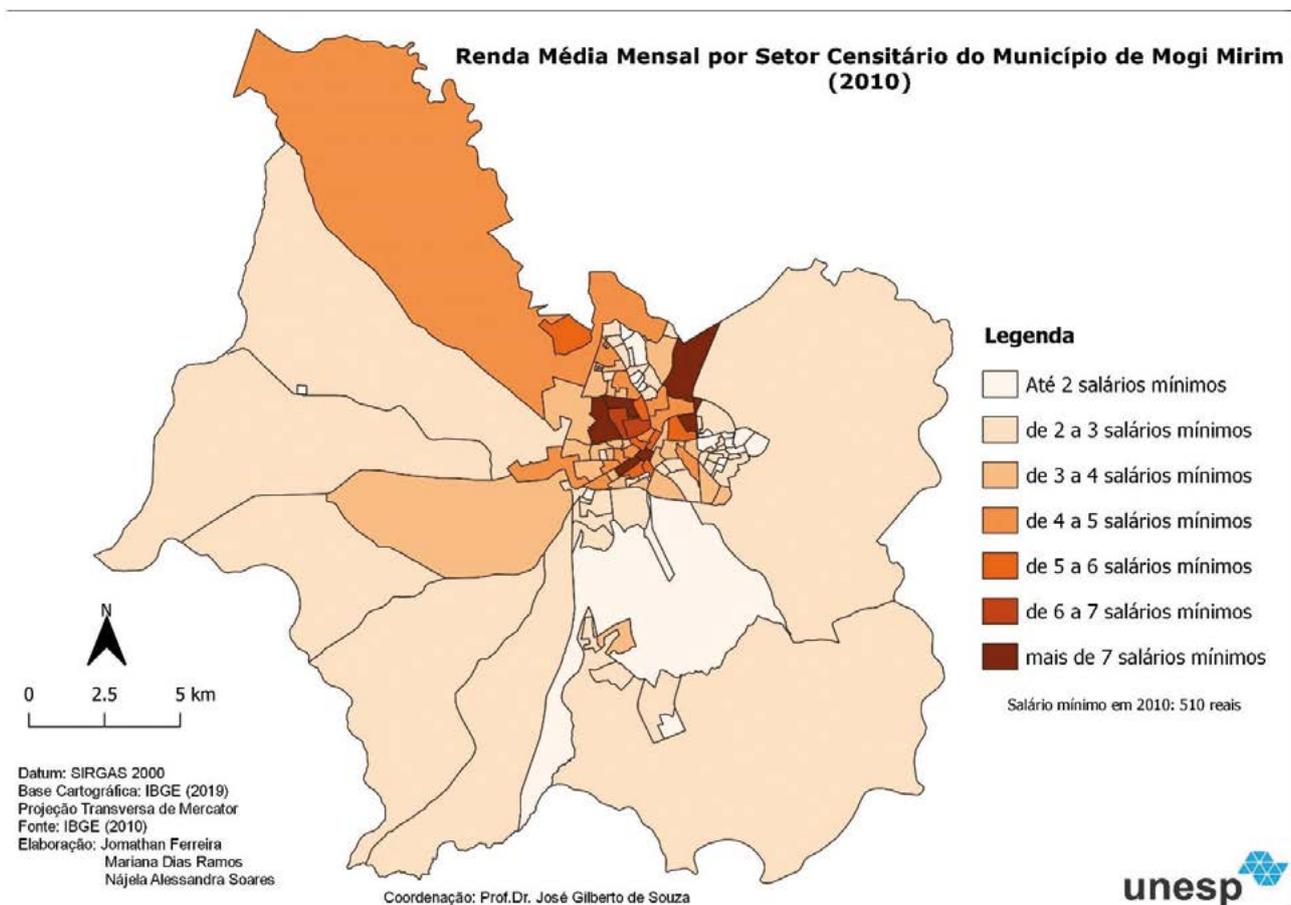
Com isso, é possível compreender que a instalação, a consolidação e os perfis dos empreendimentos imobiliários realizados

no município acompanham as políticas de desenvolvimento econômico, social e urbano do município, variando a partir do caráter do empreendimento e das condições de infraestrutura urbana oferecidas pela gestão pública. A expansão urbana nos municípios, ocorrida de maneira orientada e desigual, não atende todas as demandas dos municípios no espaço citadino de forma equitativa, diferenciando sua população a partir do grau de qualidade de vida propiciada e pela capacidade aquisitiva da população em residir neste espaço. Deste modo, faz-se necessário analisar, de maneira conjunta, a intersecção entre a concentração de renda da população e

a distribuição destes provedores ao longo do perímetro urbano, a fim de compreender de que maneira se organiza o território em relação as estruturas urbanas e sociais oferecidas.

A análise do Mapa 78 referente a renda média mensal dos responsáveis por domicílios, distribuídos em setores censitários, segundo o Censo de 2010, permite perceber uma concentração de renda na região central, com índices de até mais de 7 salários mínimos, indicando uma relação direta, no ano de 2010, entre o alto poder aquisitivo e a facilidade de acesso a serviços que são oferecidos, essencialmente, nas regiões centrais.

Mapa 78: Renda Média Mensal por setor Censitário do Município de Mogi Mirim (2010)



O setor correspondente a região do condomínio Morro Vermelho que apresenta a média mais alta, indica a concentração de renda dos moradores

próximos a conurbação com Mogi Guaçu, região pioneira de instalação de loteamentos de alto padrão (Imagem 02).

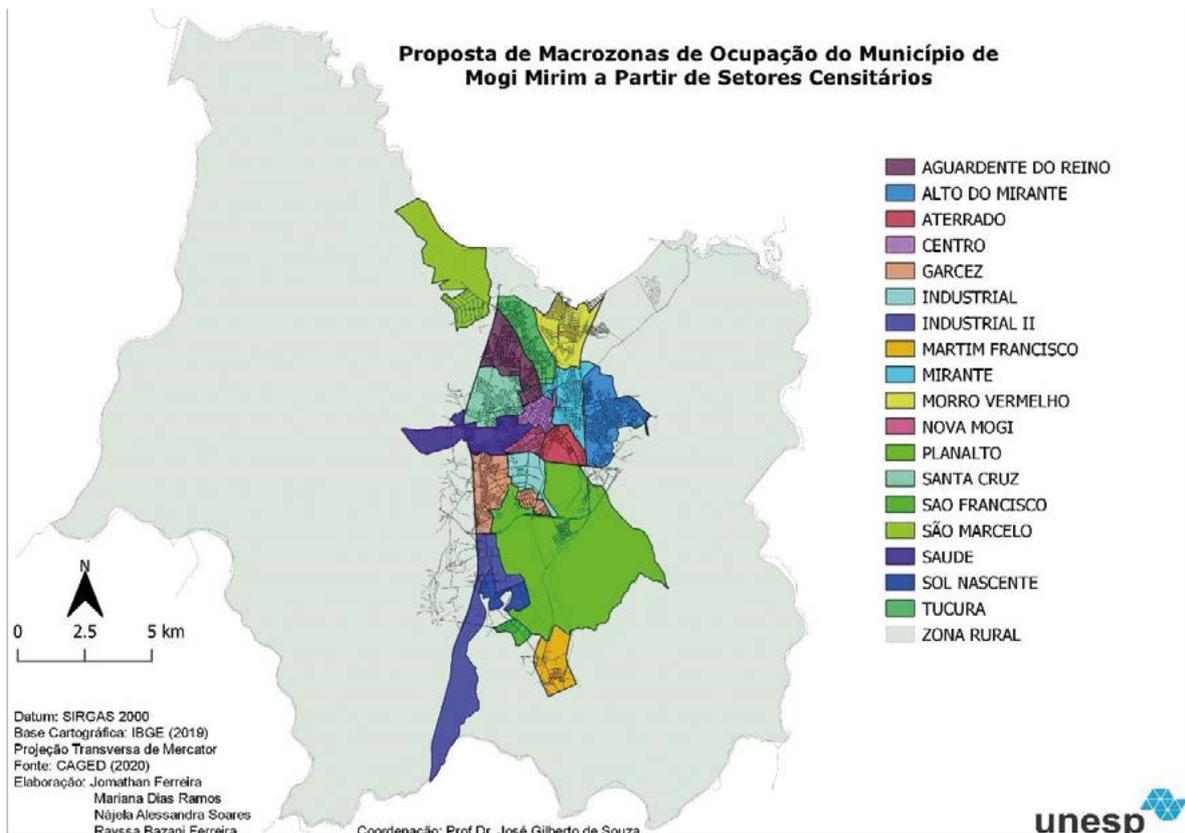
Imagem 02: Conurbação entre Mogi Mirim e Mogi Guaçu



Para os demais elementos de análise, como preço da terra e ocupação de empreendimentos, foi proposta uma regionalização do município de Mogi Mirim apresentada no Mapa 79, composto de macrozonas elaboradas a partir

do agrupamento de setores censitários, essas macrozonas foram nomeadas de acordo com a nomenclatura dos principais bairros e loteamentos, segundo dados informados por municípios.

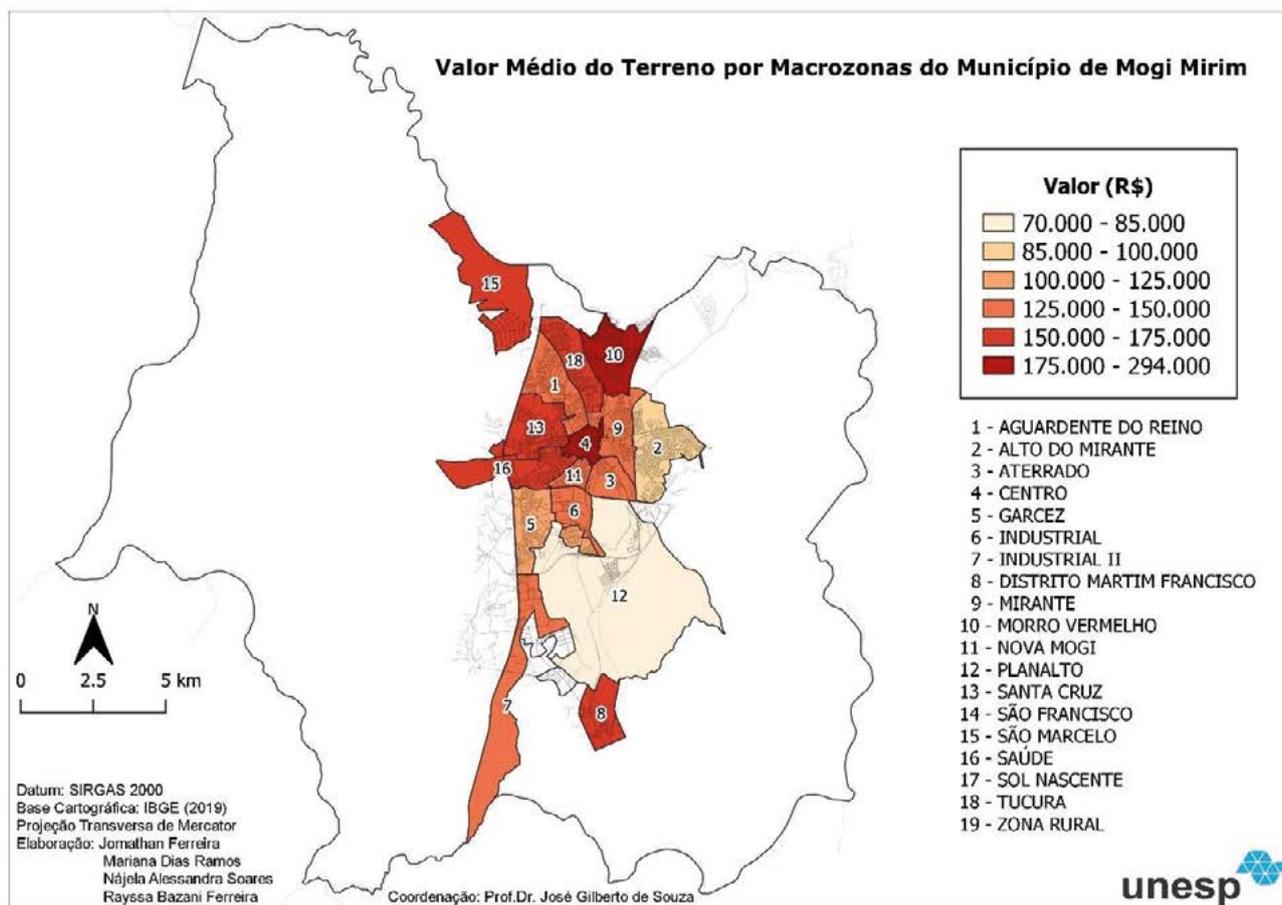
Mapa 79: Proposta de Macrozonas de Ocupação do Município de Mogi Mirim a Partir de Setores Censitários



Estabelecida a regionalização proposta, foi possível elaborar mapas de valores médios de terreno, de terreno edificado e de aluguel (Mapas 80, 81 e 82, respectivamente) a partir de dados

de campo e do levantamento de dados referentes aos valores do mercado imobiliário praticados em Mogi Mirim em 2020.

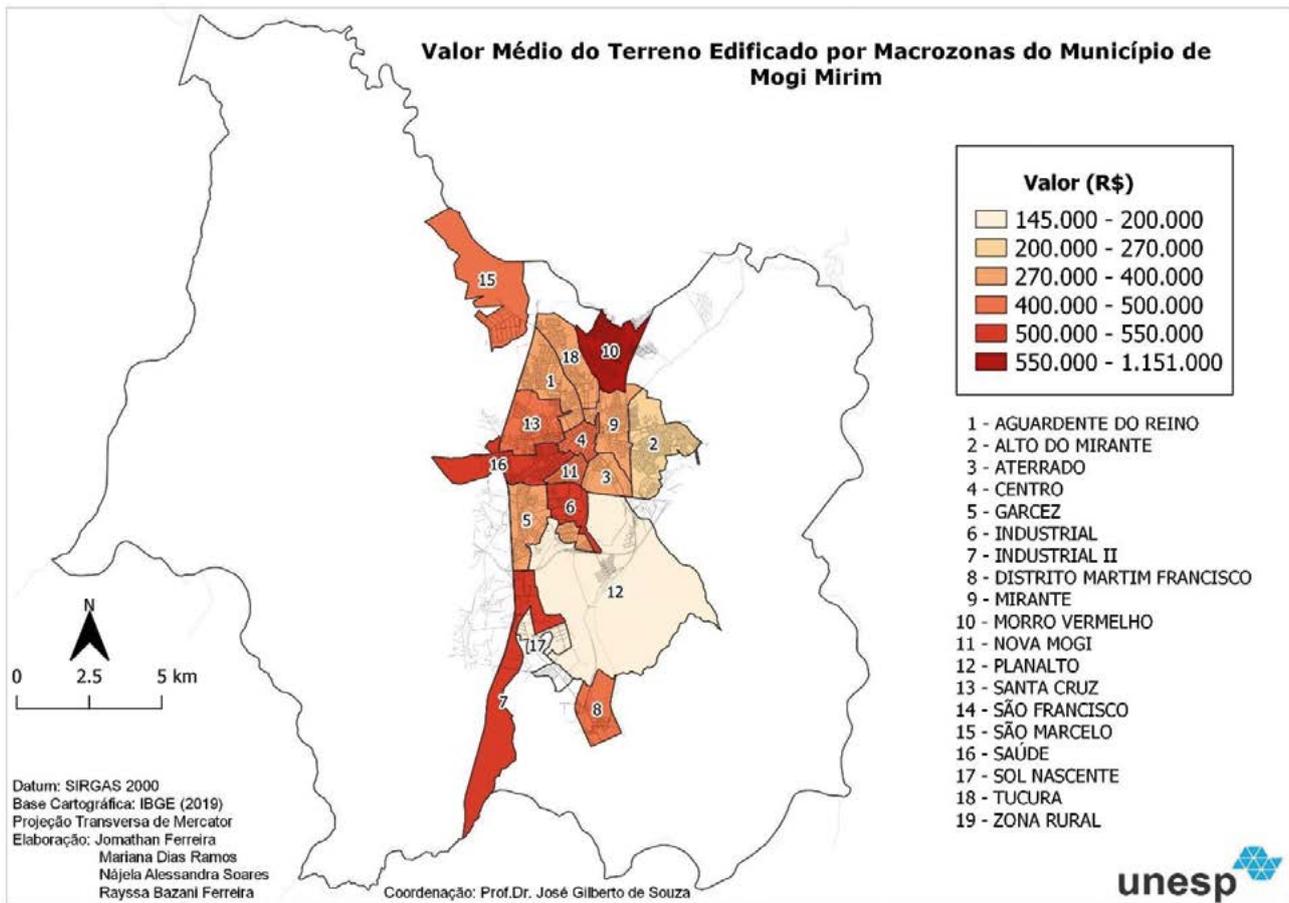
Mapa 80: Valor médio do Terreno por Macrozonas do Município de Mogi Mirim



Observa-se que a região do Centro (4), assim como a do Morro Vermelho (10) apresentam os maiores valores médios de terreno, concordando com os dados de renda do ano de 2010 e indicando uma valorização devido a

infraestrutura local. Em toda a área urbana a Noroeste, com exceção de Aguardente do Reino (1), os terrenos possuem valores mínimos de 150 mil reais. Pode-se dizer, portanto, que a área mais próxima a Mogi Guaçu é a mais valorizada.

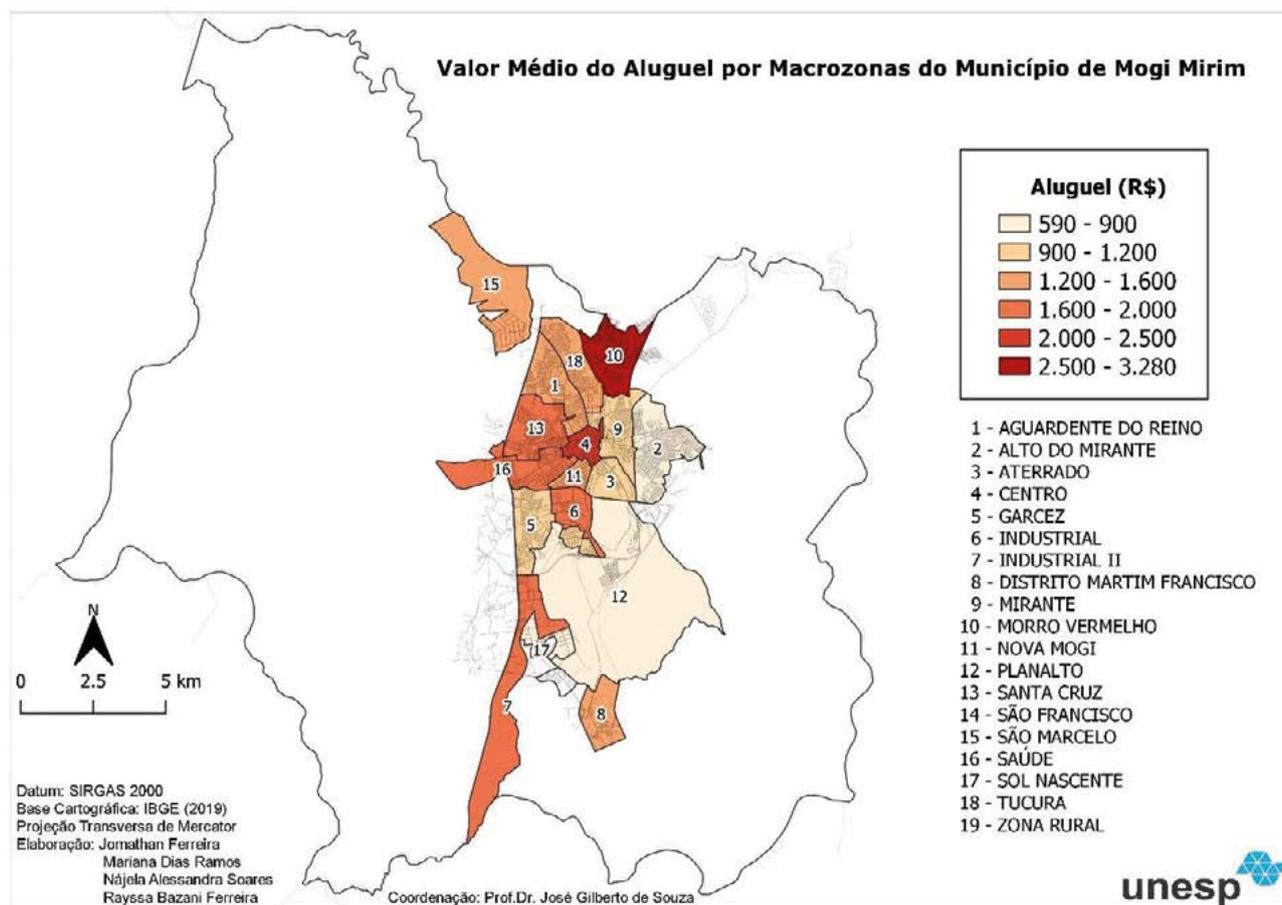
Mapa 81: Valor Médio do Terreno Edificado por Macrozonas do Município de Mogi Mirim



Os valores de terreno edificado indicam a região do Centro (4) em um padrão destoante dos valores de terreno não edificado. Este padrão pode ser explicado pela predominância de construções e instalações antigas e de menor praticidade de acordo com as demandas do mundo atual que, em função sua configuração, localidade e/ou interesses externos, se encontram em desuso. Por esta razão, os imóveis vendidos nessa região estão mais propensos a passarem por processos de reforma, revitalização ou demolição e construção para atender a finalidade dos novos proprietários, uma trajetória de refuncionalização e em alguns casos de gentrificação. A região do bairro Saúde (16) se destaca na categoria por representar uma área de edificações recentes, ou de recente expansão urbana, ela representa

tanto construções voltadas para a instalação do comércio e de serviços como residências de classe média e média alta. Os distritos industriais (6 e 7) também representam elevados valores de terreno edificado, normalmente esses valores são referentes a infraestrutura voltada para fábricas, galpões, assim como uma localização estratégica de acesso as vias de circulação. Em reuniões técnicas com o poder local e as observações de campo foi possível constatar algumas áreas em litígio e o não cumprimento das exigências legais estabelecidas nas políticas governamentais de apoio ao desenvolvimento industrial, principalmente no que concerne aos aspectos de desvio de finalidade (uso industrial) e de edificação em até dois anos, como preconizava a Lei nº596/66 e a Lei Complementar nº1/1990.

Mapa 82: Valor Médio do Aluguel por Macrozonas do Município de Mogi Mirim

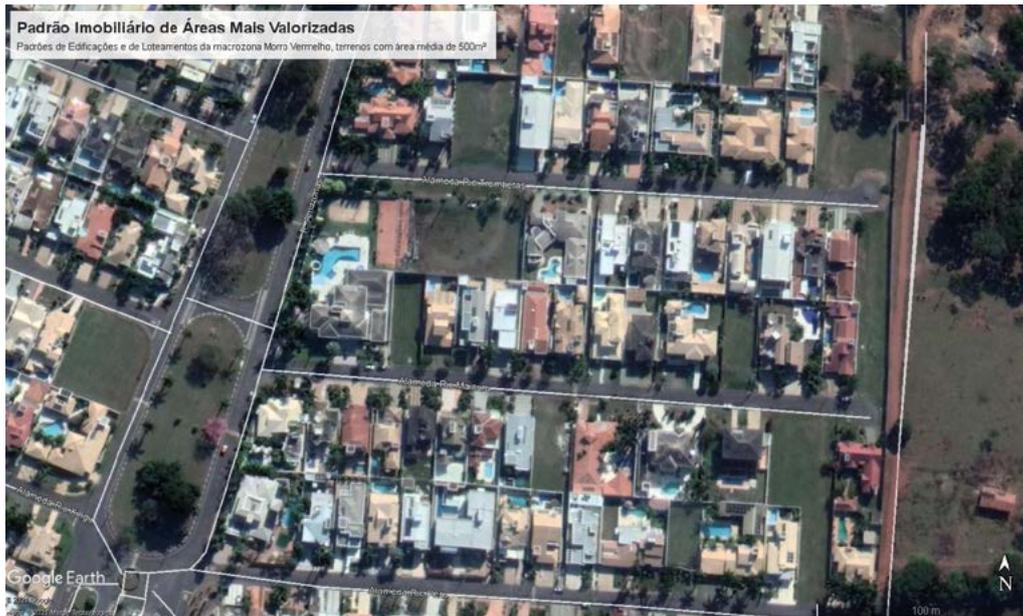


Em relação ao valor do aluguel, observa-se que as regiões destinadas para fins majoritariamente residenciais não ultrapassam valores de 1600 reais. Destacam-se com maiores valores a região do Centro (4), mais relacionados aos aluguéis dos estabelecimentos comerciais e a região do Morro Vermelho (10), afirmando o alto poder aquisitivo dos moradores do condomínio desde os dados de renda de 2010. Os bairros/macrozonas emergentes e de antiga ocupação como Santa Cruz (13) e Saúde (16) se destacam em seguida com valores acima de 1600 reais, mesmo enquadramento do aluguel para

edificações das regiões industriais (6 e 7).

O conteúdo dos mapas de valores médios de terreno, terreno edificado e aluguel também são visíveis na estruturação dos loteamentos e edificações consolidadas nos diferentes padrões de valorização imobiliária (alta, média e baixa) que, por vezes, também representa a qualidade de vida e acesso a serviços dos munícipes. Na Imagem 03 observa-se uma área referente a macrozona do Morro Vermelho, da qual representa um padrão imobiliário das áreas mais valorizadas.

Imagem 03: Padrão Imobiliário de Áreas Mais Valorizadas - Morro Vermelho



Os padrões de edificações e de loteamentos evidenciam terrenos com área média de 500m², todos os lotes possuem área verde, obedecem a diferentes projetos arquitetônicos, muitos possuem piscinas particulares, além do fato de representar uma área de condomínio fechado, dos quais possuem serviços de portaria e segurança 24h, além de espaços de lazer internos. Conforme apresentado, a população residente nessas áreas como o Morro Vermelho

possui o maior poder aquisitivo do município e a distância dos serviços localizados na região central não significa, para essa população, dificuldade de acesso.

As áreas de valores médios possuem uma grande diversidade na estruturação imobiliária, como exemplo observa-se uma área referente a Macrozona Saúde (Imagem 04).

Imagem 04: Padrão Imobiliário de Áreas de Valor Médio - Saúde

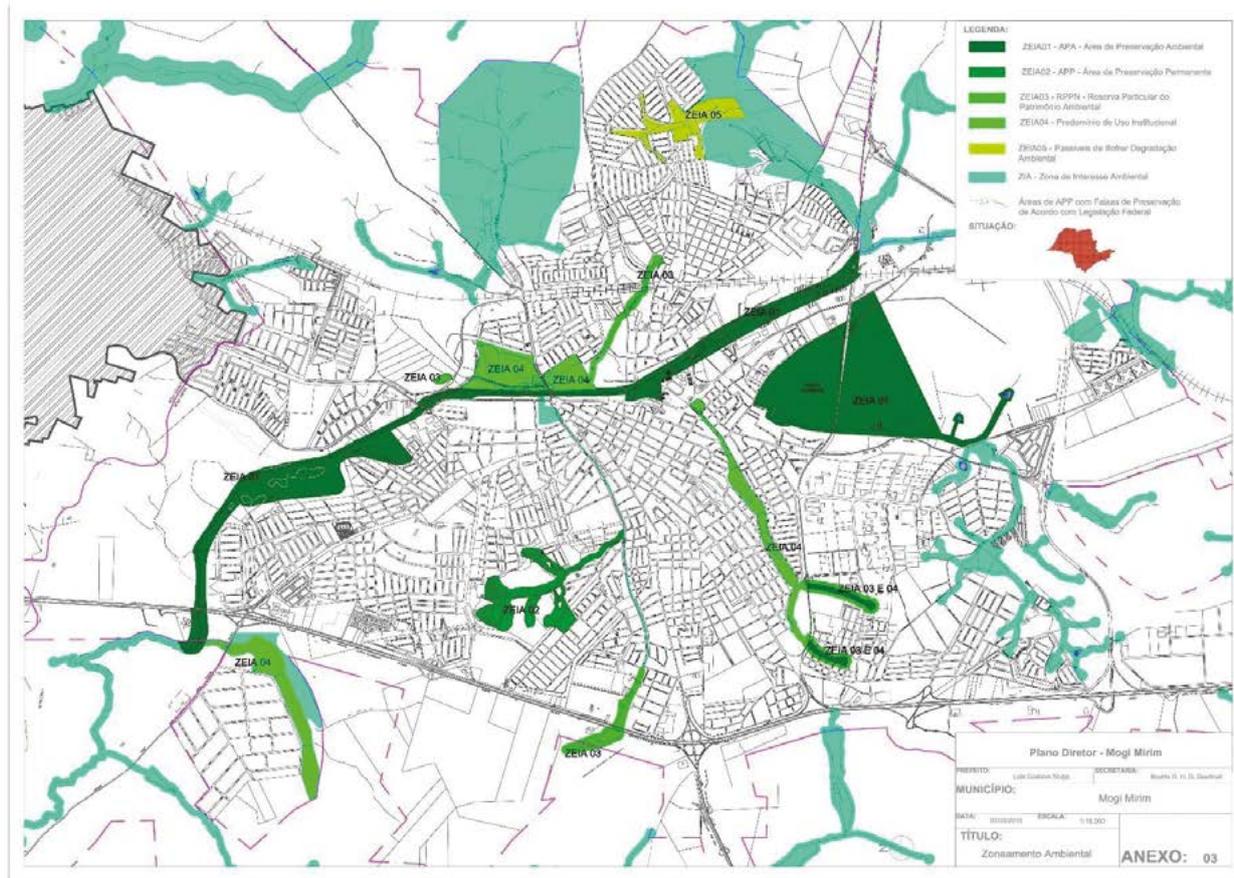


A partir do que foi analisado, considera-se imprescindível a revisão do plano diretor, instrumento que tem por objetivo garantir o desenvolvimento urbano sustentável da cidade. Desta maneira, faz-se necessário reconhecer as diferenças apresentadas nos perfis populacionais de cada setor censitário, as facilidades (ou dificuldades) de circulação e o acesso aos serviços e bens necessários para manutenção da vida social urbana como fator essencial para a busca de uma equalização da dinâmica econômica do município. Estes fatores estão diretamente ligados as condições oferecidas pela gestão pública, bem como são atravessados por interesses privados que, por meio da compra e não utilização de terrenos para posterior valorização (especulação imobiliária), prejudicam a ocupação destes espaços arbitrariamente escolhidos, renegando a população de baixa renda a ocupação na localidade. Um fato que se observa, sobretudo na faixa central da cidade, prejudicando a oferta de imóveis e simultaneamente elevando o custo de aluguéis que restringe sobremaneira a instalação de empreendedores na zona central. Isto faz com que o acesso aos bens e serviços essenciais sejam cada vez mais inviabilizados, o que influi diretamente nas condições de qualidade de vida básicas – como emprego e renda e que reverberam no acesso a escolas, hospitais e demais serviços essenciais – e no aumento do custo para manutenção da vida. Assim, o Plano Diretor deve debruçar-se a despeito das ações ocasionadas pela especulação imobiliária seu efeito de subutilização e de propostas para superação destes espaços, sejam eles como forma de ocupação residencial em vazios urbanos e/ou refuncionalização de espaços já

construídos, mas em desuso, como forma de diminuição das diferenças urbanas ocasionadas pela convergência de atores no território.

Além dos indicadores apontados como necessários ao plano diretor para o planejamento urbano de Mogi Mirim, também se indica o quanto é fundamental observar aspectos do planejamento ambiental que confluem para o desenvolvimento urbano do município. A respeito disso, é válido ressaltar a grande concentração e expansão urbana na porção leste do município, mais especificamente com uma orientação de acordo com a rodovia SP-147. Porém, segundo o Zoneamento Ambiental apresentado no último plano diretor, a porção leste também é a que apresenta uma maior área de Zonas de Interesse Ambiental (ZIA) e, torna-se imperativo destacar que se trata de uma área de canais tributários de primeira ordem circundada pela malha urbana caracterizada como Zona Passível de Sofrer Degradação Ambiental (ZEIA05). Pode-se dizer que uma reformulação do plano diretor não pode deixar de incorporar atenção especial a essas áreas de planícies e terraços fluviais caracterizadas pelas ZIA's pois será inevitável a conciliação de conflitos de interesse para diferentes padrões uso dessas terras. Neste sentido caberá ao poder público municipal orientar condutas e normativas adequadas a um planejamento ambiental que vise a preservação e consolidação de um equilíbrio na dinâmica de escoamento, a contenção de processos erosivos do solo que podem ser intensificados nessas áreas pela ausência de diretrizes em seu uso e ocupação. (Mapa 83)

Mapa 83: Zoneamento Ambiental de Mogi Mirim Segundo Plano Diretor



Visando aprofundar a análise sobre a estrutura urbana presente no município de Mogi Mirim, buscou-se espacializar a distribuição das empresas nas macrozonas propostas. De acordo com a mesma, foi possível analisar a distribuição de empreendimentos com início das atividades nos anos de 2015, 2017 e 2019/20 assim como o seu enquadramento nas classes:

Autônomo, Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Empresa de Médio e Grande Porte. Os dados foram organizados em mapas (Mapas 84, 85 e 86) baseados nos valores percentuais de cada classe (Tabelas 69, 71 e 73) e também foram elaborados quadros com os valores absolutos (Tabelas 70, 72 e 74).

Tabela 69: Distribuição e tipo de enquadramento dos empreendimentos abertos no ano de 2015 (Valores percentuais)

Ano: 2015	Tipo de Enquadramento (%) - Percentuais					Total de Empreendimentos Abertos (%)
	Autônomo	Microempreendedor Individual - MEI	Microempresa - ME	Empresa de Pequeno Porte - EPP	Empresa de Médio e Grande Porte	
1 - Aguardente do Reino	7.29	9.42	7.89	10.56	0.00	8.99
2 - Alto do Mirante	1.04	5.84	0.00	3.52	11.76	4.33
3 - Aterrado	5.21	6.17	13.16	6.34	0.00	6.32
4 - Centro	25.00	16.23	21.05	20.42	11.76	18.80
5 - Garcez	5.21	6.17	7.89	2.11	5.88	5.16
6 - Industrial	1.04	0.00	2.63	0.00	0.00	0.33
7 - Industrial II	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
8 - Martim Francisco	0.00	1.62	0.00	2.11	5.88	1.50
9 - Mirante	13.54	17.21	0.00	9.15	5.88	13.31
10 - Morro Vermelho	1.04	1.95	0.00	2.11	0.00	1.66
11 - Nova Mogi	16.67	2.27	13.16	3.52	5.88	5.66
12 - Planalto	0.00	0.32	0.00	0.00	0.00	0.17
13 - Santa Cruz	15.63	8.77	10.53	21.13	5.88	12.81
14 - São Francisco	0.00	0.32	0.00	0.00	0.00	0.17
15 - São Marcelo	1.04	0.32	0.00	2.11	5.88	1.00
16 - Saúde	0.00	3.25	7.89	2.82	5.88	3.00
17 - Sol Nascente	0.00	0.97	2.63	0.00	0.00	0.87
18 - Tucura	6.25	18.51	10.53	9.15	23.53	13.98
19 - Zona Rural	1.04	0.65	2.63	4.93	11.76	2.16
Total de Empreendimentos Abertos (%)	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100

Mapa 84: Distribuição e tipo de enquadramento dos empreendimentos abertos no ano de 2015 (Valores percentuais)

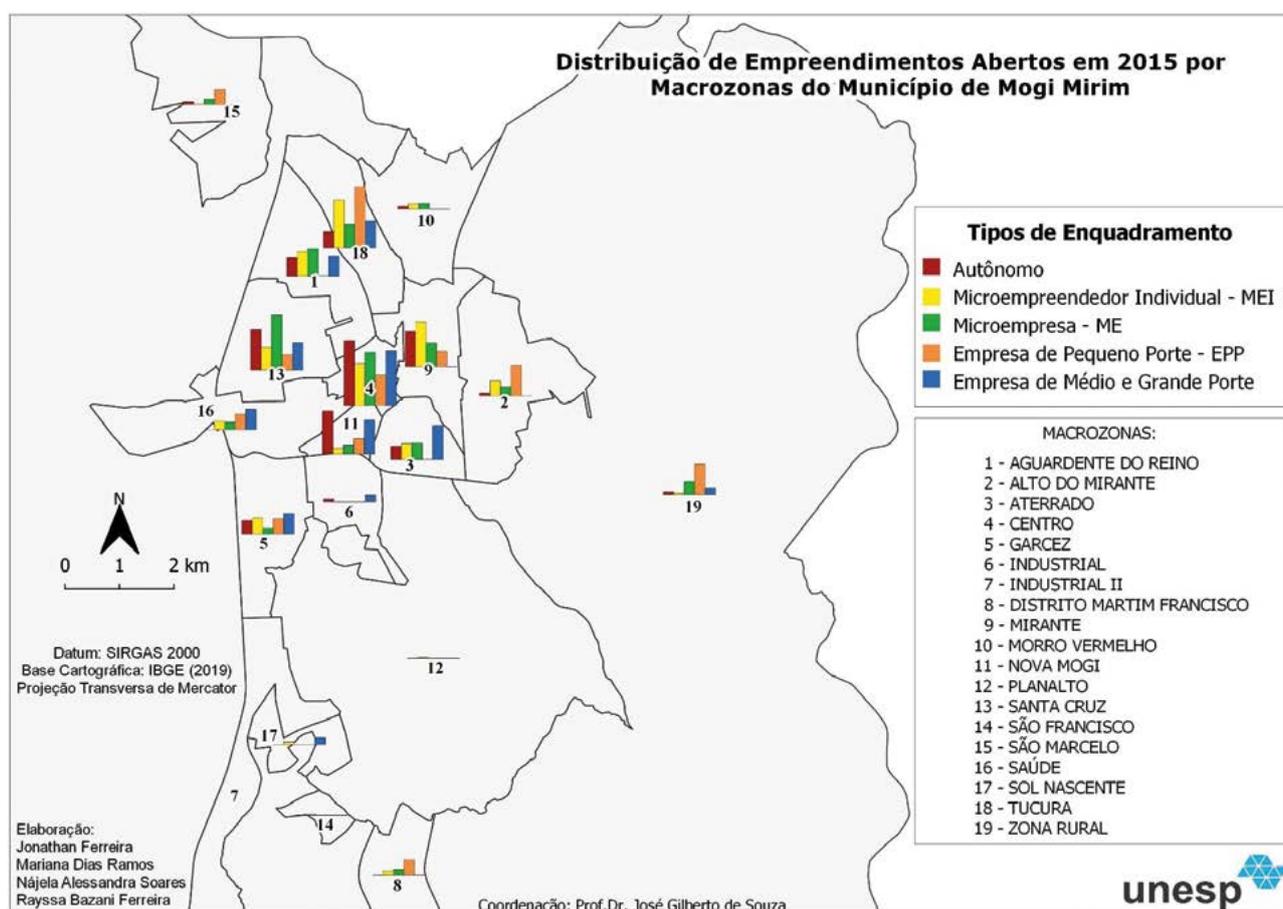


Tabela 70: Distribuição e tipo de enquadramento dos empreendimentos abertos no ano de 2015 (Valores Absolutos)

Ano: 2015	Tipo de Enquadramento - Valores Absolutos					Total de Empreendimentos Abertos
	Autônomo	Microempreendedor Individual - MEI	Microempresa - ME	Empresa de Pequeno Porte - EPP	Empresa de Médio e Grande Porte	
1 - Aguardente do Reino	7	29	3	15	0	54
2 - Alto do Mirante	1	18	0	5	2	26
3 - Aterrado	5	19	5	9	0	38
4 - Centro	24	50	8	29	2	113
5 - Garcez	5	19	3	3	1	31
6 - Industrial	1	0	1	0	0	2
7 - Industrial II	0	0	0	0	0	0
8 - Marfim Francisco	0	5	0	3	1	9
9 - Mirante	13	53	0	13	1	80
10 - Morro Vermelho	1	6	0	3	0	10
11 - Nova Mogi	16	7	5	5	1	34
12 - Planalto	0	1	0	0	0	1
13 - Santa Cruz	15	27	4	30	1	77
14 - São Francisco	0	1	0	0	0	1
15 - São Marcelo	1	1	0	3	1	6
16 - Saúde	0	10	3	4	1	18
17 - Sol Nascente	0	3	1	0	0	4
18 - Tucura	6	57	4	13	4	84
19 - Zona Rural	1	2	1	7	2	13
Total de Empreendimentos Abertos	96	308	38	142	17	601

No ano de 2015, o município possuía 601 empresas abertas, distribuídas em 18 das 19 macrozonas. Em análise geral, compreende-se que a maioria das empresas presentes no município estão classificadas no enquadramento de Micro Empreendedor Individual- MEI- com 308 empresas, seguido das Empresas de Pequeno Porte, com 142 empresas, dos Autônomos com 96 registros, Com Microempresas e Empresas de médio e grande porte, com 38 e 17 empresas respectivamente. Desta forma, mais da metade das empresas se enquadram na primeira categoria citada, concentrando-se em 3 macrozonas principais: Centro, Mirante e Tucura. Estas três macrozonas, localizadas na zona central da cidade, eram a localidade de aproximadamente 46% das empresas situadas em Mogi Mirim, o que demonstra uma concentração expressiva das empresas no local. Seguido destes, os bairros de Aguardente do Reino, Aterrado e Nova Mogi concentravam 20% das empresas, com expressiva participação das empresas de enquadramento MEI, com exceção

de Nova Mogi, que apresenta em sua maioria registros Autônomos. Deste modo, é possível observar que a maioria das empresas estavam situadas na porção central da cidade, em direção a rodovia que leva a Campinas. Além disso, observa-se a inexpressiva existência de empresas de médio e grande porte nas macrozonas do município. No enquadramento “Autônomo”, a macrozona do Centro concentrou 24 dos 96 registros, totalizando um percentual de 23% das empresas. O enquadramento “Microempresa -ME” concentrou na macrozona Tucura, com 57 empresas situadas, totalizando 21% das empresas deste enquadramento. O enquadramento “Empresa de Pequeno Porte – EPP” concentrava-se nas macrozonas Santa Cruz e Centro, com 30 e 29 empresas, totalizando 40% de todas as empresas desta classificação. O enquadramento “Empresa Médio e Grande Porte”, com apenas 17 empresas, concentrava-se na macrozona Tucura, totalizando um pouco mais de 13% das empresas situadas. Cabe salientar que a formatação de empresas como MEI, tem se consolidado como

uma estratégia das empresas em direcionar as contratações de trabalhadores como pessoa jurídica desresponsabilizando-se pelos direitos trabalhistas. Por sua vez, este processo poderá desencadear inúmeras demandas trabalhistas e alteração nas relações de desenvolvimento das atividades. Esta estratégia atinge sobremaneira salários e qualidade e segurança funcional, bem como o acesso a benefícios sociais em situações de crise econômica como a que o país atravessa.

No âmbito das atividades, tais estratégias foram realizadas com elevada consistências nos anos 1990 – 2000, com o boom da terceirização, e tais processos resultaram em perda de qualidade das atividades, reduzida fidelização e controle de prazos, entre outros fatores que alteraram a eficiência e a competitividade, denotando que a busca desses elementos não pode ser estabelecida por um viés essencialmente economicista sustentada na redução de custos.

Tabela 71: Distribuição e tipo de enquadramento dos empreendimentos abertos no ano de 2017 (Valores percentuais)

Ano: 2017	Tipo de Enquadramento (%) - Percentuais					Total de Empreendimentos Abertos (%)
	Autônomo	Microempreendedor Individual - MEI	Microempresa - ME	Empresa de Pequeno Porte - EPP	Empresa de Médio e Grande Porte	
1 - Aguardente do Reino	5.38	7.46	7.34	18.42	5.77	7.49
2 - Alto do Mirante	8.46	10.33	3.67	0.00	0.00	7.60
3 - Aterrado	6.92	6.50	3.67	5.26	9.62	6.04
4 - Centro	23.08	9.75	22.94	28.95	17.31	15.71
5 - Garcez	6.92	5.16	5.05	0.00	9.62	5.41
6 - Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	1.92	0.10
7 - Industrial II	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
8 - Martim Francisco	3.08	1.91	0.46	0.00	0.00	1.56
9 - Mirante	11.54	13.00	8.26	18.42	3.85	11.45
10 - Morro Vermelho	4.62	3.25	4.13	0.00	11.54	3.95
11 - Nova Mogi	2.31	2.49	5.05	0.00	5.77	3.12
12 - Planalto	3.08	1.72	0.46	0.00	0.00	1.46
13 - Santa Cruz	9.23	9.94	9.63	5.26	7.69	9.47
14 - São Francisco	0.00	0.38	0.00	0.00	0.00	0.21
15 - São Marcelo	0.00	1.53	0.00	0.00	0.00	0.83
16 - Saúde	0.00	3.63	3.67	13.16	3.85	3.54
17 - Sol Nascente	0.00	0.38	0.92	0.00	1.92	0.52
18 - Tucura	14.62	21.22	23.85	7.89	13.46	19.98
19 - Zona Rural	0.77	1.34	0.92	2.63	7.69	1.56
Total de Empreendimentos Abertos (%)	100	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

Mapa 85: Distribuição e tipo de enquadramento dos empreendimentos abertos no ano de 2017 (Valores percentuais)

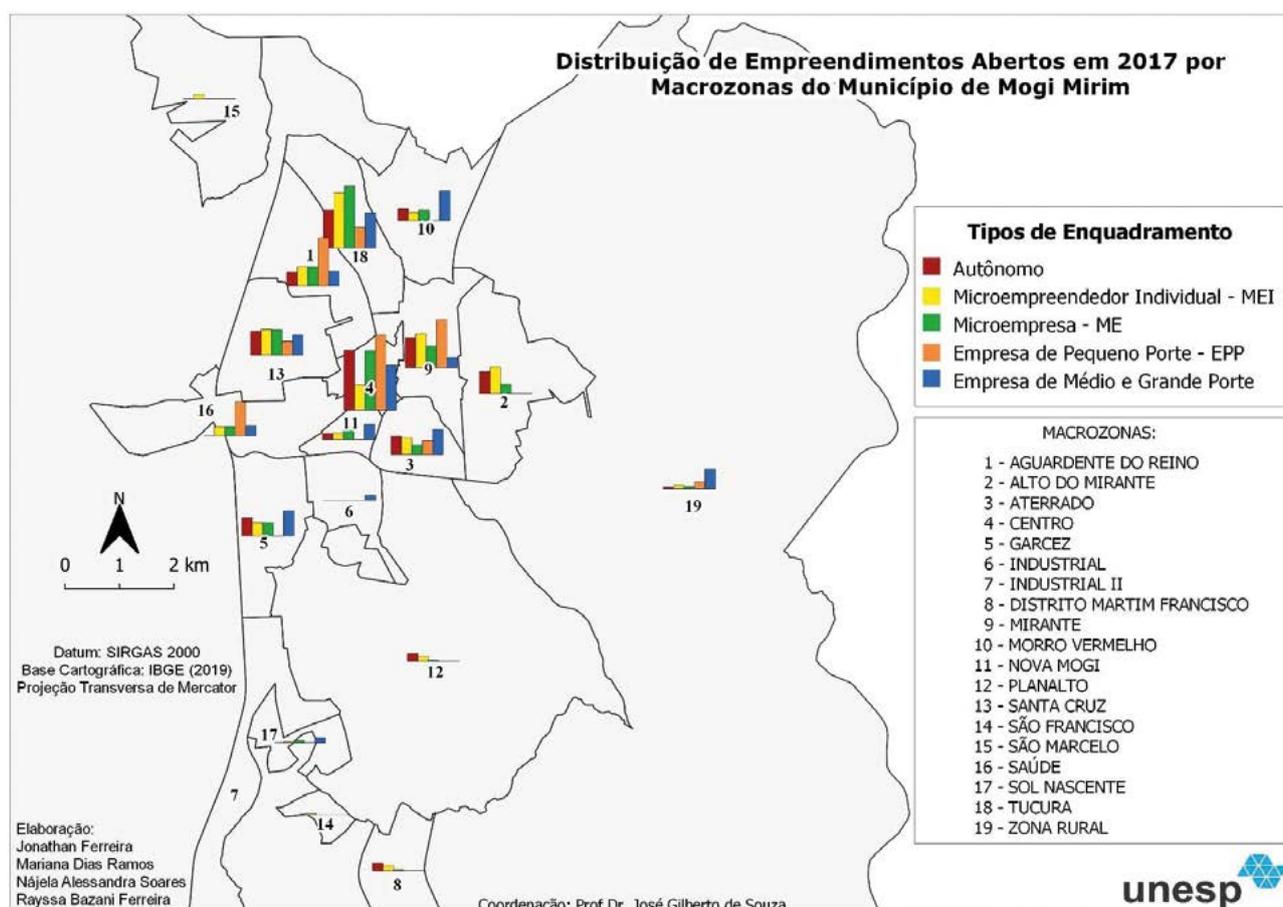


Tabela 72: Distribuição e tipo de enquadramento dos empreendimentos abertos no ano de 2017 (Valores absolutos)

Ano: 2017	Tipo de Enquadramento - Valores Absolutos					Total de Empreendimentos Abertos	
	Autônomo	Microempreendedor Individual - MEI	Microempresa - ME	Empresa de Pequeno Porte - EPP	Empresa de Médio e Grande Porte		
1 - Aguardente do Reino		7	39	16	7	3	72
2 - Alto do Mirante		11	54	8	0	0	73
3 - Aterrado		9	34	8	2	5	58
4 - Centro		30	51	50	11	9	151
5 - Garcez		9	27	11	0	5	52
6 - Industrial		0	0	0	0	1	1
7 - Industrial II		0	0	0	0	0	0
8 - Martim Francisco		4	10	1	0	0	15
9 - Mirante		15	68	18	7	2	110
10 - Morro Vermelho		6	17	9	0	6	38
11 - Nova Mogi		3	13	11	0	3	30
12 - Planalto		4	9	1	0	0	14
13 - Santa Cruz		12	52	21	2	4	91
14 - São Francisco		0	2	0	0	0	2
15 - São Marcelo		0	8	0	0	0	8
16 - Saúde		0	19	8	5	2	34
17 - Sol Nascente		0	2	2	0	1	5
18 - Tucura		19	111	52	3	7	192
19 - Zona Rural		1	7	2	1	4	15
Total de Empreendimentos Abertos		130	523	218	38	52	961

Entre os anos de 2015-2017, Mogi Mirim registrou um aumento de quase 150% no número de empresas situadas no município. Destas, mais da metade se enquadravam em empresas de Microempreendedor Individual – MEI, concentrando-se nas macrozonas de Tucura (111 empresas), Mirante (68 empresas) e Santa Cruz (52 empresas), quadro que se diferencia do primeiro ano analisado. Este resultado, mesmo que aponte para uma aparente desconcentração das empresas MEI, não reflete o quadro de distribuição das demais empresas em todas as macrozonas, nas quais ainda se concentram empresas. Destas, possuíam destaque as macrozonas Centro (151 empresas totais), Mirante (110 empresas totais) e Tucura (192 empresas totais), reafirmando a concentração das empresas nas mesmas macrozonas. No

enquadramento “Autônomos”, a macrozona do Centro ganhava destaque, concentrando 30 empresas desta categoria, totalizando 23% das empresas. O enquadramento “Microempresa-ME” reunia o maior número de empresas na macrozona Tucura, com 52 empresas e um pouco mais de 23% do total desta macrozona. O enquadramento “Empresa de Pequeno Porte-EPP” se concentrava na macrozona Centro, com 11 empresas e 28%, enquanto as “Empresas de Médio e Grande Porte” se concentravam no centro, com 9 empresas e um pouco mais de 17%. Deste quadro geral, é importante destacar o crescimento de Microempresas, fator este que levanta dúvidas sobre o efetivo desenvolvimento econômico do município sustentando em empresas enquadradas nesta classificação.

Tabela 73: Distribuição e tipo de enquadramento dos empreendimentos abertos nos anos de 2019 e 2020 (Valores percentuais)

Ano: 2019 e 2020	Tipo de Enquadramento (%) - Percentuais					Total de Empreendimentos Abertos (%)
	Autônomo	Microempreendedor Individual - MEI	Microempresa - ME	Empresa de Pequeno Porte - EPP	Empresa de Médio e Grande Porte	
1 - Aguardante do Reino	10.04	13.54	12.26	13.64	7.26	12.40
2 - Alto do Mirante	2.51	4.57	1.29	0.00	0.00	3.12
3 - Aterrado	6.45	4.13	4.09	7.58	4.03	4.54
4 - Centro	21.86	8.16	20.43	21.21	22.58	14.10
5 - Garcez	5.38	7.09	6.67	4.55	9.68	6.83
6 - Industrial	0.36	0.09	0.86	1.52	3.23	0.54
7 - Industrial II	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
8 - Martim Francisco	0.72	1.97	1.94	0.00	0.00	1.61
9 - Mirante	16.13	24.66	10.54	1.52	8.87	18.59
10 - Morro Vermelho	2.15	3.41	6.02	6.06	1.61	3.81
11 - Nova Mogi	5.02	2.60	6.02	6.06	9.68	4.25
12 - Planalto	0.72	1.52	0.00	0.00	0.00	0.93
13 - Santa Cruz	10.75	10.04	12.04	21.21	8.87	10.88
14 - São Francisco	0.00	0.27	0.00	0.00	0.00	0.15
15 - São Marcelo	0.72	0.00	0.43	1.52	0.00	0.24
16 - Saúde	4.66	1.88	1.94	1.52	3.23	2.34
17 - Sol Nascente	0.72	0.18	0.00	0.00	0.81	0.24
18 - Tucura	10.04	14.89	14.19	10.61	15.32	13.96
19 - Zona Rural	1.79	0.99	1.29	3.03	4.84	1.46
Total de Empreendimentos Abertos (%)	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

Mapa 86: Distribuição e tipo de enquadramento dos empreendimentos abertos no ano de 2019/20 (Valores percentuais)

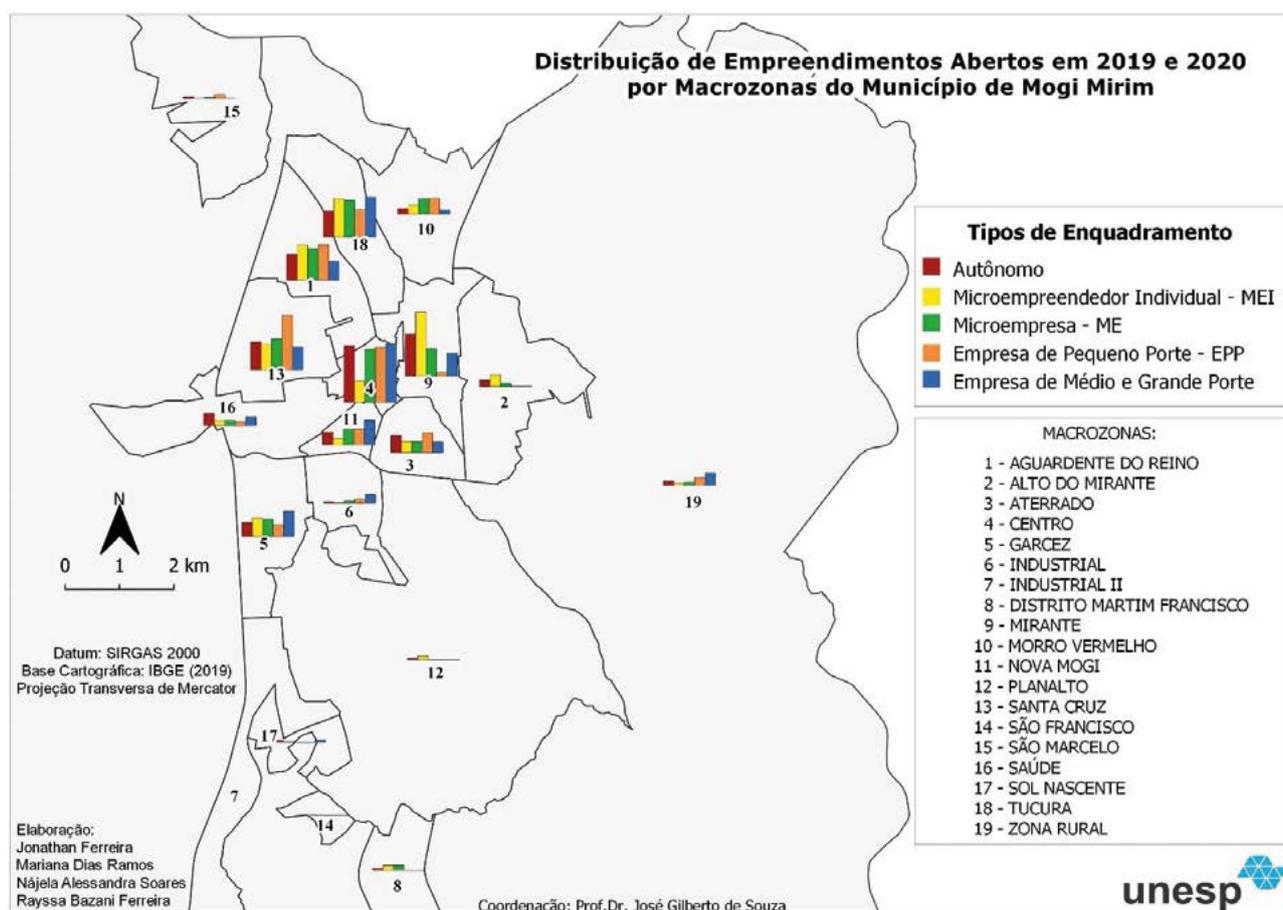


Tabela 74: Distribuição e tipo de enquadramento dos empreendimentos abertos no ano de 2019/20 (Valores absolutos)

Ano: 2019 e 2020	Tipo de Enquadramento - Valores Absolutos					Total de Empreendimentos Abertos
	Autônomo	Microempreendedor Individual - MEI	Microempresa - ME	Empresa de Pequeno Porte - EPP	Empresa de Médio e Grande Porte	
1 - Aguardente do Reino	28	151	57	9	9	254
2 - Alto do Mirante	7	51	6	0	0	64
3 - Aterrado	18	46	19	5	5	93
4 - Centro	61	91	95	14	28	289
5 - Garcez	15	79	31	3	12	140
6 - Industrial	1	1	4	1	4	11
7 - Industrial II	0	0	0	0	0	0
8 - Martim Francisco	2	22	9	0	0	33
9 - Mirante	45	275	49	1	11	381
10 - Morro Vermelho	6	38	28	4	2	78
11 - Nova Mogi	14	29	28	4	12	87
12 - Planalto	2	17	0	0	0	19
13 - Santa Cruz	30	112	56	14	11	223
14 - São Francisco	0	3	0	0	0	3
15 - São Marcelo	2	0	2	1	0	5
16 - Saúde	13	21	9	1	4	48
17 - Sol Nascente	2	2	0	0	1	5
18 - Tucura	28	166	66	7	19	286
19 - Zona Rural	5	11	6	2	6	30
Total de Empreendimentos Abertos	279	1115	485	66	124	2049

Ao analisar as tabelas acima, observa-se um crescimento de 213% das empresas situadas no município de Mogi Mirim. Destas, a grande maioria – que ultrapassa 54% do total – representam o enquadramento “Micro Empreendedor Individual – MEI”, totalizando 1115 empresas distribuídas em 18 das 19 macrozonas do município. Estas empresas concentram-se principalmente nas macrozonas: Mirante (275 empresas, com a porcentagem de 24,66%), Tucura (166 empresas com a porcentagem de 14,89%), Aguardente do Reino (151 empresas com a porcentagem de 13,54%) e Santa Cruz (112 empresas com porcentagem de 10,04%). Juntas, estas macrozonas representam mais de 60% da porcentagem relativa ao número de empresas deste enquadramento, retirando da macrozona Centro o papel concentrador desta categoria. Os registros classificados como “Autônomo” apresentam o total de 279, alcançando a porcentagem de 13% do total apresentado. Este enquadramento apresenta uma concentração nas macrozonas Centro (61 com porcentagem de 21,86%), Mirante (45 com porcentagem de 16,13%), e Santa Cruz (30 com porcentagem de 10,75%). O enquadramento “Microempresa- ME” possui 465 empresas, representando 22% da porcentagem total das empresas. Este enquadramento se concentra nas macrozonas Centro (95 empresas com porcentagem de 20,43%), Tucura (66 empresas com porcentagem de 14,19%) e Santa Cruz (56 empresas com porcentagem de 12,04%). O enquadramento “Empresas de Pequeno Porte – EPP” possui 66 empresas classificadas, totalizando 3% do total existente. Deste enquadramento, sobressaem as macrozonas Centro e Santa Cruz, ambas com 14 empresas e 21,21% da porcentagem. O enquadramento “Empresa de Médio e Grande Porte” apresentou uma alta expressiva, com 124 empresas e representando 6% do total das empresas. Neste enquadramento, destacam-se as macrozonas

do Centro (28 empresas com porcentagem de 22,58%) Tucura (com 19 empresas e porcentagem de 15,32%), Industrial e Nova Mogi (ambas com 12 empresas e uma porcentagem de 9,68%).

Ao observar a distribuição espacial das empresas considerando os bairros que concentram os enquadramentos, é possível analisar a relação existente entre estas localidades e o valor dos terrenos situados nesta macrozona, permitindo identificar as dinâmicas existentes dentro do contexto urbano do município. Assim, observa-se que as macrozonas que concentram a expressiva maioria dos enquadramentos das empresas estão distribuídas em zonas de média a alta renda (conforme apontado no Mapa XX), as quais destacam-se: Mirante (381 empresas, com valor médio do terreno entre 125.000 e 150.000), Centro (289 empresas, com valor médio do terreno entre 175.000 e 294.000) Tucura (286, com valor médio do terreno entre 150.000 e 175.000) Aguardente do Reino (254, com valor médio do terreno entre 125.000 e 150.000) e Santa Cruz (223, com valor médio do terreno entre 150.000 e 175.000). Estas 4 macrozonas representam, juntas, 69,9% das empresas situadas no município, concentrando 38% dos registros autônomos, 71% dos Microempreendedores individuais- MEI, 64% das Microempresas -ME e 68% das Empresas de Pequeno Porte – EPP. Estes dados comprovam a concentração de atividades comerciais em macrozonas com elevado custo de vida, estilo de vida este que estimula ao mesmo tempo em que é estimulado pela circulação de pessoas e mercadorias, bem como o acesso a bens e serviços encontrados na cidade.

A partir do que foi analisado, considera-se que o município de Mogi Mirim apresenta uma expressiva concentração de empresas e infraestruturas urbanas na região central da cidade, com orientação de crescimento para

a porção norte do município em direção a rodovia. Deste modo, faz-se necessário ressaltar a importância de investimentos em obras de infraestrutura que possam propiciar condições necessárias para a circulação e escoamento de mercadorias nas demais macrozonas, bem como o facilitamento de circulação de pessoas por meio de vias e de um transporte coletivo condizente com a demanda. Isto, se consolidado, permitiria que empresas pudessem deslocar-se para outras porções do município, com menor preço da terra e com a possibilidade de dinamização do território de maneira distribuída. Embora relativamente pequeno se comparado ao total, ressalta-se que o número registrado como “Autônomos” apresenta um expressivo crescimento, o que, em termos de planejamento

econômico a nível municipal, impossibilita a arrecadação e seu consequente investimento, prejudicando o desenvolvimento; desta forma, aponta-se a necessidade do incentivo, por parte da gestão pública, de regularização destes registros para o real enquadramento das empresas/atividades realizadas, sobretudo porque algumas entrevistas com representações sindicais apontaram um elevado número de MEIs, vinculado ao setor da construção civil, ou seja serventes e pedreiros, que são atividades que apresentam elevada sazonalidade de demanda, rotatividade e reduzidos salários, passam a configurar como “empreendedores”, em uma clara situação de aviltamento de direitos e benefícios empregatícios e assistenciais.

Consulta Pública

Consulta Pública: os munícipes e a cidade

Prof. Dr. Antonio Sergio da Silva¹

Prof. Dr. José Gilberto de Souza²

O Projeto “Mogi Mirim nos Trilhos do Desenvolvimento” abre espaço para as contribuições vindas dos sujeitos sociais, onde as considerações, o interesse coletivo apresentam-se como subsídios para a elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento. A Consulta Pública realizada, os resultados das análises de dados obtidos representaram o que diz respeito à realidade vista por quem está vivenciando o cotidiano mogimiriano, e assim, oferece elementos concretos para a formulação de planos e tomadas de decisões sobre as políticas públicas, e também, para as decisões e ações envolvendo o setor econômico local.

A Consulta Pública teve por um de seus objetivos, o de conceber um mecanismo de participação apresentando as percepções, conhecimentos, considerações sobre diferentes aspectos do município.

Trata-se de uma aproximação maior entre a população, representada por diferentes segmentos sociais, junto ao setor público e aos setores econômicos, mais propriamente ao setor comercial, em que permitiu obter melhores informações sobre determinadas características observadas na cidade.

Revelou-se, nesse caso, um processo participativo em que cada vez mais os cidadãos podem encontrar formas de estarem presentes na gestão pública, na promoção da cidadania e no debate político, social e econômico, que esta consulta representa.

Portanto, um valioso processo para que os sujeitos sociais, os diferentes setores da economia e o setor público possam reconhecer quais as prioridades que devem, de forma coletiva, democraticamente receber significância na elaboração de ações em políticas públicas com eficiência significativa.

¹ Geógrafo, Doutor pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Presidente Prudente. Pesquisador do LAPP – Laboratório de Análise Espacial em Políticas Públicas do Centro de Análise e Planejamento Ambiental (CEAPLA), Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP – Campus de Rio Claro.

² Geógrafo, Professor Associado do Departamento de Geografia. Coordenador do LAPP – Laboratório de Análise Espacial em Políticas Públicas do Centro de Análise e Planejamento Ambiental (CEAPLA), Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP – Campus de Rio Claro. jg.souza@unesp.br

Procedimento de pesquisa junto aos entrevistados.

A classificação da pesquisa, quanto aos objetivos de investigação tratou-se de uma Pesquisa Exploratória, que visa proporcionar maior familiaridade com o problema, proporcionar uma visão de determinado fenômeno, sendo utilizado um questionário, com elaboração prévia, dirigida à pessoas que tiveram experiências práticas com a vida em Mogi Mirim.

Quanto à classificação relativa à forma de abordagem deu-se por Pesquisa Quantitativa, utilizando coleta de dados numéricos, modelos estatísticos para explicar os fenômenos. Paralelamente, deu-se por uma Pesquisa Qualitativa, que visa a compreensão dada aos fenômenos pelos entrevistados, cuja compreensão, segundo Minayo (2007, p. 23)³ encontra-se, dentre outras, nos “valores culturais e representações sobre sua história e temas específicos.”

Considera-se a possibilidade de que uma mesma pesquisa possa se encontrar em diferentes classificações em função dos objetivos. Portanto, não necessariamente engessada. Assim, a metodologia apresenta-se como Pesquisa Descritiva, ao classificar, analisar e interpretar as percepções, o conteúdo referente às considerações apresentadas, como mencionado por Silva e Souza (2016, p. 97)⁴, permitindo “maior aproximação entre os objetivos e a definição/representação dos sujeitos, as leituras de mundo na perspectiva de suas lentes sociais (...)”.

O método de análise das considerações apresentadas consistiu na identificação das palavras-chave nas bases das narrativas, com o agrupamento de termos congruentes, para identificação e avaliação das exposições realizadas pelos participantes.

Realizada com 704 entrevistados, entre janeiro e fevereiro de 2021, as questões foram dirigidas para avaliação dos diferentes serviços públicos e serviços privados em dimensões sociais, econômicas, ambientais, culturais, dentre outras, visando o bem-estar de todas e todos os cidadãos mogimirianos.

A intenção é a de apresentar os dados estatísticos descritivos que possam oferecer um panorama de Mogi Mirim visto pelas lentes dos participantes, como direito à cidade. Ou seja, um diagnóstico para sinalizar caminhos para o desenvolvimento de Mogi Mirim e subsidiar um plano estratégico para uma melhor qualidade de vida da população.

Resultados obtidos na Consulta Pública.

Os resultados apresentam-se, inicialmente, com as características socioeconômicas dos entrevistados acompanhadas por considerações sobre o bairro em que mora e a cidade em si. Em seguida, as exposições avaliativas sobre os serviços essenciais prestados, assim como demais serviços que direta ou indiretamente são prestados pelo município e prestados pelos serviços privados, tais como transporte, saúde e educação, dentre outros.

A dinâmica das atividades comerciais foi

³ Fonte: MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. 269 p.

⁴ Fonte: SILVA, A. S.; SOUZA, J. G. A questão social da pesquisa: construção participativa de indicadores de sustentabilidade no espaço urbano de Formosa (GO). Boletim Campineiro de Geografia. AGB Campinas. Unicamp. v. 6. n. 1. 2016. p. 93-117.

avaliada envolvendo o como os participantes percebem e reagem ao comércio da cidade, ao de outras cidades, considerando atendimento, preço, diversidade de produtos e demais fatores, sendo acompanhado pela composição dos gastos do orçamento doméstico em valores.

Apresentam-se também as considerações avaliativas sobre os espaços de sociabilidade, de interação social, de lazer, turísticos e culturais.

A avaliação da gastronomia, bares e restaurantes em Mogi Mirim foi realizada, como espaços de descontração, de convivência e mesmo turístico gastronômico, envolvendo alguns fatores, considerando o preço trabalhado, o atendimento, a diversidade e a qualidade dos produtos, atrativo e demais.

Por fim, as indicações de mudanças formuladas pelos entrevistados. O que é esperado por melhoras em Mogi Mirim para um futuro próximo e distante, contribuindo com a apresentação das demandas da cidade por quem a vive.

Características socioeconômicas dos entrevistados.

As características sociais e econômicas, profissionais, de rendimento, associadas a outros aspectos, tais como o demográfico por densidade domiciliar, grau de escolaridade, dentre outros permitem traçar um perfil dos entrevistados e auxiliam ao entendimento, ao estudo para a implementação de políticas públicas.

Distribuição dos entrevistados por gênero.

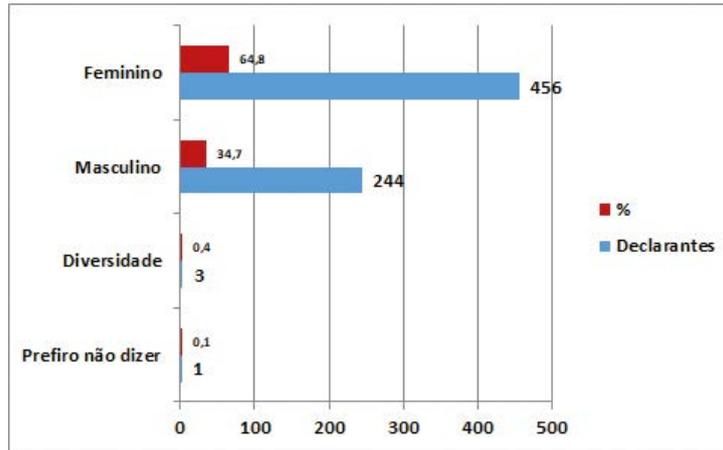
Observou-se em nossas análises demográficas que a população de Mogi Mirim apresentou uma razão de sexo, para 2020, em 97,01, com predominância da presença de mulheres.

Segundo o IBGE (2021)⁵, dados referentes a gênero tratam-se das estatísticas sobre a forma como a sociedade cria os diferentes papéis sociais e comportamentos relacionados aos homens e às mulheres, criando padrões do que é próprio para o feminino e para o masculino que, a partir destas compreensões estabelecem relações diversas nas várias dimensões da vida social.

Nesta consulta realizada, a distribuição dos entrevistados por autodeclaração de gênero pode ser observada no Gráfico 36.

⁵ Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero.html>

Gráfico 36: Distribuição por gênero. Número de declarantes. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Notou-se que 64,8% dos entrevistados autodeclararam ser do gênero feminino, 34,7% como masculino. Com consideração por gênero em diversidade apresentou-se 0,4% dos entrevistados e, preferiram não declarar, 0,1%.

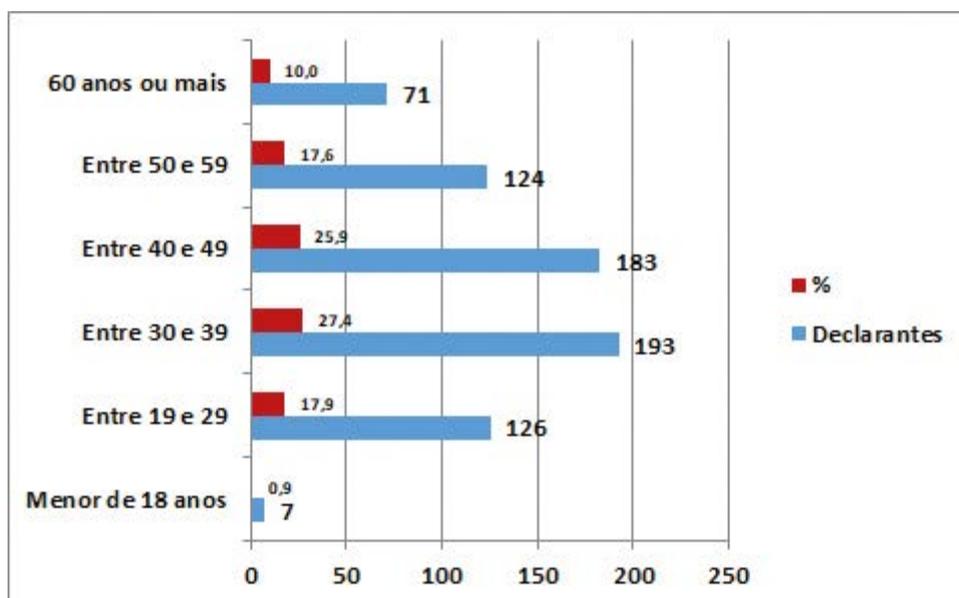
Este detalhe da caracterização dos entrevistados quanto ao gênero se apresenta como um panorama a ser disponibilizado como observações para, não somente pesquisadores/as, estudantes ou ativistas dos movimentos de gêneros, mas também para os gestores

econômicos e gestores públicos sobre a realidade social sendo respeitada.

Distribuição dos entrevistados por idade.

A distribuição dos entrevistados por idade trata-se de fornecer informações importantes sobre a idade do grupo participante da consulta, na medida de reconhecer esta participação por grupos etários como jovens, jovens adultos, adultos e idosos. O Gráfico 37 apresenta esta distribuição.

Gráfico 37: Distribuição por faixa etária. Número de declarantes. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Totalizando 704 declarantes, a faixa de jovens adultos, entre 30 e 39 anos, foi a de maior participação dentre os entrevistados, totalizando 27,4%. O grupo pertencente à faixa de idade entre 40 e 49 anos foi o grupo em segundo destaque, em 26,0%, em que representou para esses dois grupos, 53,4% na participação da consulta.

O grupo de faixa etária adulta, entre 50 e 59 anos, assim como o de 19 e 29 anos, grupo de jovens, apresentaram-se em respectivamente

com 17,6% e 17,9% da população entrevistada.

Nos extremos das faixas etárias, a faixa de 60 anos ou mais se apresentou com uma participação de 10,0% e, a faixa de entrevistados com menos de 18 anos apresentou-se com 0,9% de participação.

Este resultado traz a possibilidade de análise sobre como os entrevistados se distribuem em uma relação de idade e gênero, conforme pode ser observado na Tabela 75.

Tabela 75: Relação idade e gênero. Distribuição. Entrevistados. %. Mogi Mirim. 2021.

Idade	Feminino	%	Masculino	%	Diversidade	%	Não infor.	%	Totais	%
60 anos ou mais	39	8,6	32	13,1					71	10,1
Entre 50 e 59	78	17,1	46	18,9					124	17,6
Entre 40 e 49	113	24,8	69	28,3			1	100	183	26
Entre 30 e 39	131	28,7	60	24,6	2	66,6			193	27,4
Entre 19 e 29	90	19,7	35	14,3	1	33,3			126	17,9
Menor de 18 anos	5	1,1	2	0,8					7	1
Totais	456	100	244	100	3	100	1	100	704	100

Fonte: Consulta Pública (2021).

Considerando os grupos etários nas faixas entre 30 e 39 anos e de 40 e 49, dentre os entrevistados do gênero feminino, somando as duas faixas etárias, o gênero feminino encontrou-se em 53,5% de participação. Já o gênero masculino, nessas duas faixas, deu-se em 52,9%. Dentre essas mesmas faixas de idade, a consideração dada como diversidade apresentou-se em 66,6% e, declarante em diversidade na faixa entre 19 e 29 anos, deu-se em 33,3%. Para entrevistado não informado, em 100,0% na faixa de 40 e 49 anos.

Para o grupo na faixa entre 50 e 59 anos, o gênero feminino apresentou-se em 17,1%, e o masculino em 18,9%.

Igualmente nas extremidades de faixas etárias,

no grupo com 60 anos ou mais, o gênero feminino apresentou uma participação de 8,6% e, masculino, em 13,1%. O grupo como menor de 18 anos, a participação do gênero feminino apresentou-se em 1,1% e, masculino, em 0,8%.

Em todas as faixas de idade a participação feminina foi a de maior relevância evidenciando a participação maior das mulheres, em 64,8%, para masculino, em 34,6, a presença da diversidade de gênero, em 0,4%, e não identificado em 0,1%.

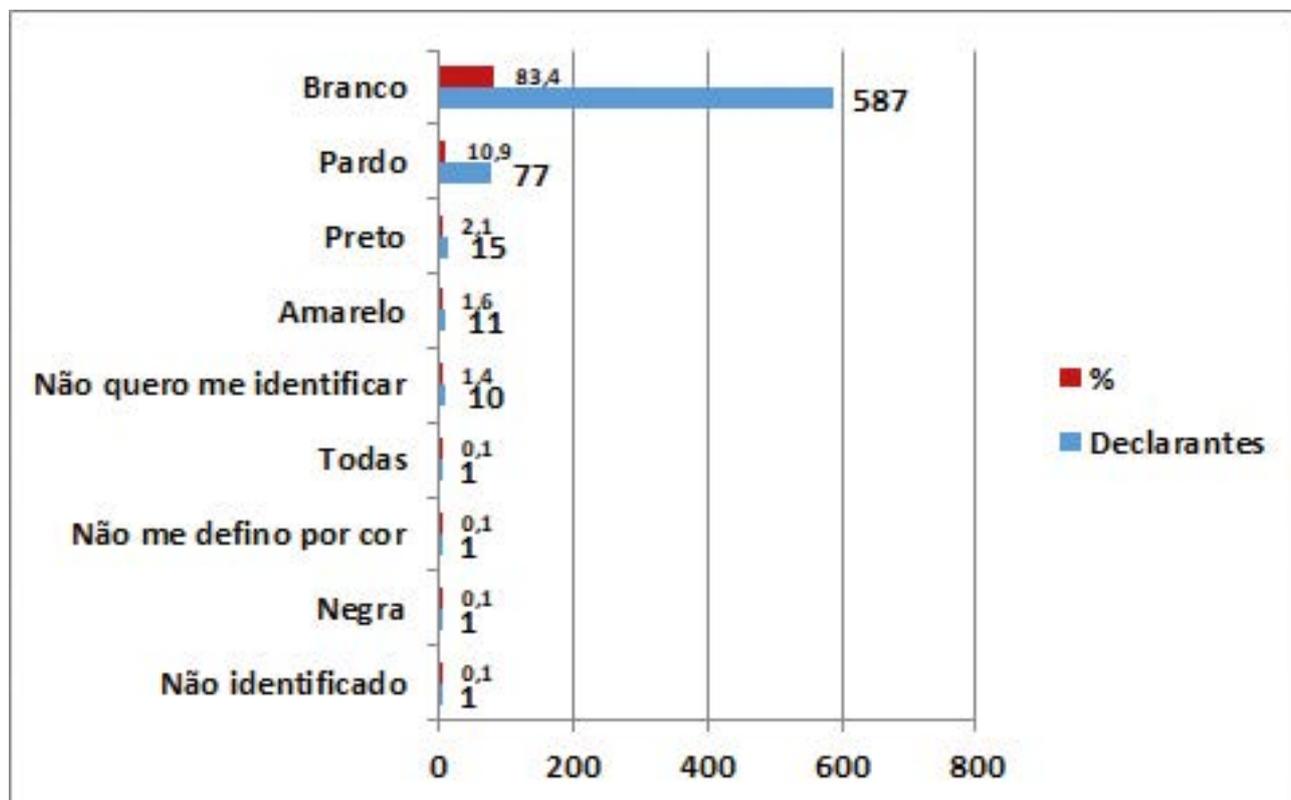
Distribuição dos entrevistados por cor.

Sobre a autoidentificação por cor, foi observado que se aproximaram dentro das categorias

que são utilizadas pela população brasileira. A distribuição por cor apresentou-se pela autoidentificação como branco, negra, preto,

amarelo e pardo. O resultado encontra-se apresentado no Gráfico 38.

Gráfico 38: Distribuição por cor. Número de declarantes.
%. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

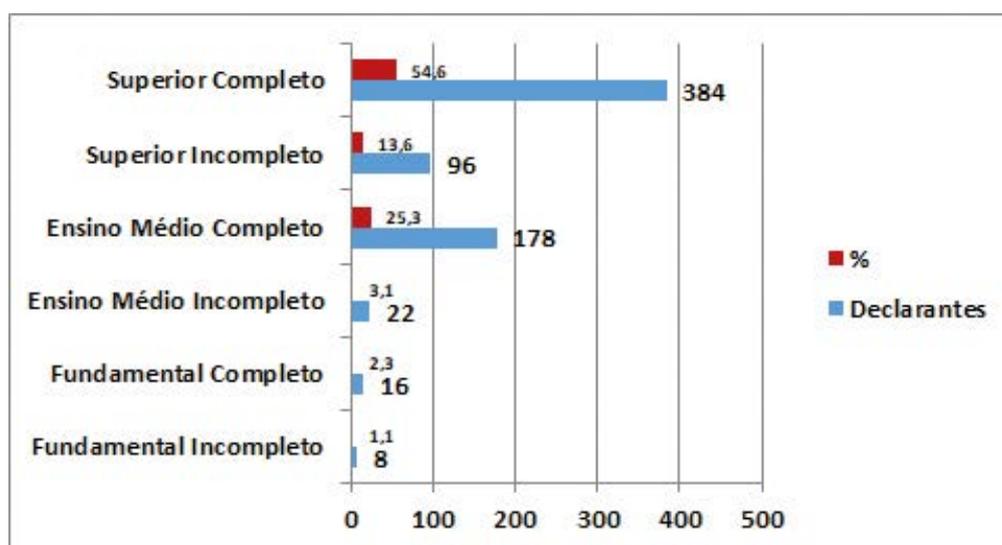
Os resultados apontaram para uma maior participação de pessoas que se identificaram como brancas, em 83,4%, seguidas por pessoas que se identificaram como pardas, em 10,9%. Pessoas que se identificaram como preto em 2,1% e, como negra, em 0,1%. Para pessoas identificadas como amarelas deu-se em 1,6% dos entrevistados.

As demais menções, tais como “todas”, “não me defino por cor” e “não se identificou”, estas registraram uma participação em 0,1% cada, totalizando 704 declarações.

Grau de escolaridade.

Os dados coletados sobre a escolaridade dos entrevistados encontram-se considerando as etapas de estudos que foram iniciadas e se foram concluídas. Dentre as funções que exerce o grau de ensino escolar, a escolaridade, considera-se que se dirige para garantir e gerar o aumento da empregabilidade e de possibilidades de maior renda. Dentre outras coisas, a possibilidade de melhor discernimento sobre a realidade vivida. O Gráfico 39 apresenta a escolaridade dos participantes.

Gráfico 39: Escolaridade. Número de declarantes. %.
Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

O resultado aponta que 54,6% dos entrevistados mencionaram ter o ensino superior completo e 13,6% com o ensino superior incompleto. São dados que sinalizam maior estágio de profissionalização dos entrevistados.

Para entrevistados com o ensino médio completo, deu-se em 25,3% e, nesse mesmo ciclo, em 3,2% como incompleto.

Entrevistados com o ensino fundamental completo e ensino fundamental incompleto, estes deram-se, respectivamente, em 2,3% e 1,1% dos declarantes, totalizando 704 entrevistados.

Em uma comparação aos dados do IBGE (2021)⁶ referentes ao quarto trimestre de 2020, no Brasil a população se apresentava com o ensino superior completo em 13,8% e ensino superior incompleto em 4,6%. Para o ensino

médio completo e incompleto, respectivamente em 23,8% e 6,1%. Para o ensino fundamental completo e incompleto, respectivamente em 7,4% e 31,9%.

Os dados acima revelam que os entrevistados, nesta Consulta Pública, superaram o nível de escolaridade da média brasileira.

Presença de pessoa não alfabetizada morando junto ao entrevistado.

A pesquisa buscou averiguar a presença de pessoas não alfabetizadas morando nas residências dos entrevistados. O resultado apresentou 33 declarações, ou seja, 4,7% dos entrevistados mencionou haver a presença de pessoas sem alfabetização morando com esses declarantes.

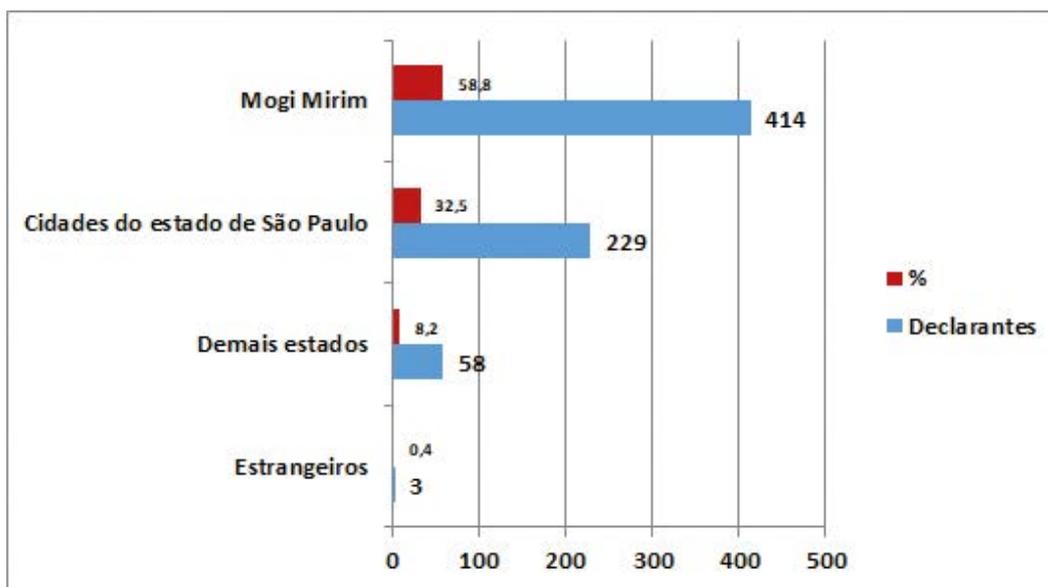
⁶ Fonte: IBGE - <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5919>

Cidade de origem dos entrevistados.

Segundo o Censo realizado em 2010 pelo IBGE⁷, no Brasil, 35,4% da população não residia no município onde havia nascido. A origem dos

entrevistados está apresentada no Gráfico 40 por distribuição para Mogi Mirim, cidades do estado de São Paulo, demais estados da federação e de outras nacionalidades.

Gráfico 40: Cidade de origem. Número de declarantes. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Mogi Mirim se apresentou para 58,8% dos entrevistados como cidade de origem e, 41,2% dos entrevistados declararam suas origens em outras cidades, superando os dados do IBGE no censo de 2010 mencionado.

Esse detalhe faz com que o município tenha se apresentado com uma vocação de cidade acolhedora.

Os resultados mostraram que os entrevistados nascidos em outras cidades, mas pertencentes ao estado de São Paulo deu-se em 32,5%, chamando

a atenção para os de origem de Mogi Guaçu, cidade fronteira, sendo esta participação em 3,1% da totalidade dos entrevistados de origem em outras cidades do estado de São Paulo.

Cidades pertencentes a outros estados da federação, a totalidade deu-se em 8,2%, igualmente chamando a atenção para migrantes nascidos no estado de Minas Gerais, os quais participaram com 4,1% desse total. Ou seja, dos entrevistados nascidos em outros estados, 50,0% deles eram de origem de cidades mineiras.

⁷ Fonte: IBGE - <https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article/95-7a12/7a12-vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/1471-migracao-e-deslocamento.html>

Vindos do exterior, a participação de estrangeiro nas entrevistas deu-se em 0,4% dos declarantes.

Condições de moradia enquanto própria ou alugada.

O IBGE (2021)⁸, com dados de 2019, menciona que no Brasil, os imóveis alugados representavam 18,3% das moradias e os cedidos, 8,9%. Em Mogi Mirim, dentre os entrevistados, o resultado revelou que 81,7% moravam em casas próprias

e 18,3% encontravam-se em moradias com dependência de gastos com aluguel, exatamente dentro da média apresentada pelo IBGE.

Considerando a possibilidade de identificar entrevistados com origem em Mogi Mirim e migrantes de demais cidades, a Tabela 76 expõe a distribuição do número dos entrevistados em moradias próprias e alugadas em relação à origem.

Tabela 76: Origem. Moradia própria e alugada. Número de entrevistados. %. Mogi Mirim. 2021.

Origem	Casa própria	Próp. %	Casa alugada	Alug. %
Mogi Mirim	353	85.2	61	14.7
Migrantes	222	76,5	68	23.5
Totais	575	81,7	129	18,3

Fonte: Consulta Pública (2021).

Dentre os entrevistados vindos de demais cidades, 76,5% já se encontravam em suas casas próprias. Para os demais com origens em outras cidades, 23,5% estavam com suas moradias com pagamento de aluguel.

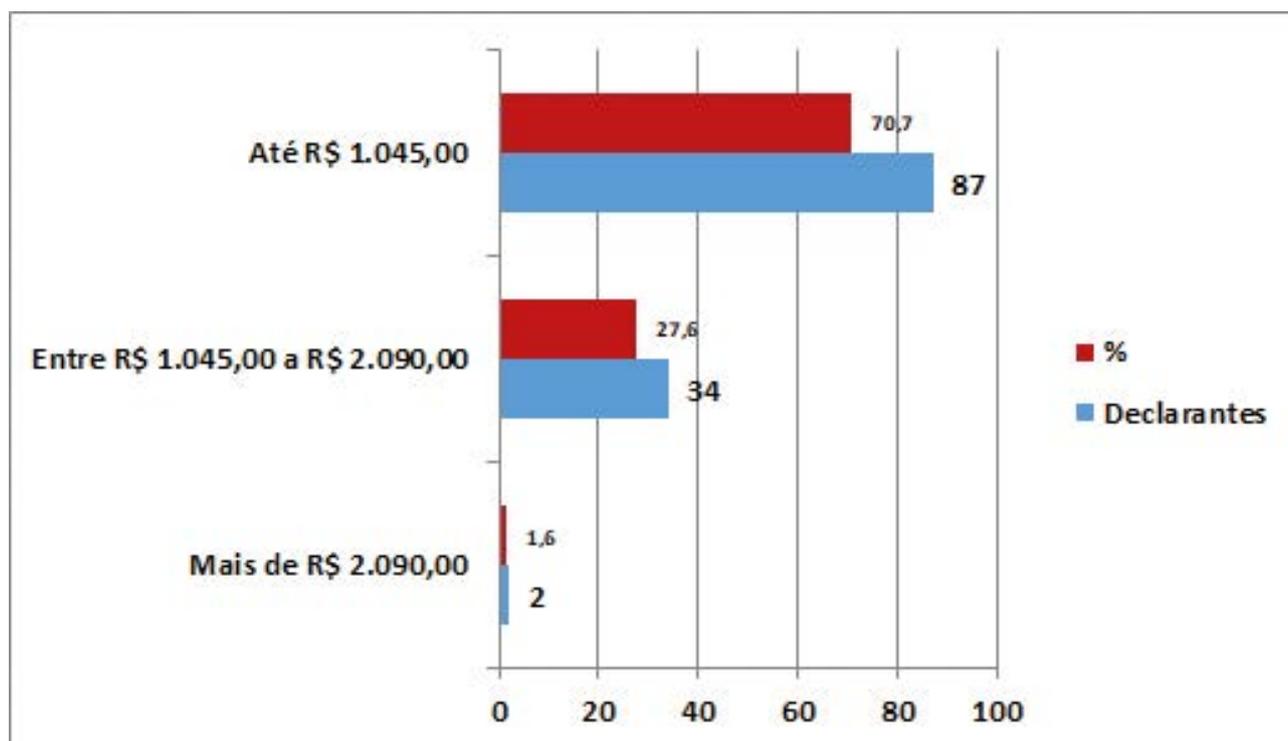
Para as pessoas de origem em Mogi Mirim, 85,2% delas mencionaram residir em casa própria e 14,7% residiam em casa de aluguel, apresentando menor porcentagem em casa alugada que a média brasileira.

Valores pagos pelo aluguel da residência.

Segundo as declarações obtidas por um total de 123 entrevistados, os valores pagos pelos domicílios alugados podem ser observados em três classes de valores observadas, sendo de até um salário mínimo; entre um e dois e, mais de dois salários mínimos, considerando o salário mínimo à época da consulta em R\$ 1.045,00, cujos resultados estão expostos no Gráfico 41.

⁸ Fonte: IBGE - <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/maioria-dos-brasileiros-mora-em-casa-e-e-dona-do-imovel-mostra-ibge>

Gráfico 41: Valores pagos pelo aluguel. Até um S. M. Entre um e dois S. M. Mais de dois S. M. Número de declarantes. %. Entrevistados. Mogi Mirim, 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Sobre os valores declarados com gastos pelo aluguel, as declarações com até o valor de R\$ 1.045,00, totalizaram 70,7% dos entrevistados. Nesta faixa, foi observado que a média do valor pago pelo aluguel foi de R\$ 770,80.

Para os moradores com despesas de aluguel com valores superiores ao salário mínimo, acima de R\$ 1.045,00 até R\$ 2.090,00, esse grupo de entrevistados, em um total de 34, representou 27,6%, sendo que o valor médio pago pelo aluguel foi em R\$ 1.413,00.

Para valores acima de dois salários, apresentaram-se dois declarantes, 1,6%, com o valor médio em R\$ 2.800,00.

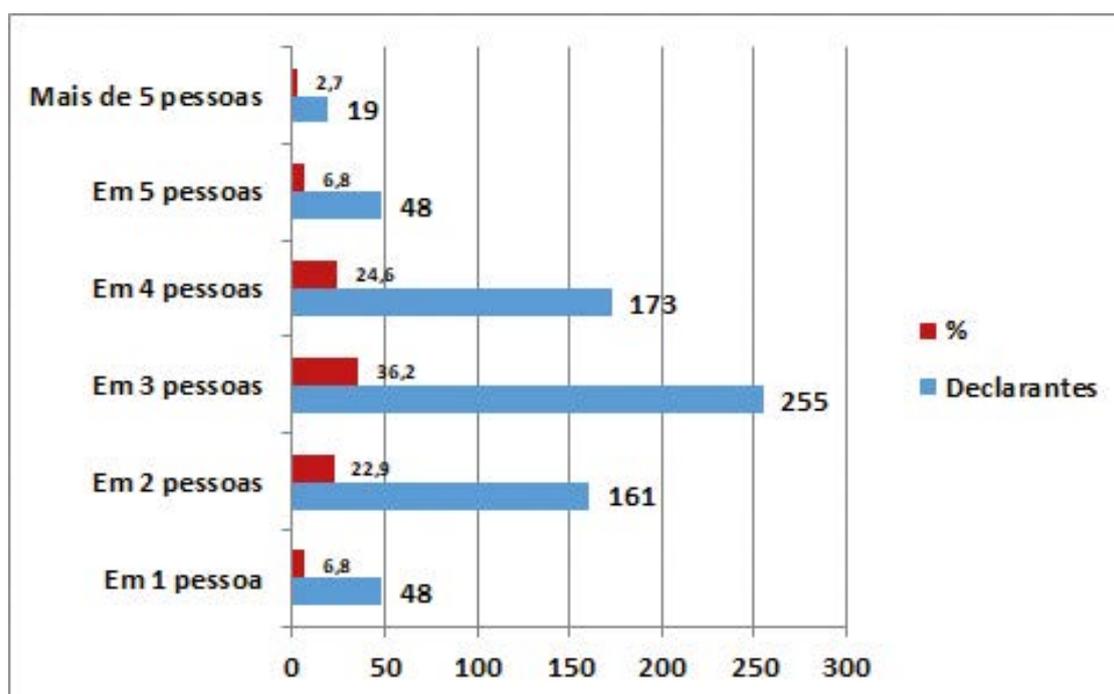
Em análise aos dados, considerando o total dos

entrevistados declarantes, estes apontaram para um movimento econômico gerado no segmento imobiliário com pagamento de aluguel, em R\$ 67.059,00 para moradores com gastos de até um salário mínimo. Moradores com gastos entre um e dois salários mínimos, o valor atingiu R\$ 48.040,00. Para acima de dois salários, em R\$ 5.600,00, totalizando R\$ 120.699,00 mensais em circulação no município.

Densidade domiciliar.

A densidade domiciliar trata-se de um dado estatístico que revela o número de pessoas moradoras nos domicílios particulares. O Gráfico 42 apresenta o número de habitantes por domicílio dos entrevistados.

Gráfico 42: Densidade domiciliar. Número de declarantes.
%. Entrevistados. Mogi Mirim, 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

A porcentagem maior se apresentou para uma densidade de habitantes por domicílio, em três pessoas, 36,2% dos entrevistados, podendo ser considerado uma estrutura familiar como sendo o casal e um filho. Em seguida, apresentou o número de quatro habitantes por domicílio, em 24,6% dos entrevistados.

Em duas pessoas no domicílio deu-se em 22,9% e, em uma única pessoa, em 6,8%. Para uma densidade de cinco habitantes por domicílio e para mais de cinco deu-se respectivamente em 6,8% e 2,7% sendo esta última o menor patamar apresentado.

Segundo a Fundação SEADE⁹, com dados de

2010, a densidade domiciliar no estado de São Paulo foi de 3,22 habitantes por domicílio, semelhante à média nacional (3,33 hab./dom.).

Em análise aos dados apresentados, na relação de totalidade de habitantes por domicílio, o resultado apresentou Mogi Mirim com predomínio de 3,1 habitantes por domicílio, abaixo da média paulista e mesmo brasileira.

Atividade profissional.

A profissão de uma pessoa está relacionada a uma atividade especializada em determinada área de ofício, envolvendo uma remuneração para

⁹ Fonte: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/retratosdesp/view/index.php?indId=8&temaId=1&locId=1000#:~:text=A%20densidade%20domiciliar%20em%20S%C3%A3o,33%20hab.%2Fdom.>

que tenha condições econômicas de reproduzir socialmente a si e a sua família. Assim, o profissional trata-se daquele indivíduo que possui habilidades apropriadas e qualificação

específica para uma função laboral. Nesta pesquisa, a Tabela 77 apresenta as características profissionais dos entrevistados.

Tabela 77: Profissões declaradas. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Profissão declarada	Total
Comerciante / Empresário	72
Professor / Pedagogo / Diretor / Coordenador	58
Funcionário / Servidor público	28
Administrador de empresa	15
Auxiliar / Assistente administrativo	14
Engenheiro	14
Corretor de seguros	13
Vendedor/a	13
Advogado	9
Balconista / Atendente	9
Gerente comercial	8
Jornalista	6
Motorista / Motorista de aplicativo	6
Recepcionista	6
Vigilante patrimonial	6
Contador	6
Analista de Sistemas	5
Assistente / Analista / Gerente / Administrador financeiro	5
Autônomo	5
Auxiliar de escritório / Auxiliar de Dep. Pessoal	5
Fisioterapeuta	5
Mecânico	5
Psicólogo	5
Assessor	4
Cabeleireira	4
Caixa	4
Designer	4
Laminador de parafusos / Metalúrgico	4
Almoxarife	3
Assistente social	3
Auditor Interno	3
Auxiliar de produção	3
Compradora	3
Doméstica	3
Eletricista	3
Líder de mercado	3

Marketing / Assistente / Diretor	3
Nutricionista	3
Secretária	3
Servente	3
Técnica / Auxiliar de enfermagem	3
Agricultor	2
Analista de <i>customer success</i>	2
Analista de Sinistro Junior / Atendente de Sinistro	2
Apoio operacional / Auxiliar de serviço	2
Assistente comercial	2
Assistente de eventos	2
Babysister / Babá	2
Coordenadora de entidade assistencial / Diretora de instituição filantrópica	2
Dentista	2
Encanador	2
Gerente de TI e Processos	2
Gestor pós-vendas	2
Gestora de vendas	2
Manicure e depilação	2
Massoterapeuta / Agente de oficina terapêutica	2
Médico	2
Montador / Montador soldador	2
Representante Comercial	2
Técnico em informática	2
Açougueiro	1
Aeroviário	1
Agente Comunitária de Saúde	1
Agente penitenciária	1
Agente prevenção de perdas	1
Analista de benefício	1
Analista de planejamento	1
Analista de Qualidade	1
Analista DE RH	1
Assessor Setorial	1
Assessoria em comércio exterior	1
Assistente de administração (agente de registro)	1
Assistente de Comunicação	1
Auxiliar de cobrança	1
Auxiliar de faturamento	1
Bancário	1
Bióloga	1
Bombeiro	1
Conciliação / mediação - TJSP	1
Confeiteira	1
Cozinheiro	1
Cuidadora	1

Diarista	1
Diretora Executiva	1
Do lar	1
Empilhadeiraista	1
Entregadora do mercado livre	1
Escrevente de Cartório	1
Esteticista	1
Faxineira	1
Gerente de produção	1
Guarda Civil Municipal	1
Jovem aprendiz	1
Leiturista	1
Líder de produção	1
Médica Veterinária	1
Monitor de esportes	1
Motorista Socorrista	1
Músico	1
Oficial de manutenção	1
Operador de manufatura	1
Operador de monitoramento	1
Ourives	1
Pesquisadora	1
Profissional do ramo alimentício	1
Projetista Mecânico	1
Publicitário	1
Radialista	1
Repórter	1
Securitário	1
Supervisora de RH	1
Taróloga, Humanoterapeuta	1
Técnica em contabilidade	1
Técnico de segurança do trabalho	1
Técnico em Edificações	1
Treinamentos empresariais	1
Urbanista	1
Vigilância Sanitária	1
Total	473

Fonte: Consulta Pública (2021).

Dentre os entrevistados, 66,3% declararam a sua profissão, sendo este total em 473 pessoas distribuídas em 119 atividades profissionais identificadas nas declarações.

O grupo de profissionais de maior participação deu-se para os que declararam como comerciantes e como empresários, em um patamar de 15,1% dos entrevistados.

O segmento profissional relacionado à educação, os quais foram menções de como professor, pedagogo, diretor escolar, coordenador de escola e demais, essas profissões declaradas constituíram o segundo maior grupo de profissionais, em um patamar de 12,2% dos entrevistados.

Os profissionais da educação são seguidos pelos entrevistados que declararam serem funcionários ou servidores públicos em 5,9%.

As demais profissões constantes na tabela, em patamares menores, totalizaram 66,8% das atividades profissionais.

Observou-se o destaque para os profissionais

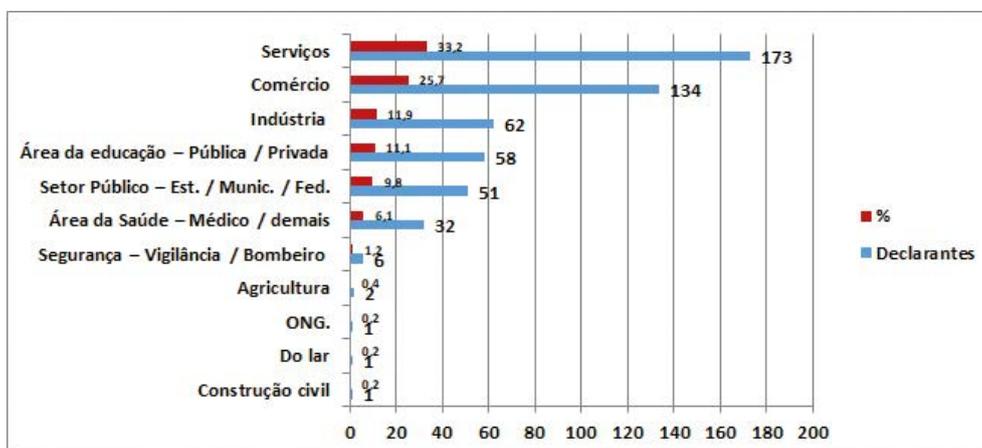
da área econômica como comerciantes e empresários.

Segmento econômico de trabalho declarado pelos entrevistados.

Para identificação da atividade por segmento econômico, optou-se em agrupar os profissionais da educação, agrupar os profissionais do setor público, os profissionais da saúde, assim como os profissionais da segurança. Embora seja reconhecido que essas profissões se apresentam junto ao setor de Serviços, esta opção deu-se por observar que foram áreas amplamente mencionadas nesta consulta pública. Assim como os demais profissionais foram distribuídos dentro dos setores para maior compreensão e análise da participação profissional.

Esta classificação se justifica por profissionais entrevistados terem maiores habilidades em detalhar as suas áreas ao contribuírem com suas declarações nesta pesquisa. As profissões por segmentos econômicos encontram-se no Gráfico 43.

Gráfico 43: Segmento de atividade econômica. Número de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

O segmento econômico de maior destaque mostrou-se para o segmento de Serviços em um patamar de 33,2%. Esta atividade é seguida pelo Setor de Comércio com 25,7% e pelo Setor da Indústria em 11,9%.

Por ter sido observado em nossas análises o alto patamar de profissionais da Educação, como serviços públicos ou privados, esses profissionais se apresentaram em 11,1% de participação.

Uma observação deve ser feita quanto ao segmento Setor Público, com 9,8% de participação entre os segmentos. Nesta sistematização optou-se em incluir profissões mencionadas cuja atuação do profissional foi identificada dentro do Segmento do Setor Público declarado pelo entrevistado, como exemplo, engenheiros, mecânicos, eletricitas e demais profissionais atuando nesse segmento.

Profissionais dentro do segmento da área da Saúde apresentaram-se em 6,1% de participação.

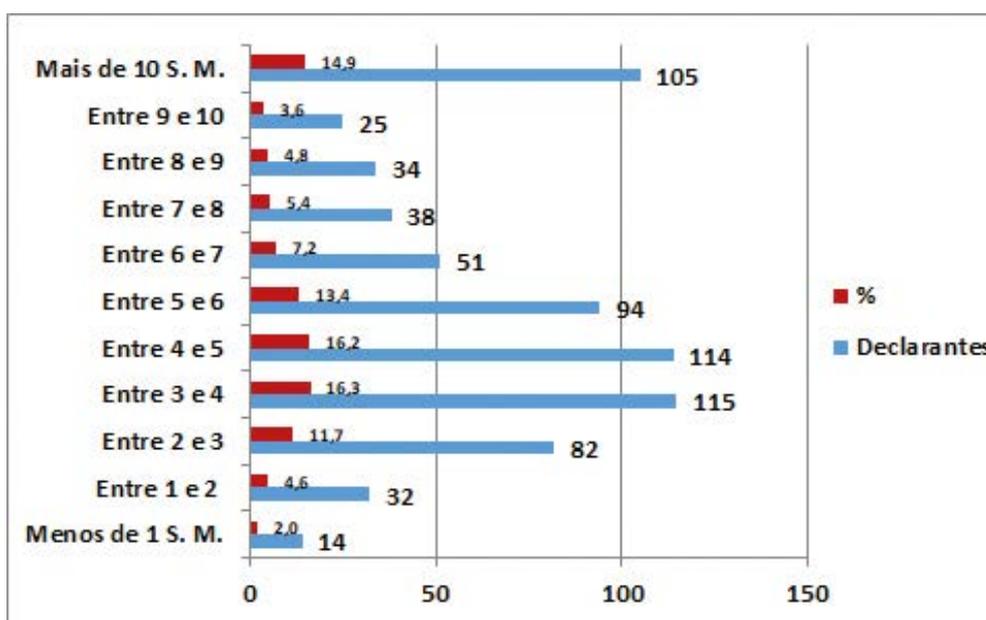
Profissionais da área de Segurança, cujo tema fora abordado igualmente de forma ampla pelos entrevistados, dentre eles, encontrou-se 1,2%.

Para o Setor Agricultura, o patamar atingiu 0,4%. A declaração como Do lar, como profissão, assim como declarantes do Setor da Construção Civil e de Organização Não Governamental – ONG, esses três setores apresentaram respectivamente 0,2% cada setor, um representante cada.

Renda familiar

A renda familiar trata-se da soma das rendas mensais dos componentes do grupo familiar. Para uma análise sobre o rendimento médio familiar dos entrevistados, a renda mensal da família em salários mínimos pode ser observada no Gráfico 44.

Gráfico 44: Renda mensal familiar. Salários mínimos. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

A renda familiar entre três e quatro salários mínimos, os resultados sinalizaram para esta faixa por 16,3% dos entrevistados. Famílias com rendas em até cinco salários deram-se para 16,2% dos declarantes. Estas se apresentaram como as rendas em maiores patamares, totalizando 229 famílias, 32,5% dos entrevistados com rendas familiares entre 3 a 5 salários mínimos.

Destaca-se ter havido um salto em renda para o terceiro patamar, no qual se apresentaram declarantes com rendas familiares com mais de dez salários, em 14,9% dos declarantes.

Renda familiar entre cinco e seis salários, em 13,4%, apresentou-se em quarto patamar. Para as famílias de renda entre dois e três salários, em 11,7%, apontaram-se como quinto patamar de renda familiar.

Destaca-se para as frações de rendas familiares, as quais decrescem em participação e se apresentaram para rendas entre seis e sete em 7,2%; de sete a oito em 5,4%, entre oito e nove salários em 4,8%, assim como entre nove e

dez em 3,6% de participação. Portanto, houve um decréscimo de participação nessas rendas familiares entre seis e dez salários mínimos e um salto para mais de dez salários.

Entrevistados com renda familiar entre um e dois salários deu-se em 4,6.

Já para as famílias com rendas em menos de um salário, em 2,0% dos entrevistados, totalizando 14 famílias, um grupo familiar podendo estar exposto à vulnerabilidade econômica e social.

Perfil da composição familiar dos declarantes com renda acima de dez salários mínimos.

Após as análises terem apontado decréscimo em participação de rendas familiares entre seis e dez salários, de 7,2% para 3,6%, Em observação ao salto notado para declarantes com renda acima de dez salários mínimos, para 14,9%, a Tabela 78 apresenta a composição familiar e o número de pessoas empregadas para compreensão do resultado.

Tabela 78: Composição familiar. Pessoas empregadas. Declarantes com renda acima de dez salários mínimos. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Pessoas na família	Pessoas empregadas	Declarantes	%
3	3	29	28,7
4	3	23	22,8
2	2	18	17,8
3	1	8	7,9
1	1	8	7,9
5	3	7	6,9
2	1	4	4
5	5	2	2
4	1	1	1
7	7	1	1
Total		101	100

Fonte: Consulta Pública (2021).

Dentre os entrevistados, a composição familiar em três pessoas e todas empregadas apresentou-se como a de maior expressão, em 28,7%, seguida pela composição de quatro pessoas na família e com três empregadas, em 22,8%. A composição em duas pessoas e com as mesmas duas trabalhando deu-se em terceiro patamar, em 17,8%.

A composição de três pessoas na família e uma única trabalhando apresentou-se em 7,9% e igualmente em 7,9% para a composição de uma única pessoa e estando trabalhando. Em cinco pessoas na família e com três trabalhando apresentou-se em 6,9%. As famílias mais numerosas, com mais de cinco pessoas e mais de sete, com todas trabalhando foi declarada por três entrevistados, sendo as demais em menores patamares.

As análises permitiram observar ter havido uma maior participação dentro da composição familiar, em uma média de 74,3% das pessoas que compõe a renda familiar, as quais estavam trabalhando. Ou seja, em um exercício, aproximadamente, em uma família composta por quatro pessoas, três estavam trabalhando, com uma renda média per capita de R\$ 3.193,05 mensais. Resultado que pode ser levado em consideração ao salto ocorrido, como observado nos resultados.

Perfil da composição familiar dos declarantes com renda abaixo de um salário mínimo.

Por outro lado, as famílias com rendas em menos de um salário mínimo, em 2,0% dos entrevistados, a composição familiar e as pessoas empregadas encontram-se na Tabela 79:

Tabela 79: Composição familiar. Pessoas empregadas. Declarantes com renda menor que um salário mínimo. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Pessoas na família	Pessoas empregadas	Declarantes	%
3	0	3	21,4
2	0	3	21,4
3	1	2	14,3
4	0	2	14,3
1	1	2	14,3
5	1	1	7,1
4	1	1	7,1
Total		14	100

Fonte: Consulta Pública (2021).

Observou-se que famílias com composição em três pessoas e todas desempregadas, deu-se em 21,4% das famílias com rendas inferiores a um salário mínimo. Igualmente, para a composição familiar de duas pessoas sem estarem trabalhando deu-se no mesmo patamar de 21,4%.

Famílias compostas por três pessoas, com uma única trabalhando apontou um patamar de 14,3%. Assim como as famílias compostas por quatro pessoas e todas desempregadas e, as pessoas morando sozinhas, em igualmente 14,3%.

A família com cinco pessoas e a família com 4 pessoas, com uma única em cada trabalhando, ambas deram-se em 7,1%.

Em uma análise sobre o rendimento familiar, a média dessas famílias encontrou-se em valores menores de R\$ 451,27, sendo que a menor média de renda familiar deu-se em R\$ 220,39.

Como destaque, dentre desse grupo de 14 entrevistados, em análise ao recebimento de benefício do governo, apenas um declarou receber Auxílio Emergencial (pandemia), três declararam receber a Bolsa Família e um

declarante mencionou o valor de R\$ 357,00 sem especificar a origem. Os demais não declararam haver recebido benefício algum.

Quanto ao grau de escolaridade, com o ensino superior completo e ensino superior incompleto apresentou-se respectivamente em 14,3%. Com ensino médio completo, deu-se para 50,0% dos declarantes. Ensino médio incompleto, ensino fundamental incompleto e ensino fundamental completo, para esses três ciclos deram-se em 7,1% de participação para cada ciclo.

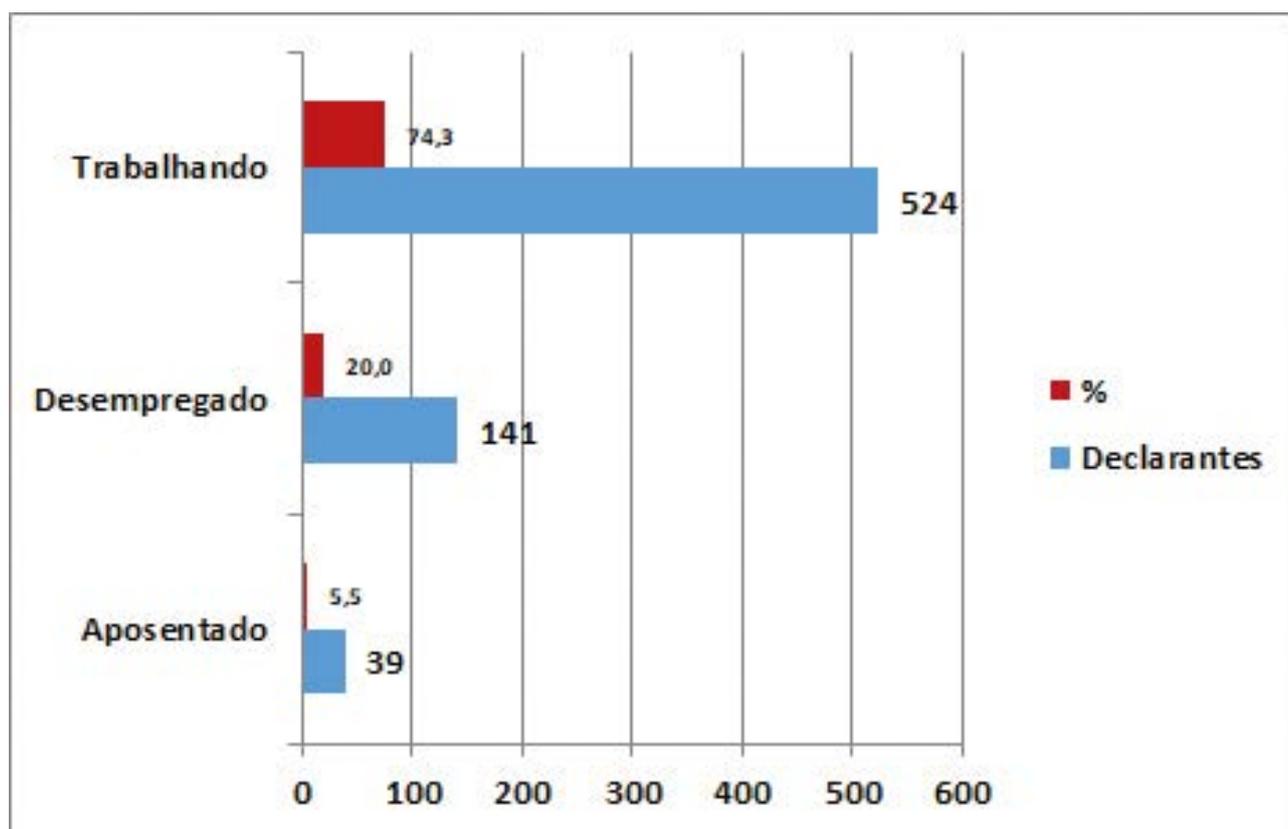
Esse grupo de entrevistados representou a necessidade urgente de um plano de governo para a geração de trabalho e renda que seja sustentável para a reprodução social.

Característica da situação de Ocupação e Desemprego.

Os dados do IBGE¹⁰ referentes ao ano de 2015 apontam que a taxa de desocupação das pessoas foi de 9,6% na média brasileira. A pesquisa buscou identificar as características da situação de ocupação, as quais se apresentam no Gráfico 45.

¹⁰ Fonte: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/trabalho/taxa-de-desocupacao.html>

Gráfico 45: Situação de ocupação. Número de declarantes.
%. Entrevistados. Mogi Mirim, 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Dentre os entrevistados, 74,3% mencionaram estarem trabalhando e 5,5% estavam em situação de aposentados, portanto, dois grupos, teoricamente com renda para, de certa forma, a sua reprodução social e de sua família.

Contudo, chama a atenção para o grupo em situação de desempregado, em um patamar de 20,0% dos entrevistados.

Embora o IBGE não considere como desempregadas as pessoas que dedicam seu tempo somente aos estudos, assim como uma dona de casa que não trabalha fora, a taxa de desemprego no quarto trimestre de 2020,

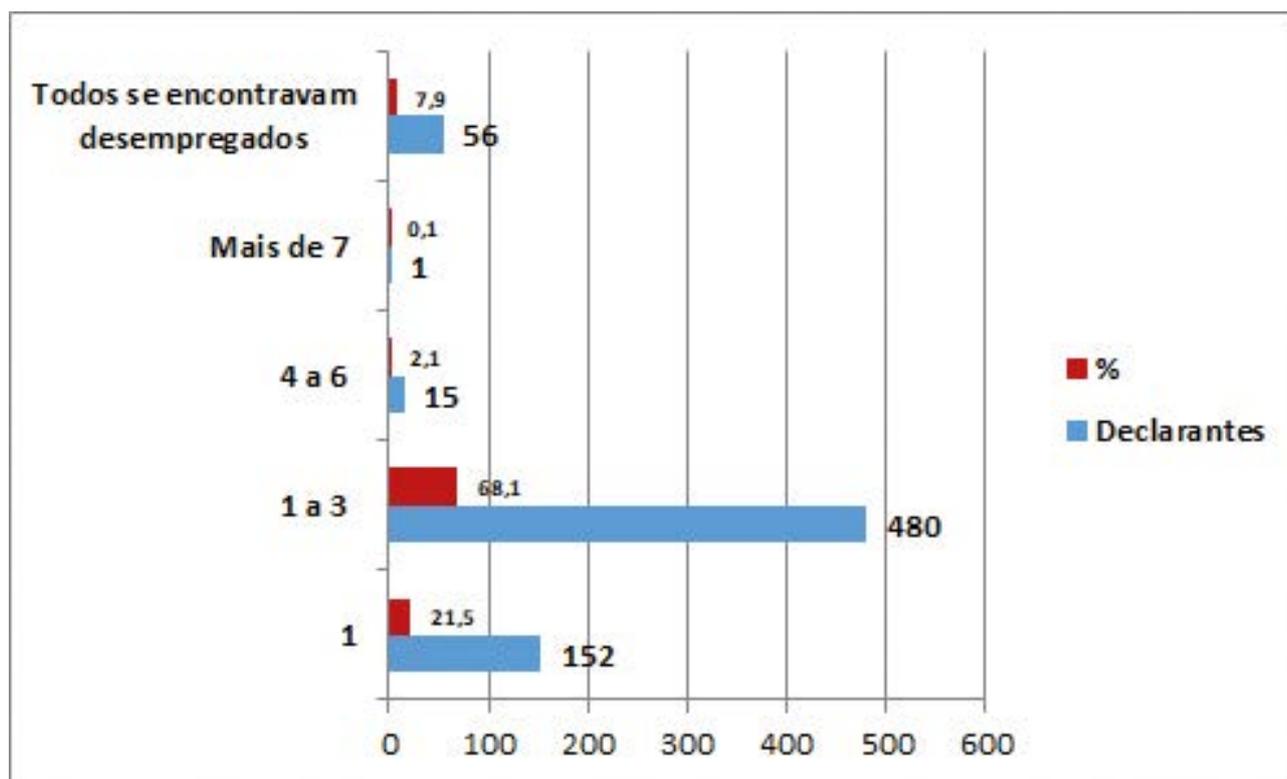
segundo o IBGE (2021)¹¹, havia chegado em 13,9%. Portanto, dentre os entrevistados, os desempregados em 20,0% superaram em 6,1% a média nacional e em 10,4% acima em relação ao ano de 2015.

Pessoas empregadas dentro da estrutura familiar.

Como contribuição às análises, tem-se a observação sobre a relação de emprego dentro da estrutura familiar averiguando o número de pessoas empregadas no domicílio, sendo esta relação apresentada no Gráfico 46.

¹¹ Fonte: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

Gráfico 46: Pessoas no domicílio com emprego. Número de declarantes. %. Entrevistados. Mogi Mirim, 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

O maior patamar apresentou-se para domicílios de 1 a 3 habitantes em situação de empregados, para 68,1%. Com uma única pessoa com emprego no domicílio, esta participação deu-se em 21,5%, em segundo patamar.

Domicílios de 4 a 6 empregados esse número apresentou-se em 2,1%. Para domicílios com mais de 7 pessoas empregadas apontou para um único domicílio participando em 0,1% dos entrevistados.

Segundo dados do IPEA (2021)¹², cerca de 18,8 milhões de famílias brasileiras sobreviviam, em novembro de 2020, sem nenhuma fonte de renda obtida através do trabalho. O montante equivale

a 27,25% de todos os domicílios do País.

Destaca-se que dentre os entrevistados, a declaração de que “todos se encontravam desempregados”, esta se deu para 56 declarantes, 7,9% dos entrevistados.

Este resultado requer maiores atenções por parte do poder público, da assistência social em averiguar a possível situação de exposição à vulnerabilidade dessas famílias.

Recebimento de benefício governamental.

Por ter sido observado certa disparidade de renda familiar, foi realizado o levantamento

¹² https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37321&Itemid=1

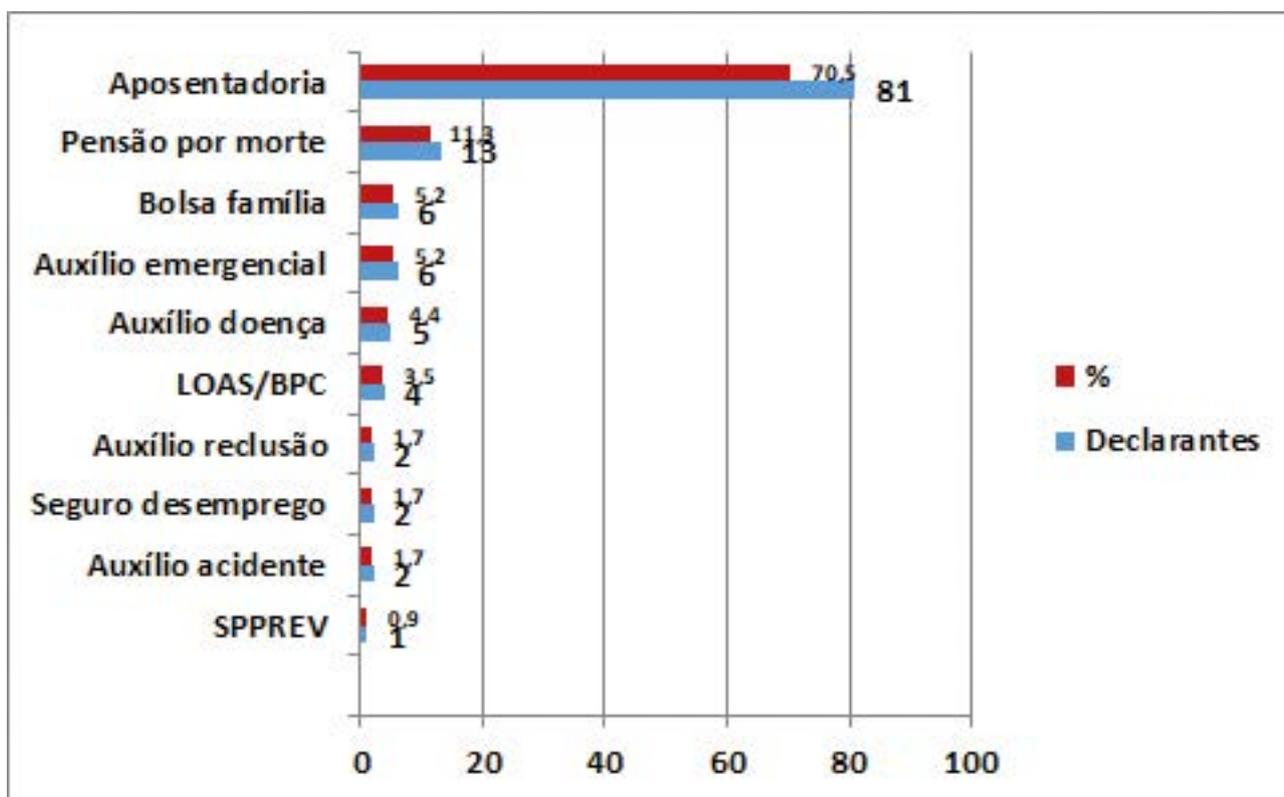
sobre o recebimento de algum tipo de benefício do governo na família e os valores recebidos por esses benefícios.

Apresentaram-se declarantes confirmando o recebimento, em haver na família algum membro recebendo benefício governamental,

por 145 entrevistados, 20,6% dos participantes da consulta.

Do total de confirmações, 122 mencionaram o tipo de benefício recebido, os quais estão expostos no Gráfico 47.

Gráfico 47: Tipo de benefício. Número de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).-

Como Aposentadoria, dentro dos benefícios previdenciários, esta categoria recebeu uma participação em 70,5%. A aposentadoria é seguida pela Pensão por morte por 11,3% dos declarantes.

A Bolsa Família se apresentou como 5,2% dos declarantes. Igualmente, no mesmo patamar, o Auxílio emergencial, em 5,2% (deve-se observar

que a coleta de dados foi realizada durante a pandemia do Corona vírus). Essas duas categorias de auxílio são seguidas pelo benefício assistencial da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que assegura o pagamento do Benefício de Prestação Continuada – BPC, em 3,5% dos declarantes.

Declarações como Seguro desemprego, Auxílio

reclusão e Auxílio acidente, todos esses benefícios participaram com 1,7% cada. Já, declarantes que mencionaram receber o SPPREV, um declarante, em 0,9%.

Dentre os benefícios mencionados encontraram-se a aposentadoria pelo INSS e demais aposentadorias mencionadas, tais como DATAPREV e SPPREV.

Segundo o IBGE (2021)¹³, o recebimento de benefícios por programas sociais se apresentam, como por exemplo: bolsa família, benefício de prestação continuada (BPC), seguro desemprego, etc.

O Benefício de Prestação Continuada é assegurado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pago pelo Governo Federal e mantido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Por ela se tem a garantia de um

salário mínimo mensal a idosos e portadores de deficiência que comprovem não possuir meios de se sustentar ou de sustentar sua família.

É de responsabilidade do DATAPREV analisar dados para a concessão de benefícios como aposentadoria, pensão e seguro-desemprego. Já, a SPPREV se apresenta como responsável por administrar a folha de pagamento das pensões e aposentadorias da administração direta e indireta do Estado de São Paulo.

Valores dos benefícios declarados.

Dentre os 145 declarantes em haver recebimento de benefício na família, os valores foram mencionados por 48 entrevistados, cujos valores declarados por tipo de benefício e a média se encontram expostos na Tabela 80 em reais.

Tabela 80: Número de declarantes. Tipo de benefício. Maior valor. Menor valor. Média em reais. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Declarantes	Benefício	Maior valor em R\$	Menor valor em R\$	Média em R\$
33	Aposentadoria	6.900	700	2.470
3	Pensão por morte	2.300	1.100	1.500
3	Auxílio doença	2.500	2.000	2.167
2	Auxílio emergencial	-	-	300
2	Bolsa família	175	41	158
2	LOAS/BPC	1.100	1.045	1.073
1	Seguro desemprego	-	-	1.500
1	DATAPREV	-	-	4.070
1	SPPREV	-	-	2.700
48	Total / Média dos valores			1.771

Fonte: Consulta Pública (2021).

¹³ Fonte: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

Observou-se que o DATAPREV e SPPREV, com seus valores absolutos foram os de maiores em termos de benefícios governamentais, respectivamente em R\$ 4.070,00 e R\$ 2.700,00. O benefício Aposentadoria obteve segundo patamar com valor médio em R\$ 2.470,00.

Em sequência de valores apresentaram-se o Auxílio doença em uma média de R\$ 2.167,00, seguido pela Pensão por morte e pelo Seguro desemprego, ambos em R\$ 1.500,00 de média. Para o benefício da LOAS, a média foi em R\$ 1.073,00 e o auxílio emergencial em R\$ 300,00.

Destaca-se o auxílio Bolsa Família com apenas dois beneficiários, cujos valores foram os menores dentre os demais apontando a menor média, em R\$ 158,00. Já a média dos valores totais dos benefícios deu-se em R\$ 1.771,00

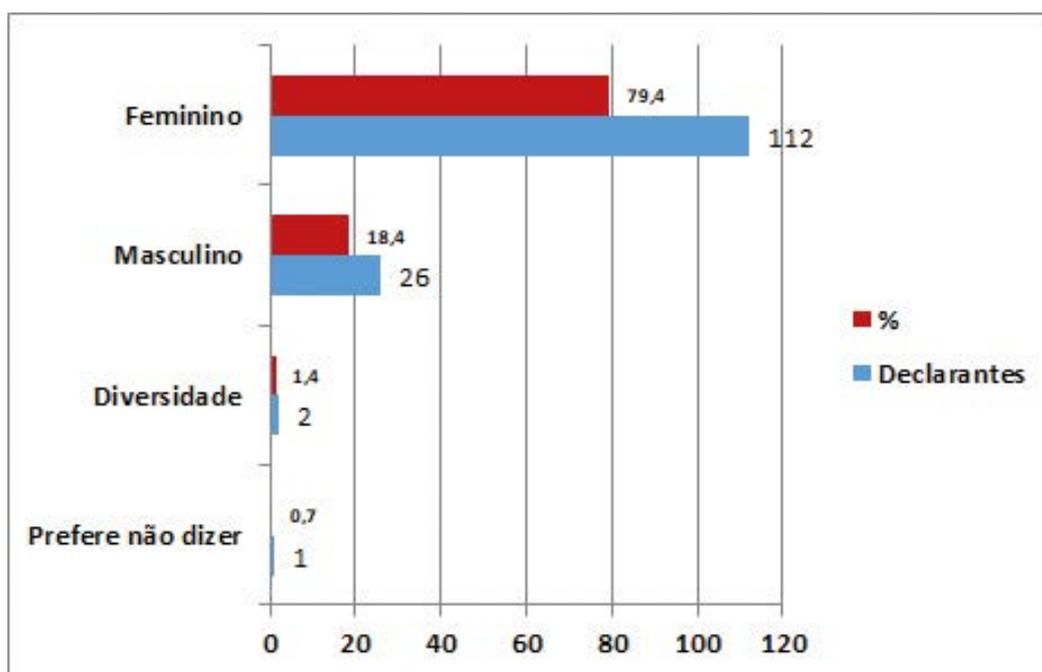
Torna-se importante ressaltar que, em nossas análises, dentre os 141 entrevistados que mencionaram não estar trabalhando, foi identificado um total de 30 entrevistados que apontaram estar recebendo algum tipo de benefício, ou seja, 21,3% dos declarantes desempregados recebiam algum valor monetário.

Sobre despesas de aluguel, dentre os declarantes como desempregados, 16,3% mencionaram pagar a moradia com aluguel, sendo observado um valor como máximo de R\$ 2.200,00 e um mínimo de R\$ 500,00 resultando em uma média de R\$ 882,00 mensais de aluguel, o que recai onerando as despesas familiares.

O perfil dos entrevistados sem ocupação por gênero é apresentado no Gráfico 48.

Perfil do grupo sem ocupação.

Gráfico 48: Grupo sem ocupação. Gênero. Número de declarantes. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



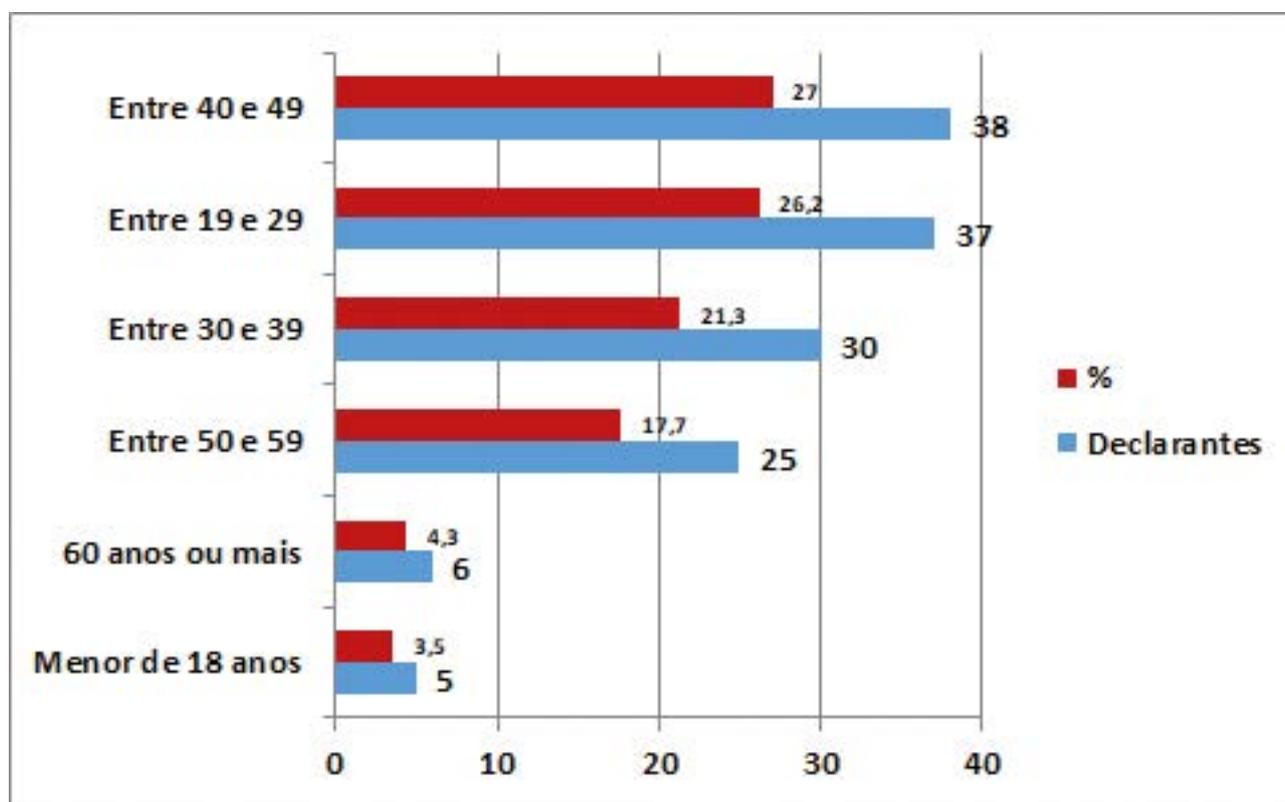
Fonte: Consulta Pública (2021).

Pode ser observado que o gênero feminino compareceu em maior patamar dentre os declarantes, em 79,4%, seguido pelos declarantes de gênero masculino em 18,4%. Declarante como diversidade apresentou-se em 1,4% e, declarante que preferiu não dizer, em 0,7% de participação no grupo dos entrevistados sem estarem trabalhando.

O destaque se dá ao observar o um alto patamar encontrado como sem ocupação para o gênero feminino ao comparar com os demais.

Como perfil dos entrevistados sem ocupação por grupo de idade, este pode ser observado no Gráfico 49.

Gráfico 49: Grupo sem ocupação. Faixa de idade. Número de declarantes. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Por faixa de idade, observou-se que entre 40 e 49 anos foi o grupo com maior número de pessoas não ocupadas, em 27,0% dos declarantes, um grupo de adultos. Este grupo é seguido pelo grupo de idade entre 19 e 29 anos em 26,2%.

Para o grupo entre 30 e 39 anos, este se

apresentou em 21,3% e é seguido pelo grupo com idade entre 50 e 59 anos em um patamar de 17,7% dos declarantes.

Com 60 anos ou mais e menor de 18 anos, esses dois grupos atingiram a menor participação, respectivamente, em 4,3% e 3,5% dos declarantes

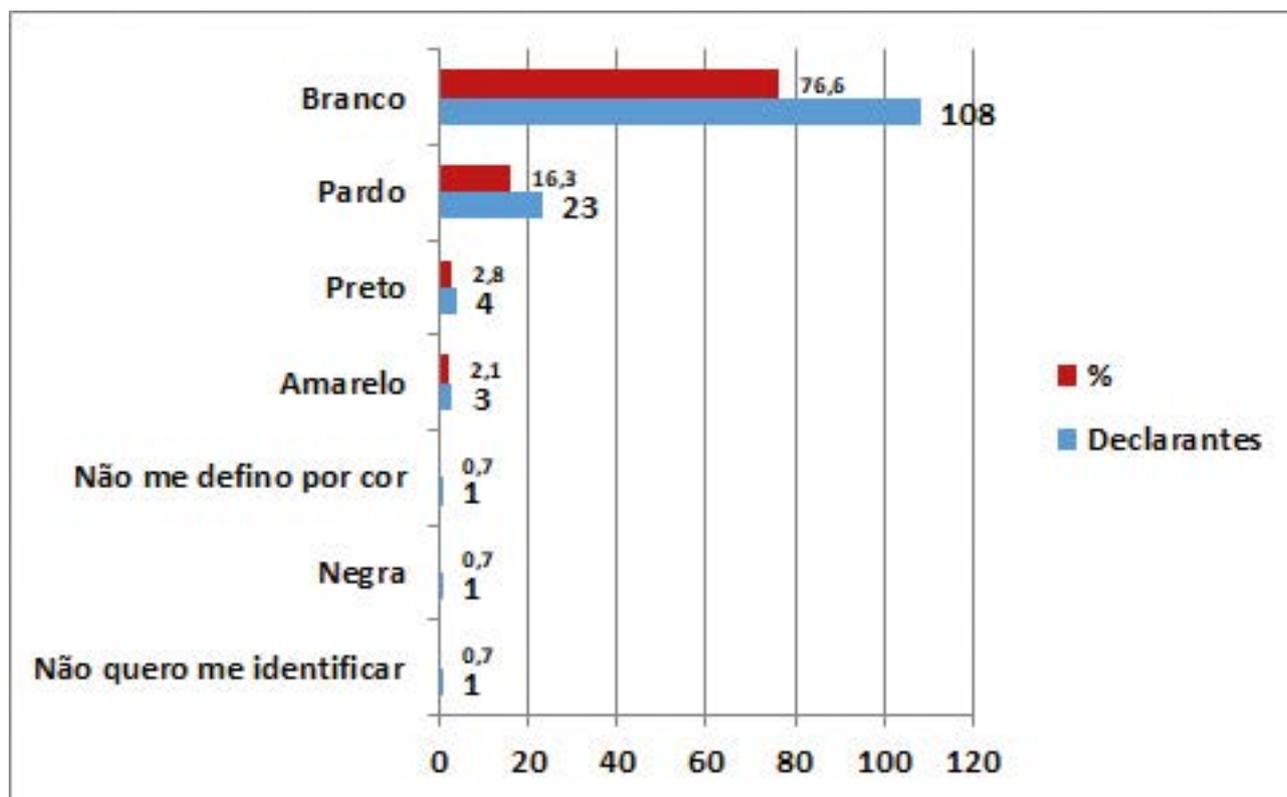
como desocupados.

Destaca-se, portanto, as frações dos entrevistados entre 19 e 59 anos, população considerada como em idade produtiva, cuja soma deu-se em 92,1%

dos não ocupados, um total de 130 entrevistados.

Quanto à cor declarada pelos entrevistados que mencionaram estarem desempregados, este perfil pode ser observado no Gráfico 50.

Gráfico 50: Grupo sem ocupação. Cor declarada. Número de declarantes. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).-

O resultado apontou que 76,6% dos entrevistados desempregados declararam-se como de cor branca e, 16,3% como de pardos. Esses dois grupos são seguidos pelos declarantes de como preto e amarelo, respectivamente em 2,8% e 2,1%. Entrevistado que não se definiu por cor, entrevistado que declarou a cor negra e entrevistado que não quis se identificar, essas três declarações apresentaram-se igualmente em 0,7% cada.

Observou-se que os entrevistados que haviam

declarado como cor branca, em um total de 587, desse total 18,4% encontrava-se não ocupados. Para entrevistados declarantes como da cor parda, em 77 menções, atingiu um patamar de 28,9% em situação de desempregado.

Para declarantes como preto e amarelo, os patamares chegaram respectivamente em 26,6% e 27,2%. Para os entrevistados que não se definiu por cor e declarou como de cor negra, esses declarantes mencionaram não estarem trabalhando. Já, entrevistados que não quiseram

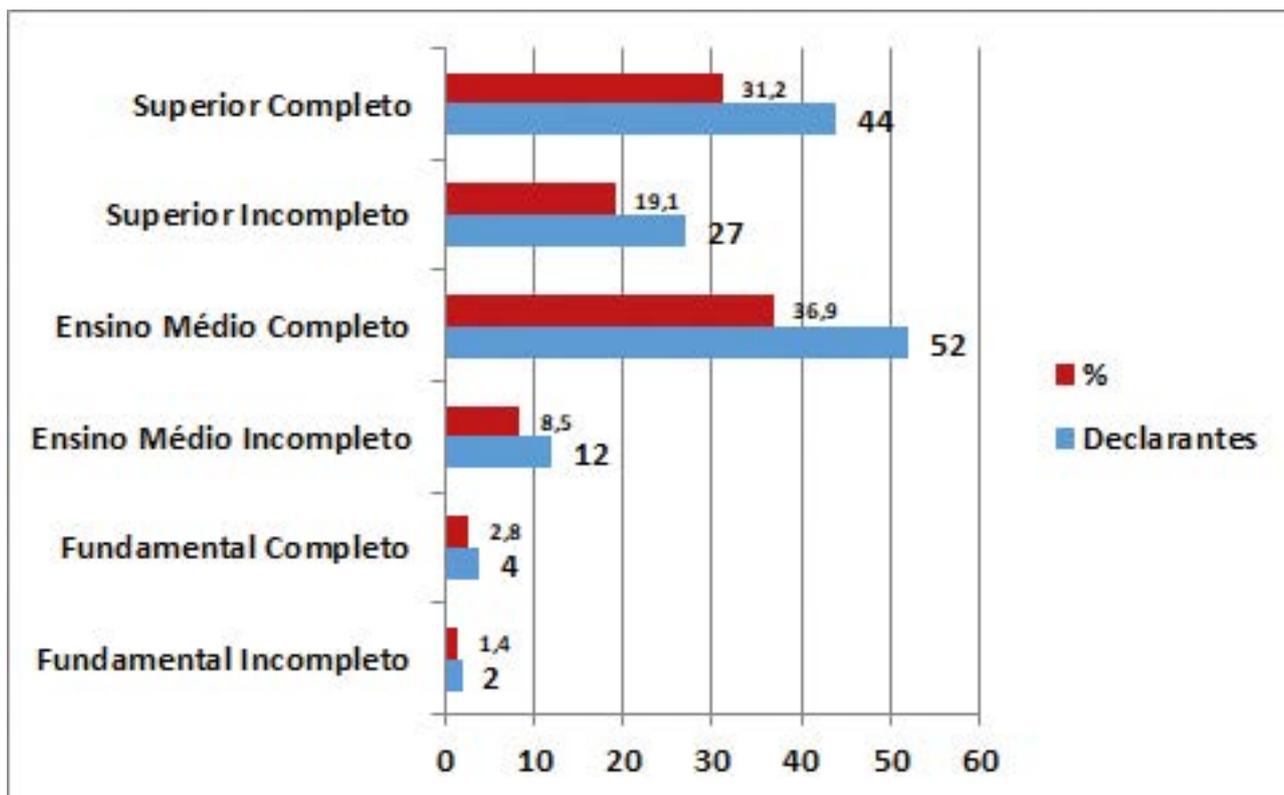
se identificar, o patamar chegou em 10%.

de cor parda.

Na relação cor e situação de não estar ocupado, a maior porcentagem deu-se para os declarantes

Quanto à escolaridade, o Gráfico 51 apresenta o perfil da população não ocupada.

Gráfico 51: Grupo sem ocupação. Faixa de idade. Número de declarantes. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Em uma relação entre a escolaridade e a condição de desocupado, entrevistados com o ensino médio completo atingiu o maior patamar, em 36,9%. Do total dos entrevistados identificados nesta faixa de escolaridade indica que 29,2% encontravam-se desocupados.

Para o ensino superior incompleto, esta faixa atingiu um patamar de 19,1% dos desempregados, sendo que dentre a totalidade dos entrevistados com esta escolaridade deu-se em 28,1% de desocupação.

Dentre os desempregados com o ensino superior completo atingiu o segundo maior patamar, em 31,2%, sendo que dentre a totalidade de entrevistados identificados nessa faixa de escolaridade deu-se em 7,0% de desempregados.

O destaque apresentou-se para a faixa de ensino médio incompleto, o quarto patamar, em 8,5% dos desempregados, tendo sinalizado que 54,5% de todos os entrevistados identificados nessa mesma faixa de escolaridade, esses estavam em

situação de desocupados.

Para o ensino fundamental completo a taxa de desempregado chegou a 2,8% e, em relação à totalidade dos entrevistados nesta mesma faixa de escolaridade o patamar atingiu 25,0%. Com o ensino fundamental incompleto, o patamar dentre os desempregados chegou em 1,4% representando igualmente 25,0% da totalidade identificada nesta faixa na entrevista.

Sobre a relação escolaridade e condição de desemprego, esta mostrou que entrevistados com a escolaridade de ensino superior completo têm a menor taxa de desemprego, em 7,0%. Já, para o ensino médio incompleto, chegou a

54,5%, indicando a importância da escolaridade nessa relação.

Distribuição dos entrevistados por bairro de moradia.

Segundo o IBGE (2021)¹⁴, bairros são subdivisões intraurbanas legalmente estabelecidas por meio de leis ordinárias das Câmaras Municipais e sancionadas pelo Prefeito. Nesta pesquisa foi identificado um total de 108 locais de moradias mencionadas pelos entrevistados, cujas denominações dos bairros ou locais e o número de moradores por bairro estão expostos na Tabela 81.

Tabela 81: Bairro, locais de moradia. Número de declarações. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Bairro de moradia	N. de declarações
Centro	46
Bairro Santa Cruz	35
Parque da Imprensa	29
Loteamento INOCOOP	27
Jardim Murayama	19
Mirante	18
Parque do Estado II	18
Tucura	18
Linda Chaib	18
Jardim Paulista	16
Jardim Flamboyant	14
Jardim Saúde	13
Distrito de Martim Francisco	12
Jardim Bi-Centenário	12
Jardim do Lago	12
Vila Dias	12

¹⁴ Fonte: IBGE https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html

Jardim Nossa Senhora Aparecida	11
Jardim Brasília	11
Vila Bianchi	11
Jardim Scomparim	11
Aterrado	11
Jardim Maria Beatriz	10
Parque Real I	10
Jardim Santa Helena	10
C.E.C.A.P	10
Jardim Longatto	10
Condomínio Santa Mônica	10
Condomínio Silva Matta	8
Chácara São Marcelo	8
Loteamento Residencial do Bosque	8
Jardim Nazareth	8
Parque das Laranjeiras	8
Condomínio Nazareth	8
Mogi Mirim II	8
Jardim Áurea	7
Jardim Parque Real II	7
Vila Santa Luzia	7
Jardim Tropical	7
Vila São José	7
Jardim Primavera II	7
Condomínio Santa Úrsula	7
Jardim Califórnia	6
Jardim Silvania	6
Jardim Santa Elisa	6
Di Verona	6
Jardim Quartieri	5
Jardim Aurora	5
Residencial Floresta	5
Chácara Sol Nascente	5
Jardim Europa	4
Nova Mogi	4
Bairro da Cachoeira	4
Jardim 31 de Março	4
Chácara São Francisco	4

Jardim Primavera	4
Jardim Patrícia	4
Loteamento Mogi Mirim II	4
Jardim Melo	4
Loteamento Jequitibás	4
Portal do Lago	3
Nova Inocoop	3
Vila São João	3
Jardim Copacabana	3
Jardim Santa Clara	3
Jardim América	3
Jardim dos Manacás	3
Jardim Maria B. Bordignon	3
Jardim Cintra	2
Jardim Aeroclube	2
Jardim Elite	2
Parque Novacoop	2
Jardim Bela Vista	2
Ipê Pinheiros	2
Loteamento Antônio Alves de Campos	2
SEAC	2
Jardim Santa Ana II	2
Chácara Areião	2
Jardim Regina	2
Vila Pichatelli	2
Garcez	2
Condomínio Morro Vermelho	2
Jardim Nossa Senhora das Graças	2
Jardim Santa Ana III	2
Córrego azul zona rural	1
Vila Rádio	1
Rodovia dos agricultores	1
Jardim Sbeghen II	1
Residencial Anselmo Lopes Bueno	1
Vila Oceania	1
Jardim Luciana	1
Mogi Guaçu	1
Murayama III	1

Condomínio Ilhas do Brasil	1
Loteamento Residencial Morro do Sol	1
Loteamento Eugênio Mazon	1
Distrito Industrial José Marangoni	1
NIAS	1
Sítio Santo Antônio bairro Gabrielzinho	1
Chácara Ypê	1
Jardim Planalto	1
Residencial Ypê amarelo	1
Vila Mello	1
Bairro Piteira	1
Vila Rio	1
C.D.H.H.	1
Jardim Santana	1
Jardim Santa Ana I	1
Jardim Alvorada	1
Total	704

Fonte: Consulta Pública (2021).

Foram identificados 108 bairros declarados pelos entrevistados. Os cinco bairros que mais se destacaram em número de entrevistados moradores foram o Centro, com 6,5% dos entrevistados, o Bairro Santa Cruz, com 4,9%, o Parque da Imprensa, com 4,1%, o Loteamento INOCOOP em 3,8% e o Jardim Murayama com 2,7% do universo de 704 entrevistados.

Os demais entrevistados encontraram-se com suas moradias distribuídas em outros 103 bairros identificados nas declarações.

Esse resultado torna-se importante ao considerar o nível de detalhamento das considerações, enquanto abrangência da dispersão espacial dos entrevistados, ampliando a qualidade das leituras realizadas pelos participantes moradores

sobre a espacialidade de Mogi Mirim.

Pontos positivos do bairro em que mora.

As considerações dos entrevistados expõem, ao menos, dois pontos positivos observados em seus bairros de moradia, a frequência de menção e a porcentagem de frequência desses pontos positivos mencionados encontram-se sistematizados em grupos de considerações expostos na Tabela 82.

Tabela 82: Pontos positivos dos bairros. Considerações.
 Frequência de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Pontos positivos - Considerações	Frequência de declarações	%
Localização / Proximidade ou facilidade de acesso ao Centro	155	19,3
Tranquilidade / Bairro tranquilo.	129	16,0
Presença de diversidade comercial: Supermercado / Lojas / Padaria / Restaurantes / Bares.	115	14,3
Infraestrutura ofertada: Iluminação / Pavimentação / Água-esgoto / Transporte / limpeza / Coleta de lixo.	64	8,0
Atendimento à saúde - Proximidade e facilidade de acesso a Hospitais / Postos de saúde / UPA / UBS.	62	7,7
Segurança.	60	7,5
Educação - Presença ou proximidade de escolas ou creches.	58	7,2
Vizinhança - Vizinhos / Moradores / Pessoas.	53	6,6
Contato com a natureza / Presença de praças / Áreas verdes	47	5,9
Proximidade à farmácia	33	4,1
Não haver - Nenhum / Não tem / Nada / Não sei dizer	26	3,2
Proximidade à indústria / Trabalho	2	0,3
Total	804	100,0

Fonte: Consulta Pública (2021).

Foram identificados 12 grupos de considerações nas menções de pontos positivos, com um total de frequência das considerações de 804 menções para os 108 locais de moradias identificados.

Os três grupos de maior frequência de menções dadas se apresentaram para o grupo considerando a Localização/proximidade ao centro, em 19,3%, um primeiro patamar, seguido pelo grupo considerando a Tranquilidade no bairro, em 16,0%, segundo patamar, e o grupo considerando a presença da Diversidade comercial em 14,3%, em terceiro patamar.

O grupo de pontos positivos, tais como as considerações envolvendo a Infraestrutura e serviços, este grupo apresentou-se como quarto patamar, em 8,0%.

Grupos de declarações considerando a Saúde, a Segurança e a Educação, estes grupos apresentaram em uma frequência respectivamente em 7,7%, 7,5% e 7,2%, totalizando 244 menções.

Os demais grupos de pontos positivos

mencionando a Vizinhança, o Contato com a natureza, a Proximidade à farmácia e Proximidade à indústria, estes se apresentaram em frequência de considerações entre 6,5% e 0,2%, com 135 menções. A consideração de não haver pontos positivos apresentou-se em 3,2%, com 26 menções.

O destaque para os pontos positivos deu-se pela Localização em proximidade ao centro urbano, provavelmente significando facilidades ao comércio e demais atendimentos.

Pontos negativos do bairro em que mora.

Igualmente, foram analisadas as considerações dos entrevistados expondo, ao menos, dois pontos negativos observados em seus bairros de moradia.

As considerações, a frequência de declarações e a porcentagem das menções sobre os pontos negativos no bairro encontram-se em grupos de considerações expostos na Tabela 83.

Tabela 83: Pontos negativos dos bairros de moradia. Considerações. Frequência de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Pontos negativos - Considerações	Frequência de declarações	%
Limpeza pública - Presença de mato nas calçadas / Mato em terrenos / Galhos de árvore / Falta de coleta de entulho.	81	16,3
Segurança - Falta de Segurança / Policiamento.	77	15,5
Infraestrutura viária - Precariedade do asfalto / Buracos nas ruas.	57	11,5
Iluminação pública - Falta de Iluminação pública nas ruas e praças.	56	11,3
Ruído - Presença constante de barulho – Carro e moto.	45	9,1
Áreas verdes - Ausência de áreas de lazer / Áreas verdes / arborização urbana.	39	7,8
Presença de Drogas - Incidência de tráfico de drogas e presença de usuários nas ruas.	36	7,2
Não haver - Nenhum / Não vejo / Não tem / Nada.	28	5,6
Energia elétrica - Queda constante de energia elétrica	26	5,2
Coleta de lixo - Coleta de lixo domiciliar / Coleta de lixo espalhado nas ruas.	23	4,6
Transporte - Escassez de transporte público e ausência de opção.	23	4,6
Distribuição de água - Frequente interrupção de distribuição de água.	6	1,2
Total	497	100

Fonte: Consulta Pública (2021).

Como pontos considerados negativos nos bairros, estes foram identificados em 12 grupos com um total de frequência de 497 menções.

O grupo com considerações sobre a Limpeza pública referindo-se à presença de mato nas calçadas e ausência de coleta de entulho e demais, esse grupo se apresentou como o de maior patamar, em uma frequência de 81 menções, totalizando 16,3% das considerações declaradas. Em seguida, o grupo que envolve a Segurança no bairro, com 15,5% das considerações.

O grupo considerando as condições da Infraestrutura viária em relação aos buracos e o grupo com as considerações sobre a Iluminação pública nas ruas e praças encontraram-se como pontos negativos mencionados em 11,5% e 11,3% respectivamente de frequência, as quais totalizam 113 menções.

Para os grupos de considerações envolvendo o Ruído, a ausência de Áreas verdes e, a Presença de usuários e vendas de drogas apresentaram-se como pontos negativos respectivamente em

9,1%, 7,8% e 7,2%, totalizando 120 menções.

O grupo de declarantes envolvendo considerações sobre a Energia elétrica com queda constante deu-se em 5,2%. Para a Coleta de lixo domiciliar e limpeza de lixo nas ruas, em 4,6%. O grupo de considerações envolvendo o Transporte como escasso e sem opção deu-se em 4,6%. O grupo considerando como ponto negativo a Distribuição da água pela frequente interrupção deu-se em seis menções, em 1,2%.

Em um total de 28 menções, 5,6% das frequências foi encontrado o grupo considerando não haver pontos negativos no bairro.

Observou-se que os pontos negativos apresentados relacionam-se com os serviços públicos prestados na cidade, sendo eles revelados pelos participantes pelo sentimento de insatisfação, o que pode contribuir em intenções de mudança de locais de moradia.

Intenção dos moradores por mudança de bairro.

Sobre a intenção de mudança de bairro, estas foram declaradas como que “Sim”, por 242 entrevistados, ou seja, 34,4% dos moradores apresentaram o desejo de mudar para outro bairro.

O bairro de destino, a justificativa, a frequência de menções de escolha dos entrevistados e porcentagem de escolha pelo bairro encontram-se expostos na Tabela 84.

Tabela 84: Bairro de intenção. Justificativa. Frequência de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Bairro	Justificativa	Frequência de declarações	%
Qualquer Condomínio Fechado	Segurança.	34	21,2
Santa Cruz	Próximo ao centro / Tranquilidade.	20	12,5
Centro	Infraestrutura.	12	7,5
Morro Vermelho	Arborizado / Segurança.	9	5,6
Jardim Brasília	Sofisticado.	6	3,7
Murayama	Familiares.	5	3,1
Jardim Paulista	Infraestrutura.	5	3,1
CECAP	Facilidades.	5	3,1
Tucura	Próximo de tudo: mercados, farmácias, restaurantes.	5	3,1
Vila Bianchi	Tranquilidade.	5	3,1
Parque da Imprensa	Tranquilidade.	4	2,5
Jardim Longato	Consolidado / Comércio.	4	2,5
Morro do Sol	Melhor acesso e saída do condomínio.	4	2,5
Jardim S ^{ta} Helena	Próximo a hospital / Centro.	4	2,5
Jardim Nazareth	-	4	2,5
Jd Anselmo Lopes	Próximo ao centro / Tranquilo.	4	2,5
Portal do Lago	Segurança.	3	1,8
Jardim Scomparin	Próximo ao posto de saúde.	3	1,8
Murayama III	-	2	1,2
22 de Outubro	Próximo ao hospital.	2	1,2
Jardim Áurea	Próximo ao centro / Tranquilidade / Escola.	2	1,2
INOCOOP	Afeição.	2	1,2
Aterrado	-	2	1,2
Murayama II	Próximo a hospital / pessoas nas ruas / Infraestrutura / Segurança / Casas melhores.	1	0,6
Cond. Vila	-	1	0,6
Toscana	-	1	0,6
Morro Vermelho II	-	1	0,6
Santa Mônica	-	1	0,6
Jardim Primavera	-	1	0,6
Resid. Floresta	-	1	0,6
Fazenda Paineiras	-	1	0,6
Jardim Aeroclube	-	1	0,6
Resid. Mariotoni	-	1	0,6
Vila Pichateli	Tranquilidade.	1	0,6
Maria Beatriz	-	1	0,6
Jardim Jequitiba	-	1	0,6
Getúlio Vargas	-	1	0,6
Nossa Senhora Aparecida	-	1	0,6
Total		160	100

Fonte: Consulta Pública (2021).

(-) Não mencionado.

Com a participação de 160 declarantes, foram identificados 38 bairros de interesse pela

mudança. A opção por Qualquer Condomínio fechado, por 34 declarantes, esta escolha foi a

de maior patamar de intenção, em 21,2%, cuja justificativa deu-se pela segurança. A segunda opção mais mencionada apontou para o Bairro Santa Cruz, em 12,5% das intenções, justificado por ser próximo ao Centro urbano e pela tranquilidade.

A terceira maior opção por intenção foi representada pelo Centro urbano, sendo mencionado por 7,5% dos declarantes por apresentar maior estrutura.

Como a quarta maior opção, o Bairro Morro Vermelho, eleito por 5,6% dos declarantes, sendo justificado pela presença de arborização e segurança. O quinto bairro de maior frequência em menção de escolha foi para o Jardim Brasília, em 3,7%, justificado por ser Sofisticado.

Para os demais bairros mencionados, os interesses por mudança apresentaram-se um total de nove justificativas, sendo as que mais

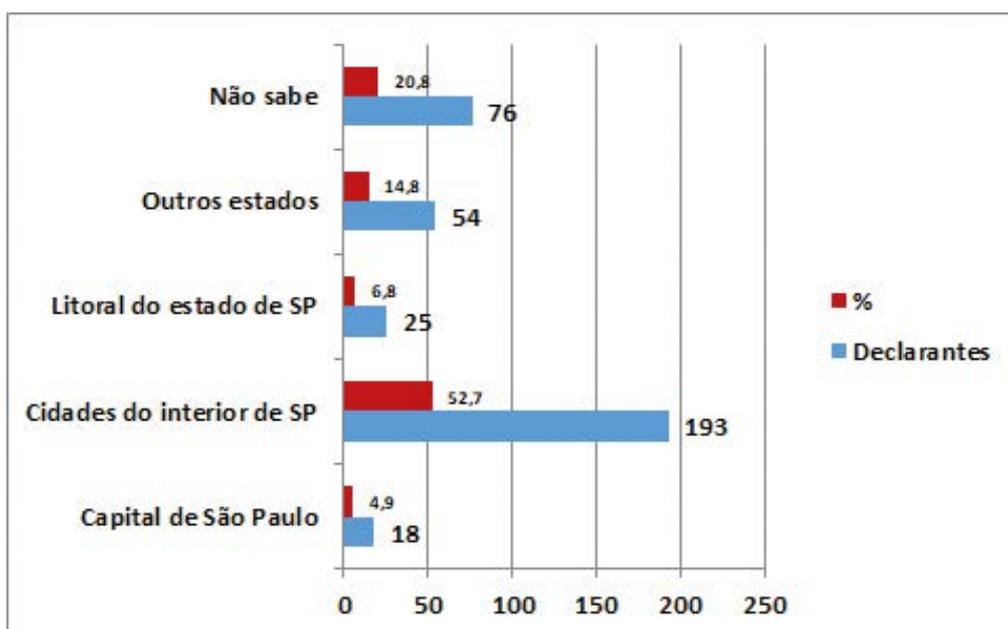
se despontaram foram a Tranquilidade e pela Proximidade a hospital e posto de saúde.

Destacou-se, dentre as escolhas, o destino para condomínio fechado, enquanto busca pela segurança. No entanto, não foram descartadas as possibilidades de intenções de mudança para outra cidade.

Intenção de mudança de Mogi Mirim para outra cidade.

Igualmente, as intenções de mudança para outras cidades foram analisadas, cujas menções de que “Sim”, havia intenções foram declaradas por 366 entrevistados, 51,9% do total dos declarantes, posicionando-se de forma superior ao número dos que declararam mudar de bairro. As intenções por opções de localidade como destino de mudança estão apresentas no Gráfico 52.

Gráfico 52: Intenções por localidade de mudança. Número de declarantes. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Observou-se que dentre as 366 declarações, entrevistados que mencionaram intenções de mudança de Mogi Mirim para outra cidade, sendo ela como destino no interior do estado de São Paulo, estes se revelaram em 52,7% dos declarantes.

Com destino em outros estados da federação, este totalizou em 14,8% das intenções, em segundo patamar. Para localidades do litoral de

São Paulo, em 6,8%. Já, para a capital do estado se apresentou em 4,9% das intenções.

Mencionaram não saber a localidade, embora tenha intenções de mudanças, 20,8% dos entrevistados.

As cidades que receberam as maiores frequências de declarações como intenção de localidade de destino podem ser observadas na Tabela 85.

Tabela 85: Cidades como intenção de localidade para mudança. Frequência de declarações. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Cidades mais mencionadas	Frequência de declarações	%
Mogi Guaçu	61	22
Campinas	58	20,9
Holambra	22	7,9
São Paulo	18	6,5
Poços de Caldas - MG	14	5,1
Jaguariúna	13	4,7
Indaiatuba	12	4,3
Curitiba – PR	8	2,9
Ubatuba	7	2,5
Ribeirão Preto	6	2,2
Sorocaba	6	2,2
Florianópolis - SC	5	1,8
Serra Negra	5	1,8
Limeira	5	1,8
Valinhos	5	1,8
Jundiaí	4	1,4
São João da Boa Vista	4	1,4
Piracicaba	4	1,4
Caraguatatuba	4	1,4
Araras	3	1,1
Belo Horizonte - MG	3	1,1
Águas de Lindóia	3	1,1
Santos	3	1,1
Rio Claro	2	0,7
Bueno Brandão - MG	2	0,7
Total	277	100

Fonte: Consulta Pública (2021).

Os dados da tabela, com um total de 277 declarações, cujas escolhas foram identificadas como sendo para cidades no estado de São Paulo, para a capital ou interior do estado, esta opção foi mencionada por 245 entrevistados, em 88,4%.

A relevância deu-se para a indicação à cidade de Mogi Guaçu, a qual foi apontada como opção por 61 entrevistados, ou seja, 22,0% mostraram a intenção para a cidade vizinha, fronteira.

Para outros estados, cidades do estado de Minas Gerais comparecem mencionadas por 19 declarantes, 6,9% e cidades do estado de Paraná e de Santa Catarina, igualmente foram mencionadas respectivamente por oito e cinco declarantes, em 2,9% e 1,8%.

As demais cidades não apresentadas na tabela

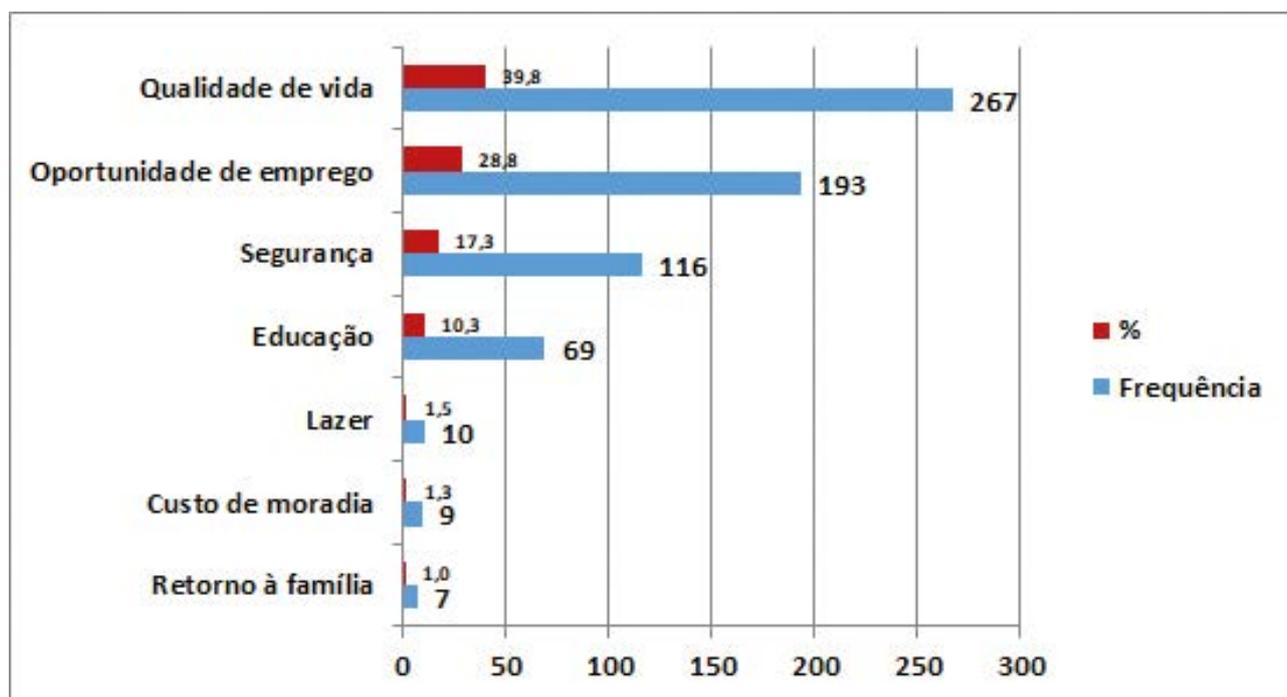
receberam apenas uma única menção, as quais igualmente se distribuem pelo estado de São Paulo e em outros estados da federação. A não indicação de opção deu-se para 76 entrevistados.

Assim como foram analisados os motivos por mudança de bairro foram também analisados os motivos por mudança de cidade.

Motivos pela intenção de mudança de Mogi Mirim para outra cidade.

A pesquisa revelou quais os motivos que resultaram na intenção de mudança de Mogi Mirim para outras cidades, cujos entrevistados apresentaram ao menos dois motivos. Considerando os motivos responsáveis pelo desejo de mudança de cidade, o Gráfico 53 apresenta a frequência de declarações desses motivos considerados pelos entrevistados.

Gráfico 53: Motivos de mudança de Mogi. Mirim. Frequência de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

As frequências dos dois principais motivos para a mudança de Mogi Mirim encontraram-se pela busca de Qualidade de Vida, com 267 declarações, a maior frequência, em 39,8%, seguida pela Oportunidade de emprego, com 193 declarações, 28,8% de frequência.

A consideração de motivo por Segurança apresentou-se em 116 menções, 17,3%. O motivo considerado como acesso à Educação, este deu-se em 69 menções, por 10,3% de frequências.

Para a busca de Lazer deu-se em 1,5% das frequências. Considerações mencionadas como Custo de Moradia, em 1,3% e como Retorno à família em 1,0%.

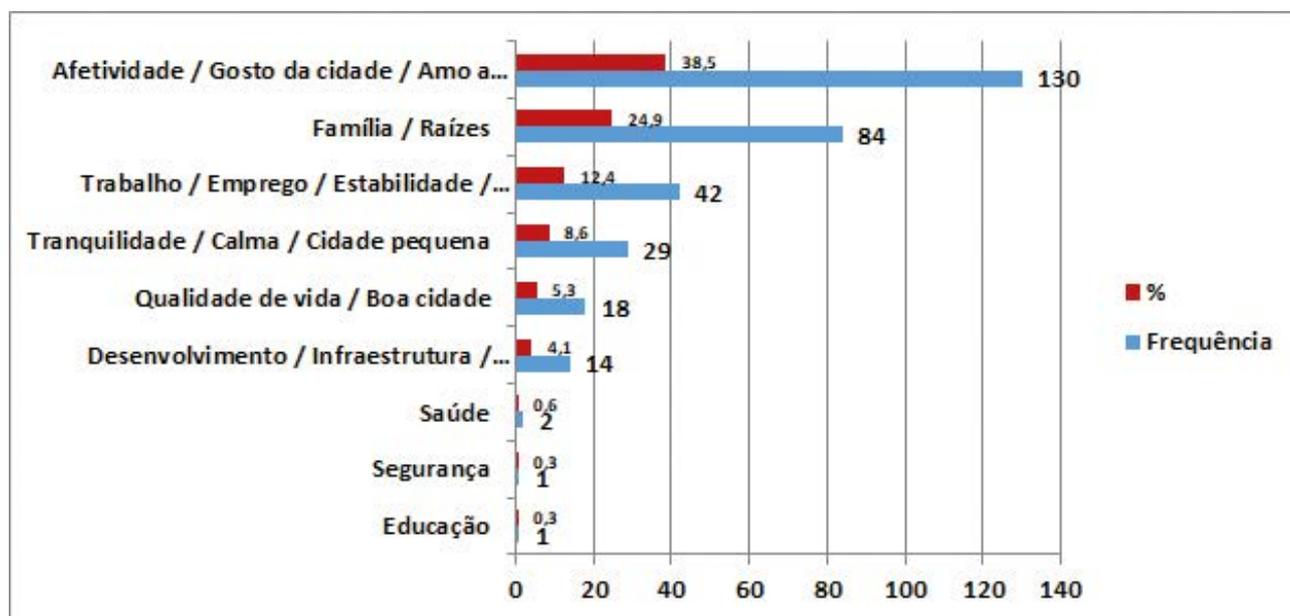
Totalizando 671 menções de motivos para mudança de Mogi Mirim, observou-se que a Qualidade de vida e a busca por Oportunidade de emprego foram as razões de maiores destaques, somando 460 menções, 68,5% das frequências.

No entanto, foi observado que há razões para o desejo de não mudar, de morar em Mogi Mirim.

Motivos pela “não” mudança de Mogi Mirim.

Os motivos para a não mudança de Mogi Mirim para outra cidade são apresentados no Gráfico 54 em frequência de menções por grupos de considerações apresentadas e a porcentagem desses grupos de declarações em frequência.

Gráfico 54: Motivos da não mudança de Mogi Mirim. Frequência de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Os motivos considerados para a não mudança que se apresentaram com maior patamar de frequência foram por Afetividade, em uma

frequência de 130 declarações, 38,5% das considerações. A Afetividade é seguida pelos motivos envolvendo Familiares e as Raízes na

cidade com uma frequência de 24,9%.

Motivos apresentados como sendo Trabalho, Emprego, Negócios e Estabilidade, esse grupo de motivos se apresentaram com frequência em 12,4%.

A Tranquilidade por ser cidade pequena deu-se em 8,6% de frequência. A consideração sobre a Qualidade de vida e por ser uma Boa cidade esse grupo de motivos apresentou-se em 5,3% de frequência, totalizando 18 menções.

O grupo de entrevistados que apontou o Desenvolvimento, a Infraestrutura e a localização apresentou 4,1% de frequência.

As considerações que envolvem a Saúde, Segurança e Educação foram as menos mencionadas, estando a Saúde com duas menções, 0,6%, a Segurança e Educação respectivamente com uma única menção, em 0,3% cada.

No entanto, a Afetividade, a proximidade de Familiares e a fixação de Raízes foram as mais mencionadas somando 214 menções, 63,4% das justificativas pela não mudança da cidade de Mogi Mirim.

Os dados coletados encontram-se como fontes fundamentais para o conhecimento da realidade. Tais dados permitiram retratar as características do grupo entrevistado, abrangendo a faixa etária, grau de escolaridade, as distinções profissionais e econômicas, e demais, oferecendo um panorama da composição social e econômico dos participantes.

Pois, as características expostas participam na relação consumo e comercialização de bens e serviços criando alternativas de análise para o gestor empresarial no direcionamento do

desenvolvimento econômico de Mogi Mirim.

Esta primeira fase de pesquisa resultou no reconhecimento do público participante na capacidade/habilidade de uma maior aproximação da gestão pública, no envolvimento e na participação da avaliação dos serviços básicos, o que torna mais transparente as considerações apresentadas.

Contribuições dos entrevistados na Consulta Pública para Mogi Mirim.

As análises sobre as contribuições observadas nas considerações, nos pareceres dos participantes sobre os diversos elementos que caracterizam as condições de bem-estar em Mogi Mirim, são apresentadas envolvendo diferentes aspectos da cidade, cujas contribuições mostraram-se ricas ao abarcar os serviços básicos ofertados.

Avaliação dos serviços básicos de Mogi Mirim.

Os serviços básicos dirigidos para a população de uma cidade ou município estão diretamente ligados à administração municipal, como prestação direta ou indireta desses serviços, estando a gestão pública sob a responsabilidade da administração local.

Para o reconhecimento da qualidade dos serviços básicos ofertados foi elencado um conjunto de serviços, os quais impactam diretamente a saúde pública, a qualidade de vida, o desenvolvimento social e econômico.

Como importantes contribuições, os entrevistados apresentaram as suas avaliações, sinalizando o como consideram o atendimento das necessidades básicas coletivas em Mogi Mirim.

No elenco de serviços, os principais se

apresentam como a distribuição da água tratada, o esgotamento das águas residuais, a iluminação pública, o serviço prestado pelos postos de saúde da cidade e demais.

A avaliação dos entrevistados para cada prestação de serviço público encontra-se em cinco categorias. Por considerar importantes contribuições, optou-se em expor os resultados de forma mais didática de apresentação, os quais estão expostos em gráficos para cada serviço público avaliado. Portanto, os Gráficos de xx a xx apresentam as considerações avaliativas dos entrevistados.

Serviço de distribuição de Água potável.

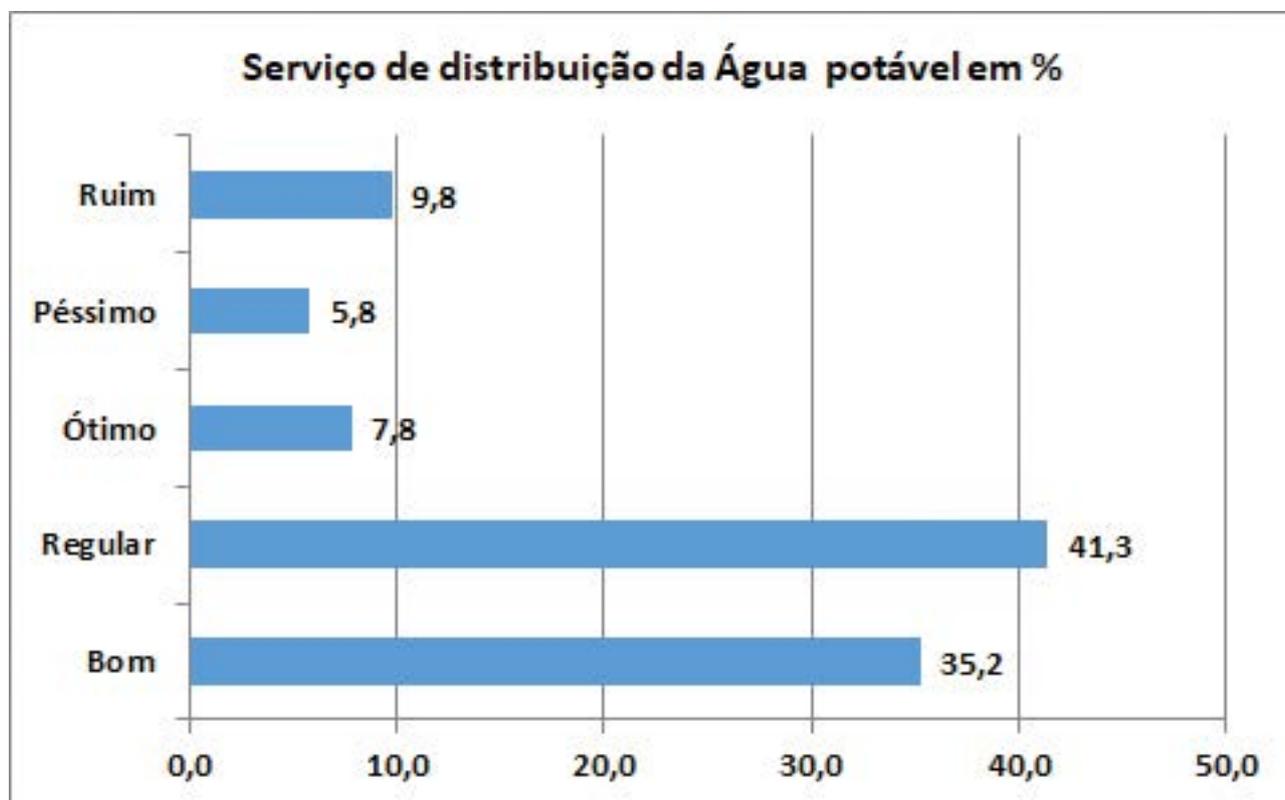
A importância da distribuição da água tratada

é dada por trazer total reflexo à saúde pública, para hidratação humana, para o preparo de alimentos, a higienização individual e de ambientes, propiciando conforto e bem-estar para toda a população.

Daí o valor dado ao sistema de distribuição de água tratada que consiste em uma rede de conexões, reservatório e bombas hidráulicas para atender aos diversos consumidores de uma cidade dentro das condições sanitárias para o consumo.

O Gráfico 55 apresenta a avaliação do serviço de distribuição da água para a população de Mogi Mirim.

Gráfico 55: Serviço de distribuição da água potável. Avaliação. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

A avaliação da distribuição da água potável apresentou-se como Regular para 41,3% dos entrevistados, seguida da avaliação de como um Bom serviço prestado, em 35,2% nessa consideração e, como Ótimo, para 7,8%.

No entanto, como Ruim e Péssimo serviço, essas considerações apresentaram-se respectivamente para 9,8% e 5,8%, sinalizando que 15,6% dos entrevistados se apresentaram insatisfeitos, ou seja, aproximadamente 110 moradores consideraram como sendo de baixa qualidade

na distribuição da água tratada.

As nossas análises permitiram observar os resultados das avaliações mencionando como um Péssimo serviço e identificar o bairro do entrevistado, considerando que as avaliações partem principalmente do cotidiano de suas residências. Os bairros pertencentes a esses entrevistados totalizaram 29 bairros, os quais estão expostos na Tabela 86 com a frequência de menção a cada bairro.

Tabela 86: Bairros de declarantes considerados como de Péssimo serviço de distribuição da água. Frequência de declarações. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Bairro	Frequência
Portal do Lago	8
Parque da Imprensa	4
Vila Santa Luzia	3
Jardim Maria Beatriz	2
Loteamento Inocoop	2
Parque das Laranjeiras	2
Parque do Estado II	2
Residencial do Bosque	2
Santa Cruz	2
Bairro da Cachoeira	1
Chácara São Francisco	1
Condomínio Morro Vermelho	1
Jardim Brasília	1
Jardim Califórnia	1
Jardim Cintra	1
Jardim dos Manacás	1
Jardim Longatto	1
Jardim Maria B. Bordignon	1
Jardim Murayama	1
Jardim Nazareth	1
Jardim Panorama	1

Jardim Parque Real I	1
Jardim Santa Ana III	1
Jardim Scomparim	1
Jardim Tropical	1
Linda Chaib	1
Rodovia dos agricultores	1
Tucura	1
Vila Dias	1
Total	47

Fonte: Consulta Pública (2021).

Observou-se que os 29 bairros apresentados acima receberam um total de 47 menções como de Péssimo serviço de distribuição de água.

O bairro Portal do Lago foi o de maior ocorrência de considerações como Péssimo serviço, com oito menções. Este bairro é seguido pelos bairros Parque da Imprensa e Vila Santa Luzia, respectivamente com quatro e três menções. Os bairros que receberam duas menções como de Péssimo serviço totalizaram em seis bairros. Os demais, apresentando com uma única menção dentre os entrevistados totalizaram 20 bairros.

Trata-se de suma importância a avaliação da qualidade do serviço de distribuição da água tratada, ao considerar as possíveis enfermidades relacionadas com a ingestão de água, tal qual a amebíase que pode causar febre, dores abdominais, diarreia com sangue, assim como a

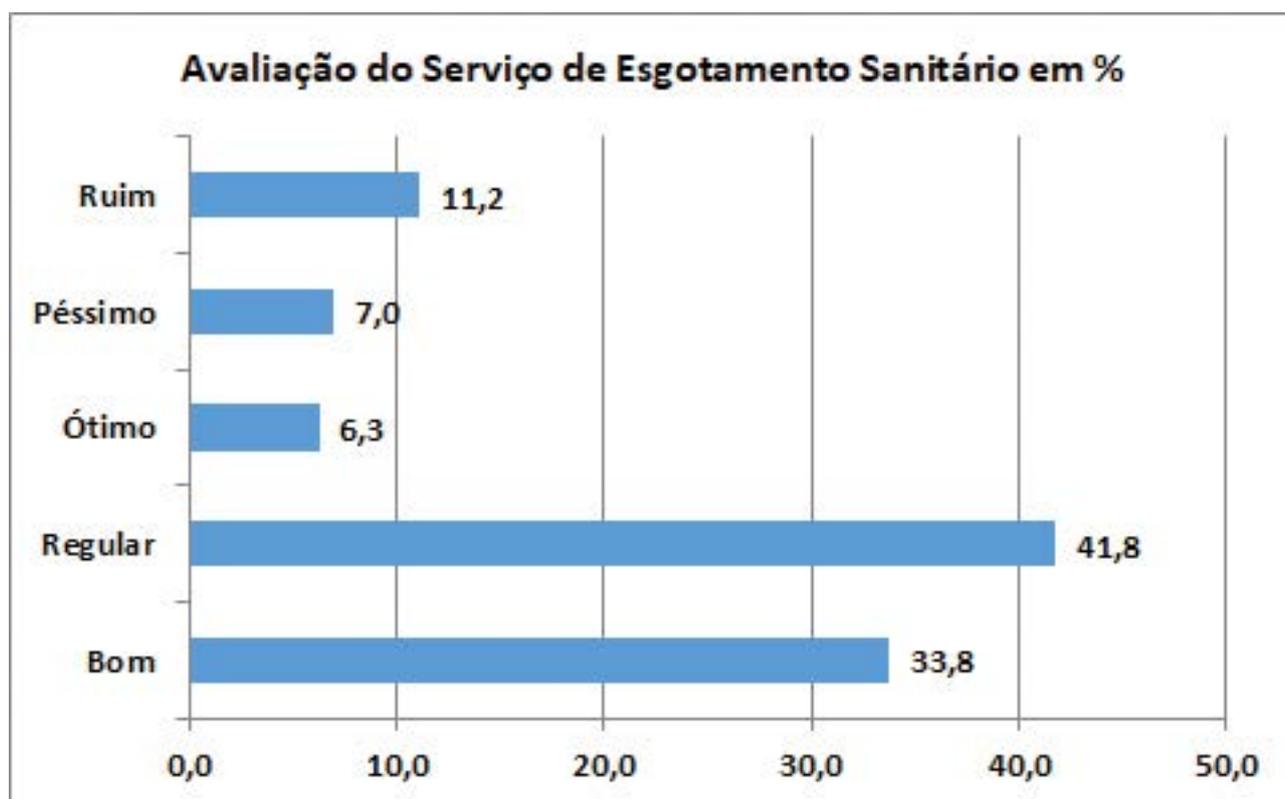
anemia, como também a giardíase e a hepatite A.

Serviço de esgotamento das águas residuais.

O sistema de coleta de esgoto é fundamental para a proteção da saúde pública, pois evita a proliferação de inúmeras doenças parasitárias e infecciosas. Contudo, se faz necessário tratar o esgoto em sua totalidade para conservar os recursos hídricos, ambientes naturais, pois o despejo de esgoto in natura nas águas dos rios ou no mar provoca poluição e pode resultar em perdas da vida aquática e tornar a água imprópria pelo uso ou consumo humano.

A avaliação sobre o serviço de esgotamento sanitário em Mogi Mirim encontra-se expresso no Gráfico 56.

Gráfico 56: Serviço de Esgotamento Sanitário. Avaliação. %.
Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).-

O serviço prestado para o recolhimento das águas residuais, a drenagem do esgoto, este serviço apresentou-se considerado como Regular para 41,8% dos entrevistados. Com avaliação de um Bom serviço, esta consideração foi apresentada por 33,8% dos entrevistados. Como consideração de Ótimo serviço, esta atingiu o patamar de 6,3%.

Para as avaliações consideradas como Ruim e Péssimo, estas ocorreram respectivamente em

11,2% e 7,0% dos entrevistados.

Igualmente, em nossas análises, considerando que os entrevistados avaliam principalmente o cotidiano de suas residências, os bairros pertencentes a esses entrevistados que manifestaram a avaliação do serviço de esgoto como Péssimo foram identificados e estão expostos na Tabela 87 com a frequência de menção.

Tabela 87: Bairros de declarantes considerados como de Pésimo serviço de esgoto. Frequência de declarações. Entrevistados. Mogi Mirim, 2021.

Bairro	Frequência
Parque da Imprensa	4
Parque das Laranjeiras	4
Chácara São Marcelo	3
Distrito de Martim Francisco	2
Jardim Califórnia	2
Jardim Maria Beatriz	2
Jardim Melo	2
Jardim Scomparim	2
Mogi Mirim II	2
Residencial do Bosque	2
Santa Cruz	2
Tucura	2
Vila Santa Luzia	2
Bairro da Cachoeira	1
Chácara São Francisco	1
Chácara Sol Nascente	1
Jardim Aurora	1
Jardim Brasília	1
Jardim Longatto	1
Jardim Maria B. Bordignon	1
Jardim Nazareth	1
Jardim Parque Real I	1
Jardim Regina	1
Jardim Santa Ana III	1
Jardim Santa Elisa	1
Jardim Saúde	1
Jardim Sylvania	1
Jardim Tropical	1
Mirante	1
Parque do Estado II	1
Residencial Floresta	1
Vila Dias	1
Total de considerações	50

Fonte: Consulta Pública (2021).

A avaliação de como Pésimo serviço de esgoto foi identificada como distribuída em 32 bairros, recebendo um total de 50 menções.

O bairro Parque da Imprensa e o bairro Parque das Laranjeiras mostraram-se como os de maiores frequências de consideração como de

Péssimo serviço de esgoto, com quatro menções cada. A Chácara São Marcelo foi mencionada como de Péssimo serviço por três entrevistados.

Em seguida, apresentaram-se 10 bairros expostos na tabela com duas menções cada como de Péssimo serviço. Os demais bairros apresentados receberam uma única menção.

Destaca-se que os bairros Parque da Imprensa e Parque das Laranjeiras foram os mesmos que lideraram em menção como de Péssimo serviço de distribuição de água potável e são os que lideraram a consideração como serviço de esgoto como Péssimo.

Portanto, tem-se a importância do sistema de coleta e do tratamento do esgotamento sanitário, pois a higienização individual, ao tomar banho, lavar as roupas, louças, usar a descarga do vaso sanitário e demais, ao ser drenado e tratado contribui em evitar a contaminação humana, a transmissão de doenças e propiciar a qualidade dos recursos hídricos.

Iluminação pública.

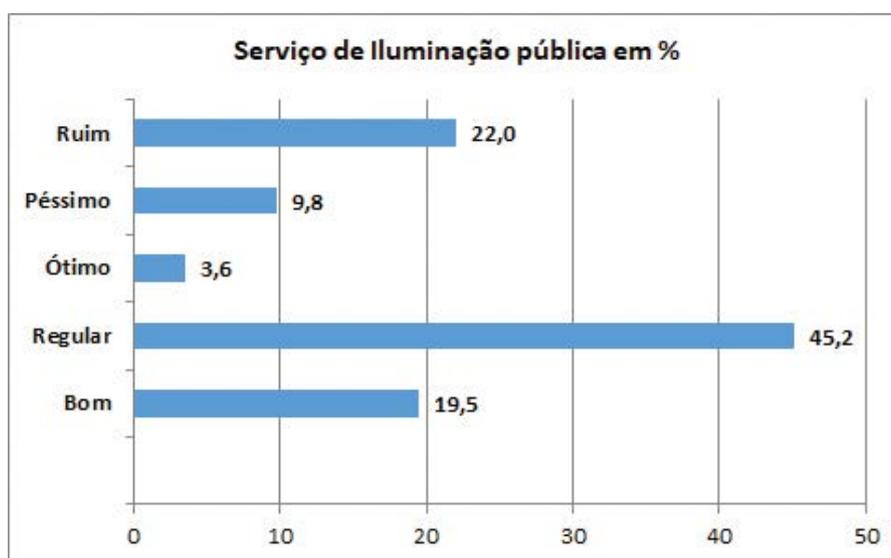
A responsabilidade pela iluminação pública é do poder público local, cujo serviço é incluído dentre as prestações de serviços públicos de interesse social e de caráter essencial, tal como a distribuição da água tratada, o saneamento básico e demais.

Deve ser reconhecido que quanto à responsabilidade do município, esta responsabilidade, normalmente está relacionada à manutenção das lâmpadas, das hastes dos postes e equipamentos acessórios (reatores e relés). Já os postes e a rede elétrica, o que inclui subestações e transformadores, são de responsabilidade da distribuidora de energia contratada.

O Gráfico 57 apresenta as avaliações dos entrevistados enquanto serviços prestados de iluminação pública.

A consideração do serviço de iluminação

Gráfico 57: Iluminação pública. Avaliação.
%. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

pública como de Regular apresentou-se por 45,2% dos entrevistados, o maior patamar em termos de avaliação. No entanto, diferente das avaliações sobre os serviços de água e esgoto, a segunda maior consideração para a iluminação apresentou-se como Ruim, em 22,0% e como Péssimo em 9,8%.

Entrevistados que avaliaram a iluminação

pública como Bom serviço deu-se em 19,5%, e Ótimo serviço em 3,6%.

Embora a consideração sobre a iluminação pública possa ser espacialmente mais abrangente, os bairros pertencentes aos entrevistados que manifestaram a avaliação desse serviço como Péssimo e a frequência de menção, estes estão expostos na Tabela 88.

Tabela 88: Bairros de declarantes considerados como de Péssimo serviço de iluminação. Frequência de declarações. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Bairro	Frequência
Jardim Bi-Centenário	4
Parque das Laranjeiras	4
Jardim Nazareth	3
Jardim Primavera	3
Loteamento Inocoop	3
Parque da Imprensa	3
Vila Santa Luzia	3
Jardim Santa Ana II	2
Jardim Santa Elisa	2
Jardim Scomparim	2
Linda Chaib	2
Parque do Estado II	2
Portal do Lago	2
Tucura	2
Vila São José	2
Aterrado	1
Boa Vista	1
C.E.C.A.P	1
Centro	1
Condomínio Morro Vermelho	1
Condomínio Nazareth	1
Condomínio Silva Matta	1
Jardim Alvorada	1
Jardim Áurea	1
Jardim Aurora	1
Jardim Brasília	1
Jardim Carlos Gomes	1
Jardim Europa	1
Jardim Maria B. Bordignon	1
Jardim Maria Beatriz	1
Jardim Nossa Senhora das Graças	1
Jardim Panorama	1
Jardim Parque Real I	1
Jardim Patrícia	1
Jardim Paulista	1
Jardim Primavera II	1
Jardim Quartieri	1
Jardim Tropical	1
Loteamento Alto do Mirante	1
Loteamento Mogi Mirim II	1
Residencial Floresta	1
Santa Cruz	1
Vila Dias	1
Vila Pichatelli	1
Total de considerações	68

Fonte: Consulta Pública (2021).

Em um total 44 bairros, apresentaram-se 68 menções como de Péssimo serviço de iluminação pública. Nesse exercício de análise, os bairros Jardim Bi-Centenário e Parque das Laranjeiras foram os que receberam a avaliação como Péssimo serviço por quatro entrevistados moradores em cada um dos bairros. Em seguida, com três menções como Péssimo apresentaram-se os bairros Jardim Nazareth; Jardim Primavera; Loteamento Inocoop; Parque da Imprensa e Vila Santa Luzia.

Observou-se que em um total de oito bairros receberam duas menções de Péssimo serviço de iluminação pelos entrevistados. Os demais bairros contidos na tabela, em um total de 29 bairros receberam uma menção cada, porém igualmente dados importantes.

Os resultados apontam para a necessidade de uma reavaliação da iluminação pública por parte da gestão municipal, pois, a iluminação urbana permite que as ruas transformem-se em locais frequentáveis à noite e mais seguras. Com ela,

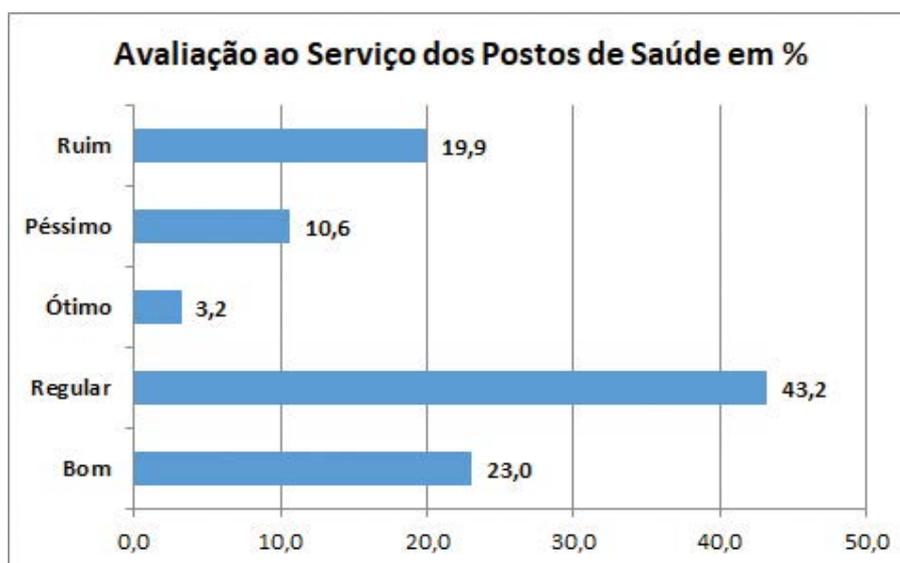
pedestre e veículos podem ter mais segurança nas vias. Portanto, deve ser prioritária a implantação de um sistema que dê respostas às solicitações de emergência para que sejam atendidas, cabendo à equipe da prefeitura a fiscalização.

Serviço público de atendimento nos Postos de Saúde.

Segundo o DATASUS (2021)¹⁵, o Posto de Saúde é uma “unidade destinada à prestação de assistência a uma determinada população, de forma programada ou não, por profissional de nível médio, com a presença intermitente ou não do profissional médico”.

O Posto de Saúde pode ser considerado como o estabelecimento de primeiro acesso a ações de promoção, prevenção e tratamento relacionados aos problemas de saúde de baixa complexidade. O Gráfico 58 apresenta a avaliação dos entrevistados sobre o serviço de atendimento dos Postos de Saúde.

Gráfico 58: Postos de Saúde. Avaliação. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

¹⁵ Fonte: DATASUS http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/cnes/tipo_estabelecimento.htm

O serviço prestado no Posto de Saúde recebeu a avaliação de como Regular por 43,2% dos entrevistados apresentando o maior patamar avaliativo. Esta avaliação é seguida pela consideração de como sendo Bom serviço para 23,0% e como Ótimo para 3,2%.

Para 19,9% dos entrevistados a avaliação apresentou-se como um serviço Ruim e, como Péssimo serviço, esta avaliação deu-se para 10,6% dos entrevistados, totalizando 30,5% das declarações.

Ainda, quanto ao serviço prestado no posto de saúde, 26 entrevistados mencionaram não utilizar esse tipo de serviço.

Observou-se anteriormente que dentre os pontos positivos dos bairros apresentados pelos entrevistados encontrou-se a menção envolvendo o critério de proximidade e facilidade de acesso a Hospitais, aos Postos de saúde, UPA, UBS. Deve-se considerar que em caso de sintomas de alguma alteração na saúde a recomendação do Ministério da Saúde é procurar o serviço de saúde mais próximo da residência.

Como um importante serviço prestado à população, a Tabela 89 apresenta os bairros de moradia dos entrevistados que avaliaram o posto de saúde como de péssimo serviço.

Tabela 89: Bairros de declarantes considerados como de Péssimo serviço do Posto de Saúde. Frequência de declarações. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Bairro	Frequência
Centro	7
Parque da Imprensa	6
Jardim Flamboyant	4
Condomínio Nazareth	3
Garcez	2
Jardim do Lago	2
Jardim Parque Real I	2
Linda Chaib	2
Mirante	2
Residencial Floresta	2
Tucura	2
Vila Dias	2
Vila Santa Luzia	2
Aterrado	1
Boa Vista	1
C.E.C.A.P	1
Chácara Areião	1
Condomínio Jequitibás	1
Condomínio Santa Mônica	1
Distrito Industrial José Marangoni	1

Distrito Martim Francisco	1
Jardim Áurea	1
Jardim Brasília	1
Jardim Califórnia	1
Jardim Carlos Gomes	1
Jardim Copacabana	1
Jardim Luciana	1
Jardim Maria B. Bordignon	1
Jardim Murayama	1
Jardim Nossa Senhora Aparecida	1
Jardim Paulista	1
Jardim Regina	1
Jardim Santa Clara	1
Jardim Santa Elisa	1
Jardim Santa Helena	1
Jardim Saúde	1
Jardim Scomparim	1
Jardim Tropical	1
Mogi Mirim II	1
Parque das Laranjeiras	1
Parque do Estado II	1
Parque Novacoop	1
Santa Cruz	1
Sítio Santo Antônio bairro Gabrielzinho	1
Vila Pichatelli	1
Total	70

Fonte: Consulta Pública (2021).

Dentre os 45 bairros identificados, observou-se que os entrevistados moradores no Centro foram os que mais mencionaram como de Pésimo serviço do Posto de Saúde, em sete menções, seguido pelos entrevistados moradores do Parque da Imprensa com seis menções.

Os moradores do Jardim Flamboyant apresentaram quatro menções, seguidos pelos moradores do Condomínio Nazareth em três

menções.

Com um total de nove bairros, entrevistados moradores apresentaram duas menções e 32 bairros obtiveram uma menção pelos entrevistados.

Embora o atendimento do Posto de Saúde não seja exclusivo dos moradores próximos, deve-se compreender que os Serviços de Saúde estão à

disposição de toda a população da cidade. No entanto, as observações acima sobre os postos, considerando a proximidade dos locais de moradia dos entrevistados, estes devem receber maiores atenções para melhores atendimentos à saúde da população.

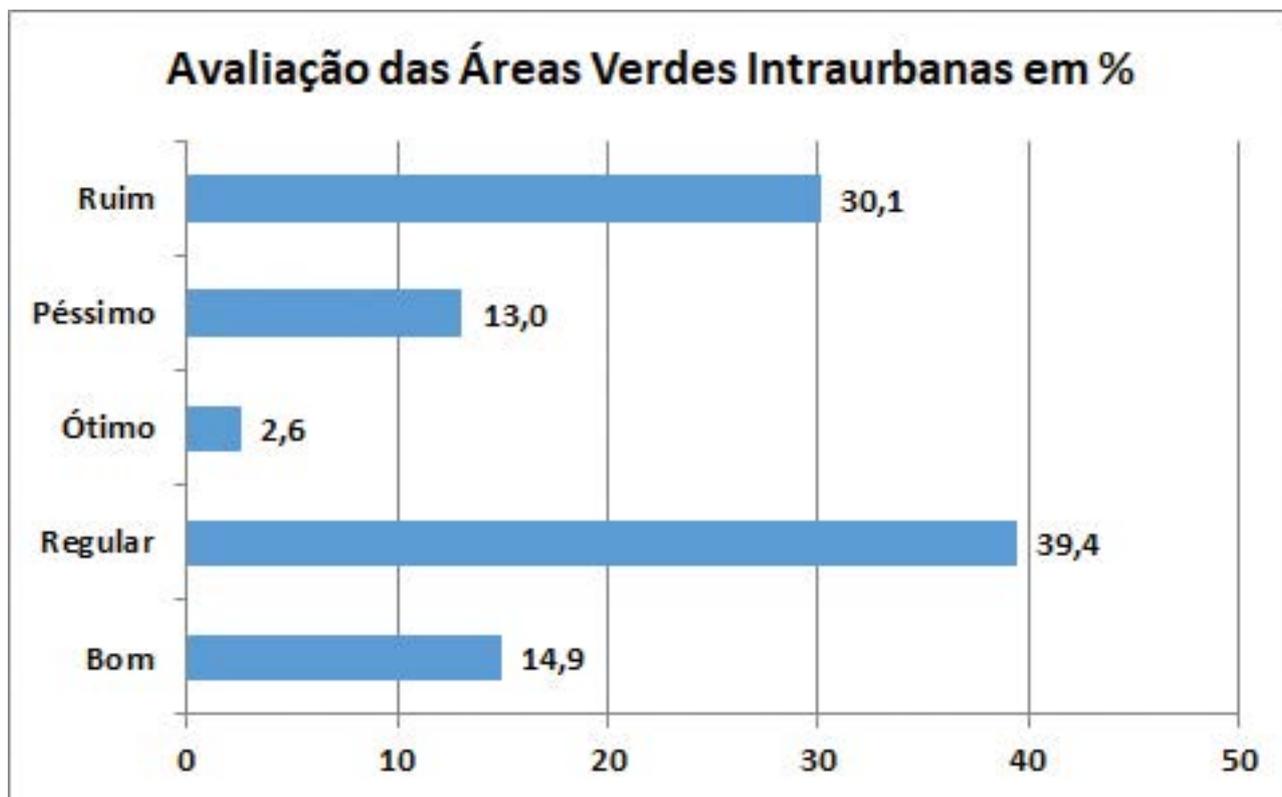
Áreas Verdes intraurbanas

Ao propor ações relacionadas ao planejamento urbano, as áreas verdes intraurbanas apresentam-se como um importante indicador

da qualidade de vida das pessoas, assim como para a qualidade ambiental urbana, devido não somente às funções ecológicas ou funções estéticas, mas também para a saúde física e mental que essas áreas exercem para as pessoas.

As áreas verdes, consideradas como as praças, os jardins públicos, canteiros centrais, áreas de rotatórias, espaços intraurbanos relacionados com a saúde e recreação, as considerações avaliativas dos entrevistados encontram-se no Gráfico 59.

Gráfico 59: Áreas Verdes intraurbanas. Avaliação. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

As áreas verdes avaliadas como Regular receberam o maior patamar, 39,4% dos entrevistados, seguido da consideração de Ruim

por 30,1%, sendo este o segundo patamar das considerações. Como um Bom serviço público, esta consideração foi apresentada por 14,9% e

como Ótimo serviço ofertado por 2,6%.

Como um Péssimo serviço ofertado, esta condição foi mencionada por 13,0% dos entrevistados. Dentre os entrevistados, seis mencionaram não utilizar esse tipo de serviço.

Convém acrescentar que Mazzei et al. (2007, p. 39)¹⁶ ressaltam que as áreas verdes “devem ser dotadas de infraestrutura e equipamentos para oferecer opções de lazer e recreação às diferentes faixas etárias (...)”.

Nesse aspecto, considerando que 43,1% avaliaram as áreas verdes intraurbanas entre Péssimo e Ruim, e que essas áreas públicas constituem-se em espaços imprescindíveis para o bem estar da população, dentre outras coisas, para o controle da poluição do ar e acústica, torna-se importante e necessária à elaboração de ações públicas dirigidas para a melhoria da

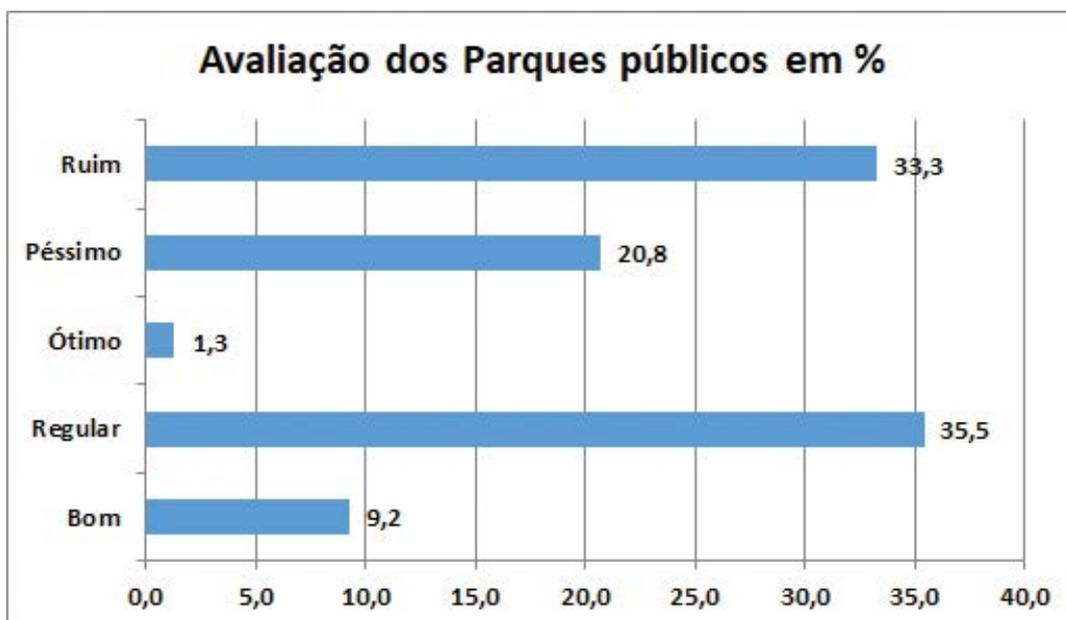
qualidade desse serviço.

Parques públicos.

Os Parques Públicos, igualmente considerados como áreas verdes, estes estão relacionados aos espaços naturais, com vegetação e fauna mais diversificada, apresentando um máximo de vegetação e solo permeável, sem massa cimentada ou asfáltica, podendo ser espaços públicos ou privados para uso comum.

Esses parques, normalmente parques de vizinhança urbana ou parques de bairro, exercem as funções sociais, ecológicas, estéticas, também a função educativa e contribuem para com a amenização das consequências negativas da urbanização. A avaliação dos Parques Públicos de Mogi Mirim encontra-se exposta no Gráfico 60.

Gráfico 60: Parques públicos. Avaliação. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

¹⁶ Fonte: MAZZEI, K.; COLSESANTI, M. T. M.; SANTOS, D. G. Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer. Sociedade & Natureza, Uberlândia, MG, v.19, n.1, p. 33-43, 2007.

As avaliações como de serviço público Regular e Ruim encontraram-se nos maiores patamares, respectivamente em 35,5% e 33,3% dos entrevistados. As considerações avaliativas como Péssimo serviço, estas atingiram o patamar em 20,8%. Dentre as avaliações, dez entrevistados mencionaram não utilizar esse serviço.

Como consideração de um Bom serviço observou-se como avaliação por 9,2% e, como Ótimo, um patamar em 1,3% dos entrevistados.

Igualmente, como nas áreas verdes intraurbanas, o Parque público deve oferecer infraestrutura e equipamentos adequados e necessários para o lazer e a recreação, assim como constante manutenção e segurança para o público usuário.

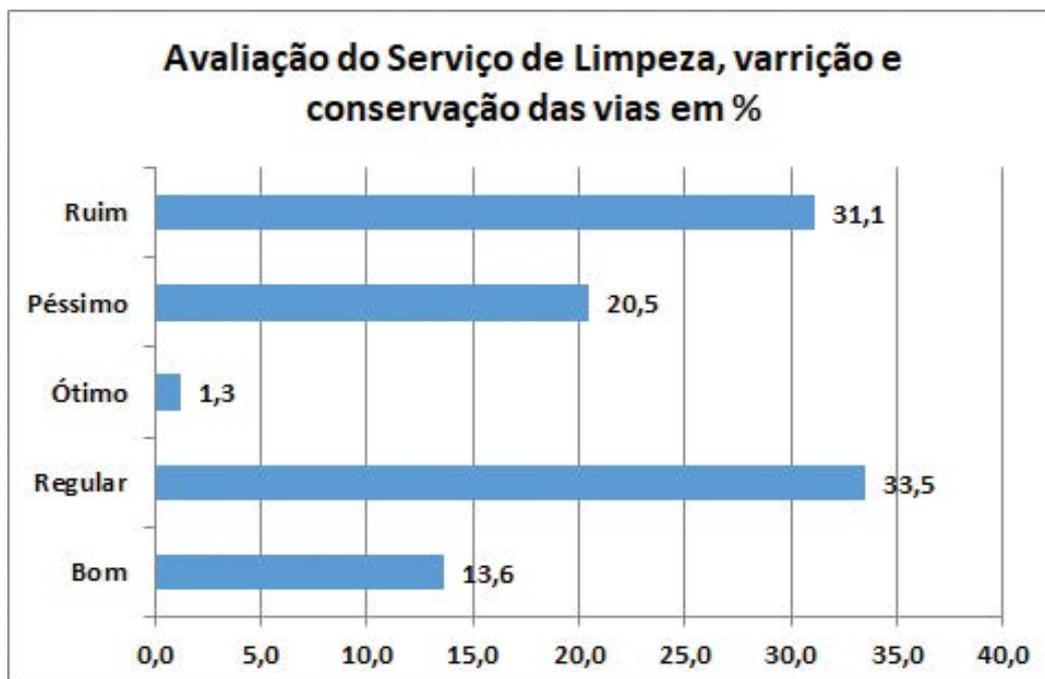
Limpeza, varrição e conservação das vias.

Como serviço de atendimento ao público, o poder executivo local é responsável pela gestão dos serviços de zeladoria do município, o qual consiste em realizar a limpeza da cidade, dentre outras coisas, por meio de varrição das vias; instalação de lixeiras; retirada de entulho; desobstrução de bueiro; pinturas de guias e faixas sinalizadoras para motoristas e pedestres e demais.

Este serviço, além de melhorar a estética da cidade, colabora em evitar vetores e pragas, além de evitar a proliferação de ratos, baratas e mosquitos, portanto, de suma relevância para a saúde pública.

O Gráfico 61 apresenta as avaliações dos entrevistados enquanto serviço público de limpeza, varrição e conservação das vias.

Gráfico 61: Limpeza, varrição e conservação das vias. Avaliação.
%. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Para a avaliação dos serviços de limpeza, varrição e conservação das vias, embora 33,5% dos entrevistados tenham avaliado como Regular, o destaque ocorreu para as considerações de como serviço Ruim, em 31,1% e de Péssimo, em 20,5%, cuja soma atingiu o patamar de insatisfação em 51,6% dos entrevistados.

A avaliação como Bom serviço em 13,6% e consideração como Ótimo serviço, um patamar de 1,3%.

A coleta e disposição final adequada destes resíduos são de responsabilidade do poder executivo. No entanto, a responsabilidade pela manutenção e conservação de terrenos é exclusiva do proprietário, o qual deve promover o fechamento e a sua limpeza. Pois terrenos abertos, ainda com mato alto tornam-se alvos de descarte de lixo e entulho proliferando vetores.

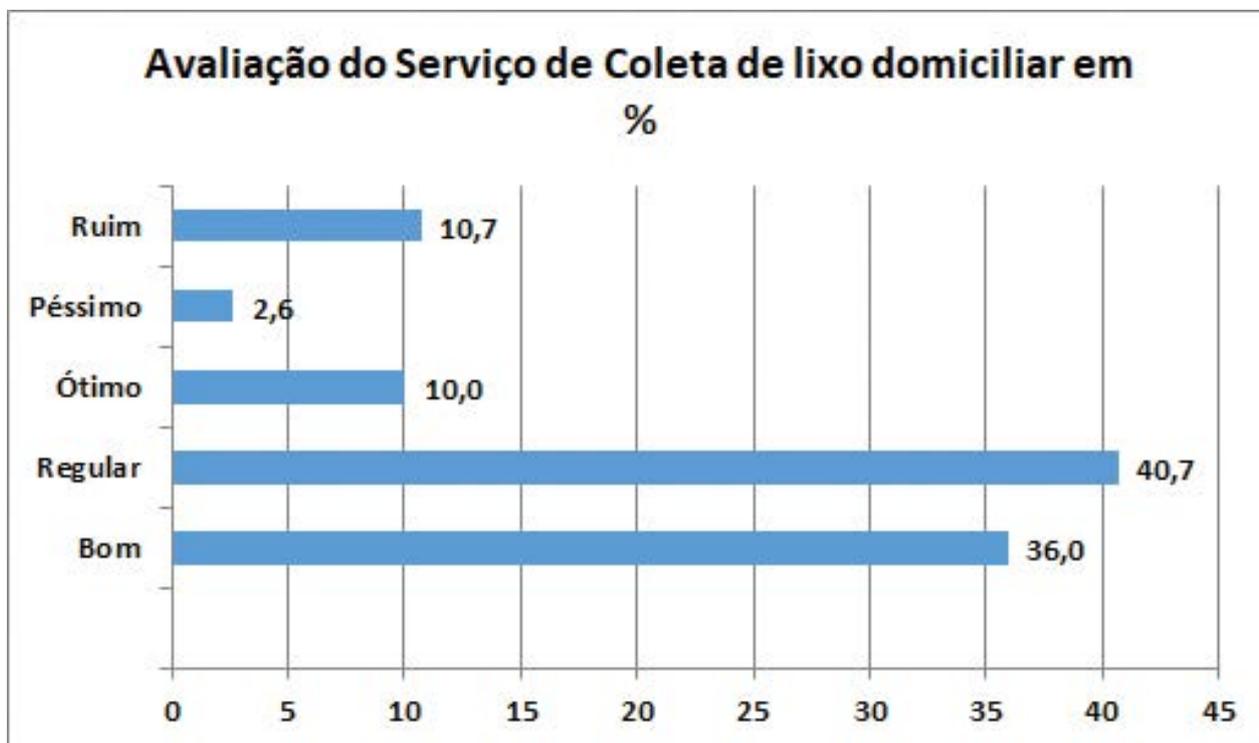
Com o resultado exposto, considerando que a avaliação deu-se para a totalidade da cidade, esta avaliação apresentou-se praticamente por mais da metade dos entrevistados como insatisfeitos com o serviço de limpeza e varrição das ruas.

Serviço de Coleta de lixo.

O gerenciamento do manejo de resíduos sólidos domiciliares é também de competência do poder executivo local, sendo que para esse serviço, pode ser criada uma empresa pública ou contratar uma empresa particular para prestar o serviço. Contudo, ainda o gerenciamento das atividades realizadas por essa empresa contratada é de responsabilidade do poder executivo local.

O Gráfico 62 apresenta o resultado das avaliações dos entrevistados sobre o Serviço de Coleta de Lixo em Mogi Mirim.

Gráfico 62: Coleta de lixo domiciliar. Avaliação. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

O serviço de coleta de lixo domiciliar tem fundamental importância, pois o manejo de resíduos sólidos compreende a sua coleta, transporte e destinação final, cujas etapas interferem direta e indiretamente no cotidiano da sociedade, na saúde pública e também sobre o meio ambiente.

A avaliação mostrou a consideração de como sendo um serviço Regular por 40,7% dos entrevistados. As considerações de como serviço

Bom e Ótimo apontaram respectivamente para os patamares de 36,0% e 10,0%, somando 46% das avaliações.

As considerações de como um serviço Ruim deram-se para 10,7% dos entrevistados. Já, para as considerações como um Péssimo serviço, estas apontaram para 2,6%, cujos bairros dos declarantes de como Péssimo foram identificados e estão expostos na Tabela 90.

Tabela 90: Bairros de declarantes considerados como de Péssimo serviço da Coleta de Lixo domiciliar. Frequência de declarações. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Bairro	Frequência
Centro	4
Santa Cruz	2
Loteamento Inocoop	1
Jardim Parque Real II	1
Jardim Primavera II	1
Tucura	1
Chácara Sol Nascente	1
Parque da Imprensa	1
Jardim Parque Real I	1
Jardim Nossa Senhora Aparecida	1
Chácara São Francisco	1
Jardim Brasília	1
Parque das Laranjeiras	1
Jardim Maria Beatriz	1
Total de considerações	18

Fonte: Consulta Pública (2021).

Foi observado que entrevistados moradores o Centro da cidade foram os que mais apresentaram a consideração da coleta do lixo como um Pésimo serviço, com quatro menções, seguido pelos entrevistados moradores do bairro Santa Cruz, com duas menções.

Os demais entrevistados moradores de 13 bairros distintos e expostos na tabela, não menos importantes, esses bairros receberam uma menção cada.

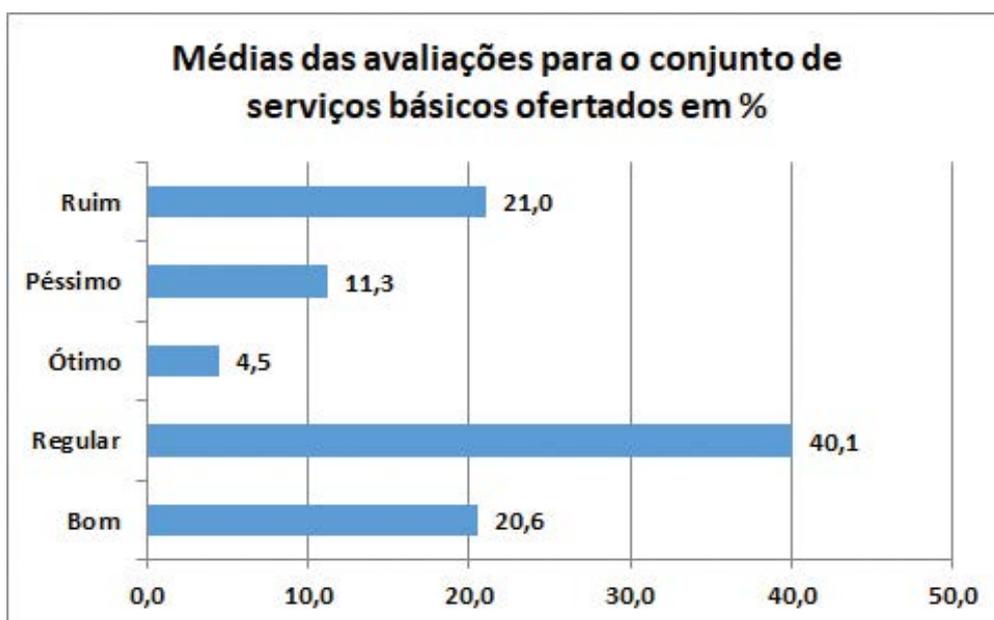
No entanto, trata-se de um total de 18 menções

distribuídas por 15 bairros, o que torna necessário o aprimoramento do acompanhamento gerencial desse serviço nos bairros.

Como destaque das avaliações sobre o conjunto dos serviços públicos ofertados.

Em nossas análises, considerando as avaliações dadas pelos entrevistados para o conjunto de serviços básicos expostos anteriormente, estabelecendo uma média obtida por cada categoria de avaliação, os resultados podem ser observados no Gráfico 63.

Gráfico 63: Médias das avaliações para o conjunto de serviços básicos ofertados. % Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Para o conjunto dos serviços elencados, a média das avaliações como Regular apresentou-se em 40,1%, como o de maior patamar dentre as avaliações. Esta avaliação é seguida de como Ruim, em 21,0% e como Bom serviço, em 20,6%.

Para as avaliações ao conjunto de serviços como Pésimo, deu-se em 11,3%. A média das

considerações avaliativas de como sendo Ótimo, foi a de menor patamar, em 4,5%.

Em um exercício de análise, a consideração como de Regular, em 40,1%, não necessariamente significa um serviço considerado como satisfatório, compreendendo que as lentes comparativas dos entrevistados fazem leituras

do que poderia estar sendo melhorado.

A soma das avaliações consideradas como de insatisfação, com menções de Péssimo e Ruim, estas se apresentaram em 32,3%.

Embora as médias das avaliações como Bom e Ótimo serviço, indicando satisfação, tenham somado 27,7% das considerações, ainda o grau da insatisfação mostrou-se superior.

Observando as avaliações médias entre Regular, Péssimo e Ruim para os serviços básicos elencados, em um total de 72,4%, compreende-se que a Consulta Pública junto à população resulta em obter a mensuração da qualidade desses serviços ofertados.

Portanto, as análises dos resultados subsidiam para proceder a um planejamento, coordenação e execução de ações, tendo em base as considerações dos usuários desses serviços, para a plena satisfação da população, interferindo na qualidade de vida.

Como foi revelada a insatisfação para com o elenco dos Serviços Básicos.

A insatisfação apresentada nas avaliações sobre o conjunto de serviços básicos foi analisada segundo as principais razões que se tornaram demandas expostas pelos entrevistados, as quais se apresentam por grupo de serviço expostos na Tabela 91.

Tabela 91: Razões da insatisfação. Serviços básicos elencados. Frequência de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim, 2021.

Razões da insatisfação	Frequência de declarações	%
Limpeza pública - Ausência de limpeza nas ruas, praças e parques / Ausência de varrição / Presença de entulho / Presença de mato alto nas praças e terrenos.	177	26,8
Conservação das vias - Asfalto, ruas com buracos / Demora do SAAE para fazer a manutenção dos buracos.		
Saúde - Carência de qualidade no atendimento à saúde / Demora para consultas e exames / Ausência de estrutura / Ausência de médicos.	93	14,1
Áreas verdes - Ausência de manutenção / Abandono / Pouca conservação / Carência de áreas verdes / Falta de segurança / Canteiros mal conservados / Falta área de lazer.		
Iluminação pública - Precária / Luzes fracas / Ruas, bairros e praças sem iluminação / Postes sem lâmpadas / Ausência de manutenção / Alto custo pago pela iluminação.	80	12,1
Parques públicos - Ausência de manutenção / Ausência de infraestrutura / Falta atrativos para crianças / Horto fechado abandonado / Presença de tráfico de drogas / Insegurança.		
Coleta de lixo - Ineficiência da coleta domiciliar de lixo / Presença de lixo nas ruas / Ausência de coleta seletiva e local de descarte.	56	8,5
Custo - Água com tarifa alta.	42	6,4
Esgoto com ausência do total tratamento / Problemas com o sistema / Mau cheiro / Alto preço.	28	4,2
Qualidade da água - Água com variação no gosto e cor / Constantemente suja / Distribuição da água tratada - Falta de água com frequência / Desperdício de água por falta de manutenção.		
Transporte público - Deficiente em horário.	4	0,6
Acessibilidade - Carencia de acessibilidade urbana para idosos e pessoas com necessidades especiais.	1	0,2
Total	660	100

Fonte: Consulta Pública (2021).

As razões de insatisfação envolvendo a Limpeza Pública e Conservação das Vias foram as de maior frequência apresentadas, como as de maiores demandas, em 26,8% das menções. Foi observado anteriormente que o patamar de insatisfação, ao somar as considerações de como Ruim e Péssimo, deu-se em 51,6%.

A Saúde apresentando carência de qualidade no atendimento atingiu o segundo patamar em 14,1%, quando esse serviço havia apresentado uma soma de 30,5% nas considerações avaliativas de Ruim e Péssimo.

Para o serviço envolvendo as Áreas Verdes, as demandas por ausência de manutenção apresentou em 13,8% e os Parques Públicos, com ausência de infraestrutura, em 9,1% das menções.

Quanto à Iluminação Pública, considerada como precária e apresentando demandas, essa razão foi mencionada por 12,1% de frequência dentre os entrevistados. Para o Serviço de Coleta de Lixo, considerado como ineficiente e com presença de lixo nas ruas, nos terrenos, assim como pela ausência de coleta seletiva, essas razões foram apresentadas por 8,5% dentre as demandas por melhores serviços públicos.

Como demanda apresentada, sobre a qualidade da Água tratada, observaram-se declarações sobre haver variação no gosto e cor, incluindo interrupção da distribuição. Foi observada a inclusão da consideração do custo pago pelo serviço. Sobre o Esgoto, apresentaram-se a ausência do total tratamento e a inclusão do alto preço pago por esse serviço. A Água e o Esgoto apresentaram-se respectivamente em 4,2% para cada serviço.

O destaque se apresenta por duas razões de insatisfação pelos serviços que foram incluídas,

as quais se tratam do Transporte Público deficiente em horário e a Acessibilidade urbana para idosos e demais, em respectivamente com 0,6% e 0,2% das menções.

Demais serviços prestados direta ou indiretamente pelo município, assim como serviços privados.

Nesse caso, trata-se de complementar os serviços essenciais elencados e aprofundar as análises apresentando as avaliações de serviços públicos prestados direta ou indiretamente pelo município, assim como serviços privados, todos dotados de relevância, os quais subsidiam a promoção de medidas na defesa dos interesses da população. Apresentam-se as análises das considerações avaliativas sobre serviços desde transporte, trânsito, segurança às considerações sobre a educação e a saúde no município.

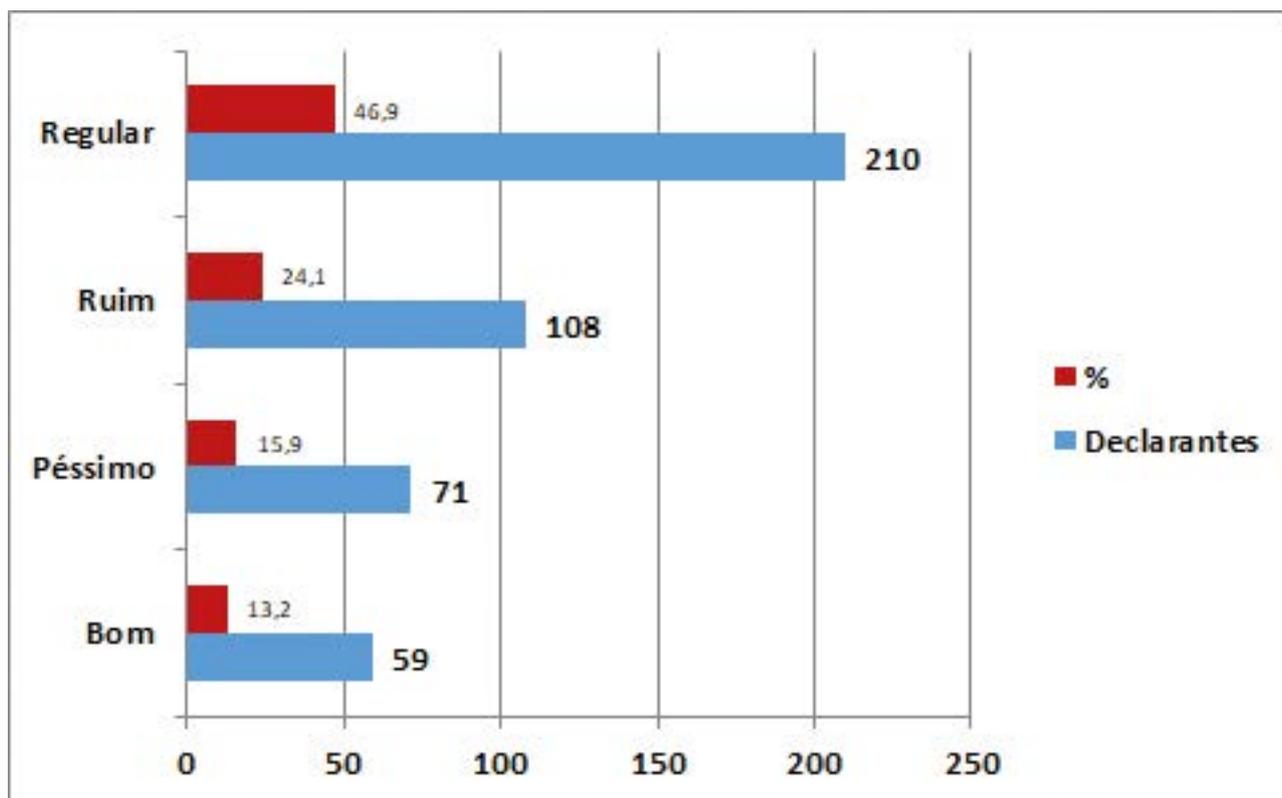
Utilização do transporte público.

A importância do transporte coletivo, a utilização do ônibus como instrumento de mobilidade urbana, dentre outras coisas, colabora em reduzir congestionamentos, a emissão de poluentes atmosféricos ao substituir os automóveis, assim como, contribui na redução dos acidentes de trânsito.

O uso do transporte público urbano, em Mogi Mirim, o “circular” foi mencionado por 114 entrevistados, 16,2% deles, como de utilização regular.

Embora entrevistados tenham declarado a não utilização do transporte público a avaliação foi realizada por um total de 448 declarantes. O Gráfico 64 apresenta a avaliação dada ao transporte público municipal de Mogi Mirim.

Gráfico 64: Transporte Público municipal. Avaliação. Número de declarantes.
%. Entrevistados. Mogi Mirim, 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

A avaliação do serviço de Transporte Público revelou-se como Regular para 46,9% dos declarantes, seguido pela consideração de como Ruim, em 24,1%, e como um serviço considerado como Bom para 13,2% dos declarantes.

Como Péssimo serviço de Transporte Público, essa consideração atingiu um patamar de 15,9% dos declarantes.

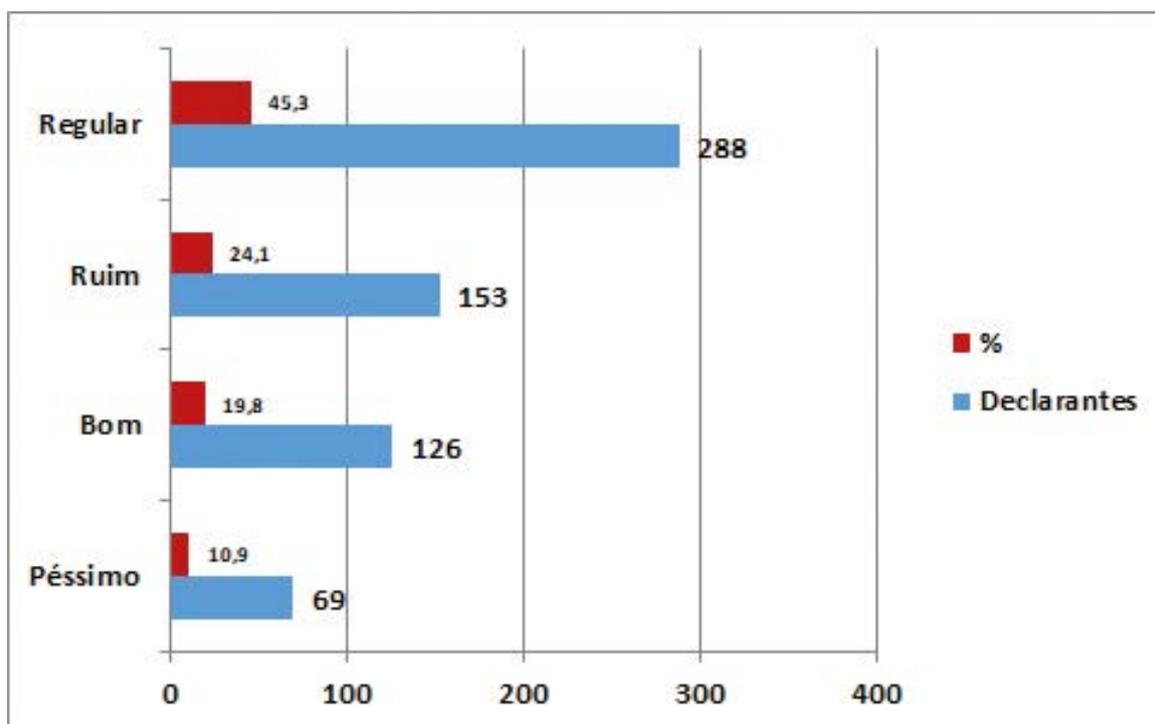
Fez parte dessa avaliação a percepção que os usuários têm da frequência dos ônibus, a qualidade, a relação custo, a sensação de segurança, assim como a distribuição das linhas no perímetro urbano.

Avaliação do Trânsito no Município.

Alguns detalhes que se dirigem para a gestão do trânsito local iniciam-se com um bom planejamento de engenharia de tráfego, a fiscalização, assim como a participação social. Igualmente deve-se levar em consideração a sinalização adequada às vias, a qual oferece maior segurança evitando acidentes.

A avaliação sobre o trânsito no município foi realizada por 636 entrevistados cujos resultados encontram-se no Gráfico 65.

Gráfico 65: Trânsito. Avaliação. Número de declarantes.
%. Entrevistados. Mogi Mirim, 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

A avaliação do Trânsito revelou-se como Regular para 45,3% dos declarantes. Esta consideração é seguida pela avaliação de como Ruim, em 24,1% das declarações.

O Trânsito avaliado como Bom, esta avaliação deu-se para 19,8% dos declarantes. A consideração como sendo Péssimo apresentou-se em 10,9% das avaliações.

Ressalta-se que as considerações de como Ruim e Péssimo para o Trânsito, somadas, as considerações avaliativas chegaram ao patamar de 35,0%, ou seja, próximo a 223 participantes

da avaliação.

Para uma cidade com as suas vias seguras, deve-se incluir o planejamento para os espaços de circulação de pedestres, planejar a orientação do trânsito e o direcionamento de vias para o transporte coletivo, dentre outros, a implantação e a manutenção da sinalização, tais como placas, faixas e semáforos, além de promover a educação para o trânsito.

Segurança no Município.

O IBGE (2020)¹⁷ apresenta a informação de que,

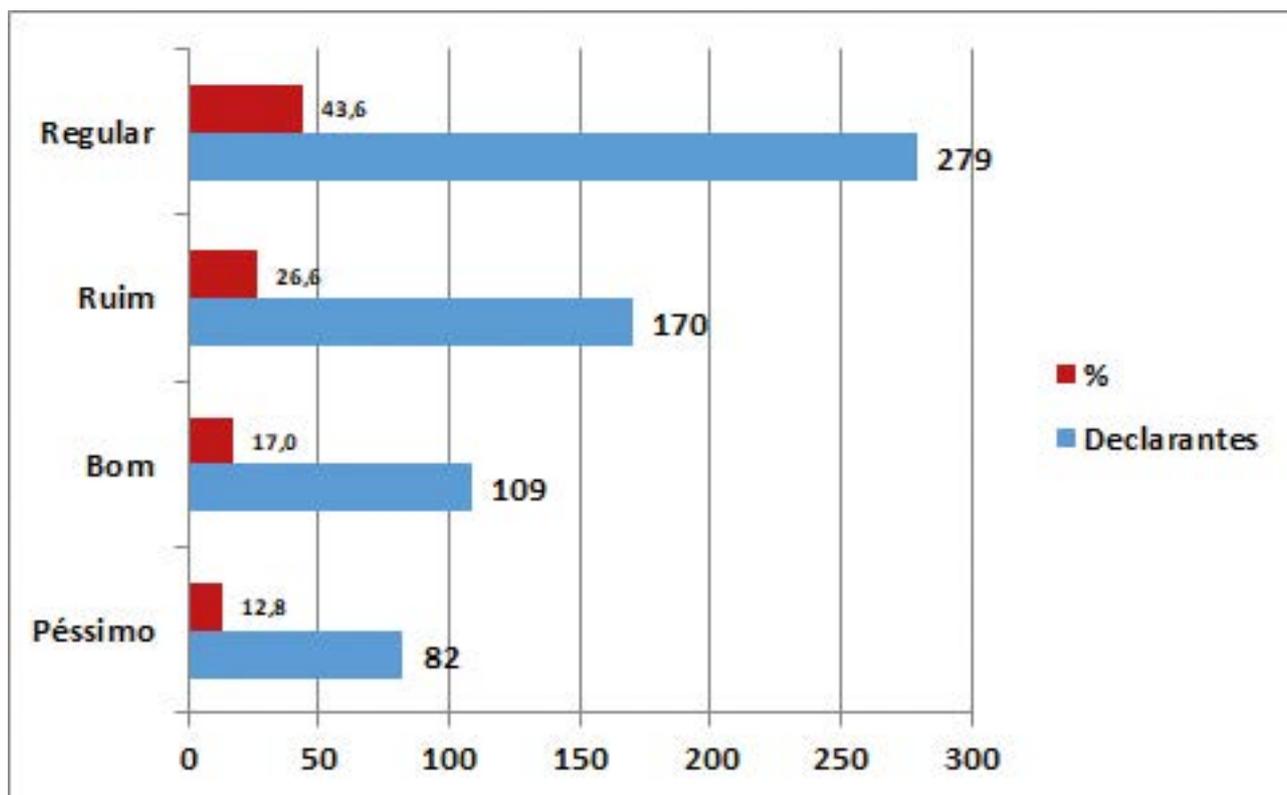
¹⁷ Fonte: <https://seguranca/audio/2020-12/ibge-levanta-dados-sobre-gestao-de-seguranca-em-estados-e-municipios#:~:text=J%C3%A1%20entre%20as%205570%20cidades,tinham%20Conselho%20Municipal%20de%20Seguran%C3%A7a.&text=Nesse%20mesmo%20per%C3%ADodo%2C%20segundo%20a,%25%20para%2021%2C%25>

em 2019, dentre as 5.570 cidades brasileiras, 23,6% possuíam uma secretaria ou órgão para cuidar da área de segurança e 14,9% tinham Conselho Municipal de Segurança. Sobre as Delegacias de Atendimento à Mulher, estas só estavam presentes em 441 cidades, menos de 8%

das cidades.

A Segurança em Mogi Mirim foi avaliada com a participação de 640 declarantes, cujo Gráfico 66 apresenta a avaliação dada.

Gráfico 66: Segurança municipal. Avaliação. Número de declarantes. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

As avaliações apontaram para um patamar de 43,6% dos declarantes considerando a Segurança no município como Regular, a qual é seguida pela avaliação de como um serviço Ruim, em 26,6%. Avaliação como de Bom serviço deu-se para

17,0% dos declarantes e 12,8% consideraram o serviço de Segurança Péssimo.

Ainda, o IBGE (2021)¹⁸ menciona que, em 2019, 21,3% dos municípios informaram a existência

¹⁸ <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/29570-proporcao-de-municipios-com-guarda-municipal-armada-sobe-para-22-4.html>

de guarda municipal. Isso representava 1.188 municípios brasileiros.

Destaca-se que as considerações de como Ruim e como Péssima segurança no município, resultou em um total de 39,4% dos declarantes, sinalizando insatisfação mencionada por 252 munícipes.

Ao se tratar de um serviço de segurança pública, as considerações de como Regular, ou seja, entre os dois extremos, de não ser considerado como Bom e também como Ruim, não significa a plena satisfação dos entrevistados, cuja avaliação deu-se para 43,6% dos declarantes. Portanto, um serviço que deve ser debatido pela população junto aos órgãos responsáveis.

É importante ressaltar a necessidade de que todos os municípios possam ter implantado um órgão gestor de Direitos Humanos, o Conselho dos Direitos das Crianças, assim como um colegiado dedicado à igualdade racial e aos direitos da população LGBT, como instâncias participativas para as tomadas de decisões.

A relação entre segurança pública e a ocorrência de violência em Mogi Mirim.

A segurança pública é uma responsabilidade compartilhada entre os governos federal, estadual e municipal. O governo municipal deve

desenvolver ações de prevenção à violência, cujas ações podem estar na instalação de câmeras, assim como criar ou intensificar os guardas municipais para maior proteção da população.

As declarações dos entrevistados sobre já ter vivenciado alguma experiência com violência, assim como, se alguém da residência já foi vítima de violência, o total deu-se em 325 declarações, 46,2%, ou seja, próximo da metade dos entrevistados já foram vítimas de algum tipo de violência.

As declarações de entrevistados que mencionaram preferir não responder deu-se em 57 declarações, 8,1%, o que significa a não exclusão desses declarantes, totalizando 54,3% dos entrevistados, agora ultrapassando a metade dos entrevistados.

Com esses dados, considerou-se um alto número de declarações, em que se buscou analisar quais os tipos de ocorrências que houveram, tais como a violência simbólica, a física, patrimonial e demais.

Tipos de violências sofridas.

Os tipos de violências sofridas pelos entrevistados estão expostos na Tabela 92 com a frequência de declaração e porcentagem.

Tabela 92: Tipo de violência. Frequência.
%. Entrevistados. Mogi Mirim, 2021.

Tipo de violência	Frequência de declarações	%
Assalto	183	54
Roubo	102	30,1
Agressão	21	6,2
Abuso	9	2,7
Furto	4	1,2
Assassinato	2	0,6
Assalto, roubo e agressão.	2	0,6
Problemas com vizinhos	2	0,6
Roubo a residência	2	0,6
Prefiro não responder	2	0,6
Assalto com agressão	1	0,3
Roubo e agressão	1	0,3
Tentativa de arrombamento domiciliar	1	0,3
Perseguição de carro	1	0,3
Violência policial (da PM e da GCM)	1	0,3
Presença de bêbados e drogados com som alto	1	0,3
Sequestro relâmpago	1	0,3
Tentativa de furto residencial	1	0,3
Assalto, furto de carro	1	0,3
Estelionato	1	0,3
Total	339	100

Fonte: Consulta Pública (2021).

O resultado apresentou uma soma de 339 ocorrências de violências mencionadas pelos entrevistados, sendo identificados 20 tipos de violências, sendo inclusa a menção de “Prefiro não responder.”

Chama a atenção para o número de assaltos, o qual atingiu 54,0% das ocorrências de violências,

seguido por roubo em 30,1%. A ocorrência de agressão apresentou-se em 6,2%. Casos de abusos e furtos apresentaram respectivamente em 2,7% e 1,2%.

Os demais casos mencionados pelos entrevistados deram-se entre 0,6% e 0,3%, mas embora variados, somam em 15 tipos de

violência, representando 5,9% das ocorrências, e são consideradas não menos importantes estarem sendo mencionadas, quando houve o destaque para a violência policial pela Polícia Militar e da Guarda Civil Municipal.

Observa-se que os atos de violência podem utilizar um ou mais tipos de violência aumentando as possibilidades de sequelas por transtorno psicológico, de estresse e demais sequelas causadas pela violência urbana.

Os problemas com a segurança da cidade devem ser debatidos junto ao poder público, pois se torna necessário o estabelecimento de um Plano Municipal de Segurança Pública elaborado com a participação de um Conselho Municipal de Segurança Pública. As questões de segurança

devem ser decididas em um processo coletivo e democrático, criando estratégias para prevenir qualquer tipo de violência.

Portanto, deve-se buscar meios para evitar a vulnerabilidade a todas as formas de violência na cidade, incluindo aferições sobre as causas em que determinados locais provocam no cidadão o sentimento de insegurança.

Identificação de locais indutores de sentimento de insegurança na cidade.

Quanto à insegurança existente em determinados espaços da cidade, foram identificados os locais indicados pelos entrevistados onde o sentimento de insegurança se faz presente. A Tabela 93 apresenta os locais indicados.

Tabela 93: Sentimento de insegurança. Locais. Frequência de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Locais de insegurança	Frequência de declarações	%
Centro da cidade - dia e noite	92	14,2
Nas ruas de modo geral / Rua à noite / Rua sem movimento	87	13,4
Qualquer lugar / Todos os lugares / De dia ou à noite	62	9,5
Bairros afastados / Periferia	54	8,3
Vila Dias	42	6,5
Linda Chaib	36	5,5
Insegurança em casa / Rua de casa	30	4,6
Praças	28	4,3
Santa Luzia	24	3,7
Jardim Planalto	22	3,4
Zona Leste	21	3,2
Zerão	17	2,6
Parque das Laranjeiras	15	2,3
Locais sem iluminação pública adequada	11	1,7
Semáforos	10	1,5
Jardim Áurea	8	1,2
Zona Norte	8	1,2
Bancos	8	1,2

Bairro Mirante	7	1,1
Flamboyant	7	1,1
Jardim Floresta	7	1,1
Jardim Velho	6	0,9
Lava-pes	5	0,8
Santa Clara	5	0,8
Vila São José	3	0,5
Aterrado	3	0,5
Av. Pedro Botesi	3	0,5
Nova Coop	3	0,5
Parque da Imprensa	2	0,3
Espaço cidadão	2	0,3
Rodoviária	2	0,3
Murayama I e II	2	0,3
Etec	2	0,3
CDHU	2	0,3
Praça São Benedito e Vila Lyra	2	0,3
Parque Real	2	0,3
Chácara Ypê	2	0,3
Zona Noroeste	1	0,2
Linha do trem / passagem para linda Chaib x Mirante		
Morro do Tiro de Guerra, Estrada da Cachoeira	1	0,2
Estrada de Itapira / Rotatória do posto BR próximo a ETEC		
Educar	1	0,2
Jardim Santa Lúcia	1	0,2
Chácara São Francisco	1	0,2
Chácara São Marcelo	1	0,2
Bairro Maria Bonatti Bordignon	1	0,2
Bairro do Sol Nascente	1	0,2
Total	650	100

Fonte: Consulta Pública (2021).

Observou-se que o maior número de menções para locais de insegurança deu-se para o Centro da cidade, durante o dia ou à noite, em um patamar de 14,2%. O Centro da cidade é seguido pela consideração de que a insegurança encontra-

se nas ruas de modo geral, à noite e em ruas sem movimento, cujas considerações apresentaram-se em 13,4% e, para a consideração de ser inseguro em qualquer lugar, todos os lugares de dia ou à noite, em 9,5%.

Chama a atenção para o Bairro Vila Dias, dentre os 27 bairros mencionados, o qual apresentou um patamar de 6,5%, o maior patamar dentre os bairros. No entanto, os demais bairros apresentados, mesmo em menores patamares devem ser considerados como espaços de insegurança.

Destacam-se as menções de sentimento de insegurança para as praças, locais sem iluminação, rodoviária, semáforos, bancos e demais.

O resultado da leitura apresentada pelos entrevistados pela identificação de bairros, locais, áreas que induzem o sentimento de insegurança revela-se como subsídio para a elaboração de estratégias de atuação dos órgãos públicos de segurança, em programas de prevenção à violência nesses espaços mencionados, os quais são espaços públicos que causam incertezas em serem vivenciados.

Educação em Mogi Mirim.

A educação escolar, para além do desenvolvimento pessoal, para o aumento da capacidade de interpretação das informações e demais, proporciona satisfação pessoal e profissional e assim, leva ao desenvolvimento social e cultural do indivíduo.

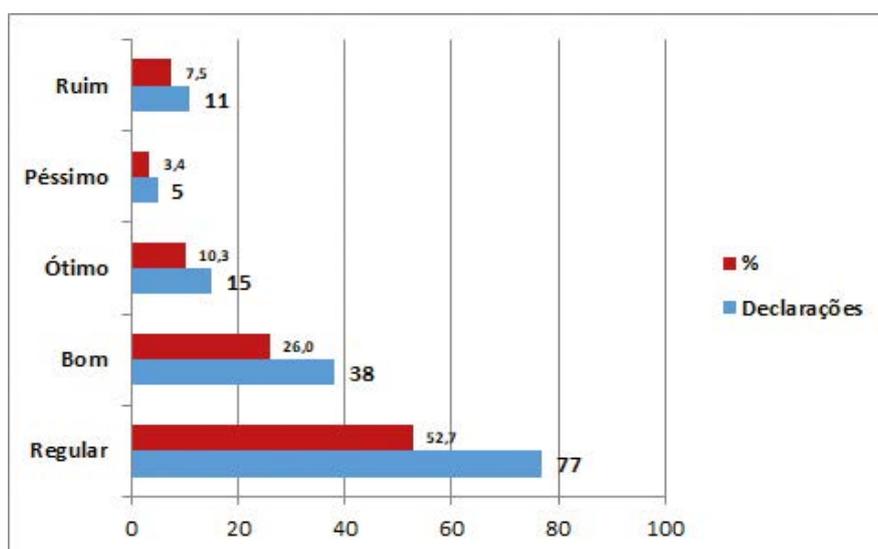
Entrevistados estudando em Mogi Mirim apresentou-se em um total de 284, dos quais 167 estudavam em escolas públicas, ou seja, 58,8% dos declarantes, e os demais 117, em escolas particulares.

A investigação sobre o como os entrevistados avaliam os diferentes níveis de educação, desde a creche, a educação infantil até o ensino superior, as avaliações podem ser observadas a seguir.

Avaliação da Educação Infantil (creche ou escola infantil)

O Gráfico 67 apresenta a avaliação da creche ou escola infantil mencionada pelos entrevistados.

Gráfico 67: Creche ou escola infantil. Avaliação. Número de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Dos 146 entrevistados que realizaram a avaliação da Creche ou Ensino Infantil, 52,7% avaliaram como Regular e 26,0% como Bom. Como Ótimo chegou ao patamar de 10,3 e como Ruim, 7,5%.

Dos entrevistados, 3,4% mencionaram o atendimento da Creche ou Ensino Infantil como Péssimo, o que pode ser considerado

como destaque a ser observado com maior profundidade.

Considerando que as matrículas são realizadas em unidades escolares mais próximas das moradias, o Quadro 26 apresenta os bairros dos entrevistados que avaliaram como Péssimo o atendimento da Creche ou Ensino Infantil.

Quadro 26: Bairros de entrevistados que avaliaram o Ensino Infantil como Péssimo. Mogi Mirim. 2021.

Bairros com avaliação de Péssimo pra Creche e Ensino Infantil
Aterrado
Jardim Murayama
Jardim Flamboyant
Vila Santa Luzia
C.E.C.A.P

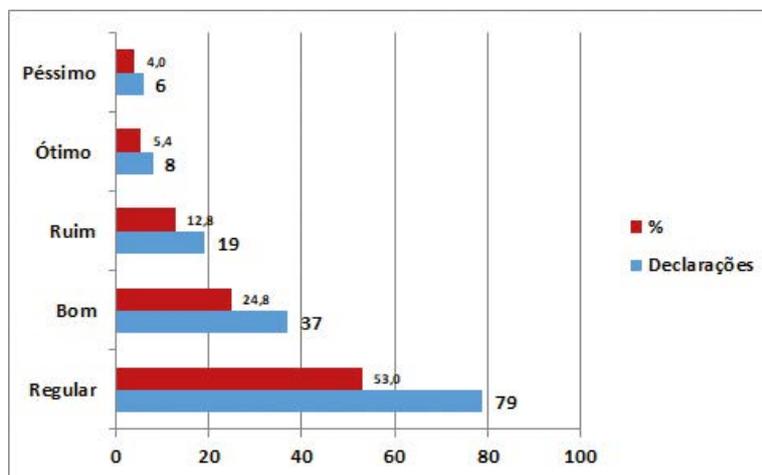
Fonte: Consulta Pública (2021).

Avaliação do Ensino Fundamental

A avaliação para o Ensino Fundamental foi

realizada por 149 declarantes, cujo resultado apresenta-se no Gráfico 68.

Gráfico 68: Ensino Fundamental. Avaliação. Número de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Para o Ensino Fundamental, 53,0% dos declarantes avaliaram como Regular, seguida de como Bom, em 24,8% e, como Ótimo, em 5,4%. Avaliação como Ruim chegou a um patamar de 12,8% e, como Péssimo, em 4,0%.

alunos são indicadas para que sejam realizadas em escolas o mais próximo possível de seus lares, o Quadro 27 apresenta os bairros dos entrevistados que mencionaram esse nível de ensino em Péssimo.

Igualmente, considerando que as matrículas dos

Quadro 27: Bairros com avaliação de Péssimo para o Ensino Fundamental. Mogi Mirim. 2021.

Bairros com avaliação de Péssimo pra o Ensino Fundamental
Condomínio Santa Mônica
Jardim Tropical
Jardim Murayama
Jardim Flamboyant
Vila Santa Luzia
Vila Dias

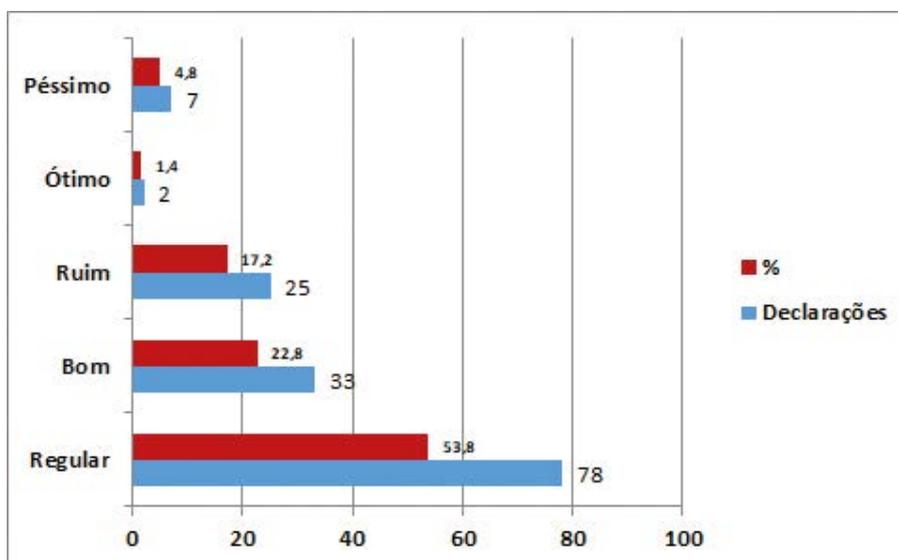
Fonte: Consulta Pública (2021).

Avaliação do Ensino Médio

145 entrevistados estão apresentadas no Gráfico 69.

As avaliações do Ensino Médio, realizadas por

Gráfico 69: Ensino Médio. Avaliação. Número de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Entrevistados que avaliaram o Ensino Médio como Regular apresentou um patamar de 53,8% e, para a avaliação de como Bom, em 22,8%. Para Ótimo, deu-se em 1,4%. Como Ruim e Péssimo, respectivamente em 17,2% e 4,8%.

Igualmente, os bairros de cujos entrevistados avaliaram o Ensino Médio como Péssimo estão expostos no Quadro 28.

Quadro 28: Bairros dos entrevistados com avaliação de Péssimo para o Ensino Médio. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Bairros com avaliação de Péssimo pra o Ensino Médio
Condomínio Santa Mônica
Jardim Murayama
Parque das Laranjeiras
Jardim do Lago
Vila Santa Luzia
Vila Dias
Vila Pichatelli

Fonte: Consulta Pública (2021).

Destaca-se que para os três níveis de escolaridade, Infantil, Fundamental e Médio, como consideração de Péssimo, entrevistados dos Bairros Jardim Murayama e Vila Santa Luzia estiveram presentes nos três níveis de ensino com essa avaliação. Os bairros Jardim Flamboyant, Condomínio Santa Mônica e Vila Dias estiveram presentes nos níveis Infantil e Fundamental.

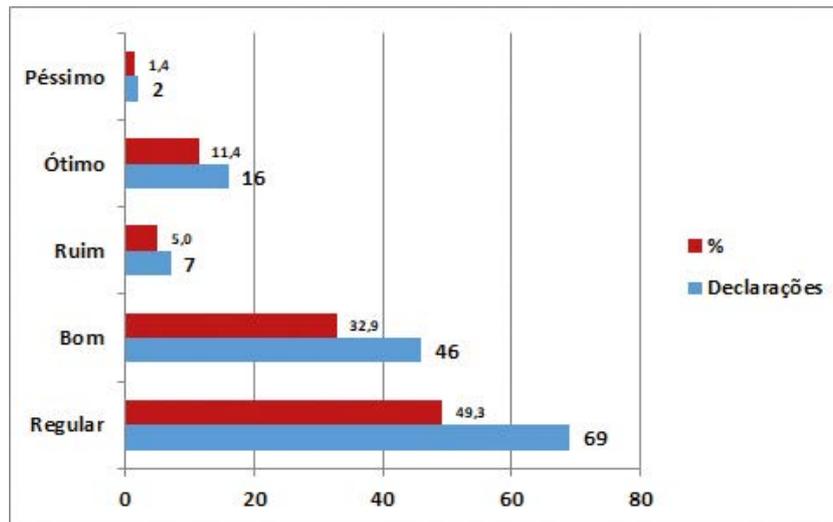
A identificação dos bairros dos declarantes torna-se subsídio para a identificação das unidades escolares por parte do poder público, enquanto gerenciamento das unidades escolares

quer sejam públicas ou privadas. Trata-se de uma fonte de dados para os órgãos responsáveis verificarem com apreço as considerações reveladas pelos usuários. Portanto, os resultados denotam a necessidade de maiores atenções dos órgãos oficiais de ensino para esses territórios apontados.

Avaliação do Ensino Técnico

Para o Ensino Técnico em Mogi Mirim, participaram da avaliação 140 declarantes, cujos resultados encontram-se no Gráfico 70.

Gráfico 70: Ensino Técnico. Avaliação. Número de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

A avaliação do Ensino Técnico em Mogi Mirim apresentou-se com 49,3% dos declarantes mencionando como um ensino Regular. Considerando um ensino Bom, em 32,9% e, Ótimo em 11,4%.

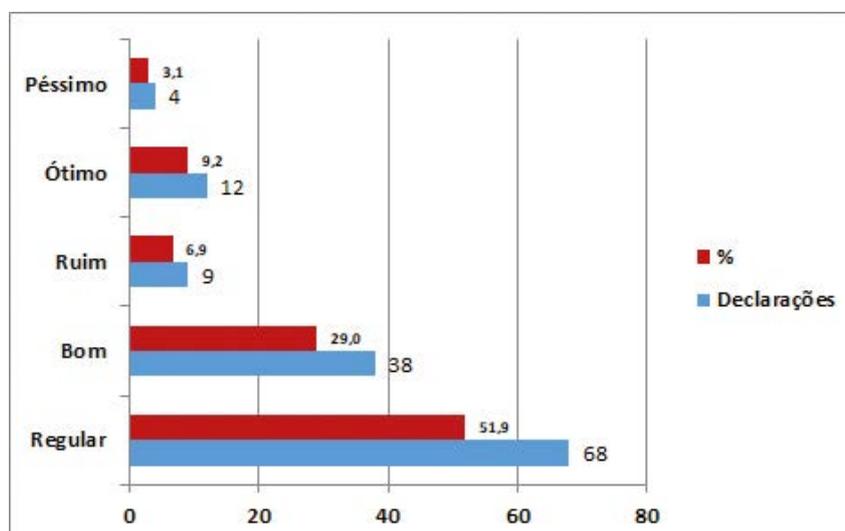
Como um ensino considerado como Ruim e Péssimo, os patamares atingiram

respectivamente 5,0% e 1,4%.

Avaliação do Ensino Superior

A participação para a avaliação do Ensino Superior ocorreu por 131 entrevistados, cujos resultados encontram-se expostos no Gráfico 71.

Gráfico 71: Ensino Superior. Avaliação. Número de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

O Ensino Superior foi avaliado como Regular por 51,9% dos declarantes e, consideração como Bom por 29,0%. Como um ensino Ótimo, em 9,2%. As considerações avaliativas como Ruim e Péssimo apresentaram respectivamente em 6,9% e 3,1%.

Considerações dadas sobre a insatisfação do ensino em Mogi Mirim.

Os entrevistados mencionaram as razões, os

motivos que justificaram as suas insatisfações, as quais denotaram por avaliações de como Ruim ou Péssimo aos níveis de ensino, cujos motivos são apresentados a cada nível de ensino.

Como considerações para a Creche e o Ensino Infantil como Ruim e Péssimo, a Tabela 94 apresenta os motivos das avaliações por grupo de declarações.

Tabela 94: Creche e Ensino Infantil. Motivo. Avaliação como Ruim e Péssimo. Frequência de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Motivo	Frequência de declarações	%
Baixa qualidade de ensino / Ensino fraco	5	41,7
Professor desmotivado.	2	16,6
Ausência de limpeza / Material de higiene	2	16,6
Poucas unidades de Creche	1	8,3
Descaso com o sistema pedagógico.	1	8,3
Alta densidade de criança por sala	1	8,3
Total	12	100

Fonte: Consulta Pública (2021).

Foram observados motivos como sendo a baixa qualidade e ensino fraco, em 41,7%, seguido por professor desmotivado, em 16,6% e igualmente no mesmo patamar de 16,6%, a ausência de limpeza e de material de higiene.

Motivos por haver poucas unidades de creche, descaso com o sistema pedagógico e a alta

densidade de criança por sala deram-se em 8,3% cada razão mencionada.

Para o Ensino Fundamental avaliado como Ruim e Péssimo foram identificadas 24 declarações, as quais a Tabela 95 apresenta as considerações sobre o motivo da avaliação.

Tabela 95: Ensino Fundamental. Motivo. Avaliação como Ruim e Pésimo. Frequência de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Motivo	Frequência de declarações	%
Qualidade do ensino / Ensino fraco / Falta conteúdo	9	37,5
Ausência de professores qualificados / Ausência de incentivo	8	33,3
Investimentos são precários / Infraestrutura	3	12,5
Ausência de metodologia eficaz	2	8,3
Alta densidade de alunos por sala	1	4,2
Falta higiene e limpeza	1	4,2
Total	24	100

Fonte: Consulta Pública (2021).

Foi observado que considerações sobre o ensino como de baixa qualidade, fraco e com falta conteúdo, esses motivos ocorreram por 37,5% das declarações, o grupo de maior patamar.

Considerações sobre a qualificação dos professores e a ausência de incentivo apresentaram-se para 33,3% das declarações. Este grupo de motivo é seguido pela consideração da falta de investimentos e a necessária melhoria na infraestrutura escolar em 12,5%.

A ausência de método de ensino eficaz apresentou-se em 8,3%. Para a alta densidade de aluno por sala e ausência de higiene e limpeza, ambas apresentaram-se em 4,2%.

Quanto à avaliação como Ruim e Pésimo ao Ensino Médio, a Tabela 96 apresenta as considerações, os motivos mencionados pelos entrevistados sobre a avaliação.

Tabela 96: Ensino Médio. Motivo. Avaliação como Ruim e Péssimo.
 Frequência de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Motivo	Frequência de declarações	%
Não dá suporte para o vestibular / Ensino fraco / Baixa qualidade	10	38,5
Ausência de professores qualificados	5	19,3
Ausência de estrutura / infraestrutura	3	11,6
Professores desmotivados	2	7,7
Falta investimentos em material didático	1	3,8
Alta densidade de alunos por sala	1	3,8
Baixa cobrança de notas	1	3,8
Descaso com o sistema pedagógico	1	3,8
Ausência de segurança	1	3,8
Falta limpeza e material de higiene	1	3,8
Total	26	100

Fonte: Consulta Pública (2021).

Para o Ensino Médio, as considerações de maiores patamares apresentaram-se como sendo um ensino fraco, baixa qualidade não oferecendo suporte para o vestibular para 38,6% dos grupos de motivos. A ausência de professores qualificados apresentou-se em segundo patamar, em 19,3% das declarações de motivos.

Considerando como motivos a estrutura e infraestrutura das escolas e a menção sobre os professores desmotivados apresentaram-se respectivamente nos patamares de 11,6% e 7,7%.

As demais considerações expostas na tabela, como a falta de investimentos em material didático, densidade de alunos/sala, baixa cobrança, descaso até a falta limpeza e material de higiene, todos apresentaram em 3,8% das declarações.

Para o Ensino Técnico, não tendo ocorrido

avaliação como Péssimo, as avaliações ocorridas como Ruim foram por duas menções, considerando a ausência de variedades em cursos e por haver necessidade de uma melhor formação.

Quanto ao Ensino Superior como Ruim, apresentaram-se quatro declarantes, considerando a ausência de instituições universitárias públicas. O ensino como fraco foi mencionado por dois declarantes.

As considerações motivacionais apresentadas resultam em entender a importância do monitoramento dos responsáveis pela educação pública e privada, em acompanhar as condições gerais das unidades de ensino em diferentes níveis.

Foram apontados problemas já conhecidos. No entanto, o destaque para o Ensino Infantil

deu-se para a alta densidade de criança por sala. O destaque para o Ensino Fundamental e Médio trata-se do conteúdo considerado como fraco. Para o Ensino Técnico, a ausência de variedades em cursos e para o Ensino Superior, a necessidade de um ensino público nesse nível.

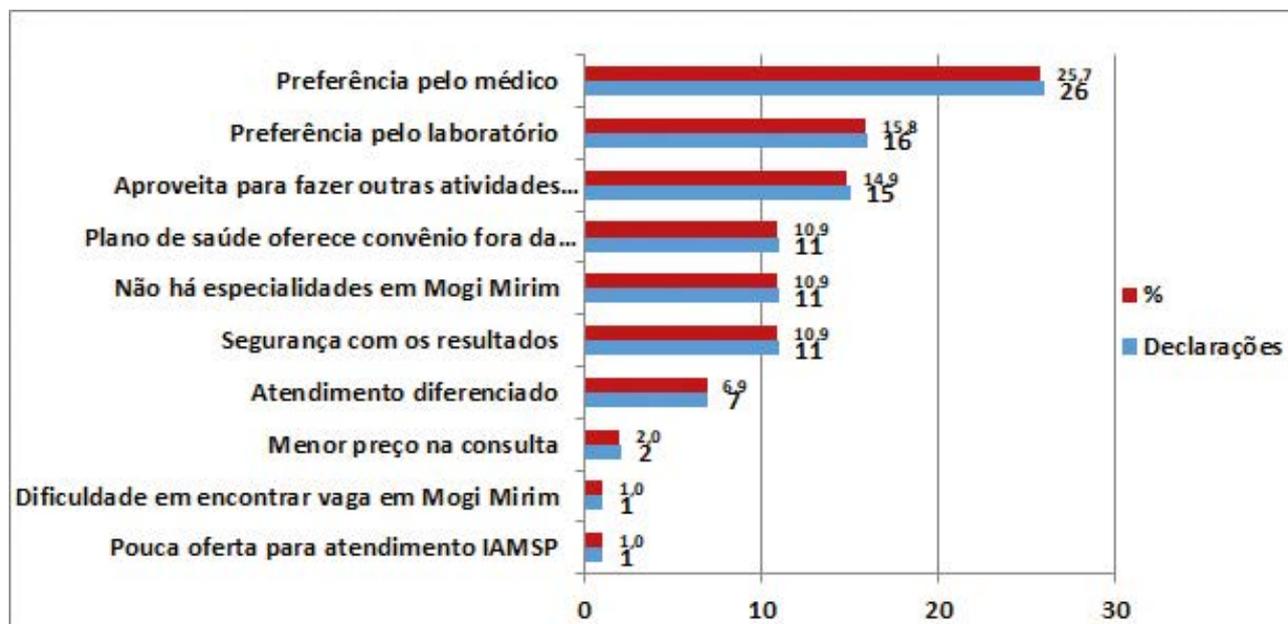
Utilização de serviços médicos em Mogi Mirim.

São inúmeros os serviços prestados por hospitais, laboratórios, serviços radiológicos,

clínicas médicas de diferentes especialidades, dentre outros, os quais compõem os serviços médicos.

As análises dos dados apontaram que 88,5% dos entrevistados utilizam os serviços médicos da cidade. Contudo, os motivos pelos quais os entrevistados mencionaram a não utilização dos serviços médicos locais foram identificados e apresentam-se no Gráfico 72.

Gráfico 72: Serviços médicos locais. Motivos pela não utilização. Número de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Considerando as 101 declarações prestadas por motivos pelos entrevistados que mencionaram a não utilização dos serviços médicos em Mogi Mirim, 25,7% apresentaram-se com a preferência pelo médico. Em segundo patamar, a preferência pelo laboratório em 15,8%. Como terceiro patamar, em 14,9%, o motivo apresentou-se como para fazer outras atividades, tais como

compras e passeios.

Em quarto patamar de motivos declarados, em 10,9%, tem-se o plano de saúde que oferece os serviços em outras cidades. Igualmente no mesmo patamar, apresentaram-se a ausência de especialidades, e o motivo considerando a segurança nos resultados, ambos em 10,9%. O

atendimento diferenciado apresentou-se em 6,9%. O preço da consulta, em 2,0%.

O motivo com sendo a dificuldade em encontrar vagas em Mogi Mirim e a pouca oferta de atendimentos pelo IAMSP (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual), ambos os motivos deram respectivamente em 1,0% cada.

Contudo, a preferência pelo médico apresentou-se o motivo de maior patamar.

Usuários de Plano de Saúde dentre os

entrevistados.

Segundo o IBGE (2021)¹⁹, em 2019, 28,5% da população do país tinha algum plano de saúde médico ou odontológico. Dentre os entrevistados, 405 declararam possuir plano de saúde, portanto, 57,5%, estavam sendo assistidos por um sistema particular de atendimento à saúde.

A identificação do plano de saúde e a justificativa sobre a escolha do plano pelo entrevistado apresentam-se na Tabela 97:

Tabela 97: Plano de Saúde. Justificativa. Declarantes. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Plano de Saúde	Justificativa	Declarantes	%
Unimed	Empresarial / Opção / Segurança / Essencial / Exames e atendimento emergencial / Bom atendimento / Praticidade	326	85,1
Doctor PRIME	Valor acessível	9	2,3
Bradesco Saúde	Diversidade de especialistas	8	2,1
Cassi	Plano de saúde da empresa. Bom atendimento	7	1,8
IAMSPE	Convênio do governo do estado de São Paulo	6	1,6
Hospital Samaritano	Plano empresarial	4	1
CABESP	-	4	1
Saúde Caixa	Convênio da empresa / Aposentadoria	3	0,8
KR SAÚDE	-	3	0,8
Amil	Empresarial	2	0,5
Sul América.	Segurança de atendimento / Empresarial	2	0,5
Notre Dame	-	2	0,5
SINSESP	Rápido atendimento	1	0,3
Associação dos aposentados	-	1	0,3
Porto Seguro	-	1	0,3
Associação de Saúde de Holambra	-	1	0,3
Cruz Azul - PM	-	1	0,3
Mul mix	Mais barato	1	0,3
Vivest	-	1	0,3
Total		383	100

Fonte: Consulta Pública (2021).

(-): Não justificaram.

¹⁹ Fonte: IBGE - <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28793-pns-2019-sete-em-cada-dez-pessoas-que-procuram-o-mesmo-servico-de-saude-vaio-a-rede-publica>

Da totalidade dos entrevistados que mencionaram possuir um plano de saúde, 94,6% souberam identificar o plano. Como destaque, possuidor de Plano de Saúde Unimed deu-se em 85,1% dos declarantes. As justificativas apresentaram-se por ser plano empresarial, por opção, pela segurança de atendimento, prestação de serviços de exames laboratoriais e atendimento emergencial, dentre outras.

Em segundo patamar, com 2,3%, foi para as declarações em possuir o Plano Doctor PRIME, pelo valor acessível. Em terceiro patamar, o Plano Bradesco Saúde, em 2,1%, dada presença da diversidade de especialistas.

Os demais planos, em participação entre 1,8% e 0,3%, pertencentes a um total de 40 entrevistados, as justificativas se distribuem em segurança de atendimento, por ser plano empresarial e pelo preço.

É importante incluir o tema nível de cobertura

do plano de saúde, em que o IBGE (2021)²⁰ menciona que em relação às interações, 64,6% foram por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Outro detalhe mencionado pelo IBGE trata-se de que 45,4% dos planos de saúde eram pagos total ou parcialmente pelo empregador.

Como destaque das análises, foi identificado que o número de planos de saúde empresarial se mostrou ser ofertado para 64 entrevistados, ou seja, 16,7% dos declarantes, contudo, abaixo da média mencionada pelo IBGE.

Sobre a insatisfação para com os demais serviços municipais e privados e suas considerações.

Os fatores que contribuíram para a insatisfação dos entrevistados, relacionados com a qualidade dos serviços prestados direta ou indiretamente pelo município, assim como serviços privados, as considerações estão apresentadas por grupo de serviços na Tabela 98.

²⁰ Fonte: IBGE - <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28793-pns-2019-sete-em-cada-dez-pessoas-que-procuram-o-mesmo-servico-de-saude-vaio-a-rede-publica>

Tabela 98: Insatisfação pelos serviços. Considerações. Frequência de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Considerações	Frequência de Declarações	%
Insegurança / Assaltos / Roubos / Furtos / Ausência de policiamento.	217	36,5
Trânsito / Falta de sinalização - semáforos / Falta educação no trânsito.	171	28,7
Condições do transporte público / Poucas linhas / Baixa qualidade / Alto custo.	118	19,8
Saúde pública / Falta médico e remédio.	27	4,5
Serviços públicos / Falta de planejamento / infraestrutura.	17	2,9
Serviço de saneamento / Alto preço do abastecimento de água.	12	2
Limpeza e manutenção de praças públicas / Áreas verdes.	11	1,9
Presença de usuários de drogas nas ruas.	8	1,3
Condições das vias públicas / Ruas com buracos.	6	1
Iluminação precária.	5	0,8
Coleta de lixo domiciliar / Coleta de entulho.	3	0,5
Total	595	100

Fonte: Consulta Pública (2021).

Do total dos entrevistados, 18,3% não opinaram ou não declararam as suas considerações. No entanto, o grupo mencionando a insatisfação dada a Insegurança apresentou-se como o de maior patamar recebendo 36,5% das frequências, seguido pela insatisfação relativa ao trânsito, em 28,7%. Em terceiro patamar, apresentou-se o transporte público com poucas linhas, baixa qualidade e alto custo, em 19,8%.

A saúde pública, em quarto patamar, comparece em 4,5%, seguida pela consideração de falta de planejamento, infraestrutura e serviços públicos, em 4,5%.

As demais considerações, não menos

importantes, foram observadas anteriormente e são retomadas, tais como o saneamento, a limpeza, iluminação, e demais.

Foi observado que a segurança pública como a de maior frequência nas declarações, cujo resultado apresenta-se sinalizando a necessita de reavaliação como um serviço público essencial para o bem-estar da população.

Considerações sobre o que está bom em Mogi Mirim.

O potencial de uma cidade, as possibilidades exploradas pela sua população para o desenvolvimento de cada indivíduo da

comunidade, perpassam pela compreensão de sua estrutura de elementos ofertados, como experimentação para que as pessoas possam exercer sua plena cidadania.

Para Mogi Mirim há inúmeras considerações

sobre aspectos vividos pela população, os quais indicaram satisfação pelos entrevistados. A Tabela 99 apresenta as considerações em grupos de aspectos da cidade que foram indicados como bons.

Tabela 99: Aspectos considerados como bons. Frequência de declarações.
%. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Considerações	Frequência de declarações	%
Comércio / Supermercados.	99	20,2
Educação / Escolas / Biblioteca / Creche / Faculdade / FATEC / ETEC.	53	10,8
Ruas / Vias / Pavimentação / Asfalto / Sinalização.	39	7,9
Bares e restaurante / Gastronomia.	38	7,7
Limpeza urbana / Serviços públicos / Coleta e tratamento do lixo.	35	7,1
Segurança / Policiamento.	34	6,9
Atendimento à saúde.	32	6,5
Tranquilidade / Por ser uma cidade pequena.	21	4,3
Cidade com potencial / Desenvolvimento / Industrialização / Oportunidade de melhorias.	20	4,1
Iluminação pública.	15	3,1
Lazer / Cultura / Turismo.	13	2,6
Áreas verdes / Praças.	12	2,4
Distribuição de água tratada / Esgoto.	12	2,4
Trânsito / Acessibilidade.	12	2,4
Emprego / Trabalho e renda.	11	2,2
Opção de moradia.	10	2,0
Qualidade de vida.	8	1,6
Localização.	8	1,6
O Centro urbano.	7	1,4
Presença de farmácias.	6	1,2
Zerão / Espaço Cidadão.	4	0,8
Setor de serviços.	2	0,4
Total	491	100

Fonte: Consulta Pública (2021).

O resultado apresentou um total de frequência em 491 declarações distribuídas em 24 grupos de aspectos considerados como bons.

O comércio e supermercados compareceram em primeiro patamar, com 20,2% das declarações, dentre os grupos de aspectos com maiores considerações de como bom. Em segundo patamar encontrou-se o grupo da educação considerada como boa para 10,8% dos entrevistados, seguido pelas condições das ruas, vias, pavimentação e sinalização em 7,9%.

Para o grupo mencionando os bares, restaurantes e a gastronomia, este se deu em 7,7% das declarações e, sobre a limpeza urbana, os serviços públicos, a coleta e tratamento do lixo foi o quinto patamar com 7,1% das considerações de como bom serviço.

Dentre os demais, em menores patamares, a segurança, o policiamento, o atendimento à saúde, o emprego, trabalho e renda foram os aspectos que receberam as considerações de

como bons.

Observou-se o aspecto considerado como bom, cujo destaque se dirige para o horizonte mencionado sobre ser uma cidade com potencial, por haver desenvolvimento, industrialização e oportunidade de melhorias, em 4,1% das declarações, ou seja, uma frequência de 20 ocorrências nas respostas, apontando boas expectativas para Mogi Mirim.

Expectativa sobre o que deve ser melhorado em Mogi Mirim.

A gestão de uma cidade, como foi visto, requer uma série de serviços que vão desde os atendimentos básicos, tais como o saneamento, educação e saúde, até outros serviços que envolvem o lazer, trânsito, entre outros aspectos para prover a qualidade de vida da população.

As considerações para a melhora da cidade são apresentadas na Tabela 100 por grupo de indicações dadas pelos entrevistados.

Tabela 100: Considerações para a melhora da cidade. Grupo de indicações.
 Frequência de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Indicações	Frequência de declarações	%
Saúde - Atendimento à saúde / Atendimento médico.	258	21,8
Segurança / Policiamento.	216	18,2
Lazer / Atividades esportivas / Entretenimento / Cultura / Eventos / Turismo.	197	16,6
Emprego / Trabalho e Renda.	98	8,3
Educação / Estrutura das escolas / Biblioteca / Creche.	95	8
Limpeza urbana / Serviços públicos / Coleta e tratamento do lixo.	54	4,6
Áreas verdes / Praças.	42	3,5
Comércio / Diversidade.	39	3,3
Ruas / Vias / Pavimentação / Sinalização / Infraestrutura urbana.	38	3,2
Estacionamento / Trânsito / Ciclovias.	28	2,4
Desenvolvimento econômico / Empreendimentos.	24	2
Iluminação pública.	14	1,2
Revitalização do Zerão / Voçoroca / Pedreira / Horto / Zoológico.	14	1,2
Transporte urbano com acesso a toda espacialidade da cidade.	14	1,2
Mais moradias com melhores preços.	13	1,1
Qualidade de vida.	13	1,1
Atendimento nas lojas, no comércio.	7	0,6
Projetos educacionais para crianças e adolescentes / Projetos para pessoas com necessidades especiais.	6	0,5
Setor de serviços / Construção civil.	5	0,4
Investimentos nos bairros afastados – periféricos.	5	0,4
Revitalização do Centro.	4	0,3
Valorização do patrimônio arquitetônico.	1	0,1
Total	1.185	100

Fonte: Consulta Pública (2021).

Com um total de frequência das declarações em 1.185, as considerações apresentaram-se em 22 grupos de indicações para a melhoria na cidade.

O atendimento à saúde, o atendimento médico, foi o de maior patamar com a frequência de declarações em 21,8%. A segurança, o policiamento foi o grupo em segundo patamar, em 18,2% das indicações.

Observou-se como terceiro patamar, em 16,6%, as indicações para Lazer, atividades esportivas,

cultura, eventos e o turismo. Já o emprego, a geração de trabalho e renda comparece em quarto patamar, em 8,3% das indicações. Como quinto patamar, por 8,0% das declarações, o grupo indicando a educação, a estrutura das escolas, biblioteca e creche.

As demais considerações expostas apresentaram-se por serviços já anteriormente avaliados pelos entrevistados, desde a limpeza urbana, áreas verdes, transporte, infraestrutura urbana, assim como a importante e necessária manutenção da

história da cidade, a valorização do patrimônio arquitetônico.

As considerações tornam-se valiosas contribuições sinalizando as necessidades sociais e as particularidades do município, as quais se apresentam como subsídios não somente para a gestão municipal em elaboração de políticas públicas, mas também como contribuições para o setor econômico, enquanto ações para melhorar a qualidade dos serviços e o desenvolvimento da cidade.

Pois, foram observadas as indicações de melhoras no desenvolvimento econômico, em empreendimentos, passando pela necessidade de uma maior diversidade no comércio local, menções sobre o atendimento nas lojas, ou seja, a melhoria na dinâmica econômica comercial.

A participação da população encontra-se como elemento central para as decisões sobre as políticas públicas de importância para as mudanças locais, na medida em que reafirma a importância da leitura de mundo vivido pela população sobre o bairro, a cidade, considerando os interesses de quem nela vive, participa dos problemas e das riquezas por ela gerada.

Portanto, esta pesquisa se dirige para conhecer e avaliar o real desempenho do comércio visto pelas lentes do consumidor, do usuário, cujos resultados apresentaram subsídios às políticas públicas locais e para balizar decisões de investimentos privados para a melhoria do setor comercial.

A dinâmica das atividades do comércio mogimiriano vista pelos entrevistados.

Na dinâmica econômica urbana, a atividade comercial participa na destinação final dos

bens produzidos, quer seja pela indústria de transformação ou pelas atividades agropecuárias e demais, e assim, participa na circulação do capital, na perspectiva do desenvolvimento econômico local, regional ou global.

O comércio e a cidade, portanto, se apresentam como um amálgama de encontro de pessoas, mercadorias e serviços, resultando em uma interação espacial e econômica, gerando postos de serviços, trabalho e renda, como foi observado nesta pesquisa entrevistados profissionalmente alocados no comércio.

As informações da pesquisa estão apresentadas enquanto considerações mencionadas pelos entrevistados relacionadas às suas percepções como consumidores no comércio varejista em diferentes segmentos, tais como vestuário; móveis; eletrodomésticos; beleza, gastronomia e demais.

Considerações sobre o comércio de Mogi Mirim como opção para compras.

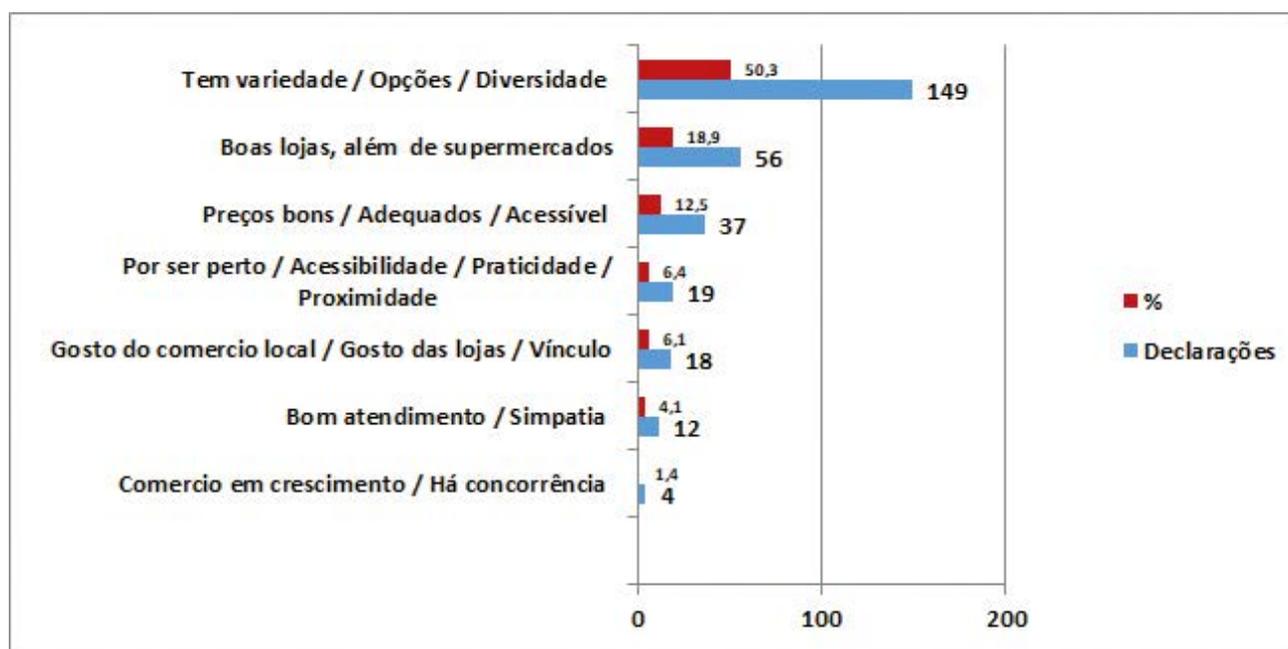
Observa-se que a cultura e a classe social a que o indivíduo pertence são fatores de influência para decisão de compra. No entanto, as análises identificaram outros elementos de importância.

Os entrevistados que consideraram Mogi Mirim como uma boa opção para fazer compras, 332 declarantes, estes se apresentaram em 47,2%. Os demais, 52,8%, mencionaram a cidade não ser uma boa opção, o que sinaliza possíveis perdas de intenções de compras no comércio e perdas de valores econômicos.

Motivos por privilegiar o comércio local.

As considerações motivacionais pela opção em fazer suas compras em Mogi Mirim se apresentam agrupadas no Gráfico 73.

Gráfico 73: Boa opção para compras. Motivos. Número de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Os motivos pela opção em privilegiar as compras no comércio de Mogi Mirim, em maior patamar deram-se pelas considerações de haver variedades, opções e diversidades de produtos, em 50,3% das declarações. Por considerar boas lojas e presença de supermercados, apresentou no patamar de 18,9%, seguida pela consideração de haver bons preços em 12,5%.

A acessibilidade, por ser perto, apresentou-se em 6,4% das declarações e, o vínculo ao comércio local, em 6,1%. O bom atendimento, a simpatia deu-se em 4,1%. Já a consideração

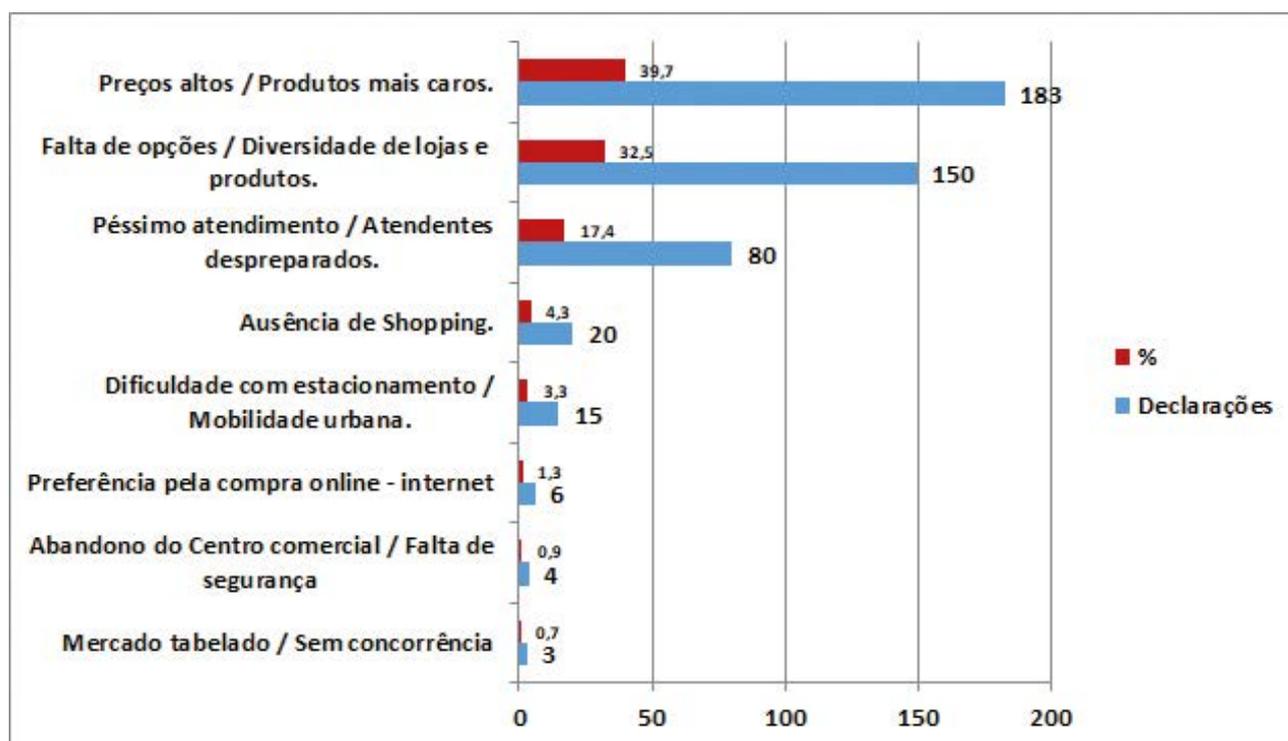
de que o comércio está em crescimento e haver concorrência deu-se em 1,4%.

Foram declarações que apontaram para um comércio com opções de compras, bons preços e, dentre outros, a competitividade, os quais são fatores que indicam um bom comércio.

Motivos pela não opção ao comércio local.

Os motivos pela consideração por não ser uma boa opção para compras em Mogi Mirim se apresentam no Gráfico 74.

Gráfico 74: Não opção de compras. Motivos. Número de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Os motivos pela não opção, dentre eles, se apresentaram com destaque a justificativa sobre os altos preços das mercadorias e produtos mais caros, em 39,7% dos declarantes, seguido pela justificativa sobre falta de opções de lojas e produtos em 32,5%. A consideração como sendo devido ao péssimo atendimento deu-se em 17,4% dos entrevistados.

A ausência de um Shopping foi mencionada por 4,3% dos declarantes e a dificuldade de estacionamento por 3,3%. Dentre os motivos foi identificado que 1,3% mencionaram comprar por internet.

Consideração sobre o estado de abandono do

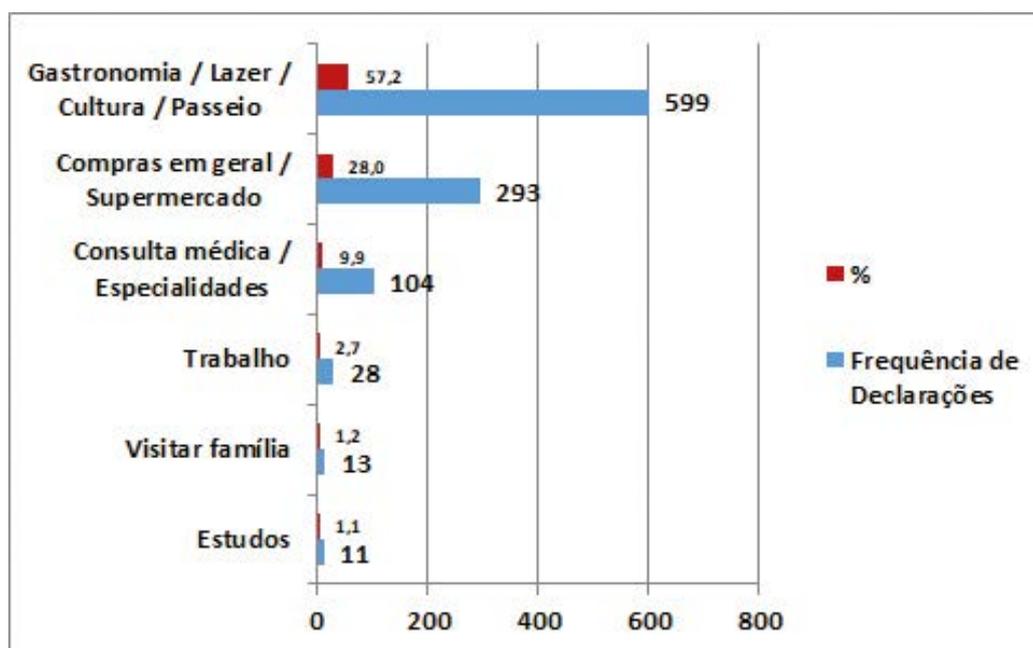
centro comercial e a falta de segurança deu-se em 0,9% e, como sendo um mercado tabelado e sem concorrência deu-se para 0,7%.

Foi observado que os preços altos, a ausência da diversidade de lojas e produtos, assim como o atendimento, estes se destacaram pelos motivos da não opção de compras.

Finalidades por locomoção dos entrevistados para outras cidades.

A locomoção para outras cidades foi observada buscando explorar as finalidades apresentadas nas declarações, as quais são apresentadas por grupo de menções no Gráfico 75.

Gráfico 75: Locomoção para outras cidades. Finalidades. Frequência de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Como finalidade para locomoção em outra cidade, em um total de 1.048 menções, 57,2% das declarações apresentaram como sendo para gastronomia, cultura e lazer, sendo este grupo de finalidades o que se destacou. Em um segundo patamar deu-se para compras em geral e compras em supermercado, com 28,0% dos entrevistados. Para consultas médicas em especialistas, em terceiro patamar, deu-se para 9,9%.

Para trabalho, visitas à família e para estudo, em patamares menores, apresentaram-se respectivamente em 2,7%, 1,2% e 1,1%.

Como detalhe, a finalidade de locomoção como sendo para estudo, embora em menor patamar, torna-se significante ao considerar as declarações observadas anteriormente nas avaliações sobre a educação, em que foi mencionada a necessidade

de mais cursos universitários.

Contudo, o destaque para a gastronomia, cultura e lazer, como também as compras em geral, todas elas devem ser observadas pelo gestor do comércio para as providências necessárias em fixar o consumidor no comércio local.

Sobre o costume de realizar as compras em outras cidades.

A menção por haver costume de fazer compras em outras cidades deu-se por 513 entrevistados, ou seja, 73,0% afirmaram que costumam ir para outras cidades para fazerem suas compras. Já, 27,0% mencionaram não ter esse costume.

Embora os entrevistados que consideraram Mogi Mirim como uma boa opção para fazer compras, os quais haviam se apresentado em 332

declarantes, numericamente houve um aumento de declarantes que mencionaram que costumam ir para outras cidades.

No entanto, deve-se considerar que, dentre os entrevistados, esta questão na entrevista foi respondida por comerciantes e empresários, os quais podem depender de produtos encontrados em outras cidades.

Produtos citados, os quais são adquiridos em outras cidades.

Os produtos citados pelos entrevistados em compras realizadas em outras cidades e os motivos estão apresentados em grupos por tipos de produtos e expressos na Tabela 101.

Tabela 101: Produtos de outras cidades. Motivos. Frequência de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Produtos	Motivos	Frequência de	%
		declarações	
Roupas / Vestuário	Preços mais acessíveis.	249	29,6
Alimentos / Comida em geral / Supermercado	Mais baratos / Custo benefício.	153	18,2
Sapato / Calçados	Melhor preço e variações	139	16,6
Produtos eletrônicos / Celular / Informática	Mais variedades de lojas e de produtos.	65	7,7
Móveis / Eletrodomésticos / Decoração / Utensílios domésticos	Qualidade, melhor preço e melhor atendimento.	64	7,6
Livros / Cultura / Teatro / Cinema / Bar e restaurante / Lazer	Mais variações e opções	31	3,7
Perfume / Cosméticos / Beleza / Maquiagem	Valores acessíveis e bom atendimento	27	3,2
Brinquedos / Material escolar	Melhor custo e maiores opções	26	3,1
Peças automotivas / Peças de serviço-máquina	Melhor preço e atendimento	16	1,9
Materiais esportivos / Produtos esportivos	Haver mais opções	15	1,8
Farmácia / Remédios / Bens de saúde / Consulta	Variedade	13	1,6
Higiene e limpeza	Preços convidativos e atendimento aceitável	9	1,1
Papelaria / Material de escritório	Preços acessíveis	8	1
Bijuteria / Acessórios pessoais / Bolsas	Itens diferenciados e preços acessíveis	8	1
Produtos para Pet	Mais opções e melhor atendimento	7	0,8
Cama-mesa e banho	Melhor qualidade	5	0,6
Veículos	Melhor preço	5	0,6
Total		840	100

Fonte: Consulta Pública (2021).

Como aquisição de produtos em outras cidades, os artigos para o vestuário foram os mais citados, em um patamar de 29,6% das frequências, cujo motivo foi por considerarem os preços mais acessíveis.

O segundo maior patamar foi para produtos alimentares em supermercados, sendo que o motivo apresentado foi por considerar serem mais baratos e vantajosos em custo-benefício, por 18,2% das frequências de declarações.

Calçados, sapatos foram os produtos que chegaram ao terceiro patamar, em 16,6%, por encontrar melhor preço e variações de mercadoria.

Produtos eletrônicos, tais como celular, produtos de informática apareceram como o quarto patamar de aquisição fora de Mogi Mirim, por ser encontrada maior variedade de lojas e de produtos, considerados em 7,7% das declarações.

Em quinto patamar, em 7,6%, encontraram-

se produtos como móveis, eletrodomésticos, produtos para decoração e utensílios domésticos, cujos motivos foram pela qualidade, melhor preço e melhor atendimento.

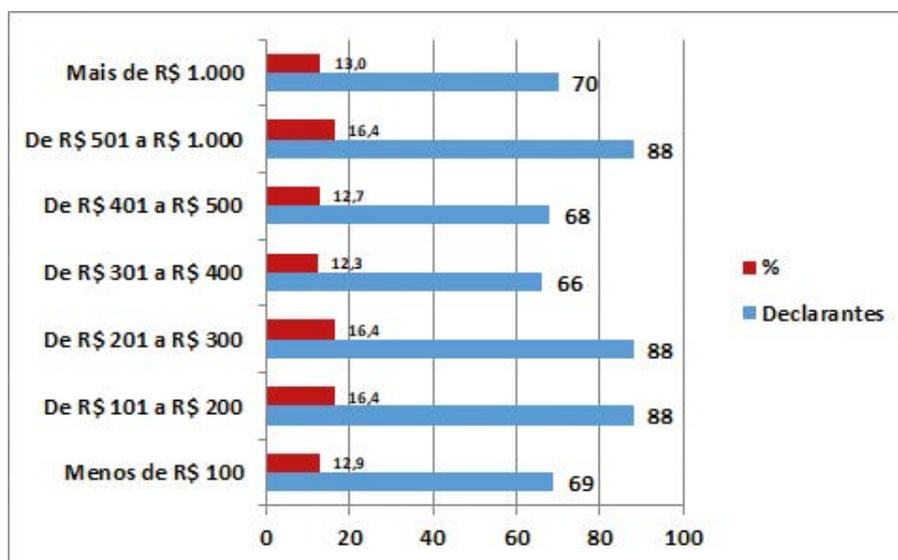
A busca pelo lazer, cultura, bares e restaurantes deu-se em 3,7%, por haver mais variações de opções. Os artigos de beleza, perfume apresentaram-se em 3,2% de frequência nas considerações, por haver valores acessíveis e bom atendimento.

Os demais produtos expostos na tabela, tais como a compra de acessórios pessoais até a compra de automóveis, em menores patamares variando de 3,1% a 0,6%, destacam-se, igualmente aos motivos anteriores, por menores preços, maiores opções, qualidade e melhor atendimento.

Gasto mensal em comércio de outras cidades.

As declarações por gastos mensais em outras cidades apresentaram-se por 537 entrevistados, cujos valores médios apresentam-se no Gráfico 76.

Gráfico 76: Gastos mensais em outras cidades. Valores médios. Número de declarantes. %. Entrevistados. Mogi Mirim, 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Nos mesmos patamares, em 16,4% dos declarantes cada, os valores entre R\$ 501,00 e R\$ 1.000,00; assim como entre R\$ 201,00 e R\$ 300,00, e também valores entre R\$ 101,00 e R\$ 200,00, estes se apresentaram, igualmente, para 88 declarantes a cada fração de valor.

A sequência de patamares sinalizou o valor com mais de R\$ 1.000,00 de gastos mensais, segundo patamar, em 13,0% e, na extremidade, com menos de R\$100,00, em 12,9%, terceiro patamar.

Com patamares não distantes, os gastos entre R\$ 401,00 a R\$ 500,00 e entre R\$ 301,00 e R\$ 400,00, respectivamente apresentaram-se em 12,7% e 12,3%.

Em um exercício de análise sobre a perda de capital no comércio interno de Mogi Mirim, considerando o número de declarações e a média obtida dos valores declarados de como gastos,

pode-se calcular um valor médio aproximado de R\$ 231.800,00 mensais, em termos de população total, podemos atingir uma valor total de R\$ 4,732 milhões por mês.

Cidades onde foram realizadas a maior parte das compras pelos entrevistados que declararam por essa opção.

Considera-se que, na ausência de opções, as pessoas procuram o comércio local, normalmente para o consumo mais básico. Contudo, parte dos entrevistados mencionou costumar sair de Mogi Mirim para outras cidades, junto às diversas razões observadas.

Para o elenco de produtos, tais como alimentos, sapatos, roupas, artigos de beleza, móveis, eletrodomésticos e demais, a Tabela 102 apresenta as cidades em que os entrevistados mencionaram fazer a maior parte de suas compras.

Tabela 102: Cidades de realização das compras. Declarantes. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Cidade	Declarantes	%
Mogi Mirim	414	62,5
Mogi Guaçu	131	19,8
Campinas	81	12,2
São Paulo	11	1,7
Internet	10	1,5
Itapira	4	0,6
Serra Negra	2	0,3
Diversas	1	0,2
São Carlos	1	0,2
Limeira	1	0,2
Conchal	1	0,2
Holambra	1	0,2
Pedreira	1	0,2
Santo André	1	0,2
Arthur Nogueira	1	0,2
Jundiaí	1	0,2
Total	662	100

Fonte: Consulta Pública (2021).

Dentro de um total de 662 declarantes, em um patamar maior, as declarações dirigiram-se para Mogi Mirim, representando 62,5% das declarações como cidade para as compras realizadas. A cidade vizinha, Mogi Guaçu, como segundo patamar, apresentou-se em 19,8% das declarações por preferência de compras, seguida pela cidade de Campinas, polo regional, com 12,2%. A capital de São Paulo representou 1,7% e, as compras pela internet, em 1,5%.

As demais cidades apresentadas na Tabela, considerando as 14 cidades apresentadas como

locais de compras fora de Mogi Mirim, embora em patamares menores, representam 85,7% das cidades onde os entrevistados mencionaram suas compras.

A dinâmica do mercado online. Compras pela internet.

As alternativas para realizar compras pela internet têm sido mais um espaço comercial com o mercado online. Mencionaram comprar algum produto pela internet 564 entrevistados, cujas razões estão expostas por grupo de razões na Tabela 103:

Tabela 103: Compra pela internet. Razões. Frequência de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Razões mencionadas	Frequência de declarações	%
Preço mais barato / Menor valor das mercadorias	313	47,5
Praticidade / Facilidade / Comodidade / Conforto	232	35,2
Variedade	54	8,2
Rápido / Agilidade	22	3,3
Por não haver o produto no comércio local	9	1,4
Permite pesquisa / Novidades	8	1,2
Opções de parcelamento / Facilidade no pagamento	6	0,9
Mais seguro	6	0,9
Relação preço e qualidade	6	0,9
Melhor custo-benefício	3	0,5
Total	659	100

Fonte: Consulta Pública (2021).

Observou-se que as razões de maiores destaques

deram-se pelo preço, por ser mais barato ou de menor valor, em 47,5% da totalidade das razões.

A praticidade, a facilidade, conforto foram mencionadas em 35,2% das razões apresentadas.

Por encontrar variedade de produtos e, por considerar a rapidez e agilidade na compra de produtos, essas razões deram-se respectivamente em 8,2% e 3,3% das menções apresentadas.

As demais razões, em menores patamares de declaração, tais como, por não haver o produto no comércio local, em 1,4% e, por considerar como uma compra segura e as demais razões expostas na tabela, somam-se 4,4% de declarações.

Observou-se que o e-commerce, as vendas pela

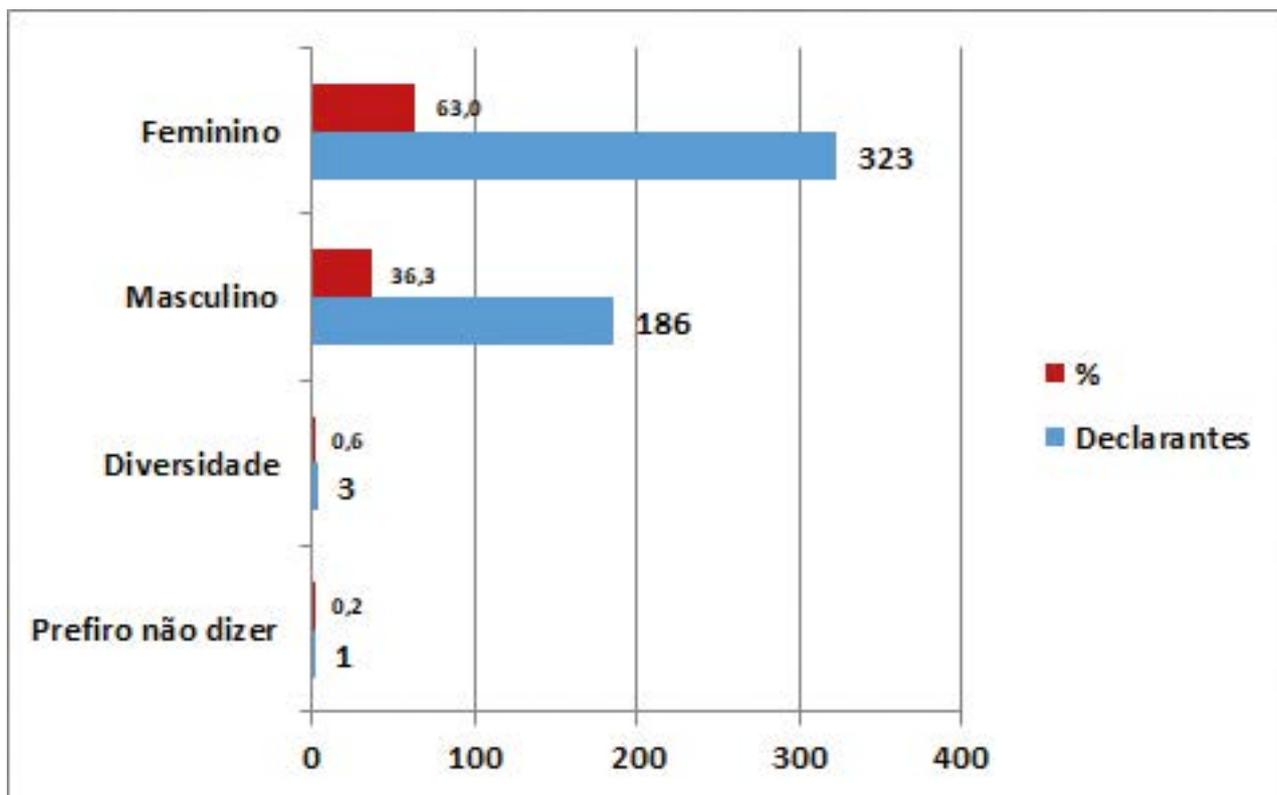
internet apresentaram em 659 frequências de razões para esse tipo de comércio, o qual faz da loja virtual uma opção, principalmente quando as lojas virtuais possam realizar a entrega do produto no mesmo dia da compra.

Perfil dos entrevistados que mencionaram ter costume em comprar em outras cidades.

Para melhor compreensão dos resultados, a caracterização do perfil em gênero, faixa etária e renda familiar permite uma aproximação de análise sobre as considerações observadas.

O perfil por gênero, o Gráfico 77 apresenta a distribuição dos declarantes.

Gráfico 77: Costume em comprar em outra cidade. Gênero. Número de declarantes. %. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

O resultado sinalizou que 63,0% dos declarantes que mencionaram ter o costume de comprar em outras cidades eram do gênero feminino. Em patamar com aproximadamente a metade, em 36,3% deu-se para o gênero masculino.

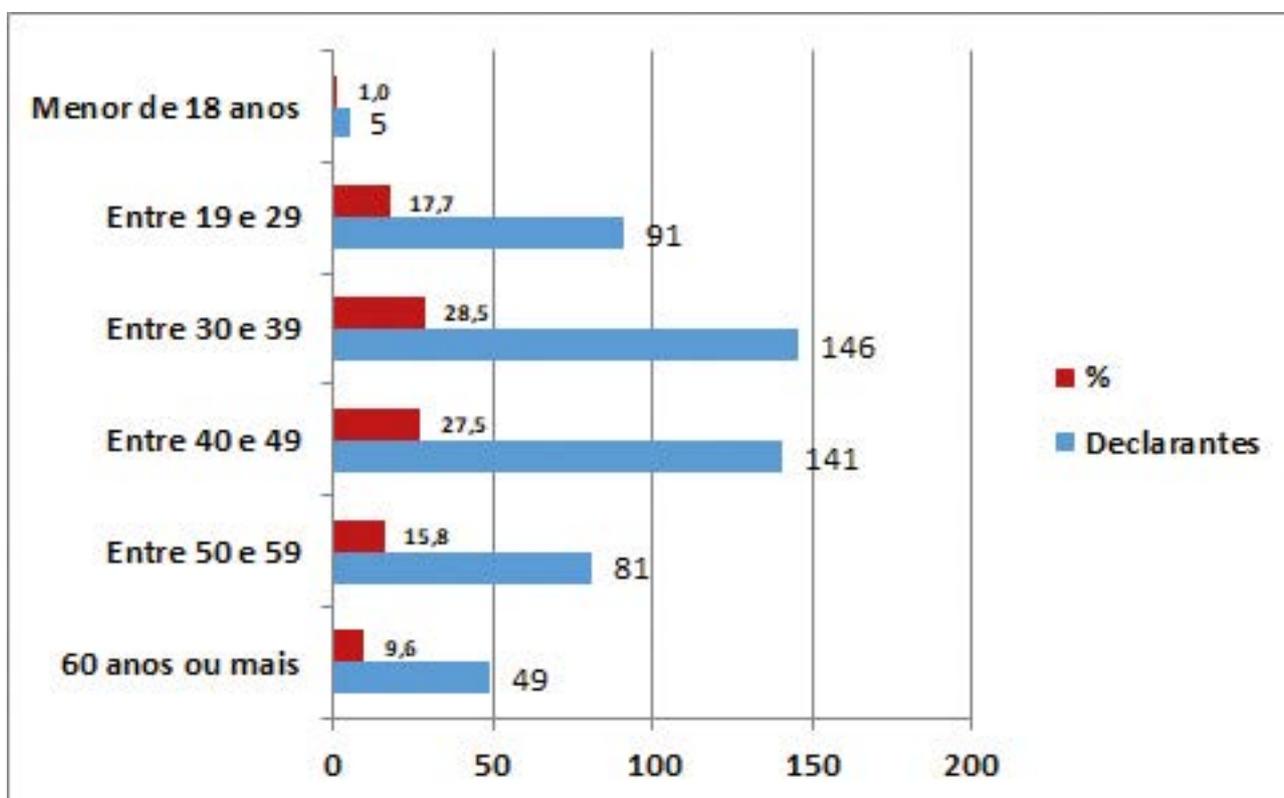
Declarantes de como diversidade, apresentaram-

se em 0,6% e, declarante como prefiro não dizer, em 0,2%.

O gênero feminino apresentou-se como o de maior patamar, compondo a preferência em aquisição de produtos em outras cidades.

Enquanto faixa etária, o Gráfico 78 apresenta o perfil dos 513 entrevistados.

Gráfico 78: Costume em comprar em outra cidade. Faixa etária. Número de declarantes. %. Mogi Mirim, 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

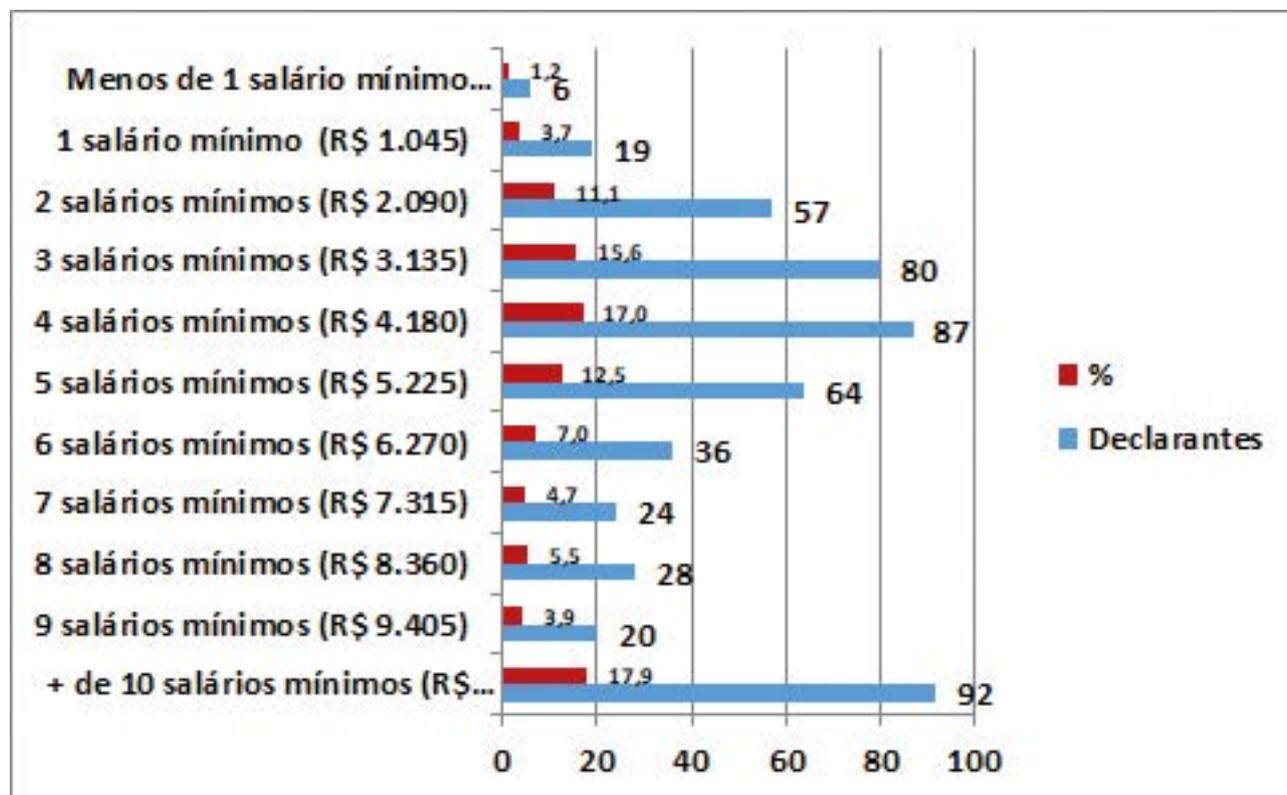
Observou-se que duas faixas etárias predominaram como perfil, sendo entre 30 e 39 anos e entre 40 e 49 anos, respectivamente

em 28,5% e 27,5%. A faixa em terceiro patamar encontrou-se para as idades entre 19 e 29 anos, em 17,7%, seguida pela faixa entre 50 e 59 anos, em 15,8%. Nos extremos, 60 anos ou mais, em 9,6% e com menos de 18 anos, em 1,0%.

O destaque deu-se para as faixas entre 30 e 49 anos, que somadas atingiram 56,0%.

Para a renda familiar declarada, o Gráfico 79 apresenta o perfil dos 513 entrevistados.

Gráfico 79: Renda familiar. Declarantes por ter costume em comprar em outra cidade. Número de declarantes. %. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Declarantes com renda familiar em mais de dez salários mínimos apresentaram o maior patamar, em 17,9% das menções em costumar ir a outras cidades para compras. Em segundo e terceiro patamar apresentaram rendas em quatro salários e em três salários respectivamente em 17,0% e 15,6%. Em quarto patamar, os declarantes com renda de cinco salários, em 12,5%, seguido pelo quinto patamar com renda de dois salários, em 12,1%.

O destaque se dá pela ocorrência do declínio

das declarações para rendas entre 6 e 9 salários, entre 7,0% e 3,9%, apresentando declarantes de renda em um salário, em 3,7%, não distante de declarantes com 9 salários. Com menos de um salário mínimo apresentou-se para 1,2% dos declarantes.

Nas compras em outras cidades, as análises apontaram para a presença do gênero feminino em 63,0%, em uma faixa etária entre 30 e 49 anos para 56,0% desses declarantes e com suas rendas em maiores destaques com 3 a 5 salários e com mais de dez salários mínimos, sendo essas

características mais proeminentes de perfil dos compradores de produtos fora da cidade de Mogi Mirim.

A avaliação do comércio de Mogi Mirim.

A qualidade do produto ofertado, o preço e o atendimento encontram-se dentro dos principais fatores que compõem os indicadores de satisfação do consumidor.

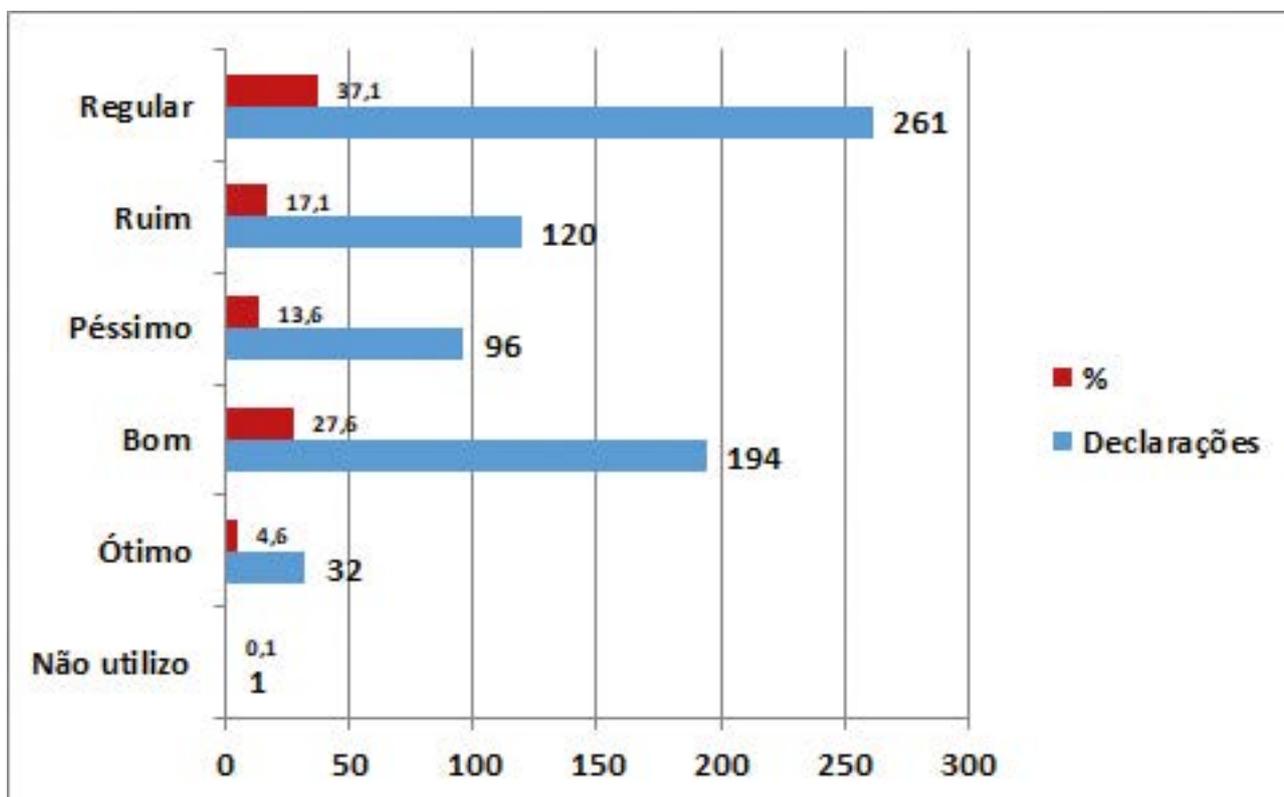
A avaliação do comércio de Mogi Mirim

apresentada pelos entrevistados permite uma leitura mais clara a respeito das considerações sobre os fatores mencionados acima, assim como a presença da diversidade de produtos, a acessibilidade e o atrativo do comércio de Mogi Mirim.

As avaliações sobre tais fatores encontram-se em Gráficos 80 a 85 para facilitar a observação e análise.

Atendimento comercial.

Gráfico 80: Atendimento no comércio. Avaliação. Número de declarações.
%. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

A avaliação do Atendimento de como Regular

foi considerado por 37,1% dos entrevistados recebendo o maior patamar. Esta consideração

foi seguida pela consideração de como um Bom atendimento por 27,6% das avaliações.

Recebendo o terceiro maior patamar, em 17,1%, este foi pela consideração de como Ruim, seguida pela consideração de como Péssimo atendimento por 13,6% dos entrevistados. Para Ótimo, esta avaliação obteve 4,6% e, declaração de como não utilizo, em 0,1%.

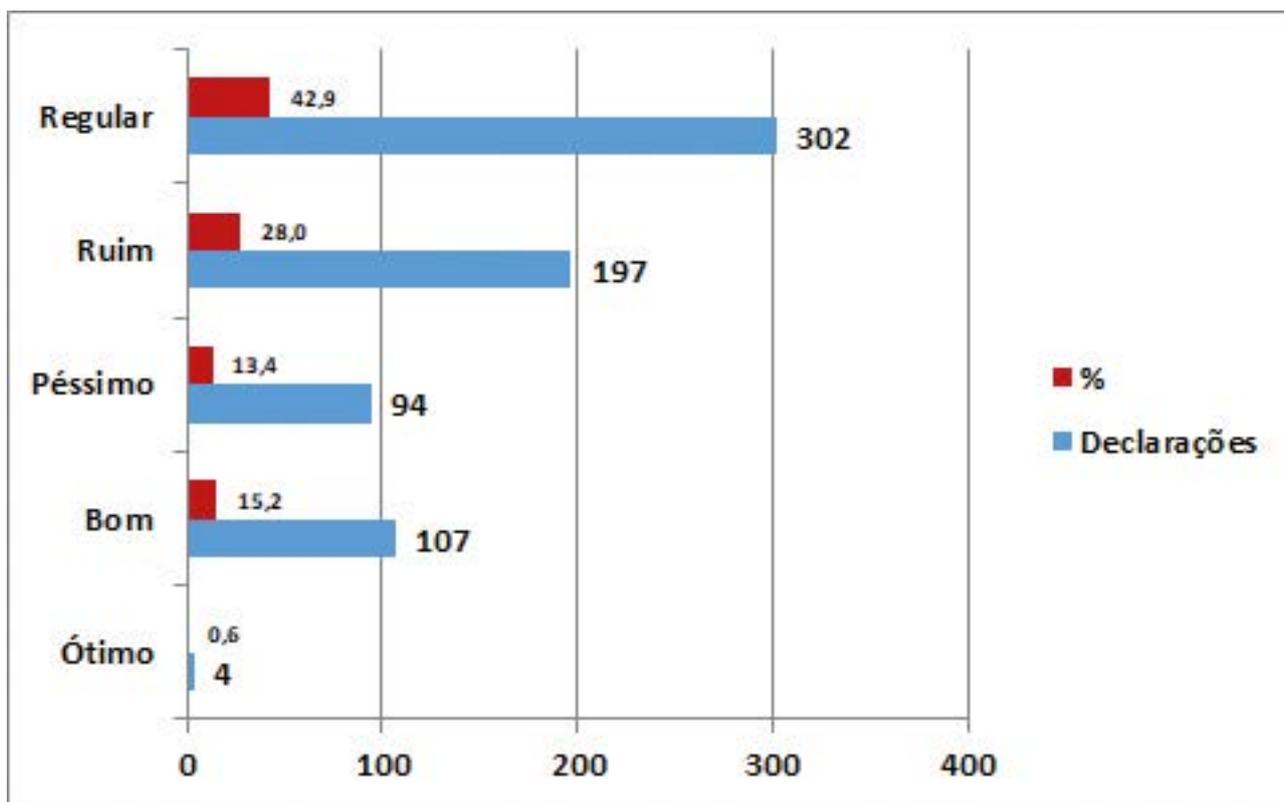
Convém mencionar que no site da Revista Grandes Empresas & Pequenos Negócios²¹, publicada em 2009, a pesquisa realizada

apresentou que “ao comprar um produto, o bom atendimento é mais importante para os consumidores do que o preço ou a qualidade.”

Como detalhe, observou-se que somando as considerações de Ruim e Péssimo, tem-se 30,7% dos entrevistados, uma resposta que necessita de maiores atenções, como já observado anteriormente nas considerações dos entrevistados sobre o atendimento como motivo de busca por outras cidades.

Preço trabalhado no comércio de Mogi Mirim.

Gráfico 81: Preço no comércio. Avaliação. Número de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

²¹ Fonte: <http://revistapegn.globo.com/Revista/Common/0,,EMI109449-17180,00-BOM+ATENDIMENTO+E+MAIS+IMPORTANTE+PARA+CONSUMIDOR+DO+QUE+QUALIDADE+REVELA+P.html>

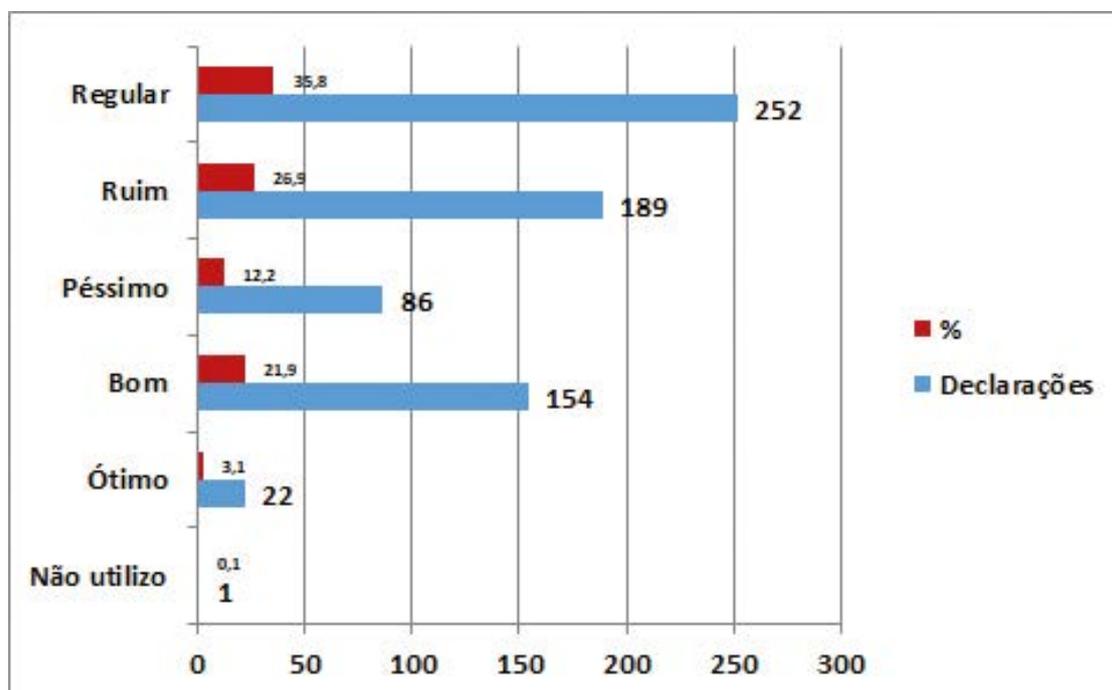
A consideração ao preço trabalhado em Mogi Mirim de como Regular deu-se para 42,9% dos entrevistados. Como Bom e Ótimo preço, respectivamente para 15,2% e 0,6%.

Para as considerações avaliativas de como Ruim e Péssimo, deram-se respectivamente nos patamares de 28,0% e 13,4%, cujas considerações

somadas atingiram 38,4%, um fator importante que se apresentou como o motivo pelas considerações por Mogi Mirim não ser uma boa opção para compras.

Diversidade de produtos ofertada no comércio de Mogi Mirim.

Gráfico 82: Diversidade de produtos. Avaliação. Número de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

A diversidade de produtos ofertada apresentou-se como de maior patamar com a consideração de como Regular, para 35,8% dos entrevistados. Como uma Boa diversidade, esta consideração deu-se para 21,9% e, para a consideração de como Ótimo, para 3,1% dos entrevistados. Não utilizam, para 0,1%.

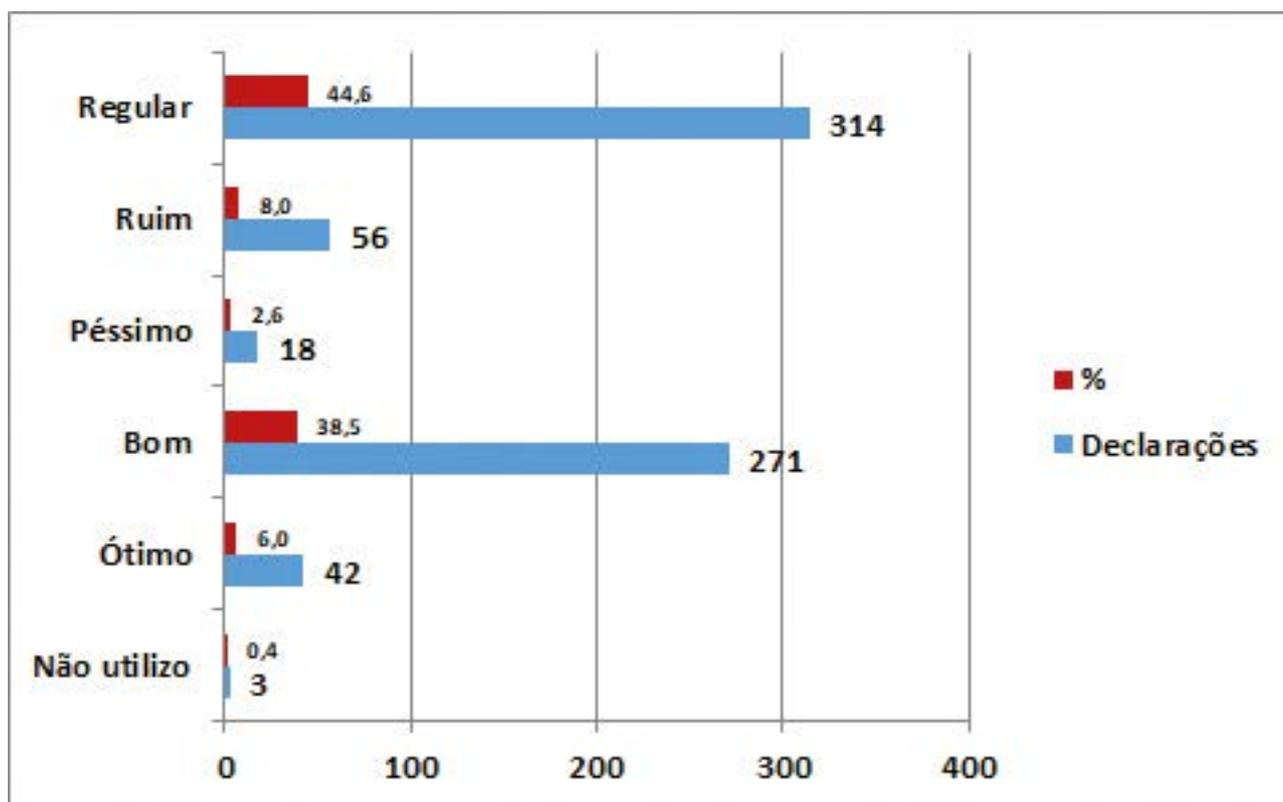
A avaliação de como Ruim foi considerada por

26,9%. Como Péssima diversidade, por 12,2%, as quais somaram 39,1% dos entrevistados.

Torna-se importante mencionar que a diversidade de produtos facilita o consumidor, dada a agilidade no momento da compra.

Qualidade ofertada de produtos no comércio de Mogi Mirim.

Gráfico 83: Qualidade de produtos. Avaliação. Número de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

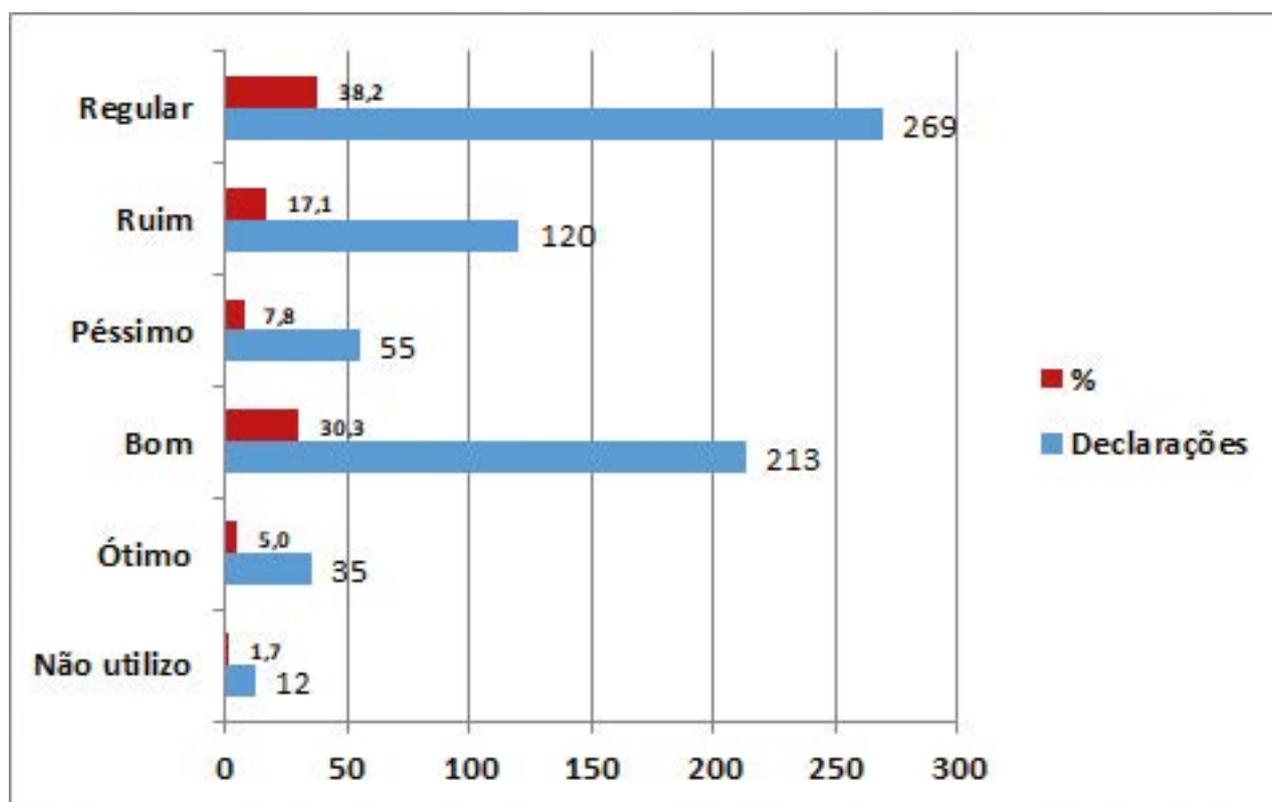
As considerações sobre a qualidade ofertada dos produtos no comércio de Mogi Mirim apresentaram-se como Regular, no maior patamar, em 44,6%, cuja avaliação é seguida pela consideração de como Boa qualidade por 38,5% dos entrevistados e como Ótima qualidade, por 6,0%. Não utilizam, por 0,4%.

Diferentemente das avaliações anteriores,

agora em menores patamares, os entrevistados consideraram como qualidade Ruim em 8,0% e como Péssima qualidade por 2,6%. Portanto, os dados sobre a qualidade sinalizam maior satisfação dos consumidores.

Acessibilidade ao comércio de Mogi Mirim.

Gráfico 84: Acessibilidade ao comércio. Avaliação. Número de declarações.
%. Entrevistados. Mogi Mirim, 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Deve-se detalhar aqui que a Acessibilidade considerada, ao analisar a insatisfação mencionada pelos entrevistados, esta insatisfação sinalizou a acessibilidade para idoso, para cadeirante, a qualidade das calçadas, ausência de rampas, dificuldade de vaga para carro, ausência de estacionamento e a insegurança.

Dentre os entrevistados, 38,2% avaliaram a Acessibilidade como Regular. Considerações de como Boa, em 30,3%, como Ótima em 5,0% e, não utilizam em 1,7%.

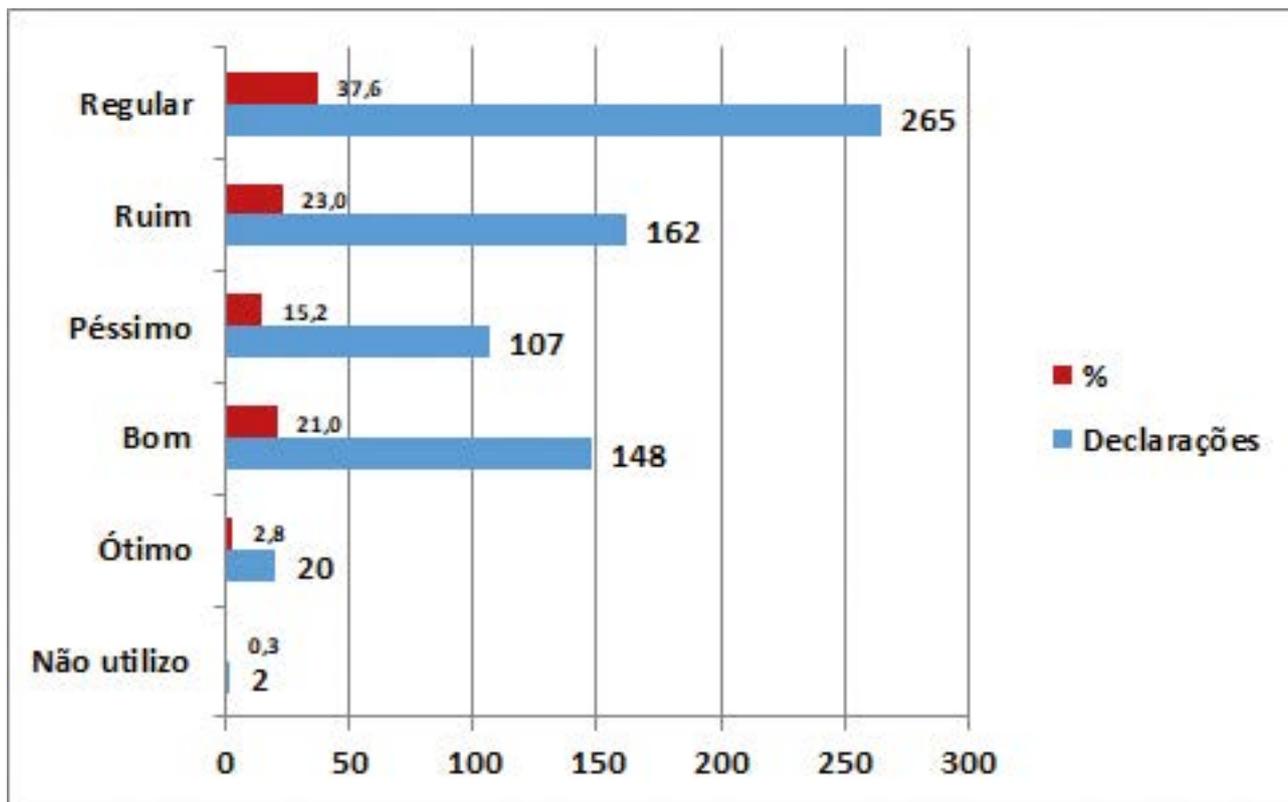
Para as avaliações considerando a

acessibilidade como Ruim e Péssima, estas foram respectivamente para 17,1% e 7,8% dos entrevistados, totalizando 24,9%.

Torna-se importante observar esse resultado, pois deve ser considerada a acessibilidade ao indicar que o consumidor movimenta a economia e necessita da máxima qualidade para o acesso e mobilidade nos estabelecimentos, como também nas calçadas e vias públicas.

Atrativo no comércio de Mogi Mirim.

Gráfico 85: Atrativo. Avaliação. Número de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim, 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

É evidente que um comércio atrativo tem como resultado a satisfação do consumidor e a otimização das vendas.

A avaliação do atrativo do comércio de Mogi Mirim como Regular apresentou-se para 37,6% dos entrevistados. Avaliaram como Bom atrativo, 21,0% e, como Ótimo, 2,8%. Não utilizam, 0,3% dos entrevistados.

Considerações de como Ruim e Péssimo deram-se respectivamente para 23,0% e 15,2%, cuja soma atinge um patamar de 38,2%, o que reflete na procura por outras cidades.

O fator atrativo se apresenta como detalhes que vão desde a apresentação de uma vitrine convidativa, do atendimento aos preços trabalhados, o que fazem o atrativo manter a fidelidade do consumidor.

Considerações sobre as avaliações da insatisfação ao comércio de Mogi Mirim.

Trata-se da importância de revelar quais os fatores são os geradores de descontentamento ao comércio local, cujas considerações encontram-se em grupos de fatores na Tabela 104.

Tabela 104: Fatores sobre a insatisfação ao comércio. Frequência de declaração. %. Entrevistados. Mogi Mirim, 2021.

Considerações sobre a insatisfação	Frequência de declarações	%
Preços maiores que as cidades vizinhas / Preço acima do mercado.	161	31,7
Baixa qualidade do atendimento / Falta de treinamento / Pouca simpatia / Preconceito.	146	28,7
Ausência de variedade - diversidade / Poucas opções (produtos e lojas) / Pouco atrativo.	141	27,8
Acessibilidade para idoso / Cadeirante / Qualidade das calçadas / Rampa.	17	3,4
Dificuldade de vaga para carro / Estacionamento.	14	2,8
Baixa qualidade dos produtos.	14	2,8
Ausência de Shopping.	7	1,4
Necessária revitalização do centro.	3	0,6
Poucas opções de lazer.	3	0,6
Insegurança.	2	0,4
Total	508	100

Fonte: Consulta Pública (2021).

Observou-se que o fator Preço considerado como acima do mercado e como maiores que as cidades vizinhas foi o fator de maior frequência dentre as insatisfações, em um patamar de 31,7% de menção.

Para a qualidade do Atendimento e, com o detalhe incluso sobre ocorrência de preconceito, esse fator de insatisfação apresentou-se em 28,7%, como o segundo mais observado dentre os entrevistados.

A ausência de Variedade e Diversidade, as poucas opções de produtos e lojas, assim como o pouco Atrativo apresentam-se como o grupo em terceiro patamar de insatisfação, em 27,8% da frequência de menção.

Aos demais fatores de insatisfação, tais como

a Acessibilidade e Segurança, Qualidade do produto, a ausência de Shopping, embora em menores frequências de menções, não se apresentam menos significativos, pois representam 11,8% das considerações.

Composição dos gastos do orçamento doméstico com produtos e serviços.

Despesas familiares que envolvem o orçamento doméstico em gastos com alimentação, vestuário, calçados, produtos de beleza, assim como móveis, eletrodomésticos e a manutenção de automóveis foram elencados para análise da movimentação orçamentária.

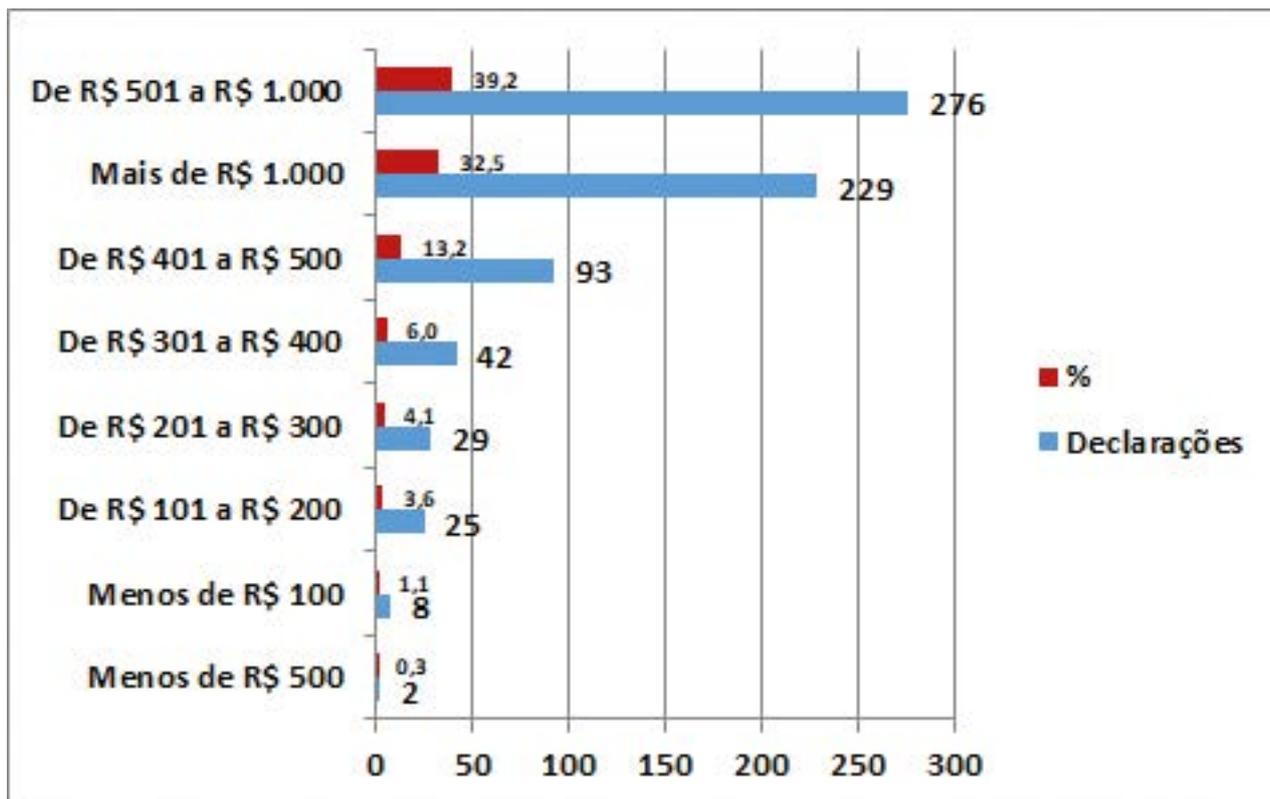
Gastos mensais com alimentos segundo declarações dos entrevistados.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, divulgada pelo IBGE²² menciona que o valor médio do total das famílias do país, com gasto de alimentos foi, no período mencionado, de R\$ 658,23. As classes mais baixas de

rendimento o valor médio cai para R\$ 328,74.

Para Mogi Mirim, o gasto mensal declarado com alimentos pelos entrevistados é apresentado no Gráfico 86.

Gráfico 86: Alimentos. Gasto mensal. Número de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

A faixa de gasto de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00 foi a de maior patamar por gasto mensal com alimentos, em 39,2% dos entrevistados, seguida pela faixa com gasto de mais de R\$ 1.000,00 mensais, em 32,5% e, a faixa de gasto entre R\$ 401,00 e R\$ 500,00, em 13,2%.

As faixas de valores menores foram decaindo em porcentagem de participação entre os entrevistados para 6,0% com declarações de gasto entre R\$ 301,00 a R\$ 400,00 até as declarações com gasto de menos de R\$ 100,00, em 1,1%.

²² Fonte: IBGE - <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25606-familias-com-ate-dois-salarios-gastam-61-do-orcamento-com-alimentos-e-habitacao.html>

Observou-se que consumidores com gastos nos três primeiros patamares, entre R\$ 401 a mais de R\$ 1.000,00 deram-se para um total de 84,9% dos entrevistados.

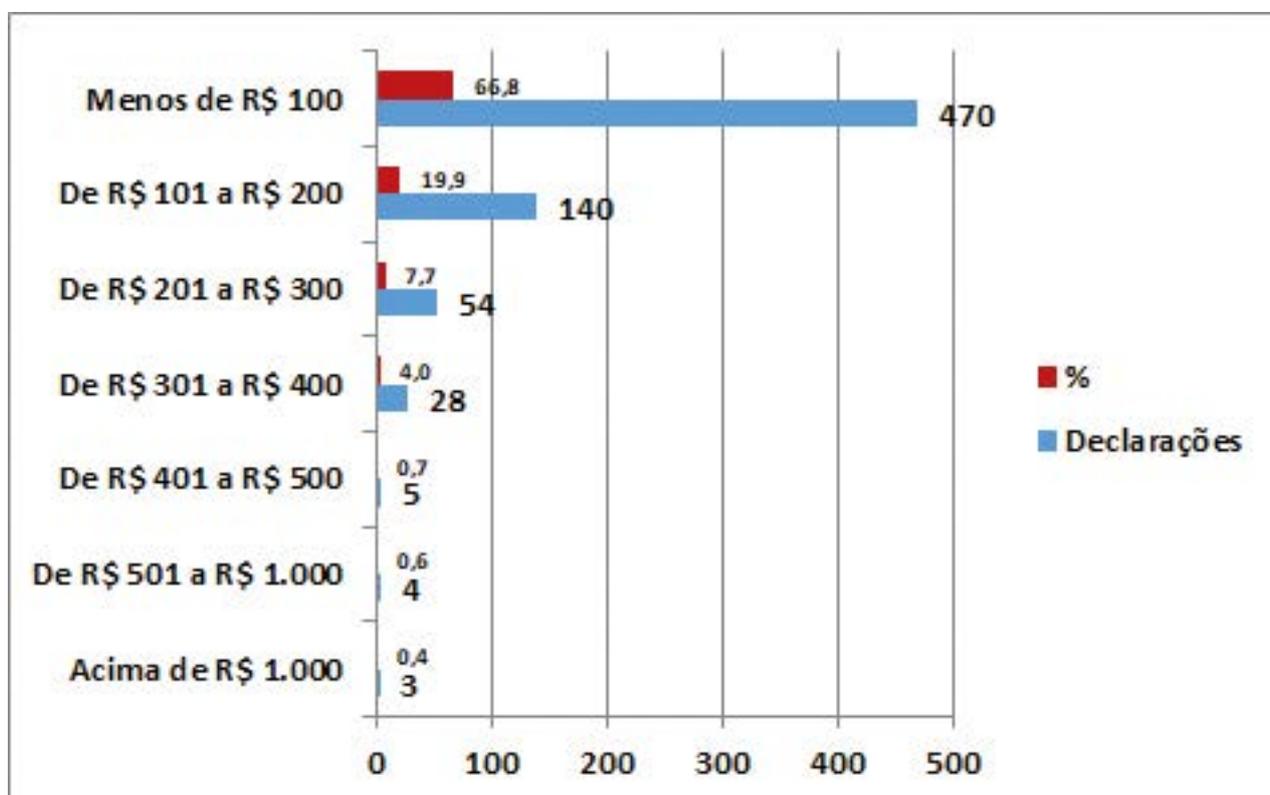
Estimou-se uma média de gasto junto ao total de 704 entrevistados em aproximadamente R\$ 505.350,00 mensais em alimentação, aproximando em um gasto orçamental médio,

por entrevistado, em R\$ 717,82 mensais, próximo aos dados do IBGE de 2018.

Gastos mensais com sapatos segundo declarações dos entrevistados.

Os gastos mensais declarados pelos entrevistados com sapatos são apresentados no Gráfico 87.

Gráfico 87: Sapatos. Gasto mensal. Número de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

O gasto mensal com sapatos, para 66,8% dos declarantes, estes apresentaram valores inferiores a R\$ 100,00, seguidos por declarantes com gastos mensais entre R\$ 101,00 a R\$ 200,00, em 19,9%. O terceiro maior patamar, com 7,7% dos entrevistados, estes declararam seus gastos

mensais entre R\$ 201,00 a R\$ 300,00, seguido pelo quarto patamar, com 4,0% das declarações, com gastos entre R\$ 301,00 a R\$ 400,00.

Gastos entre R\$ 401,00 a R\$ 500,00, de R\$ 501 a R\$ 1.000,00 e acima de R\$ 1.000,00 mensais, em um

total de 12 declarações, obteve respectivamente, 0,7%, 0,6% e 0,4% dos entrevistados.

O detalhe se mostrou para os gastos entre menos de R\$ 100,00 a R\$ 300,00, cuja faixa apresentou-se para 94,3% dos entrevistados, ou seja, 664 declarantes.

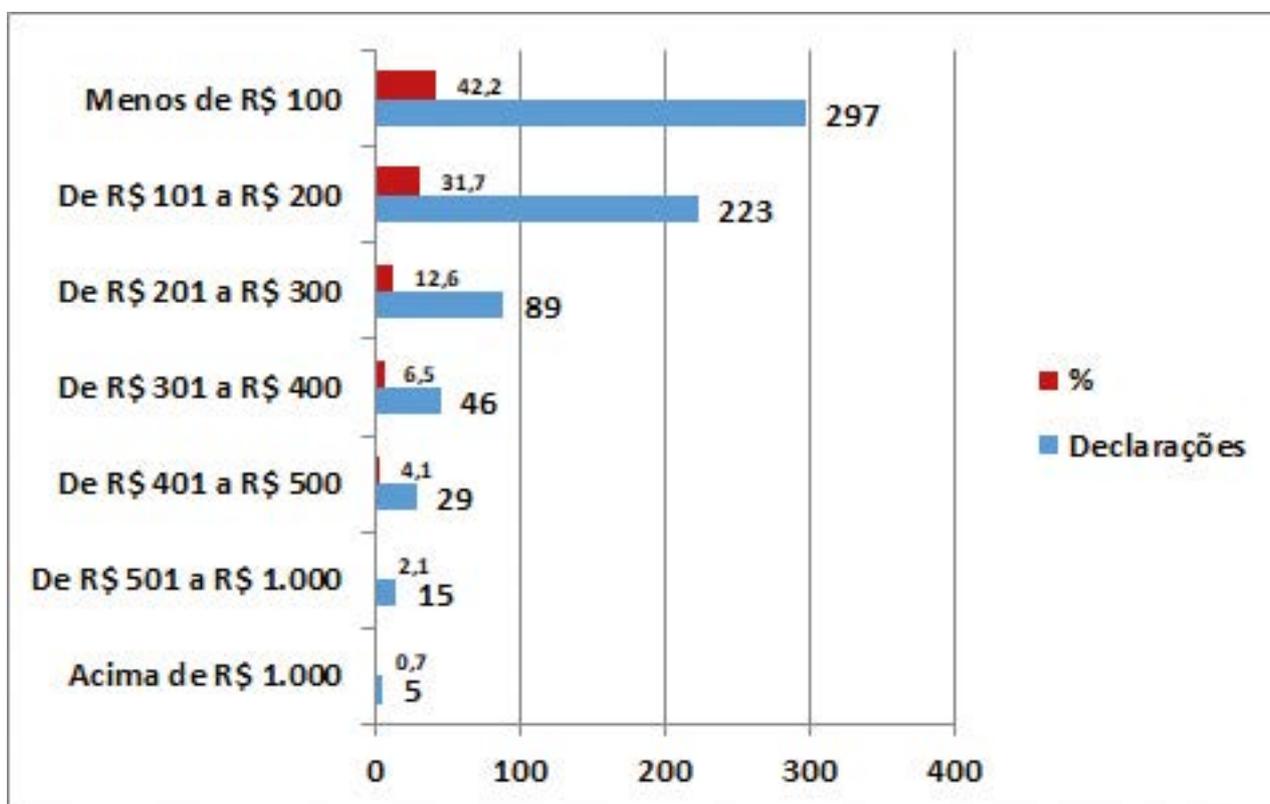
Em um exercício de análise com gasto mensal em compras de sapato pelos entrevistados,

este apresentou uma média aproximada de um total de R\$ 99.550,00, o que significa, em média para cada entrevistado, um gasto mensal de R\$ 141,40.

Gastos mensais com roupas segundo declarações dos entrevistados.

Os gastos mensais com roupa declarados pelos entrevistados estão apresentados no Gráfico 88.

Gráfico 88: Roupas. Gasto mensal. Número de declarações.
%. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Semelhante aos gastos com sapato, os gastos com roupas mostrou-se como de maior patamar, por 42,2% dos entrevistados que declararam seus gastos mensais inferiores a R\$ 100,00.

O segundo patamar apresentou-se em 31,7% com gastos entre R\$ 101,00 a R\$ 200,00. Gastos mensais entre R\$ 201 a R\$ 300,00 apresentou-se como terceiro patamar em 12,6%.

Os gastos declarados com valores de R\$ 301,00 a R\$, 400,00 deu-se em 6,5%. Gastos entre R\$ 401,00 a R\$ 500,00 e com valores entre R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00 apresentaram-se respectivamente para 4,1% e 2,1% dos entrevistados. Acima de R\$ 1.000,00 mensais, 0,7% das declarações.

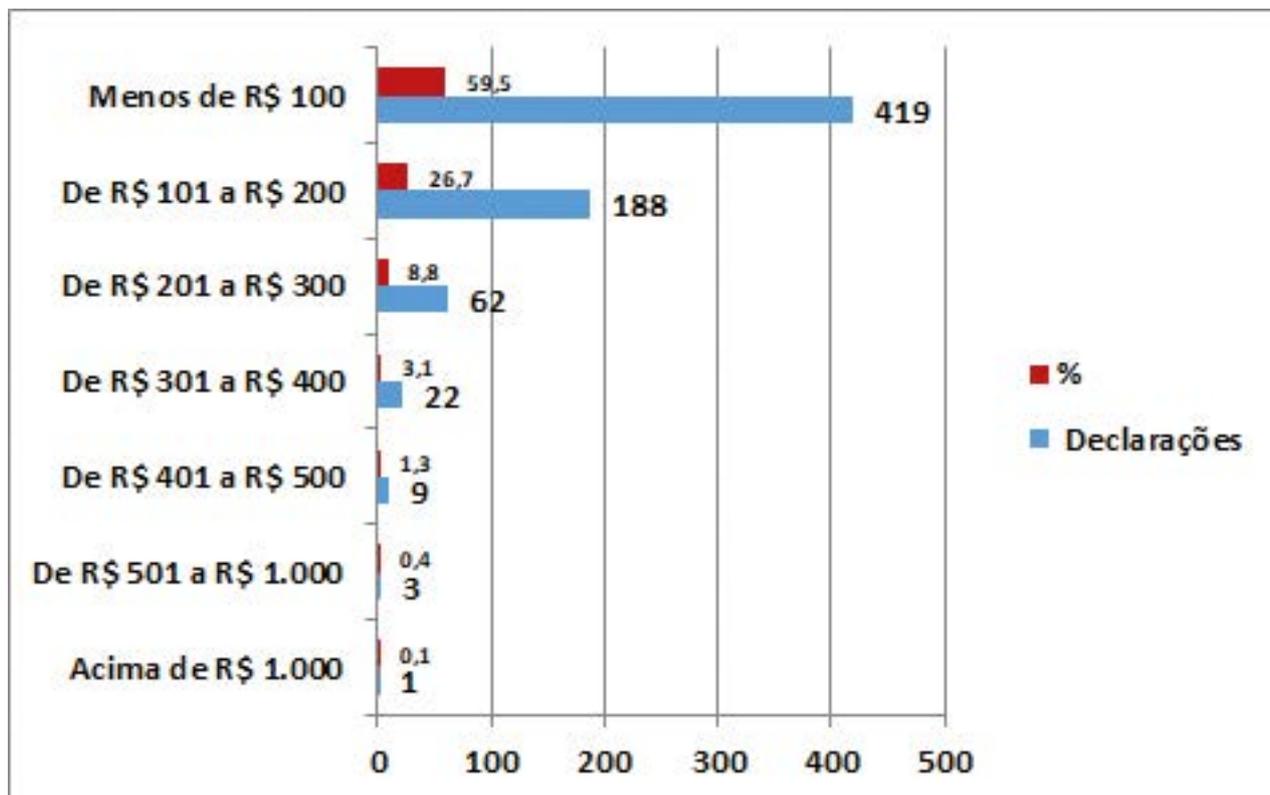
Observou-se que nos três primeiros patamares encontram-se o maior número de entrevistados, com gastos entre menos de R\$ 100,00 a gastos com até R\$ 300,00 totalizando 86,5% dos entrevistados.

A média de gastos mensais com roupas, em um exercício de análise considerando a totalidade dos declarantes, deu-se aproximadamente em um valor de R\$ 130.800,00, o que significa um gasto médio individual de R\$ 185,79 mensais.

Gastos mensais com artigos de beleza segundo declarações dos entrevistados.

Os gastos mensais declarados pelos entrevistados com artigos de beleza são apresentados no Gráfico 89.

Gráfico 89: Artigo de beleza. Gasto mensal. Número de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Para os gastos com artigos de beleza, 59,5% dos entrevistados mencionaram despesas mensais

em menos de R\$ 100,00. Em segundo patamar, os gastos mensais ficaram entre R\$ 101,00

a R\$ 200,00, em 26,7%. O terceiro patamar apresentou-se para consumidores entre R\$ 201,00 a R\$ 300,00 mensais, em 8,8%.

Declarações com gastos entre R\$ 301,00 a R\$ 400,00 e de R\$ 401,00 a R\$ 500,00, apresentaram-se respectivamente para 3,1% e 1,3%. Gastos de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00 e mais de R\$ 1.000,00, somados deu-se para 0,5% dos entrevistados.

A média do total de gastos com produtos de

beleza, em um exercício de análise, aproximou-se em R\$ 100.000,00, considerando a totalidade das declarações, o que resultou em uma média individual em R\$ 142,04 de gasto mensal com a beleza.

As análises permitem uma explanação aproximada sobre os gastos mensais com os produtos acima elencados, cujo Gráfico 90 apresenta para cada grupo de produtos os valores médios totais declarados pelos entrevistados.

Gráfico 90: Produto. Valores totais médios. Gastos mensais. Entrevistados. Mogi Mirim, 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Observou-se a Alimentação, com o maior patamar, em 60,5% de participação em compras, seguido por Roupas, em 15,6%. Para os Artigos de beleza e para os Sapatos, os gastos

representaram respectivamente 12,0% e 11,9%.

Como destaque, o valor médio total dos gastos orçamentários mensais com alimentação,

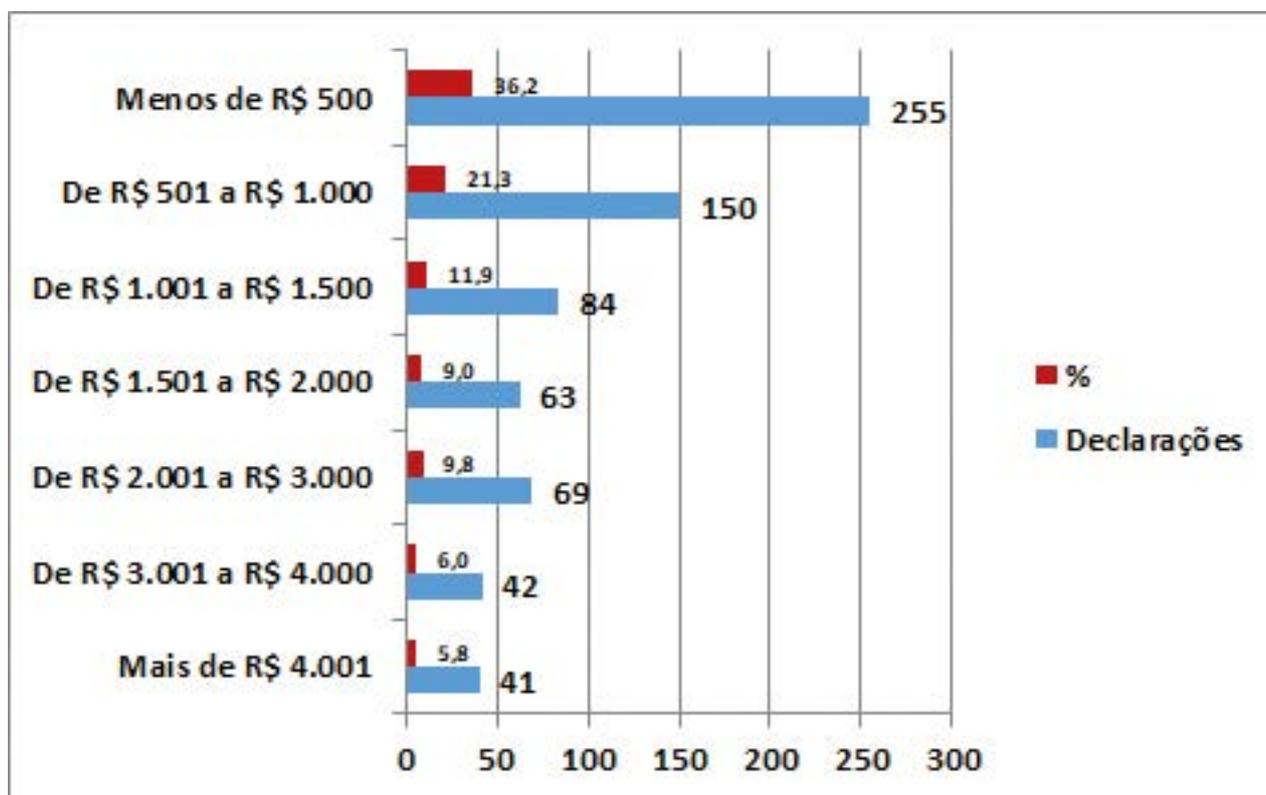
vestimentas, sapatos e artigos de beleza representou um movimento econômico comercial aproximado em R\$ 835.700,00 para aquisição de produtos e artigos considerando as declarações.

Gasto anual com móveis e eletrodomésticos

segundo declarações dos entrevistados.

Considerando certa durabilidade de vida em móveis e eletrodomésticos, os gastos estão apresentados como sendo anuais, nos gráficos 91 e 92.

Gráfico 91: Móveis e eletrodomésticos. Gasto anual. Número de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

As declarações prestadas pelos entrevistados apontaram para gastos anuais com móveis e eletrodomésticos com menos de R\$ 500,00, como maior patamar, em 36,2% dos declarantes. O segundo patamar apresentou-se para gastos entre R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00, em 21,3% dos declarantes. Como terceiro patamar, em 11,9% dos declarantes, apresentou-se o gasto anual

entre R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00.

O gasto entre R\$ 2001,00 a R\$ 3.000,00 como quarto patamar, apresentou-se para 9,8% dos declarantes entrevistados. Gasto entre R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00 deu-se para 9,0% dos declarantes, quinto patamar.

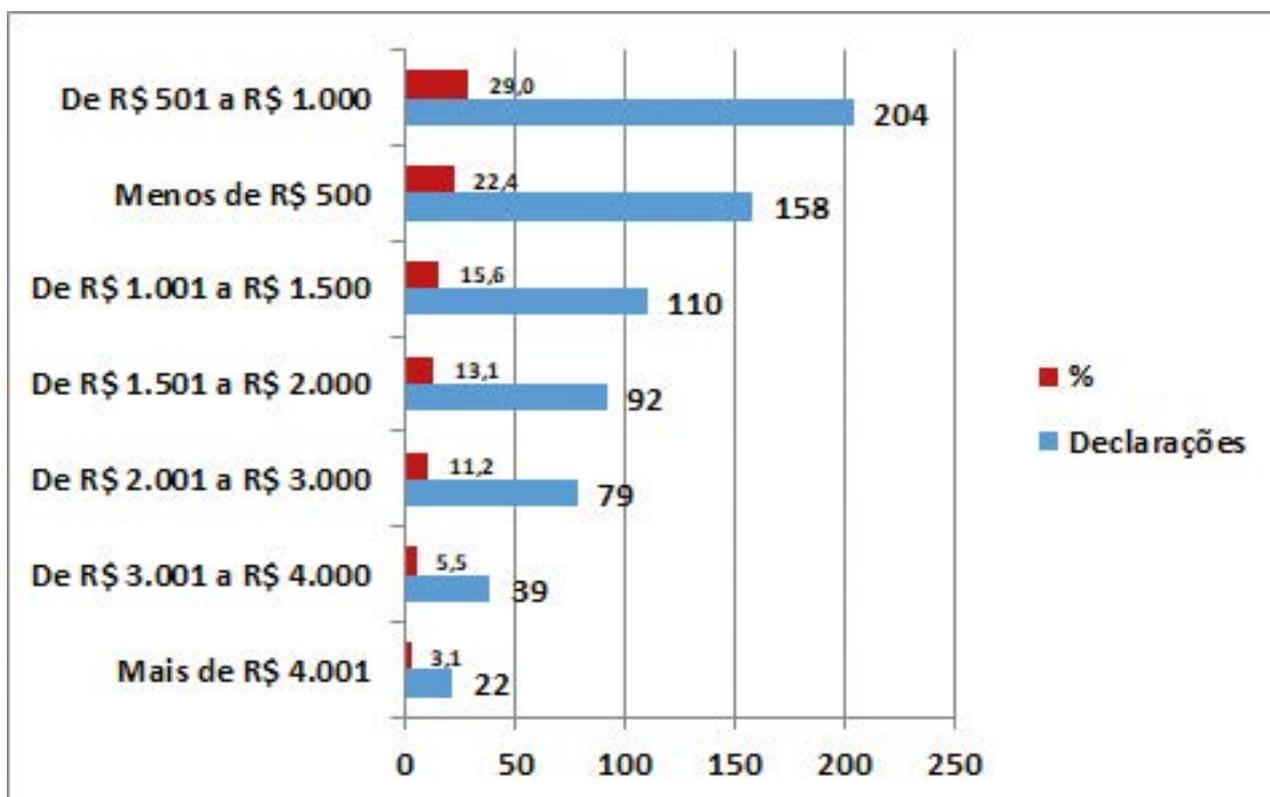
Já, gastos anuais entre R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00 e declarantes com gastos acima de R\$ 4.000,00 anuais, apresentaram-se respectivamente em 6,0% e 5,8% das declarações dos entrevistados.

Em um exercício, a média aproximada do total de gastos com compras anuais pelos entrevistados

com móveis e eletrodomésticos deu-se em R\$ 938.750,00, o que significa um gasto médio anual de R\$ 1.333,45 por cada entrevistado.

Gasto anual com manutenção de veículos segundo declarações dos entrevistados.

Gráfico 92: Manutenção de veículo. Gasto anual. Número de declarantes. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

As declarações sobre gasto anual com manutenção de veículos apresentaram valores entre R\$ 501,00 e R\$ 1.000,00 para 29,0% dos declarantes. Em segundo patamar apresentou-se para gastos com menos de R\$ 500,00 em 22,4% e, como terceiro patamar, gastos entre R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00, em 15,6%. Somaram-se a esses

patamares um total de 67,0% dos declarantes.

Os gastos anuais maiores totalizaram em 33,0% distribuídos com gastos entre R\$ 1.501,00 a mais de R\$ 4.001,00 anuais.

Igualmente, de forma aproximada, o total

de gastos anuais dos entrevistados com a manutenção de veículos deu-se em R\$ 952.500,00, o que aproxima de um gasto médio para cada entrevistado no valor de R\$ 1.352,98.

Para os gastos anuais com móveis e eletrodomésticos e com a manutenção de veículos o total médio aproximou-se em R\$ 1.891.250,00, sendo que 49,6% do valor deu-se em gastos para móveis e eletrodomésticos e 50,4% para a manutenção de veículos.

Em uma perspectiva mensal de movimentação econômica, apresentando como base as declarações dos entrevistados, considerando os gastos médios anuais transformados em mensais, esses mesmos entrevistados representaram um giro comercial em R\$ 993.304,16 por mês.

Em um exercício de análise com os produtos e artigos apontados, Mogi Mirim possibilita apontar uma participação dos declarantes em movimentar financeiramente perto de R\$ 1.829.004,00 mensalmente ou R\$ 21.948.048,00 ao ano. Uma soma considerável ao comércio local movimentada pelas famílias desses entrevistados.

Dentro da vida cotidiana há também os momentos de lazer, das relações entre os indivíduos, onde para a ciência sociológica a noção de espaço social trata-se das interações que se estabelecem entre o lugar, o social e o

cultural.

Espaços sociais de lazer, turísticos, culturais e gastronômicos em Mogi Mirim.

Enquanto atividade social deve-se considerar a necessidade que as pessoas apresentam pela busca por espaços que sejam para repousar, para divertir, espaços para recreação, entretenimento, turismo, espaços culturais, assim como por espaços gastronômicos, onde permitem a descontração, o contato humano, a sociabilidade.

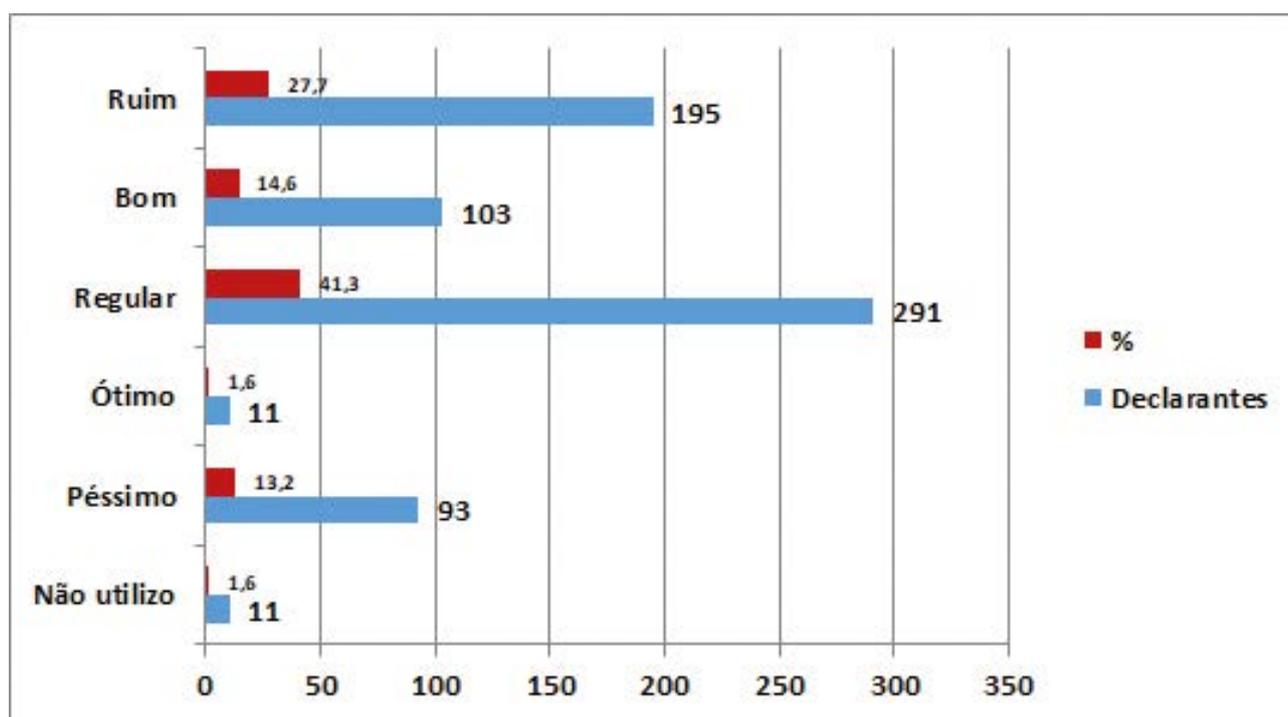
A avaliação de alguns espaços sociais, tais como as praças da cidade, espaços de festividades, culturais, gastronômicos e turísticos, estes estão expostos com as considerações apresentadas pelos entrevistados.

Praças como locais de encontro e lazer.

Como locais de encontros, lazer e demais atividades, as praças se apresentam como espaços importantes nas cidades, principalmente quando são dotadas de equipamentos e de instrumentos, assim como de valor histórico e de valor simbólico, despertando interesse por turistas.

O Gráfico 93 apresenta a avaliação das praças da cidade de Mogi Mirim.

Gráfico 93: Praças. Avaliação. Número de declarantes. %.
Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Com a declaração da totalidade dos entrevistados, as praças em Mogi Mirim foram avaliadas como Regular, para 41,3% dos declarantes, seguida pela avaliação de como Ruim, para 27,7%. As considerações avaliativas como Bom e Péssimo deram-se em 14,6% e 13,2% respectivamente. Como Ótimo espaço, esta consideração avaliativa deu-se para 1,6% e, igualmente para a menção de Não utilizo, em 1,6%.

O destaque deu-se para as considerações avaliativas em Ruim e Péssimo, as quais somadas atingiram 40,9% das declarações, o que resulta em maiores atenções para esses locais de encontro e lazer para adultos e crianças.

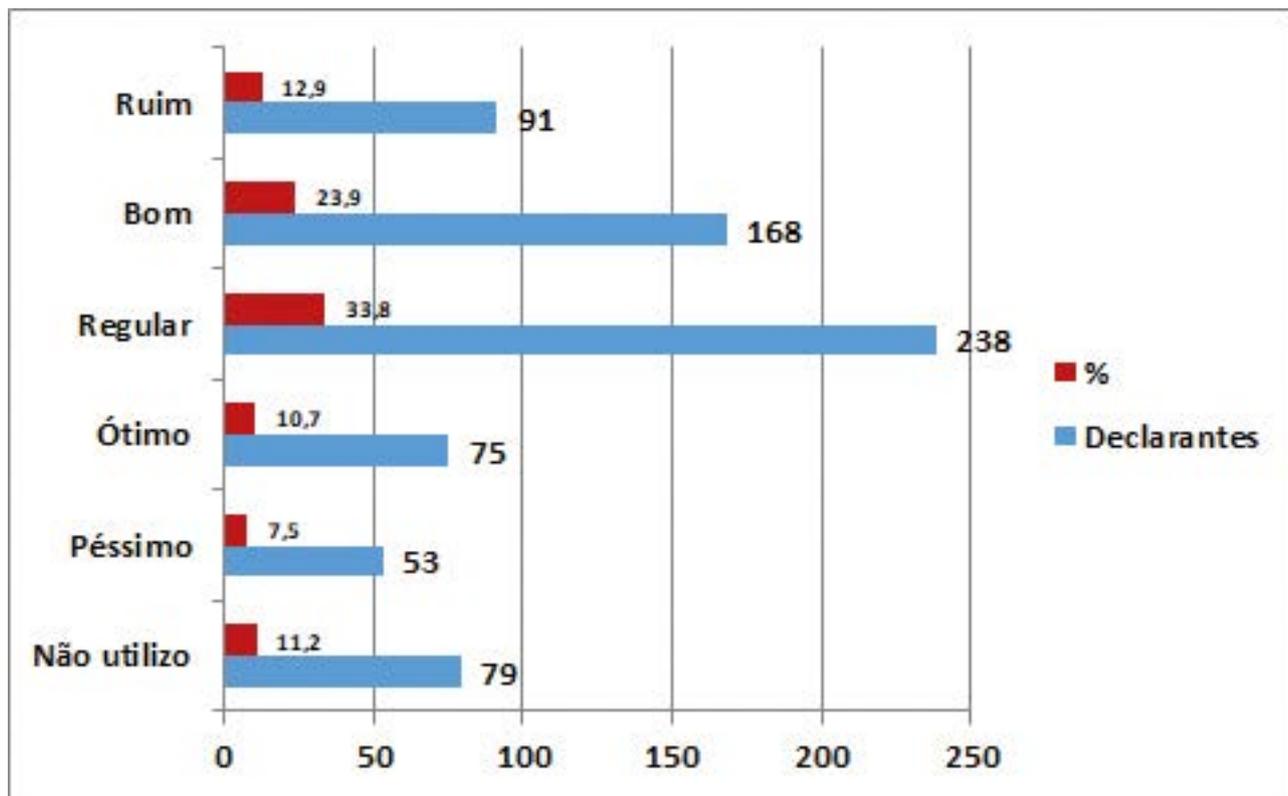
Participação em Clubes.

O clube, como espaço de recreação e lazer, este

normalmente oferece campos para esportes, piscinas adultas, infantis ou mesmo olímpicas, e demais atrativos de lazer, como sauna, piscina de hidromassagem e academia, além das inúmeras atividades desportivas, permitindo o descanso das atividades laborais.

O Gráfico 94 apresenta a avaliação dada aos clubes na cidade de Mogi Mirim.

Gráfico 94: Clubes. Avaliação. Número de declarantes. %.
Entrevistados. Mogi Mirim, 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Frequentar clubes para os entrevistados, a avaliação apresentou-se em considerações de como Regular para 33,8% e, como Bom, em 23,9%. Para a consideração de Ótimo, deu-se em 10,7%.

As avaliações de como Ruim e Péssimo, ocorreram em 12,9% e 7,5% respectivamente, totalizando 20,4%. Menção de como Não utilizo, em 11,2%.

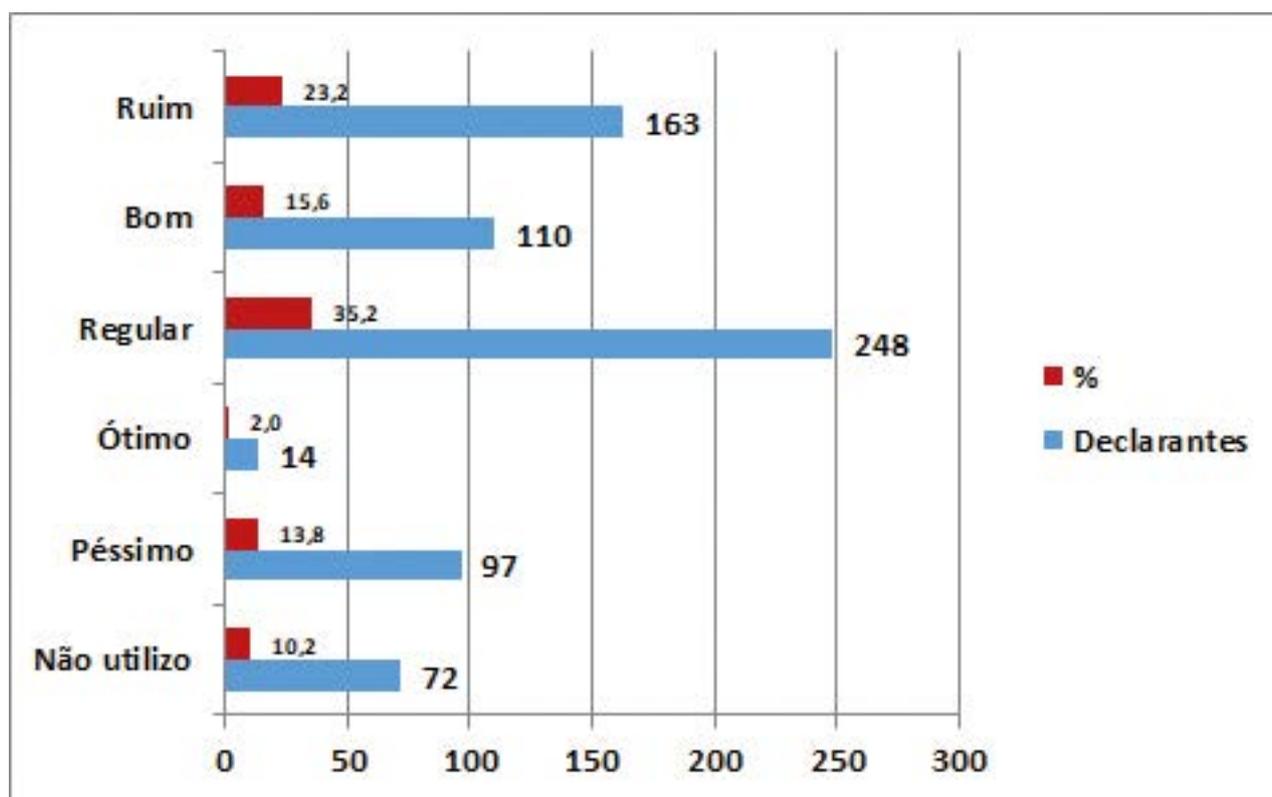
Destaca-se que como Regular e Bom somaram-se 57,7% das avaliações.

Festas municipais.

As festas municipais apresentam-se como importantes eventos culturais e turísticos que podem ser enriquecidas pelas manifestações artísticas, apresentações das expressões culturais locais, com homenagens à história, dentre outras formas de manifestações.

O Gráfico 95 apresenta a avaliação dos entrevistados sobre as festas municipais na cidade de Mogi Mirim.

Gráfico 95: Festas municipais. Avaliação. Número de declarantes. %. Entrevistados. Mogi Mirim, 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

As avaliações sobre as festas locais apresentaram em maior patamar as considerações como sendo Regular, em 35,2%, seguida pela consideração de Ruim, por 23,2% dos entrevistados. Em terceiro patamar encontrou-se a consideração de como Bom, por 15,6%, seguido pela consideração de como Péssima, em 13,8% das considerações avaliativas.

Como Ótimo, esta avaliação apresentou-se para 2,0% e a menção de não utilizar deu-se para 10,2%. Contudo, a soma de como Ruim e Péssimo atingiu 37,0% dos entrevistados.

Convém mencionar que as festas locais são fontes de entretenimento, lazer e turismo que contribuem ao sentimento de pertença, assim como dão movimento na economia em épocas

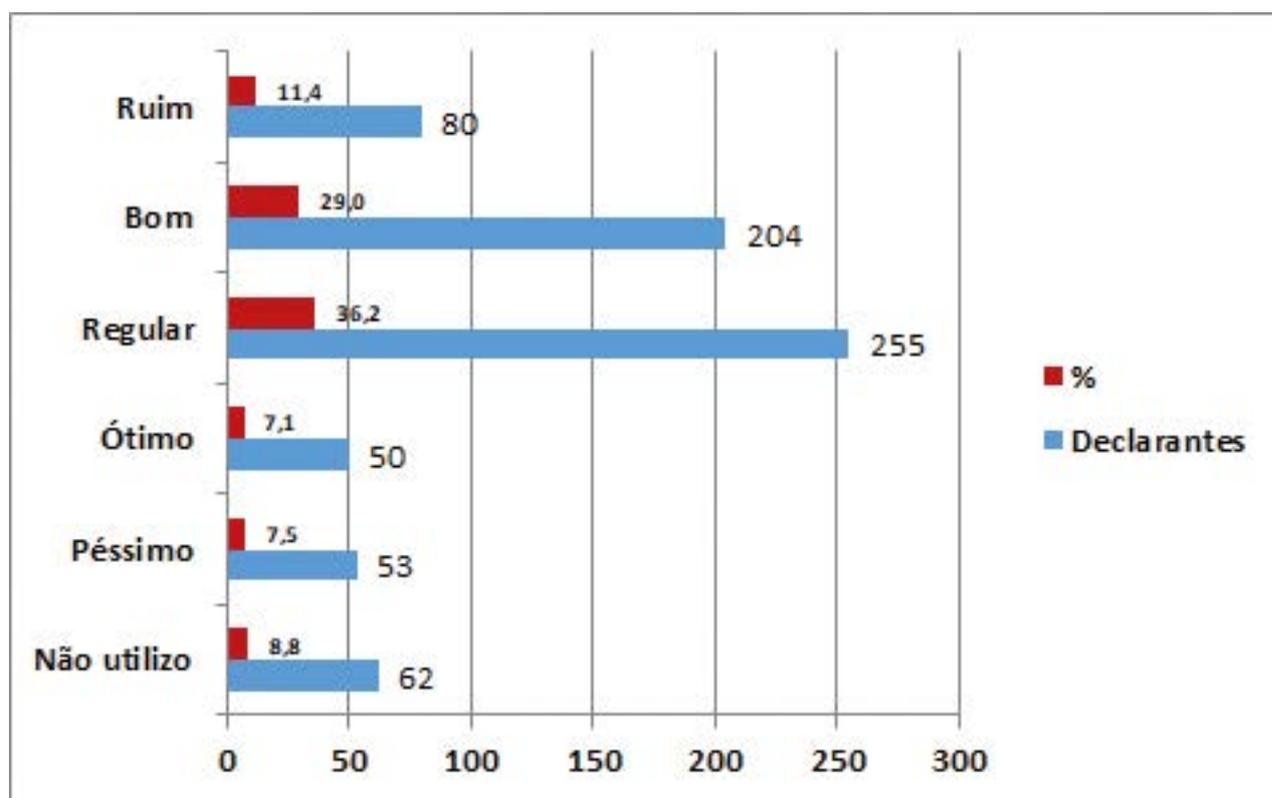
festivas, em datas que remetem aos fatos da cultura e à história local.

Quermesses.

As quermesses, como festas normalmente organizadas por igrejas, aproveitando seus espaços, como em praças, que dão significado simbólico territorial da igreja, ou em locais culturalmente já determinados, e mesmo, ocorrendo nas dependências das escolas. As quermesses, dentre as suas funções, tem-se a importância de arrecadar fundos para programas sociais.

O Gráfico 96 apresenta a avaliação sobre as quermesses na cidade de Mogi Mirim.

Gráfico 96: Quermesses. Avaliação. Número de declarantes.
%. Entrevistados. Mogi Mirim, 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

As avaliações sobre as quermesses realizadas receberam a consideração de como Regular por 36,2% dos entrevistados, seguido pela consideração de Bom, em 29,0%. A consideração avaliativa de como Ótimo, deu-se para 7,1%. Como Ruim, esta avaliação ocorreu para 11,4% e, como Péssimo, para 7,5%. A menção de não utilizar deu-se para 8,8%.

Convém destacar que as quermesses, tais como as realizadas em comemoração ao santo padroeiro da cidade ou da igreja, tornam-se eventos não somente religiosos, pois atraem o turismo e movimentam o setor hoteleiro e gastronômico, além de oferecerem as diversas guloseimas, tais como o arroz doce, a canjica, o bolo de milho e

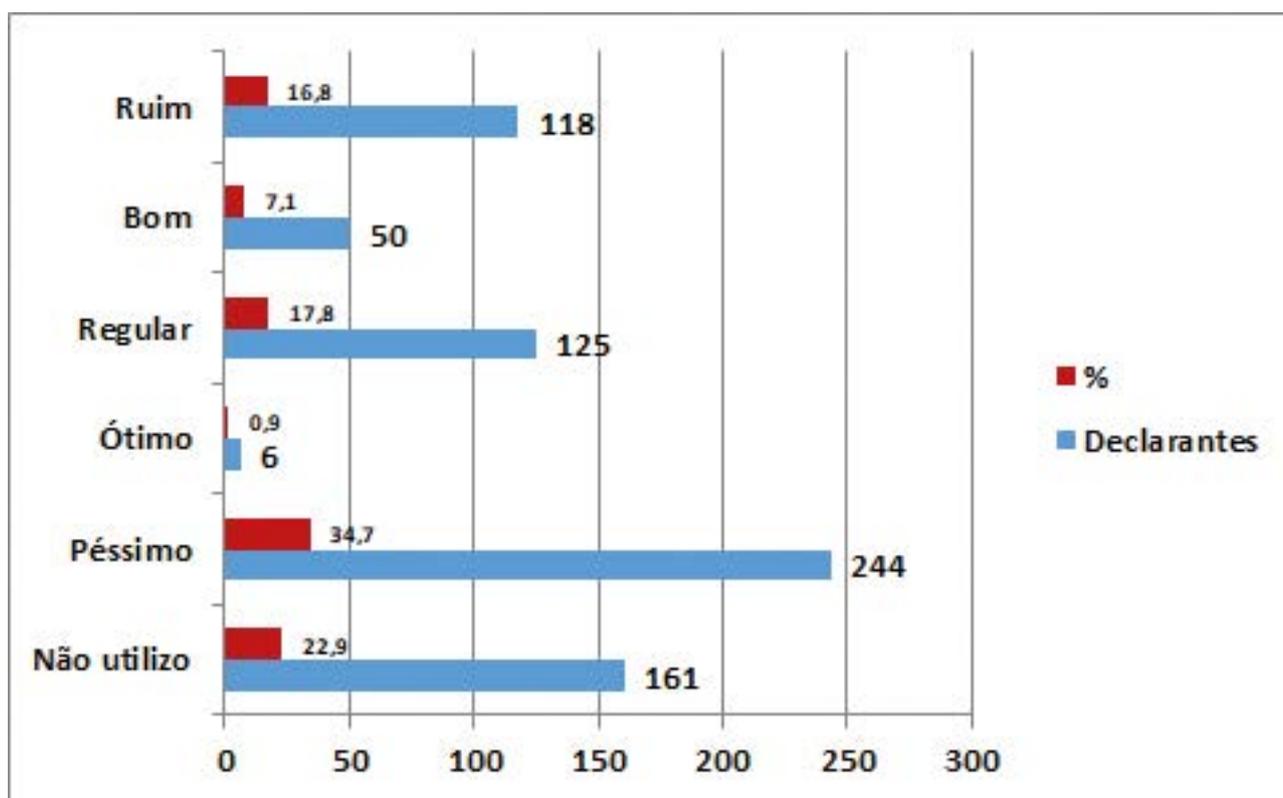
demais, o que propicia o entretenimento entre a população.

Festa de Rodeio

As festas de rodeio apresentam-se como arenas com modalidades competitivas em montarias de animais, onde é possível a inclusão de shows musicais, transformando-se em locais de espetáculos.

O Gráfico 97 apresenta a avaliação sobre as festas de rodeio na cidade de Mogi Mirim.

Gráfico 97: Rodeio. Avaliação. Número de declarantes. %.
Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Inversamente às considerações avaliativas anteriores, a festa de rodeio apresentou-se como Péssimo por 34,7% dos entrevistados, a menção de Não utilizo por 22,9% e, como Ruim em 16,8%. Destaca-se que a soma dessas considerações apresentou-se em 74,4% dos entrevistados.

Como avaliação de Regular, em 17,8%, de como Bom, em 7,1% e, como Ótimo, em 0,9%. Estas avaliações sinalizam a pouca satisfação com esse tipo de evento, o que torna necessário observar a qualidade da oferta, assim como a não aceitação

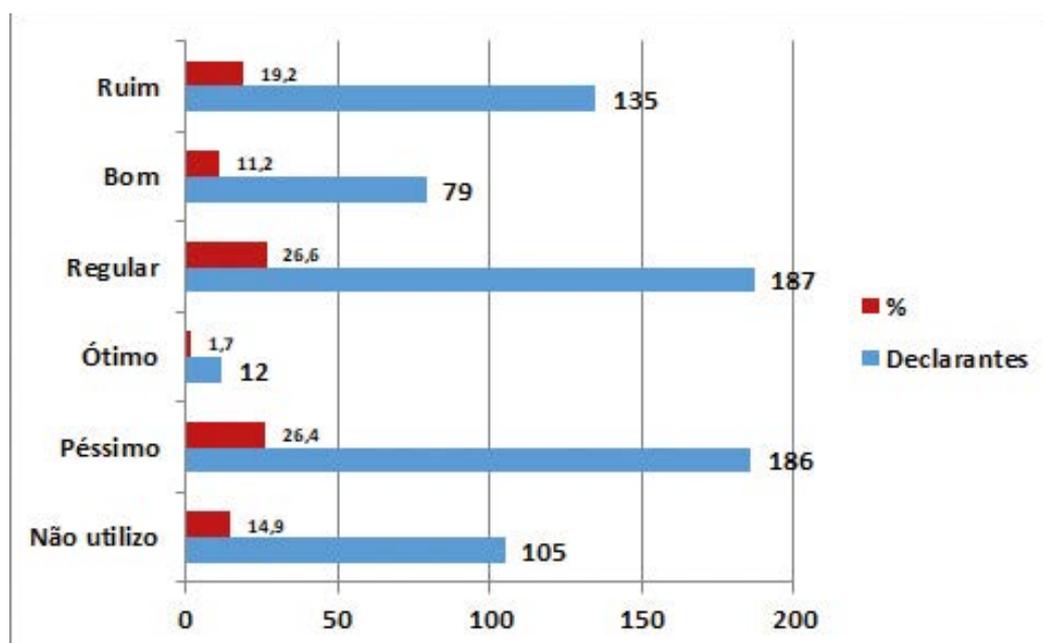
pela presença de animais.

Shows em Mogi Mirim

Os Shows, tais como os espetáculos musicais ou teatrais realizados por um ou mais artistas, em espaços ao ar livre, em auditórios ou em casas noturnas compõem-se em atividades de lazer, de entretenimento e cultural.

O Gráfico 98 apresenta a avaliação sobre a promoção de Shows na cidade de Mogi Mirim.

Gráfico 98: Shows. Avaliação. Número de declarantes. %.
Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Observou-se a proximidade dos resultados avaliativos em que as considerações de como Regular e como Péssimo deram-se em 26,6% e 26,4% respectivamente. Acrescentam-se as avaliações como Ruim, em 19,2% e, Não utilizo, em 14,9%.

Considerações de como Bom, em 11,2%, de como Ótimo, em 1,7% colaboram em sinalizar a baixa satisfação dos entrevistados.

Os resultados apontaram para certa insatisfação dentre os entrevistados, quanto aos Shows oferecidos na cidade, ao considerar que a soma das menções de como ruim, péssimo e não utilizar deram-se em 60,5%.

Eventos realizados como Shows permitem o

lazer, a recreação e o envolvimento cultural, cujas contribuições dos entrevistados apresentam-se como contribuições para a organização, o oferecimento de melhores eventos culturais futuros e alcançar a satisfação da população.

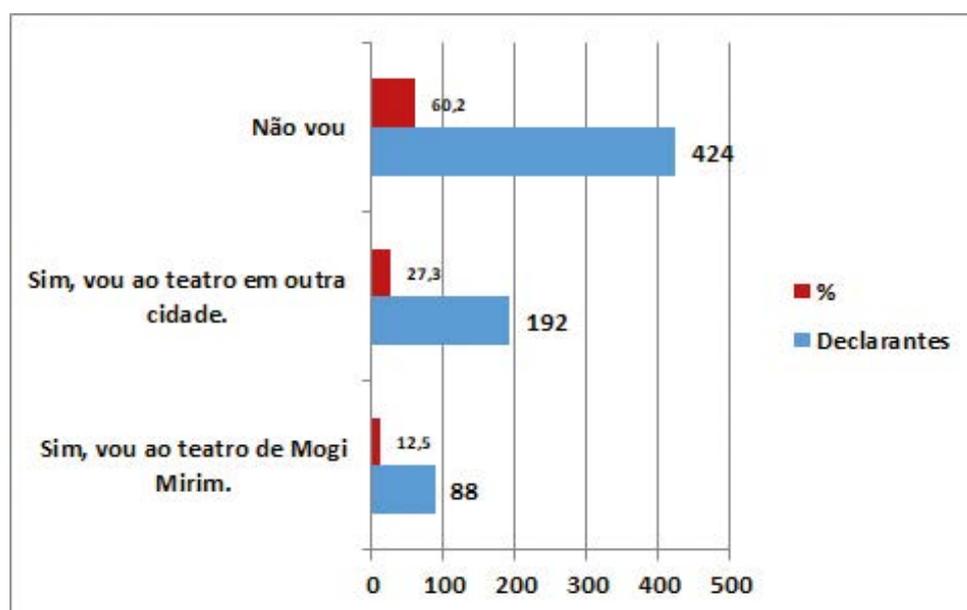
Frequência ao teatro.

Uma das funções do teatro é a de apresentar uma situação e causar reflexões ao público. O teatro no Brasil, como espaço cultural, segundo o Jornal da USP (2020)²³, apenas 23,4% dos municípios brasileiros possuem teatros ou salas de espetáculos.

O Gráfico 99 apresenta a avaliação sobre a frequência ao teatro na cidade de Mogi Mirim.

²³ Fonte: <https://jornal.usp.br/atualidades/aproximar-o-espetaculo-da-populacao-e-um-dos-desafios-do-teatro-no-brasil/>

Gráfico 99: Teatro. Frequência. Número de declarações. %.
Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Da totalidade dos declarantes, 60,2% mencionaram não ir ao teatro. A menção de ir ao teatro em outra cidade deu-se para 27,3% dos declarantes. Como frequentador do teatro em Mogi Mirim, esta menção deu-se para 12,5%.

O mesmo Jornal da USP (2020) comenta que, para muitos críticos, o teatro está afastado da população brasileira, seja pelo preço do ingresso, localidade das salas ou por já existirem outras formas de entretenimento. Nesse caso, o destaque para os 60,2% da não frequência ao teatro pode estar relacionado ao exposto pelo jornal, sendo necessárias maiores atenções em políticas públicas dirigidas à cultura da frequência ao teatro.

Deve-se incluir que a importância do teatro, dentre outras, trata-se de estimular o conhecimento, a comunicação, a criatividade e a responsabilidade na consciência individual e social.

Frequência ao cinema.

Ir ao cinema pode ser considerado como um dos programas mais acessíveis dentre as possibilidades de lazer, no entanto, não pode ser considerado um programa de baixo custo, o que pode dificultar o acesso das classes populares²⁴.

O IBGE (2021)²⁵ menciona que, em 2018, 39,9% das pessoas moravam em municípios sem, ao

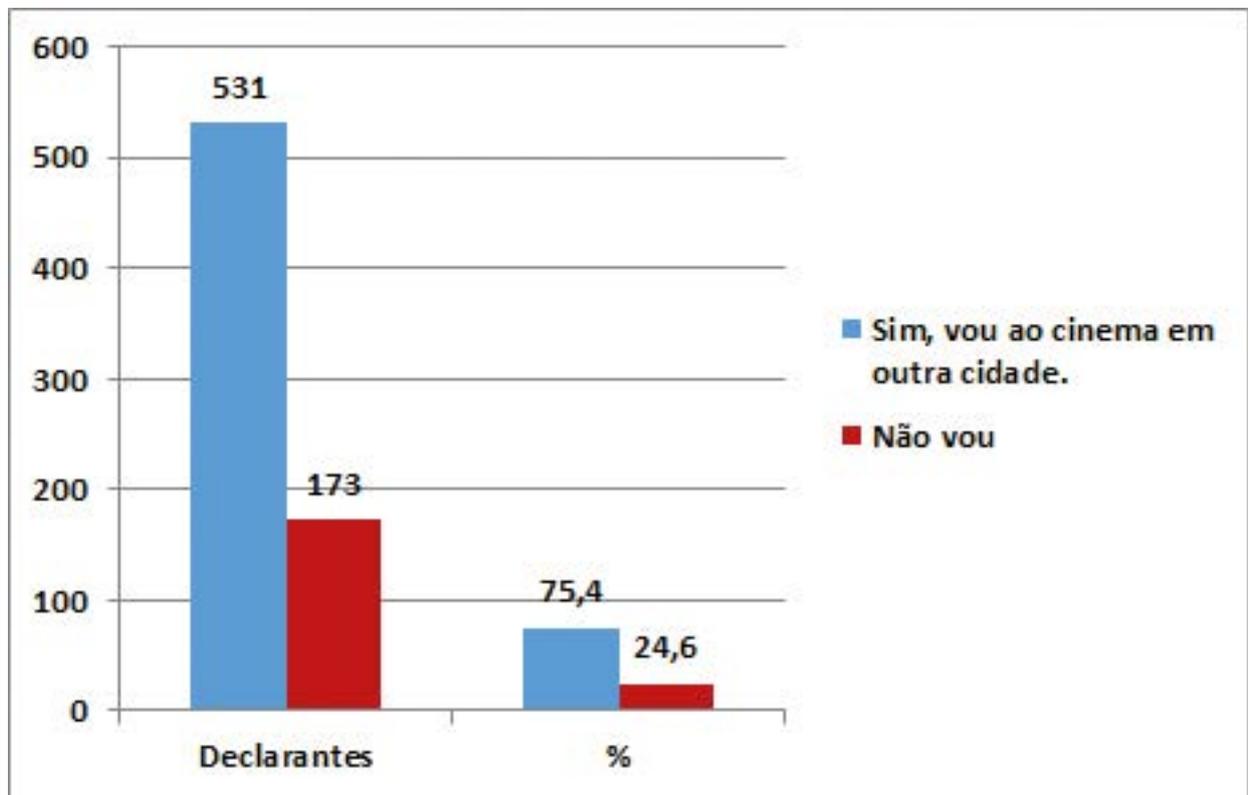
²⁴ Fonte: A Importância do Cinema como Lazer Popular e as suas Formas de Inclusão. Vanessa Dias Magalhães. (2015) Disponível em: http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/artigo_pos_pdf.pdf

²⁵ Fonte: IBGE <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/26239-pais-tem-quase-40-da-populacao-em-municipios-sem-salas-de-cinema.html>

menos, um cinema. O Gráfico 100 apresenta a avaliação sobre a frequência ao cinema

mencionada pelos entrevistados.

Gráfico 100: Cinema. Frequência. Número de declarantes. %.
Entrevistados. Mogi Mirim, 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Observou-se que 75,4% dos entrevistados declararam ir ao cinema em outra cidade e 24,6% declarou que não frequenta o cinema.

A falta de acesso potencial a esse e a outros equipamentos culturais podem estar relacionado com o preço das entradas ou mesmo a distância e a inexistência de transporte público ou, como menciona o IBGE (2020), a sua ausência.

Mogi Mirim enquanto atividades e atrativos turísticos.

Atrativos turísticos podem ser considerados os espaços que possam apresentar o valor cultural, importância histórica, beleza natural e demais, tais como para recreação ou divertimento.

Segundo as declarações apresentadas sobre a presença de atividades e atrativos turísticos em Mogi Mirim, 86,7% dos entrevistados consideraram não haver esse tipo de serviço ou a existência de espaços turísticos.

Para análise sobre as declarações realizadas, a

Tabela 105 apresenta as considerações expostas pelos entrevistados por grupo de considerações

justificando as suas percepções sobre o turismo na cidade.

Tabela 105: Considerações sobre atividade/atrativos turísticos. Frequência de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Considerações	Frequência de declarações	%
Nada de atrativo / Não tem / Desconheço.	337	60,3
Horto florestal, mas necessita investimentos.	50	8,9
Espaço cidadão / Pedreira / Voo panorâmico / Voçoroca / Morro do Gravi / Cachoeira de Cima / Trilha do Pão.	39	7,0
Zerão, mas necessita revitalização.	30	5,4
Zoológico, mas necessita revitalização.	26	4,7
Tem boa gastronomia.	19	3,4
Igreja Matriz / Igrejas / Festas e quermesses	17	3,0
Faltam investimentos.	13	2,3
Tem a presença de um Bunker.	11	2,0
Poucos atrativos.	11	2,0
O turismo rural deve ser explorado	6	1,1
Total	559	100

Fonte: Consulta Pública (2021).

Considerações como de não haver atrativo e desconhecer totalizaram 337 declarações, 60,3%, como o maior patamar.

O Horto florestal foi o atrativo mais mencionado por 8,9% dentre as frequências, porém considerado como um espaço necessitando investimentos.

Observou-se que vários atrativos turísticos foram apontados, tais como o Espaço cidadão, a presença da Pedreira, a Voçoroca, o Morro do Gravi, Cachoeira, Trilha do Pão, assim como o voo panorâmico, os quais foram percebidos por 7,0% dos entrevistados.

A falta de investimentos foi a consideração

mencionada por 2,3% dos entrevistados, cuja consideração pode ser acompanhada pela percepção sobre espaços de atrativos turísticos como o Horto florestal, igualmente necessitando investimentos, com 8,9% das menções, o Zerão, com 5,4% e o Zoológico, com 4,7%, os quais foram citados como necessitando investimentos e revitalização. Esses mesmos espaços somados totalizam 19,0% das considerações, e são compreendidos como potenciais ao turismo na cidade.

A gastronomia foi considerada como atrativo em 3,4% e as festas, quermesses, a igreja Matriz e demais igrejas foram percebidas por 3,0%, assim como a presença de um Bunker, em 2,0%. A consideração de como haver pouco atrativo na

cidade foi dada por 2,0% dos entrevistados.

Os espaços com atrativos turísticos desempenham funções importantes, tais como encontros entre as pessoas para o lazer, as funções culturais, dada a historicidade da cidade, funções terapêuticas ao considerar a higiene mental que proporciona os locais, assim como econômica movimentando o comércio, serviços e a geração de emprego e renda. Portanto, as avaliações dos entrevistados devem ser consideradas em termos de qualidade de serviços prestados pela cidade.

Avaliação de alguns fatores na gastronomia, bares e restaurantes em Mogi Mirim.

A frequência a estabelecimentos como bares e restaurante permite momentos de descontração da tensão diária, onde pode ser oferecida música, um ambiente de sociabilidade e demais formas de entretenimento, assim como saborear a gastronomia oferecida.

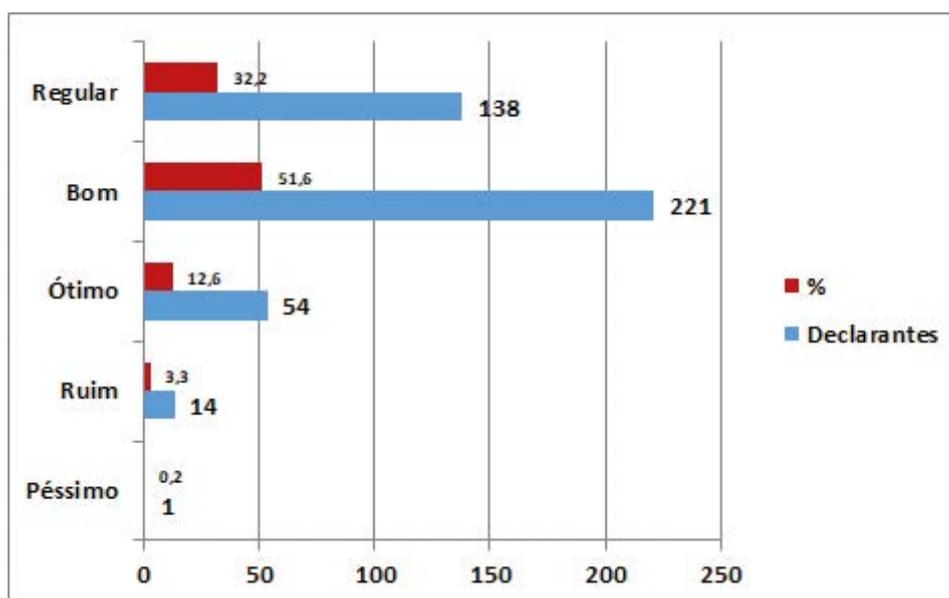
As análises revelaram que 60,8% do total dos entrevistados frequentavam bares e restaurantes em Mogi Mirim. A frequência em outras cidades se apresentou para 23,6%. A menção da não frequência a bares e restaurantes deu-se para 15,6%.

Apresentam-se, portanto, alguns fatores importantes, os quais foram avaliados pelos entrevistados sobre a gastronomia em Mogi Mirim.

Atendimento ao cliente em bares e restaurantes de Mogi Mirim.

Foi observado anteriormente em nossas análises que o atendimento fez parte de um dos fatores com grande potencial para a satisfação e assiduidade dos consumidores, segundo os entrevistados. Assim, o Gráfico 101 apresenta a avaliação sobre o atendimento nos bares e restaurantes da cidade.

Gráfico 101: Atendimento. Bares e restaurantes. Avaliação. Número de declarantes. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Dentre os 428 declarantes, o atendimento foi considerado como Bom por 51,6%, o maior patamar das declarações. Em segundo patamar deu-se para a consideração de como Regular, em 32,2% e, em terceiro patamar, como Ótimo, em 12,6%. Um resultado que sinaliza satisfação dos entrevistados ao atendimento oferecido.

Considerações de como Ruim e Péssimo, deram-se respectivamente em 3,3% e 0,2%, ou seja, 14 entrevistados avaliaram como Ruim e, como Péssimo, um único entrevistado.

Nesse caso, o atendimento, já observado anteriormente, deve haver certa profissionalização sobre as habilidades para

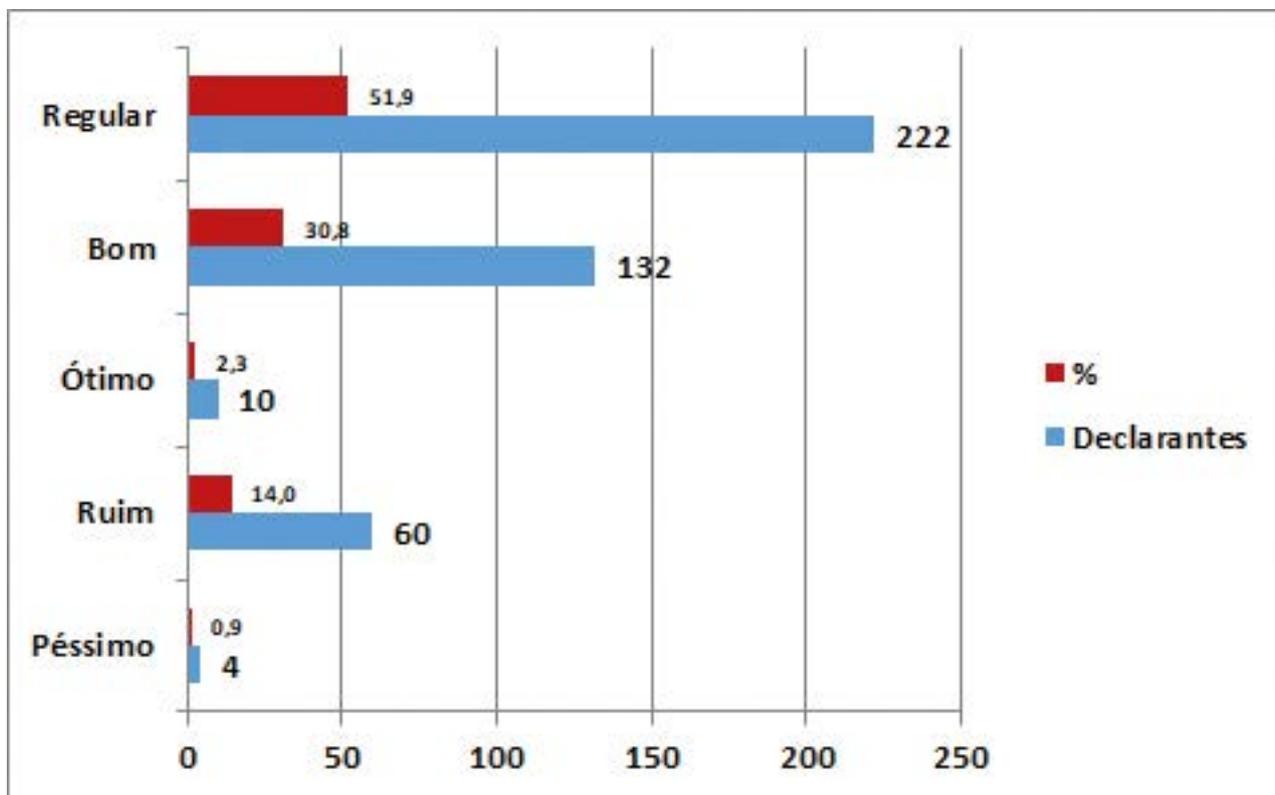
a garantia da satisfação e a fidelidade do consumidor, pois inclui-se na hospitalidade para atender os consumidores.

Preços trabalhados em bares e restaurantes de Mogi Mirim.

O preço do produto e o valor que é dado a ele, uma vez que o produto atende as necessidades do cliente, esses detalhes são também fatores de considerações que faz o consumidor avaliar se uma mercadoria tem preço baixo, alto ou justo.

O Gráfico 102 apresenta a avaliação dada ao preço em bares e restaurantes de Mogi Mirim.

Gráfico 102: Preços. Bares e restaurantes. Avaliação. Número de declarantes. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Para os declarantes, 51,9% mencionaram o preço como Regular. Como Bom preço, 30,8% e, como Ótimo, para 2,3% dos declarantes.

Avaliações de como Ruim e Péssimo preço deram-se respectivamente para 14,0% e 0,9% dos entrevistados.

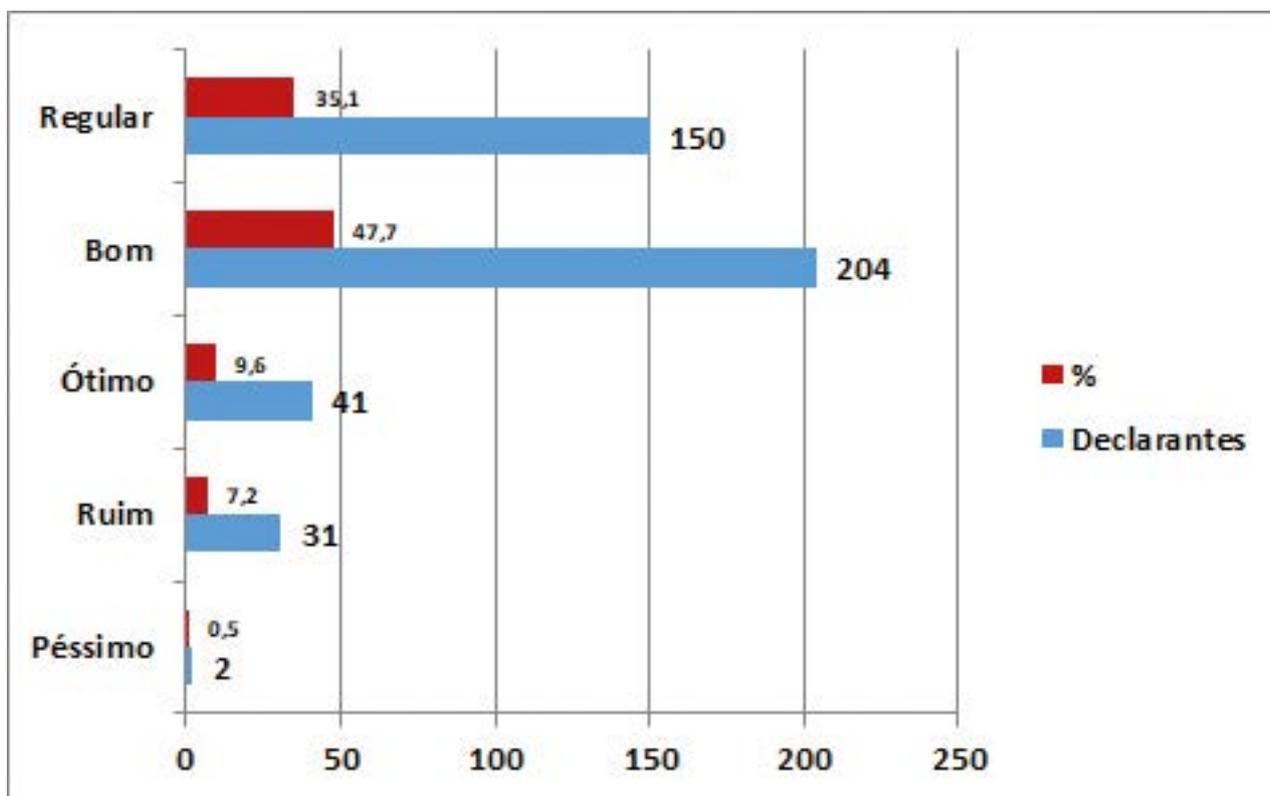
Observou-se que as avaliações dadas com Regular, Bom e Ótimo, somadas deu-se por 85,0% das considerações, o que sinaliza certo grau de satisfação com os preços trabalhados.

Diversidade de produtos em bares e restaurantes da cidade.

Ampliar a diversidade de produtos é uma opção relevante para garantir a satisfação e frequência do cliente.

O Gráfico 103 apresenta a avaliação sobre a diversidade de produtos em bares e restaurantes de Mogi Mirim.

Gráfico 103: Diversidade de produtos. Bares e restaurantes. Avaliação. Número de declarantes. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

O destaque deu-se para as avaliações de como Boa diversidade de produtos por 47,7% e como Ótima, em 9,6% dos entrevistados, cujas avaliações somadas chegaram ao patamar de 57,3%.

A avaliação de como Regular apresentou-se em 35,1% dos entrevistados. Já avaliações de como Ruim e Péssimo deram-se respectivamente em 7,2% e 0,5% dos entrevistados.

Os dados sinalizam certa satisfação com a diversidade de produtos nos bares e restaurantes

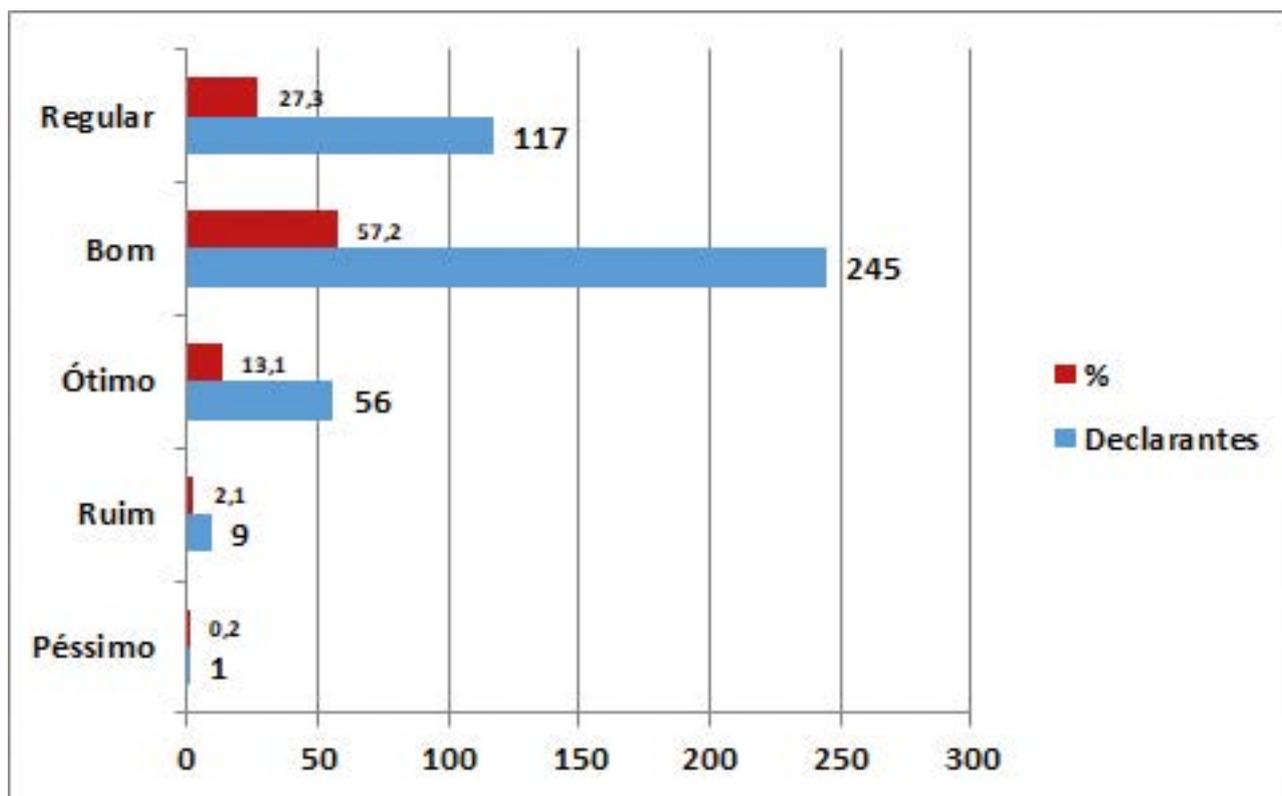
de Mogi Mirim.

Qualidade dos produtos nos bares e restaurantes da cidade.

As qualidades de um bar ou restaurante vão além das aparências, pois a origem e a qualidade dos produtos ajudam a aumentar também a consideração pela qualidade do estabelecimento.

A avaliação sobre a qualidade dos produtos em bares e restaurantes de Mogi Mirim está exposta no Gráfico 104.

Gráfico 104: Qualidade dos produtos. Bares e restaurantes. Avaliação. Número de declarantes. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

As avaliações de como Boa qualidade e de Regular apresentaram-se respectivamente em 57,2% e 27,3%, sendo que para Ótima qualidade deu-se para 13,1%, cujo total de avaliação dessas três considerações atingiu 97,6% dos entrevistados.

Para as avaliações de como qualidade Ruim e Péssima, deram-se respectivamente em 2,1% e 0,2%.

Os resultados sinalizaram haver satisfação dos entrevistados no fator qualidade dos produtos em bares e restaurantes, o que pode ser considerado que os produtos têm origem em bons fornecedores, que trabalham com produtos

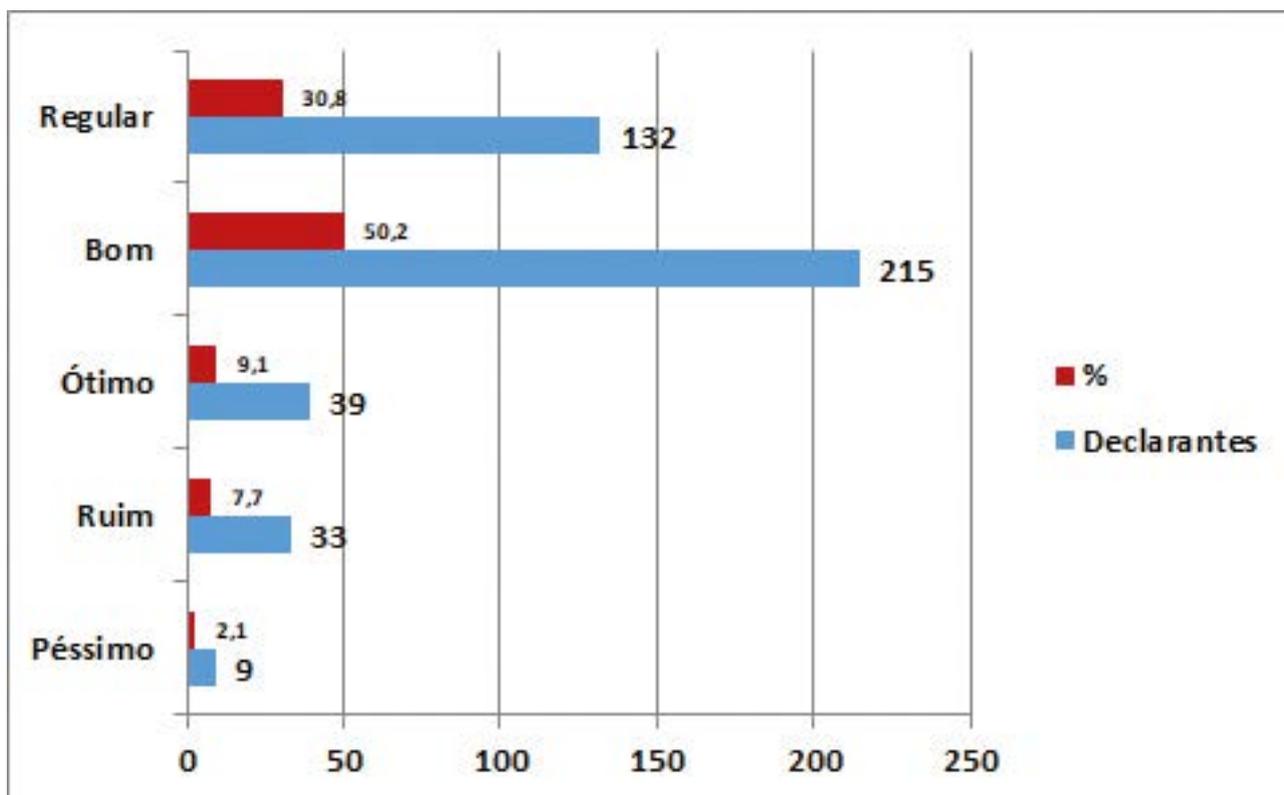
de boa qualidade.

Acessibilidade aos bares e restaurantes da cidade.

Os bares e restaurante são considerados locais privados de uso coletivo. Por isso, a adequação interna nos estabelecimentos torna-se necessária a atenção para a acessibilidade, assim como as condições das ruas, calçadas, dos espaços urbanos.

A avaliação sobre a acessibilidade em bares e restaurantes de Mogi Mirim está exposta no Gráfico 105.

Gráfico 105: Acessibilidade. Bares e restaurantes. Avaliação. Número de declarantes. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

A acessibilidade foi avaliada como Boa por 50,2% dos entrevistados, seguida como Regular por 30,8%, e avaliada como Ótima, em 9,1% dos entrevistados.

Embora a maior avaliação tenha se apresentado de como Boa acessibilidade, torna-se relevante ao poder público e ao empresário observar as avaliações apresentadas de como uma acessibilidade Ruim, em 7,7% e, como Péssima, em 2,1%, considerações que revelam necessidades para a melhoria do conforto em

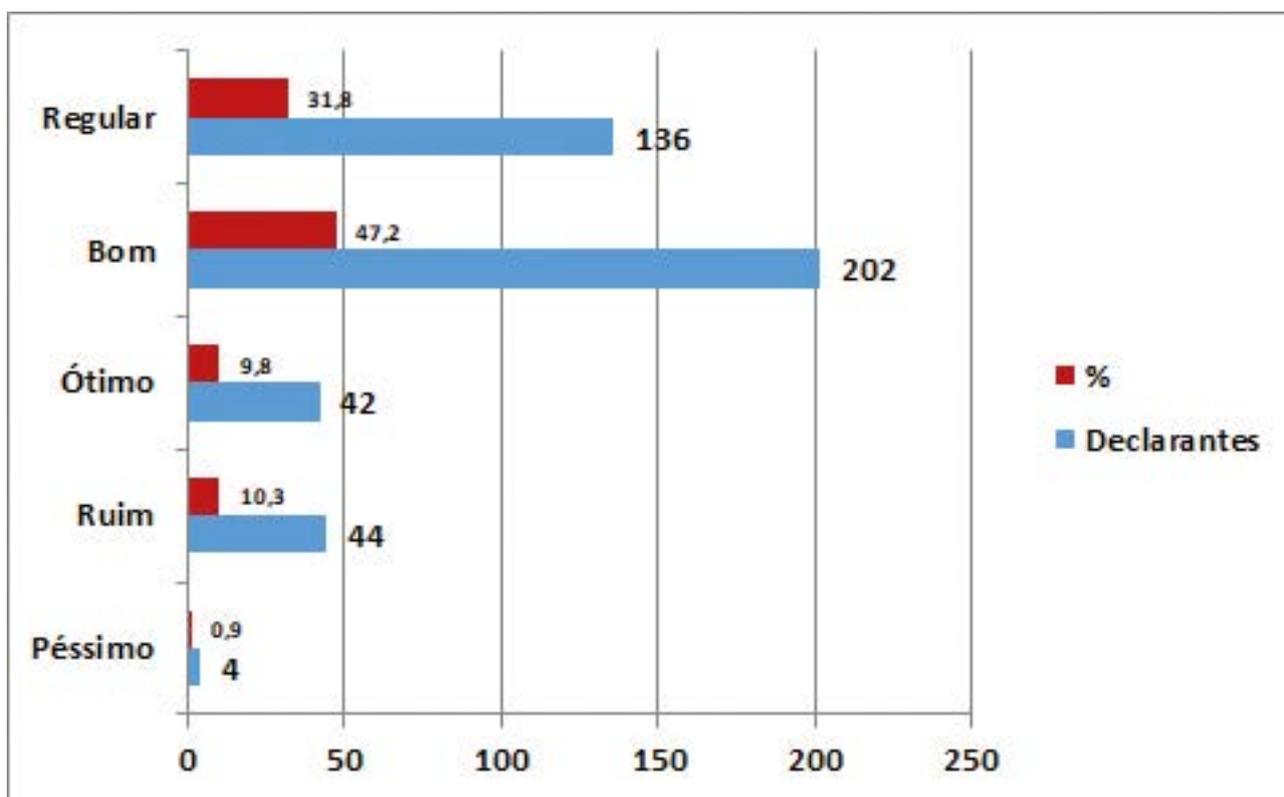
acesso do consumidor ao estabelecimento.

Atrativo a bares e restaurantes da cidade.

Contemporaneamente, são inúmeros os atrativos que fazem a diferença aos bares e restaurantes que vão desde a presença de música, a iluminação adequada, até o preparo artesanal dos alimentos.

O fator atrativo apresenta-se avaliado pelos entrevistados no Gráfico 106.

Gráfico 106: Atrativo. Bares e restaurantes. Avaliação. Número de declarantes. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Dentre os 428 declarantes, 47,2% avaliaram como sendo Bom atrativo apresentado. Em segundo patamar, como Regular, apresentou-se para 31,8%. A consideração como um atrativo Ruim deu-se em 10,3%, terceiro patamar.

Avaliação de como Ótimo, em um quarto patamar, por 9,8% dos entrevistados declarantes e a avaliação como Péssimo atrativo, em 0,9%.

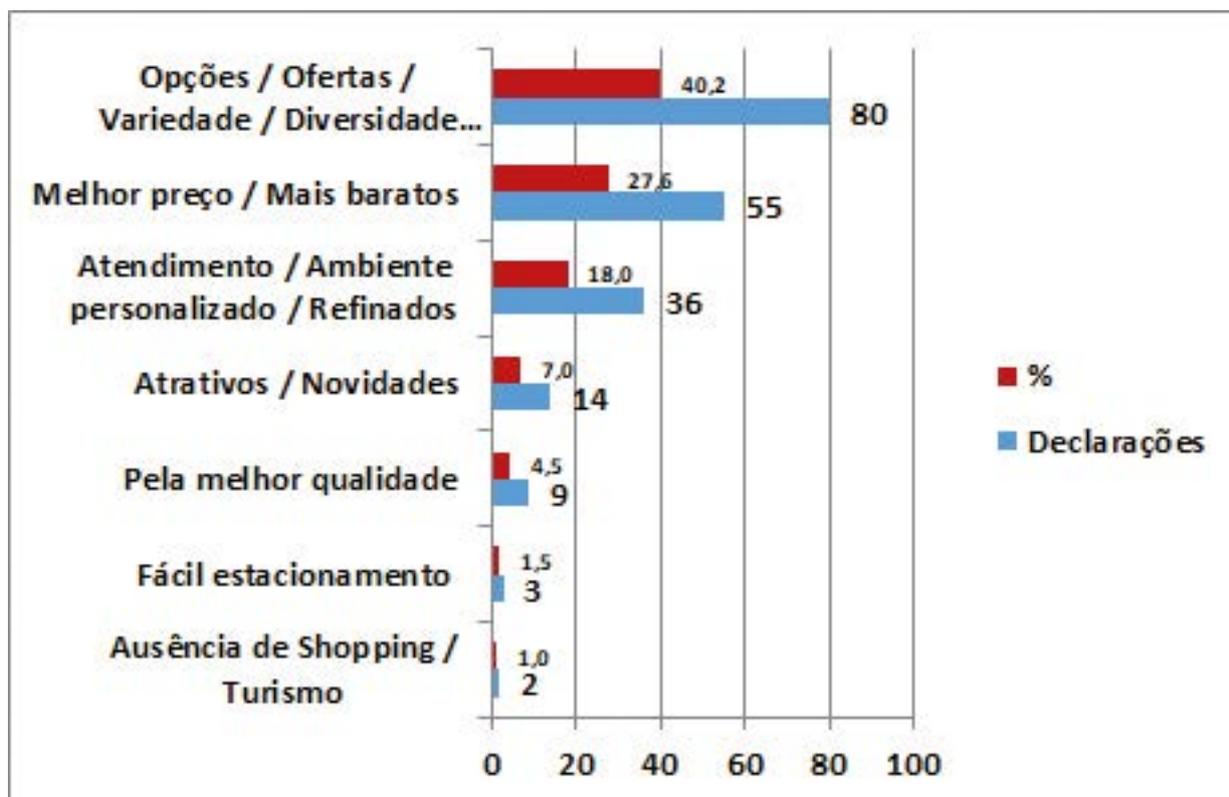
Observou-se que o atrativo considerado como Bom e Ótimo somados resultou em 57% das declarações, porém não indica um atrativo satisfatório, quando Regular, Ruim e Péssimo chegaram a 43%.

Sobre a frequência em bares e restaurantes em outras cidades.

As justificativas por frequentar bares e restaurantes em outras cidades foram mencionadas por 168 entrevistados, ou seja, 23,9% participaram em revelar os motivos pela preferência em frequentar bares e restaurante fora de Mogi Mirim.

No Gráfico 107 encontram-se as justificativas em grupos de considerações e a frequência de declarações em números e em porcentagem.

Gráfico 107: Justificativas por frequentar bares e restaurantes em outras cidades. Frequência de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Por considerar haver maiores opções, ofertas, variedades e diversidade gastronômica, este grupo revelou-se como o de maior patamar, em 40,2% dos entrevistados. O preço, em 27,6% e o atendimento em 18,0% revelaram-se em segundo e terceiro patamar, respectivamente.

Justificativas tais como, atrativos, a qualidade e facilidade de estacionamento revelaram-se em 7,0%, 4,5% e 1,5% respectivamente. A ausência do Shopping e pelo turismo deram-se em 1,% das declarações.

Embora os resultados da avaliação sobre os bares e restaurantes de Mogi Mirim como Boa diversidade de produtos considerados por 47,7% dos entrevistados e como Bom preço, em 30,8%, as avaliações sobre os mesmos fatores para os bares e restaurantes em outras cidades foram os mais mencionados.

Frequência de visitas em bares e restaurantes

de outras cidades.

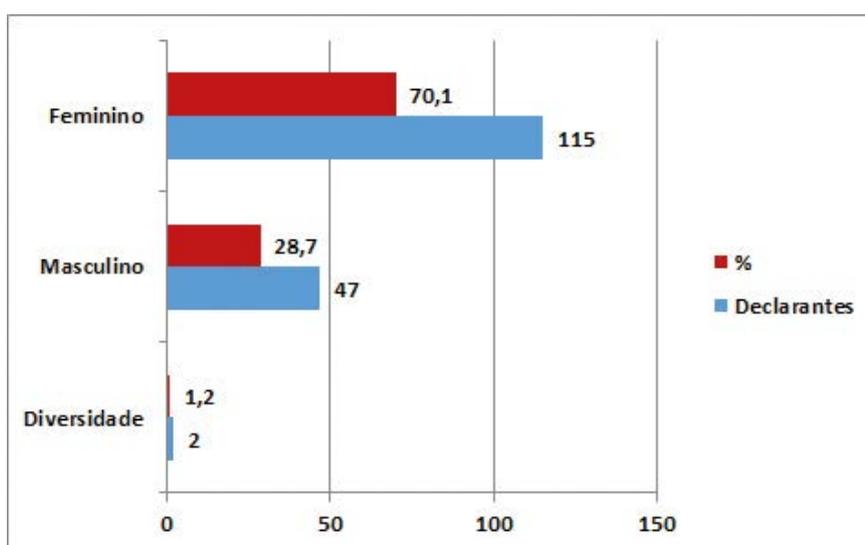
Sobre a frequência em bares e restaurantes em outras cidades pelos 168 declarantes, 45,5% mencionaram como mensal. Como frequência quinzenal deu-se para 31,4% e semanal em 23,0%.

Perfil dos entrevistados que declararam frequentar bares e restaurantes em outras cidades.

Igualmente aos consumidores de produtos em outras cidades, torna-se importante observar o perfil dos entrevistados para melhor compreensão dos resultados.

O perfil quanto ao gênero dos entrevistados que mencionaram frequentar bares e restaurantes em outras cidades encontra-se no Gráfico 108.

Gráfico 108: Gênero. Entrevistados que frequentam bares e restaurantes em outras cidades. Declarantes. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

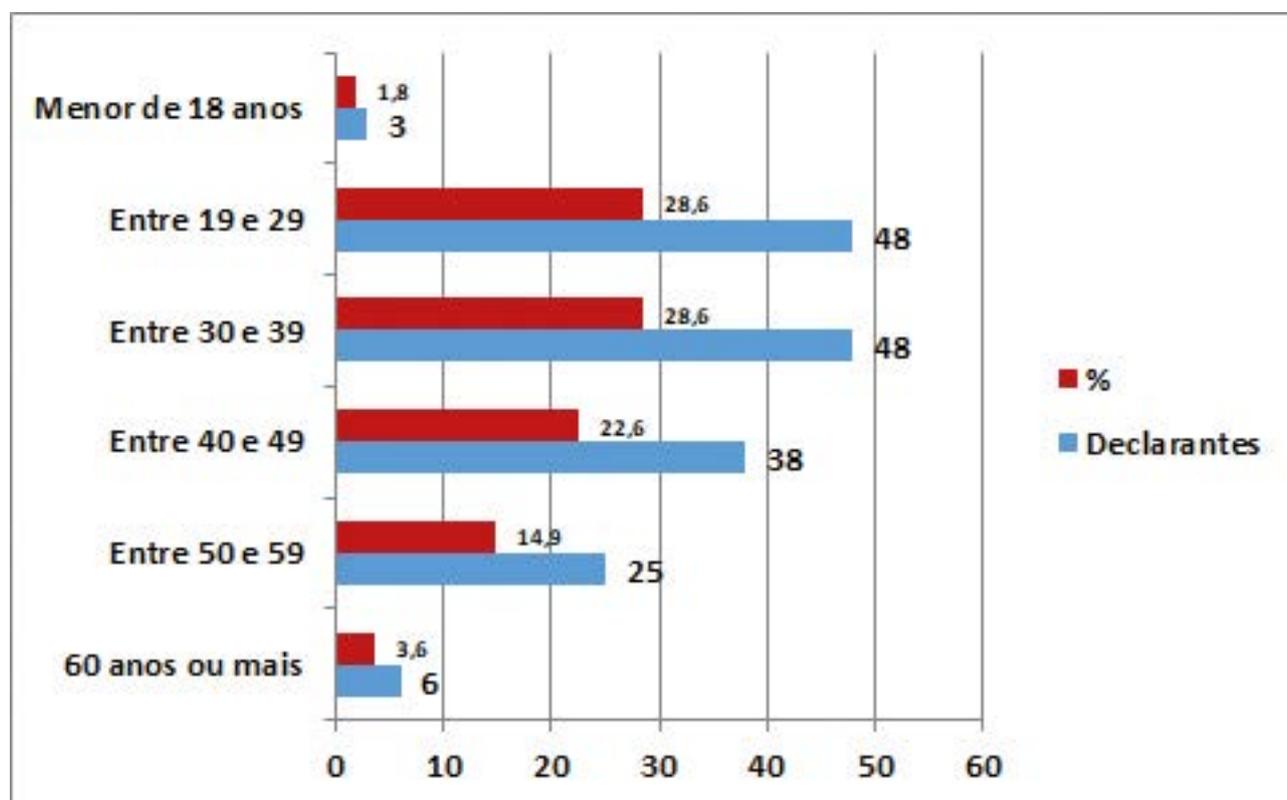
A frequência em bares e restaurantes em outras cidades, dentre os declarantes, 70,1% foi representado pelo gênero feminino, seguido pelo masculino em 28,7%. Entrevistados declarantes como diversidade compareceram em 1,2%.

Revelou-se que o gênero feminino apresentou

como o de maior patamar em frequência de bares e restaurantes em outras cidades.

A faixa de idade dos entrevistados que frequentam bares e restaurantes em outras cidades apresenta-se no Gráfico 109.

Gráfico 109: Faixa de idade. Entrevistados que frequentam bares e restaurantes em outras cidades. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



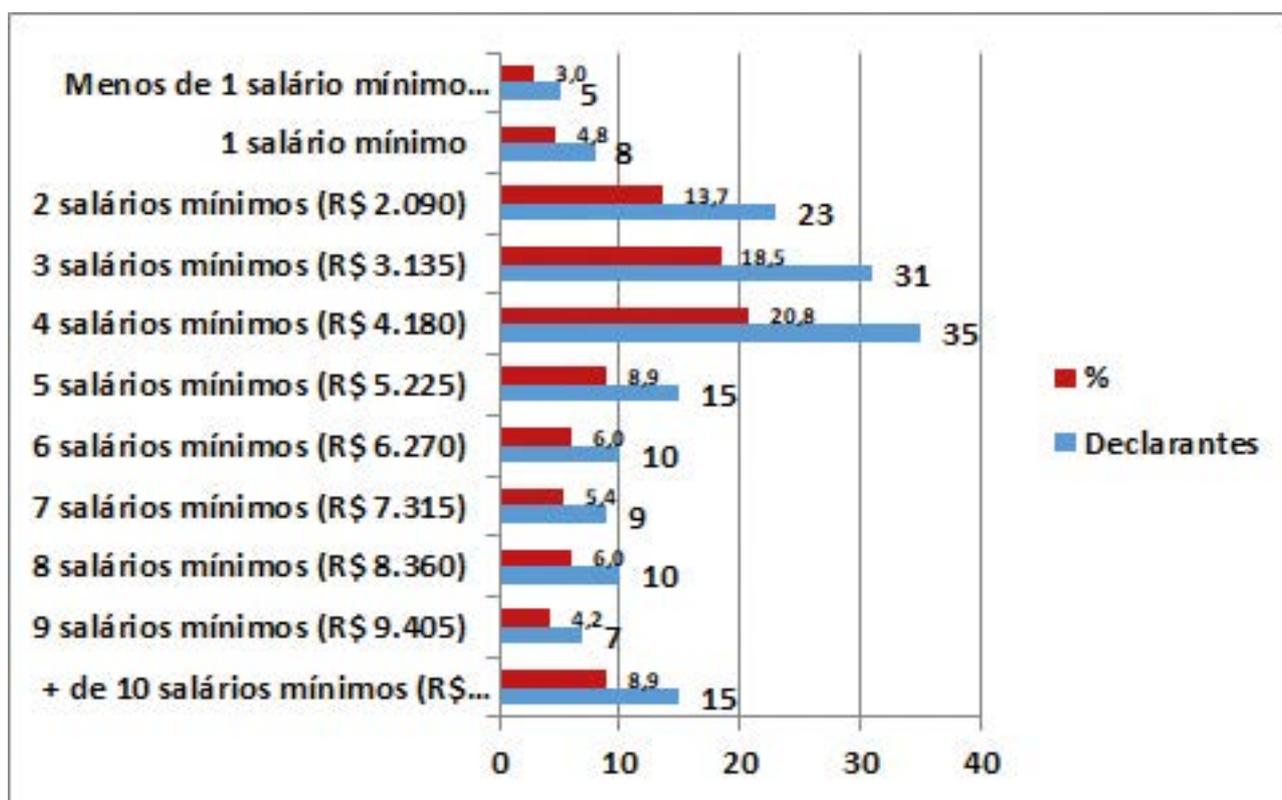
Fonte: Consulta Pública (2021).

As faixas de idade entre 19 e 29, assim como entre 30 e 39, nos mesmos patamares totalizaram 57,2%, em maior patamar dentre os declarantes. A faixa entre 40 e 49 anos encontrou-se no segundo patamar, em 22,6%, seguida pela faixa entre 50 e 59 anos em 14,9%.

Nos extremos, de 60 anos ou mais, em 3,6% e menos de 18 anos em 1,8%.

A renda familiar dos entrevistados que frequentam bares e restaurantes em outras cidades apresenta-se no Gráfico 110.

Gráfico 110: Renda familiar. Entrevistados que frequentam bares e restaurantes em outras cidades. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.



Fonte: Consulta Pública (2021).

Declarantes com renda familiar com quatro salários foram os de maior patamar, em 20,8%, seguido pelo segundo patamar com declarantes em três salários de renda familiar, com 18,5% de participação. Em terceiro patamar apresentaram-se os declarantes com rendas de dois salários, em 13,7%, estando em quarto patamar, as rendas de cinco salários, em 8,9%, igualmente para as rendas com mais de dez salários.

As rendas familiares em seis e oito salários atingiram o mesmo patamar, em 6,0%, decaindo para a renda em sete salários, em 5,4%. As rendas de um e de menos de um salário mínimo foram as menores participações, respectivamente em 4,8% e 3,0%.

Enquanto a prevalência do gênero feminino como perfil, sendo este o mesmo ao comparar a prevalência dos entrevistados que procuram produtos e artigos em outras cidades, as faixas de idade para a frequência em bares e restaurantes decaíram para entre 19 e 39 anos, assim como as rendas familiares deram-se entre dois a quatro salários mínimos como as de maiores participações.

Projeto Gastronômico Sabores de Mogi Mirim.

O Projeto Gastronômico “Sabores de Mogi Mirim”, no momento desta pesquisa, em sua terceira edição, com um novo formato para o ano de 2021, esse formato se dirige para

os serviços prestados de bares e restaurantes por delivery, porquanto haver setores da gastronomia mogimiriana afetados com a pandemia do Corona vírus. A premiação aos melhores estabelecimentos será realizada pela avaliação de quesitos, os quais se apresentam em: atendimento do entregador, tempo de entrega e a apresentação do produto.

Estão participando bares, restaurantes, beers, adegas, lanchonetes, lojas de açaí, sorveterias, docerias, além de pizzarias e açougues, desde que tenham produto pré-preparado. Nesta consulta, um total de 428 declarantes, 69,2% mencionou já conhecer o Projeto Gastronômico, o qual identifica os melhores estabelecimentos gastronômicos.

O projeto, idealizado pela ACIMM, nas versões em anos anteriores havia promovido uma divisão por categorias, tais como porção, drinks, sobremesas e demais produtos dentro da gastronomia mogimiriana como forma de avaliar e premiar os estabelecimentos vencedores.

Portanto, um Projeto que se abre para o reconhecimento do setor gastronômico de Mogi Mirim valorizando a cidade, o lazer e comércio gastronômico local.

Veículos de comunicação e informação sobre Mogi Mirim.

A imprensa, a qual é considerada como um coletivo de veículos de comunicação que exercem o jornalismo, segundo o Manual de Relacionamento com a Imprensa (Unicamp, 2021),²⁶ os veículos de comunicação formam uma instância de debate e de troca de informações que serve como controle de qualidade na gestão pública.

Dada a importância do acesso às informações relativas aos acontecimentos no município, os veículos de comunicação e informação utilizados pelos entrevistados para buscar informações sobre Mogi Mirim encontram-se expostos por frequência de declarações na Tabela 106.

²⁶ Fonte - <https://www.unicamp.br/unicamp/manual-de-relacionamento/os-meios-de-comunicacao>

Tabela 106: Veículos de comunicação utilizados. Frequência de declarações. %. Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Veículo de comunicação	Frequência de declarações	%
Site Portal da Cidade de Mogi Mirim.	387	25,1
Jornal A Comarca.	330	21,4
Jornal O Popular.	277	17,9
Rádio Nova Onda.	123	8,0
Redes sociais / Facebook / Instagram / grupos Whatsapp.	120	7,8
Jovem Pan.	84	5,4
Rádio Band.	84	5,4
STV (TV Local, antiga SEC TV).	59	3,8
Internet / Sites informativos.	55	3,6
Programa Aqui Mogi da Rádio Transertaneja / Rádio local / Rádio Mogi Mix / Mogi Play / Dedo duro / Acontece Mogi.	16	1,1
UOL / CNN / Globo News.	6	0,4
Bate papo / Pelas pessoas do bairro.	2	0,1
Conselhos municipais – participação.	1	0,1
Paginiais oficiais nas redes sociais da prefeitura e ACIMM.	1	0,1
Total	1.545	100

Fonte: Consulta Pública (2021).

Com 387 frequências de declarações, o Site Portal da Cidade de Mogi Mirim apresentou-se como o de maior patamar, em 25,1%. O Jornal A Comarca comparece em segundo patamar, com 21,4%, seguido pelo Jornal O Popular em 17,9%. O quarto patamar apresentou-se para a Rádio Nova Onda, com 8,0%, seguido pelo quinto patamar de declarações por meio do grupo que compõe as redes sociais, tais como facebook, instagram, grupos no whatsapp.

Destacaram-se a STV mencionada como antiga TV local, em 3,8%, assim como o grupo de veículos de comunicação que compreende a abrangência local, tais como Programa Aqui Mogi a Rádio local, Rádio Mogi Mix, Mogi Play,

Dedo duro e Acontece Mogi, em 1,1%. E até um bate-papo com as pessoas no bairro.

Ainda como destaque, a declaração sobre a participação nos Conselhos municipais, como forma de coleta de informações sobre Mogi Mirim.

Os meios de comunicação ganham importância ao fornecerem informações à sociedade sobre diversos assuntos para que se possa ter o acesso ao conhecimento sobre o que ocorre na cidade, por assuntos em âmbito, social, econômico, ambiental, cultural e também sobre assuntos que envolvem o meio político.

Projeto Mogi Mirim nos Trilhos do Desenvolvimento.

O Projeto apresenta dentre os objetivos, o de concretizar uma radiografia das potencialidades do município, com relação ao direcionamento que Mogi Mirim deverá tomar para se desenvolver. Dentre a totalidade dos 704 entrevistados, 20,2% já conheciam o Projeto, do qual estão participando com as suas considerações.

Destacam-se a Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim (ACIMM) e o Laboratório de Análise Espacial de Políticas Públicas da Universidade Estadual Paulista (UNESP-Rio Claro), cujas instituições encontram-se envolvidas na elaboração de um relatório analítico dos potenciais locais, como subsídio para um plano estratégico de desenvolvimento. Pois se trata de um projeto de estudo e pesquisa, que visa fortalecer tanto a gestão pública como a gestão privada, para direcionar os caminhos na direção de uma melhor qualidade de vida em

Mogi Mirim. Daí, a importância desta Consulta Pública dado ao processo participativo sobre as considerações da cidade apresentadas pelos participantes.

O que se espera por uma Mogi Mirim em um futuro próximo e distante.

A população da cidade, cidadãos e cidadãs na condição de usuários de bens de consumo, de serviços, a Consulta Pública abriu-se para a cidadania conquistada como direito à cidade que deseja. As informações obtidas conferem a realidade percebida, vivenciada pelas lentes dos usuários, ao levantar o conhecimento dos cidadãos tendo em vista a realidade relatada como contribuições para implementar mudanças na cidade e direcionar ações para uma melhor qualidade de vida a todos e todas.

As melhorias esperadas pelos entrevistados estão expostas em grupo na Tabela 107.

Tabela 107: Melhorias esperadas. Frequência de declarações. %.
Entrevistados. Mogi Mirim. 2021.

Melhorias esperadas	Frequência de declarações	%
Fomento ao Turismo / Esporte / Lazer.	176	17,2
Atendimento à Saúde pública com qualidade.	149	14,6
Trabalho / Emprego e Renda.	124	12,1
Segurança pública / Tranquilidade.	115	11,3
Desenvolvimento econômico / Industrial / Comercial / Diversidade / Qualidade.	90	8,8
Qualidade na Educação / Diversidade de cursos em faculdades / Cursos profissionalizantes.	79	7,7
Qualidade de vida.	51	5
Atividades culturais / Eventos.	49	4,8
Mais qualidade dos espaços públicos / Áreas verdes	24	2,4
Conservação das ruas / Asfalto / Sinalização / Segurança no trânsito / Conservação das estradas rurais.	23	2,3
Atratividade com um Shopping.	23	2,3
Serviços públicos de limpeza urbana com qualidade.	19	1,9
Melhorias na Infraestrutura urbana / Gestão.	19	1,9
Melhor atendimento no comércio.	16	1,6
Gastronomia - diversidade de bares e restaurantes.	14	1,4
Diminuição no custo de vida / Conta de água e luz.	12	1,2
Transporte Público com qualidade.	8	0,8
Iluminação pública com qualidade.	8	0,8
Melhoria no saneamento básico.	6	0,6
Conservação do patrimônio público / Patrimônio histórico.	3	0,3
Revitalização urbana no centro comercial.	3	0,3
Melhorias na destinação final do lixo / Coleta seletiva / Cooperativa de recicláveis.	1	0,1
Não haja queda na energia elétrica.	1	0,1
Total	1.021	100

Fonte: Consulta Pública (2021).

Foram identificados 23 grupos de considerações sobre as esperanças de melhorias para um futuro próximo e distante da cidade de Mogi Mirim, com 1.021 indicações.

O grupo de declarações por esperanças dirigidas para o fomento ao turismo, esporte e lazer,

apresentou-se como o de maior patamar, em 17,2% das declarações.

O atendimento à saúde pública com qualidade apresentou-se em 14,6%, como segundo patamar das esperanças. Em terceiro patamar encontrou-se o grupo para melhores ofertas de Trabalho,

Emprego e Renda, em 12,1% de frequência.

Em quarto patamar, deu-se em 11,3% para a segurança pública, a tranquilidade em viver no município. Para o desenvolvimento econômico industrial, comercial com diversidade e qualidade apresentou-se como em quinto patamar representando 8,8% das esperanças.

Um destaque deve ser dado à qualidade na educação, no desejo da diversidade de cursos ofertados em faculdades e o fomento aos cursos profissionalizantes, um grupo em sexto patamar, com 7,7% das esperanças futuras.

As demais considerações expostas sobre as melhorias esperadas, embora considerações já observadas, não deixam de serem igualmente importantes.

As aspirações pessoais e sociais dos indivíduos por melhorias ofereceram a noção de que a população encontra-se atenta ao que se faz necessário nas tomadas de decisões para uma realidade que possa ofertar um crescimento dinâmico e com qualidade para Mogi Mirim.

Não finalizando...

A exposição das considerações sobre a cidade permitiu a realização de análises estatísticas revelando um maior entendimento do conhecimento coletivo sobre o cotidiano de Mogi Mirim, para definir as prioridades a serem tratadas.

O que foi ressaltado é que cidadãs e cidadãos, na exposição e posicionamento político e social em suas considerações na Consulta Pública, tornou-se visível que esses entrevistados conhecem profundamente os problemas e demandas da cidade.

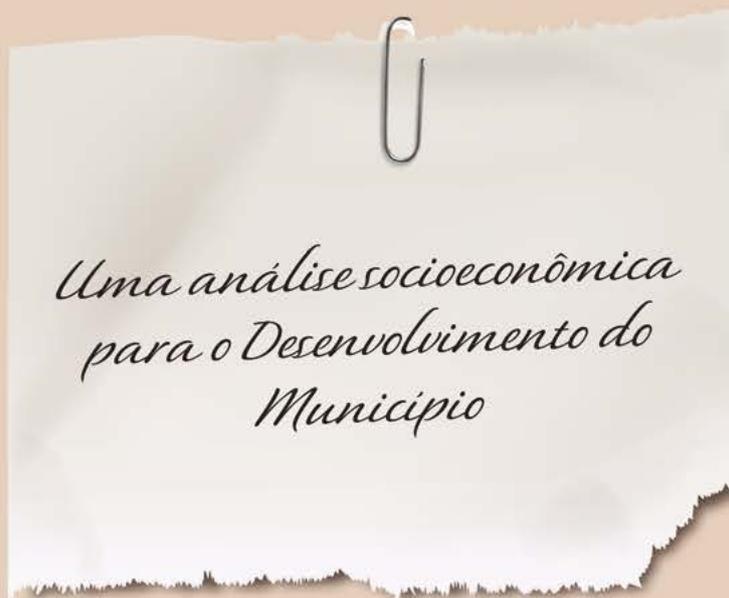
Ouvir a sociedade falar como voz da cidade, voz dos bairros, onde não se escondeu nada, foi revelador, pois a cidade é o lugar das relações sociais, o lugar da vida, do trabalho. As narrativas permitiram uma cartografia da realidade e resulta em contribuições para a avaliação do cenário apresentado, visando construir reflexões e propostas para a cidade.

Nesta Consulta Pública, como importante espaço de participação, coube à sociedade, à academia, aos setores sociais, econômicos e públicos representados nesta consulta, apresentar um debate sobre a cidade.

Contudo, cabe aos órgãos públicos, setores privados, junto aos cidadãos e cidadãs darem respostas.

MOGI MIRIM

Nos Trilhos do Desenvolvimento



2021